

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

2025

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

www.gov.br/mj



RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

2025

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

www.gov.br/mj

FICHA INSTITUCIONAL

Wellington César Lima e Silva
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

André de Albuquerque Garcia
Secretário-Executivo (Substituto)

Aline Natalie Krucinski Tortelli
Secretária-Executiva Adjunta (Substituta)

Manoel do Bomfim Borges Teixeira de Matos
Chefe de Gabinete do Ministro

Luana Gomes Pedrosa
Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva

Adenisio Alvaro Oliveira de Souza
Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno (Substituto)

David de Lima Freitas
Subsecretário de Planejamento e Orçamento

Bruna Ignácio Moreira
Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Déborah Botelho
Coordenadora de Gestão Estratégica

Zenaide de Freitas Torres Vaz
Chefe da Divisão de Planejamento, Informação e Inovação Institucional

FICHA TÉCNICA

EQUIPE TÉCNICA

Zenaide de Freitas Torres Vaz
Fernanda Andrade Afonso
Maria Eliana de Oliveira Gonçalo
Ryan Bruno Mendes da Silva

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Equipe DPI/CGGE/SPO

IMAGENS

Canva / Freepik / Ascom/GM / Equipe CGGE/SPO

COLABORADORES

Ana Soares Braga
Bruno de Oliveira Almeida
Cássia Polliana do Amaral Mendes
Cássia Oliveira Miranda
Heloisa Helena Lira Alencar
Juliana Coelho Antero
Laenya Lane Silva Vieira
Leonardo de Melo Costa
Lilian Paulino da Silva Negreiros
Maria Madalena Camelo Querino
Matheus José Ferraz Fernandes
Sandra Maria Adjafre Sindeaux
Tailana Pereira Santana

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica

Visão geral organizacional 11
Ambiente externo 14
Modelo de negócios do MJSP 25
Governança e estratégia do MJSP 26
Materialidade das informações 36
Políticas e programas de governo 40
Cadeia de valor do MJSP 47
Estratégia e alocação de recursos 49

CAPÍTULO 2 Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional

Visão geral do controle interno 59
Comissão de ética 66
Gestão de riscos 68
Atuação Correcional 70
Transparência e relacionamento com a sociedade 77

CAPÍTULO 3 Conformidade e Eficiência da Gestão

Carta do Secretário-Executivo 90
Carta do Subsecretário de Planejamento e Orçamento 93
Carta da Subsecretária de Administração 97
Carta da Subsecretária de Tecnologia da Informação e Comunicação 101
Principais Resultados da Secretaria-Executiva 104

CAPÍTULO 4 Resultados e Desempenho da Gestão

Justiça 313
Segurança 355

CAPÍTULO 5 Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis 426
Declaração do Contador 432
Gestão Contábil 434

MENSAGEM DO MINISTRO

Wellington César Lima e Silva

Ministro de Estado da Justiça e
Segurança Pública



É com elevado senso de responsabilidade institucional e um compromisso inabalável com a transparência e a sociedade brasileira que apresento o Relatório de Gestão Integrado do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) referente ao exercício de 2025.

Este documento foi elaborado em estrita observância aos requisitos de conteúdo e forma estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), especificamente na Decisão Normativa TCU n.º 178, de 23 de outubro de 2019, e nas diretrizes do "Guia para Elaboração de Relatório na Forma de Relato Integrado".

Mais do que o cumprimento de uma obrigação formal de prestação de contas, este relato reflete o esforço contínuo e coordenado de todas as secretarias e órgãos vinculados a este Ministério para fortalecer as políticas públicas de justiça e segurança pública, evidenciando como a Pasta tem direcionado seus recursos, capacidades institucionais e parcerias para gerar valor público à sociedade.

Os resultados aqui apresentados demonstram que o enfrentamento à criminalidade exige uma atuação coordenada do Estado brasileiro, com forte integração institucional, uso intensivo de dados e inteligência, além da modernização constante das capacidades operacionais das forças de segurança.

Nesse contexto, uma das prioridades estratégicas do Ministério tem sido o enfraquecimento estrutural das organizações criminosas, especialmente por meio da asfixia financeira dessas organizações. A desarticulação dessas estruturas passa necessariamente pela identificação, rastreamento e bloqueio dos fluxos ilícitos que sustentam suas atividades.

Um exemplo relevante dessa estratégia é a Operação Carbono Oculto, conduzida em parceria com a Receita Federal do Brasil. Em 2025, a operação resultou no cumprimento de 350 mandados judiciais em oito estados brasileiros e no bloqueio de mais de R$ 1 bilhão em bens e ativos relacionados a fraudes no setor de combustíveis. A iniciativa consolidou-se como uma das maiores ações já realizadas no país no enfrentamento à lavagem de dinheiro associada ao crime organizado.

Para os próximos anos, o objetivo é ampliar e aprofundar esse modelo de atuação, fortalecendo a integração entre órgãos de investigação financeira e inteligência, e consolidando essa estratégia no âmbito da diretriz nacional Brasil Contra o Crime Organizado, que orienta a atuação integrada do Estado no enfrentamento às organizações criminosas.

Outro eixo estruturante da política de segurança pública é o fortalecimento da política de gestão de ativos apreendidos do crime organizado. Nesse campo, destaca-se a implementação da Operação Limpa Pátio Nacional, iniciativa voltada à modernização e centralização dos processos de alienação de bens apreendidos.

Em 2025, os resultados dessa política contribuíram para que o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) alcançasse o montante superior a R$ 418 milhões em arrecadação, recursos que são reinvestidos diretamente em ações de segurança pública. Para os próximos ciclos de gestão, a estratégia prevê a intensificação dessa iniciativa por meio da ampliação dos leilões centralizados, da cooperação institucional com a Secretaria de Patrimônio da União e o Conselho Nacional de Justiça e do fortalecimento do apoio técnico a estados e tribunais.

Esse modelo busca acelerar a destinação de bens apreendidos, reduzir custos logísticos e transformar ativos vinculados ao crime em investimentos concretos na segurança pública, criando um ciclo virtuoso de financiamento das políticas de enfrentamento à criminalidade.

No âmbito do sistema prisional, o Ministério tem avançado na implementação do Projeto Padrão Segurança Máxima, iniciativa estruturante voltada à modernização e ao fortalecimento do controle estatal nas unidades prisionais mais sensíveis do país.

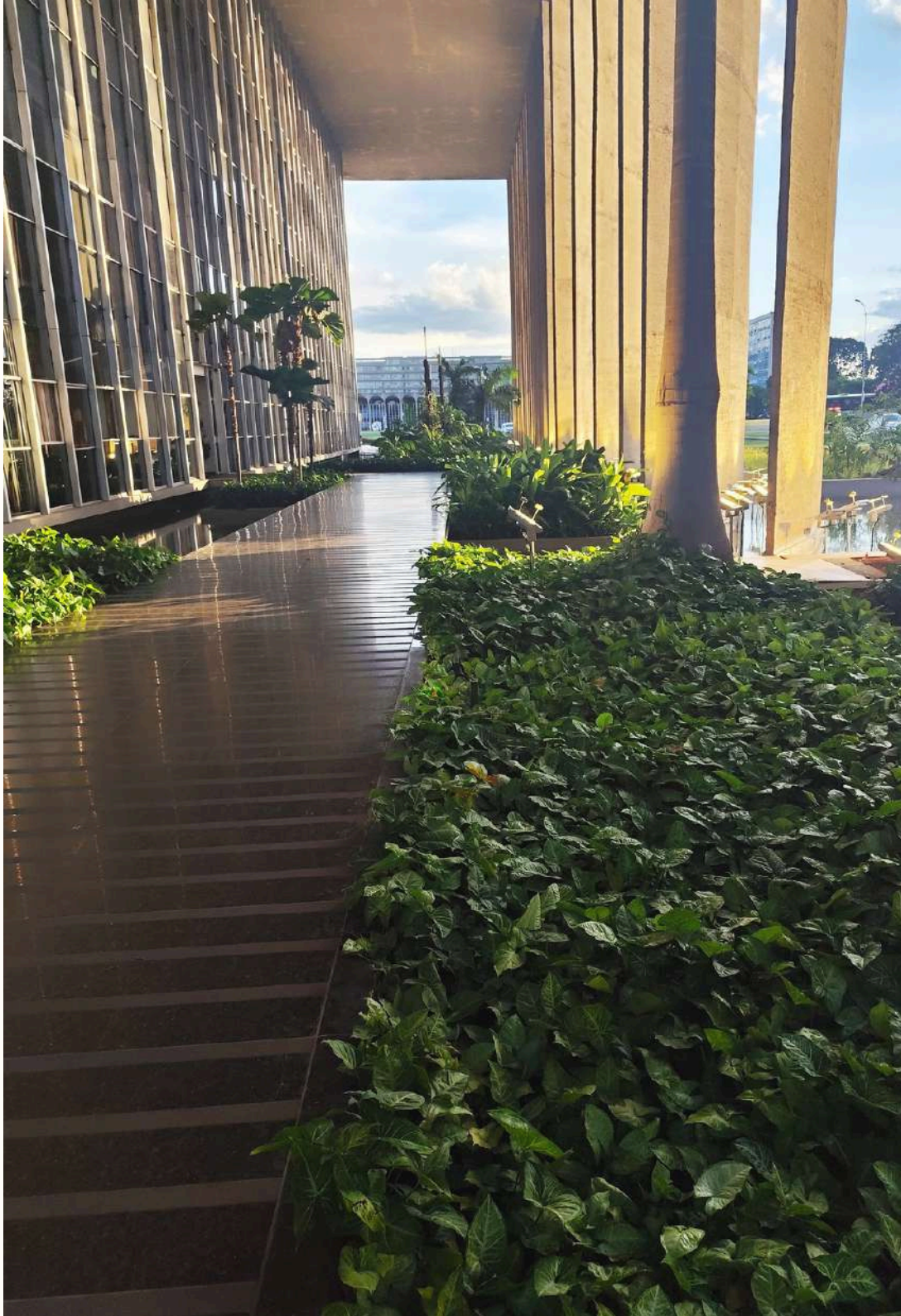
O projeto prevê investimentos superiores a R$ 1,6 bilhão para a reestruturação tecnológica e operacional de 138 unidades prisionais estratégicas, selecionadas a partir do cruzamento de dados do Mapa de Organizações Criminosas com informações da inteligência penitenciária. O objetivo é garantir maior capacidade de controle do sistema prisional, impedir a articulação de atividades criminosas a partir do ambiente carcerário e ampliar a integração entre os sistemas de inteligência penal estaduais e federais.

A iniciativa se estrutura em três eixos principais: o fortalecimento das operações e da inteligência penitenciária, o reaparelhamento e a modernização tecnológica das unidades e a capacitação de servidores, consolidando um novo patamar de segurança e governança no sistema prisional brasileiro.

Como resultados e impactos diretos, o programa busca a redução efetiva da comunicação de lideranças criminosas com o ambiente externo, a maior integração entre as forças de inteligência penal estaduais e federais e o aumento da segurança para servidores prisionais e para a sociedade.

No enfrentamento ao tráfico de armas, munições e explosivos, o Ministério também tem priorizado o fortalecimento das capacidades institucionais de controle e rastreamento de armamentos no país. As ações coordenadas ao longo de 2025 resultaram em apreensões significativas de armamentos ilícitos, contribuindo para a redução da circulação de instrumentos de violência em centros urbanos e regiões de fronteira.

Nesse contexto, destacam-se os avanços na modernização do Sistema Nacional de Armas (SINARM), ampliando sua capacidade de registro, monitoramento e integração de dados com sistemas de segurança pública e justiça criminal. Paralelamente, tem sido promovida a consolidação da Rede de Enfrentamento do Tráfico de Armas, Munições, Acessórios e Explosivos (RENARM), que busca ampliar a cooperação entre órgãos federais e estaduais na investigação e repressão qualificada desse tipo de crime.



Essas iniciativas fortalecem a capacidade do Estado brasileiro de identificar a origem de armamentos ilícitos, desarticular redes criminosas e reduzir a circulação de armas utilizadas em atividades violentas.

Outra iniciativa de grande impacto social é o Programa Celular Seguro, que já conta com mais de 3 milhões de usuários cadastrados e registrou aproximadamente 198 mil solicitações de bloqueio de aparelhos em 2025.

A perspectiva para os próximos anos é transformar o programa em um grande sistema nacional de recuperação e devolução de celulares roubados ou furtados, inspirado em experiências bem-sucedidas desenvolvidas em alguns estados brasileiros, com destaque para o modelo implementado no Piauí. A estratégia prevê o aprimoramento tecnológico da plataforma, o fortalecimento da integração com as polícias e a ampliação de mecanismos de devolução voluntária de aparelhos, permitindo que celulares recuperados retornem aos seus legítimos proprietários.

No campo da proteção ambiental e da segurança na Amazônia, os resultados recentes também demonstram avanços significativos. Entre setembro de 2024 e agosto de 2025, registrou-se uma redução de 22,5% no desmatamento e uma queda de 28,6% nas queimadas e focos de incêndio, resultado das ações integradas de fiscalização e repressão aos crimes ambientais. Essas operações geraram prejuízos superiores a R$ 28 bilhões às organizações criminosas, representando um aumento expressivo na efetividade das ações estatais.

Nesse contexto, o Programa Brasil MAIS – Meio Ambiente Integrado e Seguro consolidou-se como a maior iniciativa de sensoriamento remoto do país, reunindo mais de 129 mil agentes em 680 instituições públicas.

Para fortalecer ainda mais a cooperação internacional e a integração institucional, foi criado o Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI-Amazônia), instância de governança voltada à coordenação das ações previstas no Plano AMAS.

Nesse cenário, ganha destaque a consolidação do Programa Território Seguro – Amazônia Soberana, iniciativa que articulará ações de repressão qualificada ao crime transnacional e ambiental, atuação das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado e políticas de desenvolvimento sustentável baseadas na sociobioeconomia, com foco na proteção de comunidades indígenas e populações tradicionais.

No campo da proteção de grupos vulneráveis, o enfrentamento à violência contra a mulher permanece como uma prioridade permanente do Ministério.

Em 2025, a Operação Shamar, coordenada nacionalmente, mobilizou mais de 65 mil profissionais de segurança pública e mais de 24 mil viaturas, alcançando cerca de 12,6 milhões de pessoas em todo o país. A operação resultou em mais de 77 mil diligências realizadas, 37 mil inquéritos instaurados, 81 mil vítimas atendidas e mais de 12 mil prisões de agressores.

Também foram realizados avanços importantes no âmbito do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, com capacitação de milhares de profissionais de segurança pública, além da publicação de importantes instrumentos normativos, como os cadernos de padronização nacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e das Patrulhas Maria da Penha.

Para os próximos ciclos de gestão, o Ministério pretende avançar na redução da subnotificação da violência contra a mulher, por meio da integração dos sistemas de informação e do fortalecimento da rede de atendimento existente, com destaque para a integração de dados, monitoramento de denúncias e articulação entre segurança pública, sistema de justiça e rede socioassistencial.

Os desafios da segurança pública brasileira são complexos e exigem respostas estruturais, que combinem repressão qualificada, prevenção, fortalecimento institucional e cooperação entre os entes federativos.

No exercício de 2026, o Ministério da Justiça e Segurança Pública dará continuidade a esse conjunto de iniciativas estratégicas, com foco no aprimoramento da governança das políticas públicas de segurança e no fortalecimento da capacidade institucional do Estado brasileiro no enfrentamento à criminalidade.

Ao projetarmos o horizonte dos próximos anos, reafirmo meu compromisso com uma gestão técnica, transparente e orientada por resultados, dedicada à construção de um Brasil mais seguro, mais justo e mais democrático.

Por fim, registro meu reconhecimento ao trabalho dos servidores públicos deste Ministério e instituições parceiras que contribuem diariamente para o fortalecimento das políticas de justiça e segurança pública no país.

É com este olhar prospectivo e com o compromisso permanente com a transparência e a responsabilidade pública que apresento este balanço de gestão à sociedade brasileira.

Wellington César Lima e Silva

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

MINISTÉRIO EM NÚMEROS

+ de **175 mil** pessoas privadas de liberdade em atividades laborais

+ de **7 mil** veículos recuperados pela PRF

+ de **3,5 mil** operações realizadas pela PF

+ de **2,5 mil** armas de fogo apreendidas pela PRF

99% de execução orçamentária

Redução de homicídios em **10,49%**

+ de **15 milhões** de prejuízos ao crime, com a apreenção de bens e valores de organizações criminosas

+ de **1,16 bilhão** de repasse aos Estados pelo FNSP

+ de **55 mil** munições apreendidas pela PRF

Redução de latrocínios em **17,58%**

+ de **1,5 mil** empresas cadastradas na plataforma consumidor.gov

+ de **29 mil** processos de naturalização decididos

Redução de **7,8%** do desmatamento na Amazônia Legal em relação a 2024



CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

Relatório de Gestão Integrado
MJSP 2025

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

Em 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), órgão integrante da administração pública federal direta, promoveu o aprimoramento de sua estrutura organizacional com vistas ao melhor alinhamento às necessidades institucionais e operacionais. Nesse contexto, a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança, instituídos pelo Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, foram alterados pelo Decreto nº 12.780, de 18 de dezembro de 2025. A revisão normativa teve como finalidade reforçar a capacidade institucional no enfrentamento à corrupção e ao crime organizado, bem como promover ajustes estruturais destinados ao fortalecimento dos eixos estratégicos de atuação da segurança pública no país.

Essas alterações implicaram atualizações e ajustes na organização dos cargos da estrutura do MJSP, com o propósito de direcionar o tratamento para temas de gestão, visando viabilizar a consecução dos objetivos da sociedade, inclusive como forma de evidenciar o fortalecimento do Estado Democrático Brasileiro.

Entre as inúmeras atribuições do MJSP, previstas na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, estão a defesa da ordem jurídica; o combate ao tráfico de drogas e crimes correlatos; a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor; nacionalidade, imigração e estrangeiros; a prevenção e o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo e à promoção da cooperação jurídica internacional.

Além disso, o MJSP é responsável por coordenar ações para enfrentar infrações penais, com foco em corrupção, crime organizado e crimes violentos; pela gestão do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); pela formulação e administração da política penitenciária nacional; e por atuar em questões de direitos digitais, reconhecimento e demarcação de terras e territórios indígenas.

Na Constituição Federal, nos parágrafos 1º, 2º e 5º-A do art. 144, estão previstas competências exercidas por meio da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), que são detalhadas no Decreto de estrutura do MJSP. No referido Decreto também estão previstas as unidades vinculadas ao órgão: o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Para atender às competências atribuídas ao Ministério, a estrutura regimental do Ministério, prevista hoje no Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, modificado pelo Decreto nº 11.759, de 30 de outubro de 2023, e pelo 12.780, de dezembro, de 2025 é a seguinte:

08 ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO

10 ÓRGÃOS ESPECÍFICOS E SINGULARES

02 ENTIDADES VINCULADAS

08 ÓRGÃOS COLEGIADOS

ORGANOGRAMA MJSP E SEUS DIRIGENTES

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA

ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO

GABINETE DO MINISTRO	ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	CORREGEDORIA-GERAL	OUVIDORIA-GERAL	ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	ASSESSORIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE	CONSULTORIA JURÍDICA	SECRETARIA-EXECUTIVA
MANOEL DO BOMFIM BORGES TEIXEIRA DE MATOS	ADENISIO ALVARO OLIVEIRA DE SOUZA (SUBSTITUTO)	ANA HELENA DE OLIVEIRA PESSOA	SÉRGIO GOMES VELLOSO	REINALDO DE SOUZA COUTO FILHO	ADRIANA MARQUES	REINALDO DE SOUZA C. FILHO	ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA (SUBSTITUTO)

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS E SINGULARES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR	SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS	SECRETARIA NACIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA	PAULO HENRIQUES RODRIGUES PEREIRA	PAIULO EDUARDO G. MODESTO	SHEILA SANTANA DE CARVALHO	FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS	SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	POLÍCIA FEDERAL	SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS DIGITAIS
MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS MACHADO	ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA	ANTÔNIO FERNANDO S. OLIVEIRA	ANDREI AUGUSTO P. RODRIGUES	VICTOR OLIVEIRA FERNANDES

ENTIDADES VINCULADAS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA	WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR

ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E AOS DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL	CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO	CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS
CNCP	*CNIg*	*CNSP*	*Conare*

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA
Conad	*CFDD*	*CGFNSP*	*CNPCP*

AMBIENTE EXTERNO

A atuação internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) constitui elemento estratégico para o enfrentamento de desafios contemporâneos que transcendem as fronteiras nacionais, como o crime organizado transnacional, os crimes ambientais, a criminalidade cibernética e a proteção de direitos fundamentais.

Em um contexto global marcado por crescente interdependência entre os Estados, a cooperação internacional consolidou-se como instrumento essencial para o fortalecimento da capacidade institucional do Ministério, de forma a modernizar as políticas públicas de justiça e segurança e promover o Estado de Direito nos âmbitos regional e global.

Ao longo de 2025, o Ministério aprofundou sua inserção internacional em um ambiente externo complexo e dinâmico, no qual a interlocução global assumiu papel central na promoção do Estado de Direito e no fortalecimento da governança pública em âmbito regional e global. Nesse cenário, a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais desempenhou função central na coordenação, no assessoramento e na articulação da atuação internacional do MJSP, assegurando alinhamento político e técnico com o Ministério das Relações Exteriores, com organismos internacionais e com autoridades estrangeiras.

A atuação integrada contribuiu para a qualificação da participação brasileira em fóruns multilaterais e bilaterais, assegurando maior coerência institucional, consistência técnica e alinhamento político nas posições adotadas pelo Ministério, bem como o fortalecimento do suporte aos processos decisórios estratégicos.

As atividades desenvolvidas compreenderam a organização e o acompanhamento de agendas internacionais de alto nível, o apoio à negociação e à implementação de instrumentos internacionais, a gestão de compromissos multilaterais, a sistematização de informações e o fornecimento de subsídios à alta administração, qualificando a tomada de decisão e a atuação internacional do Ministério.

Os resultados alcançados em 2025 evidenciam o fortalecimento da governança internacional do Ministério, a ampliação da cooperação nas áreas de justiça e segurança pública e a atuação protagonista do Brasil em espaços regionais e multilaterais, incluindo a condução de iniciativas de elevado impacto político e institucional. Esse conjunto de ações reafirma o compromisso do MJSP com uma política externa ativa, responsável e orientada pela cooperação internacional, pela proteção dos direitos humanos e pelo fortalecimento das instituições democráticas.

Em 2025, por meio da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL), o MJSP fortaleceu a interlocução com a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, contribuindo para a harmonia entre os Poderes e para a aprovação de proposições alinhadas às diretrizes estratégicas do Ministério. O acompanhamento sistemático das matérias em tramitação, a análise técnica de pareceres e a articulação com parlamentares resultaram na consolidação de marcos normativos relevantes, conferindo maior segurança jurídica à implementação das políticas de segurança e cidadania.

No âmbito internacional, o Ministério ampliou a cooperação multilateral e bilateral, respondendo coordenadamente a desafios globais, como o cibercrime e o tráfico transnacional. A atuação junto a organismos internacionais e parceiros estrangeiros fortaleceu a posição do Brasil no cenário internacional e possibilitou a incorporação de padrões e boas práticas globais às políticas nacionais.

Vale destacar que, em 2025, um delegado da Polícia Federal foi eleito pela Assembleia-Geral da INTERPOL, realizada em Glasgow (Escócia), para o cargo de Secretário-Geral da maior organização policial do mundo. A eleição representou um marco histórico para o Brasil, pois, pela primeira vez em mais de 100 anos de existência da INTERPOL, um representante de um país em desenvolvimento assumiu essa função, ampliando de forma significativa a presença brasileira e sua influência no enfrentamento global ao crime organizado.



Fonte: Governo Federal

Assuntos Legislativos e Parlamentares

A articulação legislativa e parlamentar constitui dimensão estratégica da governança pública, ao assegurar a coerência normativa, a segurança jurídica e a efetividade das políticas públicas formuladas pelo Poder Executivo. No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, essa atuação é exercida de forma estruturante pela Assessoria de Assuntos Legislativos e Parlamentares, responsável por promover o diálogo institucional com o Congresso Nacional, acompanhar a

tramitação de proposições legislativas e subsidiar tecnicamente a tomada de decisão da alta administração.

Em um contexto marcado por elevada complexidade institucional e por demandas sociais crescentes nas áreas de segurança pública, justiça, direitos fundamentais e inovação tecnológica, a Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL) desempenhou papel central ao longo de 2025 na mitigação de riscos institucionais e na consolidação de marcos legais alinhados às diretrizes estratégicas do Ministério. Sua atuação envolveu o acompanhamento sistemático de matérias legislativas prioritárias, a elaboração de análises técnicas, notas informativas e posicionamentos institucionais, bem como a interlocução permanente com parlamentares, comissões temáticas e órgãos do Poder Executivo, contribuindo para a construção de soluções normativas consistentes e dialogadas.

Nesse sentido, a Secretaria atuou de forma contínua para reduzir riscos institucionais e garantir que as proposições estivessem em harmonia com as orientações programáticas e os compromissos institucionais do MJSP. O objetivo primordial foi a garantia da aprovação de matérias para assegurar o acesso à justiça, proteger os grupos mais vulneráveis da sociedade, defender a democracia, as garantias constitucionais e a ordem econômica, combater o crime organizado e a corrupção e enfrentar a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.

As informações a seguir refletem os principais resultados alcançados pela Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos:

No exercício de 2025, evidenciando sua contribuição para o fortalecimento da governança estratégica do MJSP, para a harmonização das relações entre os Poderes e para a promoção de políticas públicas voltadas ao acesso à justiça, à proteção de grupos vulneráveis, ao combate ao crime organizado, à defesa dos direitos humanos e ao enfrentamento dos desafios decorrentes da transformação digital. O conjunto das ações descritas reafirma o papel da SAL como instância técnica essencial para a consolidação de uma agenda legislativa moderna, responsável e alinhada aos interesses da sociedade brasileira.



Fonte: Agência Brasil

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Os esforços foram concentrados em projetos estruturantes e respostas às demandas da sociedade que marcaram o ano de 2025:

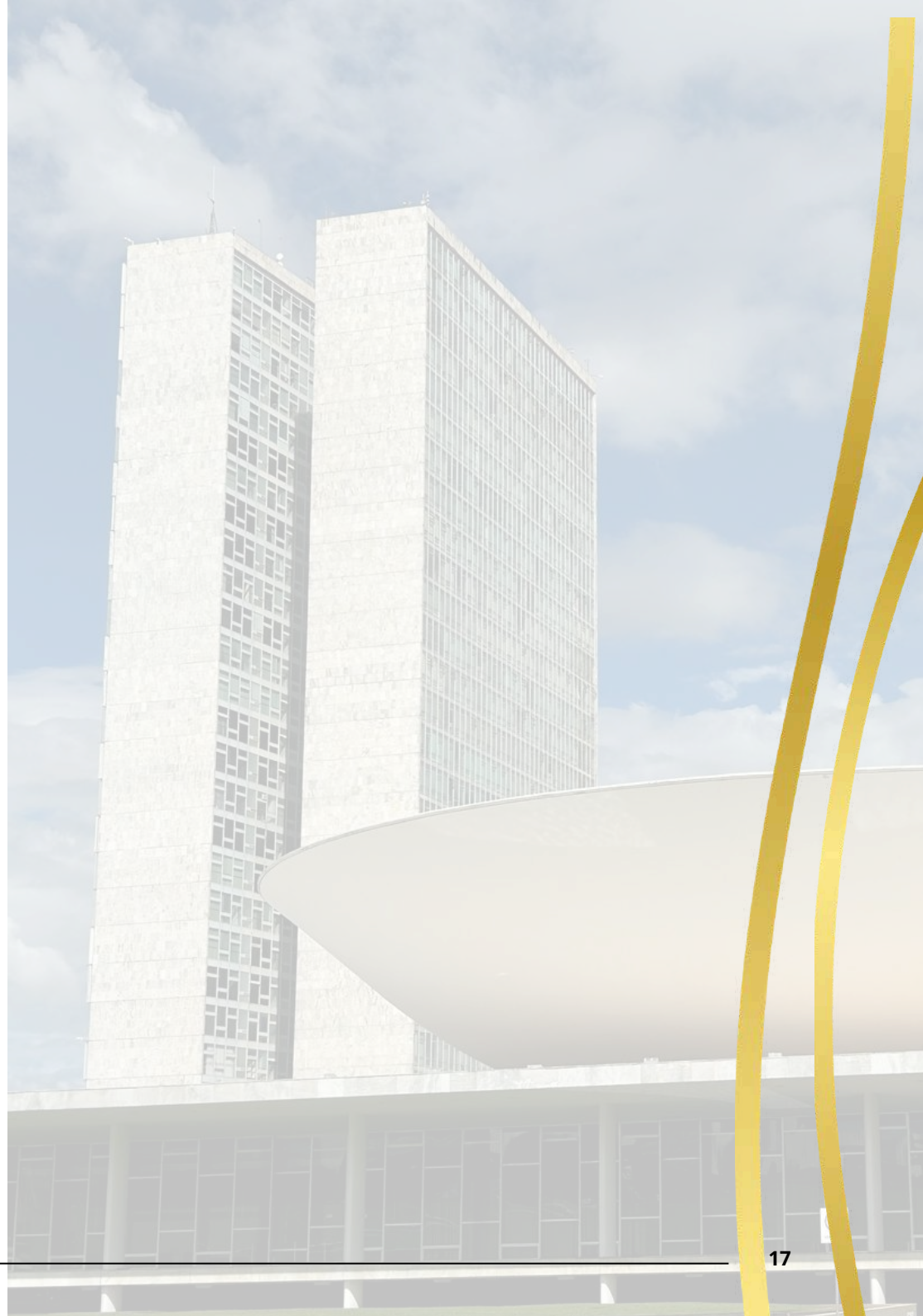
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

O último ano foi marcado por avanços estratégicos, especialmente diante das novas dinâmicas da criminalidade no país, as quais motivaram o Ministério a propor medidas legislativas inovadoras, a saber:

PEC da Segurança Pública

Constituída sob liderança técnica do MJSP, a proposta visa conferir à União competência para estabelecer diretrizes gerais de segurança, constitucionalizar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), integrar as forças de segurança de todos os entes federados e padronizar protocolos, informações e dados estatísticos para aumentar a efetividade do combate ao crime organizado.

Com atuação do MJSP, em julho de 2025 a proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e avançou para uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados, momento em que o MJSP contribuiu para a elaboração de substitutivo destinado a preservar a autonomia estadual e a modernizar a integração de dados.



Lei Antifacção

Focada no enfrentamento qualificado às organizações criminosas por meio de inteligência e descapitalização financeira, a proposta desloca a lógica da atuação estatal da prisão em flagrante para a desarticulação do sistema das organizações criminosas. O texto original estrutura-se na tipificação específica de "Facção Criminosa", no perdimento alargado de bens e na implementação do Banco Nacional de Medidas Cautelares.

A atuação decisiva do MJSP, por meio da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL), garantiu celeridade à aprovação da matéria pelo Plenário da Câmara, em novembro de 2025. Com o envio ao Senado Federal, os esforços concentram-se no fornecimento de subsídios ao relator, visando resgatar pontos fundamentais do projeto. No retorno à Câmara, a SAL pretende novamente trabalhar para a manutenção do texto mais próximo do apresentado pelo Executivo e viabilizar sua rápida sanção.

Prevenção à Corrupção e Inteligência Financeira

O Ministério priorizou o acompanhamento do Projeto de Lei nº 4.568, de 2021, que institucionaliza a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab). A medida visa conferir perenidade à infraestrutura de inteligência financeira do país, superando o modelo de cooperações transitórias para estabelecer um ecossistema robusto. A proposta permite a integração de metodologias avançadas e o cruzamento de dados complexos, essenciais para o mapeamento de fluxos de capitais ilícitos e para a blindagem do erário contra desvios de recursos públicos.

A relevância desse marco legislativo reside na asfixia econômica das organizações criminosas, alinhando o Brasil às diretrizes internacionais do Grupo de Ação Financeira (GAFI). Ao garantir a estabilidade institucional dos laboratórios, o MJSP potencializa a capacidade de "seguir o dinheiro" (*follow the money*), transformando a análise técnica em ferramenta de alta resolutividade para o bloqueio e a recuperação de ativos. Assim, o fortalecimento da Rede-Lab não apenas moderniza o combate à lavagem de dinheiro, mas também assegura que o Estado possua meios técnicos permanentes para desarticular as bases financeiras da corrupção e do crime organizado.

Enfrentamento à Violência contra a Mulher

No exercício de 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) reafirmou seu compromisso com a promoção e a proteção dos direitos das mulheres, dando continuidade e ampliando o arcabouço normativo e institucional consolidado nos ciclos anteriores. A atuação do MJSP foi decisiva para a conversão de proposições legislativas estratégicas em normas cogentes, conferindo maior rigor penal e eficácia processual ao combate à violência de gênero.

Nesse contexto, destacam-se, a seguir, os marcos legislativos fundamentais para o fortalecimento da rede de proteção:

Aperfeiçoamento dos Prazos Prescricionais

A Lei nº 15.160, de 2025, oriunda do Projeto de Lei nº 419, de 2023, constituiu importante avanço no enfrentamento à impunidade nos crimes contra a dignidade sexual. A norma suprimiu a circunstância atenuante que permitia a redução do prazo prescricional em casos de violência sexual contra a mulher quando o autor fosse menor de 21 anos à época do fato ou maior de 70 anos na data da sentença. Com essa alteração, a legislação assegura a manutenção da pretensão punitiva do Estado por período adequado à apuração e à conclusão de investigações complexas, reforçando a proteção dos direitos das vítimas e o acesso à justiça.

Enfrentamento à Violência Digital e Tecnológica

Em resposta à evolução das ameaças no ambiente virtual, a Lei nº 15.123, de 2025 (originada do Projeto de Lei nº 370, de 2024) atualizou o ordenamento jurídico ao prever o agravamento da pena para o crime de violência psicológica quando praticado com o uso de inteligência artificial ou de tecnologias de *deepfake*. A medida visa inibir a utilização de recursos de manipulação digital para humilhar, constranger ou isolar socialmente mulheres, fortalecendo a proteção de seus direitos no contexto das novas tecnologias.

Fortalecimento do Monitoramento Biométrico

A Lei nº 15.125, de 2025, oriunda do Projeto de Lei nº 5.427, de 2023, regulamentou o uso do monitoramento eletrônico de agressores, conferindo maior efetividade e operacionalidade às medidas protetivas de urgência. Ao institucionalizar o emprego de tornozeleiras eletrônicas como instrumento de prevenção secundária, a norma possibilita o monitoramento contínuo e em tempo real do cumprimento dos perímetros de segurança definidos pelo Poder Judiciário, contribuindo para a proteção das vítimas e a redução de riscos de reincidência.

Patrulha Maria da Penha

Em complemento às normas sancionadas, a SAL manteve acompanhamento prioritário do Projeto de Lei nº 5.852, de 2023, que trata da institucionalização da Patrulha Maria da Penha. A proposta tem por objetivo ampliar a capilaridade das rondas preventivas em âmbito nacional, promovendo a integração entre as polícias estaduais e as guardas municipais, com vistas à consolidação de um modelo de atuação harmonizado, especializado e voltado à proteção efetiva das mulheres em situação de violência.



Proteção às Crianças e aos Adolescentes

O MJSP tem reafirmado seu compromisso com a proteção integral de crianças e adolescentes por meio da formulação e do encaminhamento de propostas de alteração legislativa destinadas ao aprimoramento do ordenamento jurídico

Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital)

O MJSP atuou em uma frente crítica de proteção de populações vulneráveis, especialmente no que tange ao público infantojuvenil no ecossistema digital. A iniciativa culminou na aprovação do Projeto de Lei nº 2.628, de 2022, sancionado como a Lei nº 15.211, de 2025.

A norma decorre de amplo processo de diálogo multissetorial coordenado pelo MJSP, e estabelece um marco regulatório que estende o princípio da prioridade absoluta à dimensão virtual.

A legislação impõe obrigações diretas a provedores de serviços de tecnologia e plataformas digitais, estruturando-se em quatro eixos centrais:

- Adoção de medidas de segurança por design e de configurações protetivas em produtos e serviços digitais destinados ao público infantojuvenil;
- Fortalecimento da supervisão parental, com mecanismos de verificação etária e vinculação de contas;
- Restrição à exploração comercial e algorítmica, vedando o perfilamento comportamental e a análise emocional para fins de publicidade direcionada a crianças; e
- Estabelecimento de protocolos de cuidado e resposta, com responsabilidades claras para a mitigação e remoção de conteúdos nocivos.



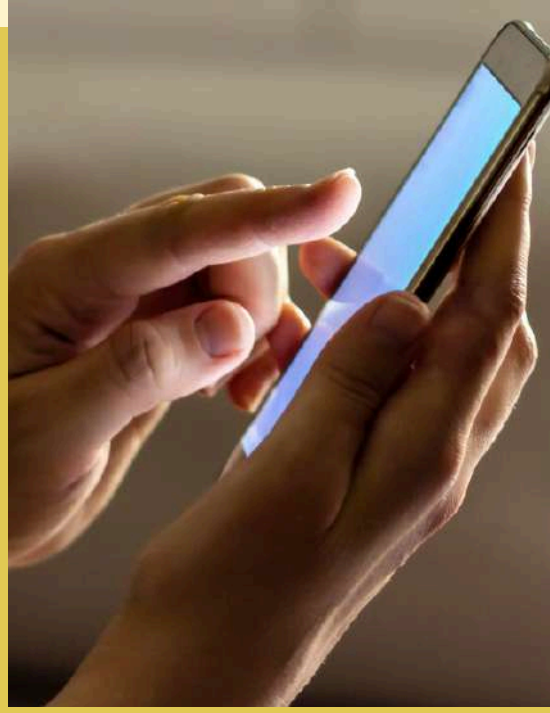
Crimes Patrimoniais e Saúde Pública

Ao identificar lacunas e fragilidades na legislação vigente, o Ministério atuou também na construção de medidas visando fortalecer a repressão qualificada a furtos, roubos e fraudes, bem como coibir práticas criminosas relacionadas à falsificação de medicamentos, ao contrabando de produtos sujeitos à vigilância sanitária e a outras condutas que colocam em risco a coletividade.

Endurecimento do furto e roubo de celulares e equipamentos de telecomunicação

Em outra frente, respondendo aos índices de crimes patrimoniais que afetam diretamente a população, o Ministério elaborou e apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.073, de 2025, que almeja enfraquecer a cadeia econômica do furto e roubo de celulares e equipamentos de telecomunicação, e endurecer o tratamento penal de quem alimenta o comércio ilegal de produtos roubados. O texto foca especificamente no aumento de penas para a subtração e a comercialização ilegal de telefones celulares, cabos de energia e equipamentos de telecomunicações, tipificando com maior rigor a conduta de quem "desbloqueia" ou revende esses aparelhos.

A atuação do Ministério foi decisiva para agilizar a tramitação e aprovação da matéria na Câmara dos Deputados. Após o encaminhamento ao Senado Federal, a interlocução conduzida pela Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos contribuiu para a proposição ser incluída como prioridade na agenda de segurança pública.



Crise do Metanol

A crise sanitária ocorrida entre agosto e dezembro de 2025, decorrente do uso de metanol em bebidas alcoólicas, impulsionou a tramitação acelerada de proposições legislativas, com atuação decisiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública para assegurar a aprovação de medidas voltadas ao recrudescimento das penas aplicáveis a crimes contra a saúde pública.

Nesse contexto, o MJSP articulou, em outubro de 2025, a aprovação do Projeto de Lei nº 2.307, de 2007, na Câmara dos Deputados, que institui o Sistema Nacional de Rastreabilidade de Bebidas (SINARB) e estabelece sanções mais rigorosas para a adulteração, falsificação ou corrupção de bebidas e combustíveis com substâncias tóxicas.

No Senado Federal, passou a ter prioridade a tramitação do Projeto de Lei nº 5.022, de 2025, apresentado durante o auge da crise, que tipifica de forma específica o crime de uso irregular de metanol, prevendo penas de reclusão de 12 a 25 anos nos casos que resultem em morte, além da aplicação de multas administrativas às empresas envolvidas na cadeia ilícita.

Monitoramento Estratégico e Controle da Cadeia do Ouro

No âmbito das ações de preservação da ordem pública e da proteção ao patrimônio ambiental, o MJSP mantém vigilância prioritária sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 3.025, de 2023. Essa proposição legislativa é considerada fundamental para a desarticulação das bases financeiras do garimpo ilegal e das organizações criminosas que operam na Amazônia Legal.

A proposta regulatória tem por finalidade substituir o atual regime de presunção de boa-fé por um modelo robusto de rastreabilidade integral, assegurando o controle de todas as etapas da cadeia econômica do ouro, desde a origem da extração até a custódia final.



Para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a aprovação desse marco normativo configura um instrumento de segurança pública preventiva, ao impedir a inserção de ouro de origem ilícita no mercado formal, coibindo o chamado "esquentamento" e reduzindo os incentivos econômicos à invasão de Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Tecnologia, Inovação e Direitos Digitais

O Ministério tem buscado fortalecer instrumentos de enfrentamento aos crimes cibernéticos, bem como aprimorar os mecanismos de proteção de dados e garantir maior segurança jurídica nas relações digitais, em diálogo com diplomas como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Marco Civil da Inteligência Artificial

Em 2025, o MJSP exerceu papel de destaque no debate sobre a governança de novas tecnologias, atuando como um dos principais interlocutores do Governo Federal na construção de um marco regulatório voltado ao equilíbrio entre inovação, segurança pública e a proteção de direitos fundamentais.

Nesse contexto, a tramitação do Projeto de Lei nº 2.338, de 2023, que institui o Marco Civil da Inteligência Artificial, consolidou-se como prioridade na agenda legislativa. O Ministério da Justiça e Segurança Pública prestou apoio técnico à proposição, defendendo que a segurança jurídica e a proteção de direitos fundamentais constituem condições essenciais para o fomento à inovação tecnológica. Em atuação estratégica junto à Comissão Especial da Câmara dos Deputados, o MJSP manifestou-se favoravelmente à atribuição da coordenação do sistema à Agência Nacional de Proteção

de Dados (ANPD), em razão de sua transversalidade institucional e de sua experiência técnica.

Adicionalmente, a articulação ministerial concentrou-se na preservação de dispositivos centrais para a governança responsável da inteligência artificial, tais como a exigência de avaliações de impacto algorítmico e a vedação expressa de sistemas de Inteligência Artificial (IA) de risco excessivo, especialmente aqueles que exploram vulnerabilidades de grupos específicos ou que possibilitam práticas de ranqueamento social pelo Estado.

Regulação de Mercados Digitais e Defesa Econômica

Em setembro de 2025, o Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei nº 4.675, de 2025, que altera a Lei nº 12.529, de 2011, para estabelecer um novo marco regulatório para a economia digital no Brasil. A proposta visa prevenir o exercício de poder econômico excessivo por grandes plataformas digitais, garantindo um ambiente de livre iniciativa e concorrência justa.

O projeto cria a Superintendência de Mercados Digitais no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e atribui ao Conselho novas competências, como:

- Designar agentes econômicos considerados de relevância sistêmica em mercados digitais; e
- impor deveres especiais a esses agentes, com o objetivo de promover e proteger a concorrência em mercados e ecossistemas digitais.

Mitigação do Racismo Algorítmico

Antecipando-se à legislação geral e preenchendo uma lacuna normativa crítica, o MJSP também atuou na elaboração e defesa de diretrizes para o uso de tecnologias de reconhecimento facial e análise preditiva pelas forças policiais.

No âmbito infralegal, o Ministério publicou, em junho de 2025, a Portaria que estabelece diretrizes para o uso de IA no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A proposta foi analisada pela SAL, e foi feito esforço para seu alinhamento com as propostas legislativas em tramitação, garantindo que o uso de tecnologias intrusivas dependa de protocolos de auditabilidade para mitigar o racismo algorítmico e os vieses discriminatórios.

Combate às Deepfakes

Na esteira dos desafios observados nas eleições de 2024, a Secretaria apoiou tecnicamente a tramitação de propostas que criminalizam o uso não consentido de *deepfakes*, com foco na tipificação do uso dessas ferramentas para a prática de fraudes, violência de gênero (pornografia de vingança), pedofilia e manipulação do processo eleitoral, buscando harmonizar o Código Penal e o Código Eleitoral com a nova realidade tecnológica.



Emendas Parlamentares

Em 2025, foram articuladas e aprovadas matérias orçamentárias de interesse do MJSP, a partir da eficiência na governança do ciclo de vida das emendas parlamentares.
O acompanhamento institucional apresentou índices de execução próximos à totalidade, refletindo uma articulação técnica rigorosa, como detalhado a seguir:

Tipo de Emenda	Valor Empenhado (R$)	Percentual Empenhado
Individuais (RP6)	R$ 211.895.710,81	99,3%
Bancada (RP7)	R$ 463.365.259,65	86,2%

Fonte: Tesouro Gerencial

A eficácia dos números apresentados decorre do modelo de gestão aplicado, baseado em cinco eixos:

1. **Instrução Normativa e Processual**
Recebimento e triagem rigorosa de demandas, assegurando a conformidade jurídica e técnica antes do encaminhamento às secretarias finalísticas.

2. **Articulação com Ponto Focal**
Interlocução contínua com gabinetes e assessorias parlamentares, voltada ao alinhamento de expectativas, ao esclarecimento de limites administrativos e ao fortalecimento do diálogo institucional.

3. **Monitoramento Técnico**
Acompanhamento sistemático das manifestações das unidades executoras, com vistas a subsidiar a tomada de decisões da Alta Administração e qualificar as respostas institucionais.

4. **Apoio à Transparência**
Elaboração de informações e despachos para órgãos de controle, garantindo a rastreabilidade das indicações de beneficiários e alterações de modalidade.

5. **Interlocução Permanente no Congresso**
Presença ativa nas comissões e plenários para fornecer suporte técnico às demandas parlamentares que impactam diretamente as competências do Ministério, assegurando o alinhamento político-institucional e a construção dialógica de soluções legislativas.

MODELO DE NEGÓCIOS DO MJSP

INSUMOS

ORÇAMENTO
R$ 22,68 BI

CUSTOS
R$ 14,52 BI

FORÇA DE TRABALHO
29.972 SERVIDORES

ESTRATÉGIAS

- Promoção da segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade
- Promoção do acesso à justiça e proteção dos direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais
- Fortalecimento da prevenção e do enfrentamento à criminalidade
- Promoção de uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas
- Fortalecimento da segurança viária e da mobilidade nas rodovias federais
- Promoção da valorização e da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública
- Promoção da gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas
- Aprimoramento do processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas

RESULTADOS

- + de 55 mil munições apreendidas pela PRF
- Redução de latrocínios em 17,58%
- + de 175 mil pessoas privadas de liberdade em atividades laborais
- 99% de execução orçamentária
- + de 1,16 bilhão de repasse aos Estados pelo FNSP
- + de 3,5 mil operações realizadas pela PF
- + de 2,5 mil armas de fogo apreendidas pela PRF
- + de 1,5 mil empresas cadastradas na plataforma consumidor.gov
- + de 7 mil veículos recuperados pela PRF
- + de 15 milhões de prejuízos ao crime, com a apreensão de bens e valores de organizações criminosas
- Redução de 7,8% do desmatamento na Amazônia Legal em relação a 2024
- + de 29 mil processos de naturalização decididos
- Redução de homicídios em 10,49%

IMPACTOS

- Prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro
- Gestão efetiva e eficiente dos recursos apreendidos do crime para financiamento de políticas públicas
- Garantia de direitos do cidadão, do migrante e do refugiado
- Proteção e segurança da sociedade
- Defesa do consumidor e do ambiente concorrencial saudável

GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Diante da constante necessidade de aprimorar a eficiência do Estado, os instrumentos voltados para a melhoria da governança pública no país têm ganhado relevância nas últimas décadas. Nesse contexto, foi publicado o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que trata da política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O referido decreto define a governança pública como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, implementados para avaliar, orientar e monitorar a gestão, para conduzir políticas públicas e fornecer serviços de interesse da sociedade.

Em atendimento às orientações do Governo Federal e visando o aprimoramento e a eficiência de seus resultados, o Ministério da Justiça e Segurança Pública implementou seu Sistema de Governança (SG-MJSP) no ano de 2019, por meio da Portaria nº 86, de 29 de janeiro de 2019, a qual foi aprimorada ao longo dos anos. Atualmente, o Sistema de Governança do MJSP é regulamentado pela Portaria n° 2, de 28 de janeiro de 2022, que o caracteriza como um conjunto de práticas gerenciais voltado à entrega de valor público para a sociedade, para estabelecer o modelo de tomada de decisões sobre planejamento estratégico, políticas públicas, integridade, riscos e controles, informação, recursos de tecnologia da informação e comunicação, dados e sistemas de informação, contratações, pessoal e transparência.

O SG-MJSP foi idealizado a partir dos princípios, diretrizes e mecanismos definidos na política de governança da administração pública federal e das recomendações provenientes de manuais, guias e resoluções aprovados pelo Comitê Interministerial de Governança (CIG), nos termos do inciso II do art. 9º do Decreto nº 9.203, de 2017.

A instância máxima do Sistema de Governança do MJSP é o Comitê de Governança Estratégica (CGE) e possui a competência de avaliar e aprovar as iniciativas de gestão estratégica, de gestão de riscos e controles internos, de gestão de transparência, de gestão de integridade, de gestão de políticas públicas, de gestão administrativa, de gestão de dados e à tecnologia e segurança da informação. Dessa forma, para os planos ou políticas de longo prazo e que necessitam de maior controle na sua implementação e monitoramento, o Sistema de Governança do Ministério prevê a possibilidade de criação de Sistemas de Governança Internos (SGIn), compostos por mecanismos de estratégia, de controle e de liderança próprios, coordenados por um Comitê de Governança Estratégica, cuja finalidade específica é avaliar, direcionar e monitorar a gestão e a condução de planos ou políticas públicas específicas, conforme diretrizes do Governo Federal.

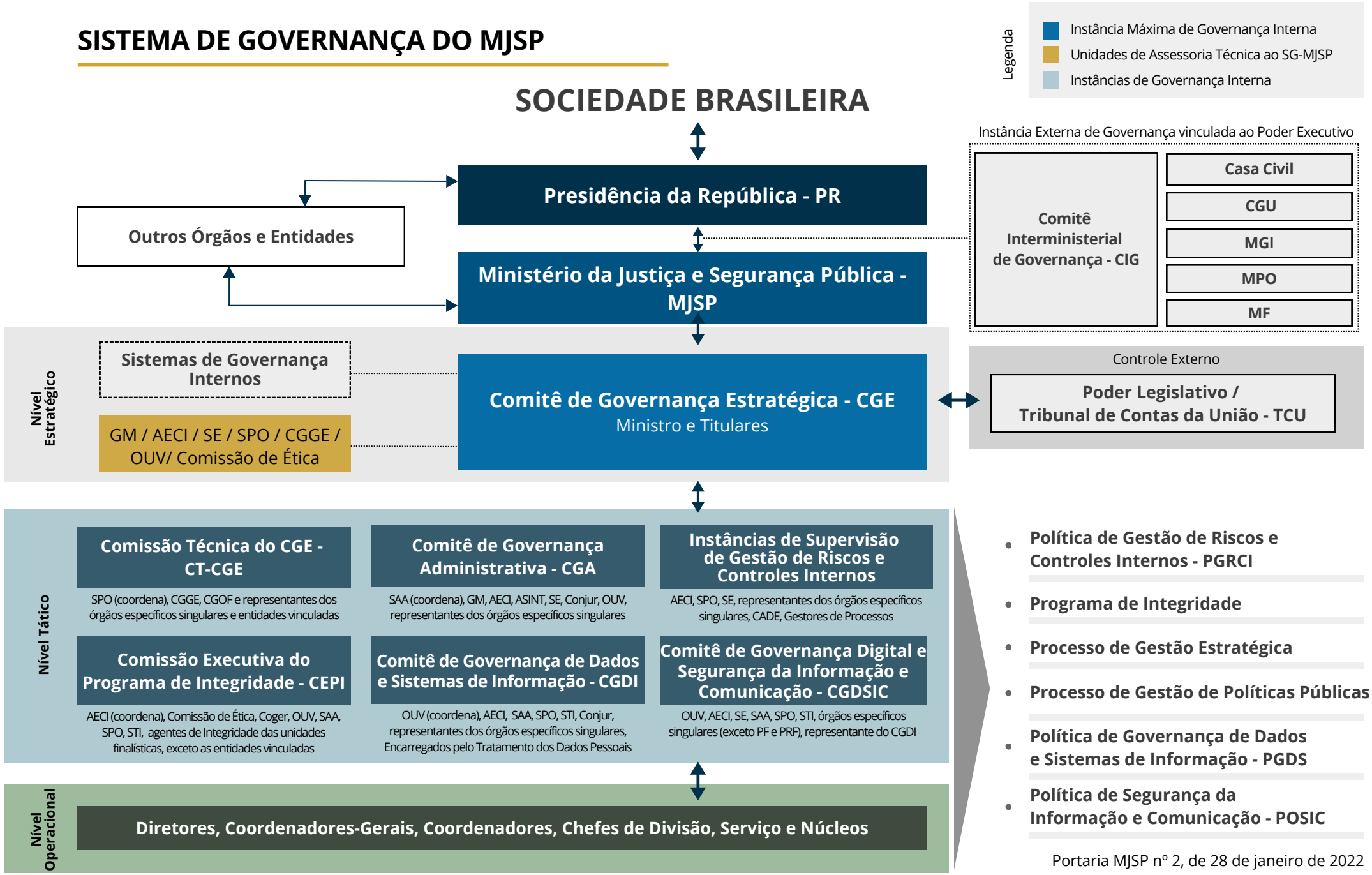
A Portaria n° 2, de 2022, estabelece como elementos da governança do SG-MJSP a gestão estratégica, administrativa, de riscos e controles internos, de integridade, de políticas públicas, de transparência, de dados e de sistema de informação e de tecnologia da informação e comunicação. Esses elementos são administrados por comitês, comissões e instâncias, conforme ilustrado a seguir.

Comitê de Governança Estratégica - CGE

- Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE;
- Comitê de Governança Administrativa - CGA;
- Comissão Executiva do Programa de Integridade do MJSP - CEPI;
- Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI;
- Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC;
- Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos.

Cabe ressaltar que, embora cada uma das instâncias que compõem o SG-MJSP atue em sua temática específica, as ações possuem caráter interdisciplinar e intersetorial, tendo como instância máxima o Comitê de Governança Estratégica, cuja atribuição, conforme disposto no §1º do art. 16 da Portaria nº 2, de 2022, "avaliar e aprovar as iniciativas de gestão estratégica, de gestão de riscos e controles internos, de gestão de transparência, de gestão de integridade, de gestão de políticas públicas, de gestão administrativa, de gestão de dados e sistemas de informação e de tecnologia de informação e comunicação".

SISTEMA DE GOVERNANÇA DO MJSP



Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022

ESTRATÉGIA DO MJSP

O Ministério desenvolveu o Planejamento Estratégico 2024–2027 de forma colaborativa com suas unidades organizacionais, com o objetivo de fortalecer continuamente seus instrumentos de governança e promover resultados mais eficazes para a sociedade. A iniciativa foi conduzida com base no processo de gestão estratégica estabelecido pelo sistema de governança institucional, nos termos do anexo X da Portaria nº 2, de 2022, contemplando as seguintes etapas de elaboração:

1

Análise de ambientes:
Para a análise de contexto do órgão, foram utilizadas as seguintes ferramentas: cadeia de valor — contendo os macroprocessos e processos finalísticos e de governança, gestão e suporte; e Matriz *SWOT* (em português, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) — identificação dos fatores internos e externos que impactam significativamente a atuação do órgão e, consequentemente, a entrega de valor aos seus clientes.

2

Definição de diretrizes estratégicas:
O Ministério definiu as diretrizes estratégicas, a partir da análise de ambientes, que consistem em temas orientadores para o desdobramento e para a realização da estratégia. Cumpre registrar que, conforme orientações estabelecidas nos incisos I e II do art. 1º do Anexo I da Portaria nº 2, de 2022, cabe ao Comitê de Governança Estratégica (CGE) a definição das diretrizes estratégicas do Ministério e a promoção do alinhamento e da convergência de seu planejamento com as diretrizes estratégicas.

3

Definição da missão, da visão e dos valores:
Etapa que definiu o propósito da instituição, o que se deseja atingir ou ser a médio e longo prazo e os padrões de conduta que pautam o órgão.

4

Desdobramento da estratégia:
Elaboração dos objetivos estratégicos a serem atingidos pela organização no horizonte de tempo planejado para a definição do mapa estratégico, que contempla também a missão, a visão e os valores, bem como a definição de indicadores e metas e de projetos estratégicos.

Concluídas as etapas de elaboração do Planejamento Estratégico 2024–2027, seu conteúdo foi validado pelos membros do Comitê de Governança Estratégica (CGE), por meio da Resolução nº 27, de 19 de junho de 2024, sendo posteriormente aprovado pela Portaria nº 714, de 24 de junho de 2024.

MAPA ESTRATÉGICO E SEU DETALHAMENTO

Com o propósito de assegurar à população a preservação de seus direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, o Ministério definiu a missão institucional **"Atuar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, zelando pela ordem jurídica, pelo cumprimento de garantias constitucionais e pela implantação de uma política de segurança pública cidadã"**, por meio da elaboração e da execução de políticas públicas voltadas à segurança pública, ao acesso à justiça e à promoção e à proteção de direitos. O Ministério atua em uma ampla gama de temáticas estratégicas, com destaque para o enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro, do crime organizado, da criminalidade violenta e do financiamento do terrorismo. Também desempenha papel relevante na promoção da defesa da concorrência e dos direitos do consumidor, no fortalecimento da gestão do sistema prisional e na garantia de direitos de cidadãos, migrantes, refugiados e pessoas privadas de liberdade. Ademais, exerce atribuições relacionadas à gestão e à alienação de bens oriundos de atividades criminosas.

Foi estabelecida também a visão: **"Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da democracia e essencial na defesa da cidadania, na proteção de direitos, no fortalecimento do acesso à justiça e na gestão de uma política de segurança pública humanizada, em cooperação com os entes federados e com os demais Poderes"**, expressando a idealização de um futuro desejado, de forma sucinta e inspiradora, alinhada aos temas estratégicos.

Posteriormente, foi realizada uma consulta junto aos colaboradores, que culminou na identificação dos cinco principais valores institucionais norteadores do MJSP, que representam os padrões de conduta pelos quais os integrantes da instituição devem se pautar. São eles:

- **Defesa do Interesse Público**
- **Comprometimento**
- **Ética**
- **Atuação Colaborativa**
- **Valorização das Pessoas**

O Mapa Estratégico do Ministério foi elaborado a partir da metodologia *Balance Scorecard* (BSC), que consiste na representação visual da estratégia do MJSP, por meio da combinação desses elementos e da integração de 12 objetivos, divididos em 3 perspectivas: (i) Sociedade e Governo, (ii) Foco de Atuação e (iii) Pessoas e Infraestrutura.

Com o propósito de direcionar os esforços para o alcance dos objetivos estratégicos, foram definidos indicadores, e suas respectivas metas, visando mensurar o progresso do órgão e identificar pontos de destaque e de melhoria. Além dos indicadores estratégicos, os projetos estratégicos refletem as principais entregas e indicam o grau de êxito na consecução das iniciativas voltadas à transformação exigida pelos respectivos objetivos.

No âmbito da gestão de projetos, o Ministério utiliza a metodologia do *Project Management Institute* (PMI), adaptada à sua realidade, para o processo de definição e de monitoramento da sua carteira estratégica.

Assim, o Ministério desdobrou sua estratégia em objetivos estratégicos, os quais estão relacionados a 47 indicadores e a 38 projetos estratégicos, disponíveis no link.



Fonte: MJSP

MAPA ESTRATÉGICO

2024 ▪ 2027

Ministério da Justiça e Segurança Pública

MISSÃO

Atuar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, zelando pela ordem jurídica, pelo cumprimento de garantias constitucionais e pela implantação de uma política de segurança pública cidadã.

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da democracia e essencial na defesa da cidadania, na proteção de direitos, no fortalecimento do acesso à justiça e na gestão de uma política de segurança pública humanizada, em cooperação com os entes federados e com os demais Poderes.

VALORES

Ética | Valorização das Pessoas | Defesa do Interesse Público | Comprometimento | Atuação Colaborativa

SOCIEDADE E GOVERNO

- Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade
- Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais

FOCO DE ATUAÇÃO

- Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade
- Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas
- Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais
- Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública
- Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas
- Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas

PESSOAS E INFRAESTRUTURA

- Promover a valorização, o desenvolvimento, a atração e a retenção de talentos
- Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional
- Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC
- Otimizar a gestão orçamentária e financeira

MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA NO ÂMBITO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA (CGE)

A implementação do Planejamento Estratégico do Ministério é verificada por meio do monitoramento do desempenho dos indicadores e dos projetos relacionados aos objetivos estratégicos.

No âmbito do sistema de governança, de acordo com o art. 3º do Anexo X da Portaria nº 2, de 2022, os resultados serão avaliados e monitorados periodicamente, no âmbito do CGE. Esse processo foi estruturado para integrar as rotinas de gestão das principais entregas das políticas públicas executadas pelo Ministério, possibilitando o acompanhamento contínuo da evolução do planejamento estratégico, e compreende os seguintes eventos, a saber:

Ciclos de monitoramento mensal

Constituem uma oportunidade para que os titulares ou seus representantes apresentem os resultados dos indicadores e dos projetos estratégicos vinculados às suas respectivas Unidades. Durante essas sessões, são analisados os desempenhos que divergem das metas previstas, bem como as tendências identificadas, permitindo a formulação de considerações gerenciais fundamentadas no contexto apresentado. Dessa forma, a reunião permite que os titulares das diferentes áreas tenham contato com os temas e os desafios estratégicos do órgão, a fim de identificar e tratar tópicos, riscos e desafios transversais que demandem soluções integradas e sinérgicas.

Os ciclos de monitoramento foram realizados conforme o previsto para o ano de 2025, com as coletas dos indicadores estratégicos pelas unidades conforme a periodicidade estabelecida, demonstrando o nível de atingimento das respectivas metas de seus objetivos estratégicos. Em relação aos projetos estratégicos, as unidades informaram a situação do andamento de suas entregas, tendo como foco a relação entre o planejado e o executado durante o período.

Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE)

Preferencialmente realizada em ciclos quadrimestrais, visa principalmente refletir sobre os resultados estratégicos mais relevantes e identificar oportunidades de ajustes em função das variáveis ambientais, com a consequente revisão pontual de seus principais elementos.

Durante os meses de outubro a dezembro, realizou-se adequações no planejamento estratégico, por ocasião da Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE. Desse modo, foram feitos ajustes nos indicadores e metas para alinhamento ao Plano Plurianual – PPA, bem como nos projetos, validados pelo Comitê de Governança Estratégica - CGE, por meio da Resolução nº 29, de 29 de dezembro de 2025, resultando em 47 indicadores estratégicos e 38 projetos estratégicos.

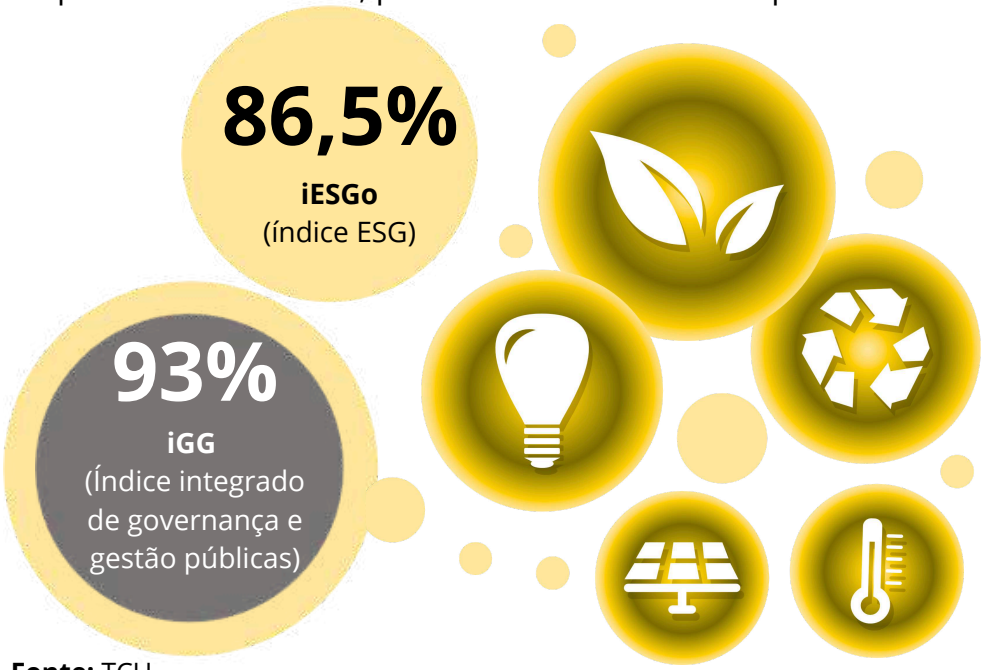
APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DE GERAR VALOR

O fortalecimento da governança institucional permanece como um dos pilares estratégicos para o aprimoramento da capacidade de atuação do Ministério, refletindo o compromisso com uma gestão pública moderna, transparente e orientada a resultados. A consolidação de uma governança eficiente tem se mostrado determinante para assegurar que o interesse público seja plenamente atendido, por meio da criação de um ambiente organizacional que favoreça a formulação, a coordenação e a execução integrada e eficaz de políticas públicas.

Em 2025, o processo de amadurecimento da governança no Ministério prosseguiu de maneira gradual e consistente, sustentado pela adoção de práticas estruturadas voltadas ao fortalecimento da gestão, ao aperfeiçoamento da tomada de decisão e ao aumento da eficiência institucional. Essa trajetória, iniciada em ciclos anteriores, tem contribuído para consolidar uma cultura organizacional pautada pela responsabilidade, pela ética e pela entrega de valor à sociedade.

Os resultados obtidos na última avaliação de referência à pesquisa do Índice de Governança e Sustentabilidade (iESGo), realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2024 continuam sendo um importante marco de desempenho.

Na ocasião, o Ministério alcançou **86,5%** de aderência às práticas de governança, gestão, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social, posicionando-se no nível aprimorado.



Fonte: TCU

A partir desse resultado, as ações desenvolvidas em 2025 concentraram-se na continuidade das melhorias identificadas na pesquisa anterior, buscando consolidar os avanços já alcançados e ampliar a integração dos aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) às práticas institucionais. Embora não tenha havido nova edição do iESGo em 2025, o Ministério manteve iniciativas voltadas ao aprimoramento contínuo de suas práticas de governança, com o objetivo de preservar o elevado nível de maturidade institucional alcançado e fortalecer uma gestão pública orientada a resultados sustentáveis.

HISTÓRICO DA SITUAÇÃO DE GOVERNANÇA NO MJSP

Seguem abaixo os índices de maturidade da governança e da gestão no Ministério, apurados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com base na autoavaliação da Pasta, nos temas de sustentabilidade ambiental e social, governança pública organizacional, de governança e gestão da tecnologia da informação, de pessoas, de contratações e orçamentária.

Indicador	2017	2018	2021	2024
iESGo (índice ESG)	-	-	-	86,5%
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)	-	-	-	44,8%
iGovSustentAmb (índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental)	-	-	-	56,2%
iGovSustentSocial (índice de governança e gestão da sustentabilidade social)	-	-	-	35,5%
iGG - índice integrado de governança e gestão públicas	47%	66%	85%	93,1%
iGovPub - índice de governança pública	40%	68%	97%	94,8%
iGovPessoas - índice de governança e gestão de pessoas	44%	58%	87%	93,9%
iGestPessoas	45%	52%	72%	89,3%
iGovTI - índice de governança de gestão de Tecnologia da Informação - TI	51%	70%	91%	96,4%
iGestTI	47%	70%	86%	93,1%
iGovContrat - índice de governança e gestão de contratações	51%	66%	87%	93,8%
iGestContrat	51%	67%	80%	88,8%
iGovOrcament - índice de governança e gestão orçamentária	-	-	92%	100%
iGestOrcament - índice de capacidade em gestão orçamentária	-	-	86%	100%

Fonte: TCU

MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas materiais foram definidos a partir de um processo estruturado de identificação, análise e hierarquização das questões consideradas mais relevantes para a atuação institucional e para a geração de valor público pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em diferentes horizontes temporais: curto, médio e longo prazo.

No exercício de 2025, a definição da materialidade observou critérios alinhados à relevância estratégica do órgão e ao impacto de suas entregas à sociedade. Como resultado, foram priorizados 38 projetos estratégicos, dos quais 36 possuem caráter finalístico, estabelecidos no contexto do Planejamento Estratégico 2024–2027, articulados aos 12 objetivos estratégicos e vinculados às 39 Políticas Públicas sob responsabilidade do Ministério.

12
Objetivos Estratégicos
Definidos no âmbito do Planejamento Estratégico 2024-2027

38
Projetos Estratégicos
Vinculados aos Objetivos Estratégicos

39
Políticas Públicas
Relacionadas aos Objetivos Estratégicos

PROJETOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER A SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ E HUMANIZADA, COM ESPECIAL ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal
- Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres
- Mapear 2.0
- Câmeras corporais
- Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida
- SUSP Mulheres

OBJETIVO ESTRATÉGICO

APRIMORAR O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E SUA EFETIVA APLICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos - SIGAP 2.0

OBJETIVO ESTRATÉGICO

FORTALECER A PREVENÇÃO E O ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- ABIS - Nacional
- Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos
- Fortalecimento da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB)
- Qualificação da investigação de homicídios
- Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos
- Brasil M.A.I.S - Meio Ambiente Integrado e Seguro
- InovaCiber
- Laboratório Nacional de Isótopos Forenses (LANIF)
- Programa Ouro Alvo (POA)
- Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (ENFOC)
- Prometheus

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER O ACESSO À JUSTIÇA E PROTEGER OS DIREITOS DO CIDADÃO, INCLUSIVE OS DIGITAIS E OS DADOS PESSOAIS

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br com foco na desjudicialização
- Fortalecimento da autoridade central para a cooperação jurídica internacional
- Democratização do acesso à justiça
- Mais Justiça na Amazônia
- Defensoria em Todos os Cantos
- Implementação da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia (PNMRA)
- Disponibilização do sistema Recall.gov.br
- Celular Seguro
- Programa Antes que Aconteça
- Defensores e defensoras populares

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER UMA EXECUÇÃO PENAL JUSTA, QUE VIABILIZA A REINTEGRAÇÃO SOCIAL E A INATIVIDADE DAS LIDERANÇAS CRIMINOSAS

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Muralhas do Sistema Penitenciário Federal
- SISDEPEN Indivíduos
- Oficinas de trabalho prisional
- Academia Nacional da Polícia Penal
- Dicionário de dados do Plano Pena Justa

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER A GESTÃO TRANSVERSAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

PROJETOS ESTRATÉGICOS

- Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (CDESC)
- Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER A VALORIZAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO ESTRATÉGICO

Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP

OBJETIVO ESTRATÉGICO

POTENCIALIZAR E APRIMORAR A ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Segurança da informação e privacidade

e-Pol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária



POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com o intuito de cumprir com a sua missão institucional, atua na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades e expectativas da sociedade brasileira.

As políticas desenvolvidas pelo Ministério seguem as determinações previstas nos normativos que especificam suas competências e atribuições, como órgão da administração pública federal e estão alinhadas às políticas e programas do Governo Federal, a exemplo da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD), do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC) e do Plano Plurianual (PPA). Além disso, mantém alinhamento com os demais instrumentos de gestão do Ministério, como o Planejamento Estratégico, a Cadeia de Valor e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por intermédio da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE), é realizado o processo de gestão das políticas públicas no âmbito do Ministério. A referida Comissão é a instância de apoio executivo do Comitê de Governança Estratégica (CGE), conforme Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022.

Esse processo envolve a estruturação das políticas públicas do Órgão em uma Carteira, visando o monitoramento, a avaliação e a alocação orçamentária de seus recursos pela alta gestão de modo a contribuir para a tomada de decisão baseada em evidências, para a melhoria da qualidade do gasto, para a racionalização do uso de recursos públicos e para a difusão da cultura da transparência. No âmbito do MJSP é vedada a realização de transferências voluntárias ou obrigatórias de despesas finalísticas, independentemente do instrumento utilizado como a abertura de programas na Plataforma +Brasil, a celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED), a celebração de contrato em benefício de terceiros ou a publicação de editais de chamamento, sem a respectiva vinculação à política pública.

Após a publicação do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprovou a atual estrutura do Ministério, a Carteira foi revisada pelas unidades finalísticas. O trabalho, conduzido no âmbito da CT-CGE, teve como objetivo revisar e aprimorar as políticas públicas vigentes, em conformidade com a nova estrutura e com as competências do MJSP, de modo a aperfeiçoar o instrumento. As unidades revisaram os objetivos, problemas, causas, públicos-alvo, entregas e indicadores das políticas, além de apresentarem novas proposições. A Carteira vigente foi aprovada pela Resolução do Comitê de Governança Estratégica (CGE) nº 26, de 10 de junho de 2024, e encontra-se disponível no site do MJSP, podendo ser acessada por meio do seguinte link.

PLANO PLURIANUAL - PPA

O Plano Plurianual (PPA), regulamentado pelo artigo 165 da Constituição Federal de 1988, é um dos principais instrumentos de planejamento governamental, orientando a ação pública para atender os fundamentos e objetivos da República. Com vigência de quatro anos, o PPA define políticas públicas, programas e diretrizes, além de detalhar os recursos e os métodos necessários para alcançar suas metas.

No contexto dos eixos Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica, Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional, Resultados e Desempenho da Gestão, Conformidade e Eficiência da Gestão, Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis, o atual PPA, instituído pela Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, abrange o período de 2024 a 2027 e traz uma abordagem inovadora, com foco em atender, de maneira integrada, às demandas da população. O Plano combina recursos orçamentários e não orçamentários com objetivos e metas específicos, promovendo um planejamento mais eficiente e orientado para resultados. Essa metodologia permite à alta administração do Governo Federal uma atuação mais assertiva, facilitando a identificação e a resolução de problemas.

Além de desempenhar papel central no planejamento estratégico do governo, o Plano Plurianual (PPA) constitui instrumento essencial à orientação das peças orçamentárias federais, notadamente a Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, que instituiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O referido Plano definiu as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, abrangendo programas, indicadores e resultados a serem alcançados no período de 2024 a 2027. A partir da implementação das novas diretrizes, buscou-se aprimorar os programas, os indicadores e as metas previamente estabelecidos, com vistas ao fortalecimento da efetividade das políticas públicas e à melhoria contínua do planejamento governamental.

Assim, o PPA 2024–2027 foi estruturado da seguinte maneira:

Dimensão estratégica que contempla a visão de futuro, valores, diretrizes estratégicas, objetivos estratégicos, entre outros;

Dimensão tática dividida em camada legal e camada gerencial. Na camada legal estão distribuídos os programas, objetivos gerais, objetivos específicos, indicadores e investimentos plurianuais. Já na camada gerencial estão as entregas, indicadores e medidas institucionais e normativas.

Dentre os principais atributos aprovados na lei do PPA 2024- 2027 estão:

- Os **programas** expressam os propósitos que o órgão deseja atingir com as ações do PPA. Neles constam a descrição do problema, suas causas e informações complementares.
- O **objetivo geral** expressa a mudança na realidade social que o programa visa promover ao enfrentar o problema identificado.
- Os **objetivos específicos** detalham e delimitam o objetivo geral do programa. Eles comunicam cada resultado esperado para o alcance do objetivo do programa, decorrente da entrega de bens ou serviços.
- Os **indicadores** são instrumentos que permitem medir objetivamente o alcance do objetivo planejado. São usados para aferir as mudanças ocorridas (resultados).
- As **entregas** correspondem aos bens e serviços relevantes disponibilizados diretamente à sociedade, para o alcance do objetivo específico ao qual estão vinculadas.
- O **indicador da entrega** é um instrumento que permite medir o alcance da entrega. Ele é usado para medir os recursos empregados e sua forma de utilização (desempenho) e/ou os resultados alcançados (entregas e produtos finais).

Além desses atributos, o PPA 2024-2027 possui outros instrumentos utilizados como ferramentas de planejamento. São eles:

- **Meta:** declara o valor esperado para o indicador no período a que se refere. Considera o montante de recursos disponíveis e a capacidade operacional das instituições envolvidas na execução do programa. A meta está tanto no objetivo específico quanto na entrega.
- **Regionalização da meta:** fornece informações relacionadas à distribuição das metas estipuladas para o programa no território.
- **Investimentos plurianuais:** são investimentos com data de início e término definidos que impactam o programa finalístico em mais de um exercício financeiro.
- **Medidas Institucionais e Normativas:** são atividades normativas de caráter regulatório, de melhoria de ambiente de negócios ou de gestão, relevantes para a sociedade.

No âmbito do processo de monitoramento, o Ministério realizou duas etapas de acompanhamento no exercício de 2025: a primeira no 1º semestre e a segunda ao final do exercício, contemplando o monitoramento completo do período. Nesse processo, foram coletadas informações relativas às camadas legal e gerencial dos programas, sendo os dados registrados em conformidade com os indicadores e metas previamente estabelecidos no planejamento do PPA.

Para apoiar as unidades no preenchimento das informações, foi disponibilizado o Manual de Gestão do PPA, elaborado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), que orienta os procedimentos de monitoramento. Esse acompanhamento teve por finalidade verificar o cumprimento dos compromissos firmados entre a Administração Pública e a sociedade. Cabe ressaltar que a conclusão do ciclo de monitoramento do PPA se dá em meados de fevereiro do ano subsequente.

Após a conclusão do ciclo de monitoramento, inicia-se a etapa de avaliação, conforme orientação do Ministério do Planejamento e Orçamento estabelecida pela Portaria SEPLAN/MPO nº 232, de 31 de julho de 2025. Essa norma define os prazos para a captação de informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) referentes às etapas de monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, ano-base 2025. A avaliação consiste em um recorte analítico voltado a verificar o desempenho e a execução dos programas e de seus atributos ao longo do exercício.

Na sequência dos processos de monitoramento, as unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública podem identificar a necessidade de promover ajustes em determinados atributos do Plano Plurianual (PPA). Nesse contexto, o Ministério também participa do processo de revisão do PPA, que consiste na atualização dos programas com vistas a aprimorar a qualidade de seus atributos, assegurar o realismo fiscal e fortalecer o alinhamento entre indicadores, metas, objetivos estratégicos e as prioridades do Governo e dos órgãos setoriais, de modo a ampliar a aderência do Plano à realidade de implementação das políticas públicas. Nos termos do art. 19 da Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, a revisão do PPA ocorre de duas formas:

Revisão Ordinária: contempla alterações passíveis de modificação por ato do Poder Executivo, incluindo:

a) Alteração, inclusão e exclusão dos Indicadores e Metas dos Objetivos Específicos;
b) Redefinição do órgão responsável pelo Programa e Objetivo Específico;
c) Alteração, inclusão e exclusão das Entregas, seus indicadores e metas; e
d) Revisão das Medidas Institucionais e Normativas.

Revisão Extraordinária: alteração que exige Projeto de Lei para sua modificação e contempla os seguintes elementos:

a) Inclusão, exclusão ou alteração de Programa Finalístico;
b) Inclusão, exclusão ou alteração de Objetivo Específico; e
d) Definição ou alteração do Público-Alvo.

Durante o processo de revisão, o Ministério da Justiça e Segurança Pública identificou a necessidade de ajustar determinados atributos do PPA, visando aprimorar o alinhamento entre os indicadores, as metas e os objetivos do Plano. Conforme orientação do Ministério do Planejamento e Orçamento, foram realizadas alterações e atualizações em alguns atributos do Plano. Essa etapa é fundamental para que o Ministério possa adequar o Plano às suas diretrizes e prioridades.

Dessa forma, no primeiro trimestre de 2025, foi finalizado o processo de revisão dos Programas 5115 - Programa de Acesso à Justiça e Defesa de Direitos e 5116 - Segurança Pública com Cidadania, permitindo que os compromissos firmados com a sociedade possam ser alcançados.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública integra o PPA em dois programas: 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos e 5116 - Segurança Pública com Cidadania. Além deles, devido à transversalidade das pautas de atuação, o MJSP atua em conjunto com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) em temáticas relacionadas ao direito da população em situação de rua e à demarcação de territórios indígenas. Esses programas transversais também participaram do ciclo de monitoramento do MJSP.

Programas sob responsabilidade do MJSP:

PROGRAMA 5115

PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA DEFESA DOS DIREITOS

No âmbito deste objetivo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública busca ressaltar a importância de aperfeiçoar o acesso à justiça, bem como fomentar e salvaguardar os direitos das pessoas, com uma atenção especial àqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade. Este esforço visa estabelecer um ambiente mais inclusivo, equitativo e imparcial, tanto na sociedade em geral quanto no sistema legal específico.

PROGRAMA 5116

SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

O objetivo desse programa é o fortalecimento da prevenção e do enfrentamento à violência e à criminalidade, com foco na promoção da segurança pública cidadã, humanizada e integrada, e com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis. Trata-se de uma medida de extrema importância para construir um futuro mais seguro, igualitário e justo para todos os cidadãos. Por meio da integração entre governos, da colaboração com a sociedade e do foco na proteção dos mais vulneráveis, busca-se alcançar um ambiente onde todos os cidadãos possam viver com tranquilidade e dignidade.

Nesse contexto, apresenta-se, a seguir, a relação entre as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério e as temáticas do Programa:

PROGRAMA 5115
PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA DEFESA DOS DIREITOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DO MJSP VINCULADAS À TEMÁTICA DO PROGRAMA

- Política de Proteção de Dados Pessoais
- Política de Defesa da Concorrência
- Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos
- Política de Integração e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC)
- Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual
- Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e Coletivos
- Política de Regulação e Fiscalização de Consumo
- Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos Apreendidos
- Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em Grupos Vulneráveis
- Política de Classificação Etária de Conteúdos Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação Indicativa
- Política de Cooperação Jurídica Internacional
- Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
- Política de Proteção aos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas
- Política de Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Organizações Estrangeiras (OEs)

PROGRAMA 5116

SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

POLÍTICAS PÚBLICAS DO MJSP VINCULADAS À TEMÁTICA DO PROGRAMA

- Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal
- Política de Polícia Administrativa
- Política de Polícia Judiciária
- Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais
- Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais
- Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal
- Política de Mobilidade nas Rodovias Federais
- Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
- Política de Assistência Social no Sistema Penal
- Política de Trabalho no Sistema Penal
- Política de Fortalecimento do Sistema Penal
- Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional
- Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal
- Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade
- Política de Enfrentamento ao Superencarceramento
- Política de Fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal
- Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública
- Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública
- Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta
- Política de Enfrentamento das Organizações Criminosas
- Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública
- Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública
- Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã
- Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias
- Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública

CADEIA DE VALOR DO MJSP

A Cadeia de Valor do MJSP é o documento essencial que integra o planejamento estratégico do órgão, conforme Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022. Trata-se de uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar a organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (produtos), segundo o Guia Técnico de Gestão Estratégica, da Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). A forma como as atividades da cadeia de valor são organizadas e executadas determina os custos e afeta os resultados e entregas da organização. Este instrumento é utilizado para auxiliar na gestão de processos, proporcionando uma visão sistêmica dos processos, operações e produtos entregues pelo Ministério à sociedade.

A Cadeia de Valor é uma importante ferramenta de gestão que impacta diversos instrumentos tais como:

- Planejamento Estratégico
- Políticas Públicas
- Relatório de Gestão
- Gestão de Riscos
- Modelo de Custos
- Integridade
- Estrutura Regimental
- Dimensionamento da Força de Trabalho
- Planejamento Orçamentário
- Mapeamento e Redesenho de Processos
- Plano Diretor de TIC
- Carta de Serviços
- Programa de Gestão e Desempenho

As informações detalhadas da Cadeia de Valor atual podem ser acessadas clicando aqui.

No âmbito do MJSP, o processo de alinhamento da Cadeia de Valor com o Planejamento Estratégico (PE) da Pasta resultou na identificação dos processos estratégicos no âmbito da Cadeia de Valor, possibilitando o direcionamento das iniciativas do Ministério para promoção de melhorias nos processos organizacionais. A priorização favoreceu, também, o atendimento ao disposto no Manual de Gestão de Riscos do MJSP, que estabelece a necessidade de priorização de processos para o gerenciamento de riscos. Vale ressaltar que a revisão desses processos é realizada periodicamente, acompanhando as atualizações dos projetos e indicadores do Planejamento Estratégico do órgão.

Para a priorização dos processos estratégicos foram utilizados os seguintes critérios:

- Associação da finalidade dos indicadores e dos projetos estratégicos com os produtos ou serviços dos processos elencados na arquitetura de processos (documento que permite um maior detalhamento dos processos da Cadeia de Valor). Para os projetos estratégicos e indicadores que impactam mais de um processo, prevaleceu o critério de maior proximidade entre esses elementos;
- O processo será considerado estratégico caso tenha pelo menos 1 (um) projeto estratégico ou 1 (um) indicador associado;
- Em relação aos processos finalísticos, o alinhamento foi realizado com projetos estratégicos e indicadores associados aos objetivos estratégicos nas perspectivas de sociedade e governo; e
- Em relação aos processos de governança, gestão e suporte, o alinhamento foi realizado com projetos estratégicos e indicadores associados aos objetivos estratégicos nas perspectivas de pessoas e infraestrutura.

Atualmente a Cadeia de Valor do MJSP é composta por:

07 CADEIAS
Sendo:
6 Finalísticas e
1 de Governança, Gestão e Suporte

26 MACROPROCESSOS
Sendo:
20 Finalísticos e
6 de Governança, Gestão e Suporte

122 PROCESSOS
Sendo:
83 Finalísticos e
39 de Governança, Gestão e Suporte

54 PROCESSOS ESTRATÉGICOS
Sendo:
46 Finalísticos e
8 de Governança, Gestão e Suporte

ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem envidado esforços no sentido de alinhar seus instrumentos de gestão, permitindo uma visão mais clara do direcionamento dos recursos do órgão e propiciando maiores subsídios para a tomada de decisão da alta administração.

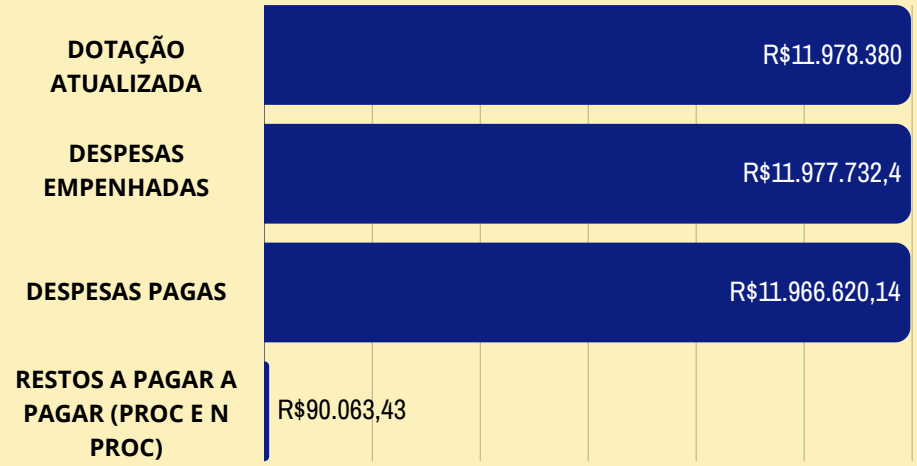
É possível identificar os montantes destinados a cada macroprocesso da cadeia de valor do Ministério através da sincronização com as rubricas orçamentárias. Esse alinhamento permite a clara distinção entre despesas Finalísticas e despesas de Governança, Gestão e Suporte.

A regra de negócio utilizada para apuração dos valores que integram essa seção envolve o recorte dos indicadores de resultado primário: RP 2 – despesas discricionárias, RP 6 – Emendas Individuais, RP 7 – Emendas de Bancada, RP 8 – Emendas de Comissão e RP 9 – Emendas de Relator, bem como dotações do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública classificados como recursos RP 1 – obrigatórios, exceto valores de despesas de pessoal e crédito extraordinário. Os macroprocessos da Cadeia de Valor guardam vinculação com os objetivos estratégicos do Ministério, conforme figura a seguir:

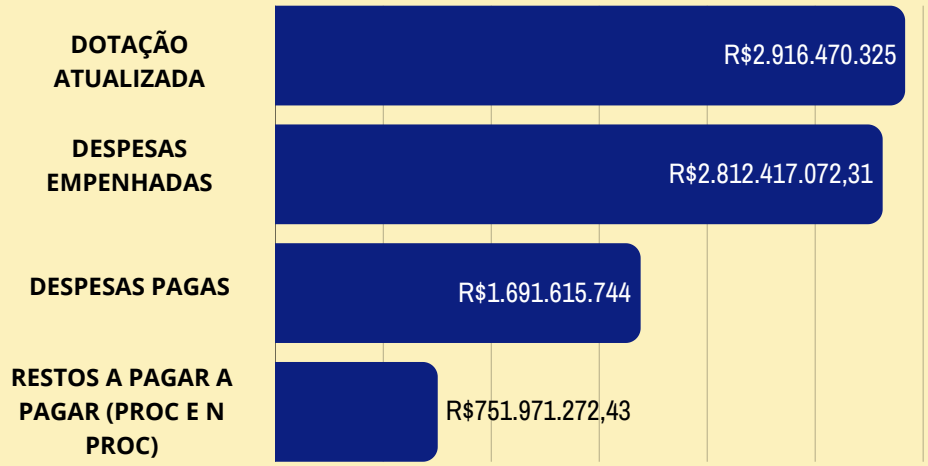


EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO POR MACROPROCESSO DA CADEIA DE VALOR

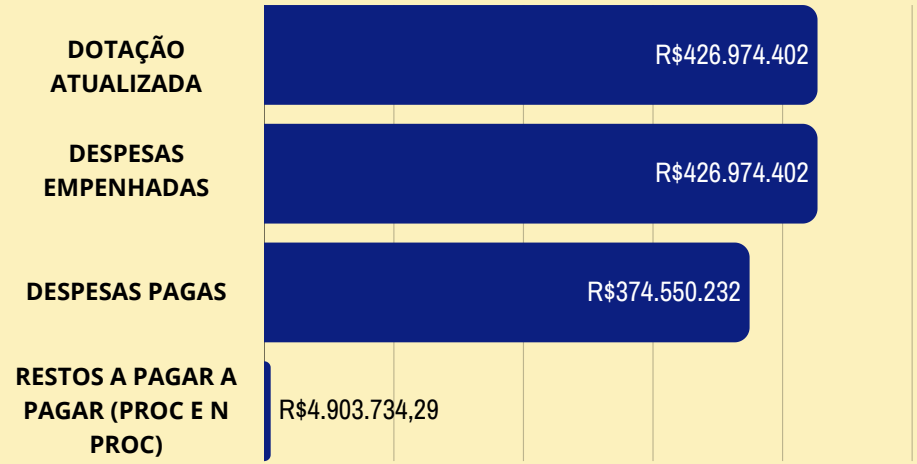
Articulação internacional



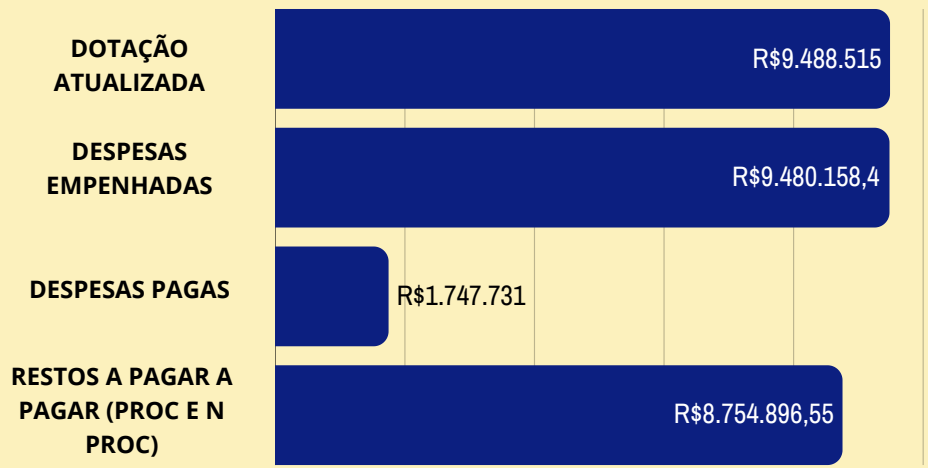
Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública



Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras

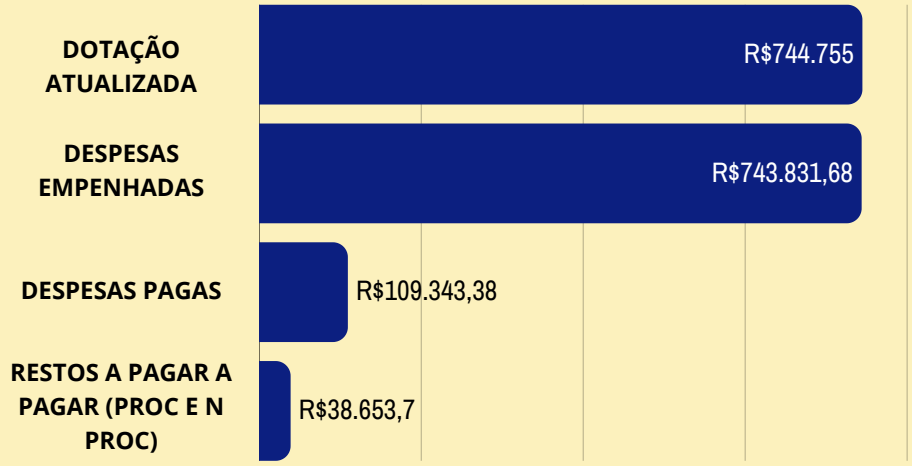


Defesa do Consumidor

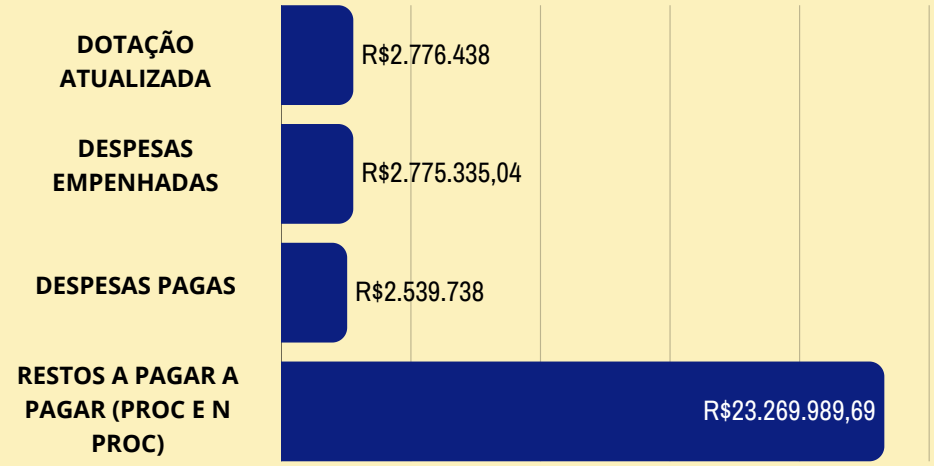


Fonte: CGOF/MJSP

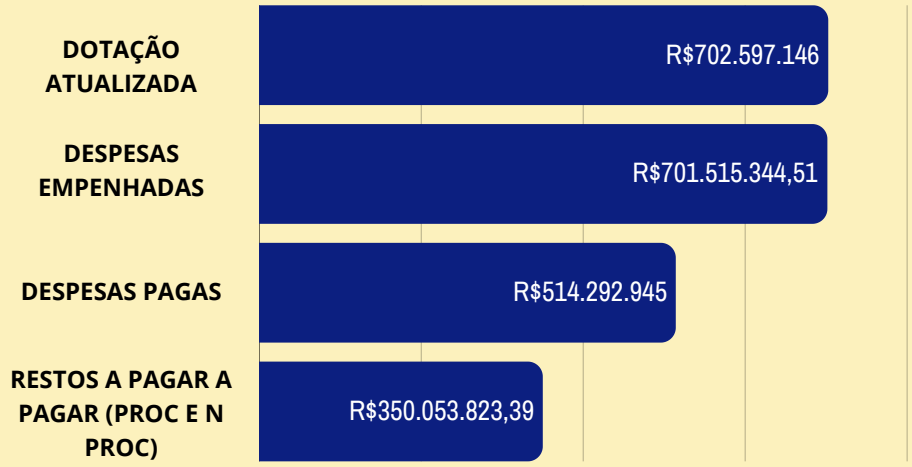
Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas



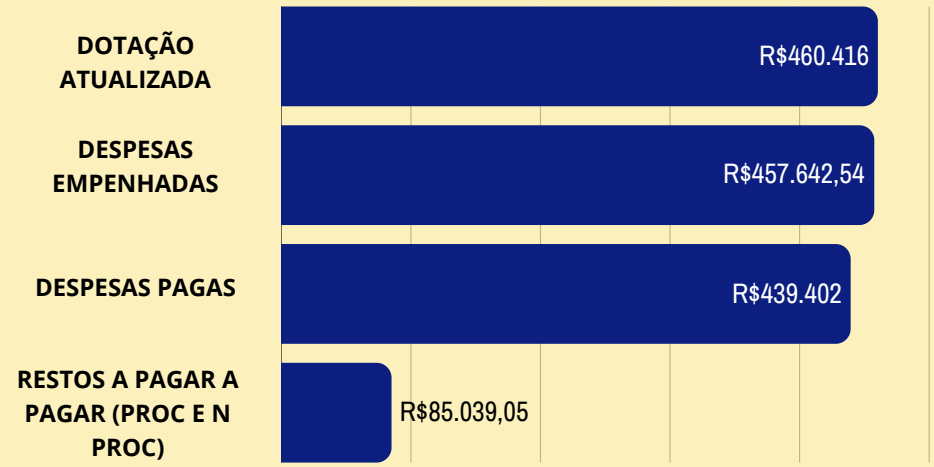
Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados



Garantia dos direitos da população prisional

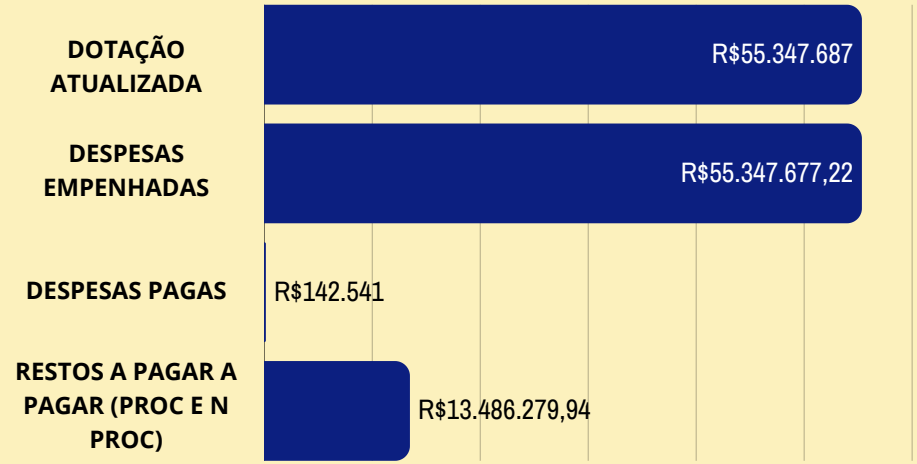


Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

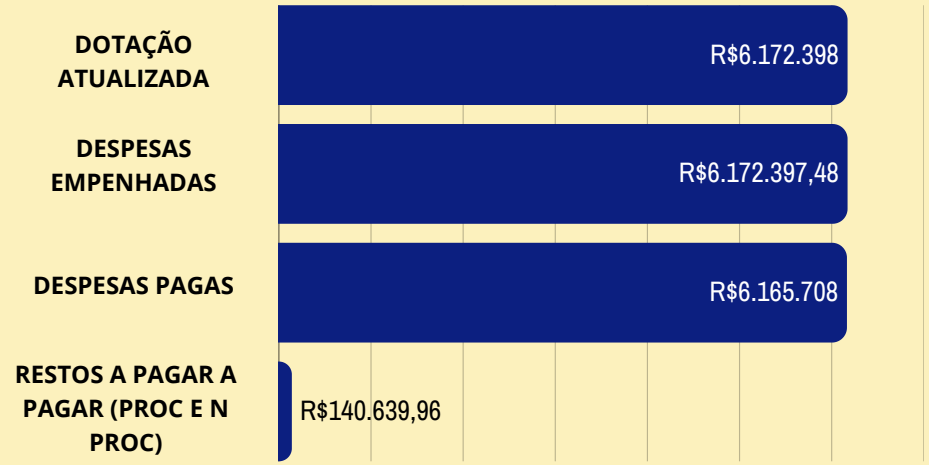


Fonte: CGOF/MJSP

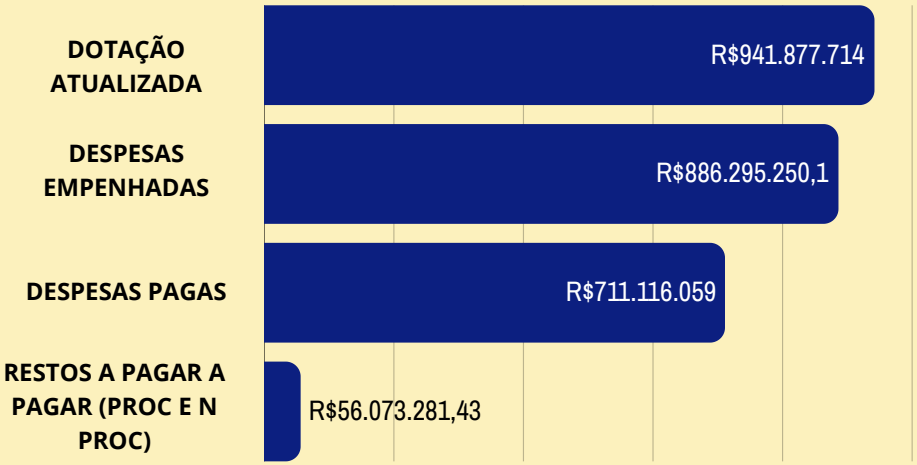
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação



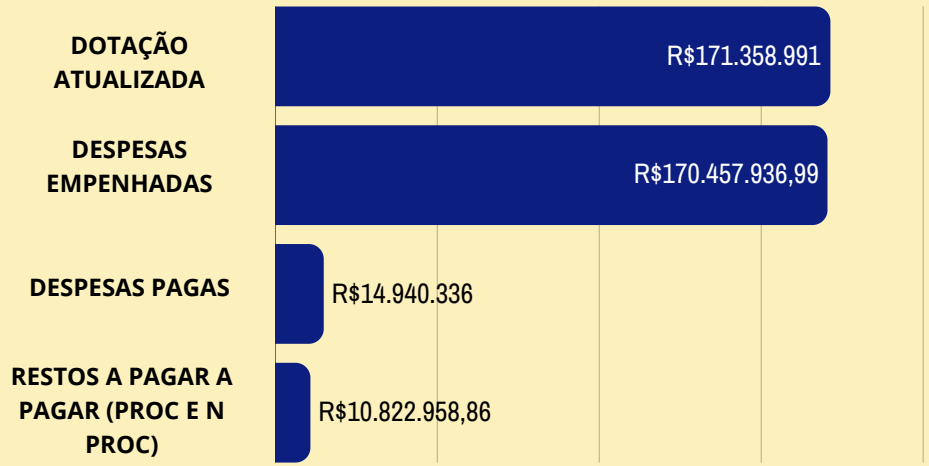
Gestão de Segurança Viária



Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública

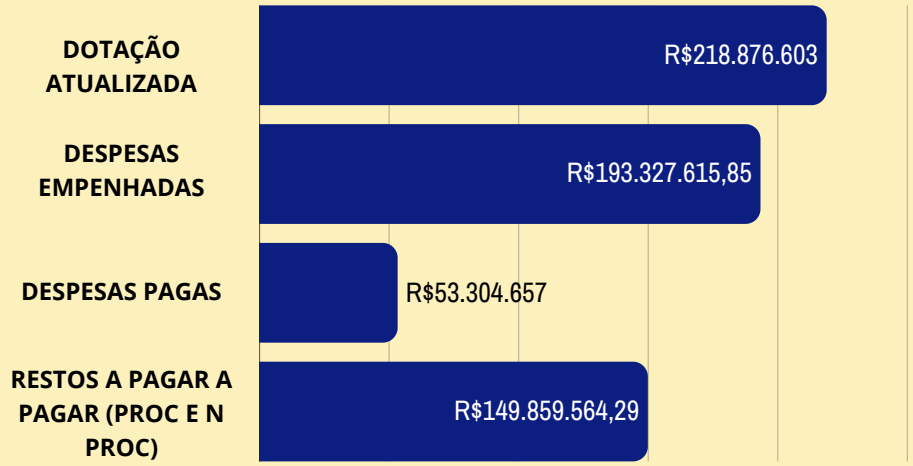


Gestão e Articulação da Política sobre Drogas

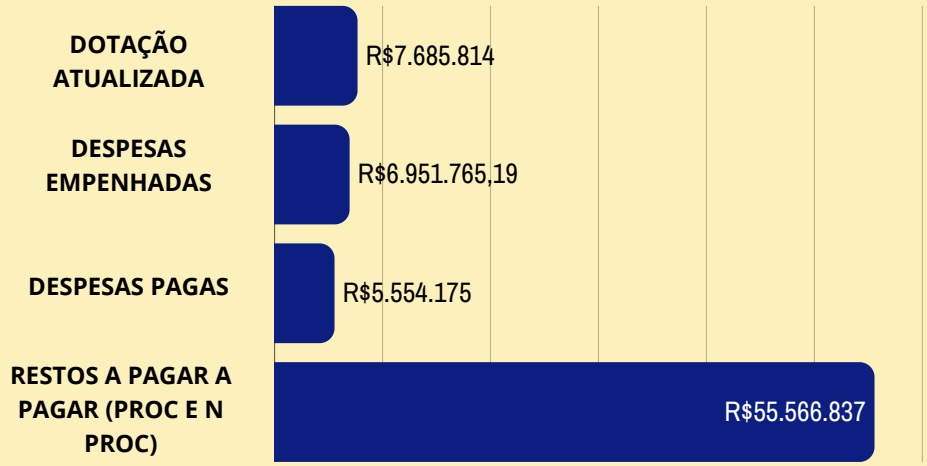


Fonte: CGOF/MJSP

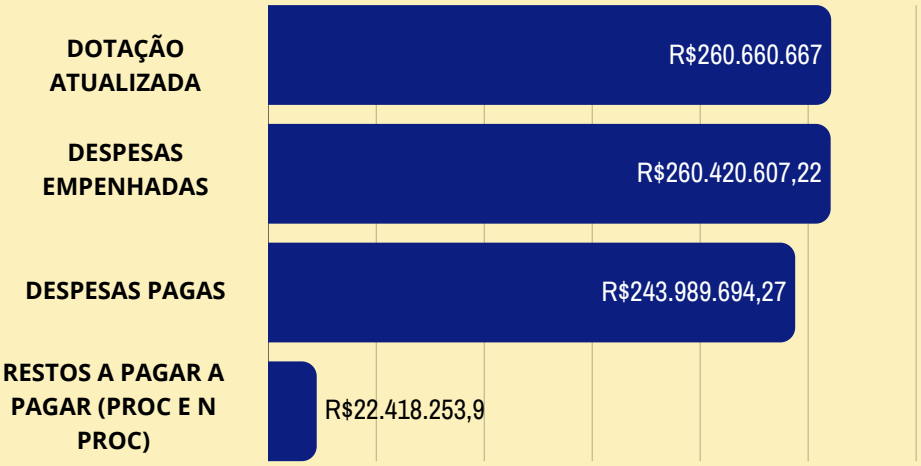
Proteção dos Direitos do Cidadão



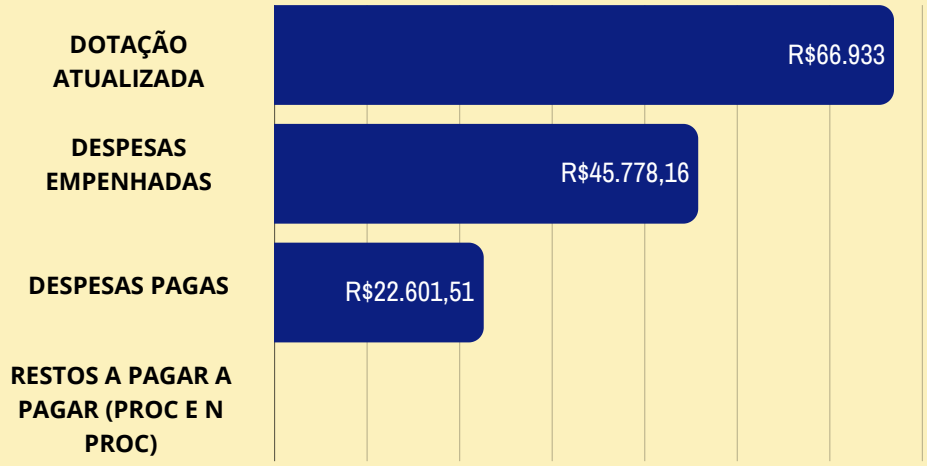
Gestão da Defesa da Concorrência



Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais

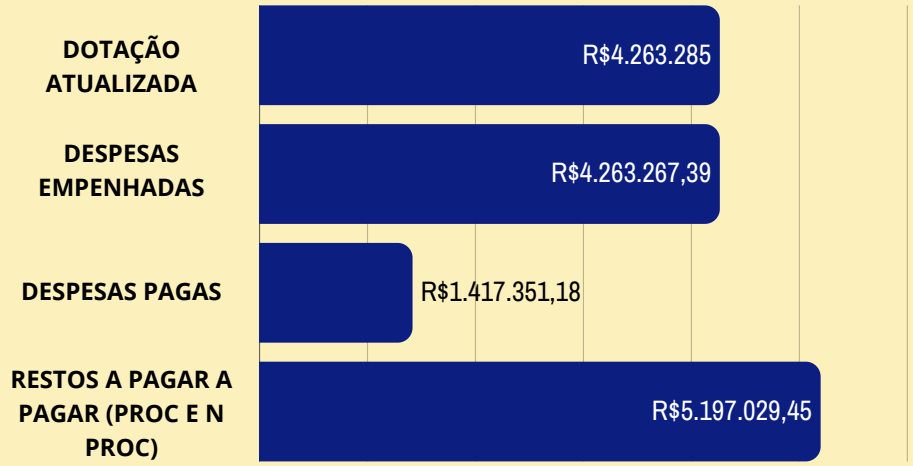


Articulação entre Poderes

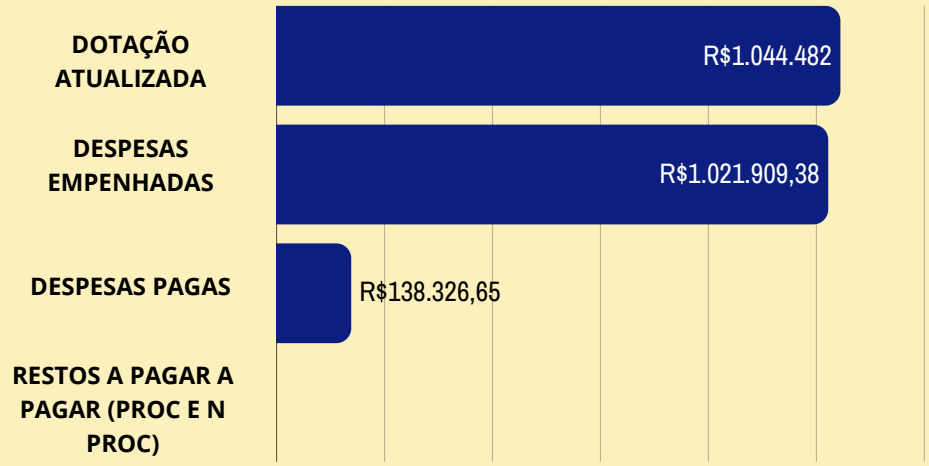


Fonte: CGOF/MJSP

Proteção dos Direitos do Cidadão quando ao Tratamento de seus Dados Pessoais



Gestão dos Direitos e das Garantias Constitucionais em Ambiente Digital

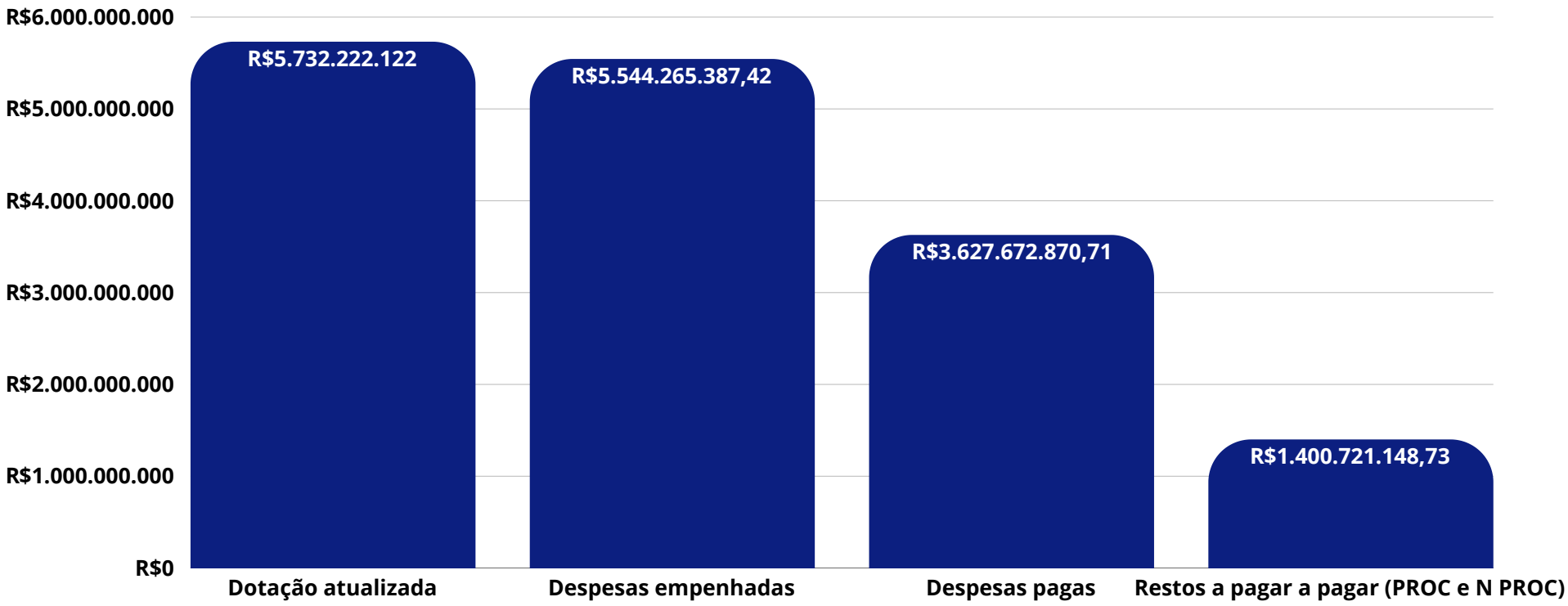


Fonte: CGOF/MJSP



TOTAL GERAL DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO POR MACROPROCESSO DA CADEIA DE VALOR

Finalísticas



Fonte: CGOF/MJSP

DESPESAS FINALÍSTICAS - DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR MACROPROCESSO (EM R$)

MACROPROCESSO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	(CONTROLE EMPENHO)
Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública	2.914.930.706,00	1.690.093.671,99
Gestão de investigações e operações em segurança pública	936.789.576,00	706.252.795,79
Garantia dos direitos da população prisional	702.597.146,00	514.292.945,10
Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras	426.974.402,00	374.550.232,44
Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais	260.660.667,00	243.989.694,27
Proteção dos direitos do cidadão	218.876.603,00	53.304.657,23
Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas	171.358.991,00	14.940.336,02
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação	55.347.687,00	142.540,95
Articulação internacional	11.978.308,00	11.966.620,14
Defesa do Consumidor	9.488.515,00	1.747.730,95
Gestão da Defesa da Concorrência	7.685.814,00	5.554.175,37
Gestão de Segurança Viária	6.172.398,00	6.165.707,84
Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais	4.263.285,00	1.417.351,18
Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados	2.776.438,00	2.539.737,88
Gestão dos Direitos e das Garantias Constitucionais em Ambiente Digital	1.044.482,00	138.326,65
Enfrentamento ao tráfico de pessoas	744.755,00	109.343,38
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	460.416,00	439.402,02
Articulação entre Poderes	66.933,00	22.601,51
Gestão e Controle Institucional	5.000,00	5.000,00
Total Geral	**5.732.222.122,00**	**3.627.672.870,71**

Fonte: CGOF/MJSP

Registre-se que 50,85% do montante direcionado para despesa Finalísticas referem-se à Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública.

E que 88,17% do montante direcionado para despesas de Governança, Gestão e Suporte referem-se à Gestão da Logística.

DESPESAS DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE - DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR MACROPROCESSO (EM R$)

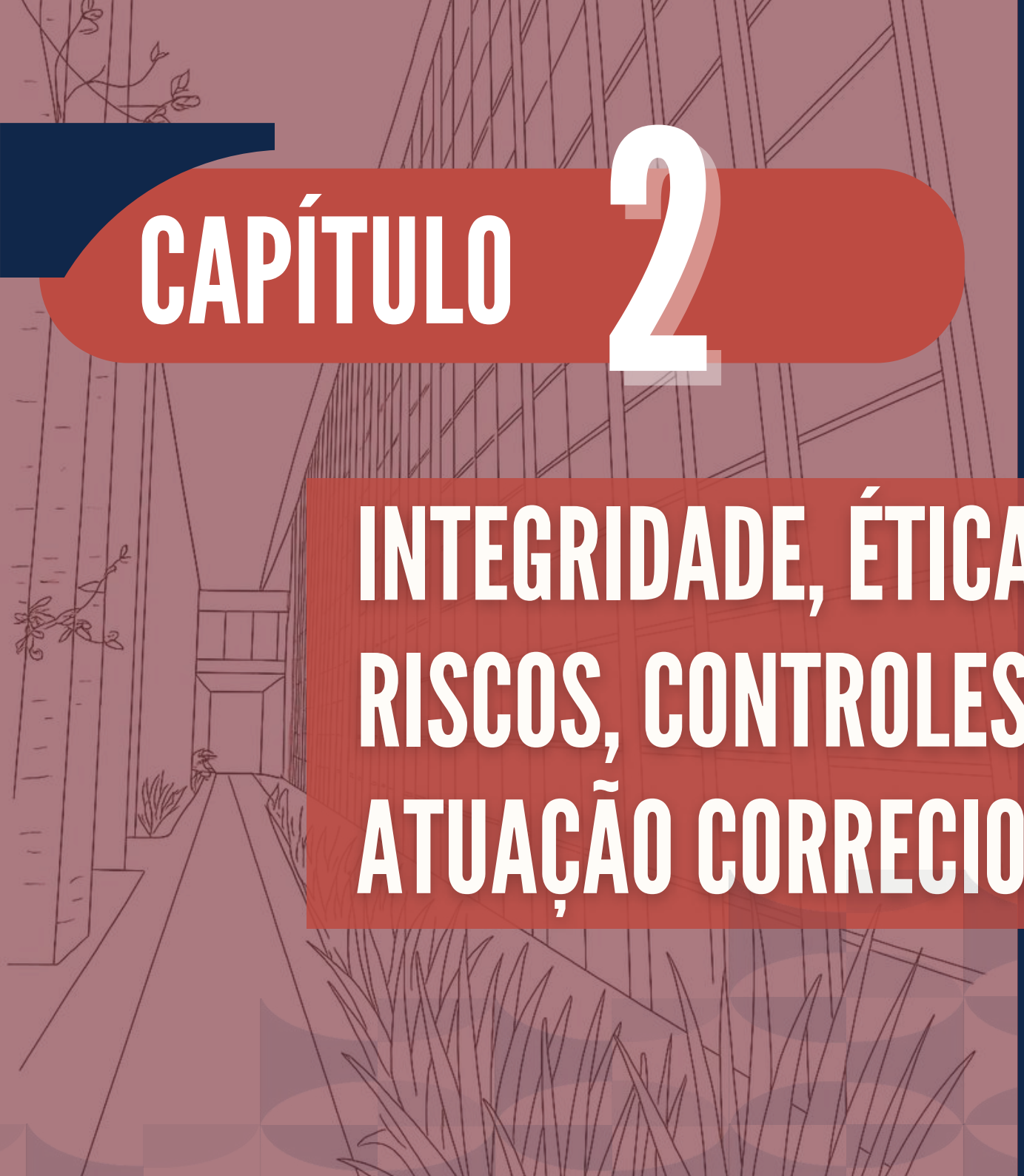
MACROPROCESSO	VALOR
Gestão da Logística	1.694.442.613,00
Gestão de Pessoas	137.723.752,00
Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação	83.000.566,00
Comunicação	6.719.666,00
Total geral	**1.921.886.597,00**

Fonte: CGOF/MJSP

Execução do Orçamento Discricionário por Macroprocesso da Cadeia de Valor
MACROPROCESSO DE APOIO

Valores	Gestão da logística	Gestão de pessoas	Gestão e Controle Institucional	Governança da tecnologia da informação e comunicação	Total Geral
DOTAÇÃO ATUALIZADA	6.719.666,00	1.694.442.613,00	137.723.752,00	83.000.566,00	**1.921.886.597,00**
DESPESAS EMPENHADAS	6.719.652,20	1.693.584.858,56	136.340.877,53	82.933.028,09	**1.919.578.416,38**
DESPESAS PAGAS	3.475.061,80	1.239.653.652,07	106.204.179,46	45.774.822,87	**1.395.107.716,20**
RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	525.197,70	461.895.712,65	11.409.731,59	21.850.542,55	**495.681.184,49**

Fonte: CGOF/MJSP



CAPÍTULO 2

INTEGRIDADE, ÉTICA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO CORRECIONAL

Relatório de Gestão Integrado
MJSP 2025

VISÃO GERAL E CONTROLE INTERNO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública dispõe de uma estrutura integrada de unidades de controle interno, orientada ao atendimento das demandas dos órgãos de controle interno e externo, pautada por elevados padrões de qualidade, transparência e conformidade.

Ao longo do exercício de 2025, essas unidades atuaram de forma sistemática no acompanhamento das ações desenvolvidas pelos órgãos de controle, bem como no monitoramento do cumprimento das recomendações decorrentes das auditorias realizadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) e das deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU), destacando-se, no âmbito do Ministério, as seguintes iniciativas:



Auditorias da Controladoria-Geral da União

- Aplicação dos recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN);
- Silêncio Rádio (fiscalização da adequação e suficiência dos dados do Sinesp como fonte de políticas); e
- Contratação de fábricas de *software.*

Auditorias do Tribunal de Contas da União

- Controle de armas;
- Crimes de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes na internet;
- Crimes digitais contra idosos;
- Combate à lavagem de dinheiro por meio de jogos virtuais on-line;
- Barreiras laborais enfrentadas por pessoas com deficiência (PCD) que trabalham em órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Federal; e
- Avaliação da regularidade e da eficácia dos Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), ou de documentos congêneres, de um conjunto de organizações públicas federais.



Fonte: AECI/MJSP

No campo de transparência, foi aprovado o Plano de Dados Abertos 2024–2026[1] e incluídas sete ações no Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025–2027[2] da CGU. Além disso, o Portal IntegriJusp foi lançado na plataforma Você.MJ, promovendo acesso e transparência das informações institucionais.

[1] https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/historico-de-planos-de-dados-abertos/pda-2024-2026.pdf/view
[2] https://www.gov.br/cgu/pt-br/plano-de-integridade-e-combate-a-corrupcao-2025-2027

Capacitação e Boas Práticas

No que se refere à capacitação e à disseminação de boas práticas, foram promovidas, ao longo do exercício, ações formativas em parceria com a Secretaria de Integridade Pública da Controladoria-Geral da União (CGU), como a capacitação sobre prevenção de conflitos de interesse, que contou com a participação de autoridades do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da CGU, contribuindo para o fortalecimento e a consolidação da cultura de integridade institucional.

A referida ação formativa proporcionou espaço de diálogo, reflexão e alinhamento conceitual, promovendo a atualização normativa e o aprimoramento das práticas administrativas relacionadas à ética pública, à gestão de riscos e à tomada de decisões íntegras e responsáveis. Além disso, contribuiu significativamente para o fortalecimento, a consolidação e a internalização da cultura de integridade institucional, estimulando comportamentos éticos, a responsabilização consciente e o compromisso permanente com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública.



Capacitação de Análise de Riscos de Conflito de Interesses promovida pela CGU. **Fonte:** AECI/MJSP



Fonte: MJSP

Programa de Integridade do MJSP (IntegriJusp)

No ano de referência, o Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública (IntegriJusp) apresentou avanços significativos no fortalecimento institucional, uma vez que foi atualizado e aprovado pelo Comitê de Governança Estratégica (CGE), em alinhamento ao Planejamento Estratégico do MJSP para o período de 2024-2027. Ademais, as ações do Plano de Integridade passaram a ser monitoradas por meio do Sistema e-CGU.

Cabe mencionar, ainda, que a Comissão Executiva do Programa de Integridade (CEPI) realizou reunião com os pontos focais das instâncias de integridade dos Ministérios e representantes da CGU. A reunião abordou temas estratégicos, incluindo o lançamento do Portal IntegriJusp no ambiente Você.MJ.

No que tange à comunicação institucional, foram publicadas, pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), 11 edições do Boletim de Integridade do IntegriJusp, que abrangeram temas relacionados à ética, à governança, à transparência, à prevenção de conflitos de interesses e ao enfrentamento do assédio e da discriminação.

Nesse sentido, o *IntegriJusp* consolidou-se como um instrumento da política de integridade do Ministério, articulando ações voltadas à prevenção da corrupção, gestão da ética, transparência, conformidade normativa e fortalecimento da governança pública, contribuindo para a melhoria contínua da gestão institucional.

Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP)

No exercício de 2025, o Ministério participou da avaliação do Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP), implementado pela Secretaria de Integridade Pública da CGU. O modelo é estruturado em cinco níveis progressivos, que permitem a aferição do grau de desenvolvimento institucional em integridade pública.

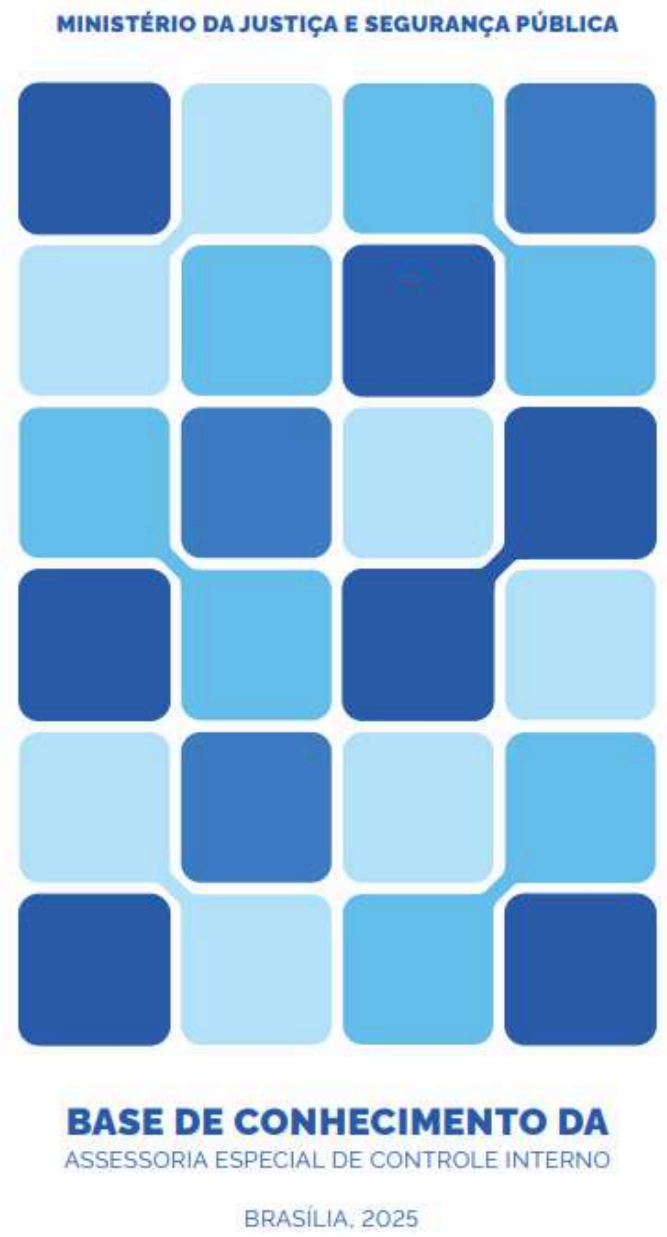
O MMIP é fundamentado a partir de conceitos consolidados, como a pontuação média das Áreas-Chave de Processo (*Key Process Areas - KPAs*) e o nível pleno, responsável que indica o grau de consolidação das práticas avaliadas. As KPAs representam os requisitos e ações essenciais para a evolução da gestão da integridade entre os diferentes níveis de maturidade.

Como resultado da avaliação, o MJSP obteve nota geral de 2,70, de um total máximo de 3,00 pontos, alcançando 100% de implantação no nível 1, 86% no nível 2 e 84% no nível 3, evidenciando elevado grau de aderência às práticas de integridade pública avaliadas.





Fonte: CGU



Fonte: AECI/MJSP

Base de Conhecimento

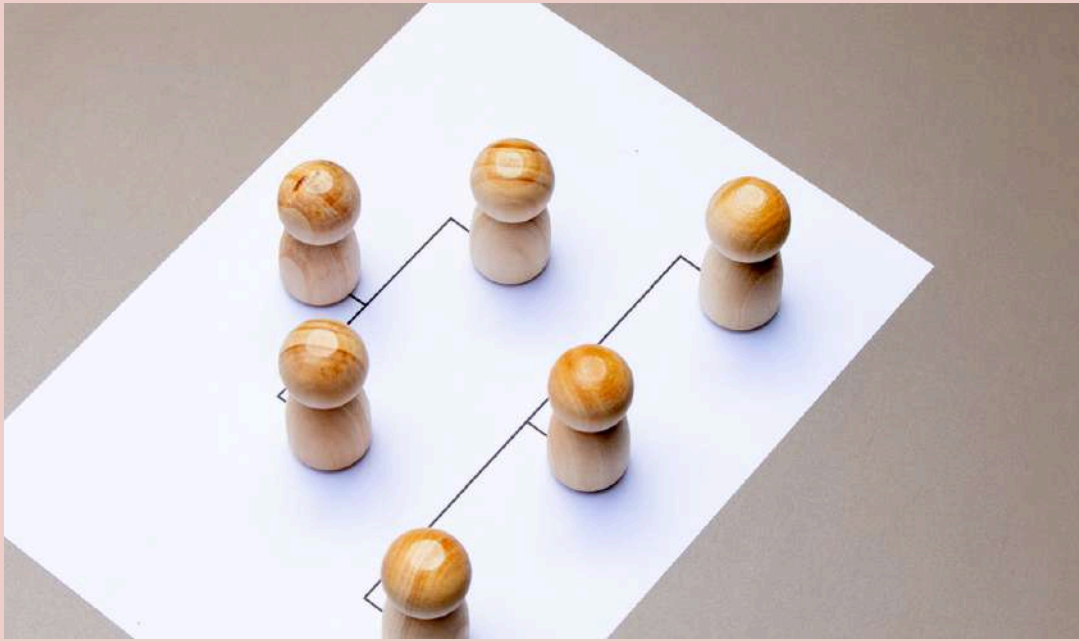
Em 2025, a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/MJSP) publicou a Base de Conhecimento, disponibilizada em versão consolidada na Biblioteca Digital do MJSP e no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), de forma vinculada aos respectivos processos institucionais.

A Base de Conhecimento sistematiza e organiza, de maneira estruturada e padronizada, o conteúdo relativo aos principais processos de trabalho da AECI, alinhando-os de forma estratégica ao Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Cada processo mapeado contempla a respectiva base legal e os normativos aplicáveis, os manuais e orientações correlatas, a identificação clara dos agentes responsáveis, a descrição detalhada das atividades desenvolvidas, suas condições e pré-requisitos, os documentos e artefatos pertinentes, bem como o fluxograma simplificado das etapas e, quando necessário, instruções operacionais com orientações passo a passo.

A iniciativa representa avanço significativo na consolidação de práticas de governança e gestão por processos, contribuindo para a redução de assimetrias de informação, a mitigação de riscos de descontinuidade administrativa e a prevenção de retrabalho. Ademais, amplia a transparência interna, promove maior previsibilidade na execução das atividades e fortalece a padronização e a uniformização dos procedimentos institucionais, elevando o nível de maturidade organizacional e de conformidade da unidade.

Reforço da estrutura das instâncias de integridade

Em 30 de julho de 2025, entrou em vigor o Decreto nº 12.543, de 1º de julho de 2025, que alterou o Decreto nº 11.343, de 1º de janeiro de 2023, responsável por dispor sobre a estrutura regimental e o quadro de cargos e funções do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A referida alteração promoveu o fortalecimento e o aperfeiçoamento da estrutura organizacional do Ministério, com ênfase no aprimoramento das instâncias de integridade, controle interno e transparência, de modo a alinhar a governança institucional às diretrizes legais, normativas e estratégicas vigentes, bem como às melhores práticas de administração pública.



No âmbito da Assessoria Especial de Controle Interno, a alteração normativa resultou na ampliação de suas competências regimentais e na criação da Coordenação-Geral de Processos de Controle, destinada a apoiar o desempenho das novas atribuições. Destacam-se, entre essas competências, a atuação como segunda linha de defesa nas contratações públicas, nos termos do art. 169, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, bem como o exercício das atribuições previstas no art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, relativas à Lei de Acesso à Informação, reforçando o papel da unidade na promoção da integridade e da transparência no âmbito do MJSP.

COMISSÃO DE ÉTICA

No exercício de 2025, a Comissão de Ética do Ministério da Justiça e Segurança Pública desenvolveu atuação contínua e estruturada, voltada ao fortalecimento da ética pública e da integridade institucional, com foco na prevenção de conflitos de interesses, na orientação de agentes públicos e na consolidação de uma cultura organizacional alinhada aos princípios da legalidade, da moralidade e da transparência.

No desempenho de suas atribuições consultivas e orientativas, a Comissão prestou esclarecimentos e forneceu orientações a agentes públicos sobre a aplicação do Código de Ética e da legislação correlata, com ênfase na prevenção de conflitos de interesses e na adequada conduta funcional. Essas ações contribuíram para a mitigação de riscos éticos e para o aprimoramento do ambiente institucional.

No campo educativo e preventivo, a Comissão de Ética participou e apoiou ações de capacitação e sensibilização voltadas à promoção da ética e da integridade, incluindo eventos e palestras institucionais sobre prevenção de conflitos de interesses, em articulação com unidades internas e com a Controladoria-Geral da União. As ações contribuíram para ampliar o nível de conscientização de servidores e dirigentes quanto aos deveres éticos e às boas práticas na administração pública.

Na articulação institucional, a Comissão de Ética atuou de maneira integrada com as instâncias de integridade, controle interno e gestão de pessoas, contribuindo para o alinhamento de procedimentos, o aperfeiçoamento de fluxos internos e a observância das diretrizes do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

Adicionalmente, foram implementadas medidas para aprimorar os processos de trabalho da própria Comissão, com vistas ao fortalecimento da governança ética, à melhoria dos procedimentos de registro e tramitação de demandas e à observância dos princípios da confidencialidade, imparcialidade e celeridade.

No período, a Ouvidoria registrou 50 denúncias relacionadas à matéria ética, das quais 23 foram arquivadas após análise preliminar, 2 resultaram na celebração de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) e 25 permaneceram em fase de apuração ao final do exercício.



Ações educacionais

No período, a Comissão também promoveu uma agenda estruturada em ações educacionais e de sensibilização, voltada à disseminação de conteúdos práticos e orientativos sobre conduta ética no serviço público, com o objetivo de fortalecer a cultura de integridade e prevenir situações de risco institucional. As iniciativas buscaram não apenas informar, mas também estimular a reflexão crítica acerca das responsabilidades individuais e coletivas no exercício da função pública.

Foram desenvolvidas campanhas informativas e séries temáticas, elaboradas em linguagem acessível e alinhadas às diretrizes normativas vigentes, abordando temas como o uso adequado de recursos institucionais, a utilização correta dos canais oficiais de comunicação, o nepotismo, o recebimento de brindes, presentes e hospitalidades, a proteção de informações sigilosas e a integridade nas relações de trabalho. Essas ações foram amplamente divulgadas por meios digitais e internos, ampliando o alcance das orientações e promovendo maior uniformidade de entendimento entre as unidades.

Complementarmente, a Comissão apoiou cursos e iniciativas de caráter formativo e conciliatório, além de ações voltadas à valorização do servidor e à promoção de um ambiente seguro de escuta e orientação.

Ainda, foram realizadas palestras e atividades formativas direcionadas a públicos específicos, incluindo a ambientação de estagiários e a integração de novos servidores, com enfoque na ética e no compromisso institucional.



Fonte: IntegriJusp/MJSP

GESTÃO DE RISCOS

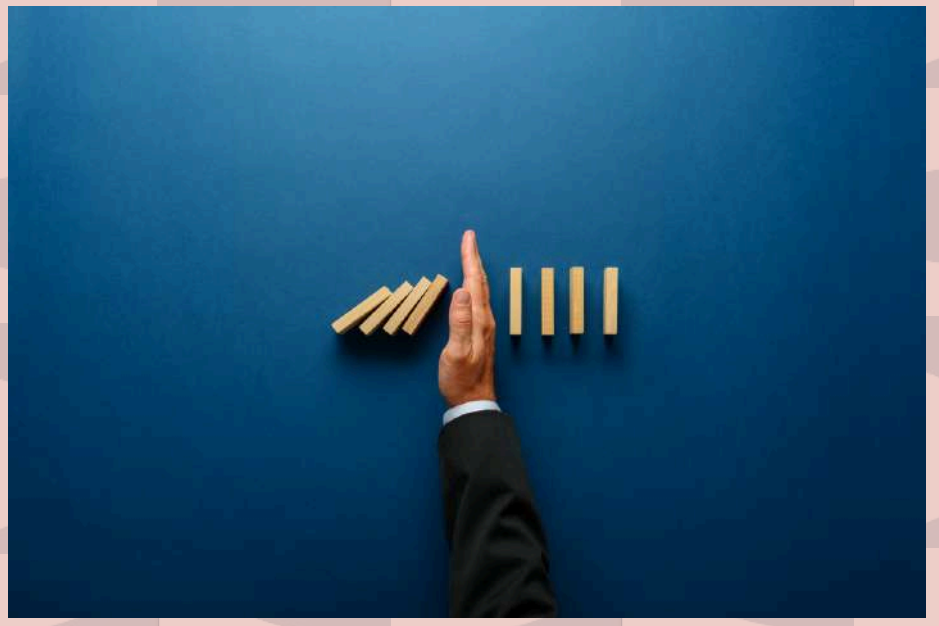
No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a gestão de riscos encontra-se estruturada em consonância com as normas e diretrizes do Governo Federal, notadamente a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 1, de 2016, que estabelece a obrigatoriedade da institucionalização de práticas de gestão de riscos, controles internos e governança na administração pública. Esse alinhamento normativo orienta a adoção de processos sistemáticos e integrados voltados à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com vistas ao fortalecimento da governança institucional e ao alcance dos objetivos estratégicos do Ministério.

A gestão de riscos integra o Sistema de Governança do MJSP, instituído pela Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022, que organiza o processo decisório e estrutura os principais mecanismos de governança do Ministério. Nesse contexto, a gestão de riscos e os controles internos constituem elementos centrais do sistema, em articulação com a gestão estratégica, a integridade, a transparência e outros instrumentos voltados ao aprimoramento da administração pública.

No contexto institucional do MJSP, o risco é compreendido como inerente a todas as atividades organizacionais, desde decisões operacionais até o planejamento estratégico. A gestão de riscos, nesse sentido, busca antecipar incertezas e eventos potenciais que comprometam o cumprimento dos objetivos institucionais, a eficiência dos processos, a conformidade normativa e a adequada prestação de serviços à sociedade.

A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos do MJSP estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades necessários à estruturação e à operacionalização do processo de gestão de riscos no âmbito do Ministério, promovendo seu alinhamento aos processos de planejamento estratégico, à governança e aos controles internos.

Além de definir conceitos, papéis e instâncias de atuação, a Política orienta a identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos institucionais, a regularidade das ações administrativas e a adequada aplicação dos recursos públicos.



Para apoiar a implementação da metodologia adotada, o MJSP desenvolveu o Sistema de Apoio à Gestão da Integridade e Riscos (AGIR), uma plataforma tecnológica destinada ao registro, acompanhamento e monitoramento dos riscos e dos planos de implementação de controles em todas as unidades do Ministério. A solução é fundamentada em *frameworks* consolidados de gestão de riscos, como o *Committee of Sponsoring Organizations (COSO)* e a norma ISO 31000, que fornecem referenciais reconhecidos internacionalmente para assegurar a eficácia e a eficiência do gerenciamento de riscos.

O sistema AGIR funciona como um repositório estruturado de informações e ferramenta de apoio à tomada de decisão, permitindo o acompanhamento contínuo dos riscos identificados, das ações de tratamento e da efetividade dos controles internos implementados.

No MJSP, a Gestão de Riscos é operacionalizada por meio de instâncias específicas de governança, com papéis e responsabilidades claramente definidos, dentre as quais se destacam:

- O Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos (CGRC), responsável por propor diretrizes, políticas e procedimentos, bem como por supervisionar o sistema de gestão de riscos;
- As Unidades de Gestão de Riscos (UGRC), instituídas nas unidades do Ministério, têm a atribuição de disseminar a cultura de gestão de riscos e acompanhar a aplicação da metodologia em seus respectivos âmbitos; e
- Os gestores de processos, responsáveis pela identificação dos riscos associados aos seus processos de trabalho, pela aplicação da metodologia e pela manutenção de controles internos eficazes.

A gestão de riscos no âmbito do MJSP encontra-se institucionalizada e integrada às práticas de governança, planejamento e controles internos, constituindo um instrumento estratégico para o alcance dos objetivos organizacionais. A adoção de um modelo estruturado, com definição clara de papéis, instâncias de supervisão, metodologia padronizada e suporte tecnológico, fortalece a capacidade do Ministério de identificar, avaliar, tratar e monitorar riscos de forma contínua e sistemática, contribuindo para a melhoria do desempenho institucional, a prevenção de falhas e irregularidades, o aprimoramento da tomada de decisão e o fortalecimento da transparência e da integridade na gestão pública, em consonância com as diretrizes do Governo Federal e com as boas práticas de governança.



Fonte: MJSP

ATUAÇÃO CORRECIONAL

A atuação correcional constitui um pilar fundamental do sistema de integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao contribuir decisivamente para a prevenção de irregularidades, a responsabilização de condutas incompatíveis com a ética pública e o fortalecimento dos controles internos. Nesse contexto, a Corregedoria-Geral (COGER) do MJSP desempenha um papel estratégico na promoção de uma administração pública íntegra, transparente e orientada pelos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da responsabilização.

Vinculada diretamente ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, a Corregedoria-Geral exerce, as competências relativas à instauração, à condução e à conclusão de processos correcionais no âmbito do núcleo central do Ministério, bem como à apuração da responsabilidade administrativa de entes privados, nos termos da legislação vigente. Sua atuação articula ações repressivas e preventivas, combinando a apuração rigorosa de irregularidades com iniciativas voltadas ao aprimoramento institucional, à mitigação de riscos e ao fortalecimento da cultura de integridade.

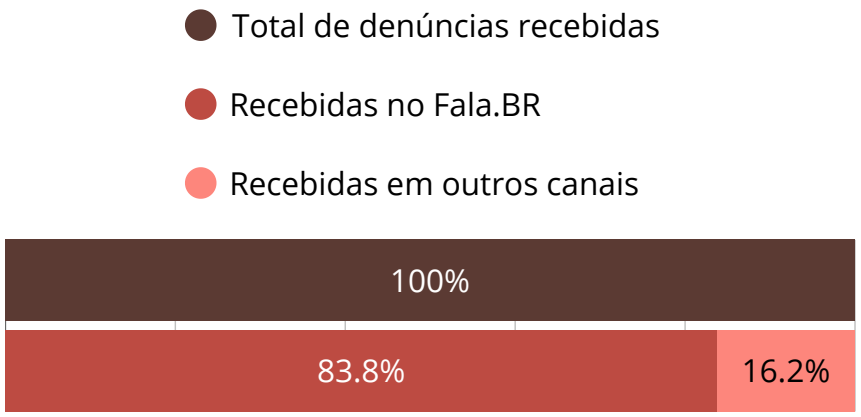
As informações apresentadas a seguir consolidam os principais resultados alcançados pela Corregedoria-Geral no exercício de 2025, abrangendo dados quantitativos e qualitativos sobre denúncias recebidas, procedimentos instaurados e concluídos, sanções aplicadas, utilização de instrumentos consensuais ações preventivas, capacitação, maturidade correcional e responsabilidade social. Esse conjunto de informações evidencia a contribuição da unidade para a governança institucional do MJSP, para o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle interno e para a construção de um ambiente organizacional ético, seguro, respeitoso e alinhado às boas práticas da Administração Pública Federal.



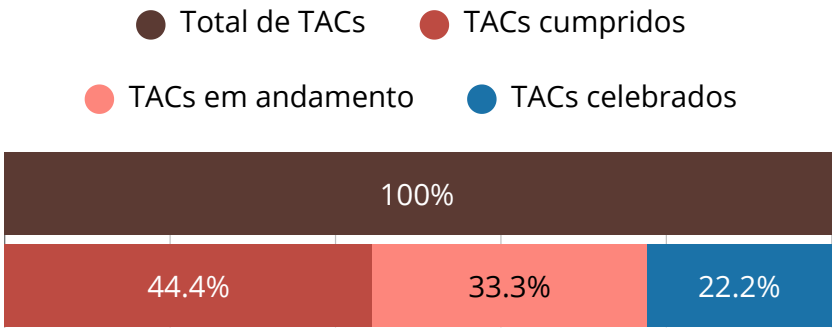
No exercício de 2025, a COGER recebeu **68 denúncias de irregularidades**, das quais **57 tiveram origem no Sistema Fala.BR** e **11 foram provenientes de outros canais** (ofícios externos, comunicações internas, denúncias presenciais e imprensa).
Do total recebido, **59 denúncias foram concluídas** no período, enquanto outras **9 permaneceram em processamento** ao final do exercício.

Considerando os procedimentos disciplinares instaurados em 2025, bem como aqueles iniciados em exercícios anteriores e ainda em tramitação, foram concluídos **67 procedimentos disciplinares**, compreendendo Análises Iniciais de Admissibilidade, Investigações Preliminares Sumárias, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares.

O Termo de Ajustamento de Conduta, regulamentado pela Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, constitui instrumento de resolução consensual de conflitos aplicável a infrações disciplinares de menor potencial ofensivo. No ano de 2025, foram assinados **9 TACs. Do total, 4 TACs foram cumpridos, 3 encontram-se em andamento e 2 permanecem celebrados**, representando respectivamente 44,4%, 33,3% e 22,2% do total, conforme gráfico ao lado. O acompanhamento sistemático desses instrumentos buscou garantir a efetiva adequação da conduta dos compromissários, bem como verificar o atendimento integral das medidas ajustadas, consolidando o TAC como instrumento relevante para a promoção da integridade e para o fortalecimento da cultura de responsabilidade no âmbito institucional.



Fonte: Painel de Correição em Dados, CGU

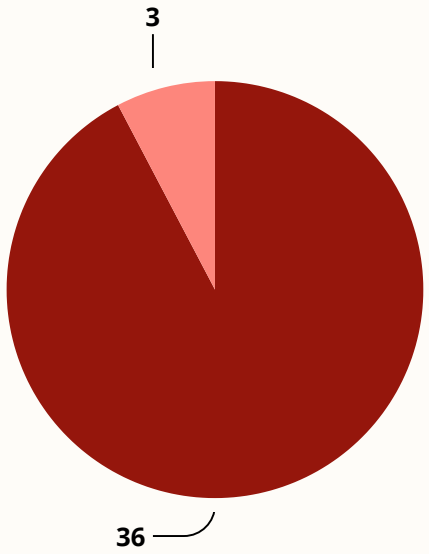


Fonte: Painel de Correição em Dados, CGU

No exercício de 2025, foram instaurados 80 procedimentos para apuração de responsabilidade de agentes públicos, conforme os dados apresentados:

SITUAÇÃO DOS PROCESSOS DISCIPLINARES
PROCEDIMENTOS INSTAURADOS: 80

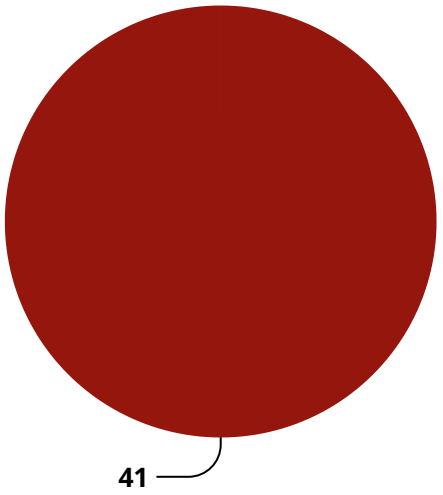
EM ANDAMENTO: 39



Tempo médio dos procedimentos: 100

Fonte: Painel de Correição em Dados, CGU

CONCLUÍDO: 41

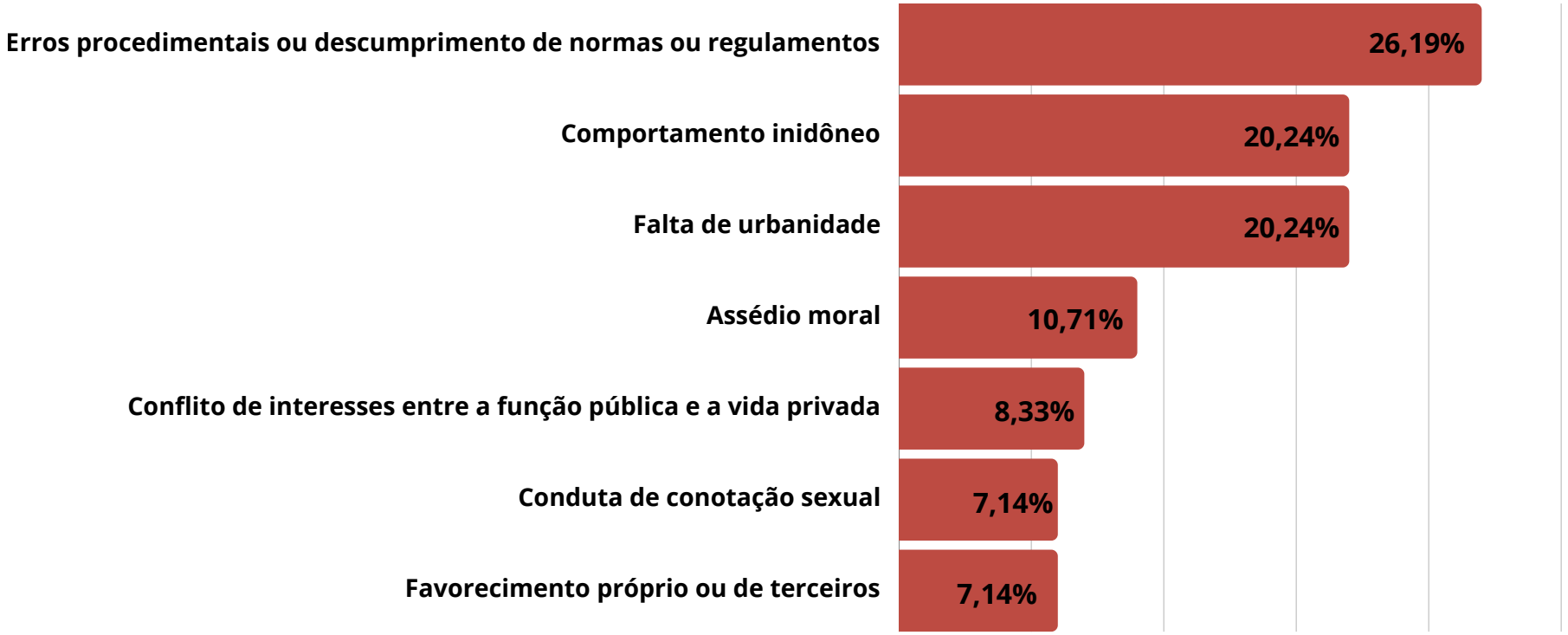


Tempo médio dos procedimentos: 66

Percentual de procedimentos acusatórios com ao menos um apenado ou TAC celebrado: 50%

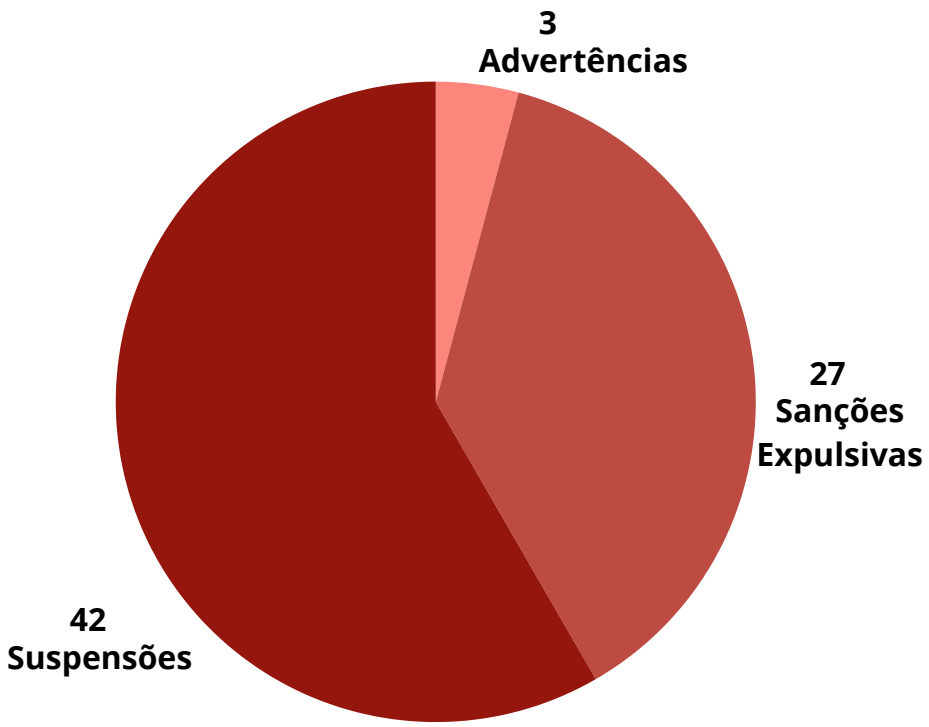
Fonte: Painel de Correição em Dados, CGU

Os procedimentos instaurados no exercício apresentam como principais assuntos:



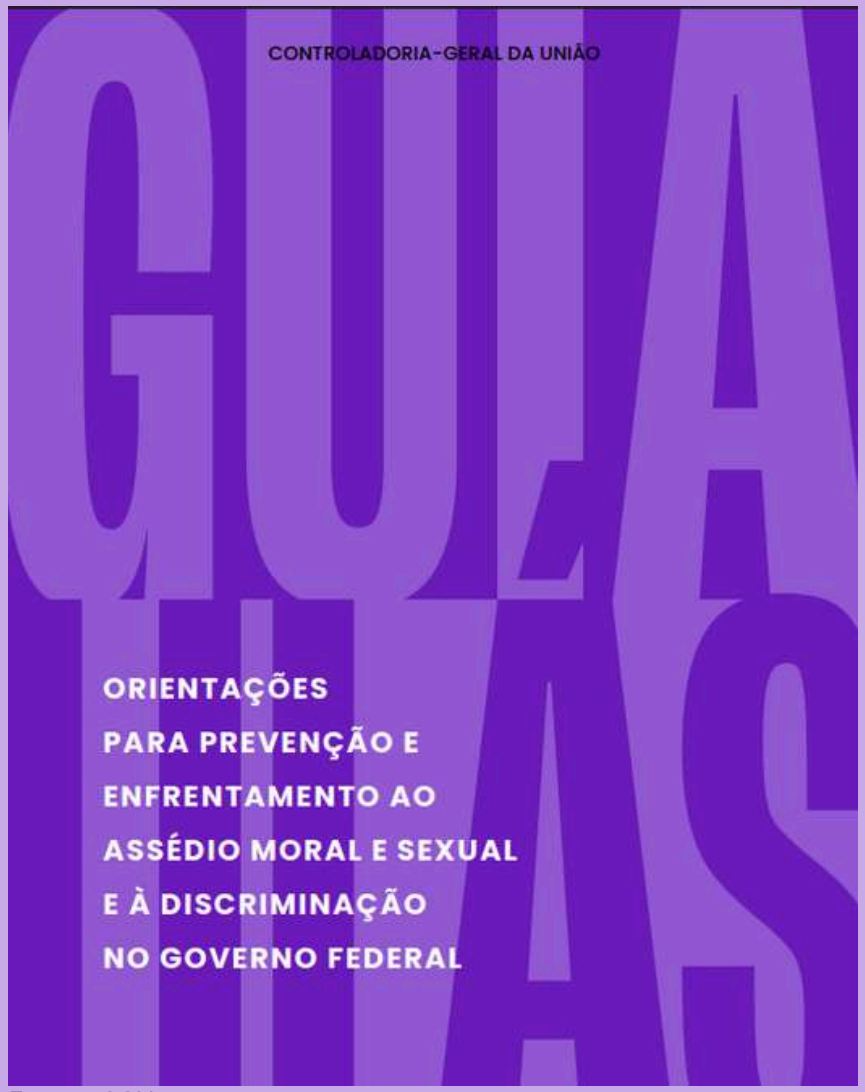
Fonte: Painel de Correição em Dados, CGU

Nesse sentido, foram aplicadas 72 sanções aos agentes públicos envolvidos, conforme gráfico a seguir:



Fonte: Painel de Correição em Dados, CGU

Atuação preventiva e fortalecimento institucional



Fonte: CGU

No campo da prevenção e do enfrentamento ao assédio e à discriminação, a Corregedoria-Geral exerceu atuação proativa, representando o Ministério no Comitê Gestor do Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação. Ademais, contribuiu para a concepção e implementação do *Programa MJSP sem Assédio e sem Discriminação*, instituído pela Portaria Ministerial nº 863, de 28 de maio de 2025, visando promover um ambiente institucional saudável, seguro, respeitoso e alinhado aos princípios da ética e da integridade.

Como ação complementar, a unidade promoveu a impressão de 5 mil exemplares do Guia Lilás - edição 2024, e sua ampla divulgação no Ministério, com a finalidade de orientar servidores e colaboradores quanto à prevenção e ao adequado tratamento de situações de assédio moral, assédio sexual e discriminação na Administração Pública Federal. A iniciativa buscou ampliar o acesso a informações claras e objetivas sobre conceitos, formas de identificação, fluxos de encaminhamento e canais institucionais disponíveis para acolhimento e apuração de denúncias.

A Corregedoria-Geral integra, ainda, o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Siscor), na qualidade de Unidade Setorial de Correição, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.
No exercício de 2025, a unidade manteve-se classificada no Grupo 3 do Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correcional (Idecor) e no Nível 1 do Modelo de Maturidade Correcional, ambos instituídos pela Controladoria-Geral da União.

Quanto ao aprimoramento contínuo de sua atuação institucional, destacam-se, no exercício, as seguintes ações estruturantes:

- Reestruturação organizacional da Corregedoria-Geral e recomposição de sua força de trabalho;
- Celebração do Protocolo de Intenções com a Corregedoria do Ministério da Fazenda, visando o intercâmbio de experiências, capacitações conjuntas e disseminação de boas práticas correcionais;
- Implementação do Plano de Desenvolvimento Profissional, resultando em 1.060 horas de capacitação realizadas até setembro de 2025;
- Revisão e redesenho dos processos internos, com aprimoramento dos fluxos de trabalho;
- Participação ativa de representantes da unidade em eventos do Siscor;
- Criação de página institucional em ambiente SharePoint para centralização e disseminação de informações; e
- Utilização integral do Sistema e-PAD.



TRANSPARÊNCIA E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Ministério da Justiça e Segurança Pública atua em conformidade com o princípio da transparência e com a diretriz de ampla disponibilização de informações à sociedade, com o objetivo de assegurar que os cidadãos possam acompanhar, avaliar e fiscalizar as entregas de produtos e serviços realizados pelo órgão. Nesse contexto, empreenderam-se esforços contínuos voltados ao aprimoramento dos instrumentos e canais de comunicação institucional, de modo a torná-los mais abrangentes, acessíveis e adequados às diferentes formas de interação com a sociedade.

No que se refere ao relacionamento com a sociedade, o Governo Federal estabeleceu diretrizes que reconhecem a mobilização social como elemento estratégico para o fortalecimento da aproximação com a população e com as organizações da sociedade civil. Essa orientação tem como finalidade promover a participação social qualificada nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, assegurando maior aderência das ações governamentais às demandas e às necessidades da sociedade brasileira.

Dessa forma, a Assessoria de Participação Social e Diversidade (ASPAD), criada pelo Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), tem como missão articular, fortalecer e promover o diálogo entre a administração pública e a sociedade civil. Entre suas competências, destacam-se: fomentar a participação social, promover a igualdade de gênero, étnica e racial, proteger os direitos humanos e enfrentar desigualdades sociais e regionais.



Principais iniciativas

Eventos e conferências

Promoção de eventos e conferências como espaços qualificados de diálogo e debate sobre diversidade, igualdade racial, acessibilidade e direitos humanos, reafirmando o compromisso institucional com a formulação e a implementação de políticas públicas participativas e inclusivas.

Integração com os canais oficiais de comunicação do MJSP

Articulação com os canais oficiais de comunicação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a exemplo da plataforma Fala.BR e da Ouvidoria, com o objetivo de ampliar a transparência, fortalecer a interação com a sociedade e aprimorar os mecanismos de escuta e resposta institucional. Destaca-se, ainda, a criação de espaço específico sobre diversidade no sítio eletrônico oficial do MJSP.

Interlocução entre programas e projetos das secretarias nacionais

Fortalecimento da interlocução entre programas e projetos das secretarias nacionais, promovendo a valorização e a ampliação da visibilidade das ações de participação social e de promoção da diversidade, de forma transversal às políticas públicas do Ministério.



Escuta ativa e diálogo territorial

Realização de visitas técnicas e de reuniões com entidades da sociedade civil, bem como elaboração de protocolos participativos voltados à implantação e ao funcionamento de equipamentos públicos, com vistas a assegurar representatividade, inclusão social e adequação das políticas públicas às especificidades dos territórios.

Ouvidoria

A Ouvidoria-Geral do Ministério de Justiça e Segurança Pública exerce um papel estratégico no fortalecimento da integridade, da ética pública e dos mecanismos de controle interno, ao atuar como canal institucional de escuta qualificada, participação social e prevenção de riscos. Enquanto instrumento essencial de controle social, a Ouvidoria contribui para a identificação de fragilidades, a mitigação de riscos institucionais e o aperfeiçoamento contínuo dos processos administrativos, reforçando a transparência e a responsabilização na gestão pública.

No âmbito do MJSP, a Ouvidoria-Geral exerce suas atribuições com base nos princípios da legalidade, da imparcialidade, da eficiência e da integridade. Compete à unidade o recebimento, a análise e o tratamento das manifestações de ouvidoria – elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias – bem como a gestão dos pedidos de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. As denúncias recebidas constituem insumo estratégico para os sistemas de integridade e para a atuação correicional, ao subsidiar a apuração de irregularidades, o encaminhamento às instâncias competentes e a adoção de medidas preventivas e corretivas no âmbito do Ministério.

Os dados apresentados a seguir representam a consolidação dos resultados alcançados pela Ouvidoria-Geral no exercício de 2025, evidenciando sua contribuição para a governança, a gestão de riscos, os controles internos e a atuação correicional.

Desempenho Geral

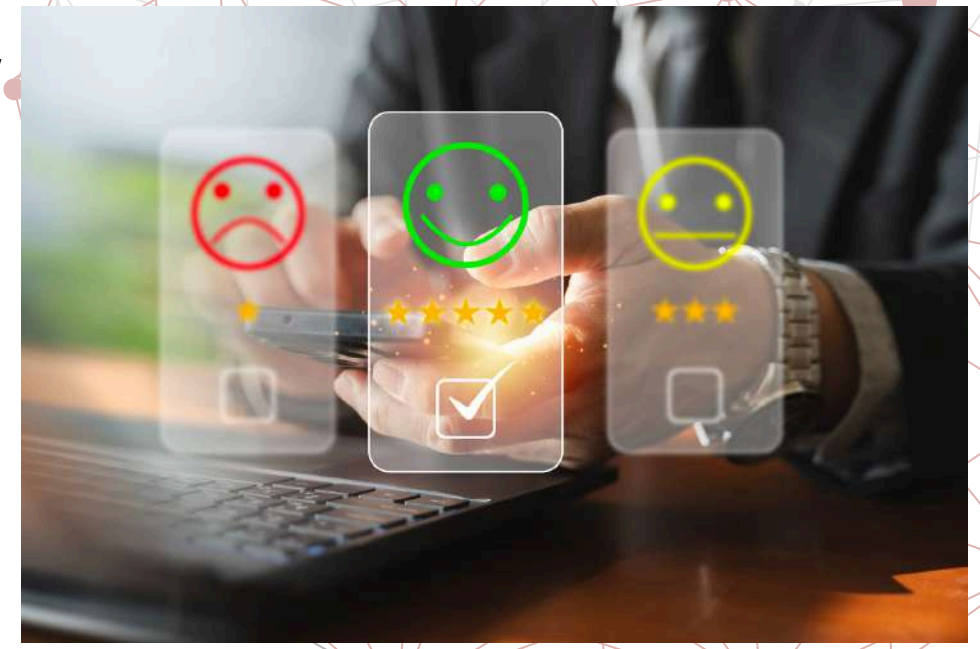
Em 2025, a Ouvidoria-Geral do MJSP registrou 16.610 demandas, considerando conjuntamente as manifestações de ouvidoria e os pedidos de acesso à informação (SIC). Todas as demandas foram cadastradas no Fala.BR, analisadas de forma individual e encaminhadas para as providências pertinentes, conforme a natureza da solicitação e as competências institucionais aplicáveis. Ressalva-se que os atendimentos telefônicos, embora realizados em quantidade expressiva ao longo do ano, não geram registro automático no Fala.BR, razão pela qual não integram o quantitativo consolidado do sistema.

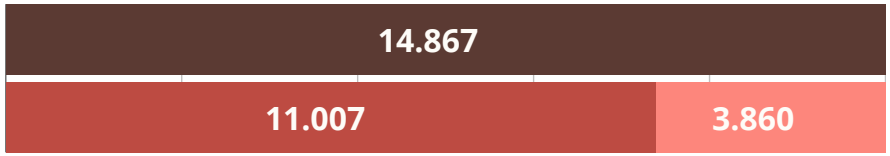
Além disso, em 2025, foram realizados 259 atendimentos presenciais, correspondendo a aproximadamente 22 atendimentos por mês, os quais foram recepcionados e tratados conforme os fluxos institucionais adotados.



Demandas do tipo Ouvidoria

No exercício de 2025, foram recebidas e tratadas 14.867 manifestações de ouvidoria.





Fonte: OUV/MJSP

- **Indicadores Operacionais**

Indicador	Resultado em 2025
índice de resolutividade	98,64%
Tempo médio de resposta	11,2 dias
Percentual de demandas respondidas no prazo	100%

Fonte: OUV/MJSP

A análise estratégica desses resultados revela uma performance excelente. O cumprimento de 100% das respostas no prazo legal atesta o rigor e a disciplina dos processos internos. O índice de resolutividade de 98,64% indica que a maioria das manifestações recebeu um tratamento conclusivo e satisfatório. Além disso, o tempo médio de resposta de 11,2 dias, significativamente inferior ao prazo legal de 30 dias, prorrogável por mais 30, destaca a agilidade e a eficiência da equipe.

A eficiência demonstrada pelo tempo médio de resposta é ainda mais destacada ao se considerar a complexidade do trabalho, que envolve não apenas o tratamento de 11.007 demandas internas, mas também a triagem e o encaminhamento correto de 3.860 manifestações para outros órgãos. Essa visão geral do desempenho demonstra uma operação robusta e centrada no cidadão.

Manifestações por tipologia: distribuição e destinação

A categorização das manifestações por tipologia constitui um instrumento fundamental para a organização do fluxo de tratamento, o apoio às análises gerenciais e a orientação de ações voltadas ao aprimoramento dos processos institucionais.
A seguir, apresenta-se a distribuição das manifestações recebidas no exercício de 2025, bem como as principais destinações adotadas pela Ouvidoria-Geral do MJSP:

1. Denúncias

Em 2025, a Ouvidoria-Geral do MJSP recebeu 5.802 denúncias, sendo essa a tipologia mais recorrente entre as manifestações registradas. Desse total, 2.203 foram habilitadas para apuração, 1.729 foram consideradas não habilitadas e 1.829 foram encaminhadas a outros órgãos competentes, conforme a natureza dos fatos. O elevado número de denúncias demonstra a confiança da sociedade na Ouvidoria-Geral como um canal seguro para o relato de irregularidades, reforçando sua relevância para o controle social e o fortalecimento da integridade da gestão pública.

2. Solicitações

Foram registradas 4.532 solicitações, categoria essencial para o encaminhamento de demandas e pedidos de providências à administração pública. Desse total, 3.151 foram respondidas, 403 foram arquivadas e 941 foram encaminhadas a outros órgãos competentes.
O volume de solicitações recebidas evidencia o papel da Ouvidoria-Geral como um canal efetivo de mediação entre as demandas da sociedade e a atuação do Ministério.

3. Reclamações

Foram registradas 4.012 reclamações, que refletem insatisfações relacionadas a serviços ou políticas públicas. Destas, 2.762 foram respondidas, 269 foram arquivadas e 949 foram encaminhadas a outros órgãos competentes.
As reclamações constituem um importante instrumento de feedback, permitindo à Ouvidoria identificar falhas processuais e orientar ações de aprimoramento contínuo.

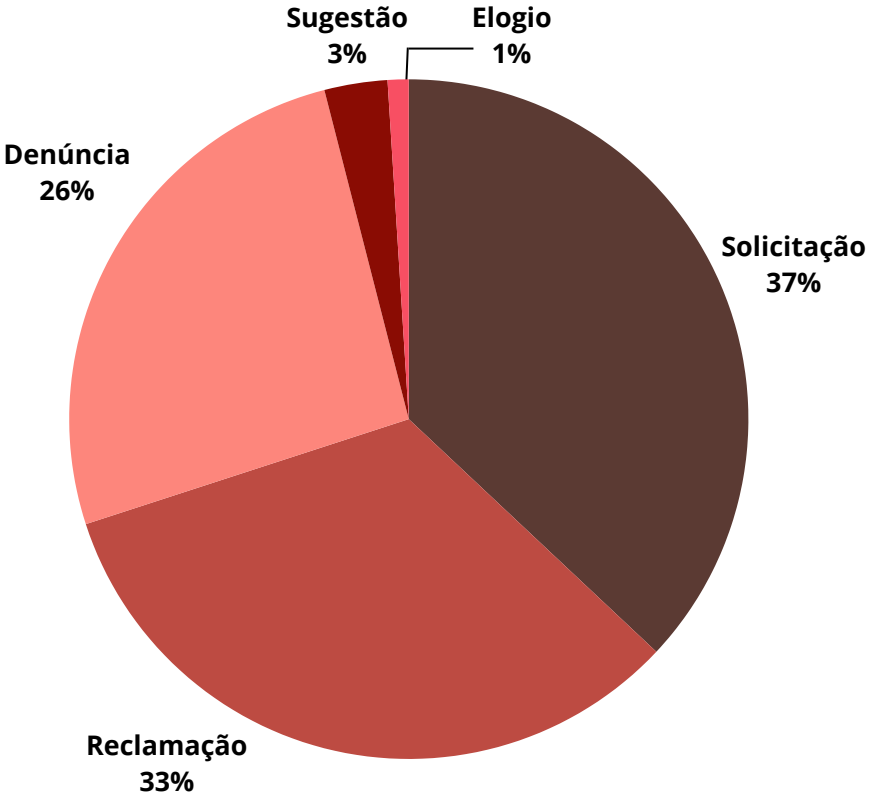
4. Sugestões

Foram recebidas 439 sugestões, demonstrando a participação proativa dos cidadãos na melhoria da administração pública. Desse total, 267 foram respondidas, 28 foram arquivadas e 133 foram encaminhadas a outros órgãos.
As sugestões constituem um insumo relevante para a inovação e o aperfeiçoamento contínuo dos serviços e políticas desenvolvidos pelo MJSP.

5. Elogios

Em 2025, foram registrados 82 elogios, que, embora em menor número, possuem elevado valor qualitativo. Desses, 70 foram respondidos, 4 foram arquivados e 8 foram encaminhados a outros órgãos.

Os elogios constituem importantes indicadores de excelência, ao permitirem a identificação e a disseminação de boas práticas no âmbito institucional.



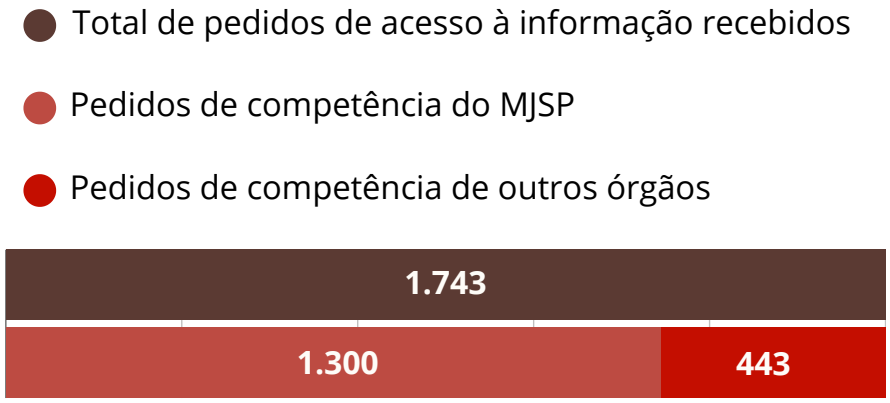
Fonte: OUV/MJSP

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Lei de Acesso à Informação (LAI)

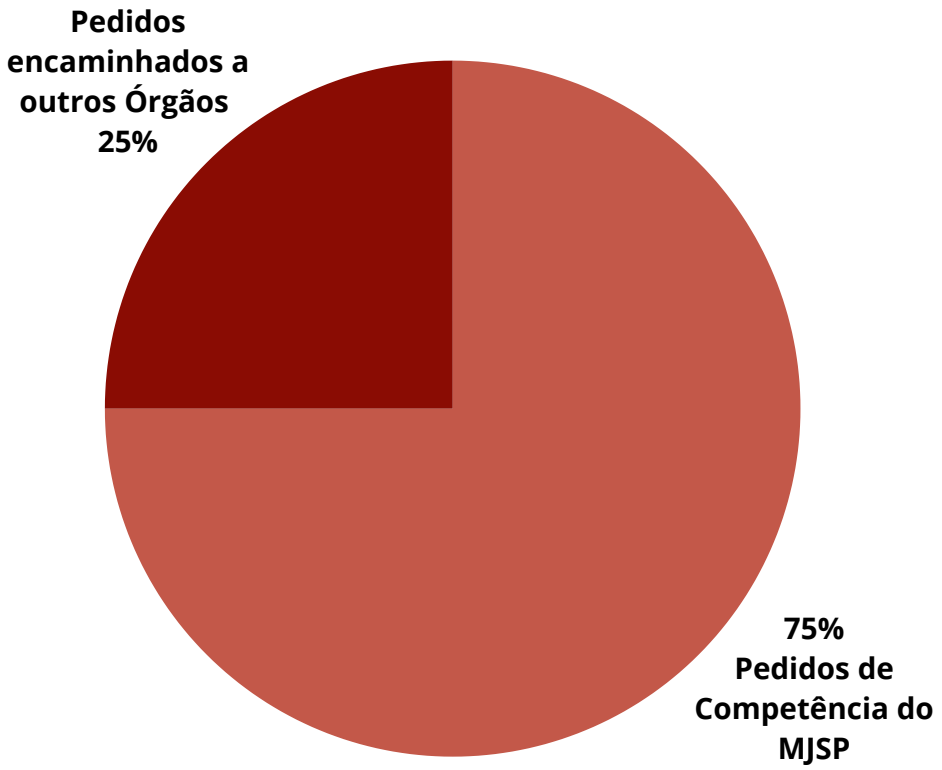
O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do MJSP constitui um pilar essencial da transparência passiva, atuando em estrita observância à Lei de Acesso à Informação — Lei nº 12.527/2011. Por meio do SIC, o Ministério assegura o direito constitucional de acesso às informações públicas, fortalecendo a *accountability*, o controle social e a confiança da sociedade nas ações governamentais.

1. Desempenho no Atendimento aos Pedidos de Informação

Em 2025, o SIC evidenciou a eficiência e a responsabilidade no tratamento das demandas de informação, conforme os indicadores seguintes:



Fonte: OUV/MJSP



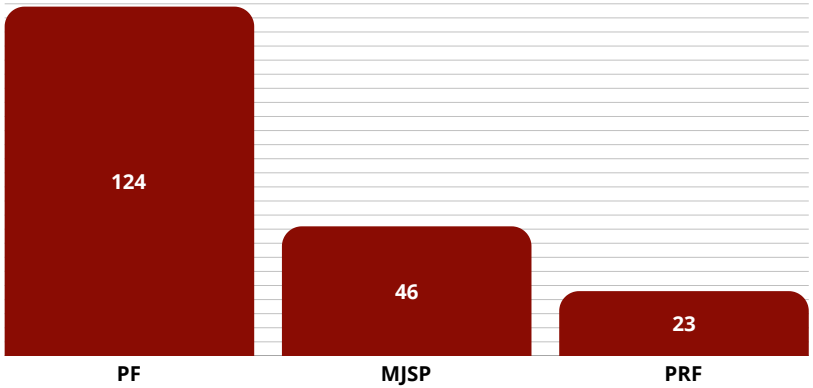
Fonte: OUV/MJSP

O tempo médio de resposta foi de 16,4 dias, nos prazos legais. Ademais, 90,46% dos pedidos foram solucionados já na fase inicial. No momento da elaboração deste relatório, não havia pedidos ou recursos em atraso, evidenciando o compromisso com a transparência e o cumprimento dos prazos legais.

2. Análise do Fluxo de Recursos

O direito de recorrer constitui um elemento essencial do processo previsto na Lei de Acesso à Informação, assegurando ao cidadão a possibilidade de revisão das decisões proferidas em diferentes instâncias. Em 2025, o fluxo de recursos distribuiu-se da seguinte forma:

1. **Recursos em 1ª instância:** 124
2. **Recursos em 2ª instância (Ministro)**: 193
   - PF: 124
   - MJSP: 46
   - PRF: 23



Fonte: OUV/MJSP

3. **Recursos em 3ª instância (CGU):** 28
4. **Recursos em 4ª instância (CMRI):** 13

A existência desse fluxo de recursos é natural e está prevista em lei. Os dados refletem a complexidade de determinadas solicitações, especialmente aquelas que envolvem informações sensíveis ou classificadas, bem como a necessidade de garantir o direito à revisão das decisões, reforçando a confiabilidade do sistema de acesso à informação no âmbito do MJSP.

Iniciativas de aprimoramento e orientações internas

Com vistas ao aprimoramento da prestação de serviços ao cidadão, a Ouvidoria promoveu, em 2025, reuniões periódicas com analistas e pontos focais para qualificar o tratamento das demandas, com foco na redução de prazos e na melhoria da qualidade das respostas.

Como resultado, nas demandas de Ouvidoria, observou-se a redução do tempo médio de resposta e aumento da satisfação dos usuários. No âmbito do SIC, verificou-se uma leve redução dos prazos, mesmo diante do aumento do volume de demandas, além de um crescimento na satisfação média e no número de solicitantes.

No período, também foram realizadas ações de capacitação e prestadas orientações internas voltadas à padronização de procedimentos e à qualificação da comunicação institucional no Fala.BR. Destaca-se, ainda, a atualização da Carta de Serviços do MJSP, que contribui para o correto direcionamento das demandas, a previsibilidade do atendimento e o fortalecimento do acesso à informação.

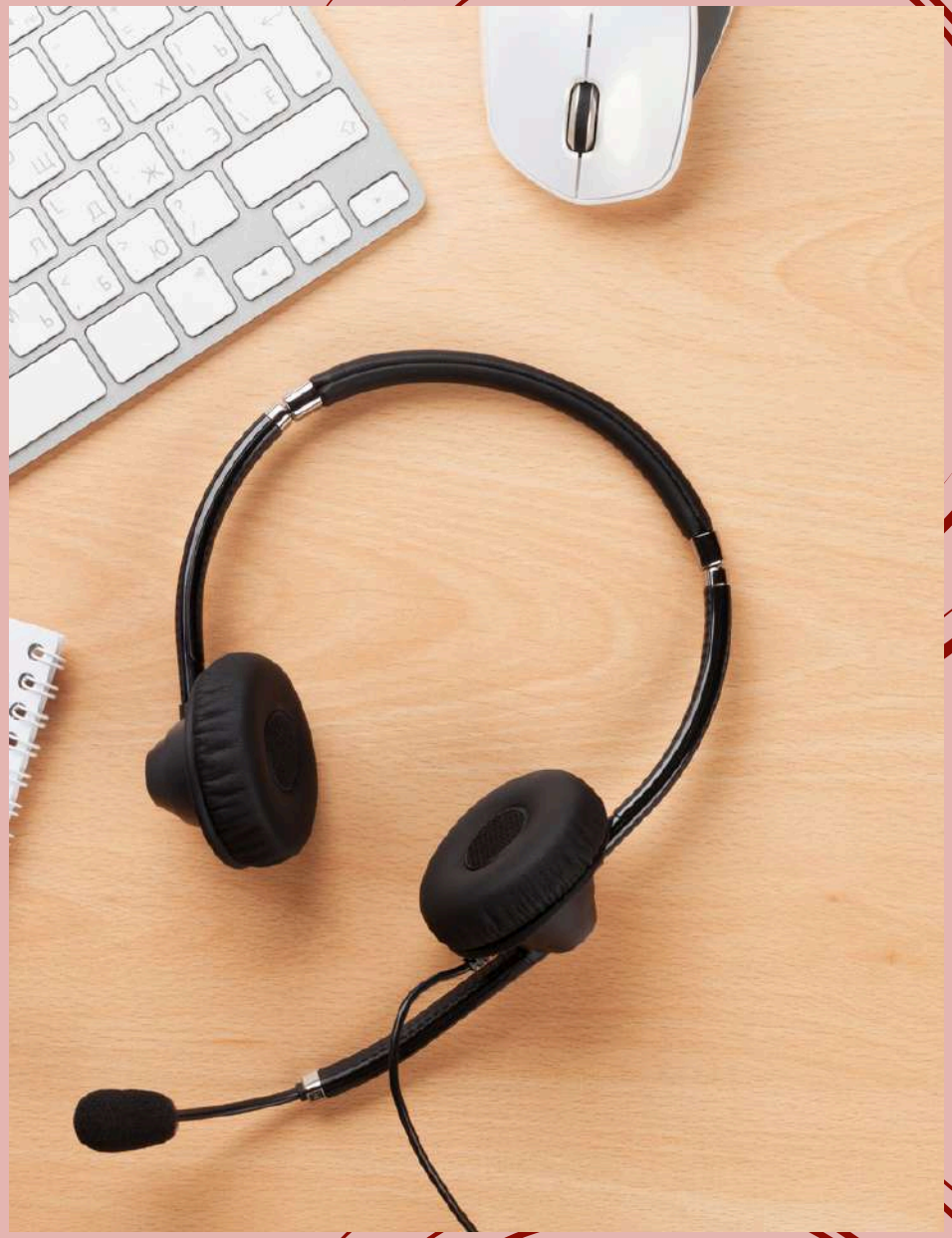


Resultados relevantes para o atendimento ao cidadão em 2025

A consolidação dos dados de 2025 evidencia avanços na tempestividade, previsibilidade e qualificação do atendimento ao cidadão. Nas demandas de Ouvidoria, registraram-se 100% de respostas dentro do prazo legal, com tempo médio de 11,2 dias e índice de resolutividade de 98,64%, refletindo maior capacidade de resposta e devolutivas conclusivas. Denúncias (5.802) e Reclamações (4.012) foram as tipologias mais incidentes, subsidiando o monitoramento de temas sensíveis e recorrentes.

No âmbito do SIC, foram registrados 1.300 pedidos, com

tempo médio de resposta de 16,4 dias e ausência dependências no momento da elaboração do relatório, fortalecendo a efetivação do direito de acesso à informação. Em conjunto, os resultados indicam ganhos concretos para o cidadão, como respostas mais céleres, maior previsibilidade no acompanhamento das demandas, orientações mais claras e redução de retrabalho.



Outras contribuições relevantes

1. Fórum Nacional de Ouvidores do SUSP (FNOSP)

Em 2025, a Ouvidoria-Geral do MJSP exerceu a Presidência do FNOSP, instância de articulação entre as ouvidorias do Sistema Único de Segurança Pública. No período, foram realizadas duas reuniões ordinárias e uma extraordinária, com debates voltados ao aprimoramento das práticas e dos fluxos de atendimento ao cidadão.

2. Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação (CGDI)

O CGDI integra o Sistema de Governança do MJSP, instituído pela Portaria nº 2, de 28 de janeiro de 2022, como instância de decisão sobre a gestão, o compartilhamento, a transparência e a abertura de dados, bem como sobre informações e sistemas de informação.

Em 2025, sob a coordenação da Ouvidoria-Geral do MJSP, o Comitê realizou 12 reuniões e aprovou 122 instrumentos jurídicos, entre Acordos de Cooperação Técnica, Acordos de Cooperação e Termos Aditivos.

A comunicação institucional constitui dimensão estratégica da governança pública, promovendo transparência, fortalecendo a confiança social e assegurando o direito da sociedade à informação clara, acessível e tempestiva. Nesse sentido, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) desempenha papel fundamental na mediação entre o Estado e os cidadãos, contribuindo para a disseminação de políticas públicas, para a prestação de contas e para o fortalecimento da integridade institucional.

Ao longo de 2025, a ASCOM atuou de forma integrada e transversal, desenvolvendo ações de comunicação orientadas pelo interesse público, pela ética, pela responsabilidade social e pela promoção dos direitos fundamentais. As atividades desenvolvidas abrangeram a produção intensiva de conteúdos para as redes sociais e para as plataformas digitais, o atendimento qualificado à imprensa, a elaboração de materiais gráficos e audiovisuais e o apoio comunicacional a eventos, campanhas e agendas estratégicas do Ministério.

Por meio de campanhas temáticas e ações de comunicação pública, o MJSP, através da ASCOM, fortaleceu a difusão de políticas voltadas à proteção de grupos vulneráveis, ao combate à violência, à defesa do consumidor, à saúde mental e à promoção dos direitos humanos, reafirmando seu papel estratégico no fortalecimento da transparência, da integridade e do relacionamento do Ministério com a sociedade.

Essa atuação ampliou o alcance das informações institucionais, qualificou o diálogo com a sociedade e contribuiu para a prevenção de riscos reputacionais e informacionais.

Assim sendo, as informações apresentadas a seguir consolidam os principais resultados alcançados pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública no que tange a comunicação institucional e a transparência de informações no ano de 2025, evidenciando o volume e a diversidade das ações, bem como o compromisso do Ministério com a promoção da cidadania, da inclusão, da segurança da informação e da responsabilidade social.



No âmbito dos canais institucionais de comunicação, destaca-se a atuação da Assessoria de Comunicação, unidade responsável pelo planejamento, coordenação e execução da divulgação de pautas estratégicas do Ministério. A ASCOM promoveu a disseminação de informações de interesse público, assegurando a transparência, o acesso qualificado à informação e a interlocução permanente com os veículos de imprensa, além da gestão e atualização contínua das redes sociais institucionais com conteúdos relevantes para a sociedade.

Em 2025, a Assessoria de Comunicação foi responsável pela produção e coordenação da comunicação de programas e iniciativas essenciais, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional e para a ampliação do alcance das políticas públicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Produção de conteúdo para redes sociais	
Facebook	574
Twitter/X	784
Instagram	641
Youtube (ao vivo)	72
Flickr	4.159
Coletivas e eventos (redes)	37
Hotsites/páginas (Gov.br)	33

Fonte: ASCOM/MJSP

Produção gráfica/publicidade	
Produção gráfica (cartazes, folders, banners, apresentações, infográficos)	372
Produção e edição de vídeos institucionais	206
Cards redes sociais	1.526

Fonte: ASCOM/MJSP

Assessoria de imprensa	
Atendimento à imprensa	3.062
Produção de releases	828
Audioreleases	117

Fonte: ASCOM/MJSP

CAPÍTULO 3

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Relatório de Gestão Integrado
MJSP 2025

A conformidade e a eficiência na gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública serão apresentadas em alinhamento à Decisão Normativa do TCU nº 198, de 2022 e Instrução Normativa TCU nº 84, de 2020.

Serão expostos os resultados da atuação do Ministério em áreas sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva, cuja gestão e acompanhamento são essenciais para o desempenho da governança institucional, contribuindo diretamente para a efetividade da administração pública.

Entre os temas abordados, destacam-se: a) gestão orçamentária e financeira; b) gestão de custos; c) gestão de licitações e contratos; d) gestão patrimonial e infraestrutura; e) gestão de pessoas; f) sustentabilidade ambiental; g) responsabilidade social; e a h) gestão da tecnologia da informação.

Para cumprir suas atribuições, a Secretaria-Executiva conta com três Subsecretarias em sua estrutura: a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO e a Subsecretaria de Administração - SAA e a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI, responsável pela gestão da informação institucional.

Vale salientar que, como os temas de gestão estratégica e contabilidade possuem capítulos específicos neste Relatório Integrado, a SPO abordará, neste capítulo, apenas os resultados relativos à gestão orçamentária e financeira e à gestão de custos.

CARTA DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO substituto

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA

No exercício de 2025, a atuação da Secretaria-Executiva esteve orientada ao fortalecimento da governança institucional, à integração entre as unidades e ao aprimoramento dos instrumentos de planejamento, gestão e execução, em alinhamento com a missão do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Nesse contexto, buscou-se consolidar iniciativas estruturantes e ampliar a capacidade de coordenação institucional, de modo a assegurar maior coerência entre planejamento, orçamento e execução das políticas públicas, especialmente aquelas de caráter transversal.

No campo do planejamento e da gestão estratégica, foram mantidos e aprimorados os mecanismos de acompanhamento do Planejamento Estratégico 2024–2027, que contempla 38 projetos estratégicos e 47 indicadores institucionais. Paralelamente, avançou-se na consolidação da Carteira de Políticas Públicas do Ministério, atualmente composta por 39 políticas, instrumento que contribui para o alinhamento das prioridades institucionais, a organização da atuação governamental e o aprimoramento da alocação de recursos.





Na dimensão orçamentária, destaca-se a execução de aproximadamente R$ 1,2 bilhão em transferências do Fundo Nacional de Segurança Pública aos entes subnacionais, direcionadas a iniciativas voltadas à redução da violência, ao enfrentamento do crime organizado, ao combate à violência contra a mulher e ao fortalecimento das condições de trabalho dos profissionais de segurança pública.

Adicionalmente, registra-se a retomada do financiamento do sistema penal pelo Governo Federal, com a realização do terceiro maior repasse fundo a fundo da história e o maior desde 2017, no montante de R$ 432,3 milhões. Esse volume de recursos permitiu a realização de investimentos em infraestrutura, tecnologia, valorização profissional e ações de ressocialização, contribuindo para o fortalecimento da política penitenciária e para a melhoria das condições do sistema prisional brasileiro.

No âmbito administrativo, foram conduzidas ações voltadas à qualificação da infraestrutura institucional e à melhoria contínua dos serviços, com ênfase na preservação e modernização do Palácio da Justiça e no aprimoramento das condições de funcionamento das unidades do Ministério. Também foram implementadas iniciativas direcionadas à valorização dos servidores, à ampliação da força de trabalho e à promoção do bem-estar no ambiente institucional.

A atuação em governança de contratações apresentou resultados expressivos, com a realização de 2.417 procedimentos ao longo do exercício, que totalizaram cerca de R$ 13,6 bilhões, além da gestão de 7.877 contratos administrativos e instrumentos congêneres, evidenciando o esforço institucional voltado à eficiência, padronização e transparência dos processos.

No campo da tecnologia da informação e comunicação, foram registrados avanços relevantes na consolidação da infraestrutura tecnológica e no fortalecimento da governança de dados, com ampliação da capacidade institucional de desenvolvimento de soluções digitais e de suporte às políticas públicas. Destacam-se, nesse contexto, iniciativas voltadas à transformação digital e à utilização de dados como instrumento de apoio à gestão e à tomada de decisão.

Os resultados observados no exercício refletem o fortalecimento dos instrumentos de governança e a ampliação da integração entre as unidades do Ministério, elementos essenciais para a execução de políticas públicas de elevada complexidade.

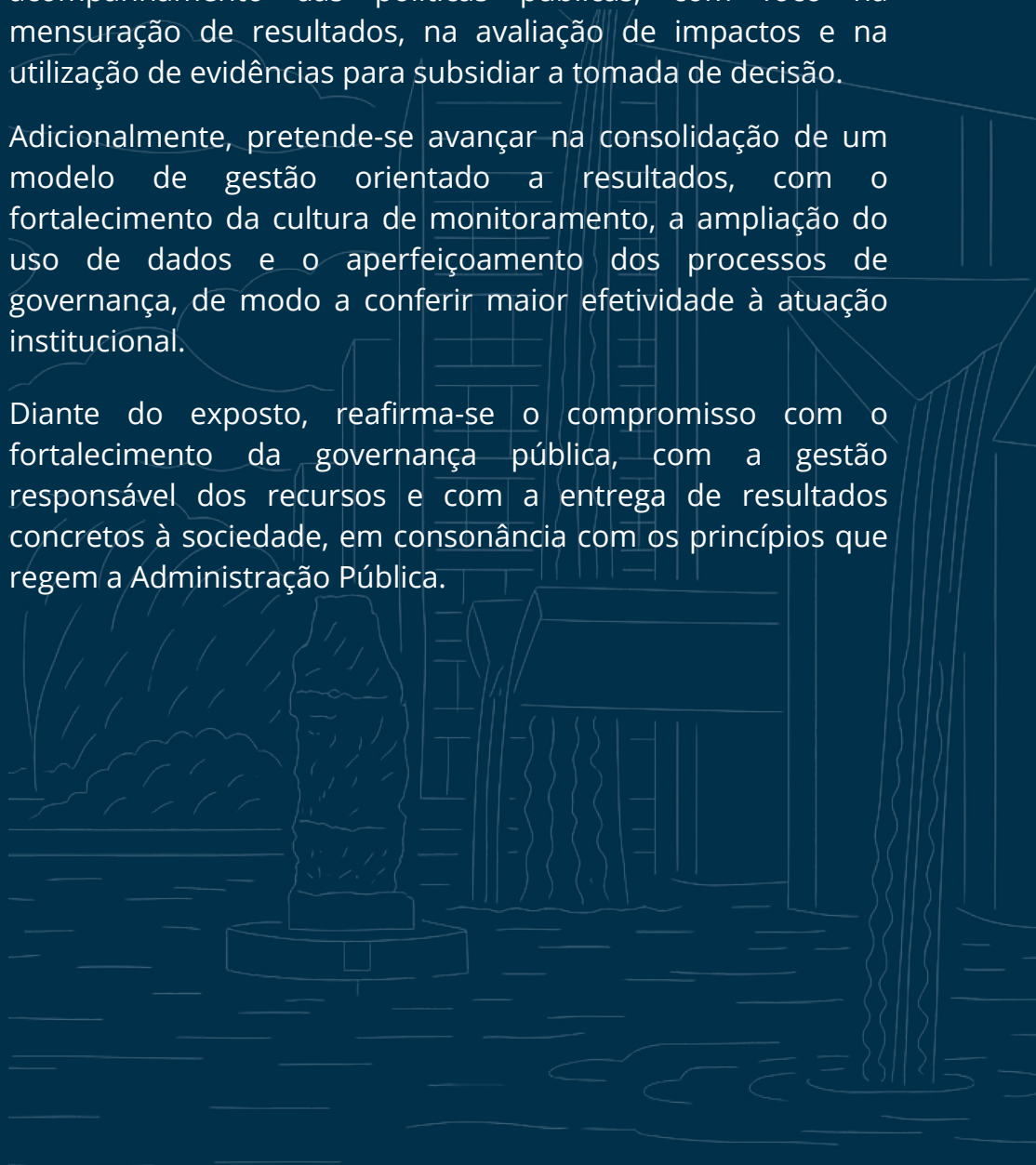
Para o exercício de 2026, a atuação da Secretaria-Executiva estará orientada ao aprofundamento desse processo de consolidação institucional, com ênfase no fortalecimento da governança e no aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas públicas baseadas em evidências.

Nesse sentido, buscar-se-á intensificar a integração entre planejamento, orçamento e execução, com vistas a ampliar a aderência entre as prioridades institucionais e a implementação das ações governamentais. erá priorizado o aperfeiçoamento dos instrumentos de acompanhamento das políticas públicas, com foco na mensuração de resultados, na avaliação de impactos e na utilização de evidências para subsidiar a tomada de decisão.

Será priorizado o aperfeiçoamento dos instrumentos de acompanhamento das políticas públicas, com foco na mensuração de resultados, na avaliação de impactos e na utilização de evidências para subsidiar a tomada de decisão.

Adicionalmente, pretende-se avançar na consolidação de um modelo de gestão orientado a resultados, com o fortalecimento da cultura de monitoramento, a ampliação do uso de dados e o aperfeiçoamento dos processos de governança, de modo a conferir maior efetividade à atuação institucional.

Diante do exposto, reafirma-se o compromisso com o fortalecimento da governança pública, com a gestão responsável dos recursos e com a entrega de resultados concretos à sociedade, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública.



CARTA DO SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DAVID DE LIMA FREITAS

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO, vinculada à Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, atua como órgão setorial responsável pela coordenação, planejamento e supervisão das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e inovação institucional, contabilidade e informação de custos e administração financeira no âmbito do Ministério.

Suas competências regimentais encontram-se estabelecidas no Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que disciplina a estrutura organizacional do Ministério e definem as atribuições das unidades que o integram. No exercício de suas funções, a SPO mantém articulação permanente com as unidades internas do MJSP e com os órgãos centrais desses sistemas, aos quais se reporta para fins de orientação normativa, supervisão técnica e alinhamento metodológico.

A atuação da Subsecretaria está alinhada aos objetivos institucionais de aprimorar a governança e a gestão institucional e de otimizar a gestão orçamentária e financeira, sendo responsável, no âmbito do Ministério, pela coordenação dos processos de elaboração e acompanhamento dos principais instrumentos de planejamento governamental, em especial o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Além das atribuições relacionadas ao planejamento e ao orçamento, a SPO desempenha papel relevante na governança institucional do Ministério, participando diretamente dos processos relacionados à gestão da estratégia institucional, à prestação de contas da gestão, ao gerenciamento de processos organizacionais, à gestão de políticas públicas, à organização da estrutura administrativa, à gestão do portfólio de programas e projetos, à apuração e análise de informações de custos, à gestão de transferências públicas, à programação financeira, à contabilidade aplicada ao setor público, à gestão de emendas parlamentares e ao acompanhamento da execução orçamentária.

Nesse contexto, a Subsecretaria também contribui para o aprimoramento dos mecanismos de governança, integridade, gestão de riscos e controle interno, bem como para a coordenação e consolidação de relatórios governamentais e instrumentos de transparência institucional. Sua atuação incide diretamente sobre a integração dos processos administrativos, contábeis e orçamentários do Ministério, contribuindo para o aperfeiçoamento da alocação e da execução dos recursos públicos.

No âmbito do planejamento estratégico institucional, a SPO coordenou a elaboração e o acompanhamento do Planejamento Estratégico do MJSP para o período de 2024–2027, instrumento que orienta a atuação do Ministério por meio da definição de objetivos estratégicos, indicadores estratégicos e metas institucionais. A construção desse planejamento ocorreu de forma participativa, com a contribuição da alta administração e das unidades integrantes da estrutura ministerial. Para o monitoramento da estratégia institucional, foram definidos indicadores e metas que permitem acompanhar o desempenho das ações estratégicas e subsidiar eventuais ajustes necessários ao alcance dos resultados pretendidos.

No exercício de 2025, permanecem em acompanhamento 38 projetos estratégicos e 47 indicadores estratégicos, cujos dados são analisados periodicamente por meio de relatórios gerenciais e reuniões técnicas com as unidades responsáveis pela execução dos projetos estratégicos.



No campo da gestão de políticas públicas, destaca-se a Carteira de Políticas Públicas do MJSP, instrumento institucional que organiza e sistematiza as políticas sob responsabilidade do Ministério, permitindo maior transparência, alinhamento estratégico e racionalidade na alocação de recursos.

A Carteira reúne informações gerais sobre as políticas públicas conduzidas pelas unidades finalísticas do órgão. A gestão dessas políticas é realizada por meio da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE), instância de apoio executivo ao Comitê de Governança Estratégica (CGE) do MJSP, regulamentado pela Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022.

Esse processo de gestão envolve a estruturação das políticas públicas do órgão em uma carteira institucional, com vistas ao seu monitoramento, avaliação e à adequada alocação orçamentária de recursos pela alta gestão. Busca-se, com isso, fortalecer a tomada de decisão baseada em evidências, aprimorar a qualidade do gasto público, promover a racionalização do uso de recursos e fomentar a cultura de transparência na administração pública.

Atualmente, a Carteira de Políticas Públicas do MJSP contempla uma lista exaustiva das 39 políticas públicas, foi aprovada pela Resolução CGE nº 26, de 10 de junho de 2024 e organizada de forma setorial, ou seja, vinculadas à cada unidade finalística do Ministério responsável pela temática. Além disso, as políticas são detalhadas em formulários criados no âmbito da CT-CGE, a partir de parâmetros estabelecidos pelo manual ex ante de avaliação de políticas públicas.

As Políticas Públicas previstas na referida Carteira geram produtos e serviços para a sociedade e são formadas e executadas por meio de:

- **Processos organizacionais** (Cadeia de Valor, processos e macroprocessos);
- **Projetos** (Projetos Estratégicos e projetos internos das unidades);
- **Planos Institucionais** (Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP, Plano Nacional de Políticas sobre Drogas - Planad, PPA, Planejamento Estratégico, etc);
- **Programas Governamentais** (programas do PPA, entre outros);
- **Ações orçamentárias e planos orçamentários;**
- **Instrumentos formalizados para sua execução** (convênios, acordos de cooperação, termo de execução descentralizada - TED, execução direta etc.).

No contexto da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS, instituída pela Lei nº 13.675, de 2018, destaca-se a importância da transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, operacionalizada por meio do repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP aos fundos estaduais e distrital de segurança pública.

Nos termos do art. 7º da Lei nº 13.756, de 2018, os recursos do FNSP destinam-se ao financiamento de programas, projetos, atividades e ações voltadas à segurança pública e ao enfrentamento da violência.

Com vistas a orientar a aplicação desses recursos, a Portaria MJSP nº 685, de 16 de maio de 2024, estabelece diretrizes e áreas temáticas prioritárias para a utilização dos recursos transferidos, assegurando maior alinhamento entre os investimentos realizados e as prioridades estratégicas da política de segurança pública.

No exercício de 2025, o FNSP empenhou aproximadamente R$ 1,2 bilhão em favor dos Fundos Estaduais e do Fundo Distrital de Segurança Pública, destinados ao fortalecimento de iniciativas relacionadas à redução de mortes violentas intencionais, ao enfrentamento do crime organizado, ao combate à violência contra a mulher e à melhoria das condições de trabalho dos profissionais de segurança pública.

Ainda no campo orçamentário, a SPO coordenou a elaboração da Cartilha de Emendas Parlamentares do MJSP para o exercício de 2026, documento que consolida programas e projetos do Ministério passíveis de financiamento por meio da alocação de emendas ao orçamento da União, constituindo instrumento de apoio à interlocução institucional com o Congresso Nacional.

No desempenho de suas funções como órgão setorial contábil, a Subsecretaria prestou suporte técnico a 107 Unidades Gestoras Executoras – UGs, distribuídas entre as diversas unidades integrantes da estrutura do Ministério, incluindo o núcleo central do MJSP, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária

a Agência Nacional de Proteção de Dados, a Secretaria Nacional de Políticas Penais, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Secretaria Nacional do Consumidor, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

No exercício de 2025, foram enviadas 936 mensagens pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), contendo orientações técnicas, alertas operacionais e recomendações às unidades gestoras.

No âmbito da conformidade contábil, são elaboradas trimestralmente Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do MJSP, instrumento que contribui para a transparência das informações contábeis e para a adequada compreensão dos registros patrimoniais e financeiros do Ministério. No exercício de 2025, foram elaboradas quatro Notas Explicativas, referentes ao exercício encerrado de 2024 e aos três primeiros trimestres de 2025.

Destaca-se também a atuação da SPO na gestão dos processos de Tomada de Contas Especial – TCE, tendo sido realizados, em 2025, 35 registros contábeis relacionados a esses processos, contemplando o reconhecimento de valores decorrentes da apuração de dano ao erário, a contabilização de valores a serem recebidos após julgamento do Tribunal de Contas da União (TCU) e a baixa contábil decorrente do recebimento ou cancelamento das obrigações.

No que se refere ao suporte aos sistemas estruturantes do Governo Federal, a Subsecretaria também é responsável pela gestão de acessos e habilitação de usuários nos sistemas utilizados pelas unidades do Ministério. Entre os sistemas administrados destacam-se o SIAFI, Tesouro Gerencial, SIASG, Comprasgov.br, Contratosgov.br, SIADS, Transferegov.br, CADIN, Obrasgov.br, Reuse.gov, entre outros.

No exercício de 2025 foram registrados 11.909 atendimentos relacionados à habilitação e gestão de acessos aos sistemas estruturantes, garantindo suporte operacional às unidades do Ministério.

No campo da transparência institucional e da consolidação de informações gerenciais, destaca-se o desenvolvimento e a disponibilização de painéis de *Business Intelligence – BI*, que permitem a visualização e o monitoramento de dados relativos ao planejamento estratégico, à execução orçamentária e financeira, às transferências públicas, aos convênios, às contratações, às informações contábeis e a outros elementos relevantes para a gestão institucional.

Por fim, registra-se que a atuação da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento está orientada à observância das normas aplicáveis aos sistemas estruturantes da administração pública federal e ao fortalecimento dos mecanismos de governança e transparência institucional.

Dessa forma, DECLARO que os padrões de gestão observados no âmbito das competências desta Subsecretaria atendem aos requisitos de conformidade, integridade e confiabilidade das informações apresentadas no presente Relatório de Gestão.

CARTA DA SUBSECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO

A Subsecretaria de Administração - SAA integra a estrutura da Secretaria-Executiva - SE do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tendo entre suas principais competências supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de pessoal civil, de serviços gerais e de gestão de documentos e arquivo, no âmbito da Pasta, atuando como órgão setorial e promovendo a articulação com os respectivos órgãos centrais. Dada a relevância de sua atuação, o direcionamento estratégico da unidade está devidamente alinhado ao Mapa Estratégico e à Cadeia de Valor do Ministério. Suas rotinas administrativas, em contínuo processo de aprimoramento, estão fortemente balizadas pelas melhores práticas de governança, gestão e controle estabelecidos internamente e vêm atendendo tempestivamente aos órgãos de controle interno e externo.

Mantendo a gestão administrativa eficiente e com a devida transparência, as ações em 2025 deram prosseguimento aos dois pontos solicitados pela gestão do então Ministro Ricardo Lewandowski: o cuidado com o Patrimônio Público, em especial o Palácio da Justiça, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO como patrimônio mundial e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan (Portaria nº 314, de 1992) e pelo Distrito Federal (Decreto nº 10.829, de 1987); e o cuidado com as pessoas, abrangendo servidores, colaboradores e visitantes dos espaços físicos do Ministério. Nesse sentido, diversas ações foram planejadas e implementadas pelas unidades administrativas do órgão.

Em 2025, houve a continuidade ao Projeto de restauração do Palácio da Justiça e seus anexos, destaca-se o projeto aprovado pelo Fundo de Direitos Difusos - FDD, para iniciar a contratação de empresa especializada na elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia para a reestruturação de todos os sistemas e subsistemas das edificações. Além disso, várias ações foram realizadas para a manutenção e melhoria do Palácio da Justiça e seus Anexos, das quais destacam-se: a aquisição de equipamentos de climatização com vistas à modernização; manutenção da escada privativa; a melhoria na iluminação externa das edificações; a limpeza e restaurações pontuais do revestimento do jardim de inverno, manutenção das jardineiras do jardim externo, manutenção da cascata seca e do espelho d'água do Palácio da Justiça para receber uma escultura de Burle Marx.

A Comissão Consultiva de Curadoria, destinada a apoiar e orientar a recuperação, restauração e modernização do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Palácio da Justiça e seus anexos, foi a responsável pela escolha da escultura de Burle Marx para integrar a fachada principal do prédio, que se encontrava no Sítio Burle Marx no Rio de Janeiro. A escultura trata-se de uma obra “em processo”, de meados da década de 1980, feita em granito branco do Ceará. Instalada entre a segunda e a terceira queda d'água do Palácio da Justiça, em junho de 2025, garantiu harmonia visual, respeito à concepção paisagística e estabeleceu um diálogo com as formas do Palácio, pois apresenta estrias e ranhuras que remetem aos imponentes brise-soleils das fachadas laterais do edifício. A inauguração da escultura marcou o protagonismo do Palácio da Justiça para o Patrimônio Público Cultural Brasileiro e contou com a presença do Presidente da República, da Ministra da Cultura, do Presidente do Iphan, dentre outras autoridades.

A infraestrutura patrimonial também foi priorizada nas unidades descentralizadas com a destinação de recursos de investimento pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Secretaria Nacional de Políticas Penais na projeção, construção e reformas de Sedes, Delegacias e Postos necessários para melhor atender o corpo funcional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

No âmbito dos Serviços Gerais, o objetivo principal é a qualidade da prestação dos serviços e o bem-estar geral.

Em 2025, em continuidade à revisão dos contratos administrativos, houve a modernização dos equipamentos de limpeza e das metodologias aplicadas, a ampliação e qualificação de equipes de serviços gerais, além da instalação de coletores de materiais recicláveis, como pilhas e materiais eletrônicos. E, para facilitar o dia a dia dos servidores, foi inaugurada a Central de Serviços do MJSP. No espaço, foram agrupados os serviços de atendimento do Protocolo e Arquivo, emissão de crachás e credenciais de estacionamento, Suporte SEI e atendimento e gerenciamento de demandas da Central de Serviços online. Nas diversas unidades administrativas, foram registradas aquisições voltadas à melhoria de equipamentos e mobiliários adequados às necessidades de serviço.

Projetos voltados à melhoria do ambiente de trabalho, valorização e acolhimento dos servidores e colaboradores são destacados, pois demonstram que o cuidado que a Gestão tem com as pessoas vai muito além de manter uma infraestrutura adequada de trabalho. Um exemplo é a iniciativa ligada à responsabilidade social do órgão, mas que também traz uma sensação de bem-estar aos servidores, qual seja, o serviço de engraxate, implementado no âmbito do Ministério por meio da adesão ao Projeto Engraxate Brasil, ação que visa capacitar profissionais, especialmente de grupos vulneráveis e historicamente excluídos, na atividade de engraxate e encaminhá-los ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, o projeto oferece os serviços de limpeza, hidratação, restauração e revitalização de sapatos e objetos em couro ou similares diretamente aos servidores, sem transferência direta de recursos financeiros públicos.

Outro exemplo é o Projeto Papo de Mulher, ação voltada às mulheres do MJSP, com o objetivo de proporcionar periodicamente espaço para roda de conversa sobre diversas pautas. No ano de 2025, foram discutidos letramento de gênero; saúde mental; violência doméstica contra as mulheres e masculinidades; assédio; educação para a transformação social; combate à discriminação de gênero; comunicação e presença; consciência racial, dentre outras. Temos o Projeto Biblioteca Compartilhada, que promove a troca de livros, estimulando leitura, conhecimento e interação entre os servidores. Outro projeto que se firmou em 2025 foi o SAA Motiva, que visa promover um ambiente de trabalho mais positivo e acolhedor por meio da disseminação de mensagens motivacionais que incentivem o bem-estar, a produtividade e o engajamento. As mensagens são posicionadas em espaços físicos de uso comum, visando impactar o dia a dia das pessoas. Em 2025, também foi consolidada a ação Natal Solidário do MJSP, um projeto voltado à arrecadação de doações de brinquedos destinados às crianças ligadas às famílias vinculadas às cooperativas de catadores de recicláveis que prestam ou prestaram serviço ao Ministério. Na ocasião, a iniciativa beneficiou 128 crianças e um lar de idosos, reforçando o compromisso da Pasta e dos seus servidores com a solidariedade e a inclusão social.

Seguindo a diretriz estratégica, a gestão de pessoas do Ministério da Justiça e Segurança Pública não se limitou apenas às atividades de provimento, pagamento e desenvolvimento, mas em ações capazes de motivar e conectar os servidores à missão, visão e valores do órgão, bem como em fomentar uma cultura organizacional que valorize a diversidade, a inclusão e o bem-estar. O desafio recai sobre a gestão de 29.972 servidores ativos e 15.853 aposentados*. Em 2025, após 13 anos sem aprovação de concurso pelo órgão central, houve a ampliação da força de trabalho do Núcleo Central do MJSP, por meio do provimento de servidores advindos do Concurso Público Nacional Unificado – CPNU, o que representa um ganho histórico para a pauta. Isso porque possibilita a recomposição do quadro e a redução do déficit de servidores, melhora a qualidade dos serviços prestados à população, com profissionais concursados capacitados, e promove maior eficiência e a continuidade da execução de políticas públicas. As Polícias Federal e Rodoviária também avançaram na ampliação de seus quadros com a autorização de convocação e de provimento pelo órgão central do SIPEC. A Secretaria Nacional de Políticas Penais ampliou a força de trabalho por meio de necessária contratação temporária de excepcional interesse público.

Ainda, em 2025, foram investidos mais de 60 milhões em ações de capacitação e treinamentos, com destaques para a Academia Nacional de Polícia - ANP e a Universidade Corporativa, instituições especializadas também nos cursos de formação dos servidores. Dentre as diversas ações de promoção à saúde, qualidade de vida, valorização e bem-estar das unidades de gestão de pessoas, destacam-se a contratação para disponibilizar a plataforma *Wellhub*, cujo objetivo é promover o acesso dos servidores a práticas de atividade física e bem-estar, acompanhamento nutricional, psicoterapia,

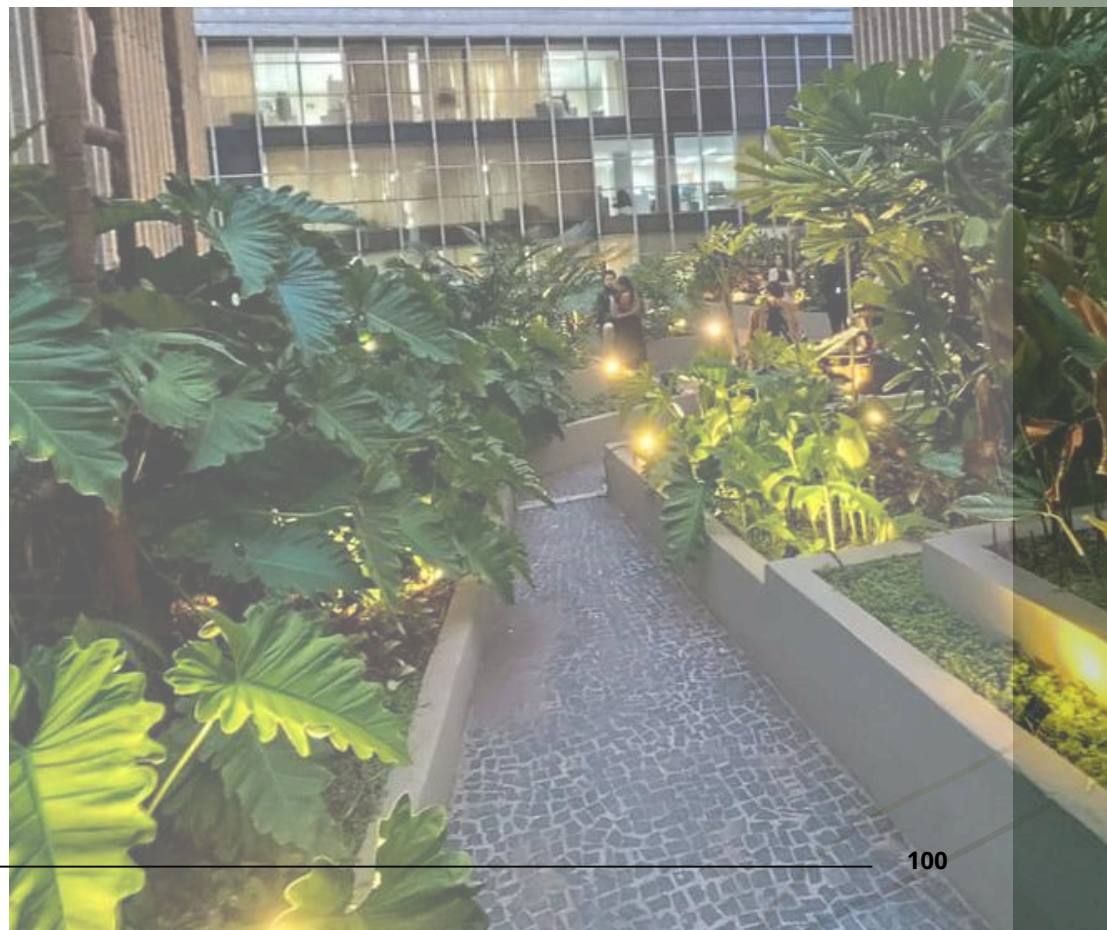
gestão do sono, entre outros, na busca de um estilo de vida saudável, que resulta em melhoria da produtividade, em redução do absenteísmo e em melhor desempenho nas atividades do órgão. O MJSP também conta com o Programa Movimenta, que oferece atividades nas áreas física, mental, social e ocupacional, tais como Jiu-jitsu, Muay Thai e dança, oferecidas no Ministério, por meio de voluntariado dos próprios servidores atuando como professores e orientadores.

A Governança de Contratações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, coordenada pela Secretaria-Executiva, estrutura e orienta de forma integrada o planejamento, o acompanhamento e o monitoramento das contratações públicas no âmbito do MJSP, com foco na padronização de procedimentos, na racionalização de recursos, na eficiência administrativa e na transparência. Nesse contexto, são consolidados os dados referentes às contratações das unidades integrantes da governança — Secretaria-Executiva (SE), Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU), Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) e Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) —, considerando especialmente os processos previstos no Plano de Contratações Anual e os mecanismos de acompanhamento ao longo do exercício.

Em 2025, essas unidades realizaram 2.417 procedimentos de contratação, totalizando aproximadamente R$ 13,6 bilhões, e geriram 7.877 contratos administrativos e instrumentos congêneres, que alcançaram cerca de R$ 10,7 bilhões, conforme evidenciado no presente Relatório de Gestão.

Por fim, mais que uma simples declaração, este documento evidencia os esforços contínuos para superar desafios, promover excelência na gestão, melhorar o desempenho organizacional e desenvolver parcerias com foco em resultados que atendam à sociedade.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão do MJSP atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.



CARTA DA SUBSECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

SOLANGE BERTO DE MEDEIROS

No desempenho de suas competências regimentais, a STI tem atuado para assegurar que as soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC) estejam alinhadas aos objetivos estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), garantindo maior eficiência, confiabilidade e transparência na prestação de serviços digitais à sociedade.

O ano de 2025 foi marcado por avanços significativos na consolidação da infraestrutura tecnológica, na oferta de serviços digitais e na governança de TIC. Destacam-se a renovação e ampliação de contratos estruturantes de *data center*, de solução de armazenamento e *backup*, de plataformas de *software*, de computação em nuvem e de atendimento a usuários, e o fortalecimento de boas práticas de gestão de serviços de nuvem e de governança de dados. Essas iniciativas contribuíram para elevar a resiliência da infraestrutura, ampliar a capacidade de suporte às unidades finalísticas, ampliar a transformação digital de serviços e otimizar o uso de recursos orçamentários.

Entre os projetos estratégicos que materializam esses avanços, destaca-se o Celular Seguro, plataforma central para a política pública de proteção do cidadão contra ocorrências de roubo, furto e extravio de aparelhos celulares. Com o patrocínio do Secretário-Executivo da Pasta e coordenado por meio de colegiado com diversas Secretarias finalísticas, a solução tecnológica foi aprimorada pela STI por meio do desenvolvimento de novas funcionalidades e painéis gerenciais, melhorias na qualidade e integração dos dados, evolução nos controles de segurança e na arquitetura de software, além da articulação técnica com instituições parceiras e operadoras de telefonia para promover a interoperabilidade. Esse esforço contribuiu para ampliar a proteção aos cidadãos e melhorar a resposta estatal a delitos envolvendo celulares.

Entre as iniciativas voltadas à inovação, a STI concluiu suas primeiras entregas de produtos com uso de inteligência artificial e consolidou a implantação do programa ACELERA MJ, que instituiu um novo modelo de provimento de soluções de TIC baseado no desenvolvimento descentralizado de software. Ao permitir que as unidades de negócio desenvolvam seus próprios produtos de software, com pouco ou nenhum código, sob a governança técnica da STI, esse programa tem ampliado a autonomia das áreas de negócio, acelerado a inovação e otimizado o uso da força de trabalho de TIC.

Ao final de 2025, o portfólio do ACELERA MJ contava com 17 produtos já em utilização e outros 34 produtos em desenvolvimento. A massa crítica de desenvolvedores habilitados na ferramenta em uso no Ministério foi criada a partir de cinco ações de capacitação específicas, consolidando o ACELERA MJ como iniciativa estruturante na sua estratégia de transformação digital, com ganhos em agilidade e economicidade.

No campo da gestão e governança de dados, a STI demonstrou a sua prioridade para o fortalecimento de uma cultura baseada em dados, com a criação de uma nova Coordenação-Geral, e avançou na implantação do Programa de Governança de Dados, Informação e Inovação (ProDGDI). Esse programa promoveu a estruturação de catálogos de bases de dados, metadados e ativos de negócio, bem como o desenvolvimento de painéis corporativos voltados ao acompanhamento do mapa estratégico, da carteira de sistemas e de iniciativas finalísticas. Foram ampliados os serviços de dados para suporte a políticas sensíveis nas áreas de segurança pública, penitenciária, migratória, defesa do consumidor e gestão de ativos.

Na agenda de segurança da informação e privacidade, a STI avançou na execução dos ciclos 4 e 5 do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), com a implementação de controles, revisão de normativos internos e aperfeiçoamento de processos de tratamento de incidentes e proteção de dados pessoais. Esses avanços reforçam o compromisso do órgão com a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações sob sua guarda.



Para entrega de todos esses resultados em 2025, a STI contou com um orçamento de **R$72.481.346,00** (setenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e trezentos e quarenta e seis reais), executado integralmente. Ressalta-se o apoio recebido das unidades finalísticas do MJSP (SENASP, SENACON e SENAPPEN), que realizaram descentralizações de créditos para viabilizar projetos estratégicos em infraestrutura, segurança da informação, governança de dados e desenvolvimento de produtos de software. Esse esforço conjunto permitiu não apenas a sustentação da operação regular dos serviços de TIC, como também a entrega de soluções relevantes para programas prioritários do Ministério.

Na dimensão mais desafiadora para o exercício de suas atribuições, a Subsecretaria atuou para buscar a recomposição parcial de suas equipes, por meio do Concurso Público Nacional Unificado e de outros processos seletivos, bem como pela estruturação de ações voltadas à formação continuada, liderança e desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais. Esse conjunto de iniciativas almejou não apenas suprir lacunas de provimento, mas também criar condições mais favoráveis para a retenção de talentos e para a sustentabilidade das entregas em áreas críticas como infraestrutura, desenvolvimento de software, segurança da informação e governança de dados.

Em consonância com a gestão de pessoas, ressalta-se a importância da comunicação institucional e da gestão do conhecimento promovidas no âmbito da STI, inclusive por meio de seu portal intranet e de outros canais internos de divulgação. Esses instrumentos contribuíram para reduzir assimetrias de informação, preservar e disseminar conhecimento crítico em um contexto de renovação de equipes, consolidar aprendizados institucionais e apoiar a atuação articulada entre as unidades de TIC e as áreas finalísticas.

Em 2026, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação seguirá orientada por uma agenda que combina continuidade e inovação: ampliar a maturidade em governança de dados e segurança da informação; direcionar iniciativas para promover a inovação de serviços, por meio da adoção de inteligência artificial; atualizar os processos de desenvolvimento e a arquitetura de soluções; aperfeiçoar o apoio à implementação das políticas finalísticas; e aprofundar a cooperação com as demais unidades do MJSP e suas entidades vinculadas. Tais objetivos reforçam o compromisso da STI em atuar como vetor estruturante da transformação digital do Ministério, agregando valor às políticas públicas e promovendo serviços digitais mais eficientes, seguros e orientados ao cidadão.



PRINCIPAIS RESULTADOS DA SECRETARIA-EXECUTIVA

I - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 consignou, inicialmente, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) – órgão 30000 (Administração Direta e Órgãos Específicos Singulares) –, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) – órgão 30211 – e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) – órgão 30212 – o montante de R$ 22,30 bilhões.

No decorrer do exercício, houve suplementação orçamentária no valor de R$ 376,84 milhões, elevando o orçamento final para R$ 22,68 bilhões em 2025, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Para fins de análise, foram desconsiderados os valores relativos à reserva de contingência e os recursos provenientes de transferências voluntárias recebidas de outros ministérios. Em contrapartida, foram incorporadas as informações orçamentárias e financeiras do Cade e da ANPD, nos termos da Decisão Normativa-TCU nº 128, de 23 de março de 2022.

Orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública	
LOA inicial 2025	R$ 22.300.377.353,00
Suplementação	R$ 376.837.226,00
LOA + Créditos 2025	R$ 22.677.214.579,00

Fonte: Tesouro Gerencial

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MJSP DE 2018 A 2025

Evolução da execução do MJSP de 2018 a 2025 (Valores em R$)								
Atributo	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
Dotação atualizada	15.077.291.948,00	16.546.350.492,00	17.100.159.360,00	16.885.551.070,00	17.758.767.099,00	19.816.379.200,00	20.855.478.005,00	22.677.214.579,00
Despesas empenhadas	14.176.470.883,89	15.911.617.023,40	16.880.311.843,34	16.753.574.857,31	17.557.787.979,71	19.706.157.682,36	20.738.574.238,45	22.290.113.284,28
Despesas líquidas	12.468.281.977,09	13.161.843.199,50	14.489.467.098,43	14.674.177.728,17	15.877.842.418,82	17.449.693.103,58	18.179.647.686,93	19.874.831.365,07
Despesas pagas	11.766.719.869,22	12.388.982.353,18	13.747.342.323,05	13.846.617.161,44	14.943.315.934,05	16.519.492.295,24	16.980.918.645,33	18.494.090.217,93
Restos a pagar pagos	1.101.302.503,85	1.768.727.605,36	2.461.660.578,23	2.759.602.761,06	2.699.762.759,40	2.432.017.892,35	2.884.196.126,59	3.411.529.908,11
Suplementação/ cancelamento	847.617.852,00	15.252.989.097,00	977.955.705,00	507.335.448,00	689.802.653,00	1.010.227.101,00	-19.764.450,00	376.837.226,00
% de Execução (Despesas empenhadas/Dotação atualizada	**94,03%**	**96,16%**	**98,71%**	**99,22%**	**98,87%**	**99,44%**	**99,44%**	**98,29%**

*40 milhões anulados.

Fonte: Tesouro Gerencial

A execução das despesas do MJSP observou integralmente as normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis à execução orçamentária e financeira, incluindo a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 200/2023, a Lei Orçamentária Anual vigente, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, bem como as orientações expedidas pelos órgãos centrais dos Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal e de Administração Financeira Federal.

No exercício de 2025, o índice global de execução orçamentária atingiu 98,29%. Verificou-se saldo de R$ 164.469.832,46 na dotação do Ministério, correspondente a despesas obrigatórias com pessoal e encargos sociais.

Considerando a natureza vinculada dessas despesas e sua dependência de fatos geradores específicos, a apuração ajustada — que exclui o saldo remanescente das dotações de pessoal não executadas — **eleva o índice de execução para 99,3%, relativamente às despesas efetivamente passíveis de empenho no exercício.**

Evolução da execução das despesas discricionárias do MJSP e do FNSP e FUNPEN - 2018 - 2025 (valores em $)

Atributo	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Dotação atualizada	4.224.691.885,00	5.364.329.266,00	5.426.790.413,00	4.944.501.777,00	5.417.674.917,00	6.346.569.968,00	6.691.845.734,00	7.681.921.565,00
Despesas empenhadas	3.504.717.868,21	4.841.824.849,79	5.280.865.646,65	4.915.491.592,33	5.243.369.916,81	6.292.054.381,61	6.638.084.221,30	7.491.133.471,18
Despesas liquidadas	1.826.968.137,96	2.108.776.586,77	2.909.815.504,49	2.846.205.141,04	3.583.239.666,46	4.075.958.072,54	4.150.052.415,13	5.101.476.418,17
Despesas pagas	1.811.995.947,60	2.074.691.411,63	2.891.884.666,03	2.770.370.745,11	3.445.425.817,64	4.026.252.899,52	4.030.666.902,41	5.031.221.902,82
Restos a pagar pagos	1.084.166.398,14	1.070.213.582,45	1.695.678.894,62	2.021.385.627,43	1.942.272.233,74	1.626.201.213,15	1.985.201.534,92	2.325.616.322,22
% de execução (Despesas empenhadas/ Dotação atualizada)	**82,96%**	**90,26%**	**97,31%**	**99,41%**	**96,78%**	**99,14%**	**99,20%**	**97,52%**

Fonte: Tesouro Gerencial

Para a elaboração do quadro de evolução da execução orçamentária do MJSP e dos fundos sob sua gestão — Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) — foram considerados os recursos oriundos de emendas individuais (RP 6), de bancada (RP 7) e de comissão (RP 8).

Por sua vez, foram excluídas da análise as despesas com pessoal, os créditos extraordinários, a reserva de contingência, bem como os valores relativos ao Arquivo Nacional e à Funai, em razão de não mais integrarem a estrutura do Ministério. À luz desses critérios, o índice de execução apurado foi de 97,52%.

Todavia, faz-se necessário ajuste metodológico para exclusão dos recursos do Fundo Amazônia, no montante de R$ 257.675.749,00, que impactam a amostra, bem como dos valores bloqueados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), no total de R$ 118.698.423,89, que permaneceram indisponíveis para execução. Desconsiderados esses montantes, **o percentual de execução alcança 99,9%.**

No que se refere às transferências do FNSP aos fundos estaduais e distrital de segurança pública, observa-se trajetória crescente nos últimos anos. Em 2019, foram repassados R$ 765,4 milhões; em 2020, R$ 755,1 milhões; em 2021, R$ 782,3 milhões; em 2022, R$ 1,00 bilhão; em 2023, R$ 1,16 bilhão; em 2024, R$ 1,17 bilhão; e, em 2025, R$ 1,21 bilhão.

Esse incremento progressivo evidencia o fortalecimento do financiamento da segurança pública e a prioridade conferida ao setor.

Quanto ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), os repasses apresentaram variações ao longo do período. Em 2019, foram transferidos R$ 94,5 milhões; em 2020, R$ 36 milhões; em 2021, R$ 137,2 milhões; em 2022, R$ 88,4 milhões; em 2023, R$ 190,8 milhões; em 2024, R$ 44,7 milhões; e, em 2025, R$ 432 milhões.

Distribuição do orçamento por resultado primário (em R$) 2025	
Primário obrigatório	16.715.889.162,00
Primário discricionário	3.600.560.961,00
Financeiro	1.609.764.177,00
Despesa discricionária decorrente de emenda de bancada	537.602.543,00
Despesa discricionária decorrente de emenda individual	213.397.736,00
Total geral	**22.677.214.579,00**

Fonte: Tesouro Gerencial

Valores totais pagos pelo MJSP em 2025 (em R$)	
Despesas pagas	**18.494.090.217,93**
Restos a pagar pagos	**3.411.529.908,11**

Execução orçamentária por resultado primário - Valor pago em 2025	
Desp. disc. decorrente de emenda dir. geral PLOA, exc. ordem tec	229.836,56
Desp. disc. decorrente de emenda SF, CD e Comissão Mista CN	93.353.214,56
Despesa discricionária decorrente de emenda de bancada	383.281.877,03
Despesa discricionária decorrente de emenda indiviual	169.911.056,67
Financeiro	1.420.896.433,62
Primário discricionário	3.238.131.021.92
Primário obrigatório	16.599.816.685,68
Total geral	**21.905.620.126,04**

Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA TOTAL

No exercício de 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) dispôs de dotação orçamentária no montante de R$ 22,30 bilhões, evidenciando o compromisso institucional com a implementação de políticas públicas voltadas à segurança pública, à justiça e à gestão administrativa.

Até o encerramento do exercício, foram empenhados R$ 22,29 bilhões, liquidados R$ 19,87 bilhões e pagos R$ 18,49 bilhões. O índice de execução orçamentária, calculado com base na relação entre despesa empenhada e orçamento disponível, atingiu 99,9%.

Os recursos consignados possibilitaram a manutenção e o desenvolvimento dos principais programas sob responsabilidade do Ministério, dentre os quais se destacam:

- Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, responsável pelo suporte administrativo e operacional da Pasta;
- Programa de Segurança Pública, Combate à Corrupção e ao Crime Organizado, voltado ao fortalecimento das políticas de segurança pública, ao aprimoramento das instituições policiais e ao enfrentamento das organizações criminosas e demais ilícitos; e
- Programa de Justiça, direcionado à promoção da cidadania, à ampliação do acesso à justiça e à modernização das estruturas do sistema de justiça.

Considerando a amplitude das atribuições institucionais do MJSP, bem como sua estrutura organizacional complexa e diversificada, observa-se que parcela expressiva do orçamento é destinada a despesas obrigatórias, com destaque para os gastos com pessoal e encargos sociais.

Nesse contexto, evidencia-se a relevância da gestão eficiente dos recursos discricionários, de modo a assegurar a viabilidade dos projetos estratégicos e a continuidade das ações finalísticas do Ministério.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

No exercício de 2025, a execução financeira do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), compreendendo tanto as despesas do próprio exercício quanto os pagamentos de restos a pagar, totalizou **R$ 21,91 bilhões**.

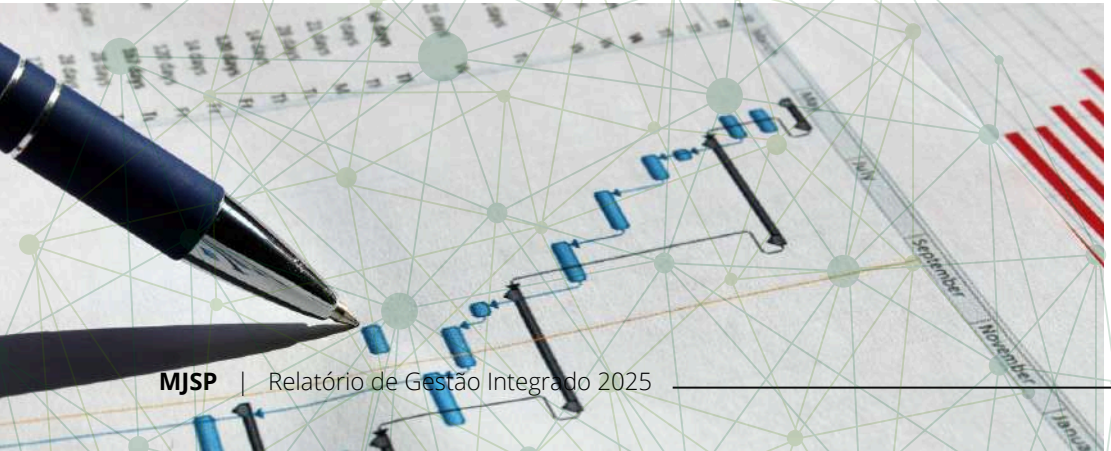
A maior parcela desse montante destinou-se ao atendimento de despesas obrigatórias, incluindo gastos com pessoal e encargos sociais, benefícios assistenciais aos servidores, cumprimento de sentenças judiciais, bem como obrigações relacionadas ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

No que se refere especificamente aos recursos do Funpen e do FNSP, cumpre destacar que, em razão das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347 e na Ação Civil Ordinária (ACO) nº 3.329, tais despesas passaram a

ser classificadas como obrigatórias. Essa condição encontra respaldo no Anexo III da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025), no qual constam expressamente como dotações não sujeitas à limitação de empenho.

O segundo maior grupo de despesas corresponde às despesas discricionárias, que viabilizam a execução das políticas públicas sob responsabilidade do MJSP e asseguram o financiamento dos contratos que dão suporte tanto às atividades-meio quanto às ações finalísticas do Ministério. Nesse conjunto incluem-se, entre outras, as despesas voltadas à manutenção e ao aprimoramento de serviços essenciais, ao fortalecimento das ações de segurança pública e à implementação de iniciativas estratégicas nas áreas de justiça e cidadania.

O cenário apresentado evidencia o esforço contínuo do Ministério em assegurar o cumprimento tempestivo de suas obrigações financeiras, ao mesmo tempo em que promove a alocação eficiente dos recursos disponíveis, com vistas à consolidação das políticas públicas fundamentais ao sistema de segurança, justiça e administração pública.



ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FINALIDADE DOS RECURSOS

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 consignou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) dotação orçamentária abrangente, contemplando inclusive recursos oriundos de emendas individuais e coletivas, destinada ao atendimento das diversas despesas sob sua responsabilidade.

Para fins de análise, essas despesas podem ser estruturadas em duas grandes categorias:

A primeira corresponde às **Despesas de Governança, Gestão e Suporte**, que compreendem os gastos necessários ao funcionamento e à sustentação das atividades-meio do Ministério. Incluem-se nesse grupo as despesas com pessoal e encargos, contratos administrativos, tecnologia da informação, reformas, aquisições, manutenção predial e demais ações indispensáveis ao suporte da estrutura organizacional.

A segunda categoria refere-se às **Despesas Finalísticas**, diretamente vinculadas à execução das políticas públicas sob competência do MJSP. Nela estão inseridos os dispêndios destinados à implementação de ações estratégicas nas áreas de segurança pública, justiça e promoção da cidadania.

Essa sistematização evidencia a necessária harmonização entre os recursos destinados à sustentação administrativa da Pasta e aqueles direcionados às ações finalísticas, assegurando tanto o adequado funcionamento institucional quanto a efetividade das políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas da sociedade.

DESPESAS DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

As Despesas de Governança, Gestão e Suporte compreendem os dispêndios destinados à sustentação administrativa e ao funcionamento institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), estando organizadas nos seguintes eixos:

- **Gestão de Pessoas:**
  Abrange os principais processos relacionados à administração de pessoal, ao desenvolvimento de competências e à promoção do clima organizacional. Inclui despesas com pessoal e encargos sociais, auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar e funeral), benefícios, indenizações, ajudas de custo e ações de capacitação e aperfeiçoamento de servidores.

- **Comunicação:**
  Contempla a gestão da comunicação institucional, da comunicação interna e do relacionamento com a imprensa. Envolve a produção de conteúdos audiovisuais, divulgação em plataformas digitais (internet e intranet), campanhas publicitárias e demais iniciativas voltadas à transparência e à disseminação de informações institucionais.

- **Gestão da Logística:**
  Compreende os processos de gestão de suprimentos, patrimônio, segurança institucional, organização de eventos, concessão de diárias e passagens, gestão contratual e execução de projetos de arquitetura e engenharia. Inclui despesas com prestação de serviços, manutenção predial, obras, reformas, aquisição de equipamentos, materiais e serviços de apoio às atividades finalísticas.

- **Governança de Tecnologia da Informação:**
  Abrange os processos de planejamento estratégico, desenvolvimento, operação e monitoramento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Inclui gastos com manutenção e aprimoramento de sistemas, aquisição de equipamentos e soluções tecnológicas essenciais tanto às atividades finalísticas quanto às funções de governança e suporte.

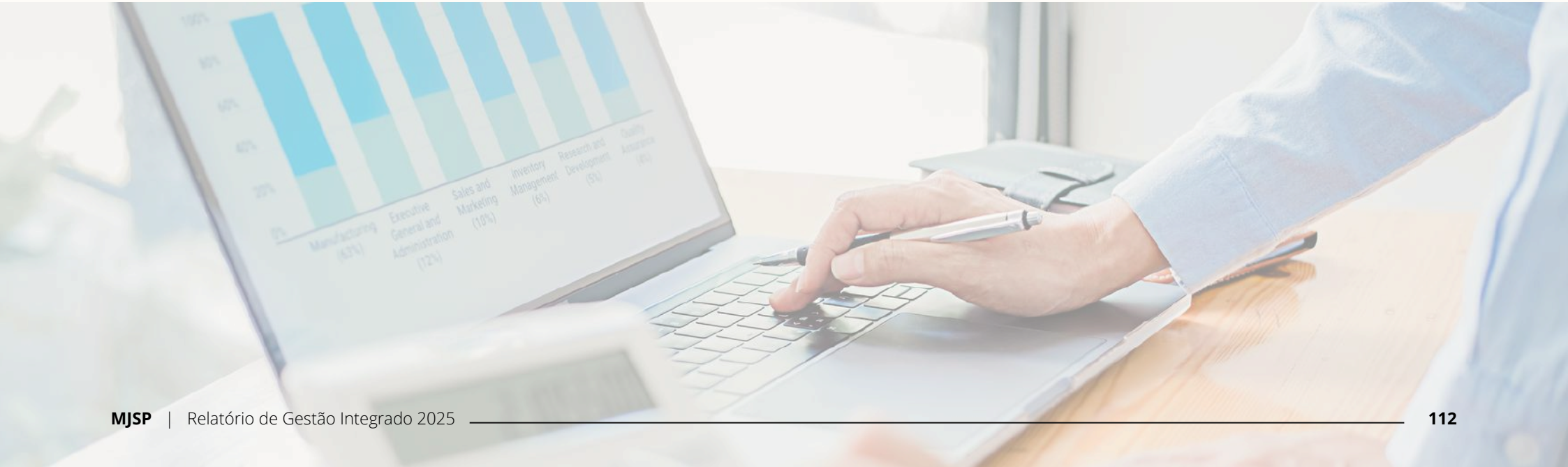
- **Gestão e Controle Institucional:**
  Refere-se aos processos de gestão interna que asseguram direcionamento estratégico e suporte às áreas finalísticas. Inclui a gestão da estratégia institucional, estrutura organizacional, custos, processos e projetos, gestão de riscos e controles internos, formulação e monitoramento de políticas públicas e transferências governamentais. Abrange, ainda, as atividades de correição, prestação de contas, promoção da transparência, acesso à informação e controle social, bem como a consultoria jurídica, a gestão da ouvidoria e a assessoria legislativa, parlamentar e federativa.

- **Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil:**
  Compreende a administração dos processos de planejamento e execução orçamentária e financeira, a gestão contábil e o acompanhamento das emendas parlamentares sob responsabilidade do Ministério.

DESPESAS DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE - DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR MACROPROCESSO (EM R$)

Macroprocesso	Orçamento autorizado
Gestão de pessoas	15.133.016.766,00
Gestão da logística	1.722.255.459,00
Governança da tecnologia da informação	83.000.566,00
Comunicação	6.719.666,00
Total geral	**16.944.992.457,00**

Fonte: Tesouro Gerencial



DESPESAS FINALÍSTICAS

As Despesas Finalísticas compreendem os recursos destinados diretamente à formulação, coordenação e execução das políticas públicas sob competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), estruturadas nos seguintes eixos:

- **Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública:**
  Abrange os processos relacionados à gestão da inteligência em segurança pública e no sistema penitenciário, à produção e integração de dados e informações, à formulação de estratégias operacionais, à estruturação institucional, à administração dos estabelecimentos penais federais e à indução e disseminação de ações preventivas, incluindo a gestão integrada de bancos de dados na área de segurança pública.

- **Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais:**
  Compreende ações voltadas à produção, ao fomento e à disseminação de conhecimento e doutrina em segurança pública, bem como iniciativas de valorização dos profissionais da área, contribuindo para a capacitação de agentes, o fortalecimento institucional e a transparência perante a sociedade.

- **Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública:**
  Refere-se ao controle e à supervisão de empresas privadas que atuam em segurança privada e segurança de trânsito, bem como na fiscalização da movimentação de armas de fogo e precursores químicos no território nacional.

- **Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras:**
  Envolve os processos relacionados ao controle das fronteiras terrestres, aeroportuárias e marítimas, bem como a atuação integrada com outros órgãos governamentais, visando assegurar a ordem pública e o direito de livre circulação de brasileiros e estrangeiros.

- **Gestão de Segurança Viária:**
  Contempla ações de fiscalização e segurança nas rodovias federais, atendimento a vítimas de acidentes e promoção da educação para o trânsito, com vistas à redução de sinistros e à garantia de vias seguras.

- **Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública:**
  Inclui o suporte e a execução de operações policiais, a condução de investigações criminais, atividades periciais e de inteligência, além da atuação da Força Nacional, da segurança de dignatários e autoridades e da proteção a testemunhas.

- **Garantia dos Direitos da População Prisional:**
  Abrange ações voltadas à proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade e à promoção de sua reintegração social, incluindo o incentivo a alternativas penais, o fortalecimento do controle e da participação social na execução penal, a ampliação e modernização do sistema prisional, em articulação

com os entes federativos, bem como a valorização dos trabalhadores do sistema penal.

- **Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:**
  Compreende a fiscalização da adoção internacional e a gestão da política de classificação indicativa de obras audiovisuais.
- **Proteção dos Direitos do Cidadão:**
  Envolve a defesa de direitos difusos e coletivos, o aprimoramento das políticas de justiça, a ampliação do acesso à justiça, a proteção de grupos vulneráveis e a articulação de ações para solução de conflitos fundiários.
- **Articulação entre Poderes e Setores:**
  Refere-se à análise de atos normativos para fins de sanção ou veto presidencial, à elaboração normativa em articulação com atores governamentais e da sociedade, bem como à instrução de processos relativos ao provimento e vacância de membros do Poder Judiciário.
- **Gestão e Articulação da Política sobre Drogas:**
  Abrange a coordenação da política nacional sobre drogas, a articulação interinstitucional, o fomento à implementação da política por meio de estudos e pesquisas e a capacitação dos agentes envolvidos.
- **Articulação Internacional:**
  Compreende a atuação em cooperação jurídica internacional, em matéria civil e penal, incluindo prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, adoção internacional, extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência de execução penal e recuperação de ativos.
- **Defesa do Consumidor:**
  Envolve a gestão da Política Nacional de Relações de Consumo, o monitoramento e a defesa dos direitos do consumidor perante órgãos federais, agências reguladoras e mercado, a produção e disseminação de conhecimento na temática, além da fiscalização normativa e aplicação de sanções.
- **Garantia dos Direitos dos Migrantes e Refugiados:**
  Refere-se à promoção e proteção dos direitos de migrantes, refugiados e apátridas, incluindo processos de naturalização, nacionalidade, expulsão e residência laboral, bem como à produção de conhecimento na área migratória.
- **Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro:**
  Abrange o planejamento e a execução de políticas públicas de enfrentamento à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, incluindo a gestão da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro.
- **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas:**
  Compreende a coordenação da política nacional e do plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas, a gestão de redes de núcleos e postos especializados e a produção e disseminação de conhecimento sobre o tema.

- **Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação:**
  Envolve a custódia, alienação e destinação de bens, valores e direitos perdidos em favor da União ou sob constrição cautelar, bem como a articulação normativa e o estabelecimento de acordos e parcerias relacionados ao tema.

- **Gestão dos Direitos e Garantias Constitucionais em Ambiente Digital:**
  Refere-se à promoção e proteção de direitos no ambiente digital e à articulação de políticas públicas voltadas à salvaguarda das garantias constitucionais nesse contexto.

- **Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de Dados Pessoais:**
  Compreende a estruturação do ambiente normativo e a promoção da cultura de proteção de dados no país, bem como a articulação com parceiros institucionais e a sociedade.

- **Gestão da Defesa da Concorrência:**
  Abrange o planejamento, monitoramento e execução das ações de defesa da concorrência, incluindo atividades de orientação e educação, controle preventivo e repressivo de infrações à ordem econômica e julgamento de processos.

Despesas finalísticas - Distribuição do orçamento por Macroprocesso (em R$) - 2025	
Macroprocesso	**Orçamento autorizado**
Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública	2.914.930.706,00
Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública	936.789.576,00
Garantia dos Direitos da População Prisional	702.597.146,00
Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras	426.974.402,00
Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais	260.660.667,00
Proteção dos Direitos do Cidadão	218.876.603,00
Gestão e Articulação da Política sobre Drogas	171.358.991,00
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação	55.347.687,00
Articulação Internacional	11.978.308,00
Defesa do Consumidor	9.488.515,00
Gestão da Defesa da Concorrência	7.685.814,00
Gestão de Segurança Viária	6.172.398,00

Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais	4.263.285,00
Garantia dos Direitos do Migrantes e Refugiados	2.776.438,00
Gestão dos Direitos e das Garantias Constitucionais em Ambiente Digital	1,044.482,00
Enfrentamento do Tráfico de Pessoas	744.755,00
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	460.416,00
Articulação entre Poderes	66.933,00
Gestão e Controle Institucional	5.000,00
Total Geral	**5.732.222.122,00**

Fonte: Tesouro Gerencial

Orçamento Discricionário do MJSP e FNSP e FUNPEN 2025	
Área da despesa	**Orçamento autorizado**
Finalística	5.009.034.689,00
Governança, Gestão e Suporte	1.921.886.597,00
Total Geral	**6.930.921.286,00**

Fonte: Tesouro Gerencial

O orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) encontra-se majoritariamente classificado sob o indicador de resultado primário 2, Despesas Discricionárias, abrangendo inclusive os recursos destinados ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), os quais, entretanto, possuem natureza de Despesas Obrigatórias.

Para a elaboração dos gráficos, adotou-se a regra de negócios que considera a soma do orçamento discricionário do MJSP aos orçamentos do FNSP e do Funpen, com o objetivo de apresentar a consolidação do total de recursos alocados. Em 2025, o orçamento total consolidado alcançou R$ 6,85 bilhões. Desse montante, R$ 1,92 bilhão foi destinado às Despesas de Governança, Gestão e Suporte, compreendendo gastos com comunicação, tecnologia da informação, logística e gestão de pessoas, voltados à manutenção das operações internas do MJSP e ao suporte às atividades administrativas relacionadas à execução das políticas públicas.

Despesas de Govenança, Gestão e Suporte (em R$) - 2025	
Macroprocesso	**Orçamento autorizado**
Gestão da Logística	1.694.442.613,00
Gestão de Pessoas	137.723.752,00
Governança da Tecnologia da Informação	83.000.566,00
Comunicação	6.719.666,00
Total Geral	**1.921.886.597,00**

Fonte: Tesouro Gerencial

No que se refere às **Despesas Finalísticas**, foram alocados **R$ 5 bilhões**, distribuídos entre as políticas do Ministério, mapeadas conforme os Macroprocessos do MJSP, nos termos do quadro anteriormente apresentado. O macroprocesso com maior volume de recursos foi o de Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública, com **R$ 2,3 bilhões**, seguido do macroprocesso de Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública, com **R$ 869 milhões.**

Despesas finalísticas (em R$) - 2025	
Macroprocesso	**Orçamento autorizado**
Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública	2.310.490.618,00
Gestão de investigações e operações em segurança pública	869.666.416,00
Garantia dos direitos da população prisional	691.954.081,00
Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras	426.974.402,00
Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais	260.660.667,00
Proteção dos direitos do cidadão	187.385.483,00
Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas	169.568.991,00
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação	55.347.687,00

Despesas finalísticas (em R$) - 2025	
Macroprocesso	**Orçamento autorizado**
Articulação internacional	11.978.308,00
Gestão da Defesa da Concorrência	7.685.814,00
Gestão de Segurança Viária	6.172.398,00
Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais	4.263.285,00
Defesa do Consumidor	3.188.515,00
Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados	1.376.438,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Quanto à distribuição por **Programa de Governo**, os valores foram assim consignados: **R$ 4,8 bilhões** para o Programa de Segurança Pública com Cidadania; **R$ 486,3 milhões** para o Programa de Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos; **R$ 112,5 milhões** para o Programa de Operações Especiais: Outros Encargos Especiais; **R$ 1,5 bilhão** para o Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo; e **R$ 11 milhões** para o Programa de Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais.

Programa Governo Nome	Orçamento autorizado (em R$)
0910 - Operações Especiais: Gestão de Participação em Organismos	11.009.268,00
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	112.500.000,00
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.534.012.902,00
5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa do Direitos	486.277.879,00
5116 - Segurança Pública com Cidadania	4.787.121.237,00
Total geral	**6.930.921.286,00**

Fonte: Tesouro Gerencial

A distribuição dos recursos observa a prioridade dada a áreas essenciais para a segurança pública, a justiça e a integração nacional. Isso demonstra um esforço contínuo do MJSP para implementar políticas públicas estratégicas em diferentes frentes, conforme os programas e macroprocessos definidos no âmbito do planejamento governamental.

Dotação e execução das despesas do MJSP em 2025 e 2024 por indicador de resultado primário												
	2025					2024						
Resultado primário	Dotação atualizada (a)	Empenhado (b)	Despesas liquidadas (c)	Despesas pagas (d)	Restos a pagar pagos (e)	Dotação atualizada (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Despesas pagas (i)	Restos a pagar pagos (j)	Variação R$ (K)=d-i	Variação R$ (l)=d/i
Desp. desc. decorrente de emenda dir. geral PLOA, EXC. ORDEM TEC					229.836,56					3.832.481,95	-	0%
Desp. desc. decorrente de emenda SF, CD e Comissão Mista CN					93.353.214,56	109.436.000,00	107.435.999,20			21.339.462,08	-	0%
Desp. Disc, decorrente de emenda de bancada	537.602.543,00	463.365.259,65	4.532.072,83	4.532.072,83	378.749.804,20	454.715.727,00	454.498.151,27	16.709.772,28	16.709.772,28	252.083.962,76	-12.177.699,45	27%
Desp. desc. decorrente de emenda individual	213.397.736,00	211.895.710,81	22.656.110,35	14.126.529,90	155.784.526,77	273.309.317,00	272.220.301,43	50.301.559,13	50.205.644,69	94.433.631,93	-36.079.114,79	28%
Financeiro	1.609.764.177,00	1.536.625.007,22	1.534.186.062,65	1.415.732.910,45	5.163.523,17	1.500.664.670,00	1.488.434.269,12	1.487.412.627,96	1.482.998.493,06	1.559.389,36	-67.265.582,61	95%
Primário discricionário	3.600.560.961,00	3.553.368.945,43	2.521.825.379,13	2.463.452.152,80	774.678.869,12	2.869.793.136,00	2.863.795.247,78	2.152.892.815,36	2.043.915.310,56	708.337.034,03	419.536.842,24	121%
Primário obrigatório	16.715.889.162,00	16.524.858.361,17	15.791.631.740,11	14.596.246.551,95	2.003.570.133,73	15.647.559.155,00	15.552.190.269,65	14.472.330.912,20	13.387.089.424,74	1.802.610.164,48	1.209.157.127,21	109%

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator geral RP 9; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

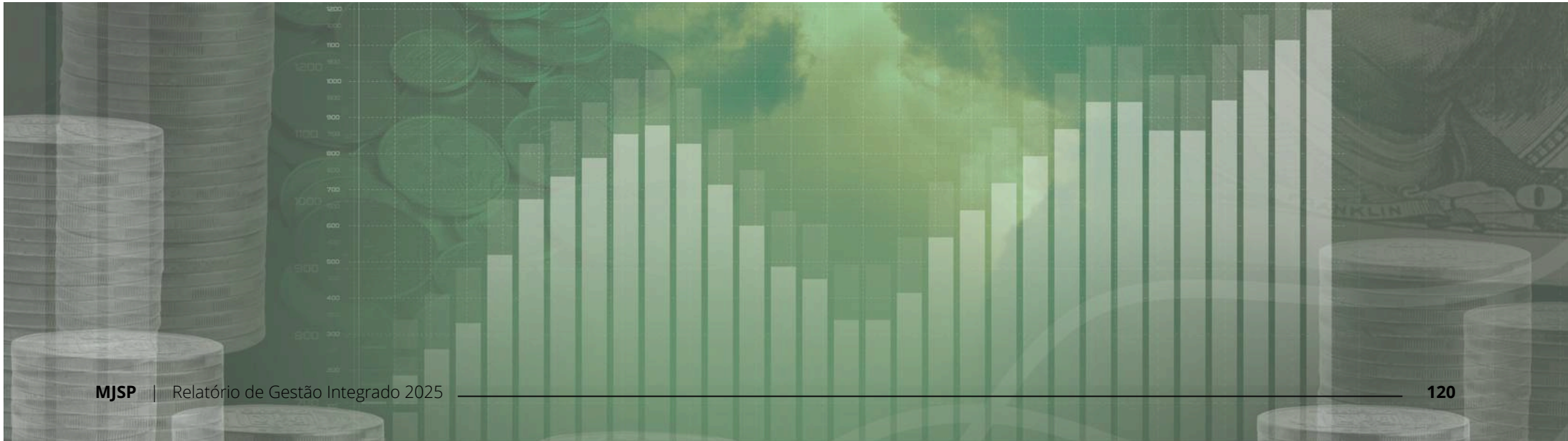
EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

O Grupo de Natureza de Despesa (GND) consiste em classificação que agrega elementos de despesa com características semelhantes quanto ao objeto do gasto. O elemento de despesa, por sua vez, corresponde ao nível mais detalhado da classificação orçamentária dentro de cada GND, contemplando itens como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros, entre outros dispêndios realizados pela administração pública para o cumprimento de suas atribuições.

No exercício de 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) executou R$ 14,11 bilhões no grupo Pessoal e Encargos Sociais, R$ 5,36 bilhões em Outras Despesas Correntes e R$ 2,82 bilhões em Investimentos.

Grupo de Despesa	Orçamento empenhado
Investimentos	2.821.584.506,03
Outras despesas decorrentes	5.357.092.468,71
Pessoal e outros encargos sociais	14.111.436.309,54
Total geral	**22.290.113.284,28**

Fonte: Tesouro Gerencial



COMPARAÇÃO DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP ENTRE 2025 E 2024 POR GRUPO DE DESPESA

Comparação da Dotação e Execução das Despesas do MJSP entre 2025 e 2024 por Grupo de Despesa												
	2025					2024						
Grupo de despesa	Dotação atualizada (a)	Empenhado (b)	Despesas liquidadas (c)	Despesas pagas (d)	Restos a pagar pagos (e)	Dotação atualizada (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Despesas pagas (i)	Restos a pagar pagos (j)	Variação R$ (K)=d-i	Variação R$ (l)=d/i
INVESTIMENTOS	2.949.582.408,00	2.821.584.506,03	1.381.327.273,35	1.366.577.221,57	1.542.271.595,30	2.653.506.097,00	2.612.258.075,32	1.048.406.594,25	1.023.587.617,41	1.280.369.860,65	342.989.604,16	134%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.451.726.029,00	5.357.092.468,71	4.404.165.453,41	4.290.388.066,22	846.482.981,43	4.678.869.361,00	4.653.320.803,29	3.719.402.985,90	3.565.734.311,57	750.866.379,93	724.653.754,65	120%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.275.906.142,00	14.111.436.309,54	14.089.338.638,31	12.837.124.930,14	1.022.775.331,38	13.523.102.547,00	13.472.995.359,84	13.411.838.106,78	12.391.596.716,35	852.959.886,01	445.528.213,79	104%
Total Geral	**22.677.214.579,00**	**22.290.113.284,28**	**19.874.831.365,07**	**18.494.090.217,93**	**3.411.529.908,11**	**20.855.478.005,00**	**20.738.574.238,45**	**18.179.647.686,93**	**16.980.918.645,33**	**2.884.196.126,59**	**1.513.171.572,60**	**109%**

Fonte: Tesouro Gerencial

(TABELA - EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2025 POR ELEMENTO DE DESPESA: GND – 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS; GND - 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES; GND – 4 – INVESTIMENTOS)

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2025 POR ELEMENTO DE DESPESA		
GND – 1 -PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
ELEMENTO DE DESPESA	**ORÇAMENTO EMPENHADO (R$ 1,00)**	**ORÇAMENTO PAGO (R$ 1,00)**
11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.162.187.823,65	6.455.445.563,12
01-APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	3.907.123.331,39	3.594.016.240,12
13-OBRIGACOES PATRONAIS	1.544.251.356,83	1.422.536.272,25
03-PENSOES	1.351.040.743,19	1.245.949.332,08
DEMAIS ELEMENTOS	146.833.054,48	119.177.522,57
Total geral	**14.111.436.309,54**	**12.837.124.930,14**

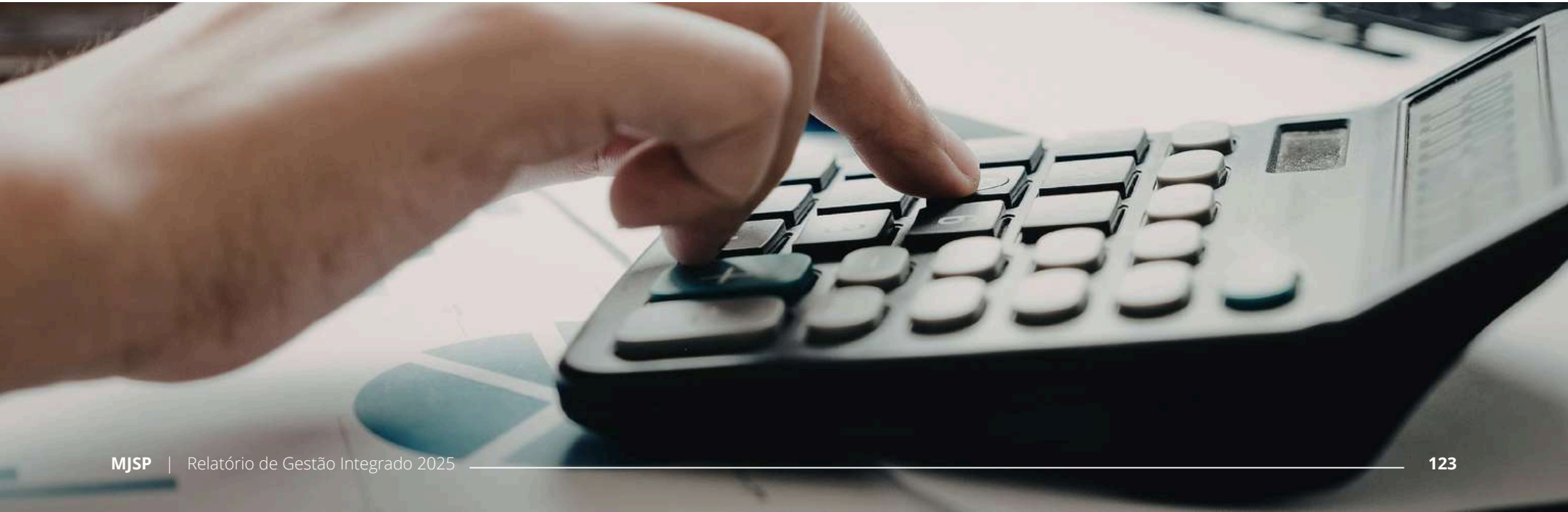
Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2025 POR ELEMENTO DE DESPESA		
GND - 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
ELEMENTO DE DESPESA	**ORÇAMENTO EMPENHADO (R$ 1,00)**	**ORÇAMENTO PAGO (R$ 1,00)**
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.213.910.406,70	974.717.709,00
14-DIARIAS - PESSOAL CIVIL	635.586.195,96	634.919.290,96
41-CONTRIBUICOES	771.535.812,54	518.040.243,28
37-LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	585.342.803,18	499.954.792,13
DEMAIS ELEMENTOS	2.150.717.250,33	1.662.756.030,85
Total geral	**5.357.092.468,71**	**4.290.388.066,22**

Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2025 POR ELEMENTO DE DESPESA		
GND – 4 – INVESTIMENTOS		
ELEMENTO DE DESPESA	**ORÇAMENTO EMPENHADO (R$ 1,00)**	**ORÇAMENTO PAGO (R$ 1,00)**
41-CONTRIBUICOES	1.038.406.440,17	824.752.346,35
42-AUXILIOS	359.009.312,44	334.659.376,00
52-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.170.358.016,15	121.330.698,99
51-OBRAS E INSTALACOES	202.156.630,98	57.928.779,42
DEMAIS ELEMENTOS	51.654.106,29	27.906.020,81
Total geral	**2.821.584.506,03**	**1.366.577.221,57**

Fonte: Tesouro Gerencial



COMPARAÇÃO DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP ENTRE 2025 E 2024 POR PROGRAMA DE GOVERNO

Execução das Despesas do MJSP entre 2025 e 2024 por Programa de Governo												
	2025					2024						
Programa Governo	Dotação Atualizada (a)	Despesas empenhadas (b)	Despesas líquidas (c)	Despesas pagas (d)	Restos a pagar (e)	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Restos a pagar pagos (j)	Variação R$ (K)=d-i - (k)	Variação R$ (l)=d/i - (l)
0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	16.427.214.321,00	16.236.892.938,37	15.918.663.001,43	14.595.442.238,90	1.348.259.969,39	15.418.822.429,00	15.352.425.966,92	15.015.362.719,64	13.896.596.049,44	1.088.847.358,98	698.846.189,46	105%
0909 - Operações especiais: outros encargos especiais	215.041.595,00	206.989.785,60	194.316.811,97	177.655.670,83	15.224.997,59	177.959.705,00	176.254.263,45	167.055.220,40	156.874.869,65	30.086.871,55	20.780.801,18	113%
0910 - Operações especiais: gestao da participação em organismos	11.009.268,00	11.009.267,24	11.009.267,24	11.009.267,24	-	10.032.116,00	10.021.193,00	10.021.193,00	10.021.193,00	-	988.074,24	110%
2081 - Justiça, cidadania e segurança pública	-	-	-	-	11.630.493,36	-	-	-	-	27.891.912,31	-	0%
2201 - Brasil Moderniza	-	-	-	-	11.630.493,36	-	-	-	-	777.980,71	-	0%

COMPARAÇÃO DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP ENTRE 2025 E 2024 POR PROGRAMA DE GOVERNO

Execução das Despesas do MJSP entre 2025 e 2024 por Programa de Governo												
	2025					2024						
Programa Governo	DOTACAO ATUALIZADA - (a)	DESPESAS EMPENHADAS - (b)	DESPESAS LIQUIDADAS - (c	DESPESAS PAGAS - (d)	RESTOS A PAGAR PAGOS - (e)	DOTACAO ATUALIZADA - (f)	DESPESAS EMPENHADAS - (g)	DESPESAS LIQUIDADAS - (h)	DESPESAS PAGAS - (i)	RESTOS A PAGAR PAGOS - (j)	Variação R$ (K)=d-i - (k)	Variação R$ (l)=d/i - (l)
0032-Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	16.427.214.321,00	16.236.892.938,37	15.918.663.001,43	14.595.442.238,90	1.348.259.969,39	15.418.822.429,00	15.352.425.966,92	15.015.362.719,64	13.896.596.049,44	1.088.847.358,98	698.846.189,46	105%
0909-Operações Especiais: outros encargos especiais	215.041.595,00	206.989.785,60	194.316.811,97	177.655.670,83	15.224.997,59	177.959.705,00	176.254.263,45	167.055.220,40	156.874.869,65	30.086.871,55	20.780.801,18	113%
0910-Operações Especiais: gestão da participação em organismos	11.009.268,00	11.009.267,24	11.009.267,24	11.009.267,24	-	10.032.116,00	10.021.193,00	10.021.193,00	10.021.193,00	-	988.074,24	110%
2081-Justiça, cidadania e segurança pública	-	-	-	-	11.630.493,36	-	-	-	-	27.891.912,31	-	0%
2201-Brasil Moderniza	-	-	-	-	11.630.493,36	-	-	-	-	777.980,71	-	0%

Fonte: Tesouro Gerencial

COMPARAÇÃO DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP ENTRE 2025 E 2024 POR PROGRAMA DE GOVERNO

Execução das Despesas do MJSP entre 2025 e 2024 por Programa de Governo												
	2025					2024						
Programa Governo	DOTACAO ATUALIZADA - (a)	DESPESAS EMPENHADAS - (b)	DESPESAS LIQUIDADAS - (c	DESPESAS PAGAS - (d)	RESTOS A PAGAR PAGOS - (e)	DOTACAO ATUALIZADA - (f)	DESPESAS EMPENHADAS - (g)	DESPESAS LIQUIDADAS - (h)	DESPESAS PAGAS - (i)	RESTOS A PAGAR PAGOS - (j)	Variação R$ (K)=d-i - (k)	Variação R$ (l)=d/i - (l)
5015-Justiça	-	-	-	-	37.631.624,40	-	-	-	-	96.136.945,92	-	0%
5016-Segurança pública, combate à corrupção, ao crime org.	-	-	-	-	479.099.208,97	-	-	-	-	1.638.705.012,87		0%
5032-Rede de suporte social ao dependene químico: cuidados, prevenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.750.044,25	-	0%
5115-Promoção do acesso à justiça e da defesa dos direitos	527.258.999,00	499.769.110,73	143.271.600,52	120.113.451,56	150.781.595,23	398.161.855,00	394.548.480,73	96.445.015,45	93.631.920,29	-	26.481.531,27	128%
5116-Segurança Pública com cidadania	5.496.690.396,00	5.335.452.182,34	3.607.570.683,91	3.589.869.589,40	1.368.902.019,17	4.850.501.900,00	4.805.324.334,35	2.890.763.538,44	2.823.794.612,95	-	766.074.976,45	127%
Total Geral	**22.677.214.579,00**	**22.290.113.284,28**	**19.874.831.365,07**	**18.494.090.217,93**	**3.411.529.908,11**	**20.855.478.005,00**	**20.738.574.238,45**	**18.179.647.686,93**	**16.980.918.645,33**	**2.884.196.126,59**	**1.513.171.572,60**	**109%**

Fonte: Tesouro Gerencial

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 consignou, inicialmente, à Administração Direta do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Órgão 30000 — MJSP) dotação orçamentária referente a emendas parlamentares no montante de R$ 1.062.367.574,00.

No decorrer do exercício, foram realizados cancelamentos de dotações no valor de R$ 311.367.295,00, resultando na redução do orçamento de emendas para R$ 751.000.279,00. Ressalta-se que a análise não considerou os valores recebidos de outros Ministérios por meio de Termos de Execução Descentralizada.

As emendas parlamentares observam procedimento específico de execução, tendo em vista que os recursos são indicados pelos parlamentares e podem sofrer ajustes a cada publicação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

Nos termos do art. 82, inciso II, e do art. 84, inciso I, da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024, bem como dos arts. 7º, 30 e 37 da Portaria Conjunta nº 1, de 1º de abril de 2024, dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, compete aos autores das emendas a indicação dos beneficiários específicos e da ordem de prioridade para fins de aplicação dos limites de execução das programações.

O limite destinado às emendas individuais corresponde a 2% da Receita Corrente Líquida, conforme disposto no § 9º do art. 166 da Constituição Federal. No exercício de 2025, do total de R$ 213.397.736,00 autorizados para emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 6 — Emendas Individuais, R$ 211.895.710,81 foram empenhados, **correspondendo a índice de execução de 99,30%.**

No que se refere às emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 7 — Emendas de Bancada Estadual, dos R$ 537.602.543,00 autorizados, R$ 463.365.259,65 foram empenhados, resultando em índice de execução de 86,19%.

Quanto às emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 8 — Emendas de Comissão, registra-se que não houve indicações no exercício de 2025. Contudo, foram efetuados pagamentos relativos a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores, no montante de R$ 82.119.768,22. Porém, se forem incluídos os Restos a Pagar dos Resultados Primários – RPs 6 e 7, atinge-se o montante de R$ 93.353.214,53.

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

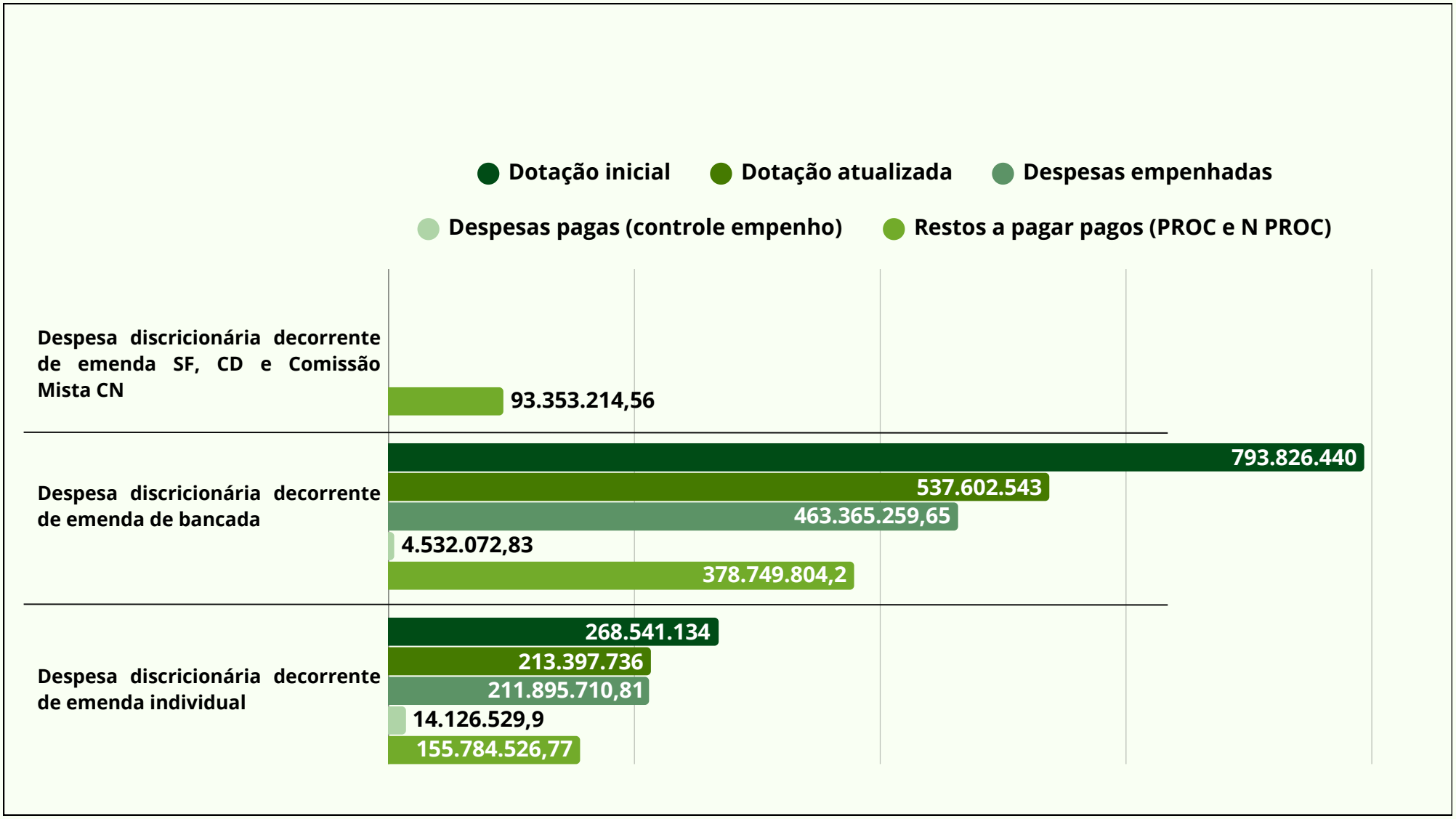
Apresentam-se, a seguir, os demonstrativos e infográficos que evidenciam a execução das emendas parlamentares no âmbito do MJSP.

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES – RP 6,7 e 8			
DOTACAO INICIAL	**SUPLEMENTAÇÃO/CANCELAMENTO**	**DOTACAO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**
1.062.367.574,00	- 311.367.295,00	751.000.279,00	675.260.970,46

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES – RP 6,7 e 8					
Resultado Primário	**DOTACAO INICIAL**	**DOTACAO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)**	**RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)**
DESP.DISC.DECORRENTE DE EMENDA SF,CD E COMISSAO MISTA CN	-	-	-	-	93.353.214,56
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA	793.826.440,00	537.602.543,00	463.365.259,65	4.532.072,83	378.749.804,20
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	268.541.134,00	213.397.736,00	211.895.710,81	14.126.529,90	155.784.526,77
Total geral	**1.062.367.574,00**	**751.000.279,00**	**675.260.970,46**	**18.658.602,73**	**627.887.545,53**

Fonte: Tesouro Gerencial

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES - RP 6,7 E 8 (EM R$)



Fonte: Tesouro Gerencial

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES VALORES PAGOS RP 6, 7 e 8	
ORÇAMENTO	**VALOR**
ELEMENTO DE DESPESA	**ORÇAMENTO EMPENHADO (R$ 1,00)**
Despesas pagas (controle empenho)	18.658.602,73
Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)	627.887.545,53
TOTAL PAGO	**646.546.148,26**

Fonte: Tesouro Gerencial

Execução de Emendas RP 6, RP 7 e RP 8	
ORÇAMENTO	**VALOR (R$ 1,00)**
Dotação inical	1.062.367.574,00
Suplementação/cancelamento	311.367.295,00
Dotação atualizada	751.000.279,00
Despesas empenhadas (controle empenho)	675.260.970,46
Despesas pagas (controle empenho)	18.658.602,73
Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)	627.887.545,53
% de empenho RP 6, 7 e 8	**89,91%**

Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE EMENDAS

No exercício de 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) registrou índice de 89,91% de execução das despesas empenhadas em relação à dotação orçamentária atualizada destinada às emendas individuais (RP 6) e de bancada (RP 7), cujo total correspondeu a R$ 751.000.279,00.

Conforme demonstrado na tabela “Execução de Emendas RP 6 e RP 7”, foram efetuados pagamentos de restos a pagar, processados e não processados, no montante de R$ 627.887.545,53.

No exercício, o MJSP recebeu R$ 213.397.736,00 em emendas individuais (RP 6) vinculadas às unidades contempladas neste Relatório de Gestão. Registra-se que as emendas foram priorizadas pelos respectivos autores, mediante alocação de limite de empenho para viabilizar sua execução.

Do total de R$ 213.397.736,00 priorizados, R$ 211.895.710,81 foram empenhados, correspondendo a índice de execução de 99,30%. Entretanto a diferença entre o priorizado e o empenhado é decorrente de impedimentos de ordem técnica.

Adicionalmente, foram recebidos R$ 537.602.543,00 em emendas de bancada (RP 7), com índice de empenho de 86,19%. Não houve alocação de dotação para emendas de comissão (RP 8) no exercício de 2025, conforme detalhado nos quadros a seguir.

EXECUÇÃO DE EMENDAS INDIVIDUAIS (RP 6) EXERCÍCIO E RAP				
Dotação inicial	**Dotação atualizada**	**Despesas empenhadas (controle e empenho)**	**Despesas pagas (controle e empenho)**	**Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)**
268.541.134,00	213.397.736,00	211.895.710,81	14.126.529,90	155.784.526,77
% de empenho RP 6			**99,30%**	

Fonte: Tesouro Gerencial

GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

EXECUÇÃO DE EMENDAS DE BANCADA (RP 7) EXERCÍCIO E RAP				
Dotação inicial	**Dotação atualizada**	**Despesas empenhadas (controle empenho)**	**Despesas pagas (controle empenho)**	**Restos a pagar pagos (PROC e N RPOC)**
793.826.440,00	537.602.543,00	463.365.259,65	4.532.072,83	378.749.804,20
% de empenho RP 7			**86,19%**	

Fonte: Tesouro Gerencial



GESTÃO DE RESTOS A PAGAR

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) desenvolve o projeto "Mapeamento e Análise da Integridade dos Restos a Pagar – RAP", voltado ao aprimoramento da gestão dos restos a pagar no âmbito do órgão.

O projeto contempla a verificação da conformidade da inscrição e da manutenção de empenhos em restos a pagar, à luz das diretrizes estabelecidas no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem como a emissão de orientações técnicas às unidades do Ministério quanto aos procedimentos relacionados à matéria. A iniciativa também considera os impactos da inscrição de restos a pagar sobre o limite de pagamento no exercício subsequente.

Desde 2020, o MJSP executa plano de ação direcionado à análise da integralidade dos restos a pagar inscritos, com foco na regularidade dos registros e no acompanhamento da execução financeira correspondente.

No início de 2025, o MJSP registrou o montante de R$ 5.317.433.177,20 em Restos a Pagar, valor referente ao órgão orçamentário 30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública, excluídos os recursos recebidos de outros Ministérios. O total compreende os valores vinculados às unidades integrantes da estrutura do MJSP, excetuadas aquelas que não mais compõem sua estrutura organizacional ou que não estejam a ele vinculadas.

O monitoramento contínuo dos Restos a Pagar integra os procedimentos de acompanhamento da execução orçamentária e financeira do Ministério, considerando seus reflexos sobre a programação financeira e o cumprimento das disposições fiscais aplicáveis.

RESTOS A PAGAR DO MJSP			
Restos a pagar inscritos (PROC e N PROC)	**Restos a pagar cancelados (PROC e N PROC)**	**Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)**	**Restos a pagar a pagar (PROC e N PROC)**
5.317.433.177,20	284.144.389,39	3.437.511.919,98	1.604.021.516,78

Fonte: Tesouro Gerencial, Inclusive: valores de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator RP 9, exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

GESTÃO DE RESTOS A PAGAR

ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR (PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS) ATÉ 2025										
Valores	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2024**	**2025**	**Total Geral**
Restos a pagar inscritos (PROC e N PROC)	46.949,21	7.102.596,80	1.937.400,20	308.080,48	1.048.321,43	18.125,03	65.977,73	3.790.574.533,68		**3.801.101.984,56**
Restos a pagar cancelados (PROC e N PROC)	-	-	-	-	-	-	2.094,74	99.429.212,26		**99.431.307,00**
Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)	-	-	-	-	-	-	-	2.892.832.451,00		**2.892.832.451,00**
Restos a pagar a pagar (PROC e N PROC)	46.949,21	7.102.596,80	1.937.400,20	308.080,48	1.048.321,43	18.125,03	63.882,99	798.312.870,42		**808.838.226,56**

Fonte: Tesouro Gerencial, Inclusive: valores de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator RP 9, exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

GESTÃO DE RESTOS A PAGAR

Resultado Primário	Restos a pagar inscritos (PROC e N PROC)	Restos a pagar cancelados (PROC e N PROC)	Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)	Restos a pagar a pagar (PROC e N PROC)
Despesa discricionária decorrente de Emenda DIR. GERAL PLOA, EXC. ORDEM TEC	1.810.399,95	-	229.836,56	2.728.515,43
Despesa discricionária decorrente de Emenda SF, CD e Comissão Mista CN	201.906.060,03	530.002,80	93.353.214,56	108.022.842,67
Despesa discricionária decorrente de Emenda de Bancada	814.331.232,88	9.475.799,28	378.749.804,20	426.105.629,40
Despesa discricionária decorrente de Emenda Individual	406.223.122,49	18.277.684,76	155.784.526,77	232.160.910,96
Financeiro	9.122.916,07	3.932.151,07	5.163.523,17	27.241,83
Primário Discricionário	1.100.403.314,35	88.216.075,42	800.137.302,47	214.216.557,16
Primário Obrigatório	2.783.636.131,43	163.712.676,06	2.004.093.712,25	620.759.819,33
Total Geral	**5.317.433.177,20**	**284.144.389,39**	**3.437.511.919,98**	**1.604.021.516,78**

Fonte: Tesouro Gerencial, Inclusive: valores de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator RP 9, exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

O quadro a seguir apresenta a inscrição de Restos a Pagar (RAP) nas unidades gestoras e executoras do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Registra-se que o valor de RAP evidenciado é inferior ao montante total do orçamento do MJSP inscrito em Restos a Pagar, em razão de parcela do orçamento do Ministério ser executada por outros Ministérios mediante Termos de Execução Descentralizada (TED).

Esses repasses destinam-se à execução de programas, projetos e atividades de interesse comum, no âmbito de arranjos de cooperação interinstitucional. A execução descentralizada constitui mecanismo previsto para viabilizar a atuação integrada entre órgãos da administração pública, permitindo ao MJSP participar de ações conduzidas em conjunto com outros Ministérios, conforme as competências e responsabilidades definidas em cada instrumento celebrado.

RESTOS A PAGAR POR UNIDADE GESTORA			
Restos a pagar inscritos (PROC e N PROC)	**Restos a pagar cancelados (PROC e N PROC)**	**Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)**	**Restos a pagar a pagar (PROC e N PROC)**
5.088.306.939,53	283.823.755,15	3.290.307.013,21	1.514.176.171,17

Fonte: Tesouro Gerencial, Inclusive: valores de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator RP 9, exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

No exercício de 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) contou com a abertura de créditos extraordinários destinados ao atendimento de situações emergenciais e imprevisíveis, em conformidade com o art. 167, §3º, da Constituição Federal. Tais créditos foram autorizados por meio de diferentes Medidas Provisórias posteriormente convertidas em Lei, abrangendo ações voltadas à desintrusão de terras indígenas em cumprimento à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADPF 709, ao enfrentamento de eventos climáticos extremos, como as enchentes ocorridas no Estado do Rio de Janeiro e a situação de calamidade pública no Rio Grande do Sul, bem como ao atendimento das determinações judiciais relacionadas à ADPF 743, voltadas ao combate ao desmatamento e aos incêndios nos biomas Amazônia e Pantanal. Considerando a natureza e a temporalidade das ações financiadas, parcela dos recursos autorizados no exercício de 2024 teve sua execução financeira estendida para o exercício subsequente, mediante inscrição em restos a pagar, repercutindo, assim, na execução financeira observada no Relatório de Gestão de 2025.

Crédito extraordinário para desintrusão de terras indígenas (ADPF 709)

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) foi contemplado com a edição da Medida Provisória nº 1.209, de 12 de março de 2024, convertida na Lei nº 14.922, de 11 de julho de 2024, que abriu crédito extraordinário no valor de R$ 60.189.860,00, destinado ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), à Polícia Rodoviária Federal (PRF) e à Polícia Federal (PF).

O crédito foi destinado ao atendimento de medidas emergenciais relacionadas à proteção da vida e da saúde, à desintrusão de garimpos ilegais e à segurança de comunidades, com ênfase no território indígena Yanomami. As ações observaram decisão monocrática proferida pelo Ministro Luís Roberto Barroso na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, no contexto das medidas relacionadas à assistência às populações indígenas.

O crédito extraordinário teve como objetivos principais:

a) cobertura de despesas com diárias e passagens aéreas para o deslocamento de servidores da Força Nacional e logística, incluindo abastecimento e manutenção de viaturas, além do apoio aéreo prestado pela Força Aérea Brasileira;

b) custeio de despesas da Polícia Rodoviária Federal - PRF, com mobilização regional e nacional, incluindo diárias, Indenização de Flexibilização de Repouso Remunerado - IFR, apoio aéreo (combustíveis das aeronaves), transporte de materiais e viaturas para as diversas localidades de operação, além do abastecimento e manutenção das viaturas e mobilização de efetivo; e

c) realização de despesas pela Polícia Federal - PF, para o deslocamento de efetivo, manutenção e aquisição de combustíveis para as aeronaves da PF, transporte de pessoal e equipamentos para áreas remotas.

Enchentes ocorridas no Rio de Janeiro

A Medida Provisória nº 1.210, de 19 de março de 2024, convertida na Lei nº 14.923, de 11 de julho de 2024, destinou recursos à Polícia Rodoviária Federal (PRF) para aquisição de bens e contratação de serviços necessários ao restabelecimento das condições operacionais da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio de Janeiro (SPRF-RJ).

A medida foi editada em razão dos danos decorrentes das enchentes ocorridas em janeiro de 2024, que ocasionaram o comprometimento de instalações, viaturas e equipamentos, com impacto sobre a capacidade operacional da unidade.

Calamidade pública ocorrida no Rio Grande do Sul

Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024, convertida na Lei nº 14.962, de 5 de setembro de 2024, e a Medida Provisória nº 1.223, de 23 de maio de 2024 – Ações para atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul:

Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024: esta Medida Provisória destinou recursos para as seguintes ações:

- Polícia Federal - PF: recursos para despesas relacionadas à mobilização de centenas de policiais federais, viaturas, embarcações, helicópteros e aviões, além de fundos para aquisição de materiais essenciais, dada a escassez de recursos no momento crítico da crise;
- Polícia Rodoviária Federal - PRF: alocação de recursos para o pagamento de diárias, passagens, combustível, manutenção da frota de veículos e aeronaves, além de indenizações pela flexibilização voluntária do repouso, com mobilização por um período de um mês, a partir e 10 de maio de 2024;
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: pagamento referente a 30 dias de operações da Força Nacional de Segurança Pública, com o envio de 350 profissionais para a região afetada.

Medida Provisória nº 1.223, de 23 de maio de 2024: esta Medida Provisória destinou recursos para as seguintes ações:

- Polícia Rodoviária Federal - PRF: alocação de recursos para o pagamento de diárias e passagens para 120 policiais rodoviários federais, além de despesas com combustível, manutenção de frota de veículos e aeronaves e indenização pela flexibilização voluntária do repouso, no período de 90 dias de mobilização;
- Polícia Federal - PF: recursos para as despesas com a mobilização de centenas de policiais federais, incluindo pagamento de passagens, abastecimento de viaturas e aeronaves, e manutenção das aeronaves;
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: alocação de recursos para o pagamento das operações da Força Nacional de Segurança Pública, com o envio de 350 profissionais mobilizados, incluindo o pagamento de diárias, abastecimento e manutenção de viaturas, além de cobertura de plano de saúde para os envolvidos.

Medidas provisórias para atendimento à ADPF 743 – Combate ao desmatamento e incêndios na Amazônia e Pantanal

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 743 - ADPF 743, ajuizada em 2020 no Supremo Tribunal Federal - STF, questionava a omissão do Governo Federal no combate ao desmatamento e aos incêndios na Amazônia e no Pantanal. A ação alegava violação de preceitos constitucionais relacionados ao meio ambiente. O STF determinou que o governo adotasse medidas emergenciais para conter os incêndios e o desmatamento, reafirmando a responsabilidade do poder público em garantir a proteção ambiental, com a atuação coordenada entre os entes federativos.

As seguintes Medidas Provisórias foram adotadas em cumprimento à ADPF 743:

Medida Provisória nº 1.241, de 11 de julho de 2024: destinada ao cumprimento da ADPF 743, essa Medida Provisória foi focada nas ações para prevenção e combate aos incêndios no Pantanal, com os seguintes recursos:

- Polícia Federal - PF: Recursos para despesas com diárias, passagens aéreas, suprimento de fundos, abastecimento e manutenção de viaturas e aeronaves. A mobilização envolveu centenas de policiais federais, com veículos diversos (caminhonetas, caminhões, carretas), embarcações de variados tipos, geradores de energia embarcações de variados tipos, geradores de energia elétrica, helicópteros e aviões. Além disso, foram adquiridos materiais essenciais e escassos nesse momento de crise.
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Recursos para despesas com diárias, passagens aéreas, abastecimento e manutenção de viaturas, com 80 profissionais mobilizados por 60 dias de operação no Estado de Mato Grosso do Sul, em apoio ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio no enfrentamento dos incêndios.

Medida Provisória nº 1.258, de 18 de setembro de 2024: destinada ao atendimento da ADPF 743, esta medida alocou recursos para as seguintes ações:

- Polícia Federal - PF: Recursos para despesas com a equipe policial para diligências “in loco”, investigação e incursões em campo, incluindo a coleta de vestígios para perícias, análise de dados e imagens de satélite, e a colaboração com órgãos ambientais, polícias militares, bombeiros e demais autoridades. Também foram previstas a análise de ocorrências anteriores, perícias técnicas especializadas e verificação de licenças de queima emitidas sem observância de requisitos técnicos e meteorológicos. As despesas incluíram manutenção de viaturas e abastecimento.
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Recursos para as operações da Força Nacional de Segurança Pública, com o envio de 180 profissionais mobilizados por 100 dias de operação. As despesas incluíram diárias, abastecimento e manutenção de viaturas, além de plano de saúde.

Medida Provisória nº 1.268, de 22 de outubro de 2024: destinada a fortalecer as operações integradas de segurança pública, esta Medida Provisória garantiu:

- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Complementação de recursos para suportar as operações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, com foco na proteção da flora, fauna e patrimônio no âmbito dos Biomas da Amazônia Legal e do Pantanal. A medida previu o fortalecimento das operações da Força Nacional de Segurança Pública, com a atuação de 120 profissionais mobilizados por 100 dias no combate aos incêndios florestais e às queimadas ilegais.

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

Unidade/Medida Provisória	Dotação Atualizada	Despesas empenhadas (controle empenho)	Despesas pagas (controle empenho)	Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)
Fundo Nacional de Segurança Pública	**6.627.757,00**	**6.385.335,35**	**6.385.335,35**	**751.276,53**
Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024				
Medida Provisória nº 1.223. de 23 de maio de 2024				50.345,50
Medida Provisória nº 1.258, de 18 de setembro de 2024	1.627.380,00	1.560.931,05	1.560.931,05	184.755,33
Medida Provisória nº 1.268, de 22 de outubro de 2024	2.249.927,00	2.150.138,76	2.150.138,76	141.005,76
Medida Provisória nº 1.268, de 22 de outubro de 2024	1.210.831,00	1.152.193,75	1.152.193,75	147.471,93
Medida Provisória nº 1.268, de 22 de outubro de 2024	1.440.092,00	1.424.763,39	1.424.763,39	
Medida Provisória nº 1.268, de 22 de outubro de 2024	99.527,00	97.308,40	97.308,40	
Medida Provisória nº 1.209, de março de 2024				227.698,01
Polícia Federal/MJSP				**11.621.078,44**
Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024				1.466.137,26
Medida Provisória nº 1.223. de 23 de maio de 2024				8.558.628,56
Medida Provisória nº 1.258, de 18 de setembro de 2024				95.995,18

Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: valores de despesas de pessoal; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

Unidade/Medida Provisória	Dotação Atualizada	Despesas empenhadas (controle empenho)	Despesas pagas (controle empenho)	Restos a pagar pagos (PROC e N PROC)
Polícia Federal/MJSP				
Medida Provisória nº 1.209, de março de 2024				354.100,10
Medida Provisória nº 1.241, de 11 de julho de 2024				1.146.217,34
Polícia Rodoviária Federal/MJSP				**13.609.656,90**
Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024				629.061,92
Medida Provisória nº 1.223, de 23 de amio de 2024				483.201,36
Medida Provisória nº 1.223, de 23 de amio de 2024				1.529.280,00
Medida Provisória nº 1.168, de 3 de abril de 2023				800.112,90
Medida Provisória nº 1.209, de 12 de março de 2024				3.406.386,15
Medida Provisória nº 1.210, de 10 de março de 2024				2.903.654,55
Medida Provisória nº 1.210, de 10 de março de 2024				3.857.960,02
Total geral				**25.982.011,87**

Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: valores de despesas de pessoal; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

FUNDOS GERIDOS PELO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) utiliza cinco fundos públicos como fontes de recursos para o financiamento de suas atividades, conforme descrito a seguir:

- **Funapol — Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal:**

Instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, e regulamentado pelo Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997, tem por finalidade prover recursos destinados ao aparelhamento da Polícia Federal (PF) e à manutenção de suas atividades essenciais e competências típicas. O Fundo é gerido e executado pela Polícia Federal.

- **FNSP — Fundo Nacional de Segurança Pública:**

Instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem como objetivo apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, em conformidade com as diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. Com a publicação da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e alterações posteriores, foram definidas fontes específicas de receita para o Fundo, bem como estabelecido o repasse obrigatório de parcela dos recursos aos Estados e ao Distrito Federal. O Fundo é gerido e executado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

- **FDD — Fundo de Defesa de Direitos Difusos:**

Instituído pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade promover ações de reparação e prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração à ordem econômica, à ordem urbanística, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, ao patrimônio público e social e a outros interesses difusos e coletivos. O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e apoia projetos apresentados por órgãos públicos e entidades civis, selecionados por meio de editais de chamamento.

- **Funad — Fundo Nacional Antidrogas:**

Instituído pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, destina seus recursos ao desenvolvimento, implementação e execução de ações, programas e atividades de repressão, prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas. O Fundo é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad), sendo parcela da arrecadação destinada aos órgãos de segurança pública federais, estaduais e distrital.

- **Funpen — Fundo Penitenciário Nacional:**

Instituído pela Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994, tem por finalidade prover recursos destinados ao financiamento e apoio às atividades e aos programas de modernização do sistema penitenciário brasileiro. O Fundo é gerido e executado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).

EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA POR UNIDADE (2018 a 2025)							
	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	**Departamento de Polícia Rodoviária Federal**	**Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD**	**Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade**	**Departamento de Polícia Federal**	**Fundo Nacional Antidrogas**	**Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN**
2018	380.391.246,48	605.242.145,81	629.167.495,03	34.542.564,57	750.927.806,06	45.228.201,97	343.586.699,52
2019	1.500.917.846,81	1.172.225.160,24	633.502.846,75	38.233.212,35	721.430.056,88	92.038.133,84	347.456.492,88
2020	1.573.847.303,87	1.071.587.696,58	436.603.519,50	39.390.353,75	341.994.125,15	138.558.416,18	315.465.820,04
2021	1.745.857.265,20	1.362.850.291,54	555.240.422,47	55.464.663,61	516.513.358,36	142.413.772,10	463.924.450,00
2022	1.026.901.015,41	560.894.233,50	369.328.693,41	24.151.134,54	333.915.777,69	82.173.377,72	213.102.394,39
2023	2.207.100.301,37	1.047.280.835,42	602.526.248,89	50.842.450,86	746.387.937,11	299.023.401,90	374.024.941,67
2024	5.112.695.566,50	2.508.823.219,06	3.868.941.397,02	125.469.064,20	1.877.238.292,80	584.569.723,74	1.080.725.011,14
2025	2.631.055.928,59	1.227.735.300,94	878.532.642,27	74.598.922,53	938.678.270,18	334.995.590,62	882.569.944,61
TOTAL	**16.178.766.474,23**	**9.556.638.883,09**	**7.973.843.265,34**	**442.692.366,41**	**6.227.085.624,23**	**1.719.000.618,07**	**4.020.855.754,25**

Fonte: Tesouro Gerencial

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A execução orçamentária e financeira do MJSP ocorre de forma descentralizada, em razão da multiplicidade de temas e áreas de atuação da Pasta. Esse modelo requer coordenação contínua e atuação técnica especializada nas diferentes áreas finalísticas e administrativas, a fim de assegurar a adequada execução das entregas institucionais. As ações são conduzidas em conformidade com os parâmetros legais aplicáveis e observância aos prazos estabelecidos, com foco na regularidade da aplicação dos recursos públicos.

No contexto do aprimoramento da gestão, o MJSP deu continuidade a iniciativas voltadas ao fortalecimento da aderência às normas vigentes. O Ministério mantém o acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle internos e externos, promovendo ajustes e aperfeiçoamentos nos seus processos de trabalho. A transparência constitui diretriz permanente da gestão institucional.

Nesse sentido, foi implementado o Painel *Business Intelligence (BI)* de monitoramento da estratégia institucional, ferramenta atualizada periodicamente, destinada à consolidação e divulgação de informações relativas ao planejamento e à gestão do Ministério.

O painel reúne dados referentes a objetivos estratégicos, metas, indicadores e resultados alcançados no exercício, bem como informações acumuladas ao longo do período de vigência do Planejamento Estratégico (2024–2027). Adicionalmente, disponibiliza informações sobre execução orçamentária e financeira, convênios, transferências, licitações, contratos, pessoal e demonstrações contábeis.

A disponibilização dessas informações visa assegurar transparência ativa, permitir o acompanhamento pela sociedade e atender às disposições da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, e da Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022, que estabelecem orientações para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis pela gestão pública federal.

Dentre as ações implementadas, destaca-se a edição da Portaria SPO/SE/MJSP nº 20, de 23 de julho de 2025, que estabelece os prazos para as atividades dos processos orçamentário e financeiro federal no exercício de 2025.

Esse normativo orienta a condução das atividades orçamentárias no âmbito das unidades da estrutura organizacional do MJSP, contribuindo para a transparência ativa, a regularidade, a publicidade e o cumprimento dos prazos legais.

DESAFIOS

- **Consolidação da Cultura do Uso de Painéis Gerenciais:** A consolidação da cultura institucional de utilização de painéis gerenciais — como o Painel do Orçamento do MJSP, o Painel de Custos do MJSP e demais ferramentas de apoio

à tomada de decisão — constitui medida voltada ao aprimoramento da gestão ministerial. O uso sistemático desses instrumentos pelos gestores possibilita o monitoramento tempestivo da execução orçamentária, a identificação de inconsistências e oportunidades de melhoria, bem como o aperfeiçoamento da alocação de recursos. Nesse contexto, mostra-se necessária a ampliação da utilização dessas ferramentas pelas unidades do MJSP, com abordagem orientada por dados e foco em resultados.

- **Consolidação da Cultura do Uso de Painéis Gerenciais:** A consolidação da cultura institucional de utilização de painéis gerenciais — como o Painel do Orçamento do MJSP, o Painel de Custos do MJSP e demais ferramentas de apoio à tomada de decisão — constitui medida voltada ao aprimoramento da gestão ministerial. O uso sistemático desses instrumentos pelos gestores possibilita o monitoramento tempestivo da execução orçamentária, a identificação de inconsistências e oportunidades de melhoria, bem como o aperfeiçoamento da alocação de recursos. Nesse contexto, mostra-se necessária a ampliação da utilização dessas ferramentas pelas unidades do MJSP, com abordagem orientada por dados e foco em resultados.

- **Redução do Estoque de Restos a Pagar:** A continuidade da redução do estoque de restos a pagar inscritos permanece como prioridade, em razão de seus impactos sobre o fluxo financeiro do exercício corrente e sobre a capacidade de execução orçamentária. Impõe-se, nesse sentido, o acompanhamento sistemático dessas obrigações, com vistas à eliminação de pendências, ao aprimoramento dos procedimentos de liquidação e ao fortalecimento do planejamento financeiro. A gestão adequada dos restos a pagar contribui para o equilíbrio fiscal e para o cumprimento tempestivo das obrigações assumidas.

- **Manutenção da Eficiência na Execução Orçamentária:** A manutenção de níveis adequados de execução orçamentária, com observância da eficiência alocativa, constitui diretriz relevante da gestão. A aplicação dos recursos deve estar alinhada às prioridades estabelecidas no planejamento estratégico institucional, assegurando o cumprimento das metas pactuadas e a utilização racional das dotações orçamentárias.

- **Compras Eficientes no Sistema Único de Segurança Pública:** A promoção de aquisições de bens e serviços com maior eficiência, no âmbito do Programa de Compras Eficientes do Sistema Único de Segurança Pública (ComprasSUSP), configura desafio estratégico. O fortalecimento de mecanismos que assegurem celeridade, padronização e racionalidade nas contratações é relevante para o adequado suporte às instituições de segurança pública e para a continuidade das operações, inclusive em contextos emergenciais. A qualificação dos processos de compras públicas contribui para a mitigação de riscos e para a efetividade das políticas de segurança pública.

- **Execução dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e pelo Fundo Penitenciário Nacional:** O aprimoramento dos índices de execução dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e pelo Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos fundos estaduais e distrital constitui medida voltada ao fortalecimento das políticas de segurança pública. Nesse contexto, a intensificação das atividades de monitoramento, fiscalização e assessoramento técnico aos entes subnacionais mostra-se necessária para qualificar a aplicação dos recursos e assegurar sua destinação às áreas prioritárias.

- **Relação com o Congresso Nacional:** O aperfeiçoamento da interlocução institucional com o Congresso Nacional configura desafio relevante, especialmente no que se refere à destinação de emendas parlamentares às políticas públicas prioritárias da Pasta. As emendas parlamentares representam fonte complementar de financiamento para programas estruturantes, sendo relevante o alinhamento institucional para assegurar aderência às diretrizes estratégicas do Ministério.

- **Programação Orçamentária e Financeira:** Desafio relevante no exercício decorreu da sistemática de programação orçamentária e financeira estabelecida por meio do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, que previu a liberação escalonada dos limites de empenho ao longo do exercício. A concentração de parcela significativa dos limites autorizados no último mês do exercício financeiro demandou esforço adicional das unidades gestoras para a execução tempestiva dos créditos disponíveis, sem prejuízo da observância da legalidade e da regular instrução processual.

- **Liberação de Limites de Empenho ao final do exercício:** A liberação de volume expressivo de limites de empenho em momento próximo ao encerramento do exercício financeiro, associada à fixação de prazo final igualmente exíguo para empenho, configurou desafio adicional. A circunstância exigiu atuação coordenada das unidades gestoras, diante do reduzido intervalo entre a disponibilização dos limites e o termo final para sua utilização, ampliando riscos operacionais e demandando monitoramento contínuo e rigor na priorização das despesas.

AÇÕES

- **Retomada da arrecadação do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen):** No exercício em análise, verificou-se a retomada do nível de arrecadação do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), associada à implementação da modalidade de arrecadação vinculada às loterias federais. O desempenho possibilitou o retorno da arrecadação a patamares próximos aos observados em exercícios anteriores, viabilizando repasses na modalidade fundo a fundo com impacto no financiamento das políticas penitenciárias.

- **Alinhamento Orçamentário à Cadeia de Valor e às Políticas Públicas:** O aprimoramento do alinhamento das rubricas consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) à Cadeia de Valor institucional, aos macroprocessos finalísticos e à carteira de políticas públicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) configura desafio permanente de gestão. O processo requer maior integração entre as unidades administrativas e definição clara e tempestiva de prioridades, com vistas à alocação estratégica dos recursos públicos, orientada a resultados e direcionada ao atendimento das demandas do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).
- **Programação Orçamentária e Financeira:** Desafio relevante no exercício decorreu da sistemática de programação orçamentária e financeira estabelecida por meio do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, que previu a liberação escalonada dos limites de empenho ao longo do exercício. A concentração de parcela significativa dos limites autorizados no último mês do exercício financeiro demandou esforço adicional das unidades gestoras para a execução tempestiva dos créditos disponíveis, sem prejuízo da observância da legalidade e da regular instrução processual.
- **Aperfeiçoamento da Classificação da Receita:** O aprimoramento da classificação da receita constitui medida relevante para assegurar maior clareza, fidedignidade e rastreabilidade na identificação das origens dos recursos arrecadados. O aperfeiçoamento dessa sistemática possibilita análise mais qualificada das fontes de financiamento e contribui para o fortalecimento dos mecanismos de controle e para a adequada prestação de contas.
- **Medidas relacionadas à sustentabilidade e ao uso racional de recursos:** No âmbito das práticas voltadas à sustentabilidade, foram adotadas medidas de racionalização do consumo de recursos, alinhadas às diretrizes institucionais vigentes. As ações concentraram-se na gestão do consumo de energia elétrica, água e insumos administrativos, bem como na priorização de meios digitais para a tramitação de processos e comunicação interna. As iniciativas contribuíram para a redução de desperdícios, sem prejuízo da continuidade das atividades administrativas e finalísticas.
- **Aprimoramento dos mecanismos de controle e monitoramento:** Com vistas ao fortalecimento dos mecanismos de controle da execução orçamentária e financeira, foram estruturados procedimentos de acompanhamento sistemático dos pedidos e das etapas de execução, com registro contínuo das informações relevantes em base consolidada. O modelo adotado possibilita o monitoramento periódico dos prazos estabelecidos em normativos vigentes, a identificação de riscos de descumprimento e a emissão de alertas às áreas responsáveis, favorecendo a adoção de providências corretivas em tempo oportuno. As informações consolidadas subsidiam a elaboração de relatórios gerenciais periódicos, ampliando a transparência, a rastreabilidade das decisões e a mitigação de riscos operacionais.

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (PNSPDS)

No Brasil, a aprovação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e a instituição do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), pelo Congresso Nacional, no exercício de 2018, estabeleceram marco normativo para a organização da segurança pública no País. A medida definiu princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos e mecanismos de implementação, delimitando os entes participantes e estruturando a coordenação entre os órgãos de segurança pública.

O Decreto nº 10.822, de 2021, que regulamenta o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021–2030), instituiu sistema de governança destinado a avaliar, direcionar e monitorar a execução da política pública. As ações estratégicas previstas no Plano encontram-se alinhadas aos objetivos da PNSPDS e orientadas ao cumprimento de metas estabelecidas, exigindo estrutura de gestão e governança compatível com sua complexidade e abrangência.

O Plano contempla ações integradas de prevenção e repressão à criminalidade, fiscalização e atuação em áreas de risco, integração operacional e tecnológica, gestão de ativos ilícitos, combate à corrupção, ao crime organizado, às drogas ilícitas e à lavagem de dinheiro. Inclui, ainda, medidas voltadas ao fortalecimento da inteligência de segurança pública, à modernização institucional, à capacitação e valorização dos profissionais, ao aprimoramento do sistema penal, bem como à prevenção e repressão à violência contra mulheres e grupos vulneráveis.

As diretrizes estabelecidas no Plano orientam a atuação coordenada dos entes federativos na promoção da segurança pública e da defesa social.

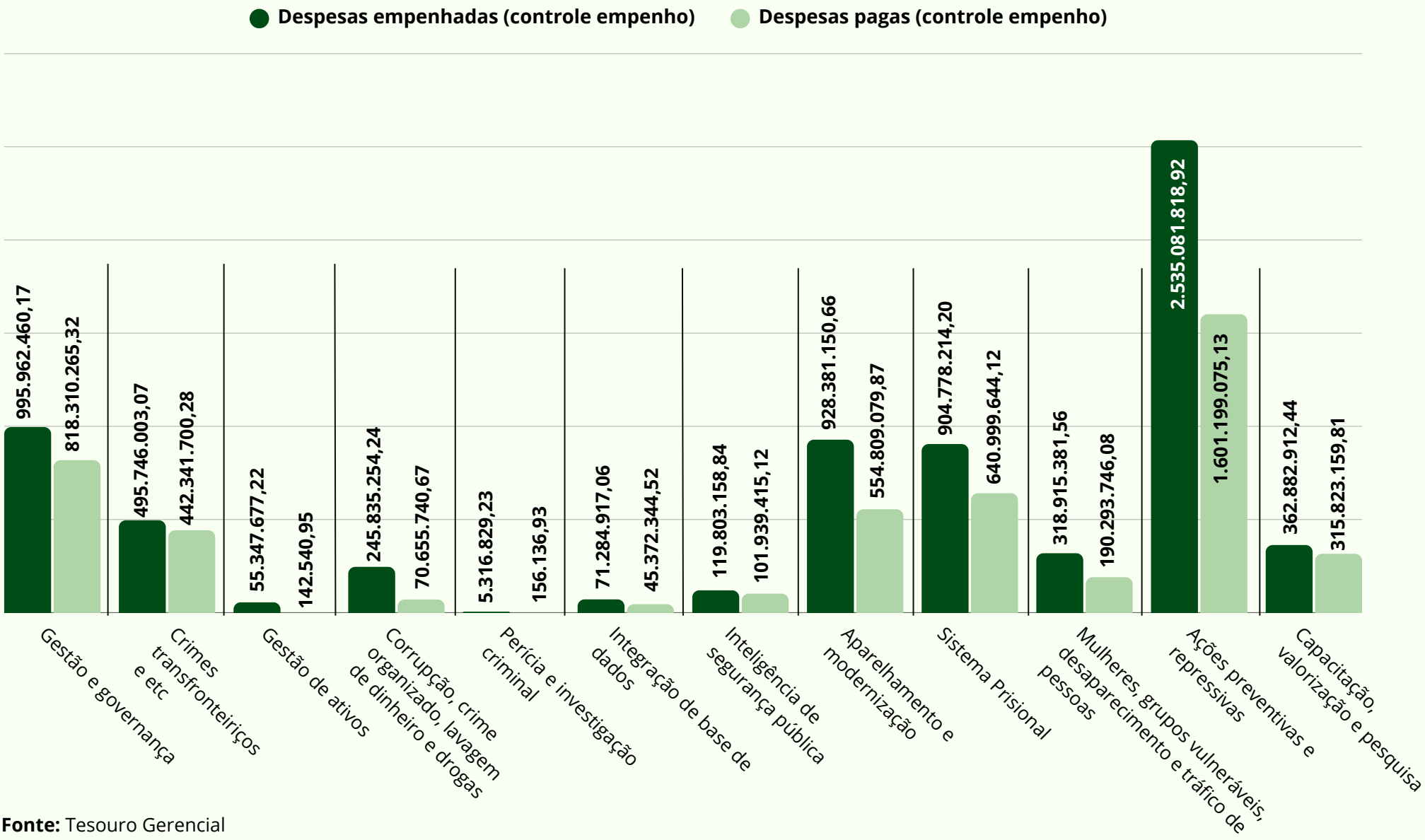


PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (PNSPDS)

DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2025 PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (em R$ 1,00)		
Ação estratégica	**Despesas empenhadas (controle empenho)**	**Despesas pagar (controle empenho)**
01 - Gestão e Governança	995.962.460,17	818.310.265,32
03 - Crimes transfronteiriços e transnacionais, portos e aeroportos	495.746.003,07	442.341.700,28
04 - Gestão de ativos	55.347.677,22	142.540,95
05 - Corrupção, Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro e Drogas	245.835.254,24	70.655.740,67
06 - Perícia e Investigação Criminal	5.316.829,23	156.136,93
07 - Integração de base de dados	71.284.917,06	45.372.344,52
08 - Inteligência de Segurança Pública	119.803.158,84	101.939.415,12
09 - Aparelhamento e modernização	928.381.150,66	554.809.079,87
11 - Sistema Prisional	904.778.214,20	640.999.644,12
12 - Mulheres, grupos vulneráveis, desaparecimento e tráfico de pessoas	318.915.381,56	190.293.746,08
02 - Ações preventivas e repressivas	2.535.081.818,92	1.601.199.075,13
10 - Capacitação, valorização e pesquisa	362.882.912,44	315.823.159,81
TOTAL GERAL	**7.039.335.777,61**	**4.782.042.848,80**

Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PNSP - DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2025 - PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL



Fonte: Tesouro Gerencial

II - GESTÃO DE CUSTOS

A preocupação com o controle e a eficiência dos gastos públicos no Brasil tem respaldo histórico desde a Lei nº 4.320/1964, que determinou a apuração de custos como obrigação da administração pública. Esse princípio foi reforçado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), ao exigir que a Administração mantivesse sistema de custos capaz de avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. As Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) anuais também passaram a prever o acompanhamento de custos como instrumento de transparência e eficiência na aplicação dos recursos.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o tema ganhou estrutura formal no âmbito das atribuições da Secretaria-Executiva, em regimento interno, por meio da Portaria MJSP nº 1.370, de 15 de agosto de 2014, posteriormente revogada pela Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017. Porém, apenas no ano de 2016, com a publicação da Portaria MJSP n° 492, de 27 de abril de 2016, foi instituído a setorial do Sistema de Custos do Governo Federal, no Ministério. Contudo, foi com a publicação da Portaria nº 34, de 11 de janeiro de 2017, que instituiu o Modelo de Apuração de Custos baseado na Cadeia de Valor do órgão, que o tema passou a ganhar maior relevância no âmbito do Ministério. A adoção da Cadeia de Valor permitiu garantir a unicidade, integridade e equivalência das informações gerenciais em todas as suas unidades administrativas.

O normativo tornou obrigatória a utilização de centros de custos, conforme a Macrofunção SIAFI 021133, e determinou que a apuração de custos fosse integrada às rotinas de trabalho de todas as unidades e entidades vinculadas. A Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento (DCPLAM) foi designada para coordenar a implantação e consolidação do modelo, visando padronizar informações e apoiar a tomada de decisão gerencial, como mostra a seguir:

> ***Art. 1°***. *Estabelecer o Modelo de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, baseado na Cadeia de Valor, na forma descrita no Manual de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, aprovado por este instrumento.*
> *§ 1º O modelo tratado no caput é baseado na utilização de centros de custos, estabelecidos de acordo com a Macrofunção SIAFI 021133 - Centro de Custos;*
> *§ 2º O Detalhamento de custos é utilizado para indicar o atributo para o qual será efetuada a marcação gerencial, visando a obtenção de informações parametrizadas segundo a necessidade do modelo, e é identificado por um código composto por até onze posições alfanuméricas, assim definidas:*
> *I- as seis primeiras posições do código indicarão os atributos definidos pelo modelo, conforme consta no Manual de Apuração de Custos desta;*

II - as sétima, oitava, nona, décima e décima primeira posições poderão receber codificações de livre escolha;
III – dos órgãos e entidades vinculadas que compõem a Estrutura Organizacional do Ministério da Justiça e Cidadania.

***Art. 2°** A utilização dos centros de custos e as rotinas de trabalho inerentes à implementação e desenvolvimento do modelo, são de aplicação obrigatória no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, seus órgãos e entidades vinculadas.*

***Art. 3°** A coordenação dos trabalhos de implantação e consolidação do modelo de apuração de custos no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania será exercida pela Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento - DCPLAM/CGGE/SPO/SE/MJ, em consonância com o estabelecido na Portaria MJC n° 492, de 27 de abril de 2016.*

Parágrafo único. O início da utilização dos centros de custos nas unidades ocorrerá de forma paulatina, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela DCPLAM, em comum acordo com os diversos órgãos e entidades vinculadas.

Outro marco importante foi a NBC TSP 34, de 2021 (Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica do Setor Público), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2021, que estabelece princípios, conceitos e diretrizes para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos custos das entidades públicas.

Seu objetivo é fortalecer a gestão, a transparência e a accountability na administração pública, alinhando o Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS). Além disso, a referida norma busca assegurar que os gestores públicos disponham de informações confiáveis sobre o custo dos bens e serviços produzidos ou prestados pelo Estado, trazendo conceitos importantes para a temática, de modo a apoiar:

- **A avaliação da eficiência e economicidade das ações governamentais;**
- **A tomada de decisão baseada em evidências;**
- **O planejamento orçamentário e financeiro; e**
- **A mensuração de desempenho e a prestação de contas à sociedade.**

Essa norma contribuiu para a harmonização conceitual e metodológica dos sistemas de custos na administração pública. Introduziu uma abordagem moderna de gestão de custos públicos, baseada em conceitos de contabilidade gerencial, mas adaptada à realidade governamental. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) incorporou os conceitos previstos na referida norma e aperfeiçoou o Manual de Custos Federal, amplamente divulgado às Setoriais de Custos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. A edição de 2025 apresenta os conceitos fundamentais de custos aplicados ao setor público, descreve a experiência da União na criação e operacionalização do Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC), e detalha os procedimentos de acesso e utilização do sistema.

O documento também orienta sobre as etapas recomendadas para a implantação de modelos de gerenciamento de custos, bem como sobre a mensuração e avaliação de custos no âmbito de cada órgão. Além disso, incorpora ao texto as diretrizes e padrões definidos pela NBC TSP 34 – Custos no Setor Público, consolidando-se como instrumento de referência para a gestão eficiente e transparente dos recursos públicos. Dessa forma, a norma reforça seu objetivo de assegurar que o gestor tenha pleno conhecimento do custo de cada ação do Estado, possibilitando a tomada de decisões mais eficientes, transparentes e alinhadas ao interesse público.

Alinhado às boas práticas do modelo de custos e às normas contábeis, e considerando os avanços alcançados pelo órgão na gestão de custos, o Ranking da Qualidade da Informação de Custos, divulgado em agosto de 2025, premiou o Ministério da Justiça e Segurança Pública com o 1º lugar entre as setoriais do Poder Executivo Federal no exercício de 2023 e 3º lugar em 2024, conforme o Boletim Anual Foco em Custos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Ranking da Qualidade da Informação de Custos

	2023	2024
1º colocado	MJSP	MF
2º colocado	MAPA	MCTI
3º colocado	MCTI	MJSP

Fonte: STN

A classificação no ranking baseou-se em indicadores que avaliam a implementação da contabilidade de custos por competência considerando critérios de regularidade e dispersão, o tratamento dos registros contábeis para atribuição de custos às unidades e centros de custos (personalização) e a economicidade no consumo de insumos.

A nota final resulta da soma das pontuações obtidas em cada indicador: até 3 pontos para personalização; até 2 pontos para regularidade; até 3 pontos para dispersão e até 2 pontos para economicidade, sendo expressa em uma escala de 0 a 10.

Os dados utilizados na elaboração do ranking têm como fonte os registros efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI Web), por meio da funcionalidade Detalhamento de Custos (Detacustos), acessados via Sistema de Informações de Custos do Tesouro Gerencial (SIC/TG).

O objetivo do ranking é oferecer uma visão consolidada dos custos do Governo Federal e estimular o aperfeiçoamento da gestão pública, por meio da elaboração de modelos personalizados de apuração de custos que atendam tanto às necessidades estratégicas, relacionadas aos programas de governo, quanto às operacionais, voltadas à avaliação de desempenho e eficiência dos órgãos públicos.

Além dos reconhecimentos obtidos, a Setorial de Custos avançou de forma significativa em 2025 ao aperfeiçoar os processos de apuração e análise das informações gerenciais. Durante o exercício, foi concluída a atualização dos custos relacionados ao pessoal ativo, com a revisão dos parâmetros de alocação e o refinamento das bases de dados utilizadas

para o cálculo do custo da força de trabalho vinculada às diferentes unidades do Ministério.

Adicionalmente, foram revistos e ajustados os percentuais de ocupação de cada unidade administrativa, índices empregados na distribuição proporcional dos custos referentes aos contratos de bens e serviços de uso comum , como manutenção predial, limpeza e vigilância. Essa atualização assegurou que a atribuição dos custos fosse mais aderente à realidade operacional e física de cada unidade, refletindo com maior precisão o consumo efetivo de recursos.

Outro marco relevante foi a realização de ajustes e melhorias na ferramenta Power BI, utilizada para o acompanhamento, consolidação e visualização das informações de custos. Cabe destacar que esses painéis são alimentados pelo Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) do Tesouro Gerencial e pelo Data Warehouse do SIAPE (DW SIAPE), o que garante a integração entre dados contábeis, orçamentários e de pessoal. As atualizações implementadas possibilitaram que os painéis refletissem com maior fidelidade as especificidades de cada unidade, ampliando a capacidade de análise detalhada, monitoramento gerencial e apoio à tomada de decisão.

Essas ações reforçaram o compromisso da Setorial de Custos com a transparência, a precisão e a racionalidade na alocação dos recursos públicos, contribuindo para uma gestão mais eficiente, baseada em evidências e orientada a resultados.

ESTIMATIVA DE CUSTOS NO MJSP

Na administração pública, o conceito de custos refere-se ao conjunto de gastos incorridos para a produção e oferta de bens e serviços públicos, abrangendo despesas com pessoal, material de consumo, contratos e demais recursos necessários ao funcionamento das políticas e programas governamentais. O sistema de custos permite identificar, mensurar e analisar como esses recursos são aplicados, contribuindo para o planejamento, a eficiência administrativa, o controle e a transparência da gestão pública.

Para fins de comparação, serão apresentados os custos totais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) referentes aos exercícios de 2024 e 2025, organizados nas categorias Cadeia Finalística e Governança, Gestão e Suporte, com o objetivo de demonstrar como os recursos públicos foram distribuídos entre as diferentes áreas de atuação do Ministério nesses dois períodos.

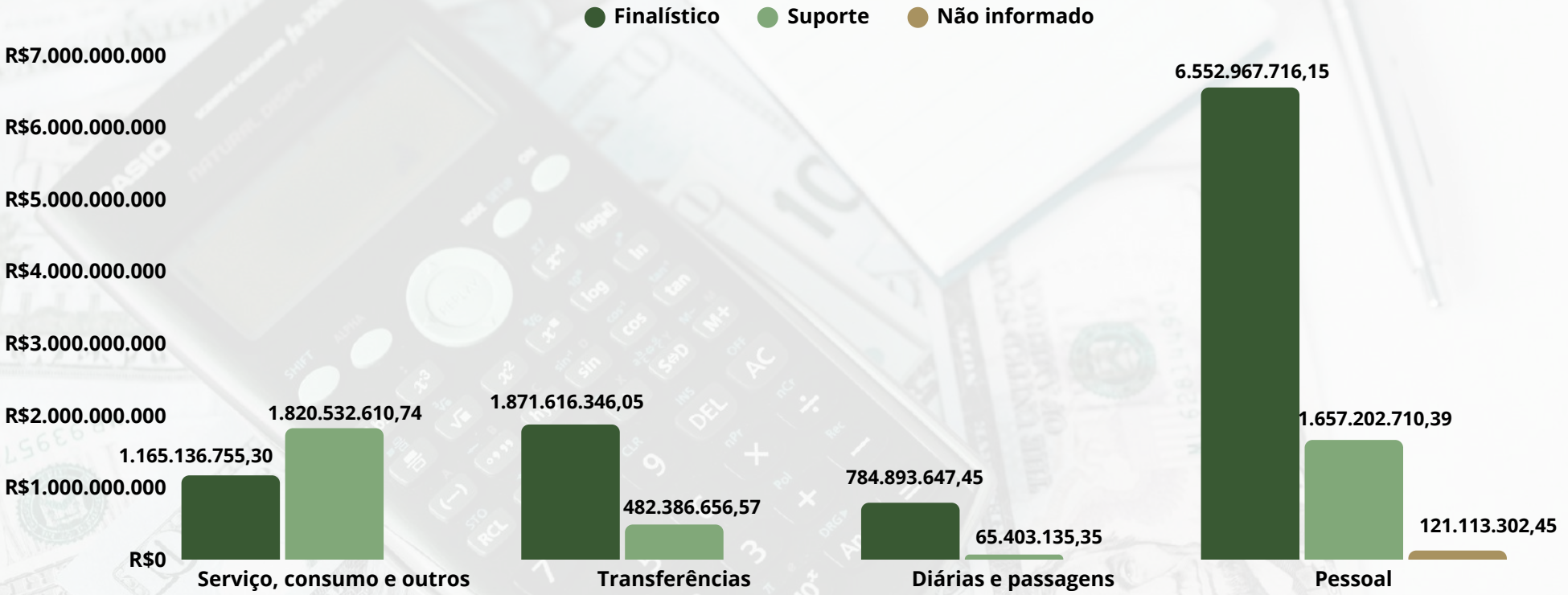
Destaca-se que a categoria “Não informado” compreende os custos relacionados à folha de pagamento do MJSP, que, até 2025, ainda não haviam sido integralmente mapeados dentro da estrutura de custos do órgão.

Contudo, a equipe do Ministério empreendeu um amplo processo de reestruturação e aprimoramento do sistema de custos, adequando o mapeamento das despesas à nova organização regimental.

Esse trabalho possibilitou uma alocação mais precisa dos custos entre as unidades do MJSP, garantindo maior transparência, rastreabilidade e coerência com as cadeias de valor.

Como resultado desse esforço, houve redução significativa da parcela de custos classificados como “Não informado”, que passou a representar apenas 0,83% do total das despesas do Ministério em 2025, evidenciando a melhoria na qualidade das informações e na gestão dos recursos públicos.

CUSTOS POR NATUREZA DA DESPESA - ANO 2025

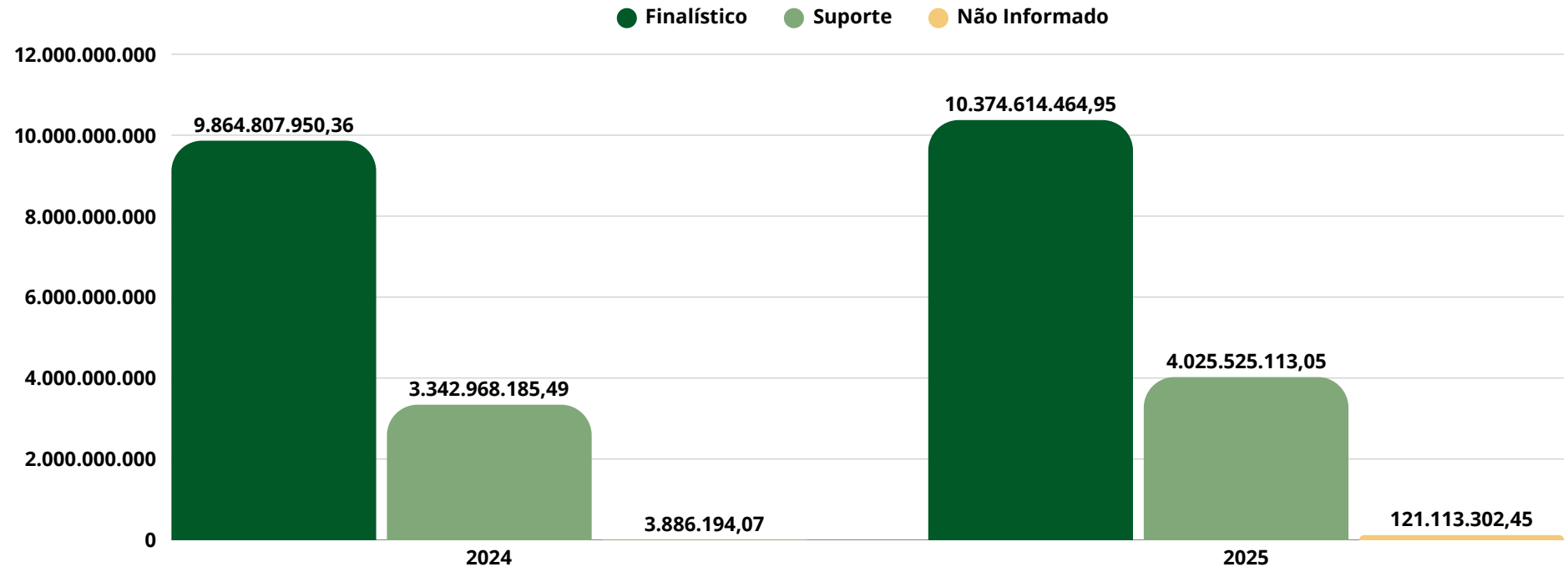


Fonte: Painel de Custos/MJSP

CUSTO TOTAL POR ANO (EM R$)



CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO (EM R$)



Fonte: Painel de Custos/MJSP

ESTIMATIVA DE CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL, DEMONSTRANDO EM QUE MEDIDA ELES CONTRIBUEM E SE RELACIONAM COM O ALCANCE DA MISSÃO INSTITUCIONAL DA UPC

O Plano Plurianual (PPA), previsto no artigo 165 da Constituição Federal, constitui o principal instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública. Seu objetivo é orientar a atuação governamental, definindo diretrizes, objetivos e metas que buscam concretizar os fundamentos e os objetivos da República Federativa do Brasil.

Para o ciclo de 2024 a 2027, o PPA foi instituído pela Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, que estabelece as políticas públicas, programas e ações do Governo Federal a serem implementados ao longo de quatro anos. Essa lei orienta a alocação dos recursos orçamentários e o monitoramento dos resultados, garantindo coerência entre o planejamento estratégico e a execução das políticas públicas.

Com a aprovação do PPA 2024–2027, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) estruturou sua atuação em dois programas temáticos principais, que concentram as iniciativas e ações sob sua responsabilidade:

Programa 5115 – Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos, voltado à ampliação do acesso à justiça, à proteção dos direitos humanos e à defesa dos interesses difusos e coletivos;

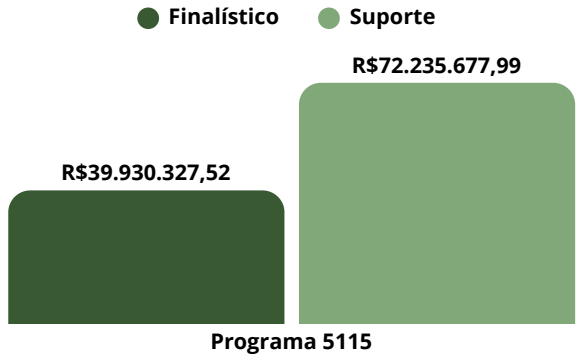
Programa 5116 – Segurança Pública com Cidadania, direcionado ao fortalecimento das políticas de segurança pública, prevenção à violência e promoção da cidadania.

Esses programas abrangem todas as unidades organizacionais do MJSP, contemplando tanto as cadeias de valor finalísticas, responsáveis pela entrega direta de bens e serviços à sociedade, quanto as cadeias de suporte, que oferecem apoio técnico, administrativo e estratégico às atividades finalísticas.

Nos gráficos apresentados a seguir, são demonstrados os custos associados aos Programas 5115 e 5116, sob responsabilidade do MJSP, distribuídos de acordo com as cadeias de valor mencionadas. Essa categorização permite visualizar de forma integrada como os recursos são aplicados nas diferentes áreas de atuação do Ministério, evidenciando o alinhamento entre o planejamento e as prioridades estratégicas do PPA.

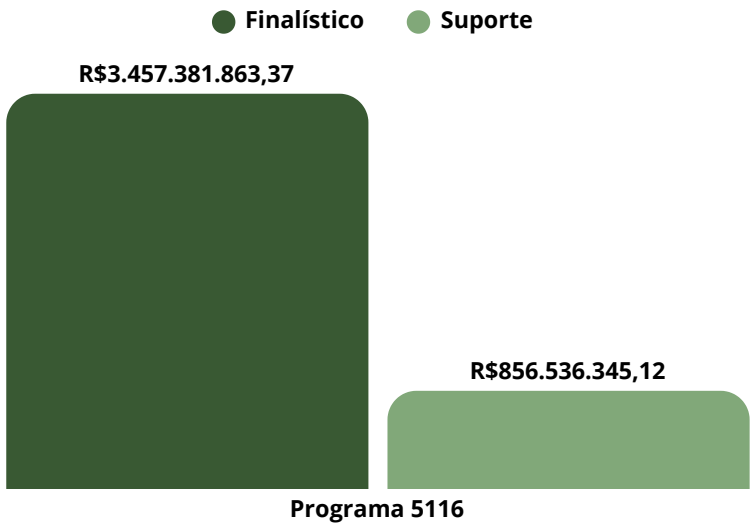
CUSTO POR PROGRAMA DO PPA

Programa 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos



Fonte: CGGE/MJSP

Programa 5116 - Programa de Segurança Pública com Cidadania



Fonte: CGGE/MJSP

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS E MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS

A apuração de custos na administração pública constitui um processo essencial para o planejamento, a eficiência e a transparência da gestão governamental, porém enfrenta desafios significativos decorrentes da complexidade das estruturas organizacionais e da diversidade das atividades executadas pelos órgãos públicos.

Um dos principais entraves está relacionado à precisão e à integração das informações. As constantes alterações na estrutura administrativa como criação, fusão ou extinção de unidades, dificulta a consolidação e a comparabilidade dos dados. Além disso, a necessidade de adequar os sistemas de controle e de informações às normas contábeis e às melhores práticas de gestão pública torna essa atividade um trabalho contínuo, dinâmico e desafiador.

Entre os aspectos mais sensíveis do processo destaca-se a atualização dos custos relacionados ao pessoal ativo, uma vez que as mudanças na estrutura de cargos, funções e lotações impactam diretamente o cálculo e a distribuição dos custos com recursos humanos.

Diante desse cenário, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) tem direcionado esforços para aperfeiçoar seus mecanismos de coleta, registro e consolidação das informações de custos. Nesse sentido, está sendo estudado o uso da ferramenta APEX, que possibilitará a automatização na coleta e consequentemente a atualização contínua dos dados, fortalecendo as práticas de controle interno e aumentando a precisão das informações, aprimorando o processo de tomada de decisão e consolidando uma cultura de gestão baseada em evidências e resultados.



III - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A gestão de licitações e contratos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) possui caráter transversal e estratégico, abrangendo contratações destinadas tanto ao suporte das atividades administrativas quanto ao desenvolvimento das atividades finalísticas. Nesse contexto, atende às demandas de órgãos e unidades com atribuições diversas e de elevada complexidade, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Políticas Penais, entre outras estruturas vinculadas, cujas necessidades operacionais exigem planejamento, coordenação e rigor técnico na condução dos processos de contratação.

As orientações decorrentes das Instruções Normativas, do arcabouço legal vigente e das boas práticas aplicáveis aos procedimentos de contratações são objeto de análises permanentes e de ações de alinhamento interno entre as equipes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, contribuindo para o fortalecimento da governança e da padronização dos processos.

Nesse contexto, a Governança das Contratações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, instituída pela Portaria nº 405, de 20 de novembro de 2020, trouxe o aprimoramento da gestão das contratações, estabeleceu diretrizes para a qualificação e uniformização dos processos de contratação de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação, incentivou o compartilhamento e a centralização de contratações e estabeleceu fluxos de trabalho, prevendo a elaboração e o acompanhamento do Plano de Contratações Anual (PCA) e do Plano de Contratações Compartilhadas (Pccom), como instrumentos estruturantes da gestão. A referida Portaria, atualmente, está em processo de revisão, com vistas ao alinhamento às inovações normativas e práticas mais recentes de governança em contratações públicas.

A gestão das contratações no MJSP se dá por meio de fluxos consolidados e maduros, sustentados por uma estrutura regimental que assegura o respeito ao princípio da segregação de funções, com a clara definição de papéis entre unidades requisitantes, unidades licitantes, equipes de planejamento, agentes de contratação, fiscais, autoridades homologadoras e ordenadores de despesas. Tal organização contribui para a mitigação de riscos, o fortalecimento dos controles internos e a segurança jurídica dos procedimentos.

As unidades do MJSP contam com agentes públicos designados para atuar nas diferentes fases do ciclo da contratação, observando-se uma atuação articulada e coordenada entre as áreas envolvidas. Apesar das complexidades inerentes aos processos de contratações públicas, verifica-se boa

comunicação e cooperação entre as unidades requisitantes e as unidades licitantes, fator que contribui para a condução adequada dos processos e para o aprimoramento contínuo das práticas adotadas.

Os processos de contratação são instruídos em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública, notadamente: legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, eficácia e segregação de funções. Com vistas a assegurar a transparência, o MJSP promove a ampla divulgação dos atos e documentos relacionados às contratações, tanto no Portal Nacional de Contratações Públicas quanto em sua página eletrônica institucional.

Como medida adicional de gestão, foram instituídos fluxos e cronogramas para os processos de contratação, contemplando etapas de análise pelas unidades licitantes, nas quais se verifica, entre outros aspectos, o atendimento aos requisitos legais, as competências dos agentes envolvidos e as diretrizes relacionadas à sustentabilidade e aos seus pilares.

Assim, a gestão de licitações e contratos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no exercício de 2025, demonstrou a consolidação de fluxos de trabalho maduros, alinhados aos princípios da governança, do planejamento e da segregação de funções. A atuação integrada entre as áreas envolvidas e a observância do arcabouço normativo vigente fortaleceram a segurança jurídica e a eficiência dos processos, estabelecendo bases consistentes para o aprimoramento contínuo da gestão e para o atendimento das demandas institucionais nos exercícios seguintes.

Conformidade Legal

A conformidade legal constitui elemento essencial da governança institucional e orienta a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) na condução de suas atividades administrativas, especialmente no âmbito das licitações e contratos. As contratações realizadas pelo MJSP são estruturadas e executadas em observância ao arcabouço normativo aplicável às contratações públicas, com vistas a assegurar a regularidade, a segurança jurídica e a transparência dos procedimentos.

No exercício de 2025, os procedimentos de contratação observaram as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, bem como os decretos regulamentadores e demais normativos infralegais aplicáveis à matéria, a exemplo do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, além das Instruções Normativas expedidas pela Secretaria de Gestão e Inovação e da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, conforme o conjunto de legislações aplicáveis às contratações públicas disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal.

No âmbito interno, a conformidade legal é reforçada por normativos próprios, com destaque para a Portaria MJSP nº 405, de 2020, que disciplina o planejamento e o gerenciamento das contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicação, bem como o compartilhamento e a centralização de contratações no âmbito do MJSP, atualmente em processo de revisão. Destaca-se, ainda, a Portaria MJSP nº 1.606, de 3 de julho de 2024, que estabelece diretrizes e procedimentos para a realização da pesquisa de preços nas contratações do Ministério.

A observância desse conjunto normativo, aliada à atuação coordenada das unidades envolvidas, contribuiu para a regularidade dos processos de contratação, o fortalecimento da segurança jurídica e a consolidação de práticas alinhadas aos princípios da legalidade, da transparência e da governança administrativa.

Detalhamento das contratações

No exercício de referência, as contratações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) foram realizadas por unidades administrativas e finalísticas, observada a estrutura regimental do órgão, a segregação de funções e os fluxos institucionais de planejamento, instrução e execução das contratações.

- A **Secretaria-Executiva – SE**, por meio da UASG nº 200005, atuou como unidade contratante para atendimento às demandas do Gabinete do Ministro, da própria Secretaria-Executiva, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), da Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS), da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), bem como das Coordenações-Gerais vinculadas à Subsecretaria de Administração: a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), a Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia (CGAE), a Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais (CGDS) e a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGL).

  A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), por sua vez, também realizou contratações específicas voltadas à capacitação de servidores, por intermédio da UASG nº 200006. A Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) também atuou como unidade contratante por meio da UASG nº 200401.
- A **Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN)** realizou contratações por meio das UASG nº 200323, 200324, 200326, 200327, 200600, 200601, 200602, 200603 e 200604, em conformidade com sua estrutura administrativa e com a natureza descentralizada de suas atividades finalísticas.

- A **Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)** atuou como unidade contratante por meio da UASG nº 200331, observadas as competências institucionais e os fluxos de governança estabelecidos.

- A **Polícia Rodoviária Federal (PRF)** realizou contratações de forma descentralizada, por intermédio das UASG nº 200109, 200110, 200111, 200112, 200113, 200114, 200115, 200117, 200118, 200119, 200120, 200121, 200122, 200123, 200124, 200125, 200126, 200127, 200128, 200129, 200130, 200131, 200139, 200141, 200232, 200233 e 200235, em função de modelo parcialmente descentralizado, compatível com a capilaridade de sua atuação nacional e com as necessidades operacionais da instituição.

- A **Polícia Federal (PF)** atuou como unidade contratante por meio das UASG nº 200334, 200338, 200340, 200342, 200344, 200346, 200350, 200352, 200354, 200356, 200358, 200360, 200364, 200366, 200370, 200372, 200374, 200376, 200378, 200380, 200382, 200384, 200386, 200388, 200390, 200392, 200393, 200394, 200396, 200398, 200402, 200404, 200406, 200615 e 300250, em consonância com sua estrutura descentralizada e com os mecanismos de controle e governança das contratações públicas.

- A **Secretaria de Acesso à Justiça – SAJU** realizou contratações por meio da UASG nº 200450.

CONTRATAÇÕES DE MAIOR RELEVÂNCIA - VISÃO CONSOLIDADA

As contratações de maior relevância realizadas no exercício concentraram-se, em primeiro lugar, no eixo de Tecnologia da Informação e Comunicação e Transformação Digital, abrangendo aquisições de equipamentos de TIC, licenciamento de softwares, soluções de computação em nuvem, armazenamento e backup de dados, comunicação de dados, imagens de satélite e serviços de suporte à infraestrutura. Essas contratações, conduzidas principalmente pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria-Executiva e Secretaria Nacional de Segurança Pública, foram fundamentais para assegurar a continuidade dos serviços digitais, a segurança da informação e a modernização da gestão pública.

No eixo de Aparelhamento Institucional e Atividade Finalística, destacaram-se contratações voltadas ao fortalecimento das ações de segurança pública, incluindo a aquisição de equipamentos operacionais, armamentos, veículos especializados, embarcações, sistemas tecnológicos de fiscalização, investigação e proteção, bem como soluções voltadas à segurança penitenciária. Essas iniciativas foram realizadas, sobretudo, pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria Nacional de Políticas Penais, contribuindo diretamente para a ampliação da capacidade operacional do Estado.

As contratações relacionadas à Infraestrutura Física, Obras e Instalações contemplaram a construção, reforma, modernização e adequação de unidades, além da locação de

imóveis destinados ao funcionamento de estruturas administrativas e operacionais. Esse conjunto de contratações, conduzido principalmente pela Polícia Federal, Secretaria Nacional de Políticas Penais e Secretaria-Executiva, visou garantir condições adequadas de trabalho, segurança das instalações e suporte às atividades finalísticas.

Por fim, no eixo de Serviços Essenciais e Gestão de Pessoas, foram realizadas contratações de serviços continuados de apoio administrativo, ações de capacitação, concursos públicos e iniciativas voltadas ao fortalecimento institucional. Essas contratações, executadas predominantemente pela Secretaria-Executiva, Polícia Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria Nacional de Políticas Penais, asseguraram o funcionamento regular das unidades e a continuidade das atividades estratégicas do Ministério.

De forma consolidada, as contratações de maior relevância realizadas no exercício evidenciam o alinhamento entre planejamento, prioridades institucionais e execução orçamentária, contribuindo para o fortalecimento da governança e da capacidade operacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O conjunto das iniciativas assegurou suporte às atividades finalísticas, modernização da infraestrutura administrativa e melhoria da prestação de serviços públicos, estabelecendo bases consistentes para o alcance dos resultados institucionais nos exercícios subsequentes.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES



No exercício de referência, o Ministério da Justiça e Segurança Pública promoveu a incorporação sistemática de critérios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social em suas contratações, em consonância com a legislação vigente, as diretrizes de compras públicas sustentáveis e os princípios da eficiência e da governança institucional. No âmbito da Governança de Contratações instituída pela Portaria nº 405, de 20 de novembro de 2020, tais iniciativas constituem desdobramento das diretrizes de planejamento, padronização e monitoramento aplicáveis a todas as unidades do Ministério.

No campo das aquisições de bens, foram adotados requisitos relacionados à eficiência energética, à redução de impactos

ambientais e ao consumo consciente, com exigência, sempre que possível, de produtos classificados nas faixas mais eficientes do Programa Brasileiro de Etiquetagem e da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), bem como de certificações do INMETRO. Destacam-se, ainda, critérios voltados à durabilidade dos bens, ao uso de materiais recicláveis e à substituição de itens descartáveis por produtos reutilizáveis, contribuindo para a diminuição da geração de resíduos sólidos no ambiente institucional.

Nas contratações de serviços continuados, especialmente nos serviços de limpeza, conservação, jardinagem e outsourcing de impressão, foram incorporadas exigências relacionadas ao uso racional de recursos naturais, à adoção de produtos com menor impacto ambiental, à proteção da saúde ocupacional e à destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. Nos contratos de impressão, destacou-se a obrigatoriedade de implementação de logística reversa integral de cartuchos, toners e suprimentos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No âmbito da infraestrutura e obras de engenharia, as contratações contemplaram medidas voltadas à eficiência energética e à utilização de fontes renováveis, com destaque para a implantação de sistemas fotovoltaicos em unidades da Polícia Federal, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica convencional e para a racionalização de custos operacionais. Tais projetos também previram a triagem e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, em observância às normas ambientais aplicáveis.

Adicionalmente, nas contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, quando cabível, foram observadas as diretrizes do Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, com a previsão de reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Essa medida reforça a dimensão social das contratações públicas, ao integrar políticas de proteção e inclusão ao ciclo contratual, evidenciando a utilização do instrumento contratual como mecanismo de promoção de equidade e fortalecimento das políticas públicas.



Também foram implementadas iniciativas de responsabilidade social, como a seleção de associações e cooperativas para a coleta seletiva solidária, fortalecendo a destinação adequada de resíduos recicláveis e promovendo a inclusão socioeconômica de catadores. Essas ações evidenciam a consolidação progressiva da dimensão socioambiental no ciclo das contratações, demonstrando amadurecimento institucional na integração de critérios ambientais e sociais à governança das contratações.

Contratações Socioambientais Relevantes - Exercício 2025		
Órgão	**Objeto**	**Justificativa Socioambiental**
Polícia Federal (PF)	Instalação de Sistema Fotovoltaico - SR/PF/RR	Redução do consumo de energia elétrica convencional, promoção de eficiência energética e diminuição de impactos ambientais por meio da utilização de fonte renovável.
Polícia Federal (PF)	Instalação de Sistema Fotovoltaico - Delegacia PF Parnaíba/PI	Implementação de geração de energia limpa, com racionalização de recursos públicos e redução de custos operacionais de longo prazo.
Polícia Federal (PF)	*Outsourcing* de impressão com logísitca reversa	Destinação ambientalmente adequada de toners, cartuchos e equipamentos ao final do ciclo de vida, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Polícia Federal (PF)/Polícia Rodoviária Federal (PRF)	Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos com certificação ENCE/INMETRO	Exigência de eficiência energética e redução do consumo de energia, promovendo racionalização de recursos e menor impacto ambiental.
Secretaria-Executiva (SE)	Seleção de cooperativas para coleta seletiva solidária	Promoção da destinação adequada de resíduos recicláveis e fortalecimento da inclusão socioeconômica de catadores.

Fonte: MJSP

GESTÃO DE LICITAÇÕES

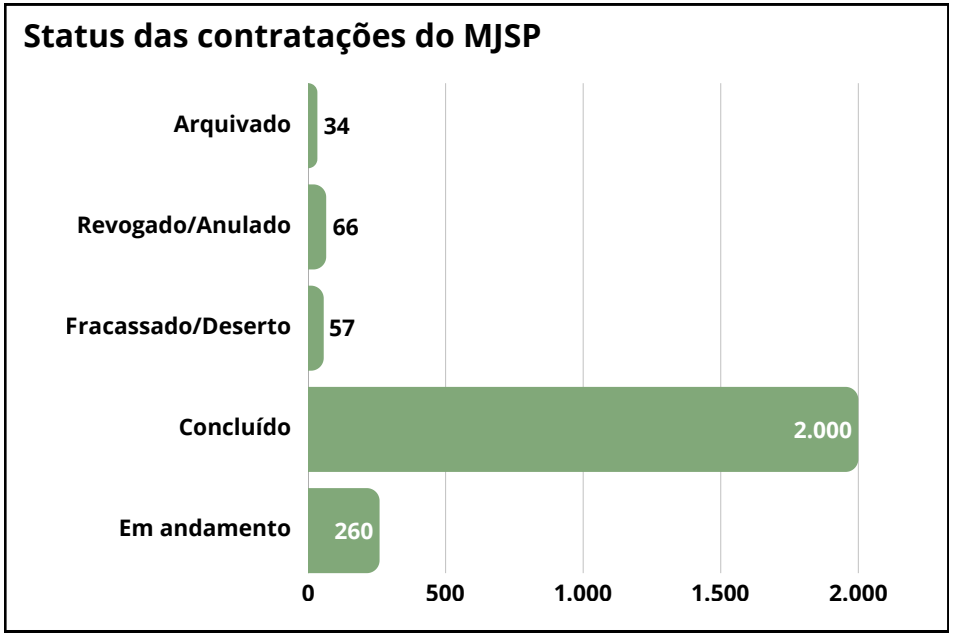
Os dados apresentados neste tópico referem-se à gestão de licitações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, consolidados a partir de todos os seus órgãos e unidades vinculadas. As informações foram obtidas com base nos processos de contratação previstos no Plano Anual de Contratações de 2025 (PCA 2025), considerando as modalidades de contratação, os enquadramentos legais e os estágios de tramitação dos certames ao longo do exercício.

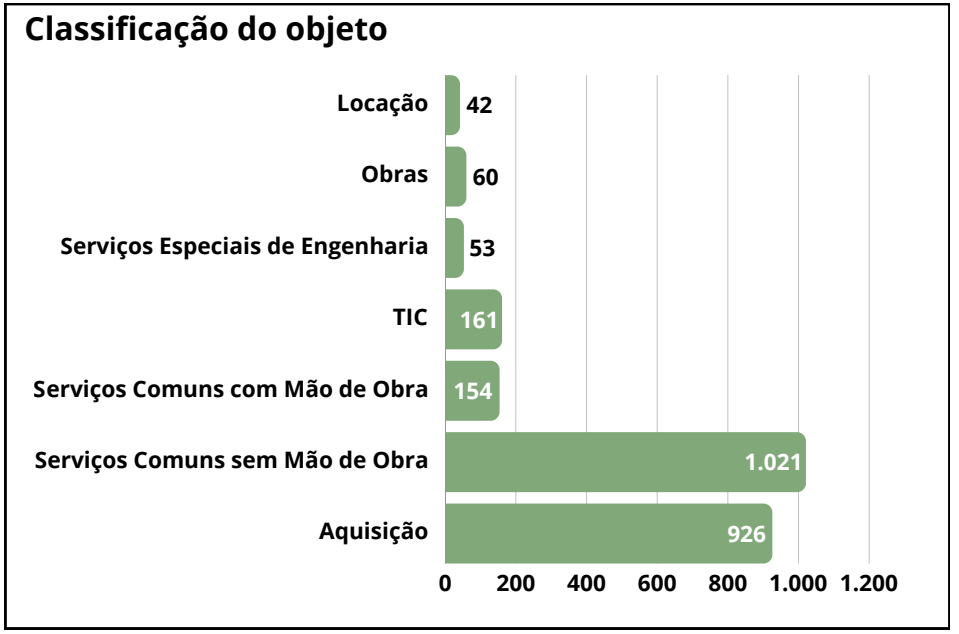
Os indicadores e gráficos apresentados permitem analisar o volume de processos planejados, conduzidos e concluídos, bem como o desempenho das unidades na execução do planejamento das contratações.

Processos de Contratações em 2025: 2.417 procedimentos conduzidos.

Unidade	Quantidade	Percentual	Valor
SE	77	3%	R$ 159.290.853,98
SENASP	96	4%	R$ 7.889.808.462,86
PRF	738	31%	R$ 425.918.124,77
PF	1.038	43%	R$ 2.044.822.029,35
SENAPPEN	435	18%	R$ 3.002.690.381,48
ANPD	23	1%	R$ 21.560.124,24
SAJU	7	0%	R$ 93.000.000,00
SENACON	2	0%	R$ 770.700,88
SENAJUS	1	0%	R$ 0,00
TOTAL	**2.417**	**100%**	**R$ 13.637.860.677,55**

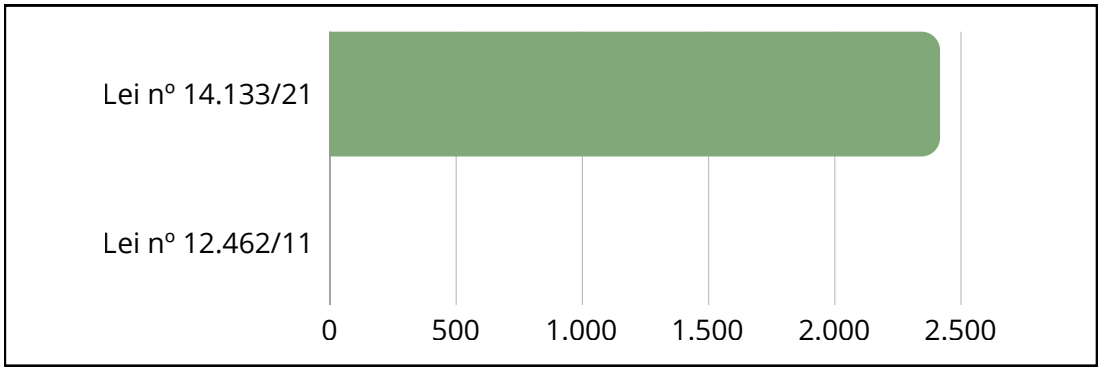
Fonte: CGL/MJSP





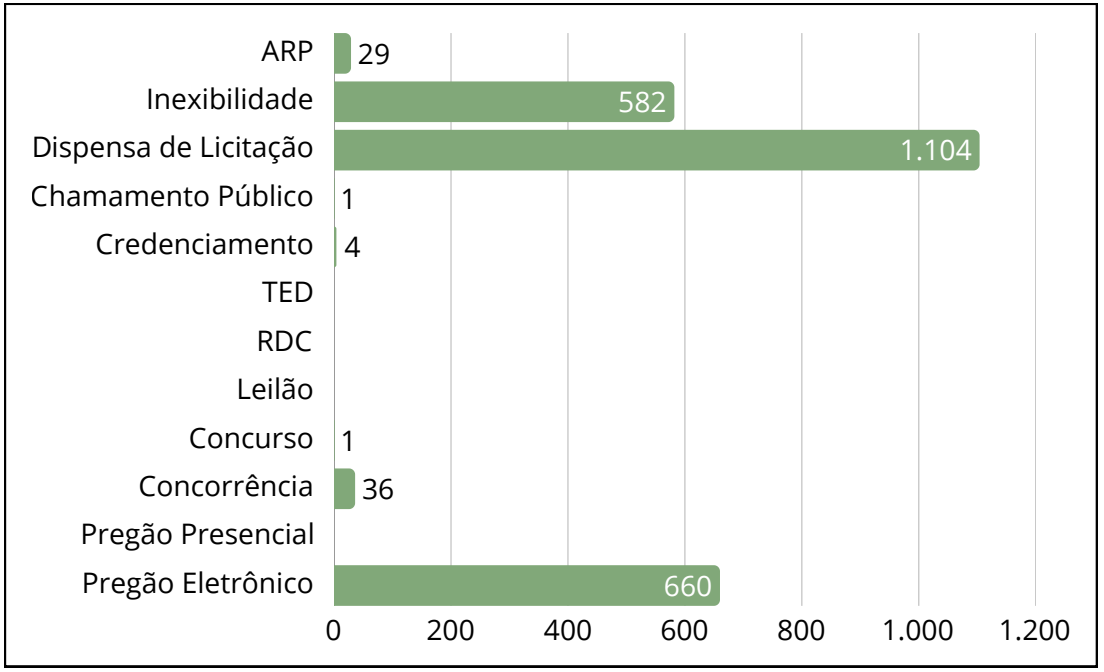
Fonte: CGL/MJSP

Legislação aplicada nos procedimentos de contratação



Fonte: CGL/MJSP

Modalidade/Tipo de contratação



Fonte: CGL/MJSP

Principais Enquadramentos das Contratações Diretas

Enquadramento	Quantidade	%	R$ (concluídos)
Art. 74, I (Lei nº 14.133, de 2021)	184	11%	R$ 566.484.818,44
Art. 74, II (Lei nº 14.133, de 2021)	2	0%	R$ 185.791,20
Art. 74, III (Lei nº 14.133, de 2021)	228	14%	R$ 4.978.740,70
Art. 74, IV (Lei nº 14.133, de 2021)	168	10%	R$ 6.788.986,59
Art. 74, V (Lei nº 14.133, de 2021)	26	2%	R$ 15.339.180,21
Art. 75, I e II (Lei nº 14.133, de 2021)	1.018	60%	R$ 2.506.553.327,44
Art. 75, demais incisos (Lei nº 14.133, de 2021)	60	3%	R$ 190.271.502,98
Lei nº 12.850/2013	0	0%	R$ 0,00
Total	**1.686**	**100%**	**R$ 3.290.602.347,57**

Fonte: CGL/MJSP

Gastos por finalidade dos procedimentos de contratação:

Tecnologia da Informação	Funcionamento Administrativo	Outros (Despesas finalísticas/Imobilizado/Publicidade Institucional)	Total
R$ 875.160.169,05	R$ 3.790.870.493,07	R$ 8.971.830.015,43	**R$ 13.637.860.677,55**
7%	57%	36%	**100%**

Fonte: CGL/MJSP

Contratações de maior relevância, considerando ainda aqueles de valor igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais):

SECRETARIA-EXECUTIVA do MJSP		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Serviços de execução indireta de vigilância	R$ 10.607.204,64	Prover a segurança das instalações e a manutenção de ambientes de trabalho adequados, contribuindo para a funcionalidade da infraestrutura institucional e para o regular desempenho das atividades finalísticas do órgão.
Serviços de computação em nuvem Microsoft Azure e Oracle Cloud Infrastructure	R$ 35.066.150,88	Assegurar escalabilidade, disponibilidade e segurança da infraestrutura de TIC, bem como a continuidade dos serviços digitais, contribuindo para a modernização tecnológica e a eficiência operacional
Solução de armazenamento de dados em storages de rede (NAS/Object Storage) e de backup de dados	R$ 13.082.440,00	Assegurar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações institucionais, fortalecendo a segurança da informação e a continuidade dos serviços e dos negócios
Serviços de Suporte de Infraestrutura de TIC (Service Desk)	R$ 26.535.846,72	Assegurar a padronização do atendimento, o cumprimento de níveis de serviço (SLA) e a continuidade dos serviços de TIC, fortalecendo a governança de TIC e a eficiência operacional
Aquisição de equipamentos de TIC (desktops, notebooks, monitores, workstations)	R$ 11.685.142,00	Assegurar a atualização da infraestrutura tecnológica, a continuidade das atividades administrativas e o adequado suporte às demandas institucionais, contribuindo para a eficiência e a produtividade

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Aquisição de equipamentos de informática.	R$ 367.483.851,80	Aprimorar estrutura de TIC
Licenciamento e fornecimento de imagens diárias e dados de satélite de alta resolução de todo território nacional com alertas de detecção de mudanças e respectivo relatório analítico.	R$ 220.934.375,10	Objeto voltado à atividade fim do órgão.
Aquisição de equipamentos de radiocomunicação com protocolo de comunicação TETRA.	R$ 176.316.630,67	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
Aquisição de Armas Eletrônicas de Incapacitação Neuromuscular e acessórios.	R$ 174.913.729,20	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
Contratação de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais, destinados aos equipamentos, estações de trabalho e servidores de rede da Polícia Federal.	R$ 148.008.150,95	Aprimoramento da estrutura de TIC.
Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de construção da nova sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Pernambuco, localizada na Av. Cais do Apolo, 321 no Bairro do Recife.	R$ 83.317.421,52	Melhoria da infraestrutura das unidades.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Locação de imóvel na modalidade BUILT TO SUIT (locação sob demanda), com *facilities* de manutenção predial, preventiva, corretiva e preditiva, para uso institucional que atenda às necessidades de instalação e funcionamento da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO).	R$ 80.541.381,60	Locação de imóvel para desempenho das atividades institucionais.
Registro de Preços para aquisição de servidores de rede, racks, licenciamento de *softwares VMware*, *switches ToR* e de gerenciamento, garantia e serviço de instalação.	R$ 58.852.495,84	Aprimoramento da estrutura de TIC.
Aquisição de motores para barcos, motos aquáticas e carretas.	R$ 50.043.306,72	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
Aquisição de equipamentos optrônicos e seus respectivos acessórios.	R$ 29.712.119,20	Objeto voltado à atividade fim do órgão.
Registro de Preço para contratação de solução de comunicação de dados à internet, incluindo acesso dedicado, banda larga, satélite e SD-WAN, para interligar unidades da Polícia Federal em âmbito nacional.	R$ 29.067.727,20	Aprimoramento da estrutura de TIC.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Contratação de instituição especializada para organizar e realizar concurso público para provimento de 1.000 (mil) cargos policiais nos quadros da Polícia Federal, nos termos do art. 75, XV, da Lei nº 14.133/2021.	R$ 27.994.371,00	Ingresso de novos servidores no órgão.
Aquisição de Placas Balísticas do tipo *Stand Alone* (conjunto frontal e dorsal) e coletes modulares porta placa balística do tipo *Plate Carrier*.	R$ 22.611.524,48	Objeto voltado à atividade fim do órgão.
Aquisição de materiais para dotar o Alojamento da Academia Nacional da Polícia Federal de estrutura adequada para receber novos alunos no início de 2026 para o curso de formação.	R$ 20.284.928,68	Melhoria da infraestrutura das unidades.
Contratação de instituição especializada para organizar e realizar concurso público para provimento de 192 (cento e noventa e dois) cargos nos quadros da Polícia Federal, nos termos do art. 75, XV, da Lei nº 14.133/2021.	R$ 15.980.562,17	Ingresso de novos servidores no órgão.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Aquisição de COMPARADOR ESPECTRAL DE VÍDEO, destinado à realização de perícia técnica e forense em gemas, comprimidos de MDMA, minerais, documentos de segurança, cédulas e demais aplicações na documentoscopia, com o objetivo de avaliar e verificar as características dos objetos examinados, permitindo a catalogação de informações de inteligência forense e a determinação de autenticidade ou falsificação.	R$ 15.000.000,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
Aquisição de Solução de Backup, contemplando aquisição de hardwares, licenciamento de software, suporte técnico e garantia de 60 meses nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	R$ 13.779.931,54	Aprimoramento da estrutura de TIC.
Aquisição de Lanchas de Patrulha Costeira (LPC) e de Patrulha e Interceptação (LPI) para atender à necessidade do NEPOM/DREX/SR/PF/ES.	R$ 13.140.000,00	Objeto voltado à atividade fim do órgão.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Serviço de manutenção de aeronaves.	R$ 43.829.886,00	Assegurar a aeronavegabilidade, a segurança de voo e a continuidade das operações aéreas da PRF, que são essenciais ao apoio às ações de fiscalização, policiamento ostensivo, operações especiais e transporte de equipes. A ausência ou descontinuidade desses serviços compromete diretamente a capacidade operacional do órgão, além de afrontar normas técnicas e regulatórias da aviação civil, expondo a Administração a riscos operacionais e legais.
Aquisição de Coldres.	R$ 12.951.472,86	Garantir o porte seguro, funcional e padronizado do armamento institucional, contribuindo para a proteção do policial e de terceiros durante o serviço. O uso de equipamentos adequados reduz riscos de acidentes, perdas ou acessos indevidos à arma de fogo, além de assegurar melhores condições ergonômicas e operacionais no exercício das atividades típicas de policiamento ostensivo e repressivo desempenhadas pela PRF.
Serviços de Contratação em Nuvem.	R$ 35.230.829,85	Assegurar a disponibilidade, escalabilidade, segurança da informação e continuidade dos sistemas corporativos da PRF, que suportam atividades críticas de fiscalização, inteligência, gestão administrativa e atendimento ao cidadão.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Aquisição de Veículos.	R$ 19.722.013,52	Execução das atividades finalísticas da PRF, especialmente o policiamento ostensivo em rodovias federais, o atendimento a ocorrências, a fiscalização de trânsito e o apoio a operações integradas. A renovação e ampliação da frota visam mitigar o desgaste natural dos veículos em uso intensivo, reduzir custos de manutenção corretiva, aumentar a disponibilidade operacional e garantir condições adequadas de segurança e eficiência no serviço prestado à sociedade.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Solução de tecnologia da informação e comunicação de provedor de serviços estratégicos de tecnologia da informação.	R$ 92.160.143,85	Efetividade na operacionalização de todos os módulos que compõe o SINESP, em atendimento à Política Nacional de Segurança Pública, objetivando a estruturação e aparelhamentos dos órgãos que integram o Sistema Único de Segurança Pública.
Aquisição de Lancha de Fiscalização Fluvial (LFF) com carreta de transporte rodoviário.	R$ 21.810.945,60	Aparelhamento de órgãos segurança pública mediante entrega de bens e execução de programa de unidade finalística.

Fonte: CGL/MJSP

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Administração e Gerenciamento da Frota Automotiva.	R$ 10.575.795,70	Garantir o deslocamento dos integrantes em operações desenvolvidas em todo o território nacional, mediante uso de veículos, visando cumprir as missões e os programas correlatos a segurança pública.
Contratação de empresa para atuar como Administradora de Benefícios, a fim de disponibilizar Plano de Saúde.	R$ 20.272.452,00	Garantir apoio médico constante e ininterrupto aos agentes de segurança pública da Força Nacional de Segurança Pública, em cumprimento aos normativos pertinentes e ao desígnio das atividades de segurança.
Aquisição de veículos policiais especiais.	R$ 36.606.000,00	Aquisição de materiais destinados a beneficiários de segurança pública para atender Emenda Parlamentar impositiva.
Aquisição de Caminhonete descaracterizada 4x4, cabine dupla, de apoio operacional.	R$ 10.521.100,00	Aquisição de materiais destinados a beneficiários de segurança pública para atender à Emenda Parlamentar impositiva.
Contratação de serviços comuns de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais.	R$ 37.205.615,10	Aquisição de materiais destinados a beneficiários de segurança pública para atender Emenda Parlamentar impositiva.
Aquisição de veículos policiais especiais.	R$ 17.372.000,00	Aparelhamento de órgãos de segurança pública mediante entrega de bens e execução de programa de unidade finalística.

Fonte: CGL/MJSP

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Contratação de serviço para efetivação e gestão de transferências de recursos OGU por meio de Contratos de Repasse para realização de obras e serviços de engenharia.	R$ 20.000.000,00	Viabilizar a contratação e entrega de obras e serviços de engenharia aos órgãos de segurança pública, por meio de contrato repasse junto à Caixa Econômica Federal.
Aquisição de meios de transporte aquáticos: lanchas e motos aquáticas.	R$ 49.500.000,00	Aparelhamento de órgãos de segurança pública mediante entrega de bens e execução de programa de unidade finalística.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Reforço da Segurança Externa Penitenciária Federal em Porto Velho/RO.	R$ 45.032.111,87	Mitigar riscos de fugas, resgates, ataques armados e ações coordenadas de organizações criminosas, garantindo a integridade das instalações, dos servidores públicos e da população do entorno.
Reforço da Segurança Externa, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos, da Penitenciária Federal em Mossoró/RN.	R$ 28.587.383,66	Ampliação e modernização da segurança externa da Penitenciária Federal em Mossoró/RN, unidade que abriga internos de elevada periculosidade e possui histórico de tentativas de ações criminosas externas.

Fonte: CGL/MJSP

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS		
OBJETO RESUMIDO	**VALOR TOTAL (R$)**	**JUSTIFICATIVA DA RELAVÂNCIA**
Contratação integrada de empresa para elaboração dos estudos, projetos básico e executivo de engenharia e execução da obra da Academia Nacional de Polícia Penal (ANPP).	R$ 121.000.000,00	Implantação da Academia Nacional de Polícia Penal (ANPP), estrutura essencial para a formação, capacitação e aperfeiçoamento contínuo dos policiais penais federais
Aquisição de equipamentos táticos de Revista Eletrônica.	R$ 38.500.000,00	Esses equipamentos ampliam a capacidade de detecção de objetos ilícitos, como armas, celulares, drogas e componentes eletrônicos, reduzindo o contato físico direto e aumentando a segurança dos servidores e visitantes. A medida contribui para a modernização tecnológica, a mitigação de riscos operacionais e o fortalecimento das ações preventivas no ambiente prisional.
Aquisição de Caminhonete Cela.	R$ 46.680.000,00	Reforço da frota especializada destinada ao transporte seguro de presos de alta periculosidade, escoltas operacionais e apoio a ações táticas da Polícia Penal Federal.
Contratação de Sistema de Proteção Contra Drones.	R$ 13.935.255,00	A implementação desse sistema visa neutralizar ameaças aéreas, preservar a inviolabilidade do espaço penitenciário e reforçar a segurança institucional, alinhando-se às estratégias modernas de defesa perimetral e proteção de infraestruturas críticas do Estado.

Fonte: CGL/MJSP

GESTÃO DE CONTRATOS

Os dados relativos à gestão de contratos apresentados neste tópico correspondem às informações consolidadas de todos os órgãos e unidades vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, considerando os contratos vigentes ou aqueles que tiveram sua vigência encerrada até 31 de dezembro de 2025.

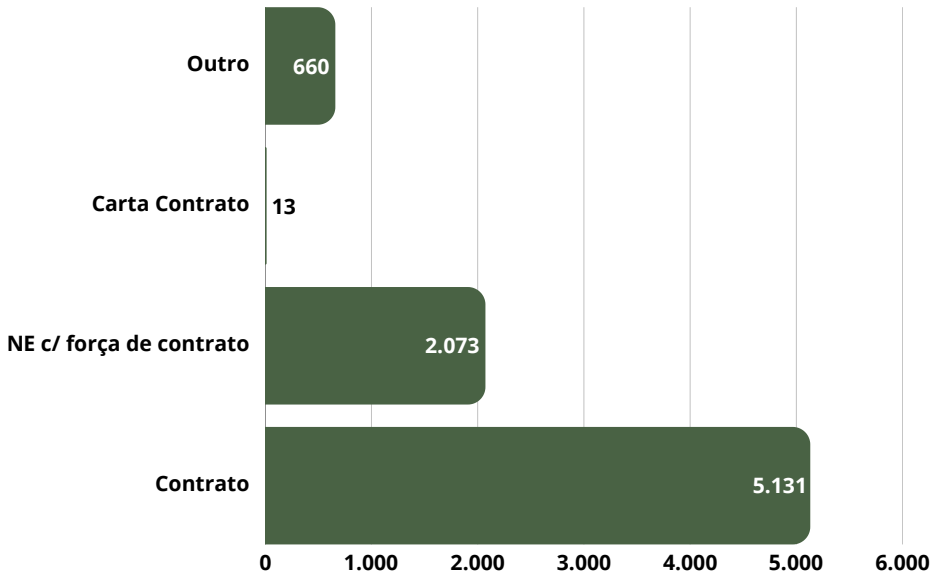
Os indicadores e gráficos disponibilizados possibilitam a análise do universo contratual sob a perspectiva quantitativa e financeira, da natureza dos objetos contratados, dos tipos de instrumentos utilizados e da situação da execução contratual.

Contratos ou outros instrumentos congêneres: **7.877** instrumentos geridos em 2025.

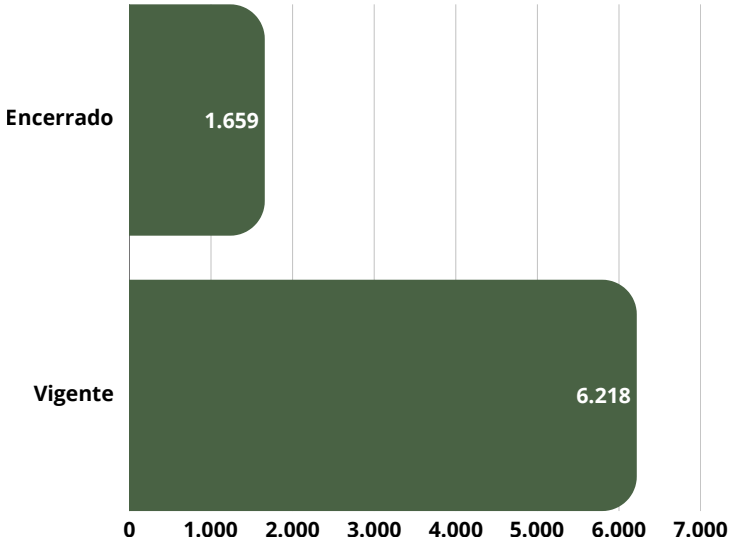
Unidade	Quantidade	Percentual	Valor
SE	261	3%	R$ 497.377.734,21
SENASP	357	5%	R$ 1.364.096.218,13
PRF	3.085	39%	R$ 2.974.495.616,86
PF	3.759	48%	R$ 4.944.509.123,17
SENAPPEN	380	5%	R$ 894.799.051,04
ANPD	35	0%	R$ 38.527.625,35
SAJU	0	0%	-
SENACON	0	0%	-
TOTAL	**7.877**	**100%**	**R$ 10.713.805.368,76**

Fonte: CGL/MJSP

Tipos de instrumentos



Status dos contratos



Gastos por finalidade dos contratos ou instrumentos congêneres

Tecnologia da Informação	Funcionamento Administrativo	Outros (Despesas finalísticas/Imobilizado/Publicidade Institucional)	Total
R$ 1.701.958.067,25	R$ 5.168.673.487,16	R$ 3.843.173.814,35	R$ 10.713.805.368,76
11%	**67%**	**22%**	**100%**

Fonte: CGL/MJSP

Contratos vigentes de maior relevância

SECRETARIA-EXECUTIVA do MJSP			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
009/2025	Subscrição de softwares Microsoft	R$ 15.849.418,72	Manutenção e funcionamento do Órgão.
015/2023	Manutenção predial	R$ 17.790.842,82	Assegurar a preservação de prédio tombado, garantindo a conservação do patrimônio histórico, a integridade das instalações e a continuidade regular das atividades institucionais.

Fonte: CGL/MJSP

SECRETARIA-EXECUTIVA do MJSP			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
039/2024	Brigada de Incêndio	R$ 18.146.846,40	Manutenção e funcionamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
031/2025	Central de TIC	R$ 26.535.846,72	Manutenção e funcionamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
017/2024	Fábrica de Software (itens 1 a 13)	R$ 36.341.005,25	Manutenção e funcionamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
034/2025	Serviços contínuos de limpeza e conservação	R$ 36.780.913,20	Manutenção e funcionamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
015/2024	Apoio administrativo (Recepcionista, Apoio Administrativo Nível I, Almoxarifes, Carregadores e Encarregado)	R$ 38.056.077,30	Manutenção e funcionamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
016/2024	Apoio administrativo (Assistente Administrativo, Secretário Executivo, Secretário Executivo Bilíngue, Técnico em Secretariado e Motoristas Executivos	R$ 44.177.005,80	Manutenção e funcionamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
006/2025	Vigilância armada e desarmada	R$ 53.036.023,20	Manutenção e funcionamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00040/2022	Serviço de emissão, personalização, confecção e entrega de documentos de viagem eletrônicos, conforme especificações da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).	R$ 307.947.351,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00064/2025	Aquisição de veículos policiais reservados (descaracterizados) blindados.	R$ 269.700.000,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00032/2020	Locação do imóvel para abrigar as instalações da sede da Polícia Federal em Brasília.	R$ 142.144.343,40	Locação de imóvel para desempenho das atividades institucionais.
00019/2022	Prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar/odontológico/paramédico aos beneficiários do programa de assistência à saúde dos servidores da Polícia Federal (PF Saúde).	R$ 114.949.796,53	Serviços relacionados ao Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Polícia Federal (PF Saúde).

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00021/2023	Solução de tecnologia da informação para extração, coleta e análise de dados provenientes de dispositivos eletrônicos e plataformas em nuvem, incluindo gestão centralizada das ferramentas e análise de vínculos (36 meses).	R$ 126.612.628,69	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00022/2023	Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para a construção da nova sede da Superintendência da PF em Minas Gerais, SR/PF/MG.	R$ 106.206.021,52	Melhoria da infraestrutura das unidades.
00014/2025	Contratação de empresa de engenharia para execução da obra da construção da sede da superintendência regional da PF em Pernambuco, SR/PF/PE.	R$ 83.317.421,52	Melhoria da infraestrutura das unidades.
00001/2025	Construção do imóvel (instalações) para efetiva ocupação e utilização pela SR/PF em Rondônia.	R$ 80.541.381,60	Melhoria da infraestrutura das unidades.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00024/2024	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software.	R$ 73.672.500,00	Aprimoramento da estrutura de TIC.
00026/2025	Serviços de licenciamento e fornecimento de imagens satelitais diárias de alta resolução e produtos de sensoriamento remoto, com alertas analíticos, detecção de objetos, detecção de mudanças e acesso por plataforma web analítica, com serviços padrão OGC e REST.	R$ 69.596.010,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00014/2024	Execução da obra de construção da nova sede da superintendência regional da Polícia Federal no Piauí.	R$ 66.787.516,32	Melhoria da infraestrutura das unidades.
00018/2020	Serviço de licenciamento e fornecimento de imagens diárias e dados de satélite de alta resolução, planet, com visualização, download e geração de alertas.	R$ 64.649.771,31	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00003/2024	Contratação de empresa para execução de obra da nova sede da SR/PF/SE.	R$ 63.908.046,48	Melhoria da infraestrutura das unidades.
00014/2024	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software.	R$ 59.851.000,00	Aprimoramento da estrutura de TIC.
00008/2024	Aquisição de soluções de armazenamento de dados para instalação em datacenters da PF, incluindo substituição do parque de storages, serviços de implantação, migração de dados, operação assistida e suporte especializado.	R$ 56.040.825,95	Aprimoramento da estrutura de TIC.
00002/2024	Contratação de obra/serviço de engenharia.	R$ 54.708.252,16	Melhoria da infraestrutura das unidades.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00041/2024	Contratação de empresa para locação, sob demanda, de até 26 aeronaves de asa rotativa, com horas de voo, incluindo combustível, logística de abastecimento, manutenção e treinamento.	R$ 46.480.014,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00044/2023	Aquisição de veículos sedans para atender as demandas da PF.	R$ 34.861.668,98	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00003/2024	Contratação de serviços de telecomunicações, de rede IP (*Internet Protocol*) multisserviços, utilizando tecnologia MPLS (*Multi Protocol Label Switching*).	R$ 34.770.974,27	Aprimoramento da estrutura de TIC.
00050/2021	Aquisição de lanchas de patrulha e interceptação para a SR/PF/RJ).	R$ 33.795.755,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00009/2023	Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para a construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã/MS - DPF/PPA/MS.	R$ 30.469.467,60	Melhoria da infraestrutura das unidades.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00014/2025	Contratação de serviços comuns de organização e realização de concurso público para provimento de 1.000 (mil) cargos policiais nos quadros da PF.	R$ 27.994.371,00	Ingresso de novos servidores no órgão.
00021/2021	Suporte TIC.	R$ 27.100.399,80	Aprimoramento da estrutura de TIC.
00008/2024	Contratação de serviço integrado de captação e registro de dados para emissão da CRNM e do DPRNM, incluindo insumos e equipamentos para captura, processamento e produção dos documentos.	R$ 23.732.367,75	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00031/2025	Contratação de serviços de computação em nuvem do provedor Microsoft Azure no modelo nuvem pública, por multicatálogo na modalidade de maior desconto, para atendimento das necessidades da PF.	R$ 22.665.044,88	Aprimoramento da estrutura de TIC. Os serviços consistem no fornecimento de recursos de nuvem.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00018/2023	Aquisição de uma aeronave Cessna Grand Caravan Ex para atender às necessidades da Coordenação do Comando de Aviação Operacional - CAOP/CGAP/DIREX/PF.	R$ 22.300.000,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00001/2022	Aquisição de licenças de softwares, aplicativos e sistemas operacionais para equipamentos, estações de trabalho e servidores da PF, com suporte técnico e atualização de versões por até 36 meses, na modalidade *Enterprise Agreement (EA).*	R$ 22.097.061,58	Aprimoramento da estrutura de TIC.
00003/2020	Contratação de serviço de desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados, remoto e presencial, com uso de metodologias ágeis, incluindo suporte a sistemas de alta criticidade e melhorias de desempenho em relação aos contratos vigentes.	R$ 21.736.650,00	Aprimoramento da estrutura de TIC.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00002/2020	Contratação de serviço envolvendo desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados, de forma remota e presencial, utilizando metodologias ágeis e de acordo com os padrões de desempenho e qualidade correspondentes à especialização exigida para o serviço.	R$ 21.436.500,00	Aprimoramento da estrutura de TIC.
00017/2023	Construção da nova delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC.	R$ 20.824.133,24	Melhoria da infraestrutura das unidades.
00005/2024	Construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Cascavel/PR (DPF/CAC/PR).	R$ 20.662.121,57	Melhoria da infraestrutura das unidades.
00021/2025	Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para a construção do novo prédio do Instituto Nacional De Identificação (INI/DPA/PF).	R$ 20.175.000,00	Melhoria da infraestrutura das unidades.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00013/2022	Locação de imóveis para abrigar as instalações da Superintendência Regional da PF em Minas Gerais.	R$ 19.861.887,36	Locação de imóvel para desempenho das atividades institucionais.
00007/2024	Contratação de serviços de solução Oracle Exadata destinada a conter os bancos de dados Oracle das aplicações mais críticas da PF.	R$ 19.790.329,91	Aprimoramento da estrutura de TIC.
00002/2024	Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para a execução de reforma e ampliação da sede da SR/PF/MS.	R$ 16.865.877,46	Melhoria da infraestrutura das unidades.
00018/2025	Aquisição de munições de diversos calibres para uso operacional e treinamento no interesse das diversas unidades da PF.	R$ 16.474.760,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00013/2025	Contratação de serviços comuns de organização e realização de concurso público para provimento de 192 cargos nos quadros da PF.	R$ 15.980.562,17	Ingresso de novos servidores no órgão.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00009/2024	Contratação de solução de rede sem fio corporativa da PF, incluindo *access points* (APs), controladores WLAN, softwares de monitoramento e gerenciamento e licenças.	R$ 16.162.093,00	Aprimoramento da estrutura de TIC.
00004/2013	Locação de imóvel - DPF/CAS.	R$ 16.154.675,40	Locação de imóvel para desempenho das atividades institucionais.
00015/2024	Contratação de serviços comuns de engenharia para execução da obra de construção da Delegacia de PF em Araguaína/TO.	R$ 14.795.270,92	Melhoria da infraestrutura das unidades.
00057/2022	Aquisição de 25 lanchas de fiscalização fluvial (LFF) com carreta de transporte rodoviário.	R$ 14.450.000,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00010/2020	Locação de salas comerciais, com área privativa total de 2.016,10m².	R$ 14.346.553,20	Locação de imóvel para desempenho das atividades institucionais.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00063/2024	Aquisição de veículos policiais caracterizados, de uso operacional ostensivo, e descaracterizado de apoio operacional e uso reservado.	R$ 14.202.997,81	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00006/2024	Contratação de atualização e expansão de solução tecnológica integrada para busca inteligente em contextos, indexação e ontologias, tratamento e análise de dados com recursos avançados para análise de vínculos, bem como serviço de suporte especializado e customizações sob demanda.	R$ 14.090.817,00	Objeto voltado à atividade-fim do órgão.
00002/2023	Contratação de empresa para fornecimento de serviço técnico especializado – outros serviços de gerenciamento de TIC (apoio às atividades de gestão e governança de dados, envolvendo análise, modelagem, administração de dados e soluções de Big Data).	R$ 14.000.640,00	Aprimoramento da estrutura de TIC.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00024/2024	Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da nova delegacia de PF em Oiapoque/AP (DPF/OPE/AP).	R$ 12.825.000,00	Melhoria da infraestrutura das unidades.
00015/2025	Renovação e expansão das subscrições de soluções de código-fonte aberto da desenvolvedora Red Hat, atualmente em uso na PF, e treinamentos a eles relacionados.	R$ 12.662.641,05	Aprimoramento da estrutura de TIC
00056/2025	Contratação de serviço comum continuado de locação de veículos executivos blindados, camionetas blindadas (SUV), executivos, caminhonetes, van executiva, micro-ônibus, sedans e outros veículos de apoio, em benefício das atividades de segurança de dignitários no âmbito da PF.	R$ 12.182.222,96	Objeto voltado à atividade fim do órgão.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00003/2022	Locação de imóvel em São Luís/MA, para abrigar as instalações da sede da Superintendência Regional da PF no Maranhão (SR/PF/MA).	R$ 11.067.600,00	Locação de imóvel para desempenho das atividades institucionais.
00032/2024	Aquisição de 1 microscópio eletrônico de varredura (MEV) integrado com feixe de íon focalizado (FIB - FOCUSED ION BEAM) e espectrômetro de massa de íons secundários por tempo de voo (TOF SIMS - TIME-OF-FLIGHT SECONDARY ION MASS SPECTROMETRY) e de 1 microscópio eletrônico de transmissão (MET).	R$ 11.066.587,92	Objeto voltado à atividade fim do órgão.
00028/2023	Contratação de empresa para a execução da obra de implantação do pátio multipropósito da Superintendência Regional de PFno Estado do Rio de Janeiro - SR/PF/RJ	R$ 11.065.001,97	Melhoria da infraestrutura das unidades

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
00001/2020	Locação de imóvel para abrigar as instalações da Superintendência Regional de PF no Tocantins.	R$ 10.934.472,00	Locação de imóvel para desempenho das atividades institucionais.
00054/2025	Aquisição de sistema de proteção contra drones (C-UAS: COUNTER UNCREWED AERIAL SYSTEMS).	R$ 10.451.441,25	Objeto voltado à atividade fim do órgão.

Fonte: CGL/MJSP

SENASP			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
94/2022	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de provedor de serviços estratégicos de tecnologia da informação.	R$ 99.393.519,60	Efetividade na operacionalização de todos os módulos que compõe o SINESP, em atendimento à Política Nacional de Segurança Pública, objetivando a estruturação e aparelhamentos dos órgãos que integram o Sistema Único de Segurança Pública.
75/2023	Aquisição de veículos Sedans.	R$ 63.800.000,00	Garantir o deslocamento dos integrantes em operações desenvolvidas em todo o território nacional, mediante uso de veículos, visando cumprir as missões e os programas correlatos a segurança pública.

Fonte: CGL/MJSP

SENASP			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
79/2024	Aquisição de meios de transporte aquáticos, sendo estes lanchas e motos aquáticas.	R$ 49.500.000,00	Garantir o deslocamento dos integrantes em operações desenvolvidas nas regiões que integram a Amazônia legal, visando cumprir as missões e os programas correlatos a segurança pública.
95/2024	Aquisição de Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM)	R$ 95.589.419,52	Aquisição de materiais destinados a beneficiários de segurança pública para atender as demandas da DSUSP.
121/2025	Contratação de serviços continuado de gerenciamento e controle de fornecimento de combustíveis de aviação	R$ 91.474.858,98	Garantir o deslocamento dos integrantes em operações desenvolvidas em todo o território nacional, mediante uso de aeronaves de asas rotativas, visando cumprir as missões e os programas correlatos a segurança pública
174/2025	Aquisição de veículos caracterizados do tipo Auto Bomba Tanque e Salvamento - ABTS tipo 1 e Auto Bomba Tanque e Salvamento - ABTS tipo 2.	R$ 60.999.750,00	Efetividade na implantação do Projeto Manejo Integrado do Fogo, em atendimento à Política Nacional de Segurança Pública, visando à estruturação e ao aparelhamento dos órgãos do Sistema Único de Segurança Pública.

Fonte: CGL/MJSP

SENASP			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
183/2025	Aquisição de veículos policiais especiais.	R$ 47.687.805,00	Garantir o deslocamento dos integrantes em operações desenvolvidas em todo o território nacional, mediante uso de veículos, visando cumprir as missões e os programas correlatos a segurança pública.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
33	Monitoramento faixas OCR	R$ 185.915.280,00	Viabilizar o monitoramento automatizado de faixas e a leitura de placas por tecnologia OCR, ampliando a fiscalização, a identificação de veículos e o apoio à segurança viária, com maior eficiência operacional, redução de abordagens presenciais e fortalecimento da inteligência e do controle do tráfego nas rodovias federais.
52	Obra construção UniPRF Brasília	R$ 47.731.244,88	Estrutura física destinada à formação, capacitação e aperfeiçoamento de policiais rodoviários federais, fortalecendo a capacitação institucional, padronizando processos de ensino e assegurando melhores condições para atividades educacionais estratégicas da PRF.

Fonte: CGL/MJSP

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
12	Suporte logístico de aeronaves.	R$ 43.829.880,00	Garantir a continuidade e a disponibilidade das operações aéreas da PRF, assegurando o fornecimento oportuno de insumos, peças, serviços especializados e apoio técnico. Tal suporte é essencial para manter a prontidão operacional, a segurança de voo e a eficiência das missões aéreas que apoiam ações de fiscalização, policiamento e operações especiais.
22	Cloud Broker Multinuvem	R$ 35.230.830,27	Possibilitar a gestão integrada, segura e eficiente de múltiplos ambientes de computação em nuvem utilizados pela PRF. A solução contribui para a governança de TIC, a otimização de custos, a mitigação de riscos de dependência tecnológica, a continuidade dos serviços digitais e o atendimento às diretrizes de transformação digital e segurança da informação da Administração Pública Federal.

Fonte: CGL/MJSP

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
043/2022	Reforço da Segurança Externa Penitenciária Federal em Porto Velho/RO.	R$ 45.032.111,87	Mitigar riscos de fugas, resgates, ataques armados e ações coordenadas de organizações criminosas, garantindo a integridade das instalações, dos servidores públicos e da população do entorno.
100/2024	Reforço da Segurança Externa, com fornecimento de materiais, mão-de-obra e equipamentos, da Penitenciária Federal em Mossoró/RN.	R$ 28.587.383,66	Ampliação e modernização da segurança externa da Penitenciária Federal em Mossoró/RN, unidade que abriga internos de elevada periculosidade e possui histórico de tentativas de ações criminosas externas.
054/2025	Contratação integrada de empresa para elaboração dos estudos, projetos básico e executivo de engenharia e execução da obra da Academia Nacional de Polícia Penal (ANPP).	R$ 121.000.000,00	Projeto de implantação da Academia Nacional de Polícia Penal (ANPP), estrutura essencial para a formação, capacitação e aperfeiçoamento contínuo dos policiais penais federais.
091/2025	Aquisição de Equipamentos Táticos de Revista Eletrônica.	R$ 38.500.000,00	Os equipamentos ampliam a capacidade de detecção de objetos ilícitos, como armas, celulares, drogas e componentes eletrônicos, reduzindo o contato físico direto e aumentando a segurança dos servidores e visitantes.

Fonte: CGL/MJSP

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS			
Nº da contratação	**Objeto resumido**	**Valor total**	**Justificativa de relevância**
088/2025	Caminhonete Cela	R$ 13.935.255,00	O sistema visa neutralizar ameaças aéreas, preservar a inviolabilidade do espaço penitenciário e reforçar a segurança institucional, alinhando-se às estratégias modernas de defesa perimetral e proteção de infraestruturas críticas do Estado
086/2025	Sistema de Proteção Contra Drones.	R$ 13.935.255,00	O sistema visa neutralizar ameaças aéreas, preservar a inviolabilidade do espaço penitenciário e reforçar a segurança institucional, alinhando-se às estratégias modernas de defesa perimetral e proteção de infraestruturas críticas do Estado.

Fonte: CGL/MJSP

PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

A gestão de licitações e contratos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no exercício de 2025, enfrentou desafios decorrentes da complexidade dos objetos contratados, da diversidade das demandas institucionais e da necessidade contínua de adequação ao arcabouço normativo vigente, em especial à Lei nº 14.133, de 2021.

Entre os principais desafios, destacam-se os relacionados ao planejamento das contratações, especialmente à consolidação e execução do Plano de Contratações Anual (PCA). Observa-se, ainda, a necessidade de aprimorar a elaboração dos artefatos de planejamento pelas unidades demandantes, bem como de estruturar a deflagração dos procedimentos licitatórios prioritários ainda no primeiro semestre do exercício financeiro.

No mais, foram apontados desafios relacionados à redução do tempo médio dos procedimentos licitatórios, à oscilação de preços de mercado, à baixa participação de fornecedores em determinadas contratações e à adequação dos processos às atualizações normativas e sistêmicas. Soma-se isso à necessidade de fortalecimento da articulação entre as áreas requisitantes, técnicas e de licitações, para minimizar retrabalhos, assegurar maior fluidez processual e qualificar a instrução dos processos.

No que se refere às perspectivas para os próximos exercícios, as unidades sinalizaram a expectativa de evolução gradual dos resultados, a partir do fortalecimento dos mecanismos de governança, do aprimoramento dos fluxos internos de planejamento e execução das contratações e da consolidação das práticas previstas na Lei nº 14.133, de 2021. Destacam-se, nesse contexto, ações voltadas ao reforço do planejamento das aquisições, à priorização e hierarquização das demandas ainda no início do exercício, à ampliação do uso de instrumentos que promovam eficiência, como atas de registro de preços e contratações compartilhadas, bem como à integração das demandas institucionais e das emendas parlamentares aos sistemas e instrumentos de planejamento.

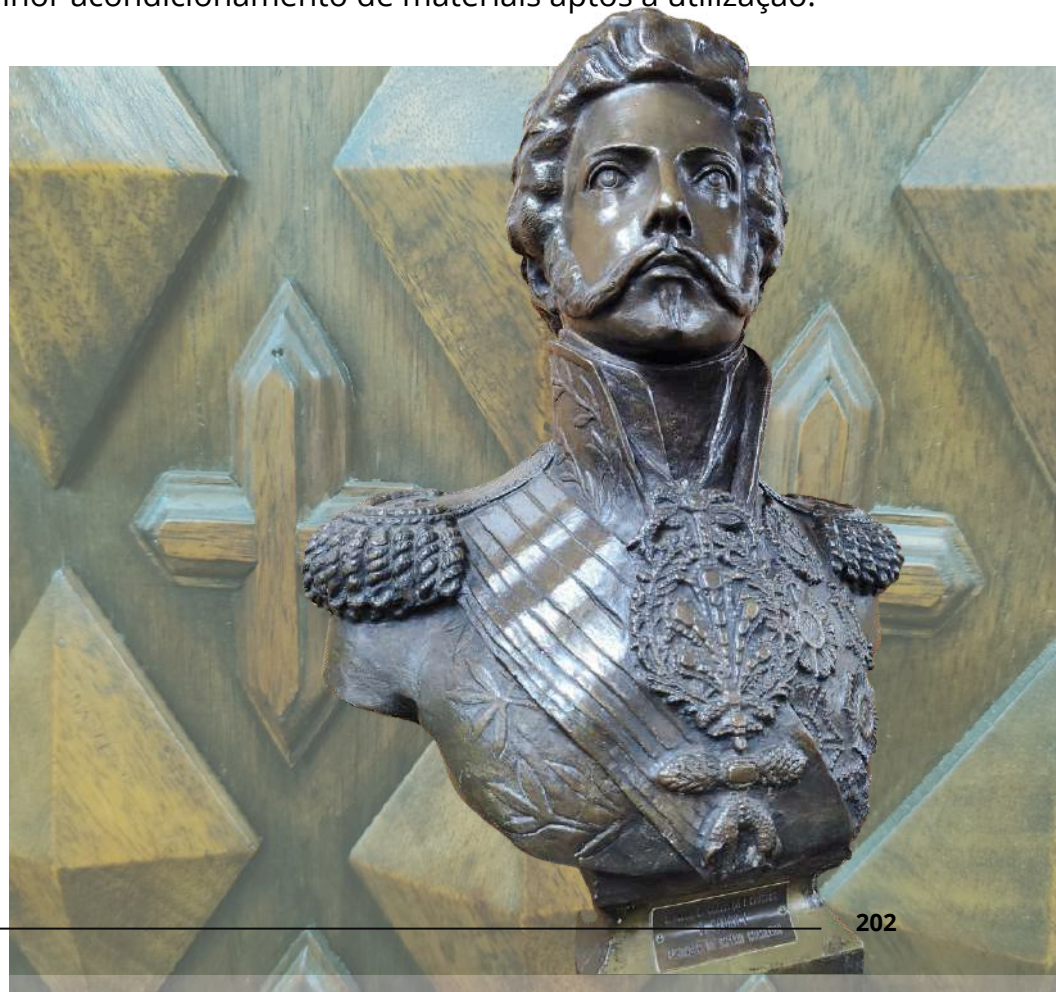
Por fim, vislumbra-se como perspectiva o fortalecimento da gestão de pessoas na área de licitações e contratos, com atenção à necessidade de adequação e ampliação da força de trabalho, especialmente nas etapas de planejamento das contratações e de gestão e fiscalização contratual, consideradas críticas para a eficiência, a regularidade e a sustentabilidade dos processos. Nesse sentido, espera-se a atuação das instâncias de gestão na promoção de condições institucionais que favoreçam a adequada alocação de servidores, a capacitação contínua e a valorização técnica das equipes envolvidas, contribuindo para o aprimoramento contínuo das contratações públicas nos próximos exercícios.

IV - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Preliminarmente, destaca-se que, no âmbito da gestão patrimonial, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), consoante Portaria ME nº 232, de 2 de junho de 2020, adota majoritariamente o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (SIADS) para o controle de bens móveis, a exemplo da Secretaria-Executiva (SE) e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen). A Polícia Federal, por sua vez, utiliza o sistema e-LOG, enquanto a Polícia Rodoviária Federal (PRF) opera o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC).

De modo geral, a pasta manteve, em 2025, os avanços obtidos nos exercícios anteriores no que se refere à gestão e regularização do patrimônio público, ingressando em fases mais refinadas de correção de contas contábeis, especialmente aquelas decorrentes da implantação do SIADS. Após sucessivas reestruturações internas, evidenciam-se os resultados positivos da capacitação das equipes responsáveis pela gestão patrimonial, refletidos na redução de passivos não localizados e na intensificação dos processos de desfazimento, seja por doação, descarte ambientalmente adequado ou alienação de bens inservíveis.

No âmbito da Secretaria-Executiva, o inventário patrimonial de 2025 manteve a tendência de diminuição de bens não localizados. Ademais, houve a informatização integral do sistema de inventário e a digitalização dos fluxos de conferência e registro, assegurando maior agilidade, confiabilidade e rastreabilidade aos detentores de carga. Instituiu-se, ainda, um ciclo trimestral de desfazimento, estabelecendo como piso mínimo a abertura de um processo por trimestre, o que resultou em maior organização dos espaços, redução do armazenamento de bens ociosos e melhor acondicionamento de materiais aptos à utilização.



Destaca-se também a continuidade do Projeto de restauração do Palácio da Justiça e seus anexos, que teve início em agosto de 2024, mas que registrou relevantes entregas no ano de 2025, como a instalação de uma escultura de Burle Marx na fachada sul do jardim do Palácio.

A Senappen implementou, em 2025, diversas iniciativas voltadas à modernização e ao aperfeiçoamento da gestão patrimonial, alinhadas às diretrizes estratégicas da Unidade e orientadas à eficiência administrativa. Dentre as principais ações, destaca-se o desfazimento de bens inservíveis, por meio de doações e descarte ambientalmente responsável e o avanço no desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão Patrimonial (SGP), em fase final de testes, e do Sistema de Gestão de Frota (SGF), já em operação. Essas ferramentas ampliaram a precisão dos controles, garantindo maior agilidade, confiabilidade e transparência aos processos internos.

No que concerne à Polícia Federal, registraram-se avanços expressivos na modernização da infraestrutura física e administrativa, com entregas estruturantes que reforçam a inovação, o fortalecimento da gestão patrimonial e a melhoria contínua da prestação de serviços. As iniciativas executadas encontram consonância direta com as diretrizes estratégicas da instituição, elevando sua capacidade operacional, qualificando ambientes de trabalho e modernizando espaços voltados ao atendimento ao cidadão.

Entre os principais destaques, figuram obras de reforma e revitalização em instalações essenciais, como a reforma do prédio administrativo da Divisão de Gestão de Frota (DIFRO) e a requalificação do estacionamento interno da Superintendência Regional do Acre (SR/AC). Além disso, foram inaugurados ambientes destinados à integração e bem-estar dos servidores, como os Espaços de Convivência na Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação e na Superintendência da Bahia.

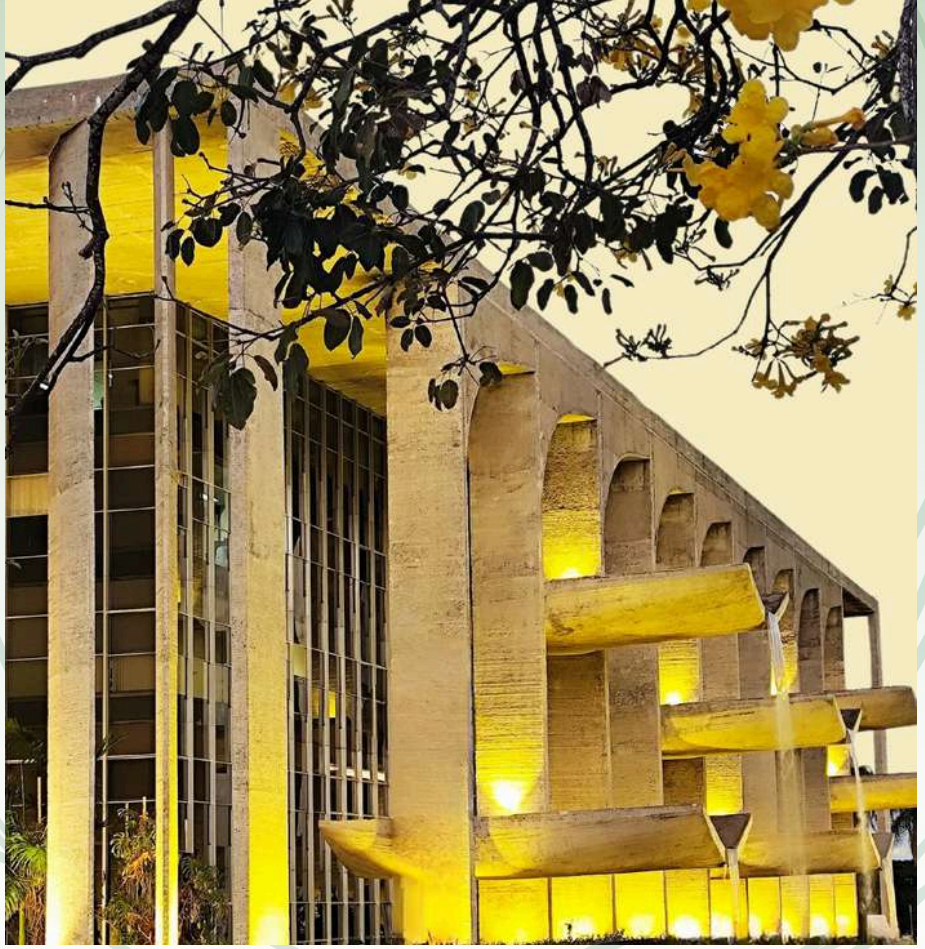
No eixo da inovação, ressalta-se a abertura do Laboratório de Inovação no edifício-sede e a aprovação do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) para o biênio 2026–2027, reforçando o compromisso institucional com a sustentabilidade, a eficiência no uso dos recursos e a responsabilidade socioambiental.

Foram ainda entregues novas unidades e realizadas ampliações estruturais em diversas regiões do país, fortalecendo a presença operacional da instituição. Dentre elas, destacam-se: a criação das Delegacias de Meio Ambiente em Humaitá/AM e Itaituba/PA; a inauguração da Delegacia de Feira de Santana/BA; o novo edifício da Delegacia de Caruaru/PE; a instalação da sede provisória da Superintendência de Sergipe; e a abertura de base da CAOP em Maringá/PR.

No campo do atendimento ao público, ampliou-se significativamente a capilaridade dos serviços, com novas Centrais e Postos em Salvador/BA, Porto Alegre/RS, Franca/SP, Aracaju/SE, Palmas/TO e Araguaína/TO, além de um novo Posto de Emissão de Passaportes em São Paulo/SP, otimizando a experiência do usuário e assegurando maior acessibilidade.

Quanto à infraestrutura especializada, destaca-se a entrega da nova sede do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI Amazônia), a modernização do Posto de Controle Migratório de Manaus/AM e a adequação dos espaços em Belém/PA para a recepção de policiais federais durante a COP30. Adicionalmente, foram inauguradas bases de apoio à Polícia Marítima no Espírito Santo e em Sergipe, bem como promovidas melhorias estruturais no Centro de Treinamento Tático da Superintendência do Rio de Janeiro e na Superintendência do Amazonas.

Esse conjunto de iniciativas, somado à redefinição dos layouts das diretorias do edifício-sede, consolida um ambiente organizacional moderno, funcional e aderente às melhores práticas de gestão pública. Os resultados alcançados evidenciam o compromisso institucional com a inovação, a eficiência administrativa e a correta gestão do patrimônio público, contribuindo para o fortalecimento da capacidade operacional e para a construção de uma administração mais integrada, sustentável e orientada ao futuro.



A Polícia Rodoviária Federal promoveu importantes entregas voltadas ao fortalecimento da presença institucional no território nacional, com a criação ou modernização de delegacias, sedes regionais e bases especializadas. Entre as iniciativas, destacam-se melhorias em delegacias de Dourados/MS; Campos dos Goytacazes e Niterói/RJ; Garanhuns e Petrolina/PE; Anápolis/GO; Parnaíba/PI; Barra do Garça e Primavera do Leste/MT; Centro de Treinamento no Rio de Janeiro e em Uberlândia/MG, além da inauguração da Sede Regional do Amapá.

QUANTIDADE E O VALOR DE BENS ATIVOS (MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS)

No âmbito da gestão patrimonial, o MJSP administra bens no valor aproximado de **R$ 12.807.066.138,98 (doze bilhões, oitocentos e sete milhões, sessenta e seis mil, cento e trinta e oito reais e noventa e oito centavos)**, distribuídos conforme apresentado na tabela a seguir:

Unidade	Classificação	Quantidade	Valor
SE	Móveis	54.537	R$ 132.499.933,28
	Imóveis	4	R$ 206.786.500,44
	Intangíveis	10	R$ 55.768.610,19
	SUBTOTAL	**54.551**	**R$ 395.055.043,91**
SENASP	Móveis	19.359	R$ 241.209.965,39
	Imóveis	0	R$ 0,00
	Intangíveis	3	R$ 5.427.771,10
	SUBTOTAL	**19.362**	**R$ 246.637.736,49**
ANPD	Móveis	1.638	R$ 2.337.643,43
	Imóveis	0	R$ 0,00
	Intangíveis	1	R$ 7.380,00
	SUBTOTAL	**1.639**	**R$ 2.345.023,43**
SENAPPEN	Móveis	42.332	R$ 198.407.377,06
	Imóveis	8	R$ 1.557.672.987,49
	Intangíveis	61	R$ 1.519.922,00
	SUBTOTAL	**42.340**	**R$ 1.757.600.286,55**
PRF	Móveis	298.460	R$ 1.922.648.627,78
	Imóveis	660	R$ 3.641.936.714,51
	Intangíveis	1.465	R$ 2.323.318,25
	SUBTOTAL	**300.585**	**R$ 5.566.908.660,54**
PF	Móveis	48.156	R$ 235.020.133,67
	Imóveis	260	R$ 2.992.960.225,94
	Intangíveis	502.846	R$ 1.610.539.028,45
	SUBTOTAL	**551.262**	**R$ 4.838.519.388,06**
Total MJSP		**969.739**	**R$ 12.807.066.138,98**

Fonte: CGDS/SAA/SE

DESFAZIMENTO DE BENS

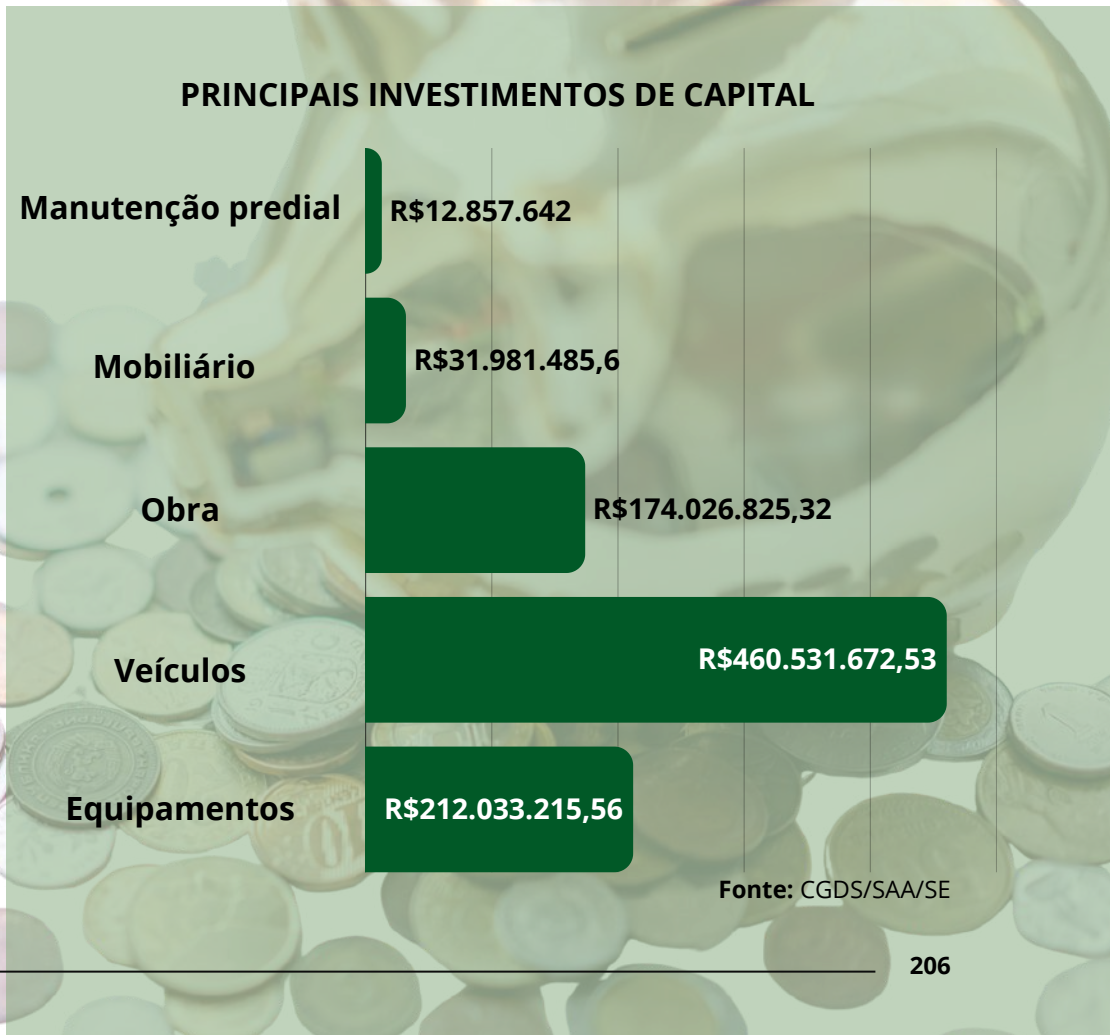
A Administração Pública Federal (APF) realiza a aquisição de bens com a finalidade de assegurar a prestação de serviços e o alcance das metas decorrentes das demandas de interesse público. Entretanto, fatores como obsolescência, ociosidade ou perda irreversível de capacidade de uso podem fazer com que determinados bens deixem de representar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para o órgão. Diante disso, e em observância aos princípios da legalidade e da economicidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como às disposições do Decreto nº 12.785, de 19 de dezembro de 2025, a APF adota medidas como reutilização, movimentação, alienação e demais formas de desfazimento desses materiais. Tais providências impactam diretamente as demonstrações contábeis, especialmente o balanço patrimonial da instituição.

Unidade	Quantidade	Valor
SE	4.614	R$ 8.289.729,49
SENASP	176.138	R$ 9.395.807,65
ANPD	0	R$ 0,00
SENAPPEN	829	R$ 2.007.636,80
PRF	33.861	R$ 285.693.158,48
PF	42.320	R$ 83.953.456,97
Total	**257.962**	**R$ 389.339.789,39**

Fonte: CGDS/SAA/SE

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Em 2025, os investimentos mais relevantes de capital realizados pelas unidades administrativas foram de R$ 891.430.841,01 (oitocentos e noventa e um milhões, quatrocentos e trinta mil, oitocentos e quarenta e um mil reais e um centavo), sendo distribuídos entre os seguintes tipos de despesas:



Fonte: CGDS/SAA/SE

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Em 2025, o custo de locações foi de **R$ 119.169.140,52** (cento e dezenove milhões, cento e sessenta e nove mil, cento e quarenta reais e cinquenta e dois centavos), com imóveis alugados para o desenvolvimento das atribuições institucionais da Pasta, sendo:

- R$ 1.668.000,00 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil reais) por parte da **Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).**
- R$ 6.271.378,66 (seis milhões, duzentos e setenta e um mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos) por parte da **Secretaria Nacional de Política Penais (SENAPPEN).**
- R$ 12.816.443,34 (doze milhões, oitocentos e dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos) por parte da **Polícia Rodoviária Federal (PRF).**
- R$ 98.413.318,52 (noventa e oito milhões, quatrocentos e treze mil, trezentos e dezoito mil e cinquenta e dois centavos) por parte da **Polícia Federal (PF).**

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública enfrenta desafios relevantes na área de gestão patrimonial, especialmente no que se refere à regularização de registros, harmonização entre sistemas e atualização das bases de dados físicas e contábeis.

Paralelamente, o crescimento das demandas institucionais, a ampliação de equipes e a ocupação total dos espaços disponíveis reforçam a necessidade de planejamento para expansão e adequação da infraestrutura, de modo a garantir condições adequadas de trabalho e funcionamento. Nesse cenário, torna-se imprescindível adotar mecanismos de controle mais robustos, padronizar procedimentos e promover maior integração entre setores, fortalecendo a governança patrimonial e ampliando a eficiência administrativa.

Diante das limitações orçamentárias e do envelhecimento de parte das edificações, o Ministério também avança na implementação de modelos de gestão preventiva e preditiva, com priorização baseada em risco e criticidade. A estratégia contempla a digitalização e integração dos processos, o saneamento do acervo patrimonial e a incorporação gradual de tecnologias de apoio à decisão, incluindo soluções tecnológicas e de inteligência artificial para otimizar recursos, qualificar o planejamento e garantir aderência às normas vigentes.



De forma integrada, essas iniciativas demonstram o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública em modernizar sua estrutura patrimonial, elevar a transparência, aprimorar controles e promover uma administração pública mais eficiente, segura e alinhada às diretrizes estratégicas da instituição.

A Agência Nacional de Proteção de Dados está em fase de expansão de seu quadro de pessoal, com a autorização para contratação de até 213 servidores por meio de processo seletivo simplificado, a serem incorporados gradualmente até 2027, além de 37 processos de requisição de servidores e empregados públicos, o que reforça a necessidade de estrutura mínima para recepção e acomodação desses agentes. Dessa forma, o desafio também é dispor de condições adequadas para instalação e funcionamento das equipes.

Em relação à infraestrutura, a Polícia Federal destaca as principais ações futuras:

- Construção de novas Sedes: Instituto Nacional de identificação (INI); Superintendência Regional da PF em Teresina/PI; Superintendência Regional da PF em Recife/PE; Superintendência da PF em São Luis/MA; NEPOM Paranaguá/PR; NEPOM Rio Grande/RS; NEPOM Guaíra/PR;
- Construção de novas Delegacias da PF nas seguintes cidades: Santos/SP; Juiz de Fora/MG; Rondonópolis/MT; Sinop/MT; Caruarú/PE; Caxias do Sul/RS e Campos dos Goytacazes/RJ;
- Construção da nova Unidade de Atenção à Saúde do Servidor;
- Ampliação da Superintendência Regional da PF em Brasília/DF;
- Elaboração de Projetos para construção: Centro de treinamento da Superintendência Regional da PF em Macapá/AP; Centro de treinamento da Superintendência Regional da PF em Campo Grande/MS; Nova Delegacia de Ilhéus/BA; Base FICCO de Juiz de Fora/MG; Guarita principal da Superintendência Regional da PF no Distrito Federal; e
- Elaboração de Projetos para reforma: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Revisão de layout do 3º, 4º e 5º pavimento e térreo do Bloco C do Edifício Sede; Retrofit da fachada da Superintendência Regional da PF em Campo Grande/MS; Modernização da fachada da Superintendência Regional da PF em Fortaleza/CE.

Além disso, a Polícia Federal tem como desafios a modernização e normatização do Sistema de Gestão Patrimonial e na implementação de ações relativas ao Plano Diretor de Logística Sustentável.

PRESERVAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE

Em 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública deu continuidade ao Projeto de restauração do Palácio da Justiça e anexos, lançado em agosto de 2024. Entre as ações realizadas destacam-se:

- A Finalização dos projetos para o restauro dos Jardins de Burle Marx, feitos pelo arquiteto paisagista José Tabacow, coautor do projeto original juntamente com Burle Marx e Haruoshi Ono. Os projetos foram aprovados integralmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC) do Governo do Distrito Federal, órgãos responsáveis pelo Patrimônio Cultural em âmbito nacional e distrital, respectivamente. No momento, o MJSP está organizando e construindo os instrumentos para contratação da empresa para execução dos restauros;
- Em 7 de agosto de 2025, aconteceu no Salão Negro do Palácio da Justiça, cerimônia alusiva à inauguração da instalação de uma escultura de Burle Marx na fachada sul do jardim do Palácio. A escultura “em processo” foi incorporada ao projeto de restauro desenvolvido por Tabacow e é um marco na história do Palácio. O evento realizado também contou com uma exposição alusiva ao processo de seleção, transporte e instalação da escultura;
- Atividades de manutenção estrutural e arquitetônica, como o reparo dos brises dos jardins de inverno, manutenção e seccionamento do espelho d’água dos jardins, estudos técnicos para padronização da manutenção dos banheiros e para as adaptações de acessibilidade, entre outras atividades que têm buscado as melhores soluções técnica e estética, contando com o acompanhamento paulatino do IPHAN e da SECEC;
- Instrução para futura formalização de um Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal de Brasília (IFB), campus Samambaia, para o restauro do mobiliário histórico e assinado do MJSP, constituindo ação de extensão educativa para o IFB e preservação/restauro para o MJSP;



- Reestruturação da visita guiada ao Palácio da Justiça, promovendo a capacitação dos funcionários responsáveis pela realização da visita, estabelecimento de horários fixos de visitação, reformulação do roteiro do passeio e inclusão do tema de Educação Patrimonial na atividade desenvolvida;

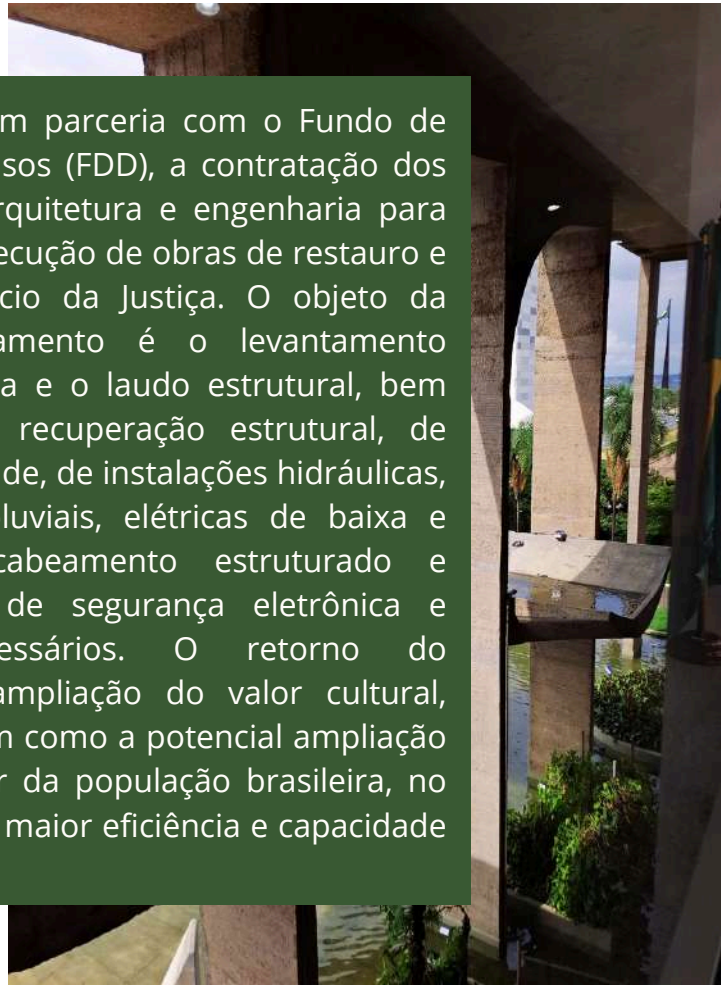
- Parceria com os Correios para disponibilização de caixa de coleta e envio de cartões-postais com imagens históricas do Palácio da Justiça, configurando-se uma ação de educação patrimonial e difusão cultural;

- Instalação do sistema Tainacan para gestão museal do acervo do MJSP, com a criação dos metadados descritivos e a captura fotográfica (parcial) do mobiliário histórico;

- Recepção de obras de arte doadas ao MJSP por intermediação da Comissão Curatorial;

- Pesquisa bibliográfica sobre o Palácio da Justiça e seus anexos a fim de subsidiar contratações e ações necessárias à manutenção da edificação.

Está em andamento, em parceria com o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), a contratação dos projetos técnicos de arquitetura e engenharia para futura contratação e execução de obras de restauro e modernização do Palácio da Justiça. O objeto da contratação em andamento é o levantamento cadastral da arquitetura e o laudo estrutural, bem como os projetos de recuperação estrutural, de restauro, de acessibilidade, de instalações hidráulicas, sanitárias, de águas pluviais, elétricas de baixa e média tensão, de cabeamento estruturado e automação, de rede de segurança eletrônica e complementares necessários. O retorno do investimento será a ampliação do valor cultural, histórico e artístico, bem como a potencial ampliação do sentimento de valor da população brasileira, no sentido amplo, além de maior eficiência e capacidade produtiva do MJSP.



As ações apontadas representam o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública com a coisa pública, com o patrimônio cultural e com a sociedade brasileira, e demonstram um longo e contínuo caminho para a preservação patrimonial e memória institucional.

Nessa seara, destaca-se a Comissão Consultiva de Curadoria, instituída em 2024, para orientar o processo de recuperação, restauro e modernização do patrimônio do Palácio da Justiça.

Uma das prioridades estabelecidas pela Comissão foi a retomada dos desenhos iniciais de Brasília, reforçando o diálogo com o Palácio do Itamaraty. Nesse sentido, foram elaborados estudos acerca das escolhas feitas por Oscar Niemeyer para os demais palácios, ratificando-se a proposta de instalação de uma obra de Burle Marx.

Reconhecido como um dos paisagistas mais importantes do mundo, Burle Marx era pintor, gravurista, escultor e designer, e ao longo de sua carreira criou obras que valorizam a flora nativa brasileira, se consolidando como pioneiro, ainda nos anos 1970, na defesa da biodiversidade e na denúncia de crimes ambientais.



A escultura escolhida localizava-se no Sítio Roberto Burle Marx, no Rio de Janeiro. A área abriga uma das mais expressivas coleções de plantas tropicais e semitropicais, sendo reconhecida como Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).



A obra foi esculpida em granito branco, em meados da década de 1980, no Ceará. Sua estrutura conversa diretamente com as formas do Palácio da Justiça, com estrias e ranhuras que remetem aos brise-soleils das fachadas laterais do edifício.

Em 21 de junho de 2025, a escultura chegou a Brasília, a partir de um processo de cessão sob forma de comodato, ou seja, ela permanece como propriedade do Sítio Roberto Burle Marx, mas fica sob responsabilidade do Ministério de Justiça e Segurança Pública. Sua localização foi demarcada pelo paisagista José Tabacow, coautor do projeto original do espaço, que estabeleceu sua posição entre a segunda e a terceira queda d'água, preservando a harmonia visual e o respeito à concepção paisagista.

V - GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

O Ministério da Justiça e Segurança Pública observa as diretrizes da Constituição Federal e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, bem como o conjunto de regras e normativos estabelecidos ou referendados pelo Governo Federal. Nesse sentido, as áreas de gestão de pessoas do MJSP acompanham a legislação publicada, bem como as orientações expedidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC).

Os atos e procedimentos são registrados nos sistemas estruturantes e corporativos do Governo Federal, como: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), Sistema de Gestão de Pessoas (SIGEPE) e Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

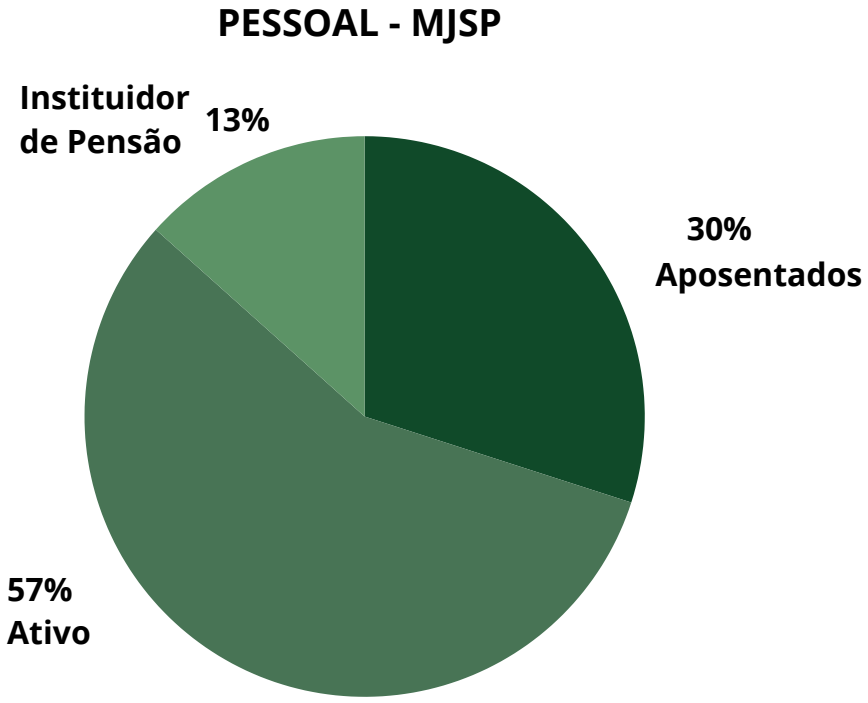
AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do Ministério da Justiça e Segurança Pública é constituída por servidores em exercício nos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e nos órgãos singulares específicos, a saber: Assessoria Especial de Controle Interno (Aeci); Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (Asint); Assessoria de Participação Social e Diversidade (Aspad); Corregedoria-Geral (Coger); Ouvidoria-Geral (OUV); Gabinete do Ministro (GM); Secretaria-Executiva (SE); Consultoria Jurídica (Conjur); Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon); Secretaria Nacional de Polícias sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad); Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp); Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL); Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (Saju); Secretaria Nacional de Direitos Digitais (Sedigi); Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen); Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Em razão da necessidade de imprimir celeridade nas atividades administrativas, a Secretaria Nacional de Políticas Penais, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal receberam delegação de competências para execução das atividades de gestão de pessoas, dentre outras temáticas. Já as demais unidades deste Ministério são gerenciadas

pela Secretaria-Executiva. Assim, o Ministério conta com 4 Unidades de Gestão de Pessoas, sendo a unidade setorial do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) vinculada à SE.

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP, o Ministério da Justiça e Segurança Pública administra 52.908 pessoas, distribuídas da seguinte forma:



Fonte: PEP (dezembro/2025)

Com relação ao Pessoal Ativo, ou seja, servidores e empregados públicos em atividade, o MJSP conta com um total de 29.972 pessoas distribuídas da seguinte forma:

ETNIAS	
AMARELA	1,54%
BRANCA	55,64%
INDÍGENA	0,16%
PARDA	36,76%
PRETA	5,57%
NÃO INFORMADO	0,33%

Fonte: PEP (dezembro/2025)

A distribuição do Pessoal Ativo do MJSP, por situação funcional, conforme os dados extraídos do PEP:

SITUAÇÃO FUNCIONAL	
Ativo Permanente	28.539
Cedido/ Requisitado para o MJSP	392
Ativo em outro órgão	364
Exercício (§ 7º do art. 93 da Lei nº 8.112/1993	325
Sem vínculo	211
Contrato Temporário	112
Exercício Descentralizado - Contrato Temporário	26
Excedente a Lotação	2
Natureza Especial	1
Total	**29.971**

Fonte: PEP (dezembro/2025)

ENVELHECIMENTO DO QUADRO DE PESSOAL ATIVOS DO MJSP

Segue a distribuição, por faixa etária, do quadro de servidores em atividade. O quadro de servidores ativos apresenta índice preocupante, uma vez que 27,99% dos profissionais, ou seja, 8.388 servidores estão com idade acima de 50 anos. Destaca-se, ainda, no que tange especificamente à gestão de pessoal da PF e PRF, que seus quadros são compostos em sua maioria por policiais, que têm regra de aposentadoria especial, sendo um dos requisitos ter idade igual ou superior a 53 anos.

IDADE DOS SERVIDORES ATIVOS		
IDADE	**QUANTITATIVO**	**%**
Até 30	1.696	5,66%
31 a 40	8.276	27,61%
41 a 50	11.612	38,74%
51 a 60	6.548	21,85%
Acima 60+	1.840	6,14%

Fonte: PEP (dezembro/2025)

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO DO MJSP

O quadro de pessoal efetivo do MJSP, em razão de seu papel institucional, é formado por 5 (cinco) Carreiras, voltadas para as áreas finalísticas da organização, e 3 (três) Planos para as atividades administrativas e de suporte:

- Carreira da Polícia Penal Federal;
- Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal;
- Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal;
- Carreira Policial Federal;
- Carreira de Policial Rodoviário Federal;
- Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE);
- Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (PECPF);
- Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal (PECPRF).

Registre-se, ainda, que os cargos efetivos, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista e Estatístico, integrantes do PGPE, do PECPF e do PECPRF, têm estrutura remuneratória especial, instituída pela Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

No ano de 2025, por força do art. 214 da Lei nº 15.141, de 02 de junho de 2025, a partir de 1º de agosto de 2025, foi realizada a centralização dos cargos efetivos de Analista Técnico-Administrativo, Administrador, Contador e Técnico de Nível Superior dos Planos PGPE, PECPF e PECPRF, para o quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Os 28.905 servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do órgão estão distribuídos da seguinte forma:

CARREIRA/PLANO DE CARGOS	SERVIDORES
Carreira Polícia Rodoviária Federal	12.643
Carreira Polícia Federal	12.310
Carreira Polícia Penal Federal	1.554
Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal	75
Carreira de técnico Federal de Apoio à Execução Penal	31
Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (PECPF)	1.752
Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal (PECPRF)	348
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo Federal (PGPE)	153
Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos (ERCE)	36
Outros - Planos de Cargos anterior aos PGPE (Remanescentes)	3
Total	**28.905**

Fonte: PEP (dezembro/2025)

O quadro de servidores efetivos do MJSP vinha sendo reduzido a cada ano, principalmente em razão de aposentadorias. No entanto, nos últimos quatro anos – 2022/2025, houve autorizações para provimento de cargos das carreiras da PF, PRF e Senappen, contribuindo para o aumento do efetivo policial, mas insuficiente para atender às expoentes demandas.

Em relação aos cargos do PGPE houve autorização para o provimento originário de 100 cargos de Analista Técnico-Administrativo, nos termos da Portaria MGI nº 3.114, de 25 de abril de 2025. Após a vigência das Leis nºs 14.875, de 31 de maio de 2024 e 15.141, de 2 de junho de 2025, os cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais e de Analista Técnico-Administrativo passaram a ser providos no Quadro de Pessoal do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI, com exercício descentralizado para esta Pasta.

Já para os cargos do PECPF houve autorização do provimento de 192 cargos, sendo 92 de nível superior e 100 de nível médio, nos termos da Portaria MGI nº 11.342, de 19 de dezembro de 2025. De igual modo, por conta da Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025, os cargos de Administrador e Contador passaram a ser providos no Quadro de Pessoal do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com exercício descentralizado para a Polícia Federal.

Em relação ao PECPRF não houve autorização para realização de concurso público.

PREVISÃO DE APOSENTADORIAS

O quadro de pessoal efetivo do MJSP é composto por servidores públicos federais, cujas regras observam o disposto nas Emendas Constitucionais - EC nº 20, de 98, EC nº 41, de 2003 e EC nº 103, de 2019, as quais estabelecem o tempo mínimo de contribuição, idade mínima ou condições especiais para aposentadoria dos servidores públicos.

De acordo com o Painel Estatístico de Pessoal (PEP), verifica-se que, até dezembro de 2025, 3.202 servidores encontravam-se percebendo abono de permanência, ou seja, já cumpriram os requisitos para algum tipo de aposentadoria.

Até o final do ano de 2026, a previsão é de que mais 1.364 servidores completem os requisitos para aposentadoria, totalizando 4.566 possíveis aposentadorias no exercício de 2026. Embora a possibilidade de essas aposentadorias acontecerem na totalidade seja reduzida, cada vez que um servidor se aposenta, agrava mais a situação do déficit de pessoal, uma vez que não há a reposição de imediato.

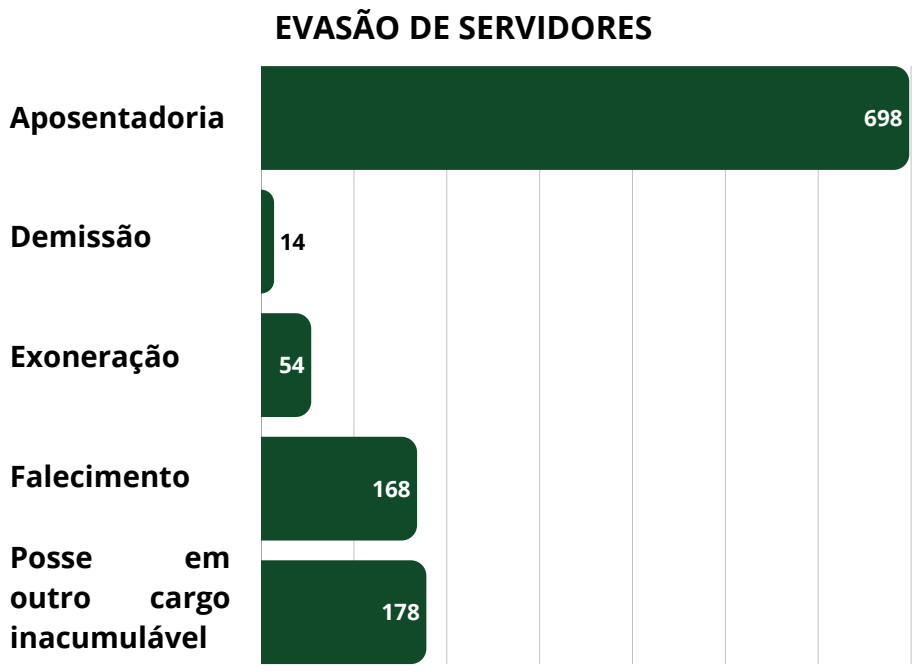
Para evidenciar a situação da projeção de aposentadorias para os próximos exercícios, há previsão de que 5.403 servidores do MJSP se aposentem até o final do ano de 2029, uma vez que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos necessários para isso.

APOSENTADORIAS - PREVISÃO (2026 A 2029)					
ANO	2026	2027	2028	2029	**TOTAL**
TOTAL	4.566	153	337	347	**5.403**

Fonte: PEP (dezembro/2025)

EVASÃO DE SERVIDORES

A evasão de servidores efetivos do MJSP ocorre, principalmente, em função de aposentadorias, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Fonte: PEP (dezembro/2025)

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

O provimento de cargos efetivos é feito por meio de concurso público, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. No ano de 2025, as respectivas unidades de gestão de pessoas da SE e da PRF instruíram processos individualizados, solicitando autorização para realização de concurso público.

PEDIDOS DE CONCURSO PÚBLICO - 2025			
CARREIRA/PLANO	**ÓRGÃO**	**SITUAÇÃO**	**QUANTITATIVO DE CARGOS**
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) - Nível Superior	MJSP	Em análise no MGI	56
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) - Cargos da Área da Saúde	MJSP	Em análise no MGI	12
Carreira Policial Rodoviário Federal	PRF	Em análise no MGI	263
Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal	PRF	Em análise no MGI	248
TOTAL			**579**

Fonte: PEP (dezembro/2025)

RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

No ano de 2025, com referência aos cargos policiais, a PRF obteve a autorização do MGI para nomear mais 321 cargos de Policial Rodoviário Federal, referente ao concurso público autorizado pela Portaria SEDGG/ME nº 25.412, de 23 de dezembro de 2020, por meio do Decreto nº 12.765, de 28 de novembro de 2025. Assim, a PRF teve autorização para convocar um total de 794 cargos, sendo 473 em 2024 e 321 em 2025.

Já com relação aos cargos administrativos, a PF obteve a autorização para o provimento de 192 cargos do Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal, conforme Portaria MGI nº 9.363, de 5 de dezembro de 2024.

PEDIDOS DE CONCURSO PÚBLICO - 2025			
CARREIRA/PLANO	**ÓRGÃO**	**AUTORIZAÇÃO**	**QUANTITATIVO DE CARGOS**
Carreira Policial Rodoviário Federal	PRF	Decreto nº 12.765, de 2025	321
Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal	PRF	Portaria MGI nº 9.363, de 2024	192
TOTAL			513

Fonte: PEP (dezembro/2025)

SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE PESSOAS

Outros processos de recrutamento e seleção são realizados com frequência, no âmbito interno e externo ao Ministério, com oportunidades para servidores efetivos para fins de movimentação para compor força de trabalho, remoção, percepção de gratificações e funções, respeitando os normativos aplicáveis e utilizando editais e canais institucionais de comunicação.

No ano de 2025, o Núcleo Central do MSJP realizou 66 processos para diversos postos de trabalho, com base na metodologia “Competências”, por meio de perfis técnicos, comportamentais e gerenciais para os postos de trabalho ofertados, com 56% de êxito.

PROCESSO SELETIVOS - CONTRATOS TEMPORÁRIOS

CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS VIGENTES - 2025
• Contratação de até 130 profissionais temporários de obras e serviços de engenharia destinados à construção, reforma, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais da Senappen. A referida contratação foi autorizada nos termos da Portaria Conjunta MGI/MJSP nº 62, de 18 de dezembro de 2023; e a contratação e o exercício desses profissionais foram deliberadas no ano de 2025.

• Contratação de até 76 profissionais temporários para implementação de novas políticas públicas voltadas às atividades-meio, atividades finalísticas e ao desenvolvimento de ações que promovam o crescimento, aparelhamento e aperfeiçoamento do sistema prisional brasileiro. A referida contratação foi autorizada pela Portaria Conjunta MGI/MJSP nº 20, de 11 de abril de 2024 e a contratação e o exercício desses profissionais foi deliberada no ano de 2025.
• Contratação de até 66 profissionais temporários para o desenvolvimento de atividades inerentes à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad. A referida contratação foi autorizada pela Portaria Interministerial ME/MJSP nº 4.386, de 16 de abril de 2021.
• Contratação de até 35 profissionais temporários para o desenvolvimento de atividades inerentes ao Projeto SINESP Big Data e Inteligência Artificial. A referida contratação foi autorizada pela Portaria ME/MJSP nº 7.937, de 29 de outubro de 2019.

Fonte: PEP (dezembro/2025)

Em razão das autorizações vigentes de contratação temporária, em dezembro de 2025, o MJSP contava com 112 profissionais temporários para atender às demandas da SE, SENAD e SENAPPEN.

Ademais, registra-se que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em dezembro/2025, contava com 26 profissionais temporários, contratados pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, para atuar nos Projetos de Transformação Digital "Hermes - Inteligência Artificial para Atendimento de Chamados de Emergência" e "Celular Seguro", "ABIS - Base Biométrica da Polícia Federal", "Inteligeo 5.0" e "SigaCrim".

LIBERAÇÃO DE SERVIDORES PARA OUTROS ÓRGÃOS (CESSÃO/REQUISIÇÃO

No âmbito do MJSP, há 364 servidores cedidos/requisitados para outros órgãos da Administração Pública (situação funcional "ativo em outros órgãos"), sendo alguns por requisição, casos que prescindem da concordância do órgão de origem. Desse total, 302 (74,44%) são para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o restante distribui-se entre os demais Poderes da União e entes subnacionais.

LIBERAÇÃO DE SERVIDORES		
ÓRGÃO	**TOTAL**	**%**
Presidência da República (requisição)	35	9,62
Câmera dos Deputados	13	3,57
Fundação Nacional dos Povos Indígenas (requisição)	13	3,57

Governo do Estado da Bahia	13	3,57
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	13	3,57
Conselho de Controle de Atividades Financeiras (requisição)	11	3,02
Governo do Estado do Rio de Janeiro	9	2,47
Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	8	2,20
Superior Tribunal de Justiça	8	2,20
Controladoria-Geral da União (requisição)	7	1,92
Advocacia-Geral da União (requisição)	6	1,65
Governo do Distrito Federal	5	1,37
Governo do Estado de Goiás	5	1,37
Governo do Estado do Espírito Santo	5	1,37
Ministério da Fazenda	5	1,37
Tribunal Regional Eleitoral - DF (requisição)	5	1,37
Outros	203	55,79
TOTAL	**364**	**100**

Fonte: PEP (dezembro/2025)

DETALAHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP, de acordo com a situação funcional do vínculo, as despesas de pessoal do MJSP do exercício de 2025 totalizaram o montante superior a R$ 12 bilhões:

SITUAÇÃO FUNCIONAL	DESPESAS DETALHADAS	%
Ativo	R$ 7.994.013.776,94	62
Aposentado	R$ 3.599.308.586,28	28
Instuidor de Pensão (Benefícios)	R$ 1.249.859.282,19	10
Total Geral	**RS 12.843.181.645,41**	**100**

Fonte: PEP (dezembro/2025)

Observado o detalhamento com o pessoal por elemento de despesa, temos:

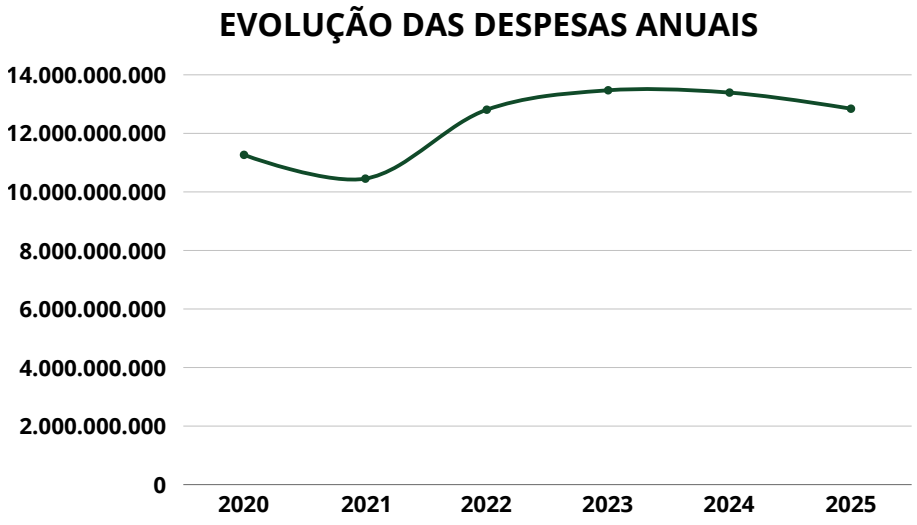
Elementos de Despesa	Despesa anual
Vencimentos e Vantagens Fixas	RS 6.458.701.689,20
Aposentadorias	R$ 3.593.889.756,30
Obrigações Patronais	R$ 1.421.584.509,86
Pensões	R$ 1.245.818.175,11
Contribuições de Entidades Fechadas de Previdência	R$ 57.421.947,01

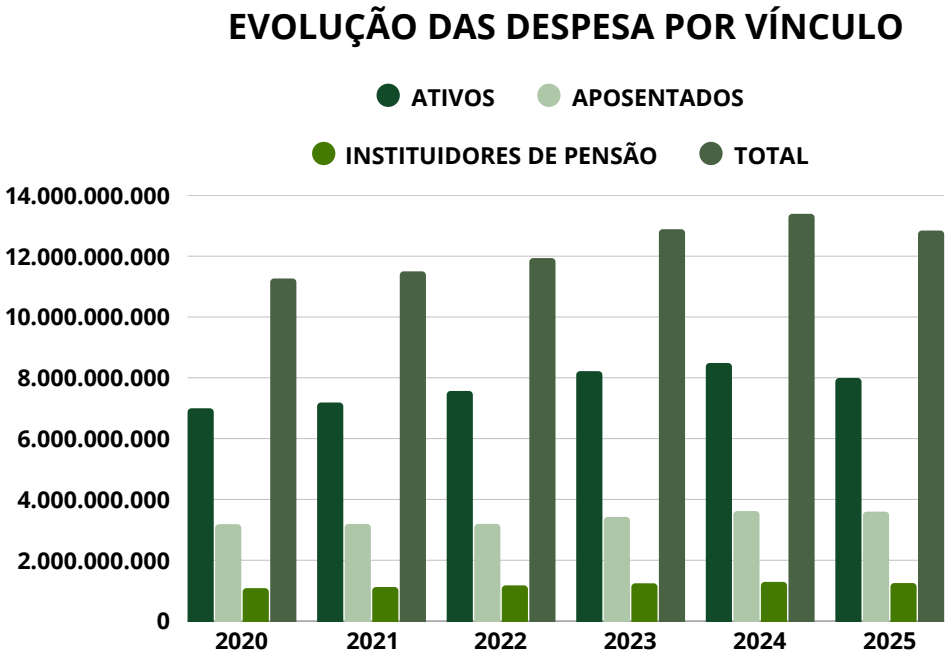
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	R$ 34.498.839,16
Despesas de Exercícios Anteriores	R$ 18.376.995,83
Sentenças Judiciais	R$ 7.883.434,08
Outras Despesa Varáveis - Pessoa Civil	R$ 5.006.298,86
Total Geral	**R$ 12.843.181.645,41**

Fonte: PEP (dezembro/2025)

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL

Conforme dados extraídos do Painel (PEP), temos a seguinte evolução das despesas com pessoal do MJSP, incluindo as despesas com aposentadorias e pensões:





Fonte: PEP (dezembro/2025)

Verifica-se que, no período de 2021 a 2024, houve aumento das despesas com os servidores ativos, em razão de ingressos de novos profissionais habilitados em concurso público para as carreiras policiais e dos reajustes concedidos aos servidores públicos federais do Poder Executivo, Autarquias e Fundações.

Contudo, as despesas do exercício de 2025 foram impactadas, por força do art. 214 da Lei nº 15.141, de 2025, uma vez que foi efetivada a centralização dos cargos efetivos de Analista Técnico-Administrativo, Administrador, Contador e Técnico de Nível Superior dos Planos PGPE, PECPF e PECPRF, para o quadro de pessoal do Ministério da Gestão e da Inovação em

Serviços Públicos (MGI), o que, por consequência, gerou a redução das despesas que seriam despendidas com os referidos cargos efetivos.

Já com relação aos inativos e pensionistas, houve acréscimo em razão de novas aposentadorias e pensões concedidas nos exercícios de 2020 a 2025.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÃO

Avaliação de Desempenho

Para cada tipo de carreira ou plano existente, no âmbito do MJSP, há uma sistemática específica de avaliação de desempenho, para fins de gratificação de desempenho; promoção e progressão; e avaliação do estágio probatório.

Gratificação de Desempenho

O desempenho dos servidores (integrantes do PGPE, do PECPF e do PECPRF) é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, que utiliza como referência as metas de desempenho individual somadas ao cumprimento das metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo.

A avaliação de desempenho individual dos servidores é realizada anualmente com o objetivo de verificar o seu desempenho no exercício das atribuições do cargo ou função para o alcance dos objetivos organizacionais e impacta diretamente na remuneração.

O servidor do MJSP, conforme o cargo efetivo que ocupa, faz jus à Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE), Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas (GDM), Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada e Técnico-Administrativa do Departamento Penitenciário Nacional (GDAPEN), Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal (GDATPF) e Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal (GDATPRF).

Para evidenciar, apresentam-se os dados das avaliações dos servidores do MJSP:

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - 2025	
Servidores Avaliados	7.595
Pedidos de Reconsideração	11
Recursos	7

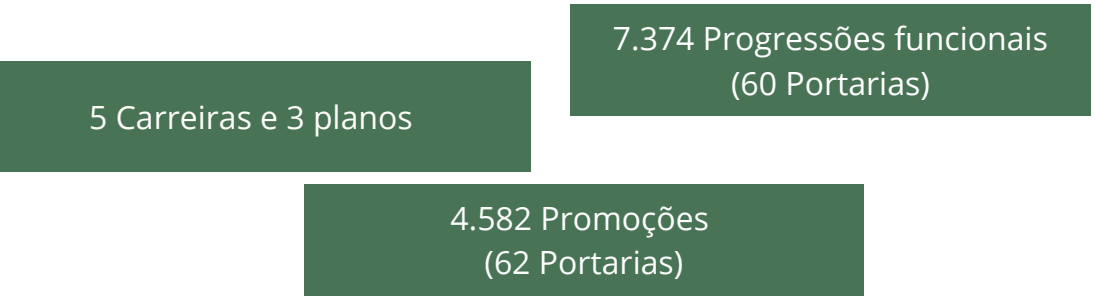
Fonte: PEP (dezembro/2025)

Promoção e Progressão funcional

Para o desenvolvimento do servidor, é necessário o preenchimento de determinados requisitos, previstos nas leis específicas de cada carreira ou plano, podendo ter como base critérios de antiguidade ou merecimento, mediante o instituto de "promoção" e "progressão". Destaca-se, ainda, que cada regulamento disciplina o interstício, o período de avaliação, além dos critérios e dos efeitos financeiros aplicáveis.

No instituto da "promoção", ocorre a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, ou seja, mudança de classe. Já na "progressão", ocorre a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe.

Nesse sentido, apresentam-se os números das avaliações processadas pelo MJSP:



Fonte: SIAPE/SEI (Dezembro/2025)

Estágio Probatório

No ano de 2025, 3.524 servidores concluíram o estágio probatório, adquirindo a estabilidade:

ESTÁGIO PROBATÓRIO	
CARREIRA/PLANO	**QUANTITATIVO**
Carreira de Policial Rodoviário Federal	2.098
Carreira de Policial Federal	1.174
Carreira Policial Penal Federal	252
TOTAL	**3.524**

Fonte: SIAPE/SEI (Dezembro/2025)

Composição Remuneratória dos Servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Com exceção de algumas categorias específicas, basicamente a remuneração dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do PGPE, do PECPF e do PECPRF, é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho (GDPGPE, GDATPF ou GDATPRF), com valores fixados em lei.

Dentre os cargos específicos, a remuneração dos servidores dos cargos de Arquiteto, Economista e Engenheiro é composta pelas parcelas:

Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, cujos valores são superiores ao da GDPGPE.

Já com referência aos servidores ocupantes do cargo de Médico, por meio da Lei nº 12.702, de 2012, foi instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas (GDM-PGPE, GDM-PECPF ou GDM-PECPRF), com valores superiores e não acumulável com a GDPGPE.

No caso de cargo de nível auxiliar, ainda há o pagamento da Gratificação Específica de Atividades Auxiliares estabelecida em cada Plano (GEAAPGPE, GEAAPF ou GEAAPRF).

Destaca-se que, às remunerações são acrescidas as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei (adicional por tempo de serviço, dentre outras).

O MJSP também conta com servidores das carreiras de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, cuja remuneração é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho (GDAPEN).

Já as carreiras de Policial Federal, Policial Rodoviário Federal e Policial Penal Federal são remuneradas por meio de subsídio.

CARREIRA/PLANO	REMUNERAÇÃO INICIAL (R$)	REMUNERAÇÃO FINAL (R$)
Carreira de Policial Federal - Delegado e Perito Criminal	26.800,00	36.469,51
Carreira de Policial Federal - Agente, Escrivão e Papilocopista	14.164,81	21.987,38
Carreira Policial Rodoviário Federal	11.670,33	19.512,48
Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos – Arquiteto, Economista e Engenheiro	8.215,07	15.952,38
Carreira Policial Penal Federal	9.012,28	17.632,85
Carreira de Especialista em Assistência à Execução Penal	7.487,64	12.839,88
PECPF – NS	6.061,57	10.714,41
PECPRF – NS	6.061,57	10.714,41
PGPE – NS	5.982,49	10.740,50
Médico do PECPF – NS (20 horas)	5.210,37	8.811,41
Médico do PECPRF – NS (20 horas)	5.210,37	8.811,41
PECPF – NI	5.052,66	6.390,03

Médico do PGPE (20 horas)	4.804,89	8.287,50
Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal	4.123,56	6.689,20
PGPE – NI	4.063,46	5.443,31
PECPF – NA (*)	***	3.901,95
PECPRF – NA (*)	***	3.901,95
PGPE – NA (*)	***	3.710,10
(*) Considerando que todos os cargos de nível auxiliar foram extintos ou estão em extinção, não há previsão de remuneração inicial para essa categoria funcional.		

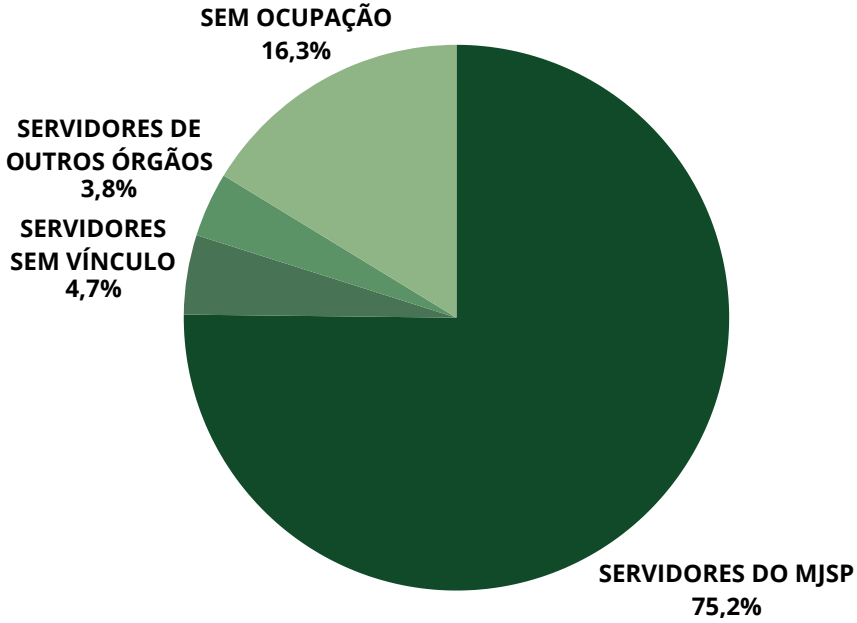
Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores com vínculo

Dados do PEP indicam um total de 4.392 cargos ou funções, distribuídos nas unidades da estrutura do MJSP.

CARGO/FUNÇÃO	QUANTITATIVO	Percentual de ocupação por servidor
CCE/FCE	4.392	79,01%

No escopo da gestão de pessoas, 79,01% dos cargos/funções em comissão (CCE e FCE) são ocupados por servidores efetivos, sendo 75,18% do Quadro de Pessoal do MJSP e 3,83% de outros órgãos, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

OCUPAÇÃO DE CARGOS/FUNÇÕES EM COMISSÃO POR VÍNCULO



Fonte: PEP e SIAPE (Dezembro/2025)

CAPACITAÇÃO

Estratégias e Números

As ações de capacitação do Ministério estão dispostas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), que está alinhado às principais diretrizes e normativos que regulamentam as ações de desenvolvimento de servidores da administração pública federal, ou seja, à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP.

Na elaboração do PDP 2025, das unidades que estão sob a supervisão da Secretaria-Executiva, foram considerados os apontamentos realizados pelas unidades do Ministério e pelos servidores, bem como a análise das lacunas (gaps) de competências técnicas, comportamentais e gerenciais dos postos de trabalho respectivos.



Além disso, a Polícia Federal (PF), por meio da Academia Nacional de Polícia (ANP), realiza a formação e capacitação de seus servidores, e também de público externo, por meio de ações de capacitações presenciais e a distância (ead.pf.gov.br).

Já no âmbito da Polícia Rodoviária Federal - PRF, a Universidade Corporativa promove a qualificação de servidores nas mais variadas áreas, com destaque especial aos cursos nas áreas de inteligência policial e operações especializadas e ao Curso de Formação Profissional, gerando importante incremento na força de trabalho do órgão.

O quadro a seguir demonstra os números consolidados relativos à capacitação de servidores do MJSP, no exercício:

CAPACITAÇÃO 2025	
DADOS	**TOTAL**
Servidores capacitados	42.795
Horas de capacitação	791.169
Investimento	R$ 60.842.152,55

Fonte: CGGE/SAA/SE, Senappen, PF e PRF

Dentre as ações de capacitação, destacam-se as seguintes:

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO			
AÇÃO	**ÓRGÃO**	**DESCRIÇÃO**	**CAPACITADOS**
Termo de Execução Descentralizada com a Universidade de Brasília	SE	Mestrado Profissional em Engenharia Elétrica, na área de "Segurança Cibernética".	13
Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do MJSP (PDP -2025)	SE	Promoção de cursos ou aprovação de participação em ações de desenvolvimento.	384
Programa de Incentivo Educacional (Proeduc)	SE	Reembolso parcial de despesas decorrentes da participação do servidor em cursos e programas de idioma estrangeiro, graduação e pós-graduação.	73
Diagnóstico do Ambiente de Trabalho e Clima Organizacional	Senappen	Piloto no diagnóstico do clima organizacional dos servidores em exercício em Brasília/DF (Sede e PFBRA).	305
Orientações para a gestão de pessoas na Penitenciária Federal em Porto Velho	Senappen	Capacitação voltada aos servidores da Penitenciária Federal em Porto Velho.	82
Curso de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)	Senappen	Ação que alcançou servidores da Sede e das Penitenciárias Federais, com o propósito de desenvolver habilidades que ajudem a melhorar a qualidade de vida.	20
Curso Primeiros Socorros em Saúde Mental (PSSM)	Senappen	Ação que alcançou servidores da Sede e das Penitenciárias Federais, com o propósito de habilitar servidores a prestar pronto-socorro emocional.	44

Curso de Educação Financeira	Senappen	Palestra promovida pelo Banco Central do Brasil - formato presencial e online.	15
III Seminário Nacional de Administração e Logística da Polícia Federal	PF	Seminário com o propósito de atualização sobre as últimas tendências em administração e logística, tanto teóricas quanto práticas.	331
XIX Encontro Nacional de Repressão a Drogas, Armas, crimes contra o Patrimônio e Facções Criminosas (SIREN)	PF	Palestras, painéis e debates acerca de temas referentes ao enfrentamento ao tráfico de drogas e armas, dos crimes violentos no Brasil e o combate às facções criminosas.	182
III Curso de Operações Especiais (COEsp)	PRF	Curso de Operações Especiais - COEsp 2024 - formação e habilitação de Policiais Rodoviários Federais para atuação em atividades de enfrentamento a criminosos de alto risco e elevada complexidade, empregando armamentos, equipamentos, materiais, táticas e técnicas especiais.	11
VI Curso de Formação de Comandante Policial de Asa Fixa (CCPAF)	PRF	Curso de Formação de Comandante Policial de Asa Fixa, tendo em vista o incremento da frota de aeronaves da PRF.	1
Curso para Operador de Suporte Médico - COSM	PRF	Curso para habilitar profissionais médicos e enfermeiros para atuação como Operador de Suporte Médico nas aeronaves da Polícia Rodoviária Federal.	29
Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico de Instrutores	PRF	Curso para atualizar os instrutores da PRF em seus saberes pedagógicos, éticos e didáticos, com base nos princípios da formação continuada.	673

Curso de Operações de Inteligência	PRF	Curso para conhecer os princípios, os objetivos, a legislação aplicada e a estrutura da atividade de inteligência, no mundo, no Brasil e na PRF.	23
Atualização em Atendimento Pré-Hospitalar (AAPH)	PRF	Atualização em Atendimento Pré-Hospitalar.	24
Curso de Atendimento Pré-Hospitalar (CAPH)	PRF	Habilitação em Atendimento Pré-Hospitalar.	41
XII Curso de Operações com Cães Farejadores de Drogas, Armas e Munições (COCF)	PRF	Projeto de capacitação em cinotecnia policial promovido pela PRF, no Canil Central.	24
XXVI Curso de Formação de Motociclista PRF - (CFMT)	PRF	Curso de formação de motociclistas para atuação nas grandes operações da PRF e nos Grupos de Motociclistas Regionais.	76
Curso de Comandante de Aeronave de Asa Rotativa (CCPAR)	PRF	Curso de Formação de Comandante Policial de Asas Rotativas (CCPAR).	8
VIII Curso Avançado de Perícia em Sinistros de Trânsito (CPER)	PRF	Curso de perícia de sinistros de trânsito (perícia ativa e perícia preventiva) aptos a elaborar Laudos Periciais especializados, Pareceres em sinistros de relevância especial e relatórios de inspeções técnicas viárias.	65
XXV Curso de Procedimentos de Inteligência - (CPI)	PRF	Curso de desenvolvimento e aprimoramento de competências imprescindíveis para o incremento do desempenho funcional dos servidores que atuam nas atividades de inteligência.	30

Curso de Orçamento e Finanças - (CALOG)	PRF	Curso para o desenvolvimento das competências de planejamento logístico, licitações e contratos, gerenciamento de frota, gestão e execução patrimonial, de orçamento e finanças, e infraestrutura predial.	91
Curso de Formação Policial - CFP 2025.1	PRF	Curso de Formação Policial da PRF para desenvolvimento das competências mínimas essenciais para o exercício do cargo	613
Curso de Formação Policial - CFP 2025.2	PRF	Curso de Formação Policial da PRF para desenvolvimento das competências mínimas essenciais para o exercício do cargo.	302
Curso de Habilitação em TASER 10	PRF	Curso de habilitação de Policiais Rodoviários Federais, assegurando sua proficiência técnica e operacional no uso do Dispositivo de Condução de Energia Taser 10.	10.948
Ciclo de Atualização Profissional (CAP)	PRF	Atualizar os Policiais Rodoviários Federais, desenvolvendo de forma integrada conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências (CHAVE), para atuarem no patrulhamento ostensivo das rodovias federais e áreas de interesse da União.	8.558
Curso de Desenvolvimento em Gestão Estratégica (CDGEST)	PRF	Curso de formação abrangente e fundamental aos gestores da PRF sobre o planejamento e a gestão estratégica.	1.300

Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico para Multiplicadores da Matriz de Formação (CAPMF)	PRF	Curso de qualificação dos servidores da UniPRF para a aplicação da Matriz de Fundamentos da Formação da PRF nas ações educativas;	1.351
Curso de Controle Interno e de Gestão de Riscos (CCIG)	PRF	Curso na área de Controle Interno da PRF, incluindo os assessores de gabinete.	60
Curso de Formação de Instrutores (CFI)	PRF	Curso de formação de instrutores aptos a planejar, mediar e avaliar processos de ensino-aprendizagem presenciais e nas modalidades remotas.	32

Fonte: CGGE/SAA/SE, Senappen, PF e PRF

Ações voltadas para valorização/reconhecimento dos servidores

No âmbito do MJSP, há a prática de registro de elogio nos assentamentos funcionais, bem como a concessão de medalhas. Dentre as ações de valorização/reconhecimento dos servidores, destacam-se as seguintes:

ACÕES DE CALORIZAÇÃO/RECONHECIMENTO			
AÇÃO	**ÓRGÃO**	**DESCRIÇÃO**	**CAPACITADOS**
Valorização e Propósito de Vida (PDP)	SE	Palestra contratada pelo MJSP e executada pela Instituição Emoções a Serviço da Vida, Saúde e Educação Ltda, em janeiro de 2025, mês dedicado à saúde mental e emocional (Janeiro Branco).	66
Cerimônia de graduação dos alunos de jiu-jitsu	SE	Cerimônia de graduação no jiu-jítsu que registra um momento simbólico da evolução técnica e pessoal dos praticantes.	20
Semana do Servidor	SE	Evento institucional com atividades voltadas à valorização dos(as) servidores(as), reforçando o reconhecimento, o cuidado com a saúde, a qualidade de vida, o acesso à cultura e momentos de integração no ambiente de trabalho.	698
Dia das Mães	SE	Ações voltadas à valorização das servidoras e colaboradoras que conciliam carreira e vida pessoal, contribuindo para o fortalecimento do serviço público e da sociedade.	50
Homenagem ao aposentado	PRF	Solenidade de 50 anos da turma de 1975 (jubileu de ouro).	63

Dia do Estagiário	SE	Evento em comemoração ao Dia do Estagiário, reconhecendo a importância desses jovens profissionais para o desenvolvimento institucional.	265
Dia Internacional da Mulher	SE	Evento em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, promovendo reflexão, celebração e valorização das servidoras e colaboradoras.	106
Elogio a instrutor voluntário do Programa Movimenta MJSP	SE	Emissão de Elogio Funcional (documento SEI) ao instrutor voluntário de Jiu-Jitsu por ocasião de seu desligamento do MJSP.	1
Elogio a instrutores voluntários do Programa Movimenta MJSP	SE	Agradecimento institucional pelo empenho e dedicação dos servidores/colaboradores de judô, taekwodo e teatro durante suas atuações voluntárias no programa Movimenta MJSP.	5
Portaria de Incentivo Funcional	Senappen	Elogios, referências elogiosas e menções honrosas, aos servidores do órgão e colaboradores.	6
Evento Resultados SENAPPEN 2025	Senappen	Premiação para os servidores destaques do ano de 2025 das unidades organizacionais da SENAPPEN, incluindo os servidores das Penitenciárias Federais.	15
Homenagem a Aposentado (MS)	PRF	Homenagem da PRF, de forma individual, com a presença de colegas e familiares.	9
Visitas a servidor/terceirizado doentes/internados (MS)	PRF	Acolhimento, apoio institucional e acompanhamento.	14

Referência elogiosa a servidores (RR)	PRF	Concessão de referência elogiosa por ações diversas que suplantaram o estrito cumprimento do dever.	52
Homenagem aos servidores administrativos - PECPRF (ES)	PRF	Evento de homenagem aos servidores administrativos (PECPRF).	8
Projeto PRF para SEMPRE	PRF	Evento com o objetivo de valorizar os policiais rodoviários federais aposentados e fortalecer os vínculos com a Instituição.	21
Referência elogiosa a servidores (SC)	PRF	Concessão de referência elogiosa por ações diversas que suplantaram o estrito cumprimento do dever.	40
Homenagem aos 30 anos de serviço (SC)	PRF	Homenagem aos servidores Agentes Administrativos e PRFs que completaram 30 anos de serviço no ano de 2025.	13
Dia do PRF- (AP)	PRF	Eventos: Vacinação; Aferição de pressão arterial; sessão de massagem e Palestra realizada pela GEAP.	60
Homenagem a servidor	PRF	Concessão de medalha de mérito a servidor que, no exercício de suas funções, em razão delas ou para além de suas atribuições regulamentares.	1
Homenagem a servidor	PRF	Concessão de certificado de agradecimento com divulgação no âmbito da regional pelos serviços prestados pelos servidores em situações específicas como: aposentadorias, criação de projetos, disponibilidade para ações extraordinárias.	20

Ações voltadas para o bem-estar no contexto organizacional e das condições de trabalho

Destacam-se as seguintes iniciativas:

ACÕES PARA BEM-ESTAR ORGANIZACIONAL			
EVENTO	**TIPO DE AÇÃO**	**ÓRGÃO**	**PARTICIPANTES**
Dia das Crianças	Evento comemorativo, com palestras e oficinas.	SE	73
Janeiro Branco – Conscientização sobre a saúde mental e emocional	Campanha (e-mail marketing).	SE	77
Papo de Mulher	Palestras e Rodas de Conversa.	SE	855
Circuito de Saúde	Campanha (e-mail marketing).	SE	248
Dia do Desafio	Campanha e ações voltadas à prevenção e promoção da saúde integral (física, nutricional, psicológica e social).	SE	204
Projeto Movimenta MJSP (Espaço Qualidade de Vida)	Aulas de Jiu-Jitsu, Muay Thai, Fit Dance, Taekwondo, Dançaterapia e Defesa Pessoal Feminina.	SE	206

Wellhub	Campanha via webnar e e-mail marketing sobre o Projeto Wellhub para os servidores	SE	500
Projeto “Minuto de Qualidade”	Campanha (e-mail marketing).	SE	2000
Feira de Orgânicos e Artesanato	Engajamento dos servidores e colaboradores do MJSP no sentido de incentivar a alimentação saudável e sustentável, bem como fomentar a produção local de pequenos produtores e artesãos.	SE	Ampla divulgação livre – em área externa
Cine-Debate	Campanha (e-mail marketing).	SE	16
Ambientação de Novos Servidores	Acolhimento dos novos servidores, promovendo sua integração institucional e fornecendo subsídios para o exercício qualificado de suas funções. O projeto contemplou atividades presenciais, com exibição de vídeos, palestras, visita guiada e exposição de planos de saúde e benefícios, que favoreçam o sentimento de pertencimento, a compreensão da cultura organizacional e o fortalecimento do vínculo institucional.	SE	49

Rodas de Conversa com Novos Servidores	O projeto objetivou promover um espaço contínuo de escuta, diálogo e reflexão sobre temas relevantes à vivência no serviço público e à integração institucional com os servidores recém-nomeados do MJSP, oriundos do Concurso Público Nacional Unificado. Foram realizados 05 encontros com periodicidade mensal, com foco na troca de experiências, esclarecimento de dúvidas e fortalecimento de vínculos	SE	53
Mutirões para Emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN)	Ações realizadas nos dias 17 e 18/06; 16, 17 e 30/09, com o objetivo de facilitar o acesso de servidores, estagiários e colaboradores ao novo documento, evitando deslocamentos desnecessários e promovendo agilidade e comodidade no atendimento. A parceria com a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) reforçou a integração entre instituições públicas e evidenciou o compromisso com a valorização das pessoas que atuam no MJSP.	SE	198
Berçário para crianças até 2 anos – viabilizado por Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde (SEAMI)	Campanha (e-mail marketing). Assinado ACT com o Ministério da Saúde para o fornecimento de vagas em berçário para os servidores. Ação de acompanhamento das inscrições dos interessados e da fila de espera junto ao MS	SE	3

Semana do Servidor	Palestras, oficinas, circuito saúde, feira de orgânicos.	SE	266
Campanha de Natal	Campanha para o Natal Solidário junto aos servidores para arrecadação de brinquedos e recursos para crianças e instituições carentes.	SE	208
Programa de Atenção à Saúde Mental	Campanha (e-mail marketing).	Senappen	3852
Junta Médica Complementar	Disponibilização de perícia médica oficial aos servidores da Polícia Penal Federal.	Senappen	46
Calendário OMS - Janeiro Branco	Ação de conscientização e promoção da saúde mental e Bem-Estar e lançamento do Programa de Ginástica Laboral.	Senappen	130
Calendário OMS - Fevereiro Roxo/Laranja	Palestra sobre Alzheimer, Lúpus, Fibromialgia e Leucemia.	Senappen	15
Aulão de Ginástica Laboral - Agosto	Ginástica Laboral em parceria com a DIRPP/SENAPPEN.	Senappen	Servidores da DIRPP/SENAPPEN
I Encontro de Saúde da Polícia Penal Federal - Setembro Amarelo	Workshop 1 – “Saúde Mental e Prevenção ao Suicídio no Serviço Público: uma Abordagem da Psicologia Positiva Organizacional”. Workshop 2 – “Gestão do Estresse no Serviço Público: Estratégias de Autorregulação e Bem-estar”; Atividades de promoção à saúde dos servidores e colaboradores no Edifício Sede.	Senappen	299

Campanha de Vacinação contra a Gripe	Imunização contra a Influenza. Promover a proteção integral da saúde dos servidores públicos, estagiários e colaboradores por meio da ampliação da cobertura vacinal, prevenindo doenças imunopreveníveis, reduzindo afastamentos e fortalecendo o bem-estar no ambiente de trabalho.	Senappen	307
		SE	Atualização do cartão de vacinas: 329 pessoas Vacinação contra gripe: 914 pessoas
Calendário OMS - Outubro Rosa - Campanha de Vacinação	Palestra sobre Câncer de Mama e Saúde Mental. Atualização do Cartão Nacional de Vacinação	Senappen	95
Lançamento do Programa ValorizaMais.	Atividades de promoção do bem-estar, tais como massagem e aplicação de auriculoterapia.	Senappen	44
Preparação para a aposentadoria e o acompanhamento de servidores aposentados da SENNAPEN	Ciclo de nove palestras virtuais, com especialistas em psicologia, finanças, nutrição e educação física, entre outros temas afetos à aposentadoria do servidor público federal.	Senappen	77
Teste de Aptidão Física (TAF)	Ação	PRF	8.176
Patrulha da Saúde	Ação	PRF	9.100
Ações de Saúde Mensais	Ação	PRF	13.000

Fonte: CGGE/SAA/SE, Senappen, PF e PRF

Teletrabalho e demais ações voltadas para a maximização do desempenho e da eficiência no contexto em que o órgão atua.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (com exceção da Senappen, da PF e da PRF), o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) foi autorizado pela Portaria SE/MJSP nº 1.575, de 18 de novembro de 2022, e está instituído nas seguintes unidades: Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), Corregedoria-Geral (COGER), Ouvidoria-Geral (OUV), Secretaria-Executiva (SE), Consultoria Jurídica (CONJUR), Secretaria Nacional de Justiça (SENAJUS), Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL), Secretaria Nacional de Direitos Digitais (SEDIGI) e Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (SAJU).

Na implementação do PGD, este Ministério optou por utilizar o aporte metodológico do modelo referencial de gestão do Dimensionamento da Força de Trabalho que possibilitou maior assertividade do processo de planejamento, gerenciamento e aferição de resultados da iniciativa. Assim, as demais unidades organizacionais estão em fase de implementação de tal metodologia para se tornarem aptas à adesão do Programa.

A Secretaria Nacional de Políticas Penais, por intermédio da Portaria GABSEC/SENAPPEN/MJSP nº 489, de 23 de julho de 2025, também implementou o PGD, adotando diretrizes que incentivam a otimização dos recursos humanos e tecnológicos promovendo maior flexibilidade sem prejuízo ao cumprimento das metas institucionais.

A Polícia Federal, atualmente, conta com mais de 500 servidores em PGD, e já identificou diversos benefícios com a adoção do teletrabalho (como, por exemplo: organização do tempo com certo grau de conveniência e flexibilidade de horários, qualidade de vida, redução de gastos com transportes, alimentação e vestuários, redução de custos operacionais, energia elétrica, manutenção de espaços físicos e outros insumos).

A Polícia Rodoviária Federal destacou que, a implementação do Programa de Gestão e Desempenho, que institucionalizou o Teletrabalho (parcial e integral), houve alteração do foco do controle de frequência para o controle de resultados e entregas pactuadas.

Os resultados evidenciados incluem o aumento da produtividade, uma vez que o teletrabalho exige o cumprimento de metas de desempenho superiores ao regime de controle de ponto/frequência, o ganho na qualidade de vida dos servidores e, além disso, maior celeridade processual, permitindo que a gestão foque na inteligência de dados para otimizar tanto a atividade-meio quanto o suporte à atividade-fim.

Principais Entregas

No âmbito do Núcleo Central do MJSP, destaca-se o Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), cuja aplicação da metodologia alcançou 66% de implementação em 2025, faltando algumas Secretarias para serem dimensionadas, já em andamento. A conclusão dessa iniciativa é importante para

para a alocação de servidores, uma vez que a metodologia permite a estimativa do número ideal da força de trabalho para realizar as entregas e atividades, considerando a estrutura organizacional. Esse instrumento de planejamento visa apoiar a gestão de pessoas e subsidiar o planejamento de políticas públicas.

Com relação às iniciativas de capacitação e educação, no ano de 2025, 73 servidores foram beneficiados pelo Programa de Incentivo Educacional (Proeduc), que tem por objetivo o aprimoramento das competências da força de trabalho do órgão. Além disso, 16 servidores adquiriram o título de Mestre, por meio do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública, promovido por turma exclusiva junto à Universidade de Brasília. Também foi realizado o processo seletivo, sendo 2 candidatos aprovados.

Enfatiza-se que, no ano de 2025, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou o provimento inicial de 100 Analistas Técnicos Administrativos e 30 Analistas Técnicos de Políticas Sociais. O retorno de concursos, após longo intervalo, representa um ganho histórico para esta Pasta. Primeiramente, possibilita a recomposição do quadro e a redução do déficit de servidores nas unidades que compõem a estrutura do MJSP. Em segundo lugar, melhora a qualidade dos serviços prestados à população, com profissionais concursados capacitados. Por fim, promove maior eficiência e continuidade na execução de políticas públicas.

Destaca-se ainda que, em 2025, foi firmado contrato com o GPBR Participações Ltda (Wellhub), plataforma líder em bem-estar corporativo. A iniciativa tem por objetivo promover o acesso aos servidores de práticas de atividade física e bem-estar, acompanhamento nutricional, psicoterapia, gestão do sono, entre outros, oferecendo várias modalidades de exercícios, palestras e assessorias, bem como aplicativos e serviços online que sensibilizem e ampliem o conhecimento para a busca de um estilo de vida saudável, que resulta em melhoria da produtividade, em redução do absenteísmo e em melhor desempenho das atividades do órgão.





Na Senappen, destaca-se a reformulação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD); a implementação do programa de saúde e qualidade de vida "Valoriza mais", com o objetivo de promover o bem-estar integral (físico, mental e social) dos servidores e colaboradores; a efetiva contratação de profissionais temporários, para a implementação de novas políticas públicas, ambos fundamentados na Lei nº 8.745, de 1993 e autorizados por Portarias Conjuntas do MGI/MJSP; a contratação de empresa especializada em perícias médicas e saúde ocupacional, com o objetivo de conferir maior celeridade, qualidade técnica e respaldo legal às avaliações periciais, inclusive em saúde mental, fortalecendo a gestão dos afastamentos e o acompanhamento da saúde dos servidores; a contratação de plataforma digital de bem-estar corporativo (Wellhub), integralmente subsidiada pela Senappen, visando ampliar o acesso e promover a saúde integral dos servidores; e a manutenção do programa de credenciamento de psicólogos e psiquiatras para atendimento dos servidores do órgão.

Na Polícia Federal, destaca-se realização dos concursos públicos para preencher 1.000 cargos da Carreira Policial Federal e 192 cargos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal; criação do Sistema de Designação e Dispensa de chefia, que se encontra na Plataforma de Catálogo de Sistemas da Polícia Federal; realização de elevado volume de perícias médicas, bem como apoio médico em eventos internacionais, tais como o G20/RJ (novembro/2024), o BRICS/RJ (junho/2025) e a COP 30/PA (novembro/2025); acompanhamento médico de extradição entre Itália e Brasil e participação na auditoria médica dos concursos da Polícia Federal; aprimoramento do módulo "Avaliação" do Sistema de Avaliação e Promoção (SISAP), responsável por processar o desempenho funcional de mais de 5 mil servidores da Carreira Policial Federal; força-tarefa destinada ao cumprimento das obrigações relacionadas à Compensação Previdenciária, com extração, tratamento e análise de aproximadamente 60.000 averbações constantes do sistema SIAPE; e elaboração de 12 pareceres referenciais referente a redução do fluxo de demandas e de uniformização de assuntos.

A Polícia Rodoviária Federal, destaca a instituição do Comitê Integrado de Qualidade de Vida no Trabalho (CIQVT/PRF), por meio da Portaria DG/PRF nº 766, de 16 de outubro de 2025; reconhecimento da Política de Atenção à Saúde Integral – Ven (SaúdePRF); Programa PROVIDA PRF – Vencedor do Selo SIASS 2025 (Categoria Ouro); Realização da formatura de 600 novos policiais - Curso de Formação Policial (CFP 2025); nomeação de 321 excedentes do concurso público realizado em 2021; 2.580

requerimentos de compensação previdenciária (RGPS e RPPS) realizados e inseridos no Sistema COMPREV do Ministério da Previdência Social.

Principais Desafios e Ações Futuras

Dentre os principais desafios para 2026, destaca-se a implementação e atualização do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) em todas as unidades organizacionais do Ministério, tendo como objetivo maximizar o processo de planejamento e aplicação da força de trabalho, e também robustecer a Governança em Gestão de Pessoas da Pasta. Além disso, visa-se o aperfeiçoamento do Portal CGGP com a disponibilidade de painéis de monitoramento e acompanhamento (Business Intelligence – BI) relacionados à temática Gestão de Pessoas. Pretende conceder melhorias ao processo de Desenvolvimento de Pessoal e qualidade de vida no trabalho. Outra entrega relevante é o Serviço de Suporte Psicossocial para os servidores. Essa iniciativa é voltada ao acolhimento e ao cuidado com a saúde mental de servidores e representará um avanço inovador no serviço público federal, pois introduz um componente estruturado de apoio psicossocial que não era comum anteriormente, reforçando o compromisso desta Pasta com a saúde mental no trabalho.

A Secretaria Nacional de Políticas Penais pretende firmar convênio com o SEAMI Creche Narizinho, instituição vinculada ao Ministério da Saúde, para assistência pré-escolar na modalidade direta (berçário) aos dependentes dos servidores públicos da Senappen lotados e em exercício em Brasília/DF; criar espaço de convivência para lactantes; adquirir material imobiliário e materiais para o espaço de convivência e bem-estar dos servidores; estruturar e adequar o espaço de convivência/descompressão em todas as unidades da Senappen; e implementação do Dimensionamento da Força de Trabalho.



A Polícia Rodoviária Federal estabelece como metas refinar o Sistema PETROVS 2.0 para otimizar os resultados e a produtividade sustentável referente ao PGD; finalizar o Estatuto dos Servidores Públicos aplicado à PRF; capilarizar as ações via Comitê Integrado de Qualidade de Vida no Trabalho (CIQVT); realizar workshops para estruturação do módulo 3 do Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA); fomentar o Pro-Vida-PRF Cardiovascular; executar o PDP 2026 e o Curso de Formação Profissional - CFP 2025.2.

VI - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Durante o exercício de 2025, as contratações realizadas no âmbito do MJSP seguiram as normas e diretrizes aplicáveis às contratações públicas no que tange aos critérios de sustentabilidade, quais sejam: a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da então Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG), para contratações de aquisição e serviços, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, aplicável a compras, serviços e obras. Ademais, os processos de contratação são instruídos e executados priorizando os critérios e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as unidades utilizam o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia Geral da União (AGU).

Nesse sentido, os critérios explicitados no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 2012 são observados, minimamente, nas aquisições e contratações:

- Nas **aquisições**, são exigidos o fornecimento de bens que sejam constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme orientações da ABNT; que empresas observem os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) sobre produtos sustentáveis; que os produtos sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva *Restriction of Hazardous Substances (RoHS).*
- Nas **contratações**, é exigida a observância do uso de produtos de limpeza e conservação que atendam às classificações e especificações da ANVISA, bem como a garantia do fornecimento dos equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços. Além disso, deve ser realizado o treinamento dos empregados visando reduzir o consumo de energia elétrica e água, bem como minimizar a geração de resíduos sólidos. Também é obrigatória a separação dos resíduos recicláveis descartados e a adoção de medidas para a redução do ruído gerado pelo funcionamento dos equipamentos utilizados.



AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Quantidade de resmas de papel consumidas em 2022, 2023, 2024 e 2025:

Unidade	2022	2023	2024	2025
SE	2.425	4.323	5.311	3.540
PRF	2.852	5.017	6.415	4.949
SENAPPEN	315	430	1.100	446
PF	19.328	17.013	58.769	25.884
TOTAL	**24.920**	**26.783**	**71.595**	**34.819**

Fonte: SAA/MJSP

Verifica-se que houve uma variação referente ao consumo de resmas de papel, em que as médias anuais tiveram uma redução entre 2020 e 2021, e 2021 e 2022, e um aumento entre 2023 e 2024.

Nota-se, ainda, que essa média volta a diminuir entre 2024 e 2025.

Consumo de energia elétrica (em R$ e kWh) em 2022, 2023, 2024 e 2025:

Em relação ao consumo de energia, verifica-se que, no período entre 2022 e 2025, houve redução significativa do consumo total de energia elétrica em termos financeiros, com quedas sucessivas entre 2022 e 2024, e nova diminuição em 2025.

Destaca-se, sobretudo, a influência da Polícia Federal nesse movimento, uma vez que a expressiva redução de seus gastos impactou diretamente o resultado consolidado.

Consumo em R$				
Unidade	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
SE	3.544.289,77	3.899.286,61	4.469.969,26	4.673.435,73
PRF	19.358.715,80	17.433.388,95	21.488.217,16	21.865.469,32
SENAPPEN	349.023,77	362.680,52	547.065,42	452.085,84
PF	304.196.130,52	91.118.537,23	41.455.468,23	38.984.047,00
ANPD	25.194,06	107.795,32	138.975,82	165.195,79
TOTAL	**327.473.353,92**	**112.921.688,63**	**68.099.695,89**	**66.140.233,68**

Fonte: SAA/MJSP

Consumo em KWh				
Unidade	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
SE	4.304.915	4.355.763	5.008.877	4.790.677
PRF	21.060.597	22.146.396	23.867.479	24.294.965
SENAPPEN	414.168	430.370	545.956	484.211
PF	177.023.097,63	174.835.941,95	39.210.412,66	43.028.575
ANPD	-	29.415	31.639	
TOTAL	**202.802.778**	**201.797.886**	**68.664.364**	**72.633.925**

Fonte: SAA/MJSP

No que se refere ao consumo de energia elétrica em kWh, observa-se estabilidade entre 2022 e 2023, seguida de redução expressiva em 2024 e posterior elevação em 2025. Apesar do aumento registrado no último ano, o total consumido permanece inferior aos patamares observados no início do período analisado, evidenciando uma tendência de redução do consumo ao longo dos quatro anos.

Consumo de água (em R$ e m³) em 2022, 2023, 2024 e 2025:

Quanto ao consumo de água, em termos financeiros, observa-se trajetória de crescimento contínuo entre 2022 e 2025. O total despendido apresenta elevação gradual de 2022 a 2024, com aumento mais expressivo em 2025. O comportamento evidencia tendência de ampliação das despesas ao longo do período analisado, mantendo-se movimento ascendente no consolidado anual.

Consumo em R$				
Unidade	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
SE	787.113,08	962.729,52	1.053.040,70	1.284.823,6
PRF	2.734.355,73	2.716.547,39	3.009.443,31	3.521.420,35
SENAPPEN	53.681,98	43.480,10	142.455,36	121.263,96
PF	5.652.463,48	5.828.952,32	5.687.095,11	6.069.107
ANPD	Obs.: o consumo de água já está incluso no valor do condomínio			
TOTAL	**9.227.614,27**	**9.551.709,33**	**9.892.034,48**	**10.996.914,91**

Fonte: SAA/MJSP

Consumo em m³				
Unidade	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**
SE	26.856	29.796	29.939	33.191
PRF	1.184.917	429.716	126.324	133.003
SENAPPEN	1.903	1.562	8,204	7.192
PF	251.305,61	229.956,96	385.339	243.498
ANPD	Obs.: o consumo de água já está incluso no valor do condomínio			
TOTAL	**1.464.982**	**691.031**	**549.806**	**416.884**

Fonte: SAA/MJSP
*Os valores de 2025 não incluem as medições de dezembro, com exceção da SE, pois as faturas de 01/12/2025 a 01/01/2025 ainda não haviam sido apresentadas quando da consolidação.



No âmbito da Secretaria-Executiva, em 2025, as instalações físicas do Palácio da Justiça e de seus anexos receberam um incremento significativo de pessoal. Esse aumento, por sua vez, tornou mais desafiador o processo de controle e mitigação dos gastos com energia elétrica. Não obstante o acréscimo de estações de trabalho e da demanda energética, ações de caráter educativo, a substituição de equipamentos antigos por tecnologias mais eficientes e a realização contínua de serviços de manutenção predial permitiram uma redução de aproximadamente 3,77% no consumo de kWh em relação ao ano de 2024.

Em relação ao consumo de água relativo aos prédios sob gestão da Secretaria-Executiva, o principal desafio esteve associado à manutenção periódica do espelho d'água e dos Jardins de Burle Marx. Em 2025, foram necessárias intervenções importantes, como a instalação de uma nova escultura no espaço dos jardins e a manutenção de jardineiras e serviços de impermeabilização pontual, que ocasionaram o esvaziamento do espelho d'água por duas vezes, o que resultou em um consumo maior de água ao longo do ano, contudo, de menos de 6,5%.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

No exercício de 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio de seus órgãos e entidades vinculados, continua com medidas voltadas à redução da geração de resíduos e à mitigação dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades administrativas e operacionais.

Nesse contexto, destaca-se a inclusão, nos Termos de Referência e nos editais de licitação, da obrigatoriedade de observância das diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o que tem contribuído para a redução do uso de materiais descartáveis, para a otimização dos serviços de limpeza e de manutenção e para a ampliação da adoção de critérios ambientais nas contratações públicas.

Paralelamente, o MJSP promove ações educativas, orientações técnicas e campanhas internas direcionadas a servidores, colaboradores e prestadores de serviços, com foco na disseminação de boas práticas ambientais no ambiente de trabalho.

Entre as medidas implementadas nas unidades administrativas, destacam-se:

- a separação de resíduos por tipo (orgânicos e recicláveis, destaque para o papel);
- a reutilização e a destinação ambientalmente adequada de materiais recicláveis;
- a rotina de descarte correto de resíduos perigosos, como pilhas, baterias e equipamentos eletrônicos, com a disponibilização de coletores adequados;
- a substituição gradual de bens e materiais por produtos de menor impacto ambiental.

Essas iniciativas têm contribuído para a diminuição dos impactos ambientais das edificações sob gestão do Ministério, reforçando o compromisso institucional com a sustentabilidade, a eficiência administrativa e a gestão responsável dos recursos públicos.



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

No âmbito da Secretaria-Executiva, o maior desafio relacionado à sustentabilidade e à eficiência energética nos próximos anos será implementar soluções capazes de manter e, idealmente, superar, os resultados alcançados em 2025. Esse esforço se torna ainda mais relevante diante do incremento de novos servidores, decorrentes de concursos públicos em andamento, e da ampliação das políticas públicas e atribuições do MJSP.

É inegável que o país segue em crescimento e, com isso, as demandas da Pasta também se expandem.

Nesse contexto, o aperfeiçoamento da gestão administrativa e da eficiência operacional, aliado à adoção de soluções inovadoras, será fundamental para assegurar a continuidade dos bons resultados no âmbito da sustentabilidade.

Algumas unidades, como a ANPD e a Senappen, informaram que os edifícios locados onde estão sediados realizam de forma efetiva a segregação dos resíduos recicláveis e rejeitos.

No âmbito de obras e intervenções prediais, são observadas diretrizes voltadas para:

- a minimização da geração de resíduos durante a execução;
- a especificação de insumos e materiais certificados ambientalmente;
- a padronização de projetos e métodos construtivos, com foco em maior eficiência e menor desperdício;
- a adaptação das edificações para o uso racional de recursos naturais;
- a adoção de soluções tecnológicas que favoreçam práticas sustentáveis.

Com a elaboração dos Planos Diretores de Logística Sustentável (PLS) para o biênio 2026–2027, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas, estão previstas ações estruturantes distribuídas pelos eixos temáticos definidos pela Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, incluindo:

- racionalização do consumo de bens;
- desfazimento ambientalmente adequado de bens inservíveis;
- melhoria de processos administrativos;
- renovação do patrimônio;
- otimização do uso de espaços físicos;
- destinação correta de produtos controlados;
- capacitação de servidores em temas de sustentabilidade.

As ações já estão sendo implementadas e serão monitoradas por meio do PLS.

MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

As edificações utilizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e por seus órgãos vinculados apresentam, em geral, conformidade com as normas de acessibilidade, especialmente aquelas construídas ou reformadas mais recentemente. Essas unidades contam com infraestrutura adequada, como rampas, corrimãos, pisos táteis, sinalização acessível, vagas reservadas e sanitários adaptados, assegurando condições apropriadas de acesso e circulação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O Palácio da Justiça passa por adequações pontuais em diversas localidades, com vistas a atender o Plano de Acessibilidade elaborado pela Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia da Subsecretaria de Administração da Secretaria-Executiva em 2025.

A PRF conta hoje com 462 imóveis total ou parcialmente acessíveis, o que representa 70% dos imóveis. Atualmente, estão em análise as formas de acessibilidade frente a todas as diversidades, por isso a forma de avaliação também está sofrendo alterações.

A PF conta com todos os edifícios projetados, reformados e readequados de modo a garantir o acesso às pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com deficiência.

A ANPD ocupa uma edificação privada, mas projetada, reformada e readequada de modo a garantir o acesso às pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com deficiência.

Portanto, de forma geral, o órgão vem realizando esforços de forma contínua para realizar reformas e adequações, quando necessário, para atender às disposições da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, garantindo acessibilidade arquitetônica e comunicacional, em consonância com os princípios da inclusão, da transparência e da eficiência administrativa.



VII- RESPONSABILIDADE SOCIAL

No exercício de 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública consolidou a responsabilidade social como eixo transversal de sua atuação institucional, integrando princípios de integridade, transparência, participação social, respeito à diversidade e proteção de direitos às suas políticas, programas e rotinas administrativas. As iniciativas foram implementadas de forma coordenada entre as unidades da Pasta, com foco no fortalecimento da relação entre Estado e sociedade, na qualificação dos mecanismos de prevenção e controle e na promoção de ambientes institucionais mais seguros, inclusivos e orientados ao interesse público.



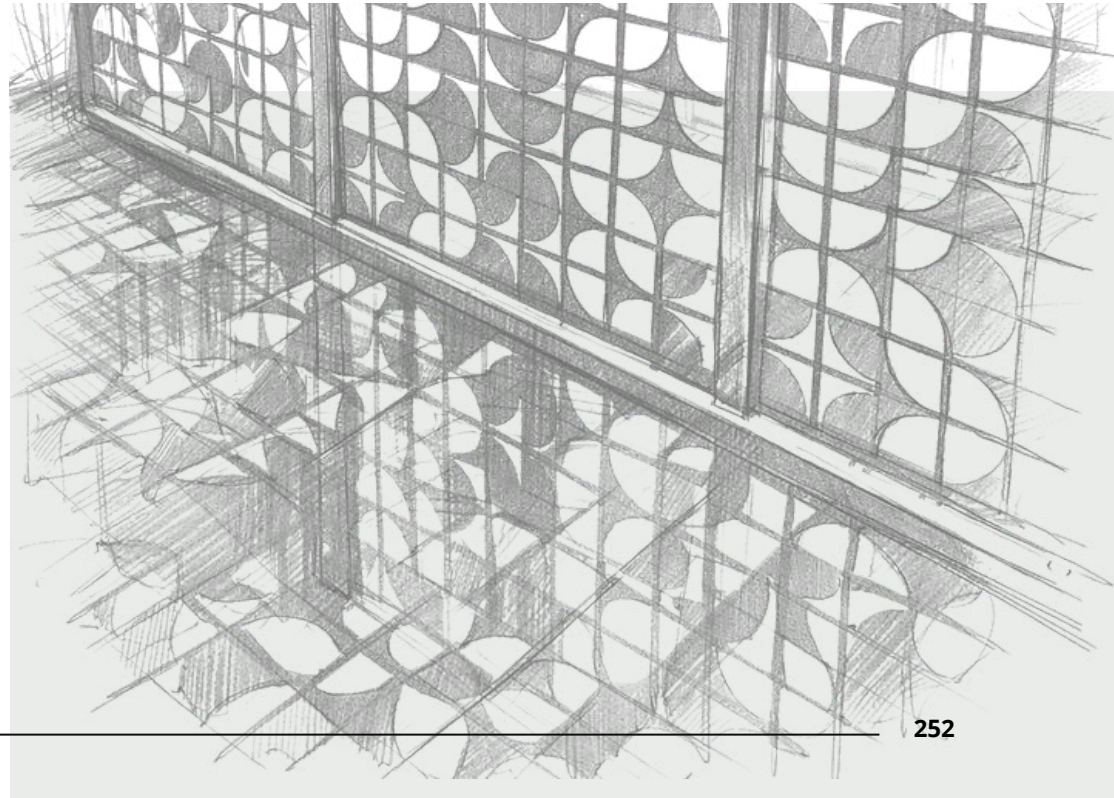
Nesse contexto, destacam-se iniciativas voltadas à promoção do diálogo, da qualidade de vida e da conscientização sobre temas relevantes para o ambiente de trabalho. Entre elas, o Projeto Papo de Mulher, que promove rodas de conversa sobre temas como equidade de gênero, saúde mental, combate ao assédio e enfrentamento à violência contra a mulher, contribuindo para o fortalecimento da cultura institucional de respeito e inclusão. Soma-se a isso o Calendário de Eventos de Gestão de Pessoas, com atividades voltadas à reflexão sobre temas contemporâneos e ao desenvolvimento pessoal, bem como o Programa Movimenta MJSP, que incentiva a prática de atividades físicas e de bem-estar, atendendo servidores e colaboradores por meio de modalidades esportivas e terapêuticas, como fit dance, dançaterapia, defesa pessoal para mulheres, muay thai, jiu-jítsu e judô.

No âmbito institucional, o Ministério também tem incorporado práticas de responsabilidade social em suas contratações e projetos internos, evidenciando o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Destacam-se a observância de diretrizes que incentivam a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra e a implementação da coleta seletiva solidária, com participação de associações e cooperativas de catadores. Ademais,

iniciativas como o contrato com a APAE/DF para serviços de preservação do acervo bibliográfico da Biblioteca do Ministério, que promove a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, o projeto Biblioteca Compartilhada, voltado ao incentivo à leitura e à troca de livros entre colaboradores, e ações de solidariedade, como o Natal Solidário do MJSP, reforçam o engajamento institucional com práticas de responsabilidade social. Complementam esse conjunto de iniciativas projetos de valorização do ambiente de trabalho, como o SAA Motiva, e parcerias voltadas à inclusão produtiva de grupos vulneráveis, a exemplo da implantação do Projeto Engraxate Brasil no âmbito do Ministério.

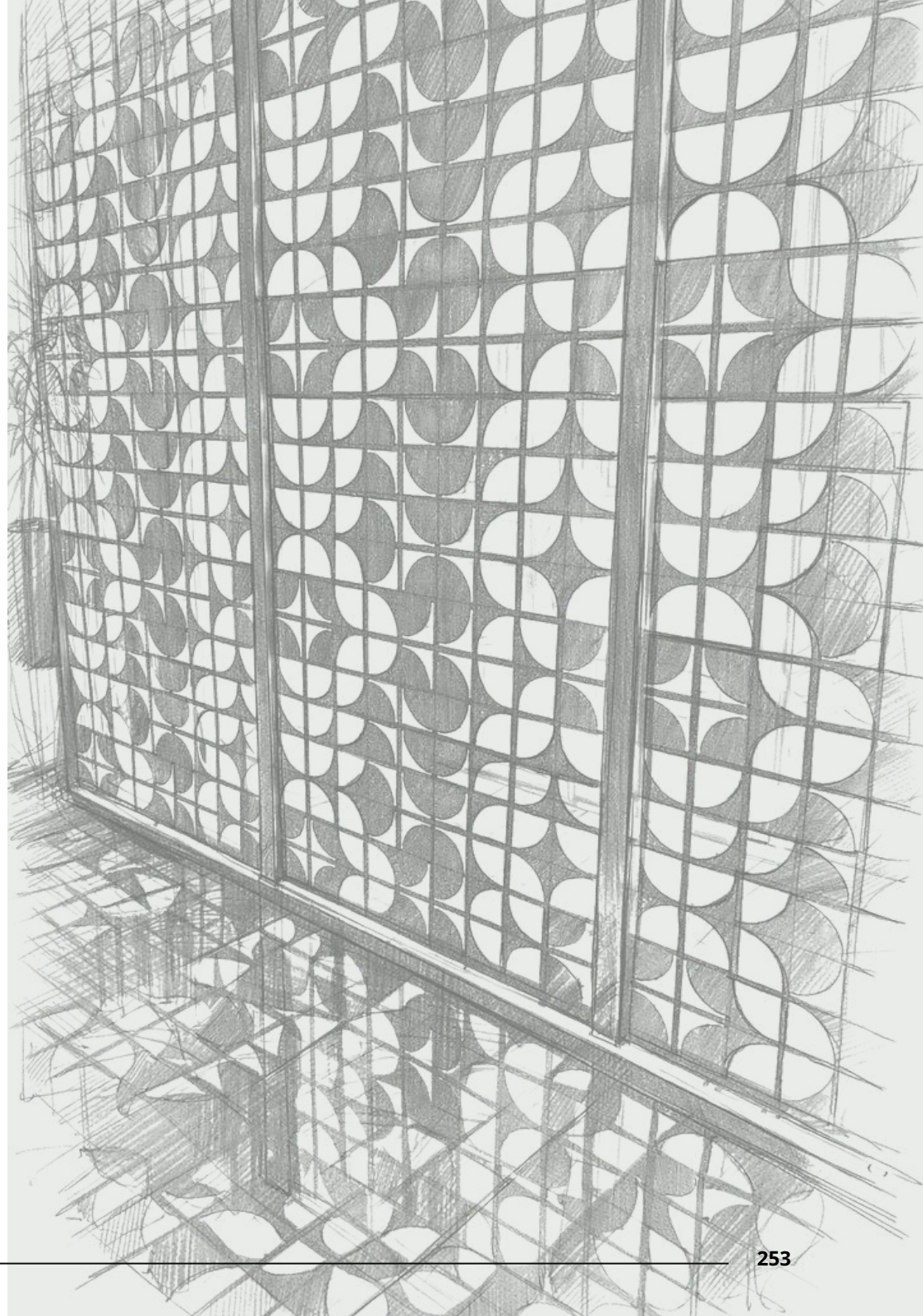
Nesse contexto, a Ouvidoria-Geral aprimorou canais de escuta e mecanismos de participação social, com ênfase na orientação ao cidadão, no tratamento qualificado de manifestações e na prevenção de irregularidades. A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) e a Comissão de Ética intensificaram ações de promoção da integridade e de prevenção de conflitos de interesse, por meio de capacitações, orientações técnicas e disseminação de padrões de conduta, além do fortalecimento da transparência ativa, da disponibilização de dados abertos e das práticas de governança e controle interno.

A Assessoria de Participação Social e Diversidade (ASPAD) desenvolveu iniciativas voltadas à inclusão e à valorização da diversidade, com a realização de eventos temáticos, apoio a ações territoriais de prevenção à violência e produção de materiais educativos sobre cidadania e direitos humanos. No campo da comunicação pública, a Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) executou campanhas de interesse coletivo direcionadas à proteção de direitos e à redução de vulnerabilidades, abordando temas como segurança digital, prevenção de violências, proteção de crianças e adolescentes, enfrentamento ao tráfico de pessoas e divulgação de canais oficiais de apoio e denúncia.



No plano internacional, a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais (ASINT) apoiou iniciativas de cooperação voltadas à proteção de direitos humanos e ao enfrentamento de crimes com impacto social, incorporando salvaguardas de proteção de dados e garantias de direitos nos instrumentos celebrados. Internamente, a Corregedoria-Geral (COGER) fortaleceu ações de prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação, com atividades de sensibilização, orientação e aprimoramento dos procedimentos correcionais, promovendo ambiente institucional pautado pelo respeito e pela dignidade. A Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL), por sua vez, contribuiu para a agenda ao articular propostas normativas voltadas à proteção de direitos, ao enfrentamento de violências e à promoção de garantias no ambiente digital, além de fomentar pesquisas aplicadas para subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas.

De forma integrada, essas entregas evidenciam o compromisso do Ministério com a responsabilidade social como dimensão estratégica da gestão pública, articulando governança, proteção de direitos, participação social, cooperação institucional e comunicação de interesse público na promoção da cidadania e no fortalecimento do Estado Democrático de Direito.



VIII - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) é a unidade da Secretaria-Executiva do MJSP responsável pelo direcionamento das ações de TIC, pela modernização tecnológica e pelo suporte operacional às áreas finalísticas e administrativas do Ministério. Sua atuação tem caráter transversal, alcançando todas as Secretarias e Assessorias, por meio da gestão e oferta de serviços de infraestrutura de TIC, suporte e sustentação de sistemas corporativos, governança e segurança da informação, ciência de dados e integração de soluções tecnológicas.

No arranjo institucional do MJSP, a STI exerce papel de coordenação e articulação da governança de TIC, promovendo o alinhamento entre as unidades de tecnologia dos órgãos vinculados (Agência Nacional de Proteção de Dados, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal). Embora haja coordenação central, cada órgão mantém estrutura própria de TIC e autonomia na gestão de recursos, sistemas e contratos, conforme as diretrizes ministeriais e a legislação vigente.

Na Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), vinculada à Presidência e ao Conselho Diretor, é responsável por prover o suporte tecnológico às atividades regulatórias e de fiscalização em proteção de dados pessoais.

Na Polícia Federal (PF), a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI/PF), subordinada à Direção-Geral, coordena o planejamento, a gestão e o uso dos recursos de TIC, prestando suporte a todas as áreas do órgão e promovendo a padronização, a segurança e a modernização dos sistemas.

Na Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC/PRF), vinculada à Direção-Geral, atua de forma estratégica no direcionamento da TIC, na modernização tecnológica e no suporte às áreas finalísticas e administrativas, com atuação transversal em todo o órgão.

As ações da STI são orientadas pelo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC MJSP), em alinhamento aos objetivos institucionais e à Estratégia Federal de Governo Digital, visando assegurar que os investimentos em TIC gerem valor público e contribuam para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.



Instâncias de governança de TIC

A governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do MJSP é exercida a partir de instâncias formais de comitês, fóruns e grupos técnicos, com participação da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) e das unidades de TIC da PF, PRF e ANPD.

Para fins deste Relatório, serão destacados abaixo as instâncias internas mais relevantes para a definição de diretrizes, priorização de demandas e monitoramento dos resultados em TIC.

Além das instâncias centrais a serem descritas, a STI participa de aproximadamente 28 órgãos colegiados internos e interinstitucionais, voltados à governança digital, dados, segurança da informação, transformação digital e priorização de projetos.

Nome do Comitê/Fórum	Principal finalidade	Periodicidade de reuniões
MJSP/SE/STI		
Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação do MJSP (CGDSIC) - Portaria MJSP nº 2, de 2022	• Definir prioridades na formulação e execução de projetos relacionados à TIC do MJSP. • Elaborar, aprovar e monitorar a execução do Plano Diretor de TIC (PDTIC). • Avaliar a portifólio de TIC, garantindo o alinhamento com os objetivos estratégicos.	Bimestral
Comitê Gestor do projeto da CIN - Portaria nº 725, de 2024	• Decisões estratégicas de governança da Carteira de Identidade Nacional - CIN no âmbito do MJSP.	Trimestral

Fonte: STI/MJSP

Nome do Comitê/Fórum	Principal finalidade	Periodicidade de reuniões
MJSP/SE/STI		
Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação (CGDI) - Portaria MJSP nº 2, de 2022	• Prestar assessoria técnica ao Comitê de Governança Estratégica (CGE) no tocante à gestão, compartilhamento, transparência e abertura de dados, às informações e sistemas de informação; e avaliar as propostas de conteúdo e sugestões de alteração do PDTIC e da Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC).	Mensal
Grupo Técnico do Programa de Privacidade e Segurança da Informação do Governo Federal (PPSI)	• Grupo Técnico articulado pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) junto à STI, para atuar no reporte, análise e compartilhamento de ações para execução e/ou monitoramento do Programa de Privacidade e Segurança da Informação do Governo Federal.	Quinzenal
POLÍCIA FEDERAL (PF)		
Comissão de Dados e Tecnologia da Informação e Comunicação (CDTIC/CG/PF)	• Prestar assessoramento ao Comitê de Governança da Polícia Federal (CG/PF) em temas relacionados a TIC. Promove discussões acerca do planejamento e da priorização de projetos de TIC, além de ser responsável pela apresentação dos resultados das iniciativas realizadas.	Mensal
Reunião de Chefias NTIs, STIs e DTIs.	• Fórum de alinhamento técnico e gerencial entre o órgão central e os setores técnicos das unidades descentralizadas.	Semestral

Fonte: STI/MJSP

Nome do Comitê/Fórum	Principal finalidade	Periodicidade de reuniões
AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)		
Comitê de Governança Digital (CGD)	• Instância colegiada voltada à deliberação de assuntos referentes à implementação de ações de governo digital e ao uso de recursos de TIC.	Trimestral
Comitê de Segurança da Informação (CSIN)	• Instância colegiada cuja finalidade é assessorar o Gestor de Segurança da Informação nas atividades relacionadas à Segurança da Informação.	Trimestral
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF)		
Comitê Executivo de Governança Digital (CEGD)	• Prestar apoio técnico ao CGD e subsidiar o Comitê em seus planejamentos e deliberações.	Bimestral
Comitê de Governança Digital (CGD)	• Exercer a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), garantindo seu alinhamento à estratégia institucional.	Bimestral

Fonte: STI/MJSP

Estratégia, Governança e Gestão de Riscos de TIC

Instrumentos vigentes em 2025:

Plano de Dados Abertos do MJSP
2024 - 2026

Plano Diretor de TIC (PDTIC)
2024 - 2027

Plano de Transformação Digital
2025 - 2026

Plano Diretor de TIC (PDTIC)
2025 - 2028

Plano de Transformação Digital
2025 - 2026

Plano Diretor de TIC (PDTIC)
2024 - 2027

Plano de Transformação Digital
2025 - 2026

Plano Tático-Operacional orientado a Resultados-Chave

Plano Diretor de TIC (PDTIC)
2024 - 2026

Fonte: STI/MJSP

ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA DE TIC

Com base no PDTIC 2024-2027, no Plano de Transformação Digital e nas contribuições das coordenações-gerais da STI, os objetivos estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação podem ser consolidados nos seguintes eixos:

1. Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de TIC do MJSP:

Manter o parque tecnológico operacional e atualizado, facilitar a disponibilização de serviços de TIC aos servidores e unidades do Ministério.

2. Otimizar a gestão e a governança de TIC e dados, com foco em orçamento, contratações e planejamento:

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira da STI, apoiar e executar contratações estratégicas de TIC, implementar práticas de FinOps na infraestrutura e revisar e monitorar continuamente o PDTIC 2024-2027 e o Plano de Transformação Digital 2025-2026, assegurando o alinhamento das iniciativas de TIC às prioridades institucionais e previsão e qualificação de ativos de dados.

3. Fortalecer a segurança da informação e a privacidade no âmbito do MJSP:

Implementar os ciclos 4 e 5 do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), consolidando diretrizes, controles e práticas de segurança cibernética e de proteção de dados pessoais, em conformidade com a legislação e com os normativos federais aplicáveis ao ambiente de TIC do Ministério.

4. Modernizar o desenvolvimento de *software* e a arquitetura de soluções de TIC:

Implantar o programa **Acelera MJ**, estabelecer e disseminar padrões de arquitetura de software a serem adotados nos projetos sob comando da STI, implantar novos modelos de pipeline para projetos, preparar a implementação de testes automatizados e conduzir estudos e ações de migração de repositórios (como *Azure DevOps* para *GitHub Enterprise*), visando aumentar a qualidade, a velocidade e a sustentabilidade das entregas.

5. Recompor e desenvolver a força de trabalho em TIC na STI:

Promover a recomposição gradual do quadro de servidores e colaboradores de TIC, por meio do aproveitamento de concursos, programas específicos e mecanismos de recrutamento, ao mesmo tempo em que se ampliam ações de capacitação, gestão do conhecimento e valorização profissional.

No mesmo âmbito, a seguir apresenta-se, de forma sintética, os principais objetivos estratégicos de TIC declarados pelos órgãos vinculados ao MJSP, conforme seus respectivos instrumentos de planejamento e relatos constantes nos relatórios de gestão de TIC encaminhados à STI.

Órgão	Objetivos estratégicos de TIC
Polícia Rodoviária Federal (PRF)	1. Prover infraestrutura, serviços e sistemas modernos e eficientes, assegurando alta disponibilidade e continuidade operacional; 2. Aprimorar a governança, a conformidade e os processos internos de TIC, alinhados ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e ao sistema de gestão (SIGEST); 3. Fortalecer a segurança da informação, a privacidade e a governança de dados, ampliando controles e a aderência à LGPD e às políticas de SI; e 4. Modernizar e integrar sistemas corporativos e operacionais, apoiando a atividade-fim e a transformação digital. 5. Desenvolver e valorizar a força de trabalho em TIC.
Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	1. Consolidar o fortalecimento institucional por meio da intensificação e do aprimoramento do uso de tecnologias de informação; 2. Implementar uma infraestrutura tecnológica digital adequada às necessidades da ANPD; e 3. Desenvolver e otimizar os processos de trabalho.
Polícia Federal (PF)	1. Democratizar o acesso a dados; e 2. Aperfeiçoar os mecanismos de entendimento, priorização, execução e monitoramento das necessidades de TIC da instituição.

Fonte: STI/MJSP

PRIORIZAÇÃO DAS DEMANDAS DE TIC

Uma vez que a governança de TIC do MJSP é coordenada pela STI e orientada pelo PDTIC, a priorização das demandas estratégicas de TIC segue o mesmo regramento, com base em um modelo de pontuação e ranqueamento de necessidades. As iniciativas aprovadas compõem a carteira estratégica de TIC, com possibilidade de ajustes de prioridade mediante deliberação do comitê competente.

Nos órgãos vinculados, a governança e a priorização de demandas de TIC seguem modelos próprios, alinhados a princípios de planejamento, critérios objetivos e instâncias formais de decisão.

Na Agência Nacional de Proteção de Dados, o planejamento é construído a partir do levantamento de necessidades das áreas e aplicação da matriz de priorização com consolidação técnica e deliberação em comitê de governança digital.

Na Polícia Federal, as demandas são apresentadas pelas áreas de negócio, avaliadas em instância colegiada e incorporadas ao respectivo PDTIC, com priorização baseada em alinhamento estratégico, impacto na atividade-fim e disponibilidade de recursos.

Na Polícia Rodoviária Federal, as solicitações passam por triagem técnica quanto à urgência e ao impacto e, nos casos de maior porte, são submetidas a fluxo estruturado de análise e priorização por unidade de governança de TIC e comitê de projetos.

De forma geral, os arranjos adotados evidenciam a utilização de instrumentos formais de planejamento, critérios explícitos de priorização e instâncias colegiadas de deliberação, assegurando o alinhamento das iniciativas de TIC às diretrizes estratégicas institucionais.



PRINCIPAIS NORMAS INTERNAS DE TIC

Além do arcabouço legal e regulatório externo, a governança de TIC no âmbito do Ministério e de seus órgãos vinculados se apoia em um conjunto de normas internas, políticas, procedimentos e manuais específicos, dos quais se destacam:

Administração central:

- Política de Segurança da Informação do MJSP (POSIN) - Portaria MJSP nº 2, de 2022.
- Política Geral de Proteção de Dados Pessoais no MJSP - Portaria MJSP nº 561, de 2021, alterada pela Portaria MJSP nº 4620, de 2023 (designação do Encarregado Central).
- Documento de Estratégias de Sustentação e Provimento da Infraestrutura Computacional do MJSP - Resolução CGDSIC/STI/SE/MJSP nº 27, de 2024, Anexo Único.
- Política de *Backup* de TIC da administração central do MJSP - Portaria DTIC/SE/MJSP nº 6, de 31 de março de 2022.
- Portaria STI/SE/MJSP nº 11, de 2022 - Diretrizes para contratações de TIC no âmbito do MJSP.
- Portaria STI/SE/MJSP nº 3, de 2023 - Designa Pontos Focais de TIC nas unidades do Ministério.
- Metodologia de Desenvolvimento de S*oftware* do MJSP, adotada pelas áreas de desenvolvimento de sistemas como referência para o ciclo de vida de *software*.
- Manual de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos - Resolução CGE nº 4, de 2018, aplicado também aos processos de TIC e às iniciativas sob responsabilidade da STI.

Polícia Rodoviária Federal (PRF):

- Plano Diretor de TIC da PRF - Portaria DG/PRF nº 12/2024.
- Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS) - Portaria DG/PRF nº 317, de 2025.
- Metodologia de Gerenciamento de Portfólio de Projetos de TIC - Portaria DTIC/PRF nº 39, de 2022.
- Comitê Nacional de Governança de Dados e Integrações (CONADI) - Portaria DG/PRF nº 745, de 2022.
- Comitê de Representantes de TIC (CRTIC) - Portaria DG/PRF nº 186, de 2024.
- Política de Gestão de Registros (*logs*) de Auditoria - Instrução Normativa PRF nº 130, de 2024.
- Procedimentos para realização de Testes de Intrusão em sistemas e infraestrutura de TIC - Portaria DTIC/PRF nº 5, de 2024.

- Política de Serviços Essenciais de TIC da PRF - Portaria DG/PRF nº 585, de 2024.
- Programa de Inteligência Computacional e Análise de Dados da PRF - Portaria DG/PRF nº 328/2025 (instituição do Programa) e Portaria DTIC/PRF nº 23, de 2025 (composição da equipe e diretrizes operacionais).
- Estratégia de Uso de *Software* e de Serviços de Computação em Nuvem da PRF - Instrução Normativa PRF n 156, de 2025.
- Procedimentos sobre Planos de Continuidade de Negócio da PRF, envolvendo conectividade, infraestrutura, energia elétrica, radiocomunicação, telefonia e sistemas críticos.

Polícia Federal (PF):

- Política de Governança de Recursos e Serviços de TIC da Polícia Federal.
- Política de Segurança Cibernética da Polícia Federal.
- Política Geral de Proteção de Dados Pessoais da Polícia Federal.
- Instrução Normativa de Planejamento e Gestão das Contratações de Soluções de TIC no âmbito da PF.
- Documento de Estratégia de Uso de *Software* e de Serviços de Computação em Nuvem da PF.
- Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas da PF.
- Manuais de Modelagem de Dados de Polícia Federal, que orientam a padronização de dados corporativos e a governança de informações.

GESTÃO DE RISCOS DE TIC

A gestão de riscos de TIC é conduzida de forma integrada à gestão de riscos institucionais do MJSP, com identificação, análise e tratamento realizados pelas unidades responsáveis e registrados em matrizes específicas. As avaliações setoriais apontaram riscos recorrentes concentrados nas dimensões de pessoal, orçamento e contratos, governança e processos, segurança da informação e privacidade, e gestão do conhecimento e continuidade.

No eixo de pessoal, foram identificados riscos associados à limitação de força de trabalho, acúmulo de funções e rotatividade de profissionais, com potencial impacto em prazos, controles e entregas. Como medidas de mitigação, destacam-se ações de dimensionamento de equipes, recomposição de quadros, ampliação de perfis especializados e uso complementar de serviços terceirizados e programas de inovação.

Quanto a orçamento e contratos, registraram-se riscos relacionados a restrições financeiras e limitações para expansão de serviços de infraestrutura e segurança. As respostas adotadas incluem priorização de contratações estratégicas, articulação com áreas de planejamento e orçamento e acompanhamento sistemático da execução contratual.

Na dimensão de governança e processos, foram mapeados riscos ligados à definição de fluxos e responsabilidades, bem como à formalização de demandas e uso de recursos de nuvem. As ações de tratamento envolvem padronização de procedimentos, aprimoramento de instrumentos de registro de demandas e alinhamento contínuo entre unidades e instâncias de governança.

No campo de segurança da informação e privacidade, foram considerados riscos de incidentes, fragilidades de proteção de dados e insuficiência de controles. As medidas de mitigação incluem fortalecimento de políticas e termos de uso, execução de programas de privacidade e segurança, contratação de serviços especializados, controles de acesso, capacitações e adoção de medidas técnicas de proteção de dados.

Em relação à gestão do conhecimento e à continuidade, foram apontados riscos decorrentes de rotatividade, sobrecarga e dependência de fornecedores. Como respostas, estão em curso iniciativas de retenção de conhecimento, definição de padrões técnicos internos, registro sistemático de processos e clarificação de responsabilidades entre equipes internas e contratadas.

As ações de comunicação institucional da STI também contribuem para mitigação de riscos, por meio da divulgação de orientações padronizadas e da manutenção de repositório central de informações técnicas, reforçando a transparência interna e a disseminação de conhecimento.

A síntese a seguir consolida os principais riscos de TIC identificados pelas unidades da STI:

Risco de TIC indentificado	Categoria	Probabilidade	Impacto	Ações adotadas/planejadas
Insuficiência de servidores e acúmulo de papéis em unidades de TIC	Pessoal	Alta	Alto	Atualização do DFT; Ingresso de novos servidores concursados; Uso de terceirizados; Negociação com alta gestão para reforço e incentivos.
Restrição orçamentária e insuficiência de recursos para execução contratual e expansão de serviços de TIC	Orçamento / Contratos	Média	Alto	Reuniões com áreas de planejamento e orçamento; priorização de contratações estratégicas; alocação específica de recursos para áreas críticas; acompanhamento da execução contratual.
Fragilidades em privacidade e segurança da informação	Segurança / Dados	Alta	Alto	Elaboração de termos de uso e políticas de privacidade e SI; implementação do PPSI; contratação de serviços de segurança (SOC); mapeamento de dados; capacitação contínua.

Fonte: STI/MJSP

Risco de TIC indentificado	Categoria	Probabilidade	Impacto	Ações adotadas/planejadas
Definição imprecisa de responsabilidades e fluxos em unidades recém-estruturadas; atendimento incorreto de demandas; uso inadequado de nuvem	Governança / Processos	Média	Médio	Definição de fluxos e papéis em conjunto com coordenações; padronização de formulários de demanda para o PDTIC; uso de Planos de Implantação de Serviços em Nuvem; alinhamento com instâncias de governança.
Gestão de conhecimento insuficiente e risco à continuidade do negócio	Pessoal / Processos	Média	Alto	Adoção de práticas de retenção de capital intelectual; definição de padrões de arquitetura de software pela STI; separação de papéis entre contratadas e STI; documentação e registro sistemático de processos e soluções.

Fonte: STI/MJSP

Além dos riscos de TIC identificados no âmbito da STI, consolidados anteriormente, os órgãos vinculados ao MJSP também reportaram riscos específicos em suas estruturas de tecnologia da informação, os quais foram sistematizados e consolidados no quadro a seguir.

Unidade	Principais riscos de TIC identificados	Dimensões associadas	Ações adotadas/planejadas
Polícia Federal (DTI/PF)	Restrição orçamentária e financeira para execução das ações de TIC; insuficiência de recursos humanos de TIC para as ações planejadas; risco de descontinuidade de projetos em razão de mudanças de gestão; crescimento insuficiente de recursos de infraestrutura frente à demanda; ataques cibernéticos.	Orçamento e contratos; Pessoal; Governança; Infraestrutura; Segurança da informação.	Mobilizar a alta administração para alocação de recursos; revisar mecanismos de planejamento; monitorar de forma permanente a interlocução com a área de orçamento; realizar ações de capacitação em TIC e segurança cibernética; aperfeiçoar mecanismos de formalização e governança; antecipar tendências de consumo de recursos; planejar expansão de infraestrutura com antecedência; ampliar ações de conscientização e elementos de segurança no sentido do modelo zero trust.
Polícia Rodoviária Federal (DTIC/PRF)	Ausência de sistema estruturado de gerenciamento de riscos de TIC na DTIC, em função da análise de custo-benefício e do estágio de maturidade processual; métricas de risco ainda com baixo impacto na tomada de decisão da alta gestão de TIC.	Governança de riscos; Processos.	Priorizar a estabilização das entregas finalísticas de TIC, com entendimento de que a evolução para um sistema de gerenciamento de riscos mais estruturado dependerá de maior aculturação organizacional e da integração das métricas de risco à tomada de decisão estratégica.

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Principais riscos de TIC identificados	Dimensões associadas	Ações adotadas/planejadas
Agência Nacional de Proteção de Dados (CGTI/ANPD)	Escassez de capital humano (falta de servidores requisitados e alta rotatividade); impossibilidade de cumprir integralmente o planejamento das contratações por restrição orçamentária e demanda acima da previsão; risco de impossibilidade de entrega de sistemas por falta de equipe, ambiente de desenvolvimento e qualificação; indisponibilidade de serviços; escassez de recursos diante do rápido crescimento do quantitativo de colaboradores.	Pessoal; Orçamento e contratações; Desenvolvimento de sistemas; Infraestrutura e continuidade de serviços; Segurança da informação.	Contratação de terceirizados; criação de mecanismos de retenção de pessoal; busca de recursos em outras fontes; redefinição de prioridades e revisão do planejamento de contratações; contratação de fábrica de software; priorização de infraestrutura básica; contratação de treinamentos específicos; contratação de redundância de internet; manutenção coordenada com o condomínio; investimento em segurança da informação (firewall, antivírus, SOC); replicação de infraestrutura em nuvem e on-site; planejamento do crescimento institucional em consonância com aquisições e orçamento.

Fonte: STI/MJSP



Recursos de TIC

Os dados a seguir apresentam os valores empenhados em despesas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em milhões de reais, no âmbito do MJSP, Administração Direta e fundos vinculados (Fundo de Defesa de Direitos Difusos, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional de Segurança Pública e Fundo Nacional Antidrogas), excluídos o CADE e a FUNAI por possuírem relatórios próprios, bem como da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Agência Nacional de Proteção de Dados. As informações têm como base o indicador do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que classifica os gastos de TI por natureza de despesa.

VALORES EMPENHADOS (em milhões R$)						
ÓRGÃO	2024			2025		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
MJSP	53.453.890,30	4.093.652,00	57.547.542,30	59.867.737,05	12.613.609,00	**72.481.346,05**
ANPD	2.956.397,00	728.076,70	3.684.473,70	1.922.567,28	1.941.944,00	**3.864.511,28**
PRF	90.705.990,20	3.184.382,00	93.890.371,81	84.975.376,50	14.886.862,00	**99.862.208,06**
PF	91.405.224,30	152.376.867,30	243.782.091,60	73.077.180,02	205.157.141,44	**278.234.321,46**
Total Geral	**238.521.501,80**	**160.382.978,00**	**398.904.479,41**	**219.842.830,85**	**234.599.556,44**	**454.442.386,85**

Fonte: STI/MJSP

PESSOAS DE TIC

Os dados a seguir apresentam o quantitativo estimado de pessoas que atuaram em TIC em 2025 no Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como na Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), na Polícia Federal (PF) e na Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Tipo de vínculo	STI/Administração central	ANPD	PF	PRF
Servidores efetivos	1	0	117	175
Cargos comissionados	4	3	0	40
Requisitados / Cedidos	55	9	5	2
Terceirizados	261	2	288	134
Colaboradores temporários / outros	0	2	117	0
TOTAL	**310**	**16**	**527**	**351**

Fonte: STI/MJSP

PRINCIPAIS DESAFIOS DE PESSOAL EM TIC

Os principais desafios de pessoal em TIC concentram-se na atração e retenção de profissionais qualificados e na adequação de perfis e quantitativos às novas demandas tecnológicas. Destacam-se dificuldades na manutenção de servidores com competências multidisciplinares em infraestrutura, nuvem, segurança e operações, bem como na disponibilidade de especialistas em desenvolvimento e arquitetura de software aptos a avaliar entregas, mitigar riscos e assegurar conformidade técnica. A reestruturação interna ampliou atribuições técnicas e evidenciou a necessidade de dimensionamento específico da força de trabalho. Também foram apontados fatores como rotatividade de servidores e terceirizados, limitação de funções estratégicas comissionadas e desafios na gestão de equipes híbridas, com impactos na continuidade de projetos e na sustentabilidade das entregas.

Nos órgãos vinculados, os desafios apresentam características próprias, mas convergentes. Na ANPD, foi reportado quadro reduzido e ausência de carreira específica de TIC, com dependência de servidores requisitados e terceirizados, além de limitações estruturais para funções de governança e segurança, o que restringe a capacidade de atuação estratégica. Na Polícia Federal, os desafios concentram-se na captação e retenção de talentos e na compatibilização entre capacidade de pessoal e volume de demandas, diante da crescente complexidade dos serviços digitais. A Polícia Rodoviária Federal, neste ciclo, não apresentou detalhamento específico sobre pessoal de TIC.

De forma consolidada, o cenário evidencia que a disponibilidade de pessoal qualificado em TIC constitui fator crítico para a continuidade dos serviços, a segurança da informação e a capacidade de inovação no âmbito do Sistema MJSP.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E PORTFÓLIO DE SOLUÇÕES

Indicador	MJSP	ANPD	PF	PRF
Quantidade total de sistemas sob responsabilidade da unidade	58	11	54	64
Sistemas finalísticos (apoio direto à missão institucional principal)	47	8	23	41
Sistemas corporativos/apoio à gestão	11	3	31	23
Sistemas críticos	13	0	17	20

Fonte: STI/MJSP

Na PF, os 23 sistemas finalísticos estão voltados majoritariamente ao suporte às atividades de investigação, fiscalização e regulação, ao passo que os 31 sistemas corporativos dão sustentação aos processos internos de gestão administrativa e operacional. Na PRF, os 41 sistemas finalísticos concentram-se em funções diretamente ligadas à atividade-fim, como registro e acompanhamento de ocorrências, gestão de sinistros, desaparecimentos, recolhimento de veículos e comunicação operacional em campo.

No MJSP, o portfólio de sistemas finalísticos contempla Segurança Pública, Política Migratória, Política Penitenciária, Defesa do Consumidor, Gestão de Ativos Apreendidos, bem como plataformas de treinamento e cursos voltados às áreas finalísticas, reforçando o papel do Ministério como indutor e coordenador de políticas públicas setoriais.

CONTRATAÇÕES, PARCERIAS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS

O portfólio de contratações de TIC do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi consolidado por categorias funcionais, permitindo visão integrada da distribuição dos dispêndios, dos serviços essenciais à sustentação de sistemas e infraestrutura e da participação de órgãos da pasta.

De forma agregada, as contratações concentram-se em infraestrutura de *data center*, armazenamento e plataformas, serviços de nuvem e engenharia de *software*, refletindo a necessidade de garantir disponibilidade, capacidade de processamento, rotinas de *backup* e sustentação evolutiva e corretiva dos sistemas institucionais.

As contratações em segurança da informação e cibernética apresentam caráter estratégico, abrangendo soluções e serviços especializados de proteção, monitoramento e testes de segurança, em alinhamento às diretrizes de privacidade e proteção de dados e à salvaguarda de ativos críticos.

Por sua vez, as aquisições de equipamentos TIC e estações de trabalho destinam-se à renovação e padronização do parque tecnológico, assegurando condições adequadas de desempenho, segurança e trabalho colaborativo.

Categoria	STI	PF	PRF	ANPD	Total
Engenharia de *software* (desenvolvimento, testes e qualidade)	3	2	4	0	**9**
Infraestrutura de *data center,* armazenamento e plataformas	8	8	12	4	**32**
Serviços de nuvem	2	2	3	0	**7**
Redes, comunicação e telefonia	5	17	9	3	**34**
Suporte e atendimento a usuários (*Service Desk*)	1	0	2	1	**4**
Segurança da informação e cibernética	6	2	6	1	**15**
Governança, gestão e apoio a TIC	0	1	1	0	**2**
Equipamentos de TIC e estações de trabalho	8	8	1	1	**18**
Capacitação e desenvolvimento de pessoas	1	0	4	0	**5**
Outros serviços e soluções especializadas de TIC	0	2	4	3	**9**
Total por órgão	**34**	**42**	**46**	**13**	**135**

Fonte: STI/MJSP

Resultados por eixo de atuação

INICIATIVAS EM GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

Em 2025, a STI avançou na agenda de fortalecimento da governança e da gestão de TIC, com iniciativas voltadas à atualização de políticas internas, à modernização da infraestrutura tecnológica, à padronização do desenvolvimento de software, ao aprimoramento da governança de dados e à organização da gestão de portfólio e projetos. No eixo de infraestrutura e uso de recursos, destacaram-se a elaboração da Política de Impressão, a revisão das diretrizes de nuvem e backup, a transição do contrato de suporte de infraestrutura, a renovação do parque de estações de trabalho e a criação de unidade dedicada à gestão de serviços de nuvem, com foco em controle de custos e uso eficiente dos recursos.

Na gestão de desenvolvimento e arquitetura de soluções, o Programa Acelera MJSP consolidou o modelo de desenvolvimento descentralizado em plataforma *low code*, acompanhado de trilhas de capacitação e suporte técnico. Também foi iniciada a adoção da visão por produto, com reorganização das equipes por domínios de solução. Foram definidos padrões de arquitetura, estruturado novo modelo de integração e entrega contínua (CI/CD), disponibilizados serviços de arquitetura no portal interno e avaliada a modernização dos repositórios de código, com vistas à padronização do ciclo de desenvolvimento.

Em governança de dados, informação e inovação, houve continuidade da implementação do programa específico da área, com elaboração de manuais e guias de curadoria, criação de catálogos de agentes e de bases de dados, realização de workshops e disponibilização de portal de apoio à curadoria. No relacionamento institucional, foi estruturado sistema para organizar demandas e interações em TIC. No planejamento estratégico, foram conduzidas a revisão do PDTIC, a atualização da metodologia de gestão de projetos e a publicação de diretrizes para sustentação e evolução da infraestrutura computacional, reforçando a previsibilidade, a padronização e a transparência na gestão de TIC do Ministério.



Nesse sentido, apresenta-se abaixo, tabela com as principais iniciativas desenvolvidas em 2025 no âmbito da governança e da gestão de TIC:

Iniciativa	Objetivo	Unidades/ órgãos envolvidos	Principais entregas
STI/SE/MJSP			
Política de Impressão	Estabelecer diretrizes e procedimentos de utilização dos recursos de impressão do MJSP.	CSUP/DCT	Minuta da Política
Revisão das políticas de nuvem e *backup*	Adequar o uso dos recursos de nuvem aos novos desafios do Ministério e da segurança e promover a resiliência dos ativos digitais.	CGISO/COPR	Minutas das políticas
Renovação do parque tecnológico de *desktops*	Estar com 100% do parque de computadores do MJSP atualizado.	CGISO/CSUP	Distribuição de equipamentos *desktop* para substituição de equipamentos obsoletos do parque de equipamentos do MJSP
Renovação do parque tecnológico de *notebooks*	Atualizar o parque de *notebooks.*	CGISO/CSUP	Distribuição de equipamentos notebooks para substituição de equipamentos obsoletos do parque de equipamentos do MJSP
Transição do contrato de suporte de infraestrutura	Garantir a sustentação e o provimento de serviços de TIC aos seus usuários e ao público em geral.	CGISO/CSUP	Sustentação e o provimento de serviços de TIC aos usuários do MJSP

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/ órgãos envolvidos	Principais entregas
Criação da Divisão de Gestão de Serviço de Nuvem	Implementar melhoras práticas de *finops* e o uso sustentável de nuvem.	CGISO/COPR	Formação da divisão e o recrutamento de servidor, e entrega do assessment do acesso de nuvem.
Acelera MJSP	Permitir o desenvolvimento descentralizado de sistemas de médio e pequeno porte, por meio de uso de ferramenta “low code”.	CST/CGTEC	• 15 sistemas em produção; • 49 projetos de desenvolvimento *low code*; • Turmas de capacitação da ferramenta *Low Code;* • Criação de equipe de suporte técnico; e • Consolidação da trilha de ensino.
Implantação da Visão por Produto	Abordagem contínua de evolução e manutenção de soluções, com atuação permanente das equipes ao longo do ciclo de vida do produto, assegurando entregas consistentes e alinhadas às necessidades dos usuários e das partes interessadas.	CST/CGTEC	Criação das Divisões: • Soluções para Segurança Pública; • Soluções Especializadas e Administrativas; e • Soluções Descentralizadas.
Construção do padrão de arquitetura a ser adotado por projetos sob comando da STI	Assegurar a adoção de melhores práticas de arquitetura, automação e testes nos sistemas sob responsabilidade da STI.	CGTEC/CAQ	Levantamento das necessidades das unidades do órgão; desenvolvimento do padrão

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/ órgãos envolvidos	Principais entregas
Elaboração e implementação do novo modelo de *pipeline* para projetos da STI	Assegurar a adoção de melhores práticas de arquitetura, automação e testes nos sistemas sob responsabilidade da STI.	CGTEC/CAQ	• Atualização do processo automatizado de integração e entrega de projeto que servirá de modelo para outros sistemas; • aplicação do modelo supracitado para outras aplicações.
Estudo, avaliação e apresentação dos resultados dos testes de migração dos repositórios dos projetos tecnológicos da STI do *Azure DevOps* para o *GitHub Enterprise*	Avaliação de viabilidade da migração dos repositórios do *Azure DevOps* para o *GitHub Enterprise*.	CGTEC/CAQ	Avaliação, por estudo e testes, concluída, decidindo-se pela viabilidade da solução.
Programa de Desenvolvimento da Governança de Dados, Informação e Inovação - PRODGDI	Desenvolver suficiência de processos, práticas e ferramentas em governança de dados com foco na qualificação dos Agentes de Curadoria e demais partes interessadas.	CGDAD	• Manual do Agente de Curadoria; • Guia Simplificado para as Agentes de Curadoria; • Catálogo de Agentes de Curadoria; • Catálogo de Captação de Bases de Dados do Prog.BRASIL M.A.I.S; • Processo Permanente de Qualificação dos Agentes de Curadoria; • Portal do Agente de Curadoria (ProDGDI) com acesso a conhecimento e ferramentas para Governança de Dados; • Dicionário de Dados.

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/órgãos envolvidos	Principais entregas
Sistema de Gestão de Relacionamento	Mapear e organizar interações institucionais; Apoiar a governança de projetos e serviços de TI; e Promover a transparência e a rastreabilidade.	CGINOVA/CINOVA	Melhor controle e dimensionamento das atividades realizadas na Gestão de Relacionamentos.
Capacitações STI	Promoção de treinamentos e capacitações voltados às necessidades da área de Tecnologia da Informação, com foco no desenvolvimento de competências técnicas e práticas necessárias ao desempenho das atribuições e ao atendimento dos perfis profissionais requeridos.	CGINOVA/CINOVA	Realizadas 22 capacitações no ano de 2025 conforme 17 necessidades elencadas no PDP 2025 da STI. Um total de 1875 pessoas treinadas no âmbito do MJSP. Com seis treinamentos relacionados ao projeto Acelera MJ e 12 treinamentos ministrados pelos profissionais da Microsoft.
Prospecção de Projetos em IA no âmbito do MJSP	Programas de capacitação e realização de eventos voltados à IA; Prospecção de oportunidades e desenvolvimento de projetos inovadores.	CGINOVA/CINOVA	Apoio na elaboração da Cartilha de IA para os servidores do MJSP; Projeto MigranteWeb – IA; Projeto IA - Cooperação Jurídica Internacional.

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/órgãos envolvidos	Principais entregas
Projeto Celular Seguro	Programas de capacitação e realização de eventos voltados à IA; Prospecção de oportunidades e desenvolvimento de projetos inovadores.	CGINOVA/CINOVA	• Criação do modo recuperação; • Implementação do sistema de mensageira; • Adesão de novos parceiros; • Pesquisa de Celulares com Restrição; • Interação com SINESP e RJ.
Publicação do Documento de Estratégias de Sustentação e Provimento da Infraestrutura Computacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública	Governança/Gestão de TIC	CGGS	Realizadas 22 capacitações no ano de 2025 conforme 17 necessidades elencadas no PDP 2025 da STI. Um total de 1875 pessoas treinadas no âmbito do MJSP. Com seis treinamentos relacionados ao projeto Acelera MJ e 12 treinamentos ministrados pelos profissionais da Microsoft.
1ª Revisão do PDTIC 2024-2027 MJSP	Governança/Gestão de TIC	CGGS	Conclusão da revisão do Plano Diretor de TIC, com a atualização das necessidades das áreas finalísticas e recomendações do TCU.
Atualização da MGP-TIC	Governança/Gestão de TIC	CGGS	Modernização da metodologia de gestão de projetos de TIC para os fins de implantação do PMO.

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/órgãos envolvidos	Principais entregas
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (PRF)			
Revisão e Implantação MGPP	Revisão e implementação da metodologia de gestão de projetos e portifólios.	PRF / DAEDE	• Padronização da Metodologia de Projetos; • Estabelecimento de Fluxo de Processo em Projetos; e • Definição de padrões de acordo MGPP.
Revisão dos fluxos para Gerenciamento de Projetos	Padronizar os processos e fluxos de gerenciamento de projetos	PRF/DAEDE	• Alinhamento claro com os objetivos estratégicos; • Garantia de que as entregas sejam realizadas conforme planejado; e • Redução de riscos de iniciar projetos inviáveis.
Criação de Fluxo de Processos de Gerenciamento de Projetos	Modernizar, padronizar e otimizar o processo de Gerenciamento de Projetos da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC).	PRF/DAEDE	Potencializar as atividades da DTIC, elevando a qualidade das entregas, reduzindo prazos e, consequentemente, fortalecendo a capacidade de atuação eficaz da organização.
Apresentação do fluxo de gerenciamento de projetos para gerentes e analistas	Introduzir o Novo Padrão de Gerenciamento de Projetos para garantir maior eficiência, clareza e alinhamento estratégico.	PRF/DAEDE	Maior previsibilidade, ferramentas padronizadas (menos tempo criando do zero) e relatórios mais fáceis.
Apresentação do fluxo de gerenciamento de projetos para as áreas	Padronizar projetos para reduzir riscos, acelerar entregas e melhorar a qualidade dos sistemas e serviços.	PRF / DAEDE	• Fácil acompanhamento do status e dos prazos; • Canais claros para solicitação de novos projetos e mudanças.

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/órgãos envolvidos	Principais entregas
Revisão e definição de artefatos obrigatórios para gerenciamento de projetos	Definir planejamento detalhado e acordado.	PRF/DAEDE	Padronização da gestão de projetos com definição clara de fluxos, artefatos e pontos de controle, assegurando alinhamento entre áreas, linha de base de planejamento, identificação antecipada de riscos, apoio à tomada de decisão, reaproveitamento de modelos e registro de lições aprendidas para fortalecimento do aprendizado organizacional.
Apresentação da proposta ferramenta para as áreas e para a Diretoria	Apresentar uma nova proposta de contratação e implantação de uma nova solução de gerenciamento de projetos.	PRF/DAEDE	Potencializar as atividades da DTIC, elevando a qualidade das entregas, reduzindo prazos e, consequentemente, fortalecendo a capacidade de atuação eficaz da organização.
Apresentação da proposta ferramenta para a Diretoria	Apresentação de proposta de contratação de ferramenta de gestão de projetos.	PRF / DAEDE	Disponibilização de visão consolidada do portfólio de projetos, com painéis e relatórios gerenciais em tempo real, priorização de iniciativas baseada em dados e mitigação de riscos de atrasos e falhas de execução.
Relatório Técnico – Histórico de Contratação: Ferramenta de Gerenciamento de Projetos	Levantamento de necessidades, avaliação de ferramentas nacionais e internacionais, análise de funcionalidades e elaboração de parecer técnico.	PRF / DAEDE	Fortalecimento da eficiência operacional, com redução de retrabalho e automação de processos, ampliação da transparência e da rastreabilidade, aprimoramento do controle estratégico de prazos, custos e recursos, padronização da gestão de projetos e disponibilização de indicadores e relatórios para apoio à tomada de decisão.

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/órgãos envolvidos	Principais entregas
Apresentação oficial da MGPP para todas as áreas	Apresentação da Metodologia de Gestão de Projetos e Portifólio (MGPP) junto às áreas da organização.	PRF/DAEDE	Assegura aplicação uniforme da metodologia de gestão de projetos, promovendo alinhamento entre áreas, clareza de processos e responsabilidades, redução de falhas de comunicação e retrabalho, além de padronização do acompanhamento de resultados e aderência dos projetos aos objetivos institucionais.
Revisão dos Portfólios de Projetos de todas as áreas	Avaliação e atualização do portfólio de projetos, com alinhamento às diretrizes estratégicas institucionais.	PRF/DAEDE	Promoção de foco, eficiência e alinhamento estratégico, com melhor aproveitamento de recursos e ampliação do impacto institucional.
Implementação do fluxo de projetos com as novas propostas de projetos	Introduzir o Novo Padrão de Gerenciamento de Projetos para garantir maior eficiência, clareza e alinhamento estratégico.	PRF/DAEDE	Garantir organização, transparência e alinhamento estratégico, fortalecendo a eficiência e a governança no acompanhamento das iniciativas.
Revisão extraordinária do PDTIC	Manter o alinhamento institucional, aprimorar a governança e orientar a alocação de recursos e a execução das iniciativas de tecnologia.	PRF / DAEDE	Alinhamento estratégico, otimização de recursos e fortalecimento da governança, apoiando decisões mais eficientes nas iniciativas de TIC da organização.

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/órgãos envolvidos	Principais entregas
Readaptação do PDTIC publicado para o manual de confecção de planos diretores da PRF	Readaptação do PDTIC publicado para adequação ao Manual de Confecção de Planos Diretores da PRF, com vistas ao alinhamento às diretrizes institucionais e ao modelo padronizado de planejamento.	PRF/DAEDE	Promove maior eficiência na gestão de TIC e facilitando futuras revisões e atualizações dos planos diretores.
Dimensionamento de quadro de pessoal	Realizar levantamento do quadro de pessoal e de equipe de forma a elaborar comparativo do déficit de servidores em relação ao quantitativo de demandas	PRF/DAEDE	Entendimento da necessidade de novos servidores para a DTIC.
Levantamento do quantitativo de licenças para *ClickUP* em todas as áreas da DITC	Realizado um levantamento do quantitativo necessário de pessoas que estão diretamente ligadas a projetos dentro das áreas.	PRF/DAEDE	O levantamento das licenças impacta diretamente no número de gestores que terão acesso à ferramenta de projetos.
Guia de Integração de Gerentes e Analistas de Projetos	Elaboração de material orientativo para apoiar a integração de novos colaboradores.	PRF / DAEDE	Reduzir o tempo de adaptação da equipe e padronizar o entendimento sobre nossa governança e processos de trabalho.

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/órgãos envolvidos	Principais entregas
Padronização do ciclo de vida de desenvolvimento de software, definindo ritos, artefatos e ferramentas	Implementação da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS 2.0) como metodologia oficial da PRF.	PRF / CGGT	Redução de retrabalho e aumento da qualidade do software entregue; maior previsibilidade de prazos e conformidade com auditorias.
Atualização da plataforma GLPI e redesenho dos fluxos de atendimento de Nível 1, 2 e 3	Modernização do Processo de Atendimento e Suporte Técnico (GLPI)	PRF / CGGT	Redução do tempo médio de atendimento (TMA) e melhoria na experiência do usuário final da PRF.
Atualização do portfólio de serviços oferecidos pela TI, definindo SLAs e responsabilidades.	Revisão e manutenção do Catálogo de Serviços de TIC	PRF / CGGT	Maior transparência sobre o que a TI entrega; alinhamento de expectativas entre TI e áreas finalísticas.
Formalização de contrato para apoio especializado em processos de gestão, governança de TIC, conformidade e estratégia	Contratação de serviço de governança de TIC (Ampliação)	PRF / CGGT	Aumento da maturidade em Governança de TIC.
Expansão da capacidade operacional do *Service Desk* em nível nacional	Contratação e ampliação da Central Nacional de Serviços.	PRF / CGGT	Escalabilidade do suporte técnico; suporte 24/7 garantido para operações críticas da PRF em todo o país.
Elaboração de estratégias e procedimentos para manter operações essenciais durante crises	Plano de Continuidade de Negócio	PRF / CGGT	Resiliência institucional; garantia de que sistemas críticos (como o de multas ou boletins) não fiquem inoperantes.

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/órgãos envolvidos	Principais entregas
Alinhamento da operação de serviços aos processos da biblioteca ITIL (Incidentes, Mudanças, Problemas)	Serviços de TIC com base na ITIL.	PRF / CGGT	Estabilidade do ambiente tecnológico e redução de paradas não programadas nos sistemas críticos/não críticos.
Redação e publicação de portaria oficial disciplinando a recuperação de desastres e alta disponibilidade	Normativo com diretrizes para continuidade de serviços.	PRF / CGGT	Instituição do Comitê Gestor de Sistemas Críticos e do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), com padronização de procedimentos de recuperação de ativos e adoção de protocolos de resposta a incidentes, incluindo simulações periódicas e atuação de sala de crise, visando assegurar a resiliência operacional.
Definição de regras para aquisição de *software* (SaaS) e migração de infraestrutura para *Cloud*	Norma de diretrizes operacionais do PIC-PRF.	PRF / CGGT	Otimização de custos de infraestrutura e agilidade na escalabilidade de recursos computacionais.
Regulamentação do uso de IA e análise de dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) - PIC	Norma de diretrizes operacionais do PIC-PRF	PRF / CGGT	Uso ético e eficiente de Inteligência Artificial para evolução das atividades finalísticas.
AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANDP)			
GT Prevenção ao Nepotismo em Contratação	Criar proteções ao processo de contratação prevenindo nepotismo no âmbito das execuções contratuais.	ANPD / CGTI	Controles obrigatórios de forma a prever nas contratações proteção contra o nepotismo.
Planejamento de desenvolvimento dos índices de maturidade de Governança de TI	Prospectar ações para melhorar os índices de maturidade da Coordenação-Geral de TI.	ANPD / CGTI	Visualização das principais lacunas nos índices de maturidade, agindo pontualmente.

Fonte: STI/MJSP

Iniciativa	Objetivo	Unidades/órgãos envolvidos	Principais entregas
Criação de Processo de rotina no controle orçamentário	Organização do fluxo de operação para controle orçamentário.	ANPD / CGTI	Permitiu capitanear e estruturar o planejamento orçamentário, fomentando uma melhor comunicação do assunto.
Planejamento dos Projetos para o Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	Planejamento tecnológico para execução dos Projetos do FDD.	ANPD / CGTI	Recebimento dos fundos para execução dos projetos FDD.
Dimensionamento da Força de Trabalho	Dimensionar a força de trabalho necessária para a CGTI.	ANPD / CGTI	Clareza quanto às necessidades, processos e carência real do efetivo da CGTI.
Seleção vaga terceirizados	Ampliar o efetivo, buscando ampliar a capacidade de entregas e apoiar a fiscalização.	ANPD / CGTI	Foi possível capitanear as contratações e fiscalizações de forma a controlar e unificar as rotinas.
Lançamento Edital de Oportunidades	Ampliar o quantitativo de servidores para atuação na coordenação.	ANPD / CGTI	As requisições ainda estão em andamento, mas os benefícios serão a melhor distribuição e preenchimento de lacunas na estrutura da CGTI.

Fonte: STI/MJSP

INICIATIVAS EM INFRAESTRUTURA E CONTINUIDADE

Em 2025, as unidades de TIC do Sistema MJSP executaram um conjunto amplo de iniciativas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura tecnológica, à ampliação da capacidade de processamento e armazenamento, ao aumento da resiliência de redes e data centers e à melhoria da continuidade dos serviços críticos. As ações envolveram renovação de ativos, modernização de ambientes de nuvem, atualização de plataformas, estruturação de serviços de suporte e implantação de mecanismos de monitoramento, backup e recuperação.

No âmbito da STI, destacaram-se ações estruturantes de sustentação do data center e de continuidade operacional, com aquisição de novas soluções de backup e de armazenamento para substituição de equipamentos em fim de vida útil e redução de riscos de perda de dados. Também foi conduzida nova contratação de serviços de nuvem para assegurar a continuidade operacional, além da formalização de contrato especializado de suporte técnico em múltiplos níveis de atendimento. Houve ainda avanço na contratação de serviços e ferramentas de governança, voltados à melhoria do monitoramento e da gestão de ativos de dados e serviços tecnológicos.

Na Polícia Federal, as iniciativas concentraram-se no reforço da segurança, da conectividade e da capacidade dos ambientes computacionais. Foram implementados mecanismos de autenticação forte, modernizadas plataformas de segurança perimetral e de controle de acesso, padronizadas estações de trabalho e iniciada a migração de sistemas operacionais. Também foram ampliadas soluções de alta disponibilidade, realizados diagnósticos de vulnerabilidades e modernizados serviços de atendimento e gestão operacional de TIC. Em redes e data center, avançaram projetos de nuvem, conectividade nacional e SD-WAN, bem como a implantação de novos *storages* e a modernização de ambientes de banco de dados, aumentando desempenho e resiliência.

Na Polícia Rodoviária Federal, as ações abrangeram modernização de componentes de segurança, armazenamento, bancos de dados e servidores de aplicação, implantação de rotinas de backup externo, atualização de plataformas críticas e reorganização de ambientes de sistemas. Também foram realizadas contratações de serviços de nuvem, infraestrutura de rede, colaboração e suporte especializado, além da expansão de soluções de comunicação, reforçando a estabilidade do ambiente tecnológico e a continuidade dos serviços operacionais.

Na ANPD, as iniciativas focaram na consolidação da infraestrutura básica de TIC, com contratação de soluções de firewall e monitoramento, reestruturação da rede local, aquisição de servidores e estações de trabalho e implantação de rotinas de backup e gestão de mudanças. As medidas ampliaram a autonomia tecnológica da Agência e elevaram a resiliência e a segurança dos serviços que suportam sua atuação regulatória.

Unidade	Nome da iniciativa	Tipo	Principais entregas	Riscos mitigados
PF	Segurança da Infraestrutura de TIC	Segurança	Fortalecimento da segurança do parque tecnológico da PF, com implantação de nova infraestrutura de chaves e autenticação forte, reforço de controles de acesso (VPN, MFA e identidade), padronização e atualização de estações de trabalho, modernização de firewalls, proxies e plataformas de alta disponibilidade, centralização e proteção de aplicações externas e execução de diagnósticos e ações estruturadas de gestão de vulnerabilidades.	Reduz risco de acessos não autorizados, incidentes de segurança e indisponibilidade de serviços críticos de TIC.
PF	Ambiente de Nuvem	Nuvem	Implementação dos ambientes de nuvem para os projetos Áspide e Tentáculos.	
PF	Wi-Fi Nacional	Rede	Planejamento e implementação do projeto de Wi-Fi Nacional, assegurando conectividade padronizada e segura às unidades da PF.	
PF	SD-WAN	Rede	Elaboração de projeto de SD-WAN para ampliar o desempenho da conectividade das unidades descentralizadas e reduzir custos de comunicação, com substituição gradual da rede MPLS por circuitos dedicados de Internet.	

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Tipo	Principais entregas	Riscos mitigados
PF	Controle de Acesso	Outros	Implantação do Sistema de Controle de Acesso e Câmera na Sede e no Complexo Policial.	
PF	Switches	Data Center	Planejamento, implantação e migração dos novos storages, na Sede e na DTI aumentando a capacidade e resiliência do armazenamento.	
PF	Exadata	Data Center	Planejamento e execução da migração das bases de produção para a nova solução do Exadata.	Mitiga risco de perda de dados e de interrupção prolongada de sistemas, fortalecendo capacidades de recuperação e continuidade.
PF	Central de Atendimento	Suporte	Migração da versão da solução de ITSM, com novas funcionalidades.	Melhora o tempo de resposta a incidentes e falhas de TIC, reduzindo impacto sobre usuários e serviços essenciais.
PF	Construção da Arquitetura dos Serviços de TIC	Suporte	Melhoria nos processos de gestão de TIC, melhoria da base de conhecimentos e obrigatoriedade de vinculação à base de conhecimento para conclusão de um incidente.	Melhora o tempo de resposta a incidentes e falhas de TIC, reduzindo impacto sobre usuários e serviços essenciais.

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Tipo	Principais entregas	Riscos mitigados
PF	Gerenciamento Operacional	Capacitação	Criação do curso "Gerenciamento Operacional de TIC" junto a ANP para capacitação de gerentes de sistemas, desenvolvedores descentralizados, NTIs e gestores de sistemas.	
ANPD	Infraestrutura de Segurança	Segurança	Contratação de Firewall.	Proteção contra invasão.
ANPD	Reestruturação Conectividade	Rede	Contratação de Acess Point e Controladora, Contratação de Switch de Borda, Contratação de Switch Core.	Risco de paralisação da rede por ativos velhos e sem garantia.
ANPD	Atendimento ao Usuário e Suporte à Infraestrutura	Suporte	Contratação de Serviço de Atendimento aos Usuários de TIC.	Mitigou Risco de interrupção do trabalho por algum problema ou intercorrência, permitindo continuidade da missão institucional dos setores.
ANPD	Aquisição de Infraestrutura tecnológica	Servidores	Contratação de Servidores Hyperconvergentes.	Permitiu continuidade e ampliação do escopo dos serviços no ambiente da ANPD, eliminando dependência de ambientes de outros órgãos.

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Tipo	Principais entregas	Riscos mitigados
ANPD	Ampliação do Parque Computacional	*Desktop*	Contratação de *Desktops*.	Permitiu condições de trabalho para novos colaboradores.
ANPD	Implantação de Processos de Serviço	Processos	Implantação dos processos de Gestão de Mudança.	Protegeu o ambiente contra paralisações por ações sem que houvesse comunicação entre os setores.
ANPD	Reestruturação das Bases de Dados	*Backup*	Implantação das estruturas para *Backup* dos servidores físicos e virtuais, Migração dos Servidores de Biometria, Impressão;	Protege os dados dos serviços contra acontecimentos não controlados.
ANPD	Monitoramento	Monitoramento	Monitoramento do ambiente de tecnologia.	Permite antecipar problemas e possíveis falhas.
PRF	Saneamento do *Workspace*	Ferramenta	Desativação de 1042 licenças do workspace que não estavam sendo utilizadas.	

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Tipo	Principais entregas	Riscos mitigados
PRF	*Backup Off-Site* em SP	Ferramenta	Réplica do ambiente de backup da PRF na Superintendência de SP.	
PRF	Atualização do *Firewall*	Ferramenta	Implantação da nova versão do Forti OS.	
PRF	Migração do F5	Ferramenta	Migração das aplicações para o novo equipamento F5.	
PRF	Implantação da nova Topologia F5	Ferramenta	Melhoria na arquitetura do F5.	
PRF	Atualização das Regras de *Firewalls* das Regionais	Ferramenta	Aplicação das recomendações da DSIC para adequação das regras dos firewalls das regionais.	

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Tipo	Principais entregas	Riscos mitigados
PRF	*Backup Off-Site* em SP	Ferramenta	Réplica do ambiente de backup da PRF na Superintendência de SP.	
PRF	Atualização do *Firewall*	Ferramenta	Implantação da nova versão do Forti OS.	
PRF	Migração do F5	Ferramenta	Migração das aplicações para o novo equipamento F5.	
PRF	Implantação da nova Topologia F5	Ferramenta	Melhoria na arquitetura do F5.	
PRF	Atualização das Regras de *Firewalls* das Regionais	Ferramenta	Aplicação das recomendações da DSIC para adequação das regras dos firewalls das regionais.	
PRF	Migração dos SGBDs dos BDs no ambiente de desenvolvimento	Ferramenta	SGBD PostgreSQL 16 e MySQL 8.	
PRF	Criação do ambiente de desenvolvimento *Wildfly* 12	Ferramenta	Criação de um novo ambiente de desenvolvimento utilizando o *Wildfly* 12. O processo envolve a clonagem de três máquinas.	
PRF	Absorção das VMs de MG	Ferramenta	Absorção das máquinas virtuais que sustentam serviços locais da SPRF-MG.	
PRF	Absorção das VMs de SE	Ferramenta	Absorção das máquinas virtuais que sustentam serviços locais da SPRF-SE.	

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Tipo	Principais entregas	Riscos mitigados
PRF	*Absorção das VMs de GO*	Ferramenta	Absorção das máquinas virtuais que sustentam serviços locais da SPRF-GO.	
PRF	Melhoria no desempenho do sistema Frequência	Ferramenta	Identificação de problema raiz e aplicação de solução paliativa para problema crônico de lentidão do sistema de Frequência em horários de pico.	
PRF	Organização dos Projetos Setoriais	Ferramenta	Definição e organização dos projetos setoriais.	
PRF	Licitação Servidores e *Switches* SAN	Ferramenta	Término da última revisão documental e encaminhamento à CGAN para continuidade da licitação.	
PRF	Licitação Suíte Colaborativa	Ferramenta	Término da revisão documental e encaminhamento à AGU para continuidade da licitação.	
PRF	Contratação de Serviço Técnico Especializado - N3	Ferramenta	Finalização do processo licitatório, aguardando a contratação no início do mês de julho/2025.	
PRF	Migração dos bancos de dados em Homologação	Ferramenta	AutoPRF, Frequência, *CADmobile* e Acesso (*Keycloack*).	
PRF	Unificação *WildFly*	Ferramenta	Migração do *Wildfly* 8 e parte do *Wildfly* 10 para o *Wildfly* 12, em homologação.	
PRF	VoIP Nacional	Ferramenta	Regionais Migradas ente o período de Abril e Maio (AC, MT, DF e SP).	

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Tipo	Principais entregas	Riscos mitigados
PRF	Contratação	Ferramenta	Nova contratação de Serviço Técnico Especializado.	
PRF	Contratação	Ferramenta	Nova contratação de Nuvem.	
PRF	Contratação Suíte Colaborativa	Ferramenta	Contratação XERTICA - Google Workspace.	
PRF	Migração do SGBD PostgreSQL 13 para PostgreSQL 16	Ferramenta	Migração do Banco de dados AutoPRF.	
PRF	Migração SGBD PostgreSQL 13 para PostgreSQL 16	Ferramenta	Migração do Banco de dados do Frequência.	
PRF	Migração do Wildfly 10 para o Wildfly 12	Ferramenta	Migração do Servidor de Aplicação do Frequência.	
PRF	Migração SGBD PostgreSQL 13 para PostgreSQL 16	Ferramenta	Migração do Banco de dados SIAPE.	
PRF	Unificação *WildFly*	Ferramenta	Migração do *Wildfly* 8 e parte do *Wildfly* 10 para o *Wildfly* 12, em homologação.	
PRF	Atualização SEI! 4.1.5	Ferramenta	Atualização SEI! 4.1.5.	

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Tipo	Principais entregas	Riscos mitigados
STI	Aquisição de Solução de Backup	Data Center	Assinatura do contrato para fornecimento da nova solução de Backup.	A contratação teve como objetivo mitigar as falhas na execução do backup garantindo a salvaguarda dos dados do MJSP.
STI	Aquisição de equipamentos de Armazenamento e *Storage*	Data Center	Assinatura do contrato para fornecimento da nova solução de Backup.	A contratação teve como finalidade substituir ativos de armazenamento do *datacenter* em fim de vida útil.
STI	Licitação de novo contrato de Nuvem	Nuvem	Licitação de nova contratação em nuvem.	O objetivo é assegurar a continuidade da prestação dos serviços de nuvem diante do encerramento do contrato vigente.
STI	Contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de Atendimento e suporte técnico em serviços de TIC.	Suporte	Assinatura do contrato para fornecimento de serviço técnico especializado em infraestrutura de TIC.	A contratação teve como objetivo a manutenção e a continuidade dos serviços de N1,N2 e N3 e do suporte de TIC aos usuários do MJSP.
STI	Projeto de contratação de serviços e ferramentas em Governança.	Suporte e gestão	Planejamento de Contratação.	Esperados: ampla estruturação de processos de média e alta complexidade para dirigir, monitorar e avaliar os ativos de dados do MJSP.

Fonte: STI/MJSP

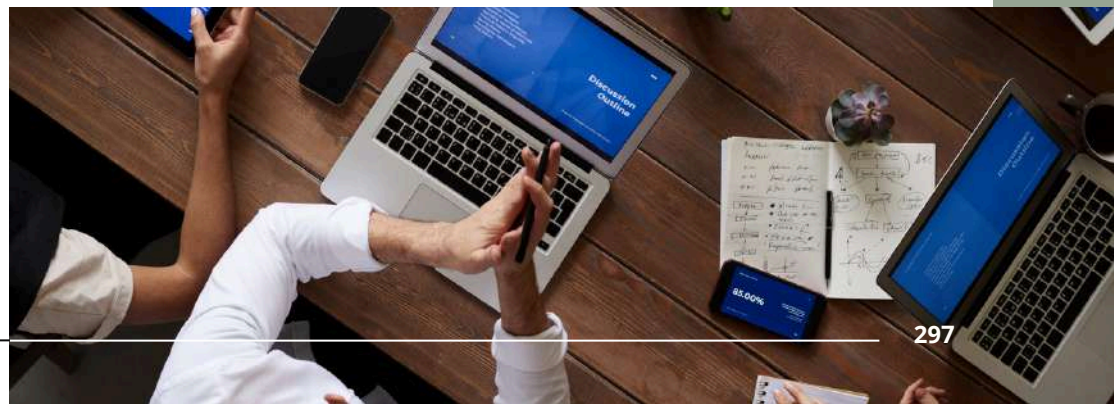
INICIATIVAS EM DADOS, BI E ANALÍTICOS

No mesmo período, foram realizados avanços no âmbito da governança de dados, *business intelligence (BI)*, integrações e análise avançada, com iniciativas que abrangem desde a catalogação e qualificação de bases de dados até a disponibilização de painéis analíticos corporativos e setoriais.

No âmbito da Polícia Federal, destacam-se iniciativas voltadas à consolidação da governança de dados e de seus serviços, a partir da implementação do Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (SIGED), voltado à publicação de catálogos de bases de dados, painéis e *Application Programming Interfaces (APIs)*, além de processos formais de concessão de credenciais de acesso e automatização de BIs, ampliando a disponibilidade de dados em conformidade com requisitos normativos.

Na Polícia Rodoviária Federal (PRF), houve a expansão do ecossistema de BI com painéis estratégicos e operacionais, especialmente a partir da iniciativa Dados Analíticos 4.0, que viabilizou o desenvolvimento de painéis estratégicos e operacionais, cobrindo temas como orçamento, contratações de TIC, frotas, sinistros, operações e auditorias do SEI, entre outros. Também houve avanços nas integrações com dados externos de mobilidade, no mapeamento de rotinas de Extração, Transformação e Carregamento (ETLs) pelo SISCOM, na atualização metodológica de BI e nas ações de orientação sobre o uso de Inteligência Artificial.

No âmbito da STI/SE/MJSP, o foco esteve na criação de uma plataforma transversal de dados para todo o Ministério, com iniciativas que combinam ETL, APIs, automação e painéis. O Inventário de sistemas e banco de dados estruturou um catálogo, facilitando a visualização do ambiente de soluções de TIC e a disseminação de conhecimento sobre ativos informacionais. A Divisão de Gestão de Serviço de Nuvem passou a operar com painéis de acompanhamento financeiro e etiquetamento de recursos, apoiando práticas de FinOps e o uso sustentável de nuvem. Diversos projetos como Painéis RECALL, Nuvem de Palavras e Consumidor.gov.br (Senacon), PIN SENASP, PROJETO API SIGAP 2.0, Painel OBID, SISME e BNBO SENASP, CONARE e Naturalizar, ETL CIN e Painel CIN, PENA JUSTA e SISDEPEN INDIVÍDUOS e painéis do Projeto Celular Seguro disponibilizaram serviços de dados depurados, consistidos e configurados para apoiar a tomada de decisão em políticas públicas finalísticas, com monitoramento contínuo para atualizações e evoluções. O Catálogo de Dados e Painel de Metadados, por sua vez, fortaleceu a cultura de curadoria de dados e a governança corporativa, ao oferecer visões consolidadas de metadados essenciais e indicadores de uso das bases, servindo de referência para agentes de curadoria e para o acompanhamento do ciclo de vida dos ativos de dados.



Iniciativas em Dados, BI e analíticos

Unidade	Nome da iniciativa	Escopo	Principais entregas	Benefícios
PF	SIGED	Governança de dados	Implementação de Sistema de Governança e Gestão de Dados, com publicação de catálogos de bases, painéis e APIs, estruturação de credenciais de acesso e automatização de operações descentralizadas de inteligência de dados.	Aumento da disponibilização, em conformidade, de dados.
PF	Gateway de APIs Corporativas	Integração de dados	Implementação do Gateway corporativo de APIs. Implementação de APIs provenientes dos dados disponibilizados no ambiente Data Lake. Implementação de API de imagens disponibilizadas no ambiente Data Lake. Implementação de base de referência corporativa Apex. Implementação de aplicativo de BI do SEI.	Padronização e facilidade no consumo de dados que vão suportar as tomadas de decisões.
PF	Serviços de Dados	Engenharia e serviços de dados	Implementação de processo de validação de modelagem de dados. Migração das bases do *Mainframe* para banco de dados relacional. Atendimento de mais 7 mil solicitações via plataforma de atendimento.	Aumento da maturidade de gestão de dados que resulta em dados mais consistentes e confiáveis.

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Escopo	Principais entregas	Benefícios
PF	Cultura de Dados	Capacitação	Capacitação de servidores nas áreas de desenvolvimento de aplicações de BI e modelagem de dados.	Disseminação de melhores práticas na forma de estruturar e consumir os dados.
PF	*Elasticsearch*	Infraestrutura de dados e indexação	Contratação de ferramenta para indexação de dados estruturados e não estruturados.	Melhoria na disponibilidade de dados.
PRF	Dados Analíticos 4.0	BI	Desenvolvimento de painéis analíticos e gerenciais para monitoramento de sistemas, recursos, operações, patrimônio, projetos, auditorias e contratações, com foco no apoio à tomada de decisão e no acompanhamento institucional.	Ampliação das camadas analíticas disponibilizadas às respectivas diretorias com a implementação de no mínimo 9 (nove) painéis analíticos.
PRF	Integração WAZE /Google Maps	Integração de dados	Enviar dados de interdições da PRF para a plataforma WAZE/Google Maps de forma integrada com o Sistema PLANOP.	Melhoria na segurança viária, otimização do fluxo de tráfego, aumento da eficiência da PRF e melhoria na comunicação com os usuários.

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Escopo	Principais entregas	Benefícios
PRF	Observatório de Dados - Elaboração do Painel e Disponibilização no ambiente do PRF *Analytics*	Transparência de dados e BI para dados abertos	Utilização de painéis do *powerBI* para a apresentação dos dados abertos da PRF disponíveis no anuário garante uma visão mais moderna se comparada com os gráficos e mapas estáticos apresentados na versão atual. Além da modernização do *layout*, o usuário externo contará com recursos como gráficos dinâmicos, tabelas interativas e filtros, permitindo explorar dados e obter *insights* de maneira mais profunda e flexível.	Painéis analíticos modernos, dinâmicos e interativos com dados da atuação da PRF disponíveis para o público externo ao órgão.
PRF	Gestão Analítica Regional: SPRF-DF, SPRF-MA, SPRF-PI, SPRF-ES, SPRF-PA, SPRF-CE, SPRF-BA, SPRF-PR, SPRF-GO, SPRF-MG, SPRF-RN e SPRF-SP.	BI	Desenvolvimento e entrega de painéis operacionais, gerenciais e analíticos para acompanhamento de infrações, operações, ocorrências criminais, direitos humanos, pessoal, capacitação, saúde, logística, contratos, orçamento, obras, frota, gestão de materiais, registro de preços, gestão de frota, acautelamento, requisições, aquisições e controle analítico de estoques, com foco no monitoramento institucional e no suporte à tomada de decisão.	Dotar a PRF de ferramentas inovadoras, que permitirão aumentar a produtividade, automatizando tarefas repetitivas e fornecendo insights estratégicos para a tomada de decisões.
PRF	Mapeamento Rotinas ETL - SISCOM	Governança de dados, ETL	Elaboração de documentação de rotinas de tratamento de dados do RENAINF do SISCOM.	Otimizar a governança da estrutura de transmissão de dados para o RENAINF.
PRF	Divulgação de Informativos sobre o uso de IA no âmbito da PRF	Governança de IA	Elaboração de cards informativos visando otimizar os recursos de inteligência artificial na PRF e seu uso consciente.	Aumentar o uso de IA com responsabilidade e governança na PRF.

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Nome da iniciativa	Escopo	Principais entregas	Benefícios
PRF	Atualização Metodologia de BI	Governança de dados	A metodologia de *Business Intelligence (BI)* é um conjunto de processos (guia) e técnicas que transformam dados brutos em informações relevantes e acionáveis, auxiliando a gestão analítica na tomada de decisões estratégicas.	A metodologia de BI, ao estruturar e visualizar grandes volumes de dados operacionais, permite a evolução da gestão das unidades regionais de um modelo reativo para uma abordagem proativa e orientada por evidências.
STI	Inventário de sistemas e banco de dados	Catálogo, BI	Disponibilização do painel, sistema em APEX conforme o Acelera MJ (SIUNI).	Facilitar a visualização do ambiente e transmissão de conhecimento.
STI	Criação da Divisão de Gestão de Serviço de Nuvem.	Governança de dados, BI	Desenvolvido painel de acompanhamento financeiro do serviço de nuvem, primeira fase do etiquetamento de recursos.	Implementar melhoras práticas de finops e o uso sustentável de nuvem.
PRF	Painéis RECALL, Nuvem de Palavras, Consumidor.gov e SENACON	ETL, BI e Automação	Disponibilização de serviços de dados para apoio à tomada de decisão. Monitoramento para atualizações e evoluções.	Dados depurados, consistidos e configurados para apoiar a tomada de decisão.

Fonte: STI/MJSP

INICIATIVAS EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

No exercício, as ações de segurança da informação e privacidade concentraram-se no fortalecimento normativo, na elevação da maturidade em gestão de riscos e vulnerabilidades, na ampliação da capacidade de monitoramento e resposta a incidentes e na conscientização de usuários.

Na Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), o foco esteve na governança de dados e na coordenação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), com a execução de novos ciclos do programa, acompanhamento de indicadores, definição de planos de ação, segregação da curadoria de dados para a Coordenação-Geral de Gestão e Governança de Dados (CGDAD), a elaboração de normativo de controle de acesso e realização de testes de segurança em sistemas estratégicos, reforçando a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o controle de dados sensíveis.

Na Polícia Federal, destaca-se a publicação da nova Política de Segurança Cibernética (POSIC) e da nova Política de Gestão de Acesso Lógico, alinhadas às normas técnicas atualizadas e aos regramentos federais. No campo operacional, houve aumento da resiliência a ataques de negação de serviço distribuídos (DDoS), modernização do Centro de Operações de Segurança (SOC) com novas ferramentas de monitoramento e uso intensivo do Portal do Conhecimento de Segurança Cibernética para comunicação de incidentes e materiais de conscientização. Essas medidas contribuíram para a elevação do índice de segurança da informação no âmbito do PPSI.

A Polícia Rodoviária Federal concentrou esforços em diagnósticos e tratamento de riscos e vulnerabilidades, com múltiplas análises de risco em segurança cibernética regional, revisões de regras de *firewall* e gestão de ativos de segurança. Foram conduzidos testes de intrusão (*pentests*) em sistemas, redes internas e redes Wi-Fi, bem como ações estruturadas de gestão de vulnerabilidades, elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD) e monitoramento contínuo de ativos de TIC. Essas ações permitiram reduzir o escore de risco, corrigir configurações de segurança, automatizar respostas com base em *playbooks* e aprimorar a capacidade de detecção, prevenção e resposta a incidentes.

Na Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), as iniciativas priorizaram o fortalecimento da governança e da estrutura de resposta a incidentes. Foram instituídos o Comitê de Segurança da Informação (CSIN) e a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes (ETIR), incrementadas as medidas previstas no PPSI, realizados treinamentos específicos em tratamento de incidentes e mapeado o processo de gestão de vulnerabilidades. A adoção de práticas alinhadas ao modelo *Zero Trust* resultou em melhoria mensurável no *security score* da Agência.

Iniciativas em Segurança da Informação e Privacidade

Unidade	Iniciativa	Tipo	Principais entregas
PF	Nova POSIC	Política	A nova Política de Segurança Cibernética (POSIC) foi publicada oficialmente pela Resolução 12/2025-CG-PF e moderniza a política em alinhamento com novas normas técnicas, normativos de administração pública federal e regramentos jurídicos.
PF	Nova Política de Gestão de Acesso Lógico	Política	Elaboração de nova Política de Gestão de Acesso Lógico em substituição à política anterior de 2010 e alinhada à nova Política de Segurança Cibernética (POSIC).
PF	Aumento da Resiliência em Ataques de DDoS	Medida técnica	Trabalho realizado juntamente com a equipe de redes para aumentar a resiliência em ataques de negação de serviço distribuídos (DDoS) conseguiram evitar novos incidentes que atingiram outros sites governamentais ao longo do ano.
PF	Modernização do Security Onion (SOC) e Demais Ferramentas	Ferramenta	Foram instaladas novas ferramentas de monitoramento de segurança cibernética para o centro de operações de segurança (SOC).
PF	Campanha de *Phishing*	Campanha de conscientização	Foi realizada a primeira campanha de *phishing*, envolvendo 10% da força de trabalho da PF e que resultou na primeira grande ação de conscientização em segurança cibernética da PF.

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Iniciativa	Tipo	Principais entregas
PF	Curso de Fundamentos de Segurança Cibernética	Capacitação	Realização da primeira turma do curso de Fundamentos da Segurança Cibernética visando a capacitação dos servidores no tema.
PF	Portal do Conhecimento de Segurança Cibernética	Campanha de conscientização	Início da utilização do Portal do Conhecimento de Segurança Cibernética para a divulgação de comunicados de incidentes e disponibilização de material de conscientização e capacitação na área.
PF	Elevação do Índice de Segurança da Informação (ISEG) do PPSI	Processo	Alcance do nível mais alto (“Aprimorado”) do Índice de Segurança da Informação (ISEG) do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) do MGI.
ANPD	Segurança - *Zero Trust*	Medida técnica	Melhoria do *Security Score* de 48% para 58%.
ANPD	Criação CSIN	Estrutural	Publicação de portaria de insituição do CSIN.
ANPD	Medidas PPSI	Processo	Medidas do Ciclo 1 e 2 do PPSI.
ANPD	Criação ETIR	Estrutural	Publicação de portaria de instituição da ETIR.
ANPD	Treinamento para Tratamento de Incidentes de TIC	Processo	Processo de Treinamento e Resposta a Incidentes mapeado.

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Iniciativa	Tipo	Principais entregas
ANPD	Identificação das Necessidades e Vulnerabilidades	Processo	Mapeamento do processo de gestão de vulnerabilidades.
PRF	Adequação/ Implementação de controles PPSI/LGPD	Processo	Realização de diagnóstico interno em relação ao atendimento de requisitos previstos no Programa de Privacidade e Segurança da Informação (MGI/SGD) e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tendo por direcionamento aqueles aspectos vinculados ao papel do Operador de Proteção de Dados Pessoais. Realizada implementação de aproximadamento 46 ações.
PRF	Análise de Risco - Segurança Cibernética Regional 2025 - 5ª análise - Regional	Análise de risco	Análise de risco de ativos de rede (*firewall*, entre outros) instalado e/ou sob gestão das Regionais.
PRF	*Cybersecurity news*	Campanha de conscientização	Realização de campanhas de conscientização sobre a importância da Segurança da Informação, através de cards no mês de janeiro.
PRF	Entrega do Relatório Interno - *Pentest* de ativo REDE INTERNA	Relatório Técnico	Crição de relatório interno referente aos testes de intrusão em ativo de segurança REDE INTERNA com a finalidade de uma avaliação realista da eficácia das medidas de segurança, antecipação de ricos, reforço de defesas e melhoria da capacidade de resposta a incidentes cibernéticos.
PRF	Entrega do Relatório Interno - *Pentest* do ativo WIFI	Relatório Técnico	Realização de testes de intrusão em ativos de segurança WIFI com a finalidade de uma avaliação realista da eficácia das medidas de segurança, antecipar riscos, reforçar defesas e melhorar sua capacidade de resposta a incidentes cibernéticos

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Iniciativa	Tipo	Principais entregas
PRF	Gestão de vulnerabilidades 2.0	Processo	Análise detalhada das práticas e processos atuais de gestão de vulnerabilidades.
PRF	LGPD - 2º Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais - RIPD sistemas internos	Relatório de Impacto (RIPD)	Relatório de impacto do sistema SGA.
PRF	PPSI - CIS *Control*	Processo	Acompanhamento e apoio na implantação dos controles exigidos pelo framework por cada área responsável.
PRF	Realização de monitoramento de ativos de TIC	Monitoramento contínuo	O monitoramento dos ativos de TIC (servidores, *desktops* e *notebooks*) é realizado continuamente, gerando relatórios técnicos com os resultados das análises, que são encaminhados para as áreas responsáveis.
PRF	Realização de teste de invasão	Monitoramento contínuo	Realização periódica de testes de intrusão em sistemas e ativos de segurança sob gestão da DTIC e gestão regional. Foram realizados 8 testos na SEDE/Nacional (Sistemas/Wifi/Rede cabeada) - 1 Regional (Wifi/Rede cabeada).

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Iniciativa	Tipo	Principais entregas
PRF	Redução no escore de risco	Gestão de vulnerabilidades	Redução do número de vulnerabilidades (CVEs) ativas e correção das configurações de segurança (*misconfigurations*). Implementação de *playbooks* de automação na detecção de respostas, limpeza de ruídos (falso positivos), reduzindo a média de alerta diários de 30 para apenas 10. Monitoramento avançado baseado em técnicas do MITRE, garantindo vacinas virtuais e modelos de detecção sempre atualizados. A atualização massiva dos agentes e modelos de detecção.
PRF	Segurança Cibernética - Análise de Risco de Sistemas	Análise de risco	Identificação, análise e classificação de riscos de segurança decorrentes dos sistema: PDI, BOP, LPAT, SICOP, Frequencia, MPIR, CPAG, SIAD, SISNAR, CPAG,SEI, DPRFSegurança, AB Central, SIPAC, ALERTA BRASIL, SISCOM2, CST, SERVO2, SILVER e SIAGP, SICOR, APP AGENDA PE, EDAT, DECLARANTE e MAPEAR, LUMEN, PLANOP E SGA, ARGUS e SIGEST.
PRF	Segurança de redes	Verificação de segurança	Testes em credenciais suspeitas e realização em sistemas dentro da instituição.
PRF	Teste de intrusão (*PENTEST*)	Teste de intrusão (*pentest*)	Teste intrusão no sistema AUTOPRF fase 2 e CPAG com a finalidade de elaboração de um documento contendo as vulnerabilidades encontradas, exploradas, descrição dos procedimentos utilizados, horários de atuação e recomendações de atuação imediata para vulnerabilidades graves (relatório final de achados).
PRF	Teste de intrusão (*PENTEST*) realizado em ativo REDE INTERNA	Teste de intrusão (*pentest*)	Realização de testes de intrusão em ativos de segurança REDE INTERNA.

Fonte: STI/MJSP

Unidade	Iniciativa	Tipo	Principais entregas
PRF	Teste de intrusão (*PENTEST*) realizado em ativo WIFI	Teste de intrusão (*pentest*)	Realização de testes de intrusão em ativos de segurança WIFI.
STI	Segregar a curadoria de dados para a nova Coordenação-Geral de dados, desonerando a COPR	Processo	Criação da CGDAD
STI	Monitoramento e Proposta de Planos de Ação para execução dos Indicadores do PPSI do MJSP em conjunto com a área de Segurança da STI e com o Encarregado de Dados (substituto).	Processo	Execução de ações conforme escopo e competência das unidades; atualização de indicadores demonstrando o aumento da maturidade relacionada à custódia e tratamento de bases de dados, e proteção de dados.
STI	PPSI ciclo 4 e 5	Processo	Implementação de controles de segurança e privacidade
STI	Normativo de Controle de Acesso no âmbito do MJSP	Política	Portaria minutada
STI	Testes de Segurança em Sistemas Estratégicos	Processo	Realização de 2 testes

Fonte: STI/MJSP

Desafios, lições aprendidas e perspectivas

PRINCIPAIS DESAFIOS EM TIC

No exercício, a STI identificou desafios estruturantes em pessoal, governança, contratos, dados, infraestrutura e segurança, com impacto direto na capacidade de entrega de soluções digitais e na sustentação de serviços críticos. Persistem dificuldades de provimento e retenção de especialistas em TIC, dependência de concursos e seleções nem sempre bem-sucedidas, alta rotatividade e sobrecarga de equipes-chave, agravadas pela limitação de cargos técnicos e de liderança. Na gestão contratual, a condução simultânea de contratos complexos de TIC exige elevada especialização e integração entre áreas técnicas, administrativas e jurídicas, sobretudo diante de riscos operacionais ligados a faturamento e regularidade cadastral de fornecedores.

No campo de governança técnica e de dados, a reestruturação interna ainda demanda ajustes na definição de responsabilidades entre coordenações, com necessidade de aperfeiçoar fluxos de triagem de demandas e incidentes, bem como o registro de responsáveis técnicos. Destacam-se também lacunas de pessoal qualificado em governança de dados, privacidade e segurança da informação, frente ao elevado volume e diversidade de bases, ambientes e fornecedores, o que pressiona custos, qualidade e disponibilidade dos dados. Como desafios adicionais, apontam-se a consolidação do Escritório de Projetos de TIC e a estruturação de capacidade dedicada para resposta a incidentes de segurança.

Nas vinculadas, os desafios concentram-se em frentes específicas: na Polícia Federal, a preparação da infraestrutura, da governança e das equipes para uso intensivo de Inteligência Artificial e expansão de soluções em nuvem; na PRF, o déficit e a retenção de pessoal de TIC, com impacto na continuidade de serviços e projetos; e na ANPD, a necessidade de contratações tecnológicas ainda pendentes, ampliação da equipe e aumento da maturidade de governança de TIC, para reduzir dependências externas e elevar a resiliência operacional.



LIÇÕES APRENDIDAS

A experiência de 2025 gerou lições relevantes para o aprimoramento da governança e da gestão de TIC na STI/SE/MJSP e na ANPD, destacando a importância da especialização organizacional, da sustentabilidade da força de trabalho, da boa governança contratual e de nuvem, da maturidade em dados e da clareza de processos.

Na STI, verificou-se que estruturas especializadas (arquitetura, testes, nuvem e FinOps) aceleram a maturidade institucional, desde que acompanhadas de atribuições claras e equipes dimensionadas. Também ficou evidente que a acumulação de papéis na contratação, gestão e fiscalização de contratos de TIC é insustentável e aumenta riscos operacionais. Reforçou-se a necessidade de documentação e governança desde a origem — em nuvem, sistemas e incidentes —, com catálogos, fluxos formais e definição de responsáveis. A retenção de talentos mostrou-se condicionada a carga de trabalho equilibrada, capacitação e reconhecimento. Destacou-se ainda a importância da arquitetura e dos testes desde o início dos projetos, bem como de equipes dedicadas para inovação, capacitação e gestão de relacionamentos. Por fim, confirmou-se o papel estruturante da governança, da segurança e do PMO de TIC, evitando lacunas contratuais e fragilidades na resposta a incidentes.



Na ANPD, as lições concentraram-se na gestão de restrições de equipe e orçamento para construir autonomia de TIC, na reavaliação contínua de riscos e na priorização realista das ações, o que permitiu executar a maior parte das entregas essenciais. PF e PRF, embora sem seção formal de lições aprendidas, apresentaram desafios convergentes: recomposição de pessoal, fortalecimento da governança para nuvem e IA e avanço contínuo em segurança cibernética e gestão de dados. Essas lições orientam o planejamento e as ações de TIC para 2026.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Relatório de Gestão Integrado
MJSP 2025

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta os principais resultados alcançados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública no exercício de 2025, em consonância com os objetivos estratégicos e as prioridades estabelecidas para o período. A análise contempla a execução das principais ações, programas e projetos, bem como o desempenho dos principais indicadores vinculados às políticas públicas e ao Planejamento Estratégico, que estruturam os macroprocessos e processos responsáveis pelas entregas à sociedade.

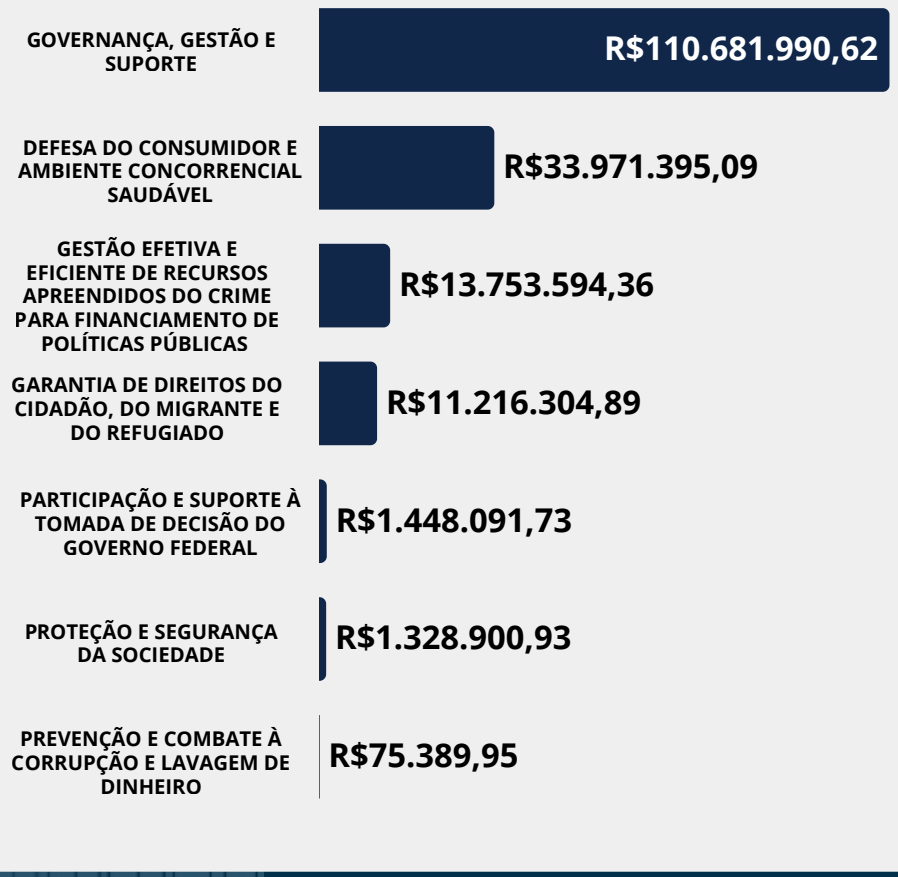
Adicionalmente, são evidenciados os avanços obtidos, os níveis de alcance das metas pactuadas e os resultados gerados para os públicos atendidos, permitindo avaliar a efetividade das iniciativas implementadas.

Em observância às orientações constantes no Guia para Elaboração na Forma de Relatório de Gestão Integrado, publicado pelo Tribunal de Contas da União, são apresentados, ao longo do capítulo, os principais riscos, obstáculos e desafios identificados para o alcance dos objetivos estratégicos, bem como as medidas adotadas para seu enfrentamento e as diretrizes estabelecidas para o período subsequente, com vistas ao aprimoramento contínuo da gestão e à qualificação das políticas públicas..



JUSTIÇA

CUSTOS POR ENTREGA À SOCIEDADE



CUSTO TOTAL DO PROGRAMA DE JUSTIÇA



JUSTIÇA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem priorizado, em sua atuação institucional, o fortalecimento do acesso à justiça e a promoção dos direitos fundamentais. Esses eixos orientam a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à garantia de direitos de grupos historicamente vulneráveis, sob as perspectivas social, econômica e cultural. Nesse contexto, o Ministério desenvolve e implementa iniciativas estratégicas destinadas a ampliar a celeridade e a efetividade das respostas estatais, bem como a qualificar o atendimento à população, contribuindo para uma atuação governamental mais eficiente e orientada à promoção de direitos.

Adicionalmente, realiza-se o acompanhamento periódico dos indicadores vinculados ao Planejamento Estratégico (PE) 2024–2027, com o objetivo de monitorar os resultados alcançados e promover o aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados à sociedade. O PE estabelece diretrizes, metas mensuráveis e iniciativas prioritárias para a atuação do Ministério, de modo a assegurar a coerência e o alinhamento das ações desenvolvidas em âmbito nacional.

São monitorados, ainda, os programas executados e apoiados no contexto do Plano Plurianual (PPA), o instrumento central do planejamento governamental de médio prazo. O PPA consolida a programação e a organização das políticas públicas, estabelecendo um padrão de referência para a formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Nos termos da Constituição Federal, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais devem estar alinhados às diretrizes nele estabelecidas.

- **No campo do acesso à justiça e da proteção de direitos o MJSP assume responsabilidade direta pela execução do Programa 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos.**

Ademais, o Ministério presta apoio transversal à execução dos seguintes programas:

- **1617 -** Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática;
- **5134 -** Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e Outras Drogas; e
- **5814 -** Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua.

Nesse contexto, foram registrados avanços relevantes na implementação da Estratégia **"Defensoria em Todos os Cantos",** voltada ao fortalecimento dos serviços prestados pelas Defensorias Públicas nos estados e municípios do país. A iiniciativa reafirma o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública com a ampliação do acesso à justiça, especialmente em localidades remotas ou com menor presença institucional do Estado.

DEFENSORIA
EM TODOS OS CANTOS

Em 2025, a estratégia nacional consolidou progressos significativos por meio de um conjunto de ações estruturantes destinadas ao fortalecimento institucional e operacional das Defensorias Públicas.

Como parte dessas iniciativas, foi publicado no Diário Oficial da União o Acordo de Cooperação nº 16, de 2025, que estabeleceu as bases para a colaboração federativa e o alinhamento institucional entre o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (SAJU) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), e as Defensorias Públicas dos Estados, do Distrito Federal e da União. O instrumento criou condições institucionais necessárias para a implementação estruturada e sustentável da Estratégia, reforçando o compromisso da Pasta com a ampliação do acesso à justiça em todas as regiões do país, especialmente em localidades remotas com menor presença institucional do Estado.

Entre as principais medidas implementadas, destaca-se a alocação de recursos específicos para a aquisição de veículos itinerantes, incluindo caminhonetes e vans adaptadas, que possibilitarão a expansão do atendimento jurídico gratuito e a prestação de serviços essenciais à população em situação de vulnerabilidade.

Além disso, a SAJU/MJSP realiza, desde 2024, a entrega de Veículos de Direitos, adquiridos com recursos provenientes de emendas parlamentares ao orçamento da União. Essas unidades móveis permitem levar às comunidades os serviços já oferecidos pelas Defensorias nos centros urbanos, deslocando defensores até localidades vulneráveis onde a população enfrenta dificuldade de acesso à sede do município.

Até o momento, receberam Veículos, as Defensorias dos Estados do Rio Grande do Sul (3 veículos) e do Amazonas (7 veículos).



Veículos recebidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.

Paralelamente, prossegue o processo de implementação dos **Postos de Atendimento da Defensoria Pública (PADEFs).** Atualmente, estão em andamento licitações para a aquisição de sedes em formato modular em todo o território nacional. A Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (SAJU), em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), construiu ata de registro de preços para a aquisição dessas unidades, nos tamanhos de 90,27m², 170,80 m² e 201,30m²., viabilizando a expansão da presença física das Defensorias em regiões estratégicas.

Além disso, a integração da Defensoria em Todos os Cantos com outras iniciativas estruturantes da SAJU/MJSP, como as Clínicas de Acesso à Justiça, o programa Defensoras Populares e os Jovens Defensores Populares, tende a qualificar ainda mais a atuação territorial, com uso estratégico de dados para definição de rotas, públicos prioritários e tipos de atendimento.



No âmbito da promoção do empoderamento jurídico comunitário, destaca-se o **Projeto Jovens Defensores Populares**, desenvolvido em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Secretaria Nacional de Juventude que, em 2025, mobilizou:

879 jovens, **241** educadores, em **32** turmas; por meio de **262** encontros.

A iniciativa atua na ativação de redes locais em regiões onde o Estado tem presença limitada, capacitando jovens para reconhecer, prevenir e enfrentar violações de direitos.

Trata-se de uma política pública de empoderamento jurídico comunitário que capacita jovens de territórios vulnerabilizados para reconhecer, prevenir e enfrentar violações de direitos, combinando educação popular, prática territorial e acesso à justiça. O projeto adota uma abordagem interseccional, com foco em raça, gênero e orientação sexual, ampliando a sensibilidade às desigualdades estruturais presentes no Brasil. Os dados indicam a significativa presença de jovens negros (84,28%) e mulheres (51,81%), reforçando o compromisso com diversidade, inclusão e equidade. Para 2026, a meta é alcançar mil jovens nas seis unidades federativas contempladas

(SP, RJ, BA, PE, PA e DF) e expandir a iniciativa nacionalmente, demonstrando que investir em juventude, direitos e território é estratégia essencial para a segurança democrática, a prevenção da violência e a construção de um futuro com acesso efetivo à justiça.

Em relação ao fortalecimento da infraestrutura do sistema de justiça, destaca-se a execução do **Projeto ModernaJus.** A iniciativa promove investimentos na construção, ampliação e modernização de sedes de Tribunais e do Ministério Público, além da aquisição de equipamentos e soluções digitais voltadas ao aprimoramento da prestação jurisdicional. O projeto visa criar condições físicas adequadas para o funcionamento dessas instituições, promovendo ambientes mais acessíveis, eficientes e preparados para atender às demandas da população. Até o momento, está em execução um total de 138 milhões nos estados do Amapá, Acre, Bahia, Pernambuco e Sergipe.



A Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (SAJU) também desempenha papel central na qualificação e na expansão de serviços de acesso à justiça voltados a grupos em situação de vulnerabilidade, por meio da implementação e do apoio a projetos estratégicos desenvolvidos em articulação com o sistema de justiça, a academia e a sociedade civil.

Nesse eixo, foram apoiados

13 projetos, em parceria com **9** instituições do sistema de justiça, com atuação em **5** unidades da federação.

As iniciativas abrangem as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, com investimento total de mais de 4 milhões voltados ao aprimoramento de fluxos de atendimento, práticas especializadas e articulação interinstitucional, com foco em justiça racial, equidade de gênero e proteção integral.

Fonte: Thayane Alves/MIR



No âmbito da reparação de violações de direitos humanos e do enfrentamento da violência institucional, destaca-se o **Programa Mães por Direitos**, voltado a vítimas da violência estatal, com ênfase em jovens negros e suas famílias, a partir da articulação entre ministérios, universidades, organismos internacionais, instituições do sistema de justiça e movimentos sociais.

Nesse escopo, destaca-se a execução do **Projeto Mirante**, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), voltado ao fortalecimento do acesso à justiça, à qualificação de investigações e ao controle externo da atividade policial, contribuindo para o aprimoramento da capacidade institucional em casos de graves violações de direitos humanos.



Ainda como parte do programa, a Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (SAJU), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, apoia a consolidação da **Rede de Acolhimento e Atenção para Pessoas Vítimas de Violência Institucional.** A rede é voltada ao acolhimento psicossocial, jurídico e social, bem como à articulação de redes de proteção.

Soma-se a essas ações o **Projeto de Pesquisa e Intervenção Multiprofissional - EnfrentAção**, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de São Paulo e o Movimento Mães de Maio, voltado à escuta qualificada, à prevenção de adoecimentos físicos, emocionais e sociais e ao acompanhamento multiprofissional contínuo de mães e familiares vítimas de violência policial, com abordagem interseccional de gênero e raça.

Ainda, em julho de 2025, a realização da Oficina Interministerial **"Mães por Direitos"** sistematizou propostas e encaminhamentos que subsidiam a construção de uma política nacional de cuidado, memória e reparação para familiares de vítimas da violência institucional.

No campo da cooperação com universidades públicas, foram firmadas parcerias com 4 universidades federais, com investimento de mais de 4 milhões, destinadas à execução de projetos de extensão universitária, ao fortalecimento de clínicas jurídicas e núcleos de assessoria jurídica popular, à formação de agentes comunitárias de acesso à justiça

e à produção de pesquisas aplicadas. Adicionalmente, a SAJU apoiou cinco projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil, com investimento de mais de 1,6 milhão voltados à educação em direitos, empoderamento jurídico comunitário, litigância estratégica e fortalecimento de redes de proteção. Ao todo, encontram-se em andamento 22 projetos voltados à qualificação dos serviços do sistema de justiça com foco em grupos vulnerabilizados, que somam mais de 10,4 milhões em investimentos, resultando em maior proteção de direitos, instituições mais fortalecidas e respostas estatais mais próximas da realidade de quem mais necessita.

Também na linha de construção de iniciativas de acesso à justiça, foram desenvolvidas as **Clínicas Universitárias de Acesso à Justiça,** em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Clínica de Acesso à Justiça da Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Clínica de Direito à Cidade, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDDA/UFPA).

A iniciativa promove processos formativos, atendimento jurídico, visitas e elaboração de relatórios técnicos e sociais junto às comunidades, além de conceder bolsas de formação para o corpo técnico, de forma a qualificar o atendimento e fortalecer o acesso à justiça. Até o momento, as Clínicas de Acesso à Justiça atenderam mais de 4 mil famílias em conflitos fundiários, especialmente no Maranhão, atuando na prevenção de litígios, na qualificação do acesso à justiça e no fortalecimento comunitário. Ainda, em 2025, foram produzidos relatórios sociojurídicos, cartilhas, notas técnicas, diagnósticos territoriais e subsídios judiciais, além de ações formativas com estudantes, comunidades e movimentos sociais.



Outro destaque é a criação da **Escola Nacional de Acesso à Justiça (ENAJU)**. Instituída pela Portaria Ministerial nº 1.040, de 6 de outubro de 2025, trata-se de uma política pública permanente voltada à formação continuada e à promoção da educação em direitos no Brasil.

A plataforma institucional desenvolvida pelo MJSP tem como objetivo promover a educação cidadã e a formação continuada, ampliando o conhecimento jurídico da população por meio de cursos gratuitos e materiais acessíveis, alinhados aos principais desafios de acesso à justiça no país.

179 usuários cadastrados

114 certificações concedidas



A Portaria que instituiu a ENAJU foi assinada durante o I Encontro Nacional de Democratização do Acesso à Justiça, evento que também marcou o cenário do acesso à justiça no país em 2025.

O encontro teve como objetivo a construção de uma agenda nacional voltada à ampliação do acesso à justiça, por meio do diálogo qualificado entre diferentes segmentos da sociedade. o Evento reuniu representantes do sistema de justiça, do Poder Executivo Federal, do Poder Legislativo, da advocacia, de universidades, de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil.

Foram realizados debates sobre caminhos para ampliar o acesso à justiça no país e aperfeiçoar políticas públicas voltadas à cidadania e à garantia de direitos, com vistas à construção de uma Política Nacional de Acesso à Justiça. Nesse contexto, foi lançado o Edital para seleção e premiação de artigos e textos inéditos que irão compor os dois primeiros volumes da antologia "Vozes pelo Acesso à Justiça".

A iniciativa visa valorizar produções acadêmicas, comunitárias e institucionais que contribuam para o debate público e para o fortalecimento das políticas de acesso à justiça no Brasil. Os textos estão organizados em dois eixos temáticos: Acesso à Justiça Socioambiental e Direitos Territoriais; e Acesso à Justiça Racial.



No cenário internacional, destaca-se a realização do Encontro Regional sobre Acesso à Justiça, no âmbito da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), em Cartagena das Índias, na Colômbia.

Na ocasião, foi aprovada a versão final da Convenção Ibero-Americana de Acesso à Justiça (CIAJ), que seguiu para tramitação interna nos Ministérios da Justiça e instâncias de chefia de Estado, com previsão de assinatura na Assembleia Plenária da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), a ser realizada em março de 2026, no Panamá. O texto consagra o empoderamento jurídico comunitário ao reconhecer comunidades e grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica como sujeitos do direito internacional.

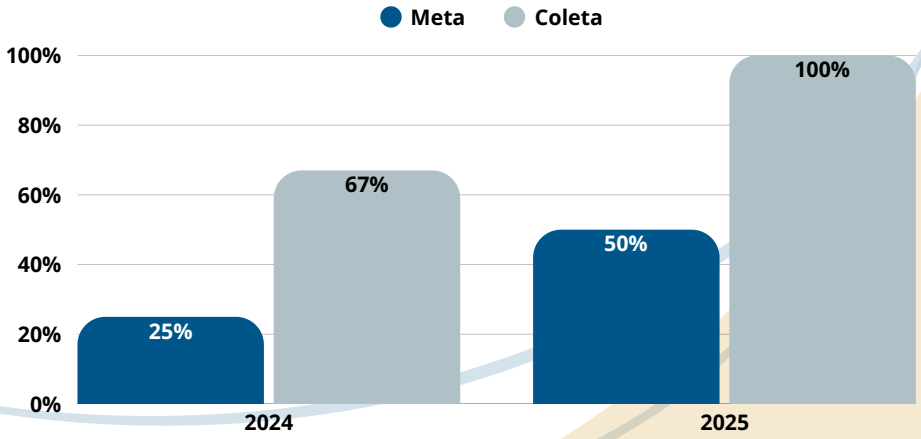
No exercício da presidência do **Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça (PIAJ),** o Brasil atuou como articulador de mudanças estruturantes no texto da Convenção, defendendo uma abordagem orientada ao reconhecimento da diversidade das populações em situação de vulnerabilidade e à adoção de mecanismos concretos para a redução de barreiras históricas ao acesso à justiça. A proposta contempla, entre outros grupos, mulheres, povos indígenas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade, populações migrantes e demais segmentos cuja relação com o sistema de justiça é marcada por desigualdades persistentes.

Entre as principais contribuições brasileiras, destaca-se a incorporação de uma perspectiva específica sobre a população negra e afrodescendente, com o reconhecimento explícito do impacto do racismo estrutural no acesso à justiça. Essas incorporações ampliam a densidade normativa, a relevância política e o potencial transformador da Convenção, reforçando o compromisso ibero-americano com sistemas de justiça mais equitativos, inclusivos e territorialmente contextualizados.

Nesse sentido, é monitorado, no âmbito do Planejamento Estratégico, o indicador "Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos". O indicador tem como meta a abrangência de 100% dos estados brasileiros até 2027, com marcos intermerdiários de 25% em 2024, 50% em 2025 e 75% em 2026.

Em 2025, 100% dos estados brasileiros foram abrangidos por projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos. Essas iniciativas têm como finalidade ampliar o atendimento à população em todo o território nacional, especialmente em municípios com maiores índices de violência.

Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e de promoção de direitos

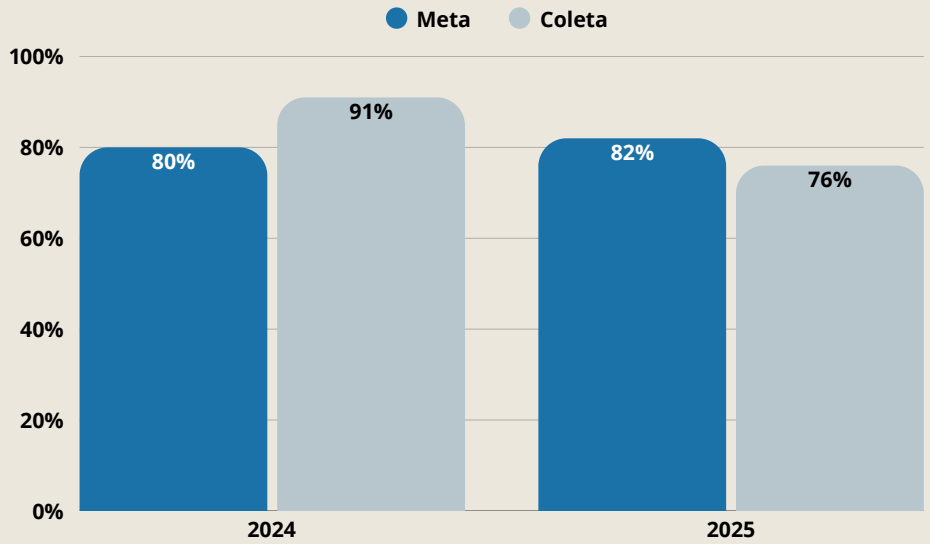


Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Na esfera internacional, o ano de 2025 foi marcado por avanços na modernização dos procedimentos de cooperação jurídica, com a consolidação de rotinas de acompanhamento periódico dos processos. Essas medidas contribuíram para a redução dos prazos de análise e possibilitaram a **repatriação de mais de R$ 250 milhões ao país,** evidenciando maior efetividade na recuperação de ativos e na cooperação entre autoridades nacionais e estrangeiras.

No âmbito do Planejamento Estratégico, o indicador "Percentual de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados", que tem por finalidade promover a ampliação da análise processual com segurança jurídica dos pedidos de cooperação internacional. No ciclo 2024-2027, a meta geral do indicador se estabeleceu em 86% de cumprimento dos pedidos, sendo 80% em 2024, 82% em 2025, 84% em 2026 e 86% em 2027.

Percentual de cumprimento dos pedidos ativos diligenciados



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

No ciclo 2024-2027, a meta geral do indicador se estabeleceu em 86% de cumprimento dos pedidos, sendo 80% em 2024, 82% em 2025, 84% em 2026 e 86% em 2027.

Destaca-se que, em 2024, o percentual de pedidos atingiu 91% e, em 2025, foram cumpridos 76% dos pedidos ativos diligenciados, conforme demonstrado no gráfico.

Com o objetivo de promover e fortalecer o conhecimento sobre práticas de cooperação jurídica internacional, a Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), ofertou curso específico no âmbito do Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional – Grotius. Em 2025, o Programa capacitou 171 agentes públicos.

Faz-se referência ao avanço na revisão dos Manuais de Cooperação Jurídica Internacional, com vistas à padronização e ao aprimoramento das práticas administrativas, bem como a implementação da Convenção de Haia, que incluiu a criação da Coordenação de Prestação Internacional de Alimentos, responsável por dar suporte técnico e operacional aos casos envolvendo obrigações alimentares transnacionais.

No campo da adoção e da subtração internacional de crianças e adolescentes, destacaram-se, em 2025, iniciativas voltadas ao fortalecimento da cooperação institucional e à disseminação de boas práticas. Nesse contexto, foi realizado, em Fortaleza/CE, o II Fórum sobre Violência Doméstica e a Convenção sobre Subtração Internacional de Crianças, com enfoque na operacionalização do artigo 13(1)(b). O evento foi promovido pela Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, em parceria com o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Advocacia-Geral da União e do Ministério das Relações Exteriores.

Destaca-se ainda, a realização da reunião do Conselho das Autoridades Centrais do Brasil para Adoção Internacional (CACB), organizada em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. O encontro contribuiu para o aprimoramento da cooperação interinstitucional nessa temática, fortalecendo a articulação entre os órgãos responsáveis pela condução dos processos de adoção internacional.



II Fórum Global sobre Violência Doméstica e Subtração Internacional de Crianças.

Ressalta-se, ainda, que a reunião contou, de forma inédita, com a participação do Conselho Nacional de Justiça, responsável pela gestão do Sistema Nacional de Adoção (SNA), o que ampliou a integração entre as esferas administrativa e judicial e favoreceu o alinhamento de procedimentos, fluxos e diretrizes para a proteção integral de crianças e adolescentes envolvidos em processos internacionais.

Paralelamente, o Brasil manteve participação ativa na defesa de seus interesses em diversos foros internacionais, contribuindo para o aprimoramento do diálogo multilateral e para o fortalecimento de sua presença e credibilidade no cenário jurídico global. Essa atuação incluiu a participação em negociações, reuniões técnicas e instâncias decisórias voltadas à construção de instrumentos normativos e mecanismos de cooperação internacional, especialmente nas áreas de justiça, segurança pública e direitos humanos.

No mesmo período, foram encaminhados ao Congresso Nacional, para apreciação e aprovação, diversos acordos de cooperação jurídica internacional, refletindo o compromisso do país com o fortalecimento dos mecanismos de assistência mútua entre Estados e com a harmonização de procedimentos jurídicos em âmbito transnacional. Tais instrumentos abrangem diferentes áreas: cooperação civil (Cazaquistão e Guiana), cooperação penal (Convenção das Nações Unidas sobre Crime Cibernético), extradição (Marrocos) e transferência de pessoas condenadas (China e Cazaquistão).

Ainda em 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública também registrou avanços expressivos na Agenda de Migração, de Refúgio e de Apatridia, assim como nas ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com a proteção e a promoção dos direitos humanos.

Nesse contexto, destaca-se o processo de elaboração da **Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia** (PNMRA), iniciada em 2023. Lançada por meio do previsto na Lei nº 13.445, de 24 de maio, e do Decreto nº 12.657, de 7 de outubro de 2025, conforme previsto no art. 120 da Lei nº 13.445/2017. A formulação da PNMRA ocorreu de maneira amplamente participativa, intersetorial e interfederativa, articulando diferentes esferas e setores do poder público, organizações da sociedade civil, especialistas e organismos internacionais, bem como representantes da população Migrante, Refugiada e Apátrida (MRA), por meio da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (2ª COMIGRAR), realizada em 2024.

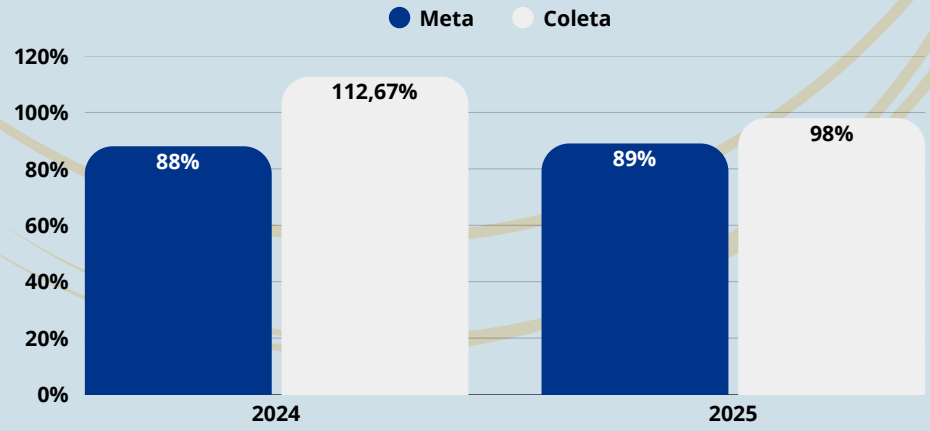
A PNMRA reconhece a população MRA como agente de desenvolvimento socioeconômico e adota uma abordagem humanitária e integrada da governança migratória, com foco na proteção de direitos, na inclusão social e na promoção da cidadania.

O processo avançou para uma etapa decisiva com a submissão da minuta do decreto que institui a política, em um contexto de recorde de demandas migratórias e de refúgio no país.

Em 2025, o Brasil atendeu 89% dos pedidos de migrantes, refugiados e apátridia recebidos no MJSP.



Percentual de migrantes, refugiados e apátridas atendidos em relação ao total de processos recebidos no ano



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

A consolidação da PNMRA configura-se como medida estratégica para a governança migratória brasileira, ao estabelecer um marco normativo estável para orientar a gestão de aproximadamente 90 mil solicitações de refúgio registradas somente no primeiro semestre de 2025, além de dezenas de milhares de processos de naturalização e de autorizações de residência ainda em tramitação.

A efetividade da atuação estatal também se evidencia no campo da cooperação jurídica internacional, com a execução de 88 extradições ativas, que resultaram no retorno ao território nacional de indivíduos localizados no exterior, e 35 extradições passivas, conduzidas em conformidade com as normas e tratados internacionais vigentes.

Já nos processos de expulsão, o resultado alcançado foi de 115% de processos de expulsão decididos, ultrapassando a meta definida de 50% para o ano.

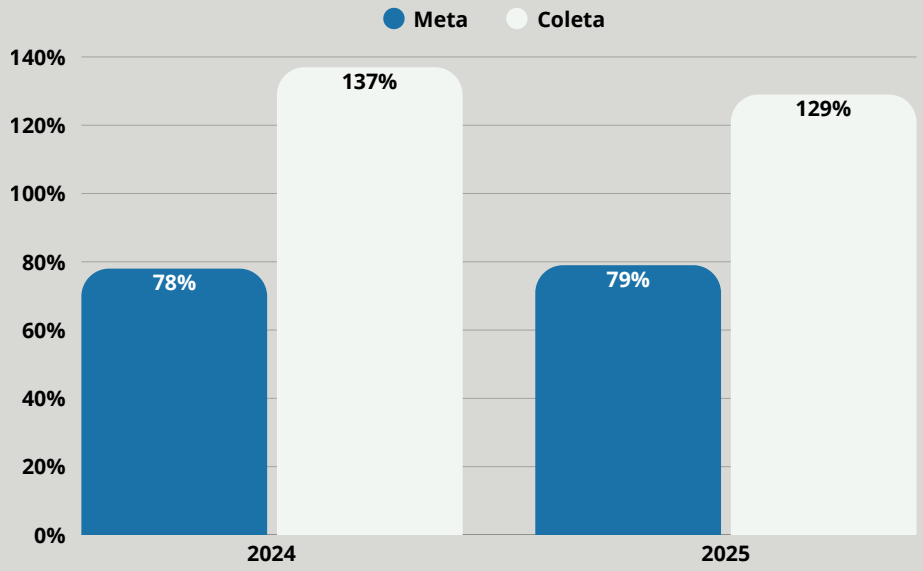


No contexto da **naturalização**, a meta estabelecida para 2025 foi de 79%, obtendo-se o resultado de 129% de processos de naturalização decididos.

No âmbito do Planejamento Estratégico, o monitoramento do indicador **"Percentual de processos de naturalização decididos"**.

A meta geral do indicador é alcançar 81% dos processos de naturalização decididos até 2027. Em 2024, a meta parcial foi de 78%, e, ao final do exercício, foi alcançado o percentual de 137%. Em 2025, a meta estabelecida foi de 79%, enquanto o percentual alcançado ao final do ano foi de 129%.

Percentual de processos de naturalização decididos



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

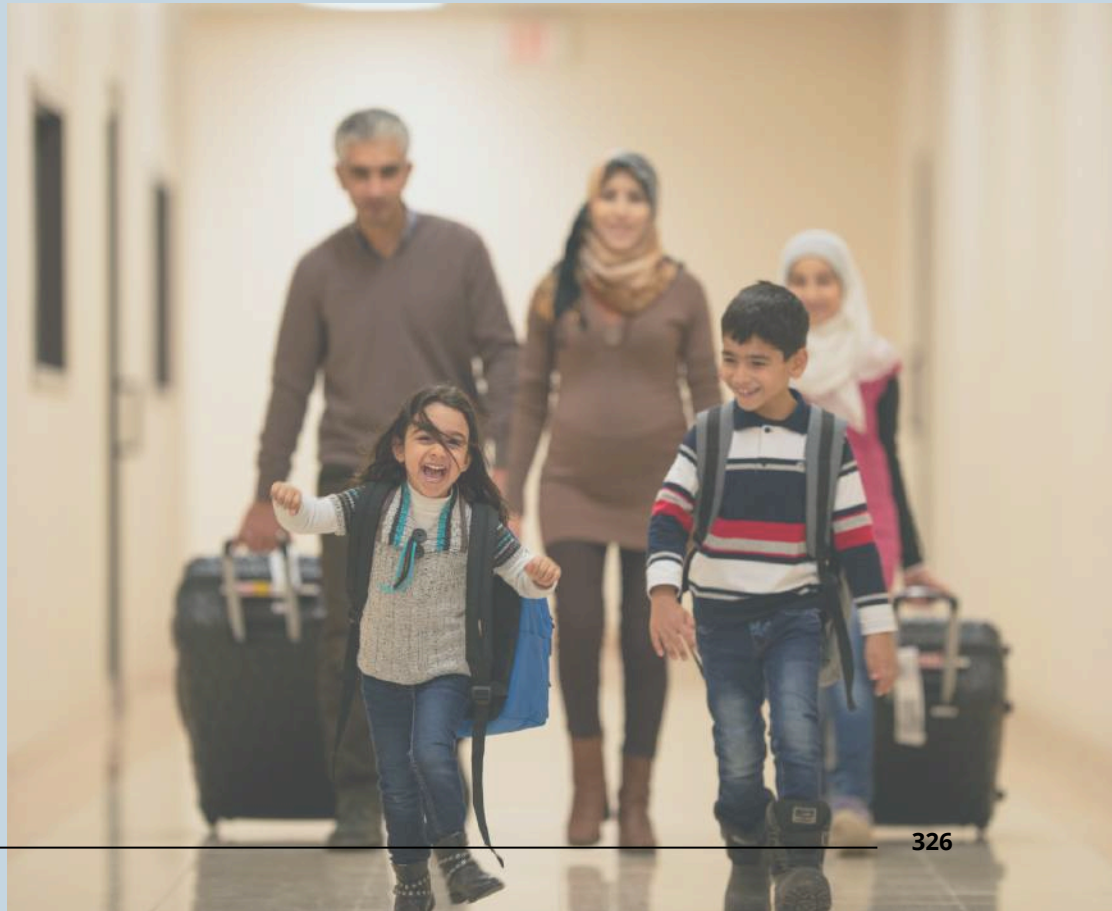
No contexto da política de **refúgio**, até o final de 2025, aproximadamente 166 mil pessoas haviam sido reconhecidas como refugiadas no Brasil, enquanto cerca de 76 mil novos pedidos foram protocolados somente nesse ano, evidenciando a magnitude e a crescente complexidade da agenda de proteção internacional no país.

Nesse cenário, destaca-se a implementação do **Programa Brasileiro de Patrocínio Comunitário para Nacionais Afegãos**, iniciativa inovadora e pioneira que, por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, viabiliza o deslocamento seguro, a recepção, o acolhimento e a promoção da autonomia de pessoas em situação de vulnerabilidade humanitária beneficiárias de visto de acolhida humanitária. O programa busca assegurar condições dignas de integração local, oferecendo apoio social e oportunidades para reconstrução de projetos de vida.

Até o final de 2025, mais de 300 beneficiários haviam sido acolhidos em 31 municípios de oito estados brasileiros. Cinco organizações da sociedade civil foram credenciadas no ano, as quais, juntas, ofertarão um total de 1.500 vagas.

No que concerne à análise de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) deu continuidade a políticas de proteção de grupos sociais vulneráveis, com a renovação da aplicação hhhh da estratégia *Prima Facie* para meninas e mulheres vítimas do corte e mutilação genital feminina e para a população LGBTQIA+ nacional de países que criminalizam a conduta sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Ressalta-se também a aprovação, em dezembro de 2025, do projeto para a reformulação do Sisconare, sistema de tramitação dos pedidos de refúgio que reúne cerca de 400 mil solicitações, o que contribuirá para uma melhor gestão processual e resultados mais céleres para as pessoas solicitantes.



Outro avanço relacionado à população migrante, refugiada e apátrida alcançado pelo MJSP em 2025 foi a consolidação da Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA) como espaço de capacitação técnica, intercâmbio de boas práticas e cooperação interfederativa.

REDE NACIONAL DE CIDADES ACOLHEDORAS

Com 23 municípios participantes, a Rede promoveu, ao longo do ano, três reuniões ordinárias e oito webinários abordando temas como governança local e interinstitucional, capacitação em migração, refúgio e apatridia, além do debate de instrumentos de parceria federativa para o fortalecimento das ações no território.

As atividades da Rede reuniram mais de 270 participantes, entre gestores públicos, técnicos municipais, representantes da sociedade civil e organismos internacionais, abordando desde fundamentos das políticas migratórias até temas específicos, como primeira infância, proteção de crianças desacompanhadas, parcerias federativas e estratégias de integração por meio da educação e da arte.

Adicionalmente, no segundo semestre de 2025, o Brasil, no exercício da Presidência Pro Tempore do Mercosul (PPTB), coordenou o Foro Especializado Migratório do MERCOSUL (FEM) por meio da Coordenação-Geral de Política Migratória (CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJSP).

O evento contribuiu para o avanço da governança migratória regional e para o fortalecimento da cooperação entre Estados Partes e Associados. Ao todo, foram realizadas as seguintes atividades:

1. três reuniões ordinárias e extraordinárias, que promoveram o diálogo multilateral e a articulação regional na temática migratória regional e contaram com a ampla participação de representantes dos Estados Partes do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai) e dos Estados Associados (Chile, Colômbia, Equador e Peru); e
2. tratativas para modernização do Acordo sobre Documentos de Viagem e de Retorno dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados (Decisão CMC nº 46/15), que concentraram-se inicialmente na inclusão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) brasileiras, focando-se posteriormente no primeiro documento.

Como resultado das discussões promovidas durante a Presidência brasileira, Colômbia e Peru manifestaram formalmente interesse em aderir à versão atualizada do Acordo.

No que se refere ao **Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**, o MJSP deu continuidade, em 2025, à implementação do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, instituído pelo Decreto nº 12.121, de 30 de julho de 2024.

As ações desenvolvidas ao longo do período caracterizaram-se pela ampliação da cooperação internacional, com a celebração de novos acordos e o fortalecimento de parcerias bilaterais e multilaterais, bem como pela capacitação contínua de profissionais das áreas de assistência social, saúde, segurança pública e justiça. Essas iniciativas contribuíram para aprimorar a atuação interinstitucional, ampliar a capacidade de identificação de vítimas e promover respostas mais eficazes e humanizadas às situações de exploração.

Além disso, foram promovidas ações voltadas à prevenção, à conscientização e à disseminação de informações qualificadas, com foco em populações vulneráveis e em regiões estratégicas, especialmente nas áreas de fronteira e nos grandes centros urbanos. Tais medidas buscaram não apenas reprimir o crime, mas também reduzir fatores estruturais que favorecem a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas, como desigualdades socioeconômicas, discriminação e ausência de acesso a serviços públicos essenciais.

Nesse mesmo contexto, o Ministério atuou na atualização e na implementação de instrumentos regionais voltados ao combate ao tráfico de pessoas, com destaque para o Guia de Identificação Rápida de Tráfico de Pessoas em Fronteiras do Mercosul e Estados Associados. Esse instrumento foi concebido para fortalecer a capacidade dos países de prevenir, identificar e enfrentar o crime de forma coordenada, especialmente em regiões fronteiriças, onde a atuação de redes criminosas transnacionais exige respostas articuladas e céleres. O guia estabelece procedimentos padronizados para a identificação de possíveis vítimas, a coleta de informações e o encaminhamento aos serviços de proteção, contribuindo para a harmonização das práticas entre os países participantes.

De forma complementar, as iniciativas também priorizaram a proteção integral das vítimas, com ênfase na garantia de direitos, no atendimento humanizado e na reintegração social, incluindo o acesso a serviços de saúde, assistência social, apoio psicossocial e mecanismos de regularização migratória quando aplicável.



Assim, as ações implementadas ao longo de 2025 reforçam o compromisso do Estado brasileiro com uma abordagem abrangente e centrada nos direitos humanos, combinando prevenção, repressão qualificada e proteção às vítimas no enfrentamento ao tráfico de pessoas.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública também tem atuado de forma contínua na atualização e na implementação de instrumentos regionais voltados ao combate ao tráfico de pessoas, com vistas a aprimorar a coordenação institucional e a efetividade das respostas estatais a esse crime complexo e transnacional.

Nesse contexto, destaca-se o lançamento do Protocolo Operativo Padrão de Atendimento às Vítimas Brasileiras do Tráfico Internacional de Pessoas (POP/TIP), em parceria com a Agência da Organização das Nações Unidas para as Migrações (OIM). Esse instrumento sistematiza o fluxo de intervenções institucionais, detalhando os papéis e as responsabilidades dos órgãos e das redes envolvidos, desde a identificação da vítima e as providências iniciais no exterior até a abordagem especializada realizada no Brasil.



Ainda em 2025, o MJSP intensificou sua atuação no enfrentamento ao contrabando de migrantes, reconhecendo a estreita interrelação entre esse crime e o tráfico de pessoas no contexto das migrações irregulares e das dinâmicas do crime organizado transnacional. As iniciativas concentraram-se: no fortalecimento da cooperação interinstitucional e internacional, na qualificação dos mecanismos de identificação de situações de risco e na articulação de respostas integradas que combinem prevenção, repressão qualificada e proteção de direitos. Essa abordagem contribuiu para mitigar práticas exploratórias associadas ao deslocamento irregular de pessoas e reforçou o papel do Ministério na promoção de uma migração segura, ordenada e regular.

No eixo de proteção e assistência, o Ministério fortaleceu, ao longo de 2025, os fluxos nacionais de identificação, atendimento e encaminhamento de vítimas de tráfico de pessoas, com ênfase na atuação integrada da rede interinstitucional. As ações priorizaram a adoção de abordagens humanizadas, a prevenção da revitimização e a garantia integral de direitos, em articulação com as políticas de assistência social, saúde, justiça e segurança pública, bem como com órgãos do sistema de justiça e organizações da sociedade civil. Esse esforço ampliou a capacidade de resposta do Estado brasileiro diante de situações complexas de violação de direitos, tanto no território nacional quanto em casos envolvendo cidadãos brasileiros no exterior.

Em complemento, entrou em vigor a Portaria MJSP nº 959, de 24 de junho de 2025, que reestrutura o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), ampliando a participação da sociedade civil e reforçando suas atribuições estratégicas. Entre elas, destacam-se a gestão e a implementação das ações da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), o acompanhamento da tramitação legislativa de proposições relacionadas ao tema, o intercâmbio com conselhos nacionais de políticas públicas e a promoção da cooperação interinstitucional.



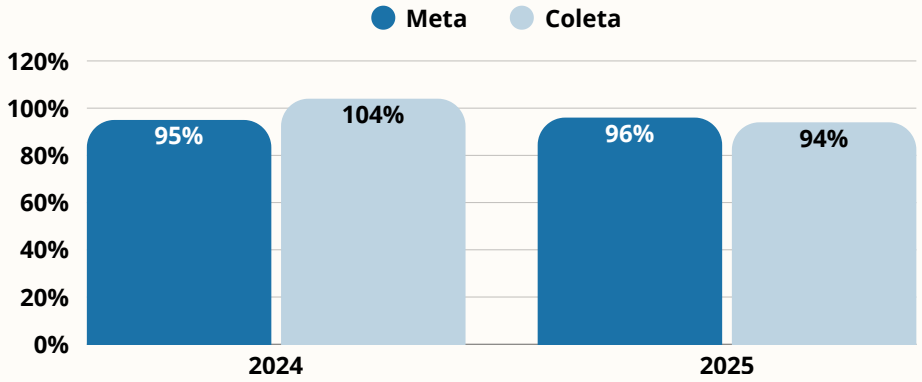


Além disso, encontra-se em desenvolvimento o Sistema de Informações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SISETP), destinado à gestão integrada de dados sobre o fenômeno no Brasil. Atualmente em fase piloto, o sistema permitirá consolidar informações sobre atendimentos prestados às vítimas, produzir estatísticas qualificadas, identificar perfis e vulnerabilidades, com recortes de gênero, raça e condição socioeconômica, elaborar relatórios periódicos e viabilizar comunicação segura entre os órgãos responsáveis. O SISETP será utilizado pelos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, pelos Postos de Atendimento Humanizado a Migrantes e pelas equipes gestoras da política pública, representando um avanço significativo na produção de evidências e no planejamento de ações mais eficazes e orientadas por dados.

No campo da **imigração laboral** e de investimentos, os resultados alcançados em 2025 foram expressivos. Ao longo do período, foram registradas evidenciando avanços significativos na celeridade e eficiência dos processos administrativos.

49.364 solicitações de autorização de residência, das quais **46.398** foram analisadas,

Percentual de processos de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididos



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Ao final do ano, 94% dos processos relativos a autorizações de residência para fins laborais e de investimento já haviam sido decididos.

Entre janeiro e dezembro, as autorizações de residência vinculadas a investimentos resultaram na entrada de mais de **R$ 626 milhões** na economia nacional, evidenciando o papel estratégico da política migratória como instrumento de desenvolvimento econômico, atração de capitais produtivos e estímulo à atividade empresarial. Esses recursos contribuíram para a dinamização de setores produtivos, a geração de empregos e o fortalecimento de cadeias econômicas locais, além de reforçar a confiança de investidores estrangeiros no ambiente institucional brasileiro.

Paralelamente, foram implementadas melhorias relevantes no Sistema MigranteWeb, com destaque para o desenvolvimento de uma ferramenta baseada em inteligência artificial destinada à análise prévia dos pedidos de residência, o que contribui para maior agilidade, padronização e segurança na tramitação dos processos.

Houve, ainda, o aprimoramento das ferramentas de Business Intelligence (BI) do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), ampliando a transparência, a qualidade e a capacidade analítica das informações migratórias. Esse avanço fortalece a produção de dados estratégicos e subsidia a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas voltadas à gestão das migrações no Brasil.

Em relação às políticas de fortalecimento de parcerias com a sociedade civil, em 2025 a Coordenação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e Organizações Estrangeiras (OEs) da Secretaria Nacional de Justiça superou a série histórica dos últimos dez anos, ao qualificar:

129 novas entidades sociais como OSCIP

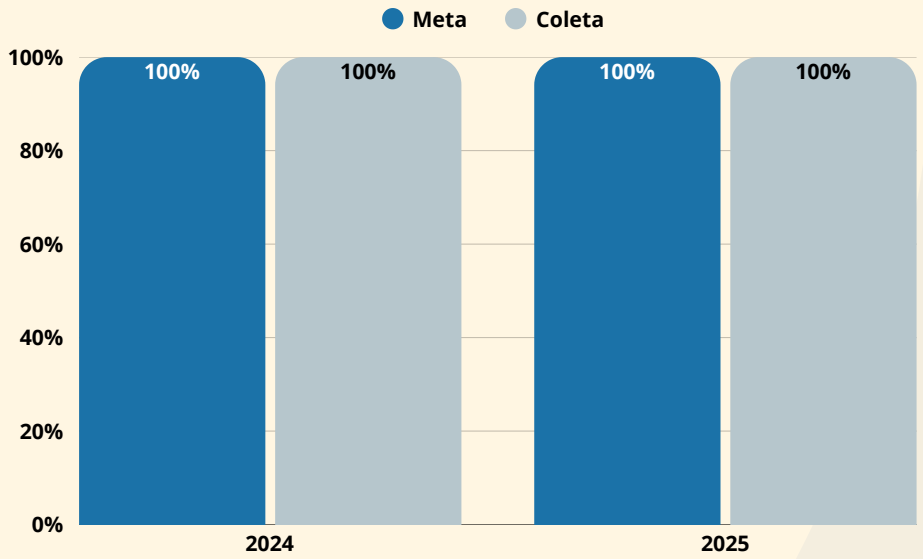
e emitir

679 certidões,

habilitando a atuação de entidades já qualificadas.

Nesse contexto, é monitorado, no âmbito das políticas públicas do MJSP, o indicador "Percentual de entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público", cujo objetivo é avaliar o desempenho do Ministério na análise dos pedidos de credenciamento de OSCIPs. A meta estabelecida é alcançar 100% de entidades qualificadas até 2027.

Percentual de entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Importante destacar que, desde o início do monitoramento, em 2024, o indicador já se mantém no patamar de 100% de entidades qualificadas como OSCIP.

O MJSP, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), tem priorizado o fortalecimento do equilíbrio nas relações de consumo e a promoção de um ambiente de mercado mais justo, transparente e seguro. Em 2025, ano em que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) completa 35 anos, a atuação institucional se destacou pela intensificação de medidas voltadas à proteção e defesa dos direitos dos consumidores, com foco no enfrentamento de práticas abusivas em diversos setores da economia.

A proteção da saúde e da segurança dos consumidores é tratada como prioridade, sendo adotadas medidas preventivas para evitar acidentes de consumo e garantir a célere retirada de produtos perigosos do mercado. Um dos instrumentos mais relevantes nessa atuação é o ***Recall*****,** previsto no CDC, por meio do qual os fornecedores alertam o público sobre riscos e oferecem soluções gratuitamente.

Entre janeiro de 2023 e agosto de 2025, foram realizadas:

391 campanhas de Recall abrangendo segmentos como veículos, medicamentos, alimentos, eletrônicos e produtos infantis.

68 Recalls apresentados com a finalidade de acompanhar o mercado de consumo no que se refere à principal medida prevista no Código de Defesa do Consumidor para prevenção de acidentes de consumo.

Como parte do processo contínuo de modernização e aprimoramento das políticas de proteção ao consumidor, a SENACON vem desenvolvendo o Sistema Recall, uma plataforma informatizada destinada a centralizar e disponibilizar, em tempo real, informações atualizadas sobre campanhas de recall em andamento no país. A ferramenta permitirá maior transparência e acessibilidade aos dados, beneficiando consumidores, órgãos de defesa e fornecedores, além de facilitar o envio, a validação e o processamento de informações pelas empresas responsáveis pelos produtos ou serviços objeto de chamamento. Atualmente em fase de implementação, o sistema representa um avanço significativo na gestão dessas campanhas.

Adicionalmente, foi estruturado painel de monitoramento de recalls internacionais, com uso de ferramentas de business intelligence, permitindo atuação mais proativa e alinhada a padrões globais de proteção ao consumidor.

Em 2025, a SENACON também intensificou ações de fiscalização em setores estratégicos, como combustíveis, telecomunicações, saúde suplementar, serviços financeiros, transporte aéreo, produtos farmacêuticos e apostas, com foco na prevenção de reajustes abusivos e na garantia da adequada prestação de serviços essenciais à população.

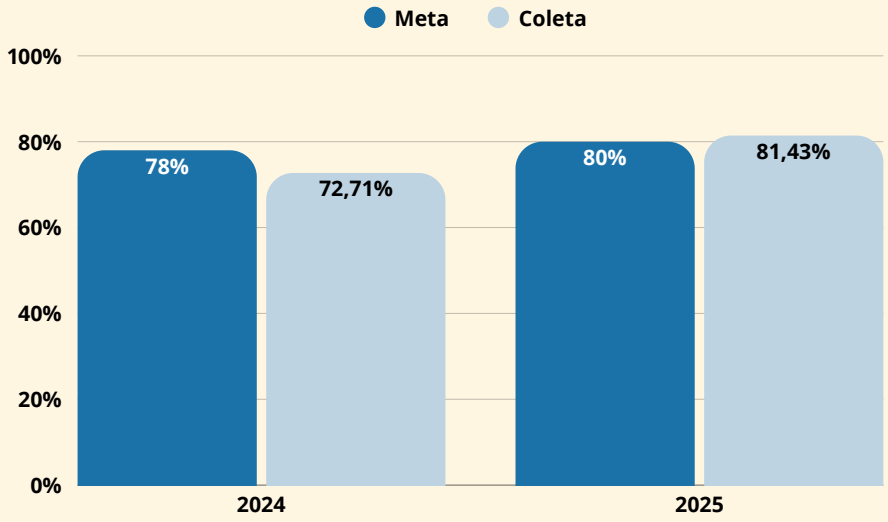
No campo da formação e da educação para o consumo, destaca-se a atuação da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, responsável pela capacitação de agentes públicos, integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da sociedade civil. Em 2025, foram preenchidas 32.076 vagas em cursos e ações formativas, evidenciando a ampliação do alcance das políticas de educação para o consumo e o fortalecimento das capacidades institucionais e sociais para a prevenção de conflitos nas relações de consumo.

A plataforma **Consumidor.gov.br** também consolidou-se como ferramenta estratégica na implementação da Política Pública de Defesa do Consumidor. Trata-se de serviço público digital, gratuito e de adesão voluntária pelas empresas, que permite a interlocução direta entre consumidores e fornecedores para solução de conflitos de consumo.

A ferramenta ampliou significativamente o acesso à resolução de demandas, ao possibilitar o registro de reclamações de forma remota, sem necessidade de deslocamento aos órgãos de defesa do consumidor. Além de contribuir para a desjudicialização de conflitos, o sistema também permite o tratamento de demandas que, muitas vezes, não alcançariam os canais tradicionais de atendimento.

No âmbito do Planejamento Estratégico, monitora-se o indicador "Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov". Em 2024, o percentual de soluções registradas foi de 72,71%. Já no exercício de 2025, esse índice apresentou crescimento, atingindo 81,43% ao final do exercício.

Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov



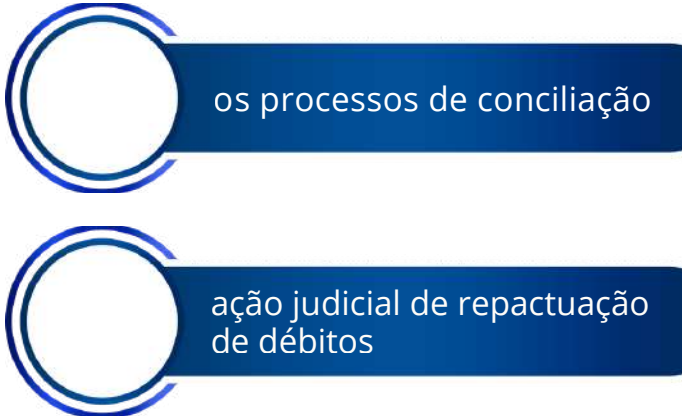
Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

No campo da regulação e fiscalização, o MJSP tem intensificado sua atuação no combate a práticas abusivas que exploram a vulnerabilidade do consumidor, especialmente no ambiente digital, marcado pela rápida expansão de serviços, plataformas e modelos de negócio baseados em dados. Nesse contexto, destacam-se as ações de monitoramento e notificação de empresas que veiculam publicidade enganosa ou abusiva, caracterizada pela promessa de benefícios irreais, pela omissão de informações essenciais ou pela indução do consumidor ao erro. Tais práticas, além de violarem direitos básicos previstos na legislação consumerista, podem acarretar graves consequências econômicas e sociais, incluindo o comprometimento do orçamento familiar e situações de superendividamento.

O avanço das transações digitais, particularmente nos setores de jogos eletrônicos e apostas de quota fixa, ampliou significativamente a necessidade de uma atuação estatal preventiva e regulatória, voltada à mitigação de riscos associados à ludopatia, à exposição excessiva a estímulos de consumo e ao endividamento progressivo. Diante desse cenário, a SENACON tem desenvolvido ações de orientação e conscientização, com ênfase na educação financeira, no direito à informação clara e adequada e na proteção da saúde e da segurança econômica dos usuários. Essas iniciativas incluem campanhas educativas, produção de materiais informativos e articulação com órgãos de defesa do consumidor, buscando fortalecer a capacidade dos cidadãos de tomar decisões conscientes e responsáveis no ambiente digital.

O enfrentamento ao **superendividamento**, entendido como a situação em que o consumidor pessoa natural, de boa-fé, se torna incapaz de pagar a totalidade de suas dívidas de consumo sem comprometer o mínimo existencial, é conduzido com base na Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Essa legislação estabelece um conjunto de medidas voltadas tanto à prevenção quanto ao tratamento do problema, incluindo a promoção de informação e educação financeira, a regulamentação da oferta responsável de crédito e a criação de mecanismos para a renegociação global das dívidas.

Entre esses instrumentos destacam-se:



que buscam restabelecer o equilíbrio financeiro do consumidor, preservar sua dignidade e possibilitar sua reinserção no mercado de consumo de forma sustentável.

Associado a esses resultados, a proteção da concorrência continua sendo um dos fundamentos essenciais para equilibrar as relações de consumo e fortalecer a economia brasileira.

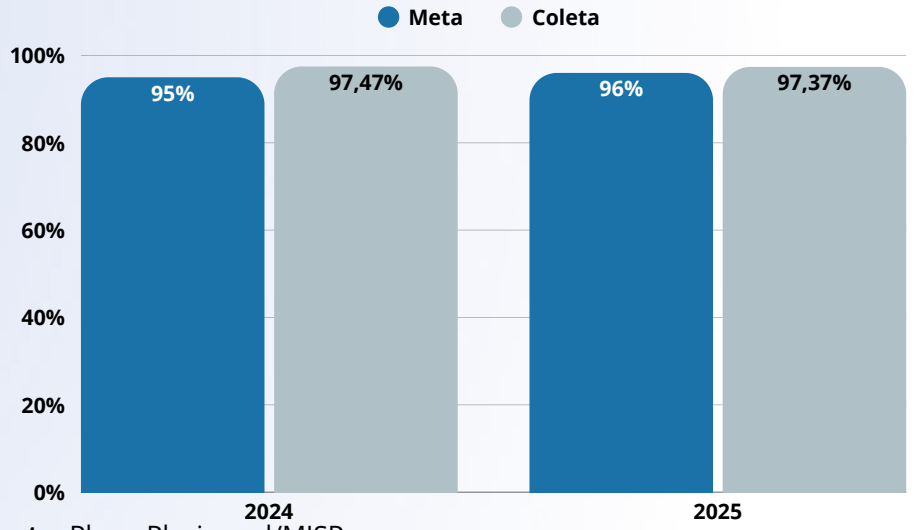
As ações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na análise prévia de fusões e aquisições de empresas, puniçãode condutas anticompetitivas (infrações da ordem econômica), promoção da cultura da concorrência junto à sociedade e a outros órgãos de governo e medidas de transparência como a transmissão ao vivo das sessões de julgamento, a publicação de estudos sobre a jurisprudência das decisões do Cade em determinados mercados e de guias que orientam e informam a sociedade sobre os critérios e procedimentos adotados em suas análises e decisões contribuem para reduzir incertezas e aumentar a confiança do ambiente de negócios no Brasil.

Em 2025, registrou-se um número recorde de 873 atos de concentração instaurados, um acréscimo de 18,44% na quantidade de atos notificados em relação ao exercício anterior. É relevante destacar que foi a maior quantidade de notificações na história do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), além de superar os últimos 4 anos na série histórica do indicador, **com valor dessas operações estimado em mais de R$ 12,8 trilhões,** um resultado da atuação firme contra cartéis, condutas unilaterais e efeitos anticompetitivos.

Quanto ao tempo de análise de processos, o CADE alcançou a marca de 15,3 dias de tempo médio de Ato de Concentração Sumário, que são processos que tratam de controle de concentrações econômicas, com foco em casos com menor potencial ofensivo à concorrência.

Similarmente, no âmbito do Planejamento Plurianual (PPA), monitora-se o indicador “Índice de eficiência das decisões”, no escopo do objetivo específico de promover um ambiente concorrencial saudável e justo. A meta prevista para 2025 foi de 96%, enquanto o resultado alcançado atingiu 97,37%, superando o desempenho planejado.

Índice de eficiência das decisões



Fonte: Plano Plurianual/MJSP

Na temática de capacitação, o CADE registrou 4.533 inscrições em cursos nos quais a Autarquia atua como conteudista.

No que se refere à repressão a infrações à ordem econômica, a Autarquia registrou índices expressivos:

24 processos administrativos transitados em julgado pelo Tribunal do Cade;

5 arquivamentos; e

19 condenações.

Adicionalmente, foram homologados 77 Termos de Compromisso de Cessação (TCCs), fator que resultou em **mais de R$ 389 milhões em Contribuições Pecuniárias**.

Além disso, o Fundo de Direitos Difusos (FDD) teve a arrecadação de mais de **R$ 369 milhões.**

No campo internacional, o Cade reforçou sua atuação, consolidando presença em organismos multilaterais, ampliando a cooperação bilateral e fortalecendo sua visibilidade como referência em política antitruste. Na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), participou ativamente do Comitê de Concorrência e de seus grupos de trabalho, com envio de contribuições escritas sobre temas como avaliação de impacto, eficiências em atos de concentração e influência corporativa.

A atuação no Mercosul foi marcada pela coordenação da quarta edição do Anuário de Concorrência, pela realização de eventos virtuais sobre casos de impacto regional nos setores de cartões de crédito e papel e pela publicação da segunda edição da newsletter semestral do bloco, além do desenvolvimento de iniciativas para capacitação conjunta em defesa da concorrência.

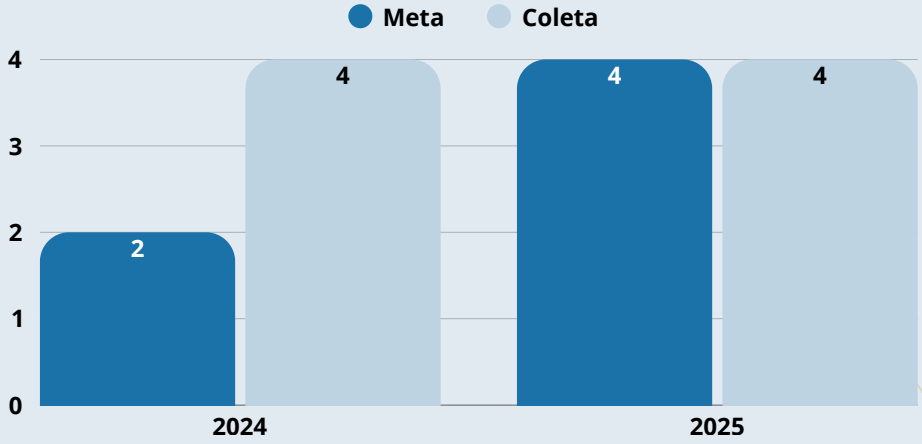


No campo da cooperação bilateral, 2025 foi marcado por avanços significativos. Atualmente, o Cade mantém 21 acordos de cooperação em vigor com diferentes países e, ao longo do ano, deu prosseguimento às negociações com autoridades da China, de Cabo Verde, de Honduras e do Quênia. Esses acordos têm potencial para fortalecer a troca de informações, promover capacitações conjuntas e ampliar a colaboração em investigações de interesse comum.

Com o objetivo de garantir maior segurança jurídica, fortalecer a política pública de proteção de dados pessoais e assegurar os direitos dos cidadãos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), iniciou, em 2025, a implementação da nova Agenda Regulatória para o biênio 2025–2026, aprovada pela Resolução CD/ANPD nº 23, de 9 de dezembro de 2024.

Nesse contexto, é monitorado, tanto no Planejamento Estratégico como no Planejamento Plurianual, o indicador "Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais", de forma a mensurar a quantidade de publicações. A meta atual prevê 8 publicações até 2027. Em 2025, a meta prevista de quatro publicações foi atingida.

Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

A agenda contempla 16 itens prioritários, com destaque para temas como compartilhamento de dados pelo Poder Público, tratamento de dados de crianças e adolescentes, inteligência artificial, anonimização e pseudonimização, além das diretrizes da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade.

Em 2025, a ANPD passou por mudanças estruturais relevantes, sendo transformada em agência reguladora por meio da Medida Provisória nº 1.317, de 17 de setembro de 2025. A medida fortaleceu sua autonomia administrativa e organizacional, com a criação de novos cargos e da carreira de Regulação e Fiscalização de Proteção de Dados. Ademais, a Agência foi designada como autoridade responsável pelas ações relacionadas ao ECA Digital, nos termos do Decreto nº 12.622, de 17 de setembro de 2025, reforçando seu papel estratégico na proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.



No campo da cooperação, a ANPD celebrou Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com entidades nacionais e Memorandos de Entendimento com instituições internacionais, incluindo o ACT firmado com o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e a Agência Nacional de Mineração (ANM).

No plano externo, foram formalizados instrumentos de cooperação com a Autoridade do Centro Financeiro Internacional de Dubai (DIFC), a Autoridade Catalã de Proteção de Dados (APDCAT), o Comissário de Informação do Reino Unido (ICO), a Agência de Acesso à Informação Pública (AAIP) da Argentina e a Agência de Proteção de Dados (APD) de Angola, além da renovação da parceria com a Agência Espanhola de Proteção de Dados.

No âmbito fiscalizatório, foram adotadas medidas relevantes voltadas à consolidação de parâmetros regulatórios, incluindo a aplicação de medidas preventivas e a instauração de processos administrativos contra grandes redes farmacêuticas por uso indevido de dados pessoais. Também foram abertas investigações envolvendo 23 clubes de futebol, com foco na coibição de práticas abusivas relacionadas ao uso de tecnologias de reconhecimento facial e na garantia de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Ademais, 20 empresas de grande porte, identificadas entre as mais reclamadas, foram fiscalizadas, o que resultou na regularização de suas informações de contato e na adequada indicação de seus encarregados pelo tratamento de dados pessoais. Também foram promovidas ação fiscalizatórias de caráter educativo, com divulgação de iniciativas de conformidade à LGPD por parte das empresas.

No campo da difusão a ANPD realizou 32 ações de promoção da cultura de proteção de dados pessoais, o que contribui para o conhecimento de direitos e deveres relativos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Este resultado superou a meta para 2025 que previa a realização de 20 ações.

Destaca-se ainda o fortalecimento da participação social, por meio da realização de Tomadas de Subsídios sobre dados biométricos, que contou com a participação de 88 contribuintes e o recebimento de 1.594 contribuições; e sobre inteligência artificial, com 124 contribuintes e 1.860 colaborações, além da temática relacionada ao Tratamento Automatizado de Dados Pessoais, além de Consulta Pública e Audiência Pública sobre o regulamento de compartilhamento de dados pessoais pelo Poder Público, bem como a Tomada de Subsídios acerca dos conceitos gerais do ECA Digital, cujas manifestações subsidiarão a elaboração de Guia Orientativo específico sobre o tema.





Com vistas à disseminação da cultura de proteção de dados pessoais no país, a ANPD entregou à sociedade várias ações. Entre elas, merecem destaque o 2º Encontro de Encarregados, que reuniu 479 participantes de forma presencial e registrou cerca de 5.000 acessos virtuais por meio de transmissão ao vivo.

Na página institucional reformulada, além da veiculação de 123 matérias informativas, foram publicados diversos estudos científicos e documentos traduzidos, promovendo tanto o aprofundamento do conhecimento para públicos especializados quanto a ampliação da compreensão do tema pelo grande público, inclusive de forma lúdica, por meio do Mangá da CNIL. Essas iniciativas consolidaram o portal da ANPD como um vasto e qualificado repositório de consulta, referência institucional e instrumento de aquisição contínua de conhecimentos em proteção de dados pessoais.

Foi realizada, também, a 3ª edição do Prêmio Danilo Doneda de Artigos Científicos, iniciativa voltada ao incentivo à produção acadêmica de excelência.

A Agência também organizou diversos eventos técnico-científicos, mantendo seus conteúdos disponíveis para consulta no canal oficial do YouTube; atualizou integralmente seus guias orientativos, garantindo fácil acesso por meio do sítio eletrônico institucional; alertou a população acerca de práticas de desinformação envolvendo supostas indenizações por vazamento de dados; promoveu o Fórum Empresarial LGPD, em parceria com a FecomercioSP; divulgou dados agregados sobre Comunicações de Incidentes de Segurança; publicou edital para participação em sandbox regulatório experimental voltado à inteligência artificial; e reforçou seu compromisso com a governança digital em âmbito global.

No cenário internacional, o Brasil assumiu a presidência da Rede Ibero-Americana de Proteção de Dados para o período de 2025 a 2027, bem como da recém-criada Rede Lusófona de Proteção de Dados, consolidando sua liderança regional na temática.

Houve, ainda, avanços significativos no processo de adequação mútua com a União Europeia, medida essencial para assegurar segurança jurídica nas transferências internacionais de dados, reduzir custos para as empresas e fortalecer a proteção dos direitos dos cidadãos brasileiros.

O país ampliou sua participação em iniciativas multilaterais, como o Global Privacy Enforcement Network (GPEN), voltado à fiscalização de plataformas acessadas por crianças, e em grupos de trabalho dedicados à inteligência artificial e à proteção de dados sensíveis.

Foram promovidas reuniões estratégicas internacionais com vistas à celebração de acordos de cooperação com as Filipinas, Baviera, Abuja, Espanha, Portugal e União Europeia, bem como a participação em conferências, fóruns e simpósios internacionais. Destacam-se, ainda, a realização de visita técnica do *Bangko Sentral ng Pilipinas* e, de forma especial, o 1º Encontro Internacional de Proteção de Dados da ANPD, evento aberto que encerrou o Encontro de Grupos de Trabalho da Rede Iberoamericana de Proteção de Dados (RIPD).

Associada a essa temática, tramita na Casa Civil anteprojeto de lei voltado ao estabelecimento de um marco legal para a proteção dos usuários de serviços digitais no Brasil.

A proposta surgiu a partir da necessidade de se estabelecer um sistema normativo abrangente para a proteção dos usuários de serviços digitais no país, inserindo-se em um contexto global no qual, ao mesmo tempo em que se reconhecem os benefícios da crescente digitalização, admite-se a necessidade de mecanismos legais para prevenir e enfrentar práticas abusivas e violações de direitos fundamentais.



No contexto internacional, a prioridade do MJSP é expandir sua atuação em debates e iniciativas relacionadas à proteção de dados pessoais, incluindo inteligência artificial, proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, uso de dados biométricos, videovigilância e neurodados. Além disso, pretende-se aprovar a decisão de adequação à legislação da União Europeia, reconhecendo a equivalência da legislação europeia com o regime protetivo estabelecido pela LGPD.

Em complemento a essa agenda, e com o objetivo de promover confiança pública, adaptar padrões globais à realidade brasileira e oferecer orientações claras na ausência de marco legal aprovado, a Secretaria Nacional de Direitos Digitais (Sedigi) iniciou o desenvolvimento dos Guias Brasileiros de Uso Ético e Responsável de Inteligência Artificial, no âmbito do PBIA.

Os guias pretendem maximizar os impactos positivos, reduzir riscos e orientar os múltiplos stakeholders, empregando iinstrumentos de governança lastreados em estudos e discussões acadêmicas e institucionais sobre a tecnologia.

No âmbito das ações voltadas à promoção de direitos no ambiente digital, a Sedigi também tem desenvolvido iniciativas direcionadas à promoção da igualdade de gênero no ecossistema tecnológico e à garantia da participação segura das mulheres nos ambientes digitais. Em 2025 foi realizado o evento "Café com Tecnologia – Mulheres no Digital", que resultou na criação do podcast Ctrl Alt Delas, dedicado a ampliar a representatividade feminina no setor tecnológico.



Em alinhamento às diretrizes de proteção de direitos no ambiente digital, em 2025 foi lançada a **Estratégia de Justiça e Segurança Pública para Proteção de Crianças e Adolescentes – Crescer em Paz que** institui mecanismos voltados ao fortalecimento da proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

Destaca-se, nesse contexto, o Comitê Consultivo de Aferição de Idade, responsável pela condução de consulta pública destinada à coleta de contribuições da sociedade e de atores do ecossistema digital sobre mecanismos de verificação etária em produtos e serviços de tecnologia da informação.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre o tema, foi firmado Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para a realização da pesquisa "Escuta de Crianças e Adolescentes sobre Processos de Aferição Etária", atualmente em andamento, que contempla a realização de grupos focais com participantes de 9 a 17 anos nas cinco regiões do país, incluindo populações sub-representadas.

Entre as principais inovações de atualização, destacam-se a inclusão de diretrizes específicas para o atendimento de crianças e adolescentes indígenas, com deficiência, LGBTQIA+, migrantes e de comunidades tradicionais, a ampliação do número de ministérios e entidades signatárias, a criação de um sistema unificado para denúncias de violações on-line e a previsão de um diagnóstico nacional sobre a violência contra crianças e adolescentes, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e na perspectiva dos direitos humanos.



Adicionalmente, foi instituído o Comitê Consultivo sobre Canais de Denúncia, que publicou relatório final em dezembro de 2025, recomendando a criação de um Centro Nacional de Triagem de Denúncias de violações graves contra crianças e adolescentes. Os subsídios técnicos produzidos contribuíram para o debate e o aprimoramento do Projeto de Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, conhecido como Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital).

Ainda no âmbito da Estratégia Crescer em Paz, foi realizada, durante o biênio 2024-2025, a modernização da Política de Classificação Indicativa, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Direitos Digitais (Sedigi). Nesse contexto, foi publicada, durante a Semana da Criança de 2025, a Portaria nº 1.048, de 15 de outubro, acompanhada dos novos Guias Práticos de Classificação Indicativa. O processo envolveu a realização de consulta pública, diálogo com o Comitê de Acompanhamento da Sociedade Civil, benchmarking internacional e fundamentação em evidências científicas relacionadas ao desenvolvimento infantil.

A medida, fundamentada nos artigos 48 a 53 da Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, com vigência a partir de 17 de março de 2026, reforçou a obrigatoriedade da classificação pelo Sistema IARC para aplicativos e plataformas digitais, além de estabelecer exigências de maior transparência sobre o funcionamento de algoritmos e interações em tempo real.

Outra inovação relevante foi a proposta de criação de faixa etária específica para crianças de seis anos, reconhecendo a singularidade dessa fase de transição entre o pensamento simbólico e o pensamento lógico-concreto. A iniciativa, amparada pelo artigo 277 da Constituição Federal e pelo Marco Legal da Primeira Infância, baseia-se em evidências científicas relacionadas à maior vulnerabilidade cerebral nessa faixa etária a estímulos emocionais intensos.

Em consonância com o guia "Crianças, Adolescentes e Telas", a nova faixa desaconselha o uso de dispositivos próprios e prioriza e promoção do bem-estar digital, alinhando a regulação brasileira a padrões internacionais de proteção da infância.

Similarmente, foram atualizados os Guias de Classificação Indicativa para audiovisual, jogos, aplicativos, rádio e artes visuais, consolidando o novo referencial técnico da política pública.



Em 2025, foram realizadas 6.987 análises pelo método tradicional (distribuídas em 2.449 processos) e 6.571 classificações por meio do Sistema IARC, totalizando **13.558 classificações indicativas no período.**

Um dos casos de maior repercussão foi a revisão da classificação indicativa da plataforma Instagram, elevada de 14 para 16 anos em junho de 2025. Outras redes também tiveram suas classificações revisadas no período.



De forma complementar às iniciativas voltadas à proteção de direitos no ambiente digital e à modernização dos serviços públicos, o Ministério avançou significativamente, em 2025, na execução do projeto da Carteira de Identidade Nacional (CIN).

Emitida em formato físico e também digital, a nova CIN representa um importante marco na transformação da identificação civil no Brasil, ao unificar e simplificar o número de registro do cidadão, que passa a ser exclusivamente o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Essa medida reduz inconsistências cadastrais, evita duplicidades e facilita a integração de bases de dados governamentais, contribuindo para maior eficiência administrativa e para a prevenção de fraudes.

Além da unificação do número de identificação, a nova carteira incorpora elementos avançados de segurança, como QR Code verificável eletronicamente, padrões gráficos modernos e mecanismos de autenticação que dificultam falsificações.

O documento também exige renovação periódica, o que permite a atualização contínua das informações e da fotografia do titular, ampliando sua confiabilidade como instrumento de identificação oficial em diferentes contextos, inclusive no meio digital.

A CIN também fortalece o exercício da cidadania ao adotar uma abordagem mais inclusiva e alinhada aos direitos humanos. Entre suas inovações, destaca-se a possibilidade de o titular registrar informações sobre eventual deficiência, facilitando o acesso a políticas públicas, serviços especializados e mecanismos de atendimento prioritário.

Dessa forma, o novo documento não apenas moderniza a identificação civil, mas também contribui para a promoção da inclusão social, da acessibilidade e do reconhecimento das especificidades de cada cidadão.



Para viabilizar essas mudanças e ampliar o alcance da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN), foram lançadas, em julho de 2025, duas ferramentas estratégicas que representam um avanço significativo na modernização da identificação civil no país: o aplicativo de emissão da CIN e o painel público de acompanhamento das emissões.

Essas inovações permitem a verificação imediata da autenticidade do documento por meio de mecanismos tecnológicos incorporados, inclusive sem a necessidade de conexão à internet, o que amplia sua utilidade em diferentes contextos, especialmente em regiões com baixa conectividade. Tal funcionalidade fortalece a confiabilidade do documento e reduz significativamente os riscos de fraude e falsificação.

O aplicativo de validação da CIN permite a leitura do QR Code presente tanto na versão física quanto na versão digital do documento. Esse código contém uma assinatura digital emitida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, que assegura a autenticidade da identidade e dificulta significativamente tentativas de falsificação ou uso indevido.

Além disso, a verificação pode ser realizada de forma rápida e segura, conferindo maior confiabilidade ao processo de identificação em diferentes contextos, inclusive fora do ambiente online.

Fonte: SEDIGI/MJSP

O Painel de Emissões da Carteira de Identidade Nacional (CIN), é uma plataforma visual e interativa, que consolida dados acerca da emissão da nova identidade em todo o país. O painel foi desenvolvido em Power BI, apresentando estatísticas em tempo real, permitindo a filtragem de dados por estado, faixa etária, região e tipo de documento (papel ou policarbonato).



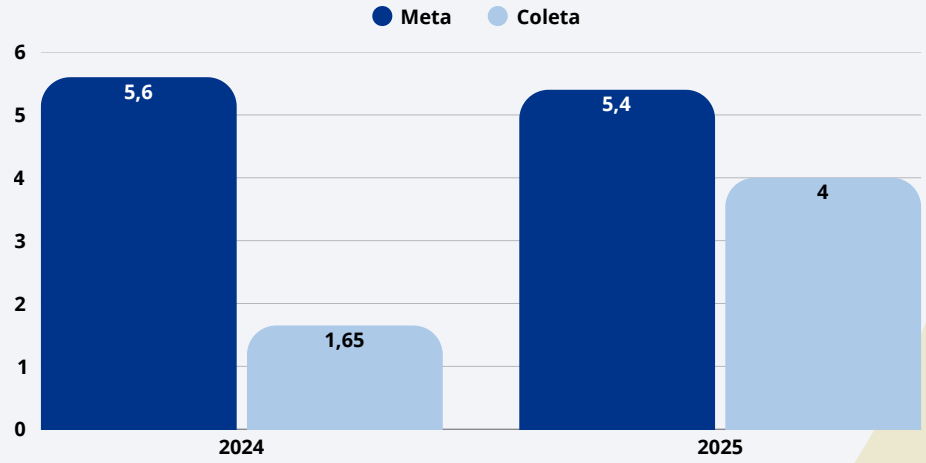
No mesmo contexto de fortalecimento da segurança pública e da melhoria da prestação de serviços ao cidadão, é monitorado, no âmbito do Planejamento Estratégico de Políticas Públicas do Ministério, o indicador da Polícia Federal denominado “Disponibilidade imediata para agendamento eletrônico ao cidadão requerente de passaporte”. Esse indicador mede, em dias úteis, o intervalo entre a data da solicitação e a data mais próxima disponível para atendimento presencial, refletindo diretamente a capacidade do Estado de oferecer um serviço ágil, acessível e eficiente à população.

A emissão do passaporte é um serviço essencial para o exercício do direito de circulação internacional, nesse sentido, a redução do tempo de espera para o agendamento eletrônico é fundamental para garantir previsibilidade ao cidadão e evitar prejuízos decorrentes da impossibilidade de obtenção do documento em tempo oportuno.



A meta geral estabelecida para o indicador é reduzir para até 5 dias úteis a diferença entre a data atual e a data mais próxima disponível para agendamento. Em 2024, a meta fixada foi de 5,6 dias, enquanto a média anual alcançada foi significativamente inferior, de 1,65 dia útil, demonstrando elevado nível de eficiência no atendimento. Já em 2025, a meta foi ajustada para 5,4 dias, e o resultado final obtido foi de 4 dias úteis, igualmente abaixo do limite estabelecido.

Disponibilidade imediata para agendamento eletrônico ao cidadão requerente de passaporte



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Cabe destacar que a polaridade desse indicador é negativa, ou seja, quanto menor o número absoluto de dias, melhor é considerado o desempenho. Assim, os resultados alcançados evidenciam a efetividade das medidas adotadas para ampliar a capacidade de atendimento, otimizar a gestão das agendas e assegurar a disponibilização célere de horários ao cidadão requerente.

Outra importante temática de responsabilidade do MJSP é a Política Nacional sobre Drogas, que constitui um eixo estratégico de atuação do Estado brasileiro, voltado à prevenção do uso problemático de substâncias, à promoção do cuidado e da reinserção social, bem como ao enfrentamento das dinâmicas associadas à violência e ao crime organizado. Fundamentada em evidências científicas e em princípios de direitos humanos, essa política busca articular ações nas áreas de saúde, assistência social, educação, justiça e segurança pública, de modo a oferecer respostas integradas e eficazes a um fenômeno complexo e multifacetado.

Nesse contexto, a inclusão da temática do álcool no âmbito da política sobre drogas representa um avanço significativo, ao reconhecer que, embora lícito e socialmente difundido, o consumo abusivo de álcool está associado a elevados custos sociais, sanitários e econômicos, além de impactos relevantes na violência e na vulnerabilidade social.



Ao incorporar essa substância às estratégias de prevenção, redução de danos, tratamento e reinserção social, a política amplia seu alcance e torna-se mais coerente com a realidade do consumo no país, fortalecendo a proteção da saúde pública e a promoção do bem-estar coletivo.

No biênio 2025-2026, as ações seguem em processo de construção e implementação, amparadas por um modelo de atuação intersetorial que integra órgãos da justiça, da saúde, dos direitos humanos, da economia e da sociedade civil. Essa articulação busca garantir respostas integradas e coordenadas, tanto no âmbito local quanto no contexto da cooperação internacional, permitindo que o Brasil se alinhe às melhores práticas globais no enfrentamento às políticas sobre drogas.



A prevenção ampliada, conceito que orienta a política federal sobre álcool e outras drogas, fundamenta-se na premissa de que todos os fatores de vulnerabilidade que possam contribuir para o consumo e o vício em substâncias devem ser considerados no desenho e na implementação de programas preventivos.

Essa abordagem reconhece que os contextos social, econômico, familiar e escolar influenciam diretamente o comportamento de crianças, adolescentes e jovens, e que ações isoladas ou fragmentadas não são suficientes para reduzir de forma efetiva os riscos associados ao uso de drogas.

Dessa forma, a prevenção ampliada consolida-se como caminho estratégico para a presença do Governo Federal em diferentes territórios brasileiros, abrangendo desde ambientes escolares e comunitários até o núcleo familiar, com intervenções integradas e baseadas em evidências.

Nesse contexto, o projeto Pronasci Juventude emerge como uma iniciativa de grande relevância, voltada à prevenção da violência e da criminalidade associadas aos mercados ilegais de drogas, ao mesmo tempo em que fortalece a proteção social e comunitária.

Estima-se que até o final de 2026, cerca de 15 mil jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada sejam beneficiados pelo programa.

A iniciativa busca não apenas reduzir riscos, mas também ampliar oportunidades, promovendo a elevação da escolaridade, a inclusão produtiva e a ressignificação de projetos de vida. Com um investimento de R$ 49 milhões, o Pronasci Juventude oferece novas perspectivas de futuro para jovens que enfrentam barreiras estruturais e sociais, transformando contextos de vulnerabilidade em oportunidades concretas de desenvolvimento humano e social.

Além disso, os territórios brasileiros têm se beneficiado das metodologias do Programa CRIA: Prevenção e Cidadania, originalmente desenvolvidas para a saúde pública e adaptadas para a política sobre drogas, uma vez que sua eficácia é comprovada. Lançadas em 2024, essas metodologias foram gradualmente expandidas ao longo de 2025, com previsão de cobertura nacional até o fim de 2026, alcançando todos os estados brasileiros.



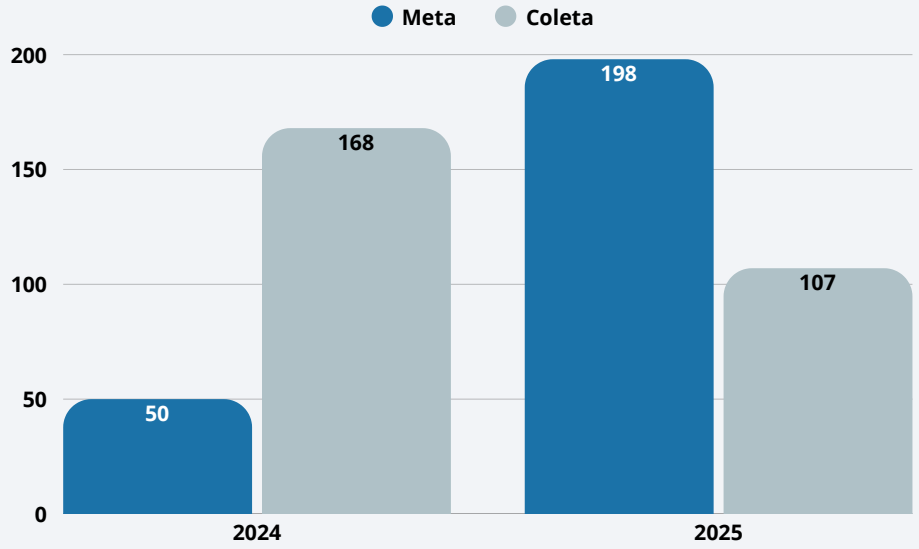
PRONASCI juventude



O programa “CRIA - Prevenção e Cidadania”, atua na promoção de prevenção e cidadania por meio de atividades que fortalecem vínculos em espaços de desenvolvimento infantil e juvenil, estimulando a participação ativa de crianças, adolescentes e famílias na construção de ambientes mais seguros e acolhedores.

Entre o início de 2023 e julho de 2025, 41 municípios foram abrangidos por parcerias formalizadas ou estão em processo de formalização junto a secretarias municipais e estaduais.

Territórios atendidos por projetos de organizações da sociedade civil e unidades federadas com apoio financeiro e técnico da SENAD



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Nesse sentido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública instituiu, no âmbito de seu Planejamento Estratégico, o indicador 'Territórios atendidos por projetos de organizações da sociedade civil e unidades federadas com apoio financeiro e técnico da SENAD'.

Ao monitorar esses territórios, o Ministério busca consolidar um modelo de gestão baseado em evidências, capaz de fomentar estratégias robustas de acesso a direitos e proteção social, garantindo que as políticas públicas alcancem, de forma efetiva e sustentável, os grupos em situação de maior vulnerabilidade.

Nesse contexto, em 2025 foram 107 territórios atendidos por projetos de organizações da sociedade civil e unidades federadas. Além disso, 18.542 pessoas foram capacitadas em eventos para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas.

Nas escolas, o programa implementa metodologias como **Elos** e **#TamoJunto**, que buscam reduzir os fatores de risco e ampliar os fatores de proteção ao promover o desenvolvimento socioemocional, habilidades de resolução de conflitos e engajamento comunitário. No âmbito familiar, a metodologia Famílias Fortes atua na construção de vínculos

saudáveis, na orientação parental e no fortalecimento da coesão familiar, contribuindo para a resiliência das crianças e adolescentes. A soma desses investimentos, que já alcança **R$ 52 milhões**, evidencia o compromisso do Governo Federal em estruturar políticas públicas robustas, integradas e orientadas por evidências, capazes de transformar vidas e reduzir desigualdades em escala nacional.



A prevenção escolar e a prevenção ampliada convergem de maneira estratégica para o fortalecimento da política pública de enfrentamento ao uso de álcool e outras drogas, consolidando um modelo de atuação que busca proteger cidadãos e suas famílias frente a múltiplos contextos de vulnerabilidade e violência. Essa política não se limita à atuação em ambientes escolares ou familiares, mas se insere em uma perspectiva mais ampla de promoção da proteção social, do desenvolvimento comunitário e da cidadania, oferecendo respostas articuladas aos fatores de risco que podem acarretar o uso de substâncias.

No biênio 2025-2026, essa política se alinha de forma estratégica ao Desenvolvimento Alternativo, uma abordagem que visa oferecer oportunidades econômicas e sociais lícitas a populações situadas em regiões de floresta e fronteira, historicamente vulneráveis à influência do tráfico de drogas. Essa iniciativa é desenvolvida com o apoio do Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário (CDESC) e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), integrando esforços nacionais e internacionais na construção de políticas baseadas em evidências e na promoção da segurança e inclusão social.

Novos materiais educativos, metodologias e projetos foram elaborados, fortalecendo o desenvolvimento alternativo comunitário como uma política de drogas inovadora, capaz de oferecer alternativas de renda e ocupação lícitas a pessoas que se encontram na linha de frente do aliciamento pelo tráfico, contribuindo para a redução de riscos e a promoção da cidadania ativa. Nesse contexto, foram realizados 10 estudos e pesquisas voltadas para a reconstrução da Política Nacional sobre Drogas.

De forma concreta, os Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social na Política sobre Drogas (CAIS) representam um avanço significativo na implementação dessa política pública. Destinados a atender pessoas com vulnerabilidades relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, os CAIS estão em processo de expansão nacional, com o objetivo de formar uma rede ampla e articulada de equipamentos comunitários.

Esses centros oferecem serviços estruturados que priorizam a escuta qualificada, a atenção individualizada e a articulação intersetorial entre órgãos de saúde, educação, assistência social, justiça e organizações da sociedade civil. Ao mesmo tempo, promovem a garantia de direitos, o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários e o estímulo à cidadania, constituindo-se como espaços fundamentais de prevenção, proteção e inclusão social.

Inauguração do primeiro CAIS, na Escola Livre de Redução de Danos, em Recife (PE)



Foto: Alcione Ferreira

A expansão dos CAIS, combinada às metodologias de prevenção escolar e aos projetos de desenvolvimento alternativo, reflete o compromisso do Governo Federal em implementar políticas públicas integradas, baseadas em evidências, e voltadas à redução de desigualdades, à promoção da segurança, à prevenção do uso de drogas e à ampliação de oportunidades sociais e econômicas para as populações mais vulneráveis do País.

Diante do desafio persistente do aliciamento e da oferta de substâncias ilícitas às comunidades tradicionais, o Governo Federal deu início, em 2025, à implementação dos centros voltados especificamente aos povos indígenas. A unidade do CAIS Povos Indígenas, localizada em Tabatinga, no Amazonas, já se encontra em operação, atendendo a população local com um conjunto de serviços que permite a identificação precoce de problemas e riscos associados ao consumo de álcool e outras drogas. A equipe multidisciplinar do Centro direciona os usuários para redes de atendimento especializadas, assegurando acompanhamento clínico, social e educativo, além de oferecer suporte às famílias e à comunidade, fortalecendo laços comunitários e promovendo a prevenção a partir do respeito às tradições e à cultura indígena.



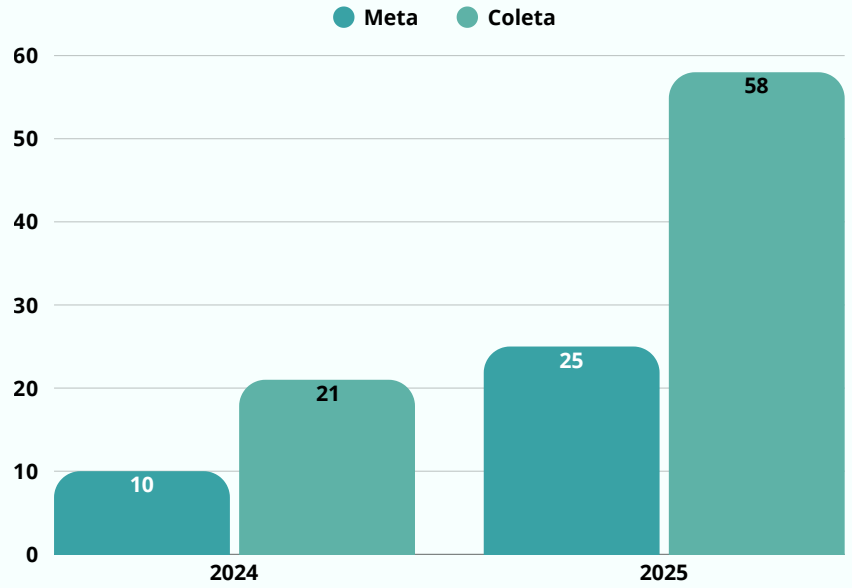
Foto: Equipe Cais Povos Indígenas

MJSP lança primeiro Cais Povos Indígenas, em Tabatinga, no Amazonas.

Similarmente, o Programa Gente - No Centro da Política sobre Drogas, parceria do Ministério da Justiça com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), tem por objetivo promover ações territoriais de prevenção ao uso de drogas, a partir da formação de profissionais para o fortalecimento da política pública sobre drogas no Brasil. Em 2025, foi aberta inscrição para o II Ciclo Formativo, composto por duas turmas de 1.000 alunos, com carga total de 40 horas.

Nesse sentido, de forma a monitorar as ações desenvolvidas no âmbito da sociedade, o Ministério da Justiça e Segurança Pública mede o indicador "Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados", que tem como meta a realização e apoio de 85 projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas até o ano de 2027. Em 2025, foram 58 projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados.

Projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Estratégias Nacionais desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Política sobre Drogas e Gestão de Ativos.







Para apoiar a formulação de políticas públicas mais efetivas no controle do mercado de substâncias e viabilizar a produção de dados e evidências sobre padrões de uso problemático, o Governo Federal vem investindo fortemente em pesquisas e monitoramento sistemático. Um marco significativo nesse esforço foi o lançamento, em fevereiro de 2025, do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID).

O OBID constitui uma plataforma integrada que reúne dados de diversas áreas, incluindo prevalência, saúde e justiça, permitindo uma análise abrangente e baseada em evidências. A estrutura do Observatório inclui sessões especiais, como a sessão "Mulheres na Política sobre Drogas", que focaliza gênero e vulnerabilidades específicas e, uma página dedicada a informações sobre o consumo de álcool.

Uma das inovações mais relevantes do OBID é a implementação do Sistema de Alerta Rápido (SAR), estabelecido pela Portaria MJSP nº 880, de 21 de fevereiro de 2025, como instrumento permanente. O SAR representa um mecanismo estratégico para a captação, análise e disseminação de informações sobre Novas Substâncias Psicoativas (NSP) e padrões emergentes de consumo de drogas no Brasil. Funciona como uma rede multidisciplinar e interinstitucional, composta por especialistas em saúde, segurança pública, ciência forense e políticas de drogas, cujo trabalho resulta na produção de alertas rápidos, informes técnicos e documentos científicos que subsidiam a tomada de decisão de órgãos responsáveis pelo enfrentamento do tráfico e pela proteção da população.

Com base nas informações geradas pelo SAR, é possível definir estratégias de combate mais eficazes, permitindo que órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) atualizem com agilidade a lista de substâncias proibidas, protegendo a sociedade de riscos emergentes. Em 2025, o Sistema de Alerta Rápido identificou três novas substâncias psicoativas em circulação no território nacional que ainda não haviam sido mapeadas oficialmente, demonstrando, na prática, a importância dessa ferramenta para a detecção

precoce de ameaças à saúde pública e para o planejamento de ações preventivas e educativas, reforçando o compromisso do Governo Federal com a segurança, a proteção social e a redução de danos às populações mais vulneráveis.

No contexto do monitoramento e do enfrentamento às drogas ilícitas, o trabalho de modernização e capacitação das perícias criminais desempenha papel fundamental para a eficácia das políticas públicas. Em 2025, foram certificados 81 profissionais das perícias criminais oficiais de todas as 27 unidades da federação, com investimento aproximado de R$ 750.000,00.

A certificação abrangeu treinamento em técnicas avançadas de análise laboratorial, coleta de evidências, identificação de novas substâncias psicoativas e procedimentos padronizados de custódia, garantindo maior confiabilidade nos laudos periciais que fundamentam ações judiciais e administrativas.

Essas medidas refletem um compromisso contínuo do Governo Federal com a proteção da sociedade, a eficiência do sistema de justiça e a recuperação de recursos desviados para atividades criminosas, fortalecendo a capacidade institucional de enfrentamento ao tráfico de drogas e promovendo o uso estratégico dos recursos apreendidos em benefício de políticas públicas integradas e baseadas em evidências.



SEGURANÇA PÚBLICA

CUSTOS POR ENTREGA À SOCIEDADE

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA SOCIEDADE	R$6.360.110.051,26
GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE	R$1.180.917.537,27
GARANTIA DOS DIREITOS DO CIDADÃO, DO MIGRANTE E DO REFUGIADO	R$9.755.406,34
PARTICIPAÇÃO E SUPORTE À TOMADA DE DESCISÃO DO GOVERNO FEDERAL	R$2.060.704,81
PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO	R$1.454.013,91

CUSTO TOTAL DO PROGRAMA SEGURANÇA



FINALÍSTICA	R$ 3.457.381.863,37
SUPORTE	R$ 856.536.345,12

SEGURANÇA

O enfrentamento à criminalidade e à violência ocupa posição central na agenda do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), reafirmando o compromisso com a proteção da sociedade e a defesa do Estado Democrático de Direito. Essa orientação estratégica busca não apenas reduzir os índices de violência, mas também atacar suas causas estruturais, promovendo uma cultura de paz baseada na segurança pública cidadã e na mediação de conflitos. Para tanto, são direcionados investimentos em tecnologia, modernização de infraestruturas, capacitação das forças de segurança e na ampliação de programas de prevenção, garantindo uma atuação integrada que protege de forma ampla a população.

No campo da segurança pública o MJSP assume responsabilidade direta pela execução do Programa 5116 - Segurança Pública com Cidadania.

No escopo legislativo, destacam-se iniciativas que fortalecem o arcabouço normativo para atuação contra ameaças institucionais e crimes graves. O Projeto de Lei nº 3.612, de 24 de julho de 2023, propõe alterações no Código Penal, prevendo expressamente a apreensão de bens e o bloqueio de contas bancárias e ativos financeiros em investigações de crimes contra o Estado Democrático de Direito. A medida visa conferir maior efetividade às ações estatais frente a práticas como tentativas de golpe, financiamento de atos antidemocráticos e ataques às instituições da República Atualmente, o projeto aguarda despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

De forma complementar, o Projeto de Lei nº 3.611, de 24 de julho de 2023, propõe alterações no Código Penal para aperfeiçoar o tratamento de crimes contra o Estado Democrático de Direito, com a criação de novas figuras típicas, como os crimes de incitação à abolição violenta do Estado Democrático de Direito e ao golpe de Estado, bem como o financiamento dessas práticas e a tentativa de impedir o livre exercício das funções de autoridades constitucionais. O projeto estabelece, ainda, efeitos penais específicos para as condenações, reforçando o caráter dissuasório da legislação e promovendo maior efetividade na responsabilização dos envolvidos.

Com o objetivo de reorganizar o modelo constitucional da segurança pública e aprimorar a coordenação entre União, estados, Distrito Federal e municípios, o MJSP tem priorizado a formulação de instrumentos normativos que promovam maior eficiência institucional e integração operacional entre os

diferentes níveis de governo. Nesse contexto, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 24 de abril de 2025, cujo foco central é a redefinição das competências federativas na área da segurança pública, conferindo clareza normativa, estabilidade jurídica e capacidade de resposta mais ágil aos desafios contemporâneos do setor.

Estruturada em três eixos estratégicos, a iniciativa propõe:

- A reorganização das atribuições entre os entes federativos, delimitando de forma mais precisa as competências da União, inclusive as competências privativas, bem como as competências comuns e concorrentesda União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;

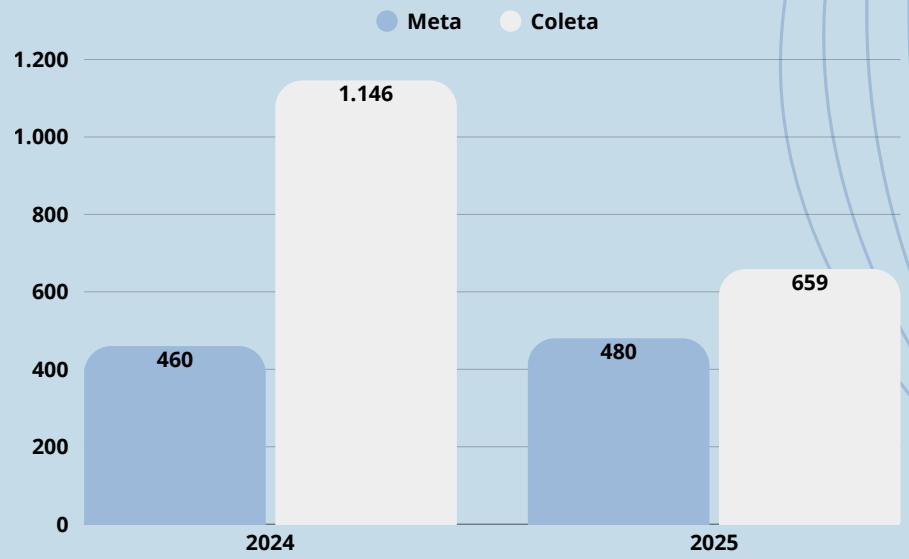
- A constitucionalização de instrumentos já previstos em legislação infraconstitucional, como o Sistema Único de Segurança Pública, o Fundo Nacional de Segurança Pública, o Fundo Penitenciário Nacional e as normas de cooperação interfederativa, garantindo maior estabilidade jurídica e orçamentária às políticas do setor; e

- A atualização institucional das forças de segurança, com o reconhecimento do papel estratégico das Guardas Municipais, a redefinição das competências da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, além do fortalecimento de mecanismos de governança e controle, promovendo maior integração e transparência na gestão da segurança pública.

No âmbito do Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública é monitorado o indicador "Ações integradas de segurança pública realizadas", que tem por meta, a realização de 1.960 ações integradas de segurança pública até 2027.

A meta parcial de 2024 estabeleceu-se em 460 ações, atingindo 1.146 ações integradas ao final do exercício. Em 2025, a meta parcial estabelecida foi de 480 ações. Esse número chegou a 659 até o final do ano, conforme gráfico abaixo:

Ações integradas de segurança pública realizadas



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Nesse mesmo escopo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, de 2025 constitui uma resposta institucional à complexidade crescente dos desafios da segurança pública, fortalecendo a integração federativa, promovendo segurança jurídica e técnica na formulação e execução das políticas e assegurando que os recursos e esforços do Estado atuem de forma coordenada, eficiente e orientada para resultados concretos na proteção da sociedade.

Como parte do esforço de modernização e integração do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), o Ministério da Justiça consolidou, em 2025, o Mapa da Segurança Pública como instrumento analítico de referência nacional, reunindo indicadores criminais padronizados pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública Validador de Dados Estatísticos (Sinesp VDE). A edição de 2025, que tem como base o ano de 2024, representou um marco na política de transparência e governança de dados, ao ampliar a comparabilidade e a credibilidade das estatísticas criminais, fortalecendo o monitoramento e a formulação de políticas informadas por evidências.

Sinesp
Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública

Os resultados obtidos demonstram avanços significativos no enfrentamento à violência e à criminalidade, com

Redução de

10,53% **nos homicídios dolosos,**

passando de 35,13 mil vítimas em 2024 para 31,43 mil em 2025, e

queda de

17,58% **nos latrocínios.**

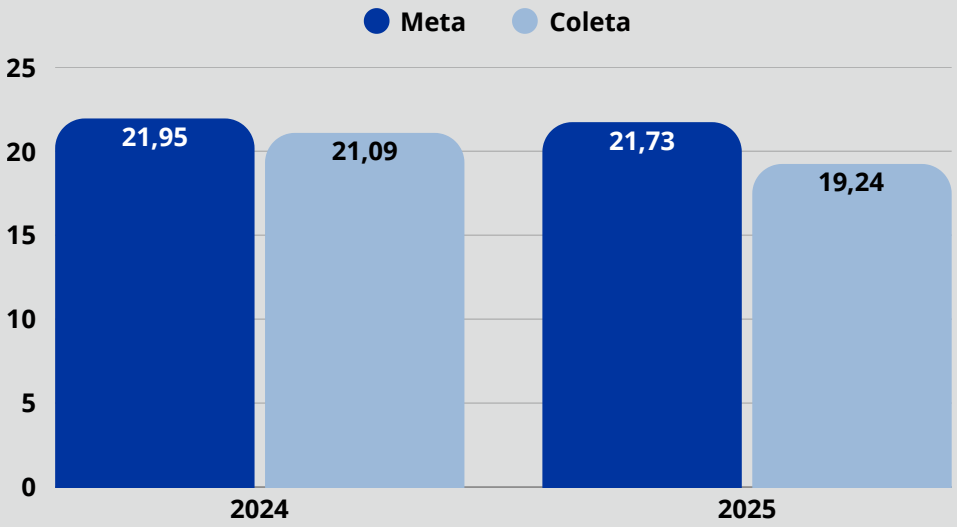
Nesse sentido, é monitorado, no âmbito das Políticas Públicas do Ministério da Justiça, o indicador "Taxa de mortes violentas intencionais (MVI)", que tem por objetivo acompanhar o impacto das ações de enfrentamento da criminalidade violenta, de forma a fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade.

O indicador tem como meta reduzir para 21,30 o número de vítimas de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes até 2027.

Em 2024, a meta estabelecida para o indicador foi de 21,95 mortes por 100 mil habitantes. Ao final do exercício, o resultado observado foi inferior ao previsto, atingindo 21,09 mortes por 100 mil habitantes, o que representa desempenho positivo em relação à meta estabelecida.

Em 2025, a meta estabelecida para o período foi de 21,73 mortes por 100 habitantes. Já ao final do exercício, esse número chegou a 19,24, mantendo o ritmo de queda nas mortes violentas intencionais, resultado que reflete os esforços contínuos do Ministério na implementação de políticas públicas integradas, no fortalecimento das ações de prevenção e repressão qualificada, bem como na articulação federativa com estados e municípios, contribuindo para a redução consistente desses indicadores.

Taxa de mortes violentas intencionais



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

No mesmo exercício, o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) destinou **R$ 1,16 bilhão** aos estados, com foco em ações de enfrentamento à violência contra a mulher, valorização profissional das forças de segurança e redução de mortes violentas. No mesmo período, **foram firmados sete instrumentos de repasse, totalizando R$ 70,6 milhões.**



Além disso, permanecem em execução projetos que somam mais de R$ 2 bilhões, reforçando o compromisso do MJSP com o fortalecimento da capacidade operacional e institucional das unidades federativas.

Ainda, informa-se que, no período de 2025, foram empenhados cerca de **R$ 45 milhões** no projeto Bolsa-Formação, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O projeto é destinado à qualificação profissional dos integrantes das carreiras já existentes das polícias militar e civil, do corpo de bombeiros, dos agentes penitenciários, dos agentes carcerários, dos peritos e das guardas municipais, de forma a contribuir para a valorização profissional e aprimoramento dos serviços prestados.

PRONASCI
PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

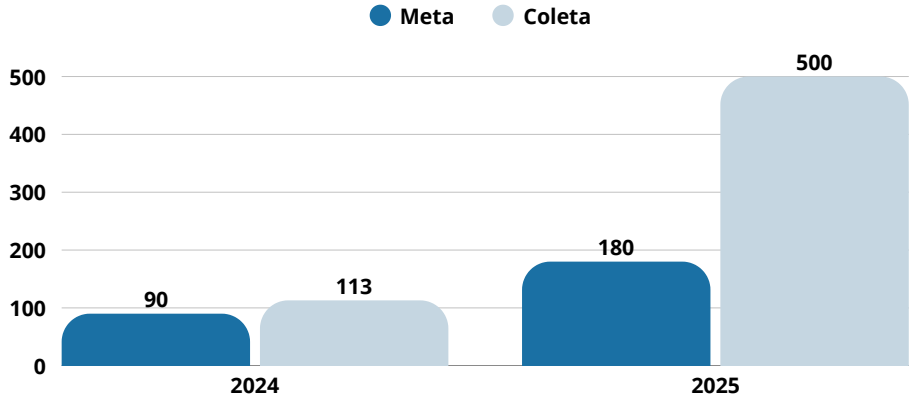
No exercício o Ministério destinou mais de **R$ 4 milhões** do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para fortalecer investigações criminais, a partir do Projeto Nacional de Qualificação da Investigação de Homicídios, que tem como objetivo aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, a partir da ampliação da capacidade de investigação desses crimes pelas unidades especializadas, chamadas de Delegacias de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). A execução do projeto acontece de forma integrada, com forças dos poderes executivo federal, estadual, municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como de organizações da sociedade civil (OCS) e organizações não governamentais.

PROJETO INVESTIGAÇÃO DE Homicídios

O Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública (ComprasSUSP) também se consolidou como ferramenta estratégica, oferecendo 149 atas de registro de preços com mais de 500 itens vigentes, atendendo quase 100% das propostas apresentadas por meio de emendas parlamentares. Para 2026, as perspectivas de repasse obrigatório do FNSP, na modalidade fundo a fundo, às 26 unidades Federativas e ao DF, são de R$ 1,1 bilhão, com atuação contínua no aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e na prestação de contas.

No contexto do Planejamento Estratégico, é monitorado o indicador "Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional do ComprasSUSP", que tem por meta 300 itens vigentes até 2027. Em 2024, a meta parcial era de 90 itens, e esse número chegou a 113 ao final do ano. Em 2025, a meta estabelecida foi de 180 itens vigentes, número que quase triplicou, uma vez que, ao final do exercício, foram 500 itens vigentes no ComprasSUSP.

Itens vigentes em atas de registro de preços de abrangência nacional do ComprasSUSP



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

O enfrentamento às organizações criminosas constitui um dos eixos estruturantes da política de segurança pública do Governo Federal, que tem como desafio desarticular redes criminosas complexas, de atuação transnacional, assegurando a proteção da sociedade, a recuperação de ativos ilícitos e o fortalecimento da legalidade e da presença do Estado em todo o território nacional.

Em 2025, a Polícia Federal deflagrou

3.712 operações policiais, resultando no cumprimento de

11.605 mandados de busca e apreensão; e

9.192 prisões.

No mesmo período, foram apreendidos, pela PF, **cerca de 73,18 mil kg de cocaína**, além de aproximadamente **R$ 9,65 bilhões em bens, ativos e valores vinculados ao crime organizado**, promovendo impacto direto na descapitalização das facções criminosas e no enfraquecimento de suas estruturas financeiras.

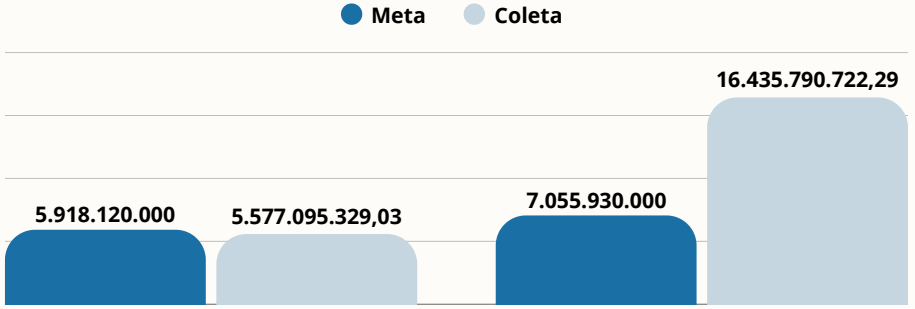
Nesse sentido, é monitorado, no âmbito das Políticas Públicas do MJSP, o indicador "Valores estimados de restrições efetivamente aplicadas a bens e valores, sejam físicos ou virtuais, por meio de medidas como arresto, sequestro, apreensão, destruição, inutilização ou bloqueio", que tem por objetivo monitorar o fortalecimento da realização de investigações com foco na descapitalização de organizações criminosas, de forma a privar indivíduos e organizações criminosas de seus ativos ilícitos, impedindo que eles sejam usados para fins criminosos ou que beneficiem as organizações.

Dessa forma, foi estabelecido como meta a restrição de R$15.137.960.000 até 2027.

Em 2024, a meta parcial estabelecida foi de R$ 5.918.120.000,00, e a arrecadação ao final do exercício atingiu R$ 5.577.095.329,03.

Para 2025, a meta estabelecida foi de R$ 7.055.930.000,00, enquanto a arrecadação chegou a R$ 16.435.790.722,29 ao final do ano.

Valores estimados de restrições efetivamente aplicadas a bens e valores, sejam físicos ou virtuais, por meio de medidas como arresto, sequestro, apreensão, destruição, inutilização ou bloqueio



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP



Destaca-se, ainda, a intensificação da **cooperação internacional**, especialmente no controle de fronteiras e no monitoramento de rotas aéreas e marítimas, o que fortaleceu a estratégia de sufocamento patrimonial das organizações criminosas e a atuação conjunta com agências estrangeiras e organismos multilaterais.

No cenário das investigações especializadas, os **Grupos de Investigação Sensível (GISEs)** da Polícia Federal desempenharam papel decisivo na identificação e desarticulação de redes transnacionais de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, com ênfase na rastreabilidade financeira e na cooperação interinstitucional.



De forma complementar, as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs) consolidaram sua atuação em parceria com forças estaduais, ampliando a presença do governo em regiões estratégicas e promovendo uma repressão qualificada e coordenada às organizações criminosas.

Ainda em 2025, foram apreendidos outros:

27,9 mil kg de cocaína no exterior,

a bordo de embarcações que partiram do Brasil, cujas apreensões, realizadas por autoridades estrangeiras, decorreram de informações, análises e cooperação operacional prestadas diretamente pela Polícia Federal.

Esses resultados evidenciam o papel estratégico desempenhado pela Polícia Federal do Brasil, no ano de 2025, no enfrentamento ao tráfico de cocaína, por meio de ações repressivas voltadas à descapitalização das organizações criminosas, à prisão de suas lideranças e à desarticulação das redes financeiras que sustentam o narcotráfico.

O combate ao crime organizado também se estende ao contexto das **rodovias federais** e à execução coordenada de operações nacionais, ampliando a presença do Estado e a efetividade das ações de segurança pública em todo o território brasileiro.

Na área da segurança nas rodovias federais, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) registrou, em 2025,

+ de 53 mil ocorrências,

40.306 pessoas detidas, e

7.699 veículos recuperados.

Foram ainda apreendidas **1.118 armas de fogo**, aproximadamente **59 mil munições**, **48 milhões de maços de cigarro**, **43 toneladas de cocaína**, **711 toneladas de maconha** e **34 mil metros cúbicos de madeira ilegal**.

Para 2026, estão previstas ações integradas com base em inteligência tecnológica, uso de drones, câmeras corporais e sistemas de monitoramento inteligente, reforçando a segurança e a fiscalização nas rodovias federais.

No âmbito do **Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (ENFOC)**, o Ministério desenvolve ações integradas de repressão, investigação e inteligência, fortalecendo a capacidade institucional dos órgãos de segurança e ampliando a eficácia no combate às redes criminosas. Entre os principais resultados de 2025, destacam-se:

Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento ao Narcotráfico (RENARC):

Foram conduzidas duas operações nacionais, que resultaram na prisão de 2.197 pessoas, apreensão de 27,7 toneladas de drogas, 328 armas de fogo e R$ 34 milhões em bens, além do bloqueio judicial de R$ 20,6 milhões e de 816 medidas cautelares. As ações geraram prejuízo estimado de R$ 915 milhões ao crime organizado, com investimento federal de R$ 2,7 milhões na execução das operações.

Rede Nacional de Unidades Especializadas no Enfrentamento às Organizações Criminosas (RENORCRIM):
Realizou uma operação nacional que resultou na prisão de 822 pessoas, 2,5 toneladas de drogas apreendidas, 161 armas de fogo, bloqueio judicial de R$ 207 milhões, além de R$ 122,9 milhões em representações cautelares e R$ 96,9 milhões em bens apreendidos. O prejuízo total ao crime organizado foi de R$ 394,8 milhões, com investimento federal de R$ 1,6 milhão.

Rede Nacional de Operações Ostensivas Especializadas (RENOE):
Foram realizadas quatro operações em 2025 (uma nacional, uma na região Nordeste, uma no Acre e uma no Mato Grosso), que resultaram na prisão de 3,9 mil pessoas, apreensão de 12,8 toneladas de drogas, 318 armas de fogo e erradicação de 649,5 mil pés de cannabis. As ações representaram prejuízo estimado de R$ 1,2 bilhão ao crime organizado, com investimento federal de R$2,2 milhões.

Projeto I.M.P.U.L.S.E.:
Voltado ao apoio logístico e técnico às Polícias Civis dos estados e do Distrito Federal, apoiou quinze operações em 2025, resultando na prisão de 103 pessoas, apreensão de 16 armas de fogo, bloqueio judicial de R$ 104,5 milhões (sendo R$ 4,1 milhões efetivamente bloqueados) e prejuízo estimado de R$ 24,9 milhões ao crime organizado.

Projeto Integra:
Fortalece a capacidade investigativa das Polícias Civis em todo o país, com custódia compartilhada de equipamentos tecnológicos para desbloqueio, extração, análise e armazenamento de dados de dispositivos móveis, além da capacitação de servidores. O investimento federal totalizou R$ 34,1 milhões.

Além disso, a Força Nacional de Segurança Pública atua em todo o território nacional em operações integradas com polícias estaduais, Polícia Federal e outros órgãos do sistema de segurança pública. Suas ações incluem inteligência, investigações conjuntas, cumprimento de mandados de prisão, captura de lideranças criminosas e desarticulação de organizações envolvidas em tráfico de drogas, contrabando, roubo de cargas, extorsão, lavagem de dinheiro e outros crimes.

Em relação à **corrupção e à lavagem de dinheiro**, em 2025 foram realizadas

170 operações policiais

1.479 mandados de busca

53 prisões

No mesmo período, 106 operações de repressão a fraudes previdenciárias resultaram em 551 mandados cumpridos e 44 prisões, incluindo a Operação Sem Desconto, que apura descontos indevidos em milhões de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Destaca-se a criação do **"recuperômetro"**, ferramenta que permite identificar e acompanhar a efetiva recuperação de ativos realizada por cada unidade da Polícia Federal, com base nas informações inseridas no Sistema de Inquéritos, **ePol.**

A lavagem de dinheiro configura-se como um dos principais alicerces de sustentação das organizações criminosas, ao constituir o mecanismo central de ocultação, dissimulação e reintegração de recursos ilícitos na economia formal.



Por meio dessa prática, valores oriundos de atividades ilícitas, tais como tráfico de drogas, corrupção, contrabando e extorsão, são deliberadamente mascarados e reinseridos no sistema financeiro, possibilitando que tais organizações preservem e expandam suas estruturas operacionais, diversifiquem suas fontes de renda e ampliem sua inserção em setores legítimos da economia.

Essa dinâmica assegura não apenas a sustentação financeira das atividades criminosas, mas também o fortalecimento de seu poder econômico e influência política, o que acarreta riscos significativos à integridade das instituições públicas, à estabilidade econômica e à governança do Estado brasileiro.

Em resposta a esse desafio, o MJSP tem implementado medidas estruturantes voltadas ao **aprimoramento da inteligência financeira e à recuperação de ativos**, com foco no fortalecimento da atuação integrada entre órgãos de persecução penal, controle e fiscalização.

Entre as principais inciativas, destaca-se o Projeto de Aperfeiçoamento da Integração da Inteligência Financeira (INTELF), desenvolvido em articulação com a criação do Comitê de Investigação Financeira e Recuperação de Ativos (CIFRA), no âmbito da Rede Nacional de Recuperação de Ativos (RECUPERA).



Esses instrumentos têm como objetivo ampliar a eficácia da legislação de combate à lavagem de dinheiro, fortalecer os mecanismos de rastreamento e recuperação de recursos ilícitos e reforçar a responsabilização penal e patrimonial dos envolvidos, contribuindo para a desarticulação financeira das organizações criminosas e para a proteção da economia formal brasileira.

A Rede Recupera expandiu sua atuação com a criação de

27 Unidades de Recuperação de Ativos nas Polícias Civis, e

27 Grupos Regionais de Atuação em Lavagem de Ativos (GRALs) na Polícia Federal

abrangendo todas as unidades da federação e o DF.

Além de operações, promoveu capacitações estratégicas, como o Curso de Investigação Financeira e Análise Patrimonial (Cifap), encontros nacionais e conferências. Também fortaleceu a cooperação internacional ao integrar-se ao Grupo de Ação Financeira da América Latina (Gafilat) e coordenar ação específica da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) sobre indicadores de recuperação de ativos. O apoio estrutural incluiu viaturas, computadores e materiais de orientação técnica.

O Comitê de Inteligência Financeira e Recuperação de Ativos (Cifra) complementa esse esforço, realizando análises de relatórios de inteligência financeira e elaborando estudos voltados a investigações sobre lavagem de dinheiro, tráfico de armas e drogas.

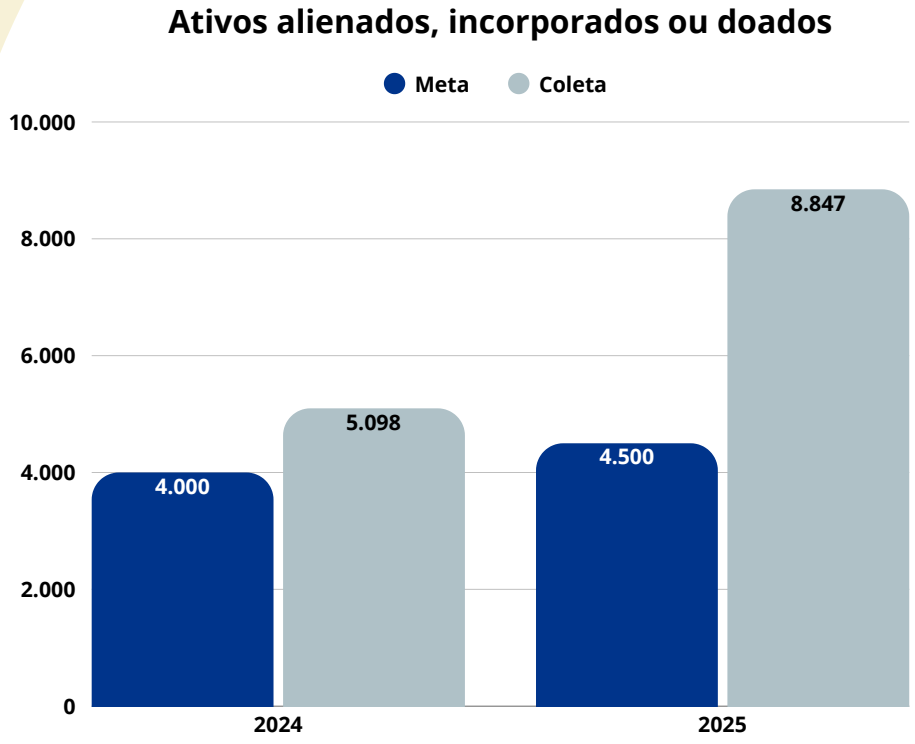
Em 2025, foi instituída a **Política Nacional de Recuperação de Ativos (PNRA),** em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recuperação de Ativos (Conara), com o propósito de coibir o enriquecimento ilícito, fortalecer a atuação dos órgãos públicos e aperfeiçoar os instrumentos de rastreamento, apreensão e destinação de bens de origem ilícita.

CONARA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

A iniciativa representa um marco na consolidação de uma política de Estado voltada à responsabilização patrimonial e ao enfrentamento qualificado da criminalidade econômica.

Nesse escopo, é monitorado pelo Planejamento Estratégico, o indicador "Ativos alienados, incorporados ou doados", que tem por meta 18.200 ativos alienados, incorporados ou doados até 2027. Em 2024, a meta parcial era de 4 mil ativos alienados, e ao final do exercício esse número chegou a 5.098. Em 2025, a meta sugeriu 4.500 ativos, enquanto, até o final do ano, foram alienados 8.847 ativos.



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

ENCCLA | ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

Nesse mesmo contexto, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) desenvolveu ações estratégicas voltadas ao combate a fraudes bancárias eletrônicas, infiltração criminosa em cadeias produtivas, transparência societária, mineração, interoperabilidade de dados de transparência, tecnologias emergentes e recuperação de ativos.

A Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (REDE-LAB) também registrou avanços expressivos, com a expansão do uso de tecnologias de análise de dados e a consolidação de parcerias estratégicas com instituições como o Banco Central do Brasil, ampliando a capacidade técnica e operacional das unidades integrantes.

Por sua vez, o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro (PNDL) **capacitou aproximadamente 4,3 mil agentes públicos** em temas emergentes, como **criptoativos, recuperação de ativos e crimes ambientais**, contribuindo para o fortalecimento das competências técnicas e para a modernização das práticas investigativas e de persecução em todo o território nacional.

Em complemento às ações de fortalecimento da inteligência financeira, da recuperação de ativos e do combate à lavagem de dinheiro, o Ministério também avançou de forma expressiva no enfrentamento aos crimes cibernéticos, reconhecendo a crescente interconexão ente a criminalidade econômica e práticas ilícitas no ambiente digital.

Em 2025, foram registrados avanços significativos nessa frente, com o

cumprimento de

1.506 mandados de busca e apreensão,

efetivação de

532 prisões,

sendo 122 preventivas, 377 em flagrante e 33 temporárias.

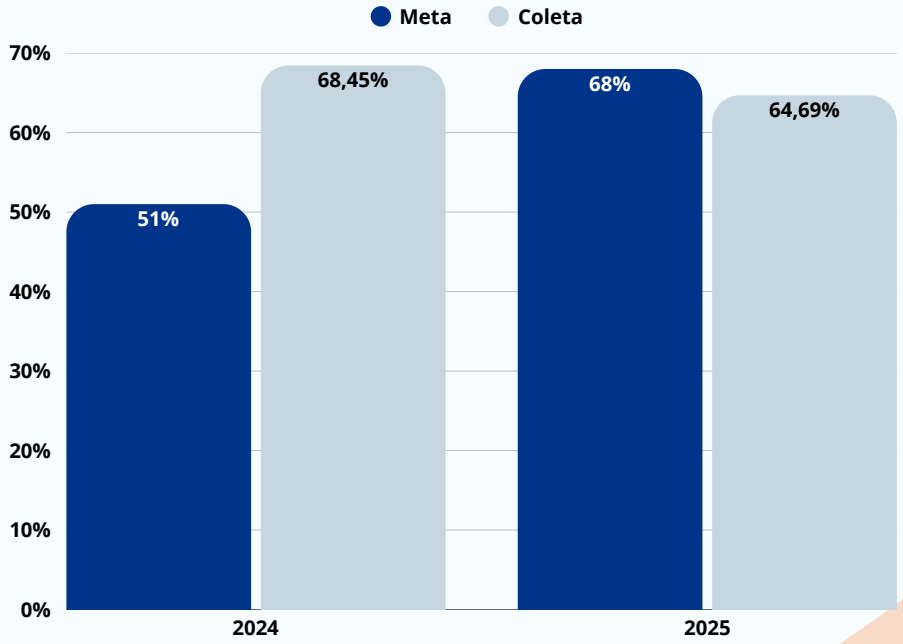
No mesmo período, contabilizaram-se 2.139 indiciamentos em inquéritos policiais, refletindo o aprimoramento da capacidade investigativa e o fortalecimento da cooperação entre as forças de segurança. Observou-se, ainda, a redução do tempo médio de tramitação dos inquéritos, que passou para 364 dias, resultado da modernização de procedimentos e da adoção de ferramentas tecnológicas voltadas à eficiência investigativa.

Paralelamente, foi instituído, com execução prevista para 2026, o Projeto de Prevenção a Crimes Cibernéticos Relacionados a Fraudes Bancárias Eletrônicas e Golpes Digitais, denominado “PF Contra Golpes”, voltado à promoção da segurança digital, ao fortalecimento da educação cibernética e à mitigação de vulnerabilidades no ambiente virtual, reforçando o compromisso do governo com a proteção dos cidadãos e a integridade do sistema financeiro nacional.



No Planejamento Estratégico do Ministério, é monitorado o indicador "Índice de identificação de autoria de crimes cibernéticos", que estabelece como meta a identificação de 68,50% dos casos até 2027. Em 2024, a meta intermediária foi de 51%, tendo o índice alcançado 68,45% ao final do exercício. Já em 2025, a meta estabelecida foi de 68%, enquanto o resultado alcançado ao final do período foi de 64,69%.

Índice de identificação de autoria de crimes cibernéticos



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

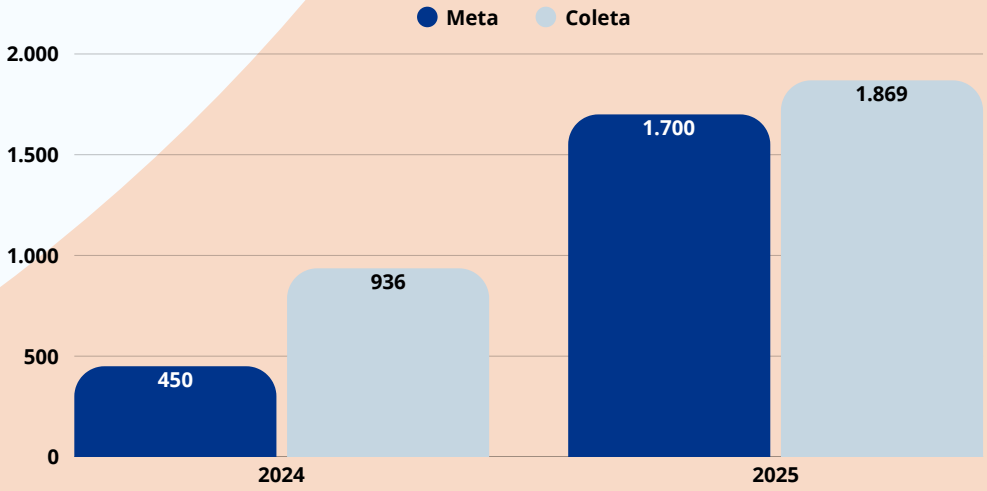
Na mesma temática, de forma a monitorar a capacitação de servidores em investigações de crimes cibernéticos, é acompanhado, no âmbito das políticas públicas do MJSP, o indicador "Matrículas em capacitações voltadas às investigações de crimes cibernéticos" .

O indicador tem por meta a finalização de 3,3 mil matrículas em capacitações voltadas às investigações de crimes cibernéticos até 2027.

Em 2024, a meta parcial estabelecida foi de 450 matrículas, enquanto, ao final do ano, esse número chegou a 936.

Similarmente, em 2025, a meta parcial estabelecida foi de 1,7 mil matrículas. Ao final do exercício foram registradas 1.869 matrículas voltadas à investigação de crimes cibernéticos.

Matrículas em capacitações voltadas às investigações de crimes cibernéticos



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Ainda, o MJSP também avançou na modernização do arcabouço jurídico que rege o enfrentamento a ilícitos praticados no ambiente digital.

Diversas propostas legislativas foram apresentadas com o objetivo de fortalecer a capacidade normativa e investigativa do Estado, adequando a legislação nacional às novas dinâmicas tecnológicas e às formas contemporâneas de criminalidade.

Entre as principais iniciativas, destacam-se aquelas que propõem tornar hediondos os crimes previstos nos artigos 240, 241 e 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); incluir imagens realistas produzidas por inteligência artificial no art. 241-E; e tipificar novas condutas, como o acesso a material de abuso sexual infantil, a hospedagem ou administração de sites que contenham esse tipo de conteúdo e o aliciamento online de menores de 14 anos.

Também se propõe o agravamento das penas nos casos em que sejam utilizadas técnicas de anonimização, como VPNs, *proxys* ou acesso a darkweb, bem como a inclusão de dinâmicas cibernéticas em crimes tradicionalmente físicos.



No tocante ao Marco Civil da Internet, o debate legislativo tem se concentrado em medidas voltadas à preservação e rastreabilidade de dados, incluindo a obrigação de armazenamento de informações que permitam a individualização inequívoca do usuário da conexão, além da previsão de que autoridades policiais possam solicitar a preservação de registros de conexão e de conteúdo.

Essas alterações visam assegurar a eficácia das investigações urgentes, especialmente em casos de ameaças contra escolas, igrejas e outras instituições, sem violar o direito à privacidade dos usuários, uma vez que se referem apenas a dados estatísticos de identificação, e não ao conteúdo das comunicações.

Por fim, destacam-se dois projetos de lei em tramitação que consolidam os avanços institucionais no combate aos crimes cibernéticos:

- PL nº 613/2021, que cria os crimes de acesso ilegítimo a sistema informático, interferência em dados, burla informática, falsidade informática e uso abusivo de dispositivos ou dados informáticos, alinhando a legislação brasileira à Convenção de Budapeste; e

- PL nº 1.845/2024, que altera o Marco Civil da Internet para ampliar o conjunto de informações a serem armazenadas pelos provedores, fortalecendo a apuração de ilícitos digitais e a cooperação entre autoridades públicas e plataformas tecnológicas.



Em 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública também consolidou avanços significativos em áreas estratégicas da segurança pública, com destaque para o enfrentamento aos crimes eleitorais, o controle de armas e a regulamentação do uso moderado da força.

No campo eleitoral, foram realizadas 88 operações voltadas ao combate de ilícitos relacionados à disseminação de desinformação, à atuação de facções criminosas em campanhas e à violência política de gênero contra candidatas mulheres, contribuindo para a integridade do processo democrático.

No eixo do controle de armas, o MJSP implementou o Decreto nº 12.345, de 30 de dezembro de 2024, que aperfeiçoou o Sistema Sinarm CAC, centralizando a fiscalização de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs).

No âmbito das ações administrativas, foram

6.738 armas entregues voluntariamente, e

R$ 1.397.400,00 em indenizações.

No âmbito das ações operacionais, foram apreendidas 2.470 armas e 198.113 munições pela Polícia Federal (PF) e 1.118 armas e 58.974 munições pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O **uso diferenciado da força** também foi aprimorado, com o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, e as Portarias MJSP nº 855 e 856, ambas de 17 de janeiro de 2025, que estabeleceram diretrizes modernas e proporcionais para a atuação dos profissionais de segurança pública e instituído o Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força (CNMUDF), cujo objetivo é avaliar e monitorar a implementação de políticas relativas ao uso da força por profissionais de segurança pública, com foco em eficiência, transparência, valorização do profissional e respeito aos direitos humanos, estabelecendo a priorização da comunicação, negociação e as técnicas de prevenção à escalada da violência.

Em 2025, foi empenhado, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), o valor de R$ 19,8 milhões para a compra de IMPOS.

Nesse mesmo escopo, vêm sendo implementadas ações estruturantes voltadas à formação continuada e ao fortalecimento institucional.

Como exemplo, destaca-se o curso "Promoção dos Direitos Humanos na Atividade Policial: aspectos práticos", oferecido pela Polícia Federal e ofertado nos anos de 2024 e 2025. O curso tem caráter obrigatório para o avanço na carreira e é voltado para a qualificação de servidores em temas relacionados ao uso proporcional da força e planejamento policial compatível com tratados internacionais de direitos humanos.



Complementarmente, o Projeto Câmeras Corporais reforça as diretrizes do uso diferenciado da força, promovendo transparência nas ações policiais e confiança da sociedade nas instituições de segurança pública. A utilização desses equipamentos valoriza os profissionais da área, oferecendo

proteção tanto aos agentes quanto aos cidadãos, além de fortalecer a legitimidade das abordagens e demonstrar que a aplicação da força ocorre de maneira proporcional, equilibrada e alinha aos princípios do Estado Democrático de Direito.

Em 2025, por meio de um Acordo de Cooperação Internacional com os Estados Unidos, a PRF recebeu a doação de 200 câmeras corporais, destinadas ao uso em atividades de segurança pública, com o propósito de ampliar a proteção dos agentes e reduzir a violência nas interações com a população.

Do total de equipamentos recebidos, 56 unidades já estão em operação na Delegacia de Resende - RJ, enquanto as 144 câmeras restantes foram utilizadas durante a COP30, distribuídas de forma estratégica: duas por equipe de batedores, uma por equipe de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) e uma por equipe de inteligência, considerando 36 equipes de cada tipo.

Paralelamente, está em andamento o processo licitatório para aquisição de novas câmeras corporais, em análise pela Secretaria de Governo Digital (SGD). **A iniciativa prevê a compra de aproximadamente 13 mil câmeras para uso individual dos policiais e 1,5 mil câmeras destinadas às viaturas, ampliando significativamente a cobertura do programa.**

O caderno técnico referente à especificação dos equipamentos encontra-se em fase final de elaboração, consolidando mais um passo na modernização tecnológica e na valorização da atuação da PRF.

No âmbito dos estados, o Edital nº 30/2024 destinou-se ao financiamento de projetos voltados à implementação de câmeras corporais, tendo recebido 14 propostas de diferentes unidades da federação. Entre 2024 e 2025, a partir desse processo, foram firmados convênios voltados tanto à implantação quanto à ampliação do uso de câmeras corporais pelas Polícias Militares estaduais, representando investimentos expressivos na modernização da segurança pública e na proteção de profissionais e cidadãos.

Em 2025, tiveram investimentos federais:

São Paulo, com R$ 27,2 milhões destinados à ampliação das soluções já existentes; **Pará**, com R$ 24,3 milhões; **Pernambuco**, com R$ 23,9 milhões; **Rio Grande do Sul**, com R$ 23,6 milhões; **Distrito Federal**, com R$ 16,2 milhões; **Alagoas**, com R$ 9,7 milhões; **Paraíba**, com R$ 5 milhões; **Acre**, com R$ 3,4 milhões; e **Roraima**, com R$ 1,6 milhão.

No ano anterior, 2024, receberam recursos o Rio Grande do Norte, com R$ 11,4 milhões, e o Piauí, com R$ 8,4 milhões, todos com foco na implementação de soluções de câmeras corporais para reforçar a atuação policial e a proteção de profissionais e cidadãos.

O compromisso do Ministério da Justiça com a **defesa dos direitos humanos e a proteção de pessoas vulneráveis** também se expressa em iniciativas complementares, como o Projeto Lumini, criado em 2023 para auxiliar na busca, identificação e localização de pessoas desaparecidas, inclusive por meio de cooperação internacional.

Desde o início do projeto, foram analisados 9.144 casos, sendo eles: 4.067 casos de cadáveres não identificados, 790 buscas por familiares, 4.148 casos de pessoas desaparecidas, 90 casos de difusão amarela e 49 casos de cooperação internacional. Para 2026, estão previstas a ampliação do atendimento, o fortalecimento do apoio às unidades descentralizadas e o desenvolvimento de ações de capacitação teórica e prática, em articulação com instituições nacionais e internacionais, consolidando o projeto como um dos principais instrumentos de proteção e promoção da dignidade humana no país.

No combate ao trabalho análogo à escravidão, entre 2023 e 2025 foram deflagradas pela Polícia Federal 741 operações, cumpridos 125 mandados judiciais e 45 prisões e resgatadas 4.176 vítimas. No mesmo período, foi intensificado o enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes, foram deflagradas 51 operações e com resgate de 445 vítimas. Além da realização de 9 cursos pela PF, com 1.808 matrículas, voltados ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho forçado.

Nesse plano, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Polícia Federal, opera estruturas consolidadas de cooperação que qualificam o enfrentamento ao tráfico de pessoas, especialmente a partir do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), que mantém articulação com diversos países, permitindo a troca de informações sensíveis, o desenvolvimento de investigações conjuntas e a integração com Estados-Membros europeus.



Fonte: Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia

No mesmo ímpeto, a Polícia Federal também desempenha papel central na Ameripol, organismo de cooperação policial internacional dedicado ao intercâmbio de informações policiais, realização de operações conjuntas e capacitação de seus membros. Além disso, exerce a secretaria-executiva da *Red Lynx,* rede de combate ao tráfico de pessoas que reúne forças policiais dos países americanos.

Além das ações repressivas, o Governo Federal investiu em estratégias preventivas, com destaque para o uso de tecnologias de monitoramento e cruzamento de dados, bem como para a capacitação continuada de policiais e agentes públicos.



Tais iniciativas visam aumentar a eficácia das investigações, aprimorar a proteção das vítimas e consolidar uma abordagem integrada e humanizada no enfrentamento desses crimes complexos.

No campo da prevenção da violência e da promoção da cultura de paz, sobressai-se o Centro Comunitário pela Vida (Convive), projeto vinculado ao Programa Pronasci Juventude II, em fase de implementação em 30 municípios prioritários.

O Convive atua em múltiplos eixos, incluindo a prevenção da violência contra mulheres, a promoção da segurança pública com cidadania, o apoio a vítimas e o combate a discriminações e preconceitos, buscando fortalecer os laços comunitários e a inclusão social.

O projeto Centros Comunitários pela Vida registrou avanços concretos na consolidação das etapas necessárias à implantação dos equipamentos previstos. No período, foram empenhados recursos destinados ao desenvolvimento das ações e firmados 28 Termos de Compromisso com os municípios selecionados, etapa que formaliza a adesão local e confirma o início efetivo da implementação do programa nos territórios.

Para 2026, o projeto prevê a ampliação de seu alcance e o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados, consolidando-se como referência nacional na prevenção da violência, na mediação de conflitos e na promoção da convivência pacífica em territórios vulneráveis.



Centro Comunitário pela Vida

O ano também foi marcado por progressos importantes no âmbito das contratações. Onze municípios publicaram seus processos licitatórios, quais sejam: Recife, Foz do Iguaçu, Mossoró, Castanhal, Juiz de Fora, Cuiabá, Rio Branco, Teresina, Macapá, Nossa Senhora do Socorro e Maceió. Além disso, três municípios realizaram o lançamento da pedra fundamental, evidenciando o avanço da mobilização territorial, e Salvador teve sua ordem de início de serviços emitida, tornando-se o primeiro empreendimento com execução física autorizada no âmbito do programa.

Esses resultados demonstram a maturação das ações já iniciadas e o fortalecimento da articulação entre o MJSP, a Caixa Econômica Federal e os entes convenentes. As equipes técnicas atuaram, ao longo do ano, no alinhamento de documentos, revisão de projetos, acompanhamento dos processos de contratação e apoio aos beneficiários, garantindo que cada etapa avançasse com segurança técnica e aderência às diretrizes do programa.

Com essas frentes consolidadas, o Convive encontra-se em um estágio que possibilita a ampliação do ritmo de execução no ciclo seguinte, com tendência de aumento das ordens de serviço e início das obras nos municípios que já concluíram seus processos licitatórios. A continuidade desse movimento será fundamental para que os Centros Comunitários pela Vida se tornem espaços de promoção da convivência, prevenção à violência e fortalecimento da cultura de paz nos territórios contemplados.



Parceria do Estado da Bahia e o Governo Federal para implementação do CONVIVE

Fonte: ba.gov.br

No âmbito do Sistema Penal, o Plano Nacional de Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras - **Plano Pena Justa**, representa uma iniciativa histórica e inédita do Estado brasileiro, concebida em articulação entre o Governo Federal e o Poder Judiciário. Seu propósito é enfrentar as graves violações estruturais do sistema prisional reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF nº 347, promovendo uma transformação profunda na política penal e penitenciária nacional.



O Pena Justa tem como objetivo central a qualificação da política penal a partir de um processo efetivo de responsabilização, dignificação e reintegração social das pessoas privadas de liberdade, buscando superar a histórica desconformidade das prisões brasileiras com os princípios constitucionais e os direitos humanos. Estruturado em 50 ações e 307 metas a serem executadas até 2027, o plano organiza uma agenda abrangente voltada à redução da superlotação carcerária, melhoria da infraestrutura prisional, fortalecimento das políticas de reintegração social e combate à atuação de organizações criminosas nos presídios.

Em 2025, seu primeiro ano de execução, o plano registrou avanços significativos, com a formalização de tratativas, protocolos de intenções e parcerias estratégicas entre o Governo Federal, entes estaduais e diversos atores institucionais, demonstrando o compromisso federativo e interinstitucional com a transformação estrutural do sistema prisional.

Os planos estaduais de execução foram homologados, estabelecendo as bases para um modelo de governança colaborativa e descentralizada. As ações priorizaram o enfrentamento da superlotação carcerária, o fortalecimento das políticas penais não privativas de liberdade, a qualificação da monitoração eletrônica e a ampliação das estratégias de reintegração social.

Entre os principais resultados destaca-se a implementação do modelo de regulação de vagas prisionais, por meio da criação das Centrais de Regulação de Vagas (CRVs). Essas unidades têm como finalidade racionalizar o uso de vagas no sistema prisional, reduzir a superlotação, garantir direitos fundamentais, otimizar os recursos públicos e fortalecer a rede de serviços penais. No primeiro ciclo de implementação, que corresponde a 44% da meta prevista, foram selecionados 12 estados, com aporte inicial de R$ 7,2 milhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), consolidando as bases para uma gestão mais eficiente, transparente e humanizada do sistema prisional brasileiro.



Outro avanço relevante refere-se à implementação de ações voltadas ao enfrentamento do superencarceramento, com base nos princípios da dignidade humana e da justiça restaurativa.

No primeiro semestre de 2025, o país contava com 210 Centrais Integradas de Alternativas Penais (CIAPs) em funcionamento, distribuídas em 24 unidades federativas, responsáveis pelo atendimento de 128.000 pessoas.

Entre 2016 e 2025, essas iniciativas receberam investimentos da ordem de **R$ 70 milhões**, voltados à sua estruturação e expansão.

Em 2025, houve a destinação de R$ 13 milhões para o fortalecimento e ampliação das equipes multidisciplinares das CIAPs em dez unidades federativas, com o objetivo de expandir sua atuação para capitais, regiões metropolitanas e municípios do interior, promovendo maior capilaridade e efetividade na aplicação de medidas penais alternativas.

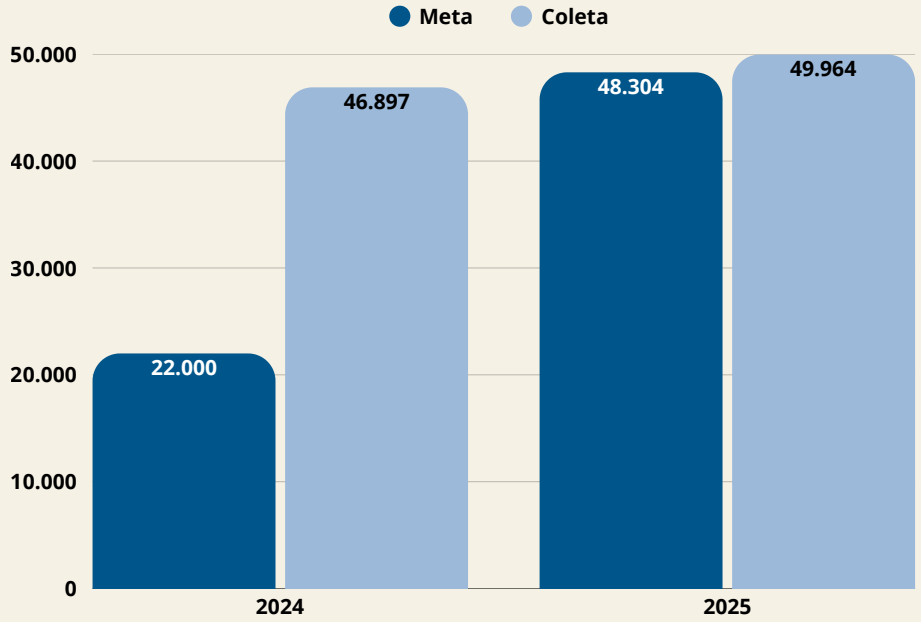
No mesmo ano, também foi publicado o edital para a implantação dos Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC), iniciativa que visa garantir atendimento pré e pós-audiência de custódia por equipes multidisciplinares, em conformidade com os parâmetros do Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia. Com investimento de R$5,6 milhões do Funpen, o projeto contempla os estados do Amazonas, Piauí e Bahia, representando um passo fundamental para o aperfeiçoamento das políticas de proteção social e redução da reincidência penal.



Fonte: Portal CNJ

Nesse sentido, é monitorado, no âmbito do Planejamento Estratégico, o indicador "Pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional", que tem por meta o atendimento de 51.246 pessoas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional até 2027. Em 2024, a meta parcial era de 22 mil pessoas, esse número chegou a 46.897 pessoas atendidas até o final do exercício. Em 2025, a meta estabelecida foi de 48.304 pessoas, número que chegou em 49.964 ao fim do ano.

Pessoas atendidas pelos serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

As ações relacionadas à monitoração eletrônica de pessoas envolveram a formalização de três novos convênios e três suplementações financeiras a instrumentos previamente firmados, totalizando cerca de R$ 11,5 milhões em repasses. Ao total, **cerca de R$ 58,4 milhões foram destinados ao financiamento de políticas penais não privativas de liberdade**, incluindo ações de implantação.

No âmbito da Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa, os serviços especializados acompanharam **24.516 pessoas** no primeiro semestre de 2025.

Entre as iniciativas estruturantes, destaca-se o Projeto Alvorada – Ciclo II, com o objetivo de promover a inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias, financiado com R$ 15,8 milhões do Funpen, executado em nove unidades federativas e 23 campi da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O projeto alcançou mais de 600 participantes ao longo de sua execução e recebeu reconhecimento nacional, incluindo premiação no Prêmio Espírito Público.



As ações educacionais voltadas aos serviços penais concentraram-se na qualificação continuada de profissionais da execução penal, com a realização de mais de trinta iniciativas formativas que resultaram na capacitação de 38.257 profissionais das esferas federal e estadual.

Ainda, é desenvolvido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública o projeto Escuta SUSP, executado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade de Brasília (UnB), que tem por objetivo oferecer atendimento psicológico especializado para profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Ademais, o projeto também servirá de base para a criação de protocolos psicoterapêuticos específicos para profissionais de segurança pública.

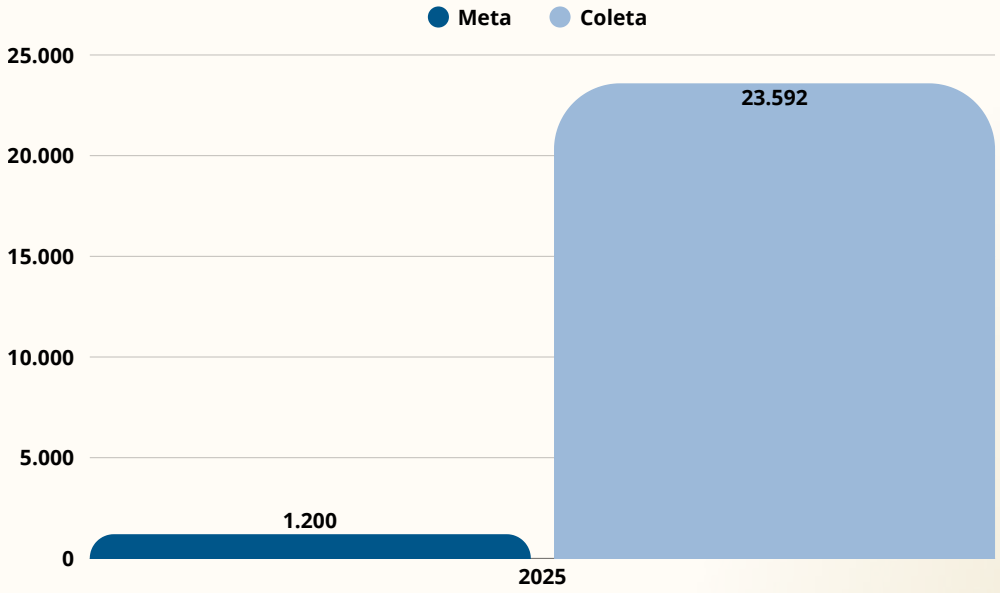
Nesse sentido, é monitorado, no âmbito da Política Pública do Ministério da Justiça e Segurança, o indicador “Atendimentos de assistência psicológica realizados para profissionais de segurança pública”, que tem por objetivo monitorar a oferta de serviço de atendimento psicológico, de forma a minimizar o

adoecimento dos profissionais, bem como colaborar com a diminuição dos afastamentos em decorrência de patolgias mentais e/ou comportamentais.

De forma geral, a meta do indicador é a realização de 3,6 mil atendimentos de assistência psicológica para profissionais de segurança pública até 2027.

Em 2025, a meta parcial estabelecida foi de 1,2 mil atendimentos até o final do exercício. Nesse sentido, a meta foi superada, uma vez que foram realizados 23.592 atendimentos psicológicos até o fim do ano.

Atendimentos de assistência psicológica realizados para profissionais de segurança pública



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Em relação ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), a educação a distância consolidou-se como eixo estruturante das ações formativas voltadas ao Sistema Penal. Em 2025, foram ofertadas mais de 3.300 vagas apenas no primeiro bimestre, totalizando 45 cursos vinculados ao programa e 6.394 inscrições no exercício.

No que se refere à infraestrutura e aos projetos estratégicos de formação, avançaram as iniciativas voltadas à implantação da Academia Nacional da Polícia Penal (ANPP), com previsão orçamentária de R$ 121 milhões, configurando investimento estruturante para a formação continuada e especializada dos profissionais do sistema penal.

As ações de educação, formação e valorização profissional contaram, no exercício, com execução orçamentária de mais de **R$ 17 milhões,** incluindo o Programa de Fomento à Pós-Graduação para servidores da execução penal e iniciativas correlatas.

Adicionalmente, a ampliação de vagas do PRONASCI 2 (biênio 2025–2026) resultou na oferta de 3.617 vagas adicionais, com valor executado de mais de R$ 5 milhões. De forma consolidada, as ações educacionais estiveram associadas a uma referência orçamentária global de mais de R$ 25 milhões.



A Polícia Penal Federal, no exercício de suas atribuições de segurança, inteligência, escolta e custódia no Sistema Penitenciário Federal - responsável pelo isolamento de lideranças criminosas e de pessoas privadas de liberdade de alta periculosidade - registrou avanços relevantes na modernização tecnológica, no fortalecimento da capacidade operacional e na qualificação do efetivo.

No campo tecnológico, registraram-se avanços significativos voltado à modernização e à segurança do Sistema Penitenciário Federal. Foi concluído o estudo para integração de sistemas de monitoramento e análise de imagens, preparando a segunda fase do Projeto Cyclope 3.0, que prevê a implantação de 500 câmeras corporais e 124 câmeras veiculares. Além disso, foi finalizada a contratação do Projeto Artemion, destinado à instalação de sistemas antidrones nas cinco Unidades Penais Federais, reforçando o controle aéreo e a prevenção de incidentes de segurança.



Os investimentos em modernização tecnológica — incluindo sistemas antidrones, armamentos, equipamentos de proteção individual, radiocomunicação, mobilidade e infraestrutura — alcançaram **aproximadamente R$ 100 milhões.** Adicionalmente, os reforços de segurança física e estrutural nas penitenciárias federais de Campo Grande, Porto Velho e Mossoró totalizaram **investimentos superiores a R$ 110 milhões**, além de obras de adequação, modernização e manutenção predial nas unidades federais.

Em 2025, foram realizadas

218 movimentações de presos de alta complexidade, por meio de escoltas terrestres e aéreas.

No mesmo período, ocorreram

742 audiências por videoconferência nas cinco unidades federais,

gerando economia estimada de mais de **R$ 9 milhões** em custos de transporte, logística e mobilização de forças de segurança.

Paralelamente, a Força Penal Nacional atuou em atividades administrativas, assistenciais, gerenciais e operacionais, além de promover mais de 83 ações educacionais, que capacitaram mais de 2 mil profissionais, entre policiais federais, estaduais e integrantes de forças parceiras, com foco em operações especializadas e aprimoramento técnico.

No campo das operações, destaca-se a Operação MUTE, considerada a maior já realizada pela Política Penal, que contou com a participação de todas as unidades federativas.

A ação teve como objetivo a retirada sistemática de aparelhos telefônicos dos presídios, reduzindo a comunicação ilícita entre internos e facções criminosas.

Essa medida resultou na diminuição de delitos e da violência extramuros, além de reforçar a segurança pública nacional.

Ao todo, 13.658 policiais penais participaram da operação, que alcançou 14.602 celas revistadas em 354 unidades prisionais e 2.162 celulares apreendidos, contando com um investimento de mais de R$ 431 mil.

Ainda em 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública coordenou duas fases da Operação Foco na Justiça, em parceria com os sistemas penitenciários estaduais, com foco na redução de pendências judiciais, no fortalecimento da presença do Estado e no aprimoramento da gestão penal. A operação resultou no cumprimento de 192 mandados de prisão, a partir de dados estratégicos e articulação com o Poder Judiciário.



Fonte: Senappen/MJSP

Destaca-se, ainda, a participação da Polícia Penal Federal em 378 operações da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO) em 17 unidades federativas.

Complementarmente, foram realizadas 10 operações Modo Avião e 8 operações Smart Lock em 12 estados, empregando tecnologias avançadas para detectar e bloquear celulares e dispositivos de comunicação em presídios, o que contribuiu para a desarticulação de redes criminosas e o reforço do controle e da segurança no sistema penitenciário.

No contexto da inteligência penal, iniciou-se o desenvolvimento o Dicionário de Dados, documento técnico destinado à definição de campos, formatos e significados das informações coletadas no sistema prisional brasileiro, por meio do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN).

A iniciativa tem por objetivo aprimorar a interoperabilidade entre os sistemas estaduais e nacionais, assegurando maior padronização, consistência e qualidade das informações utilizadas no planejamento, no monitoramento e na avaliação das políticas penais.

SISDEPEN
Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional

Acrescenta-se o SISDEPEN Indivíduos, um dos projetos estratégicos do MJSP, o qual busca integrar as bases de dados dos sistemas de gestão penitenciária das unidades federativas.

As ações de assistência abrangeram a integração da população prisional às políticas públicas de saúde e a ampliação do acesso à educação, por meio de exames nacionais, ações de promoção da leitura e iniciativas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, à cultura e ao trabalho, incluindo a doação e a implantação de oficinas de trabalho prisional.

Os dados do Relatório de Informações Penais (RELIPEN) indicam, no primeiro semestre de 2025, aumento no número de pessoas presas inseridas em atividades laborais e no ensino formal, em comparação com o mesmo período de 2024.

O quantitativo de pessoas privadas de liberdade, participando em atividades laborais, em 2025, foi de 25,56%, um percentual maior que a meta estabelecida para o período que era de 24%. Já o percentual de pessoas presas matriculadas na educação formal foi de 23,44%. Além disso, em 2025, foram mais de 2 milhões de pessoas privadas de liberdade que participando de práticas sociais educativas no país.

Considerando o ano de 2025, em relação ao ano anteior, houve uma redução no número de óbitos no sistema prisional, que passou de 1.064 no primeiro semestre de 2024 para 932 no primeiro semestre de 2025.

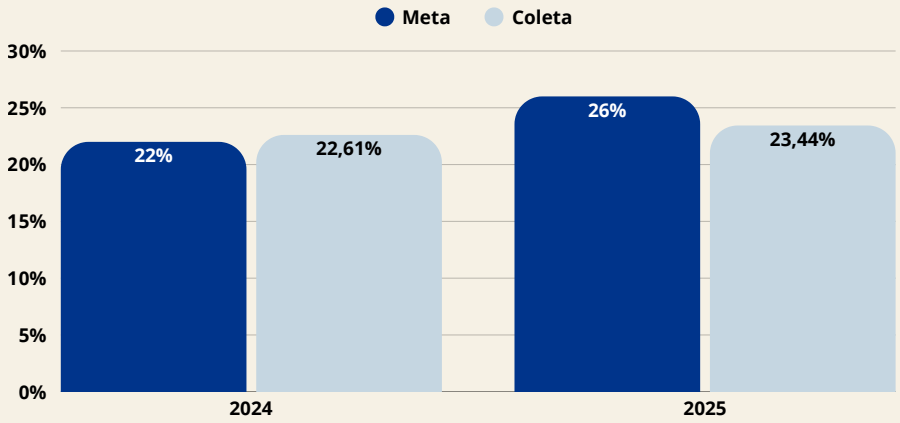
Esses dados se inserem no conjunto de esforços do Ministério da Justiça e Segurança Pública voltados à ampliação do acesso a ações de saúde, educação e trabalho no sistema prisional, relacionadas à mitigação da inatividade crônica e ao fortalecimento das ações de reintegração social.



Fonte: Governo Federal

Nesse escopo, é monitorado, no Planejamento Estratégico, o indicador "Percentual de pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal", que tem por meta a inserção de 34% das pessoas privadas de liberdade (PPL) em educação formal até 2027. Em 2024, a meta parcial estabelecida foi de 22%, e ao final do exercício, essa porcentagem chegou a 22,61%. Em 2025, a meta parcial foi de 26%, enquanto ao final do exercício 23,44% das pessoas privadas de liberdade estavam matriculadas em educação formal.

Percentual de pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação formal



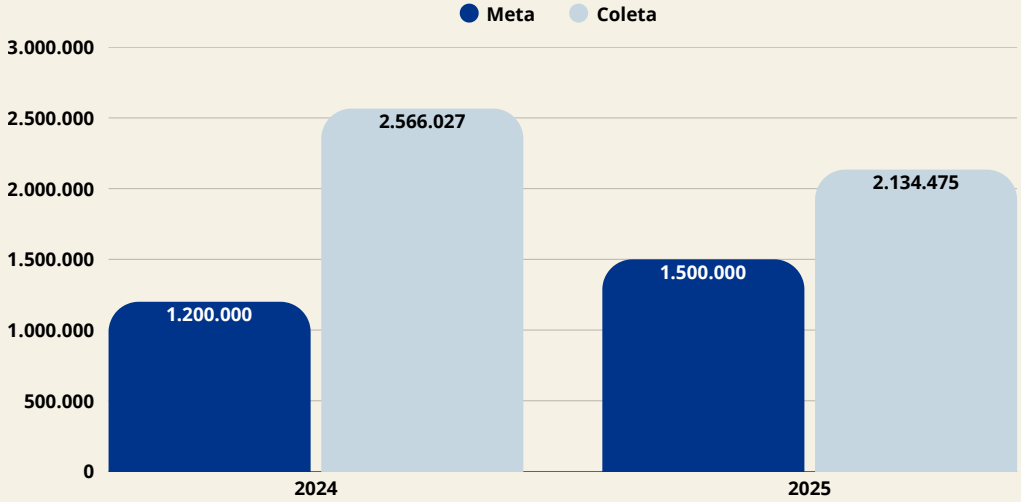
Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Na mesma temática, é monitorado, no âmbito da Política Pública do Ministério, o indicador "Participações em práticas sociais educativas realizadas", que tem por objetivo aferir a quantidade de participações em práticas sociais educativas para PPLs, contemplando atividades culturais, esportivas e de leitura.

O indicador tem por meta a realização de 2 milhões de práticas sociais educativas voltadas às PPLs até 2027. Em 2024, a meta parical estabelecida foi de 1,2 milhão de participações, número que chegou a 2.566.027 no final do ano.

Em 2025, a meta estabelecida foi de 1,5 milhão, chegando a 2.134.475 participações ao final do exercício.

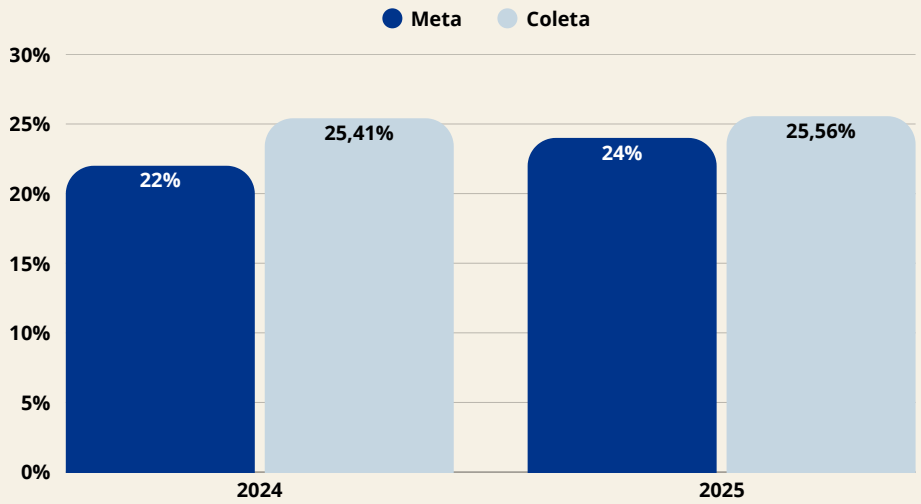
Participações em práticas sociais educativas realizadas



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Ainda, é monitorado também o indicador "Percentual de pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais". A meta geral do indicador é inserir 30% das pessoas privadas de liberdade em atividades laborais até 2027. Em 2024, a meta parcial era de 22%, e esse índice chegou a 25,41 ao final do ano. Em 2025, a meta estabelecida foi de 24%, chegando a 25,56% ao final do exercício.

Percentual de pessoas privadas de liberdade que participam de atividades laborais

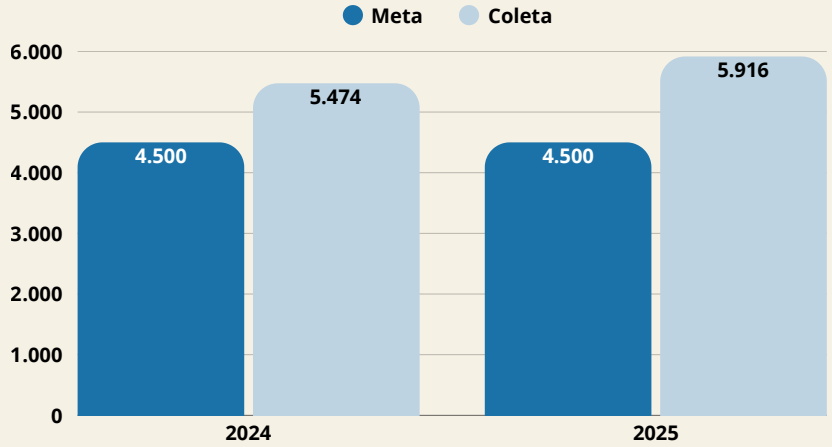


Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Similarmente, no âmbito do monitoramento de políticas públicas do MJSP, é monitorado o indicador "Pessoas privadas de liberdade atendidas nas ações de cidadania", que tem por finalidade aferir a quantidade de atendimentos de saúde ofertados às PPLs.

Nesse sentido, o indicador tem por meta alcançar 18 mil pessoas privadas de liberdade atendidas nas ações de cidadania até 2027. Em 2024, a meta parcial do ano foi de 4,5 mil pessoas, e ao final do exercício esse número chegou a 5.474. Já em 2025, o esperado era que mais 4,5 mil pessoas privadas de liberdade fossem contempladas nessas ações. Ao final do ano esse número chegou a 5.916 PPLs atendidos.

Pessoas privadas de liberdade atendidas nas ações de cidadania



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Os resultados de 2025 indicam avanços na estruturação das políticas penais, com ampliação da cobertura dos serviços, qualificação das equipes e aprimoramento dos instrumentos de gestão e monitoramento,



Fonte: SENAPPEN/MJSP

permanecendo como desafios a consolidação das ações nos territórios e o aumento da efetividade das estratégias de reintegração social.



Destaca-se, ainda, a ampliação das oficinas produtivas no âmbito do Programa de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (PROCAP), por meio dos convênios vigentes e dos resultados decorrentes das doações de kits dos projetos Cidade Digna, voltado à produção de blocos de concreto para pavimentação e construção civil; Dignidade Menstrual, destinado à confecção de itens de higiene para o enfrentamento da pobreza menstrual; Malharia e Serralheria.

Em conjunto, essas iniciativas correspondem à implementação de 292 novas oficinas produtivas, atualmente em fase de implantação.

Consideradas também as 311 oficinas já existentes, o total consolidado de estruturas produtivas alcançou **602 oficinas de trabalho prisional em funcionamento ou em implementação em todo o território nacional.**

Na vertente de aparelhamento do sistema prisional, foram realizados investimentos relevantes na aquisição de veículos especializados e equipamentos de inspeção e segurança, **totalizando R$ 57,73 milhões**, destinados à **aquisição de 168 veículos do tipo camionete-cela e de 69 equipamentos de raio-x** com tecnologia de inteligência artificial.

No campo da atenção às vítimas de crimes, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), foram estabelecidas parcerias com o Conselho Nacional de Defensores Gerais. Em 2025, houve a reformulação e a ampliação do Programa de Assistência às Vítimas, renomeado para RECOMEÇAR – Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crime, com ampliação de parcerias e suplementação de convênios, resultando em aporte adicional de aproximadamente R$ 23 milhões.

O MJSP avançou na estruturação da Rede Nacional de Ouvidorias dos Serviços Penais e na elaboração de instrução normativa com parâmetros mínimos de funcionamento das ouvidorias dos serviços penais. Também foram desenvolvidas, nos entes federativos, iniciativas de transparência, comunicação e capacitação, incluindo painéis interativos de dados, ações formativas em educação a distância e atividades de sensibilização institucional.

No eixo preventivo e educativo das atividades correcionais no Sistema Penal, destacaram-se campanhas de enfrentamento ao assédio e à discriminação e ações de educação correcional. Complementarmente, a atuação correcional foi fortalecida por meio de repasses do Programa de Fortalecimento da Execução Penal (PROFOR), destinados ao aprimoramento das estruturas de corregedoria, ouvidoria e formação em vinte unidades federativas.

O **Programa Antes que Aconteça** consolidou-se, em 2025, como uma política estratégica do Governo Federal voltada à prevenção, ao enfrentamento e à superação da violência contra a mulher no Brasil.

Seu escopo abrange a promoção do acesso à justiça e à segurança, a defesa dos direitos das mulheres, a produção e disseminação de dados, a inclusão econômica, a formação e capacitação profissional, além de ações de conscientização e inovação social.

Nesse contexto, o programa contempla, ainda, iniciativas voltadas ao fortalecimento institucional das Defensorias Públicas, por meio da formalização de instrumentos de cooperação, da transferência de recursos financeiros, da aquisição e doação de bens, bem como da entrega de vans itinerantes e carretas de acesso a direitos.

Para 2026, estão previstas a aquisição e a equipação de 50 vans, 3 carretas e 4 micro-ônibus destinados a órgãos do sistema de justiça para atendimento itinerante a mulheres vítimas de violência, com o objetivo de ampliar e descentralizar o atendimento e assegurar que mulheres em situação de vulnerabilidade tenham acesso célere, qualificado e humanizado aos serviços de proteção.

O Programa estrutura-se em quatro objetivos centrais:

1. Fortalecer a aplicação da Lei Maria da Penha;
2. Ampliar as políticas públicas de justiça e segurança;
3. Expandir o acesso das mulheres à justiça; e
4. Promover a formação, capacitação e produção científica na área dos direitos humanos das mulheres.



ANTES QUE ACONTEÇA
REDE DE APOIO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Entre as principais iniciativas, destacam-se a implantação das Salas Lilás, destinadas ao atendimento exclusivo e especializado de mulheres em situação de vulnerabilidade; os cursos de empreendedorismo feminino, que estimulam a autonomia econômica; e o projeto Defensorias Populares, voltado à formação de licenças comunitárias femininas como multiplicadoras na defesa de direitos e no fortalecimento das redes locais de proteção.

O Programa Nacional das Salas Lilás foi instituído pela Portaria MJSP n° 911, de 25 de março de 2025 e, até o momento, viabilizou orçamento de 48 Salas Lilás no estado da Paraíba e a formalização de parceria com o estado do Rio de Janeiro, voltada tanto à criação de novas salas quanto à modernização dos fluxos e estruturas de atendimento já existentes.

As Salas Lilás configuram-se como espaços de acolhimento humanizado e atendimento integrado a mulheres e meninas em situação de violência de gênero, instaladas em delegacias de polícia, espaços de perícias criminais, Defensorias Públicas, órgãos do Poder Judiciário e demais instituições do sistema de justiça.

Fonte: MJSP



Inauguração do Programa Nacional das Salas Lilás.

Assim, as Salas Lilás fortalecem a rede de proteção prevista na legislação nacional e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (*CEDAW*) e a Convenção Interamericana de Belém do Pará.



O MJSP também avançou, em 2025, na implementação de políticas de proteção às mulheres, articulando iniciativas estruturantes e ações voltadas à prevenção e repressão à violência de gênero com destaque para o Programa SUSP Mulheres, estruturado em quatro eixos estratégicos:

1. Fortalecimento e apoio à estruturação das Instituições de Segurança Pública;
2. Fomento à integração das Instituições de Segurança Pública com a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência;
3. Capacitação e valorização de profissionais; e
4. Padronização e qualificação da atuação das forças de segurança.



Foto: Jamile Ferraris/MJSP

Entre os marcos, destaca-se a reestruturação do Programa Mulher Viver sem Violência, que tem como uma de suas principais iniciativas a expansão das Casas da Mulher Brasileira.

O Programa integra a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e tem como objetivo fortalecer e expandir os serviços públicos voltados às mulheres em situação de violência, promovendo a integração e articulação dos atendimentos especializados nas áreas de saúde, segurança pública, justiça, rede socioassistencial e promoção da autonomia financeira. Para viabilizar essa iniciativa, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 5/2023 entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério das Mulheres com previsão de investimento de R$ 273 milhões.

No exercício, foram conduzidas etapas importantes para a implantação das unidades da Casa da Mulher Brasileira, com continuidade da parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério das Mulheres, responsável pela implementação direta da política.

Ainda, foram repassados recursos ao órgão parceiro, dando prosseguimento ao acordo de cooperação firmado. O valor registrado no primeiro semestre contemplava desembolsos realizados em 2024 e a primeira parcela prevista para 2025, posteriormente ajustada no curso da execução, resultando em um repasse de mais de **R$ 1 milhão no ano de 2025.**

Essas readequações financeiras decorreram dos ajustes técnicos e procedimentais necessários ao aperfeiçoamento do planejamento, preservando a conformidade do projeto. A articulação entre as equipes técnicas permanece ativa, com avanços no ordenamento das etapas preparatórias e na conformidade dos instrumentos de execução.

Ao longo do exercício, foram concluídas as fases iniciais previstas no acordo de cooperação, incluindo análise documental, pactuação, emissão do parecer de mérito e formalização dos Contratos de Repasse com a Caixa Econômica Federal. A partir dessas etapas, iniciou-se o desenvolvimento dos projetos executivos adaptados às realidades locais e a elaboração dos artefatos necessários à licitação, que marca a transição para a fase pré-operacional do empreendimento.

O cenário atual indica que o fortalecimento do acompanhamento e a finalização das adequações procedimentais são fundamentais para viabilizar o início da execução física nos próximos ciclos, contribuindo para ampliar a rede de proteção e fortalecer as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, agenda estruturante e prioritária para o país.

Sob a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foram desenvolvidas ações voltadas à formação e capacitação de profissionais de segurança pública para o atendimento e a proteção de mulheres em situação de violência, bem como à atualização de normativos técnicos e operacionais relacionados à padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), das Patrulhas Maria da Penha e do Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio, estabelecendo parâmetros técnicos e metodológicos orientados pela perspectiva de gênero. Ademais, foi criado o Curso para Atuação Policial e Pericial Frente à Violência de Gênero contra as Mulheres – Nível Multiplicador, voltado à capacitação de 240 profissionais das Polícias Civis e das Perícias Criminais, visando a padronização das investigações relacionadas ao tema.



Em 2025, foram promovidas capacitações nacionais voltadas a policiais civis, militares e guardas municipais, além de peritos criminais, totalizando 118 profissionais formados.

Para fortalecer a sustentabilidade financeira dessas políticas, foi regulamentada a destinação de 10% dos recursos provenientes das transferências obrigatórias do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

Em 2025, foram repassados R$ 116 milhões, destinados diretamente aos Estados e ao Distrito Federal, com vistas a fomentar iniciativas locais de prevenção, proteção e responsabilização.

Com o objetivo de padronizar e qualificar o atendimento às mulheres em situação de violência no âmbito do SUSP, foram lançados três Cadernos Temáticos de Referência, elaborados para orientar práticas institucionais e operacionais nas diferentes forças de segurança.

O Caderno Temático sobre a Padronização Nacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher apresenta uma versão revisada e atualizada da Norma Técnica de Padronização das DEAMs, incorporando avanços legislativos, a perspectiva de gênero e parâmetros para evitar a revitimização. O documento reforça a necessidade de atendimento humanizado, qualificação contínua das equipes e integração efetiva com a rede de proteção, assegurando o acesso pleno das mulheres aos mecanismos de denúncia e às medidas protetivas, em consonância com a legislação nacional e as melhores práticas internacionais.



O Caderno Temático sobre a Padronização Nacional das Patrulhas Maria da Penha atualizou as diretrizes nacionais para o atendimento policial a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que antes se restringiam às polícias militares e agora abrangem também as guardas municipais. As orientações têm como foco o fortalecimento da atuação integrada, a padronização dos atendimentos, a promoção de ações preventivas, o uso estratégico de dados e a capacitação permanente das equipes, garantindo uma abordagem interseccional e sensível às diversas realidades vivenciadas por mulheres e meninas em todo o território nacional.

Adicionalmente, foi atualizado o Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio, que estabelece diretrizes técnicas e operacionais para uma atuação investigativa e pericial qualificada, orientada pela perspectiva de gênero. O documento busca fortalecer a identificação dos elementos característicos dessa forma extrema de violência,

promovendo a uniformização de procedimentos e o aprimoramento técnico dos profissionais de segurança pública, com foco na efetividade das investigações e na redução da impunidade.

Adicionalmente, foi atualizado o Protocolo Nacional de Investigação e Perícia em Crimes de Feminicídio, que estabelece diretrizes técnicas e operacionais para uma atuação investigativa e pericial qualificada, orientada pela perspectiva de gênero. O documento busca fortalecer a identificação dos elementos característicos dessa forma extrema de violência, promovendo a uniformização de procedimentos e o aprimoramento técnico dos profissionais de segurança pública, com foco na efetividade das investigações e na redução da impunidade.

Em 2025, operações integradas também reforçaram a efetividade das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. A Operação Shamar, coordenada em âmbito nacional, contou com investimento de mais de R$ 2,4 milhões e mobilizou forças policiais em todos os Estados e no Distrito Federal, promovendo ações integradas de fiscalização, cumprimento de medidas protetivas, prisões de agressores e acolhimento de mulheres em situação de violência. Os resultados alcançados refletem a dimensão da iniciativa: mais de 163 mil diligências realizadas, 37.491 inquéritos instaurados, 81.368 vítimas atendidas e 12.207 adultos presos.



Fonte: Ministério das Mulheres

Patrulha Maria da Penha no Piauí, no âmbito da Operação Shamar.

Os resultados alcançados demonstram a amplitude e o impacto da operação:

149.781 diligências realizadas,

27.490 inquéritos instaurados,

51.666 vítimas atendidas, e

7.636 adultos presos,

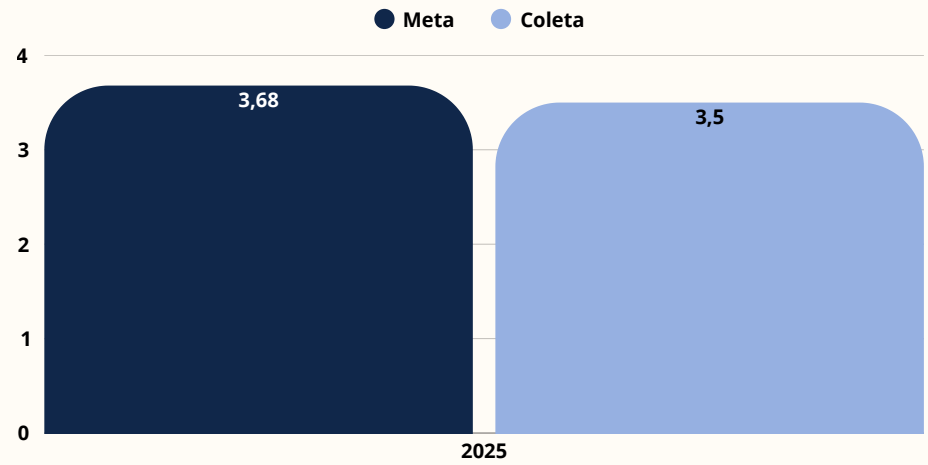
Evidenciando a efetividade das ações coordenadas e o fortalecimento da rede nacional de proteção às mulheres.

Nesse sentido, levando em consideração as ações e os projetos desenvolvidos por este Ministério, é monitorado, no âmbito das Políticas Públicas, o indicador "Taxa de mortes violentas intencionais de mulheres", de forma a acompanhar o impacto das ações de enfrentamento da criminalidade violenta contra mulheres frente às ocorrências de mortes violentas intencionais.

A meta geral do indicador é reduzir a taxa para 3,54% vítimas de mortes violentas intencionais de mulheres por 100 mil mulheres até 2027.

Dessa forma, foi estabelecida meta parcial de 3,68 mortes a cada 100 mil mulheres para 2025. Ao final do exercício, essa taxa superou as expectativas, consolidando-se em 3,5 em 2025.

Taxa de mortes violentas intencionais de mulheres



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP



As políticas de enfrentamento ao feminicídio e à violência contra a mulher são essenciais para a proteção de direitos e o fortalecimento da segurança pública. Nesse contexto, as ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública contribuíram para a redução dos índices de violência, por meio do fortalecimento de mecanismos de prevenção, da capacitação de profissionais e da qualificação das forças de segurança, bem como da atuação integrada com estados e municípios, ampliando a proteção e o atendimento às mulheres.



Outro avanço relevante foi a implementação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FONAR), instrumento estratégico de gestão integrada que possibilita a atuação articulada entre as forças de segurança pública, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a rede de proteção. O FONAR tem por finalidade assegurar maior efetividade às medidas protetivas de urgência, por meio da identificação precoce de situações de risco e da adoção coordenada de respostas institucionais.

Essas iniciativas reafirmam o compromisso do Ministério da Justiça com a proteção da vida, a promoção da equidade de gênero e a consolidação de uma sociedade livre de todas as formas de violência contra mulheres e meninas, em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito e com os tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.



Fonte: Governo Federal

No contexto da integração e do compartilhamento de dados e conhecimentos voltados à prevenção da violência escolar, destaca-se o Projeto Operação Escola Segura, iniciado em 6 de abril de 2023.

A iniciativa, desenvolvida em parceria com a SaferNet Brasil, criou um canal exclusivo de denúncia para a população, destinado ao recebimento de informações sobre ameaças ou intenções de prática de violência em ambientes escolares.

As denúncias são analisadas individualmente, e, havendo indícios de possíveis ações violentas, os órgãos de segurança pública estaduais, notadamente as Polícias Civil e Militar, são imediatamente notificados para adoção de medidas preventivas e investigativas.

Entre 2023 e agosto de 2025, o canal registrou mais de 12,4 mil denúncias, todas analisadas de forma minuciosa. O projeto conta atualmente com 104 analistas de inteligência sobre o tema. No mesmo período, foram identificados indivíduos e grupos que disseminavam ameaças a escolas, resultando em solicitações de remoção de conteúdos e perfis em redes sociais que infringiam as políticas de uso das plataformas digitais.

Essas ações demonstram o comprometimento contínuo do Governo Federal com a proteção da comunidade escolar, a prevenção da violência e o fortalecimento de uma cultura de segurança e paz nos ambientes de ensino.

O *Amber Alert* Brasil também representa uma importante iniciativa para a proteção de crianças e adolescentes desaparecidos, fortalecendo o sistema nacional de resposta rápida em situações de risco.

O mecanismo possibilita a emissão, atualização e cancelamento de alertas públicos por meio das redes sociais da plataforma META (Instagram e Facebook), alcançando usuários em um raio aproximado de 160 quilômetros do local do desaparecimento, desde que o caso tenha ocorrido nas últimas 72 horas e envolva risco iminente de lesão corporal grave ou morte. No âmbito do MJSP, há unidade responsável pela articulação operacional com a META, que atua em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), assegurando celeridade no recebimento e processamento das solicitações de emissão de alertas.

Até o momento, **26 unidades da Federação aderiram ao sistema,** a saber: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Sergipe, Santa Catarina e Tocantins.

Desde sua implementação, 68 acionamentos foram realizados em parceria com a META, resultando na localização de sete menores desaparecidos, sendo quatro no Ceará, um em Santa Catarina, um no Paraná e um no Espírito Santo.



Fonte: MJSP

Na frente de combate aos crimes praticados em ambientes digitais, o Governo Federal implementou ações integradas com foco na repressão de ilícitos contra crianças, adolescentes e outros grupos vulneráveis.

Ao longo do ano de 2025, foram realizadas sete operações integradas de abrangência nacional, resultando no cumprimento de 460 mandados de busca e apreensão, 133 prisões e 21 internações provisórias de adolescentes.

Entre as ações de destaque, ressaltam-se:

- **Operação Pharos:** voltada à desarticulação de uma rede criminosa de exploração sexual infantojuvenil; e
- **Operação Adolescência Segura:** direcionada ao enfrentamento da radicalização digital, à disseminação de conteúdos de ódio e ao incentivo à automutilação entre jovens.

Adicionalmente, foram conduzidas ações específicas voltadas ao combate a crimes de ódio, violência simbólica, maus-tratos a animais transmitidos em redes sociais e apologias a ideologias extremistas, incluindo o nazismo.

Nesse contexto, no dia 9 de outubro de 2025, foi firmado Memorando de Entendimento entre o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS-RJ) e a Polícia Federal, que visa desenvolver atividades de prevenção de crimes cibernéticos relacionados ao crime de ódio, por meio de capacitações, elaboração de produtos educacionais e informativos, além de eventos.



Ainda, alinhada ao dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi realizada, em 2025, a Operação Caminhos Seguros, vinculada ao projeto Vulneráveis Institucionalmente Protegidos e Seguros (Projeto V.I.P.S), que integrou forças de segurança pública de todo o país. A iniciativa contou com investimento superior a R$ 4 milhões, representando quatro vezes o montante aplicado em 2024, e contemplou ações repressivas, preventivas e educativas voltadas à proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.

Como resultado, foram registradas:

8 milhões de diligências policiais;

27.378 locais fiscalizados;

1.019.256 pessoas abordadas;

7.022 denúncias apuradas;

3.343.822 pessoas alcaçandas.

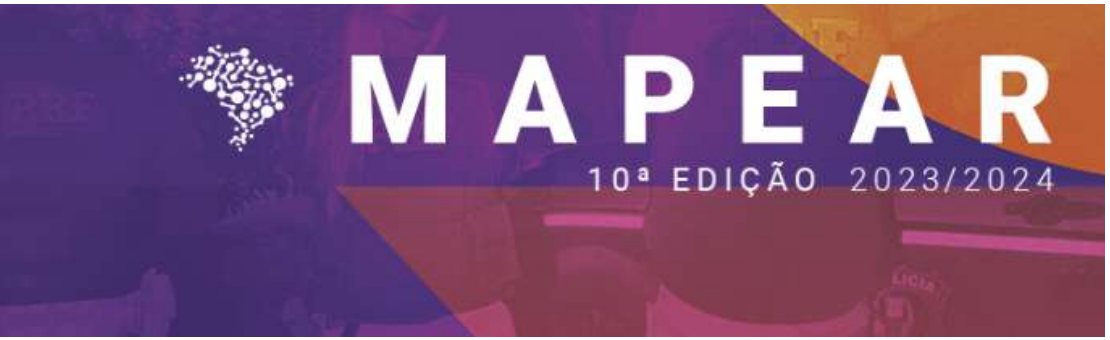


Balanço da Operação Curupira-Mirim. Foto: Balthazar Costa (AID/ALEPA)

No mesmo eixo, destaca-se a Operação Curupira-Mirim, realizada no estado do Pará em setembro de 2025, como parte das ações preparatórias para a 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30).

Com aporte de R$ 200 mil, a operação concentrou-se em Belém, na Região Metropolitana e em municípios do Arquipélago do Marajó, abrangendo áreas turísticas, de hospedagem e comunidades ribeirinhas. A iniciativa teve como foco o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, fortalecendo a presença do Estado e a articulação interinstitucional entre os órgãos de segurança pública.

Grupo do indicador	Indicador	Qtd
1. Abrangência da Operação	Efetivo policial	47
	Efetivo de órgãos parceiros	199
	Veículos de órgãos parceiros	28
	Viaturas empregadas	23
Ações Educativas	Ações de panfletagem	202
	Ações educativas em mídia digital	6
	Palestras realizadas	51
	Pessoas alcançadas com ações de panfletagem	1.412
	Pessoas alcançadas com palestras	2.065
	Pessoas alcançadas com ações em mídia digital	27.555
Diligências policiais	Casos comunicados ao Conselho Tutelar	1
	Crianças e adolescentes resgatados (ESCA)	1
	Denúncias apuradas (ONDH)	3
	Denúncias apuradas (Outras)	10
	Diligências realizadas	183
	Embarcações fiscalizadas	25
	Locias de ESCA confirmados	1
	Locais fiscalizados	296
	Pessoas alcançadas (abordagens)	1.445
	Pontos bloqueados (blitz policial)	1
	Vítimas atendidas	8
Procedimentos Policiais	BOs registrados	2
	IPs concluídos com autoria identificada	4
	IPs instaurados	3
	Medidas cautelares representadas	3
	Medidas protetivas solicitadas	4
Total geral		**33.579**



O Projeto Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Projeto MAPEAR) constitui um instrumento estratégico do Ministério, conduzido pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), voltado à prevenção e ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. A iniciativa atua na identificação e monitoramento de locais com potencial vulnerabilidade, fortalecendo a presença do Estado e a proteção dos direitos infantojuvenis ao longo das rodovias federais.

Em 2025, o Projeto MAPEAR 2.0 consolidou um novo marco operacional, com a ampliação do corpo técnico especializado, a modernização do aplicativo de mapeamento e o aprimoramento da metodologia de identificação de pontos críticos. Nesse mesmo período, foi lançada a 10ª edição da Cartilha Mapear, acompanhada de palestras e eventos de sensibilização, reafirmando o compromisso da PRF com a prevenção de violações e a promoção de um ambiente rodoviário seguro para crianças e adolescentes.



Fonte: PRF

Em relação à Política Nacional de Pessoas Desaparecidas, instituída pela Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, o Governo Federal deu continuidade às ações de fortalecimento da política pública voltada à busca, identificação e localização de pessoas desaparecidas, promovendo importantes avanços em 2025.

Entre as iniciativas, destaca-se o lançamento da segunda edição da campanha "Não Espere 24h", voltada à conscientização da sociedade sobre a importância do registro imediato de desaparecimentos. Durante o evento, foi apresentada a cartilha "O que fazer quando alguém desaparece", elaborada para orientar a sociedade civil sobre procedimentos e medidas a serem adotadas em casos dessa natureza, contribuindo para ampliar a mobilização social e institucional em torno do tema.

No primeiro semestre de 2025, foram realizadas a 3ª e 4ª edições do Curso de Investigação Policial Aplicada à Busca e Localização de Pessoas Desaparecidas, com foco na capacitação de profissionais de segurança pública, especialmente delegados, escrivães e agentes/investigadores das Polícias Civis estaduais. O curso tem como objetivo aperfeiçoar o conhecimento técnico e operacional das equipes responsáveis pela apuração dos casos, reforçando o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública com o fortalecimento das capacidades investigativas e a oferta de respostas céleres e eficazes.

Em agosto de 2025, foi lançado o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas (CNPD), instrumento estratégico destinado a unificar e cruzar informações entre as unidades federativas, agilizar buscas, fortalecer investigações e aumentar as chances de localização de pessoas desaparecidas em todo o território nacional. O lançamento ocorreu em alusão ao Dia Internacional da Pessoa Desaparecida, 30 de agosto, e atendeu a uma demanda social histórica por mecanismos mais eficientes de integração de dados e transparência.

O sistema possui duas interfaces: uma para profissionais de segurança pública, com dados detalhados de boletins de ocorrência e correlação de casos entre estados; e outra pública, em formato de painel interativo, que reúne publicações autorizadas por familiares, após análise e validação das autoridades policiais.

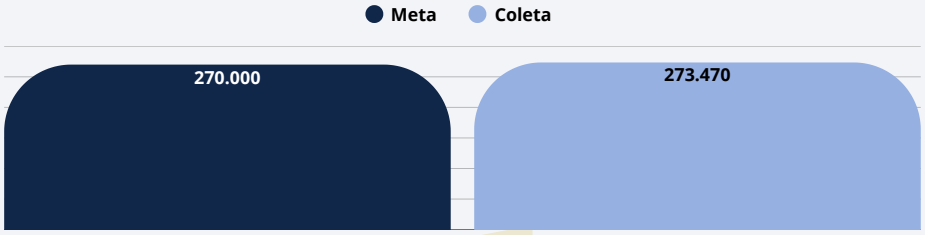
No ano de 2025, **o CNPD contabilizou 85.233 registros de pessoas desaparecidas e 57.554 registros de pessoas localizadas**, provenientes de 12 unidades da federação: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, que utilizam o Procedimento Policial Eletrônico (PPE).

Outras 14 unidades federativas já assumiram o compromisso formal de integração e compartilhamento de informações.

Destaca-se, por fim, o avanço da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG), que tem se mostrado um instrumento essencial na busca por pessoas desaparecidas e na identificação de restos mortais. Os resultados refletem a eficiência do sistema e o fortalecimento da cooperação entre os órgãos evolvidos: até o final do período, 726 pessoas foram identificadas por meio do cruzamento de perfis genéticos, contribuindo para a elucidação de casos e o amparo às famílias.

No âmbito das Políticas Públicas do MJSP, é monitorado o indicador "Perfis inseridos no Banco Nacional de Perfis Genéticos", que tem por meta inserir 330.000 perfis no RIBPG até 2027. Em 2025, a meta estabelecida foi de 270.000, enquanto, ao final do exercício, esse número chegou a 273,470.

Perfis inseridos no Banco Nacional de Perfis Genéticos



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Em 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública consolidou o processo de desintrusão da Terra Indígena Yanomami, alcançando

redução de 96% nos alertas de garimpo ilegal,

resultado direto das operações integradas de segurança, fiscalização e investigação voltadas à proteção territorial.

No mesmo período, foram concluídas as ações de desintrusão nas Terras Indígenas Kayapó (Pará), Araribóia (Maranhão) e Uru-Eu-Wau-Wau (Rondônia), em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709, de 20 de julho de 2020.

Bases operacionais instaladas próximas às terras indígenas.



Foto: PF

O objetivo central da operação é apoiar órgãos federais e estaduais em ações de segurança, fiscalização e repressão a ilícitos, assegurando a integridade das comunidades indígenas, o combate ao garimpo ilegal, o apoio direto às equipes de saúde e assistência humanitária, a proteção territorial contra invasões e a garantia de condições seguras para a atuação das instituições públicas.

Nesse sentido, foram intensificadas as medidas de repressão ao garimpo ilegal, com a inutilização de pistas de pouso clandestinas, o desmantelamento de acampamentos, além de patrulhamentos fluviais, terrestres e aéreos.

As ações incluíram ainda apoio a missões de saúde, proteção a lideranças indígenas e operações conjuntas com a Força Nacional de Segurança Pública, o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), entre outros órgãos.

Destaca-se também o apoio a operações aéreas em cooperação com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), que possibilitaram a identificação, o monitoramento e a neutralização de estruturas criminosas.

Além disso, foram realizados seis cursos, que somaram 261 matrículas, voltados à capacitação de policiais federais e de profissionais de outras instituições policiais para a atuação na proteção aos povos indígenas e às comunidades tradicionais.



Foto: PF/MT

As ações integradas entre a Polícia Federal e diversas instituições resultaram em uma expressiva redução do desmatamento na Amazônia Legal.

Entre 2022 e 2023, registrou-se uma queda de 21,8%; de 2023 a 2024, a redução foi de 28,1%; e de 2024 a 2025, de **11,1%**.

No acumulado do período de 2022 a 2025, a diminuição atingiu **50,1%.**

De acordo com a última publicação do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (PRODES/INPE), de 2025, a taxa estimada de desmatamento na Amazônia Legal foi de 5.796 km², número significativamente inferior à meta estabelecida no Plano Plurianual (PPA), que previa 7.540 km².

Desde 2023, por intermédio da Polícia Federal, foram realizadas 302 operações policiais que resultaram em uma descapitalização de mais de **R$ 1 bilhão**, além do cumprimento de 1.141 mandados de busca e apreensão e 56 mandados de prisão preventiva.

Em 2025, a Polícia Federal intensificou sua atuação no combate aos crimes ambientais e conexos, realizando 369 operações de polícia judiciária voltadas à responsabilização penal dos envolvidos.

Essas ações resultaram no:

- Cumprimento de 1.045 mandados de busca e apreensão;
- Inutilização, destruição ou apreensão de diversos bens móveis utilizados em práticas ilícitas — entre eles, 398 dragas;
- Expedição de 118 prisões preventivas; e
- Descapitalização de mais de R$ 1,5 bilhão.

Para ampliar ainda mais a integração e a cooperação internacional no combate aos crimes ambientais e conexos, foi criado, como instância de governança do Plano AMAS - Amazônia: Segurança e Soberania, o Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI-Amazônia). Os investimentos envolveram locação de imóvel, adequações físicas e aparelhamento técnico-operacional, totalizando R$ 3,5 milhões no exercício financeiro de 2025.

Coordenado pela Polícia Federal e localizado em Manaus/AM, o CCPI-Amazônia é composto por policiais de todos os estados da Amazônia Legal brasileira, por Oficiais de Ligação das Polícias dos países da Pan-Amazônia, além de integrantes da Polícia Rodoviária Federal, Fundo Nacional de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública e representantes de organismos policiais internacionais, como a INTERPOL, a EUROPOL e a AMERIPOL.

Inaugurado em 9 de setembro de 2025, o CCPI-Amazônia representa um avanço significativo no combate à criminalidade na região, ao promover o intercâmbio ágil e eficiente entre os órgãos de segurança pública, possibilitando a formulação de planos operacionais integrados, a troca de informações e boas práticas, bem como a realização de capacitações específicas.

Essas medidas reforçam a capacidade de prevenção, fiscalização e resposta rápida em todo o território nacional, garantindo maior efetividade no enfrentamento aos ilícitos ambientais e na adaptação às novas demandas impostas pelas mudanças climáticas.

No mesmo ímpeto, a Força Nacional mantém atualmente mais de 250 profissionais da Força Nacional de Segurança Pública atuando na Terra Indígena Yanomami e 20 sub-bases avançadas estrategicamente posicionadas para apoio à Polícia Militar de Roraima, distribuídas no interior da TI e em áreas de fronteira, como Pacaraima, além da capital Boa Vista.

As sub-bases estão localizadas em regiões como Surucucu, Palimiú, Apiáu, Homoxi, Xitei, Kayanau, Parima, Paapiú, Moxihateteia, Pakilapi, Alto Catrimani, Walo Pali, Parafuri, Maraxiu, Maracá, Waikas, Kataroa e Pirititi. Essas estruturas asseguram capilaridade territorial, pronta resposta a emergências, apoio logístico a órgãos parceiros e presença ostensiva, que contribui diretamente para a redução de ilícitos e o aumento da sensação de segurança das comunidades indígenas.



Agentes da Força Nacional patrulham o rio Couto Magalhães durante a Operação Asfixia.

Foto: Bruno Mancinelle | Casa de Governo

Dentre as operações de destaque coordenadas com apoio da Força Nacional em 2025, ressaltam-se a Operação Tormenta (abril) e a Operação Asfixia (junho), que resultaram na inutilização de pistas clandestinas, na neutralização de acampamentos, na apreensão de maquinários pesados e na prisão de indivíduos vinculados ao garimpo ilegal.

Somadas as duas operações, foram realizadas mais de 150 abordagens em embarcações, mais de 8,6 mil abordagens de pessoas, mais de 2,6 mil patrulhamentos e a lavratura de mais de 6,4 mil boletins de ocorrência.



Foto: Casa de Governo

Paralelamente, a Operação Omawe, ação contínua da PRF, intensificou a fiscalização ambiental em rodovias e estradas federais, bem como em áreas de interesse da União, com o objetivo de reprimir o escoamento de produtos provenientes de extração ilícita nas rotas de acesso à Terra Indígena Yanomami.

Em 2025, a operação resultou na detenção de 166 pessoas, no resgate de 10 pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade e na apreensão de uma tonelada de ouro, 12 toneladas de outros minerais, 20 toneladas de agrotóxico, nove mil litros de combustível e na recuperação de nove veículos.



Foto: PRF

O planejamento das ações para 2026 concentra-se na desarticulação das cadeias de financiamento e logística que sustentam as atividades ilegais nas terras Yanomami, buscando atacar as causas estruturais do problema e não apenas seus efeitos imediatos.

Em paralelo, será mantida a fiscalização contínua, com foco especial em áreas anteriormente exploradas e nas principais vias de entrada e saída de insumos, garantindo a sustentabilidade dos resultados alcançados e a preservação permanente do território indígena.

Essas ações conjuntas demonstram o esforço contínuo do MJSP na proteção da Terra Indígena Yanomami e de seu povo, articulando ações de segurança pública, fiscalização ambiental e apoio humanitário. O conjunto de operações visa restaurar a dignidade das comunidades indígenas, assegurar o cumprimento da lei, combater atividades ilícitas, e promover a preservação do território e do meio ambiente, reafirmando o compromisso do Estado com a integridade, a legalidade e a ordem ambiental na região.

Ainda, foram registrados avanços expressivos no combate aos crimes ambientais e na proteção da Amazônia Legal, com

22,5% no desmatamento, e

de **28,6%** nas queimadas e focos de incêndio.

As ações integradas resultaram em **mais de R$ 28 bilhões em prejuízos às organizações criminosas**, representando um aumento de 70% em relação ao ano anterior.

O Programa Brasil MAIS — Meio Ambiente Integrado e Seguro consolidou-se como a maior iniciativa de sensoriamento remoto do país, reunindo mais de 129 mil agentes em 680 instituições federais, estaduais, distritais e municipais. Com capacidade de monitoramento diário de todo o território nacional, o programa permite identificar pequenas alterações ambientais, apoiar operações estratégicas de fiscalização e gerar histórico contínuo de quase cinco anos, fortalecendo a prevenção e a resposta a ilícitos ambientais e territoriais.



Em 2025, o programa contribuiu diretamente para a redução do desmatamento e das queimadas na Amazônia Legal, além de gerar retorno superior a 8.000% para a sociedade, demonstrando a efetividade da integração entre tecnologia, segurança pública e proteção ambiental.

Plano AMAS
AMAZÔNIA: SEGURANÇA E SOBERANIA

Similarmente, visando combater o desmatamento na Amazônia Legal, o Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Plano AMAS) prevê investimentos em parceria com o BNDES.

A iniciativa se caracteriza pelo ineditismo, sendo o primeiro projeto custeado pelo Fundo Amazônia com o objetivo de desmantelar a nova dinâmica de crimes ambientais na região.

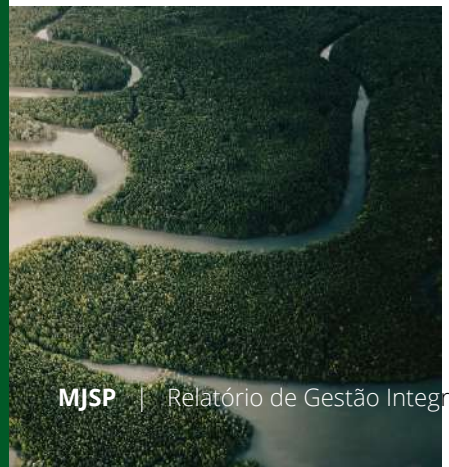
O AMAS tem como pilar a integração entre os diversos órgãos do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), além do fortalecimento das forças de segurança federais, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional, e das forças estaduais.

A primeira parcela de recursos foi repassada no valor de **R$ 318 milhões**, distribuída da seguinte forma: R$ 266 milhões até 2025 e R$ 52 milhões para 2026.

Esses investimentos são essenciais para a implementação do Plano, que busca aprimorar a atuação das forças de segurança por meio do fortalecimento da governança, da modernização tecnológica e da ampliação da capacidade operacional.

A aquisição de novos equipamentos contribui diretamente para o monitoramento e fiscalização em áreas estratégicas, garantindo maior eficiência nas ações preventivas e repressivas. Além disso, o reforço na infraestrutura e nos meios operacionais das instituições envolvidas permite uma resposta ágil e eficaz diante dos desafios relacionados à segurança pública e à proteção do bioma amazônico.

Aliado a esses investimentos, entre 2023 e julho de 2025, foram capacitados mais de 14 mil profissionais para atuar na Amazônia Legal, com foco no combate a crimes ambientais e ilícitos associados.



As formações abrangeram cursos como incêndio florestal, atendimento pré-hospitalar, uso de drones, segurança e proteção de autoridades, investigação de crimes ambientais, operações fluviais e combate a incêndios, entre outros.

Os treinamentos atenderam 21 estados da federação e beneficiaram diversas instituições parceiras, incluindo Polícias Militares, Civis e Penais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas, Ibama, ICMBio, Funai, Ministério Público e guardas municipais, reforçando a cooperação federativa e fortalecendo a segurança pública em todo o país.

Desde o início da execução do Plano AMAS, a Força Nacional está presente em sete estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. Atualmente, existem 68 operações integradas em andamento na região Norte, mobilizando mais de 850 profissionais, entre policiais militares e civis, bombeiros, peritos oficiais e papiloscopistas, além de mais de 200 viaturas.

Nesse sentido, a Companhia de Operações Ambientais (COA), criada pelo Decreto nº 7.957, de 12 de março de 2013, possui atribuições que incluem apoiar fiscalizações ambientais, prevenir crimes e infrações, executar ações de defesa civil ligadas ao meio ambiente, auxiliar investigações policiais e elaborar laudos técnicos. A COA está sediada na CCPI-Amazônia, com núcleo operacional e efetivo inicial de 100 servidores mobilizados para ações integradas na Amazônia Legal. A companhia desempenhará papel estratégico na gestão de segurança e fiscalização no enfrentamento a crimes ambientais e ilícitos associados.

Ainda em 2025, a PF ampliou sua capacidade aeronáutica com a locação de duas aeronaves de médio porte, em investimento de R$ 27 milhões, garantindo maior mobilidade e agilidade na resposta em áreas remotas da Amazônia Legal.

No âmbito dessa iniciativa, em 2025 a PRF lançou as operações Munduruku, Kayapó e Araribóia, com o objetivo de salvaguardar os órgãos envolvidos na operação interinstitucional.

A coordenação ficou a cargo da Casa de Governo, contando com a participação do IBAMA, ICMBio, Polícia Federal e Força Nacional. A PRF prestou apoio de policiamento ostensivo, conforme suas prerrogativas legais, para a execução do Plano de Emprego Tático de Desintrusão das Terras Indígenas Munduruku, Araribóia e Kayapó, além de assegurar a livre circulação de indivíduos e veículos nas rodovias federais adjacentes a essas terras indígenas.



Foto: PRF

De janeiro a dezembro de 2025, por meio das ações da PRF, foram apreendidos mais de 34 mil metros cúbicos de madeira ilegal, volume que representa um forte impacto na cadeia de suprimentos do desmatamento.

Adicionalmente, foram realizadas operações integradas, que consolidaram avanços significativos na proteção territorial e na repressão e atividades ilícitas, que colocam em risco a vida e a segurança de povos indígenas e defensores ambientais.

Dentre elas, destaca-se a Operação Hermes, que teve como principal objetivo a desarticulação de organização criminosa voltada a crimes ambientais e mineração ilegal de ouro na Amazônia e em estados do Sul e Sudeste.



Para fortalecer a atuação das forças de segurança na Amazônia Legal, além dos recursos do Fundo Amazônia, foram destinados mais de R$ 1,6 milhão no âmbito da **Operação Guardião dos Biomas**, em 2025.

A iniciativa tem como objetivo combater incêndios florestais e enfrentar situações climáticas extremas, garantindo a proteção do meio ambiente e da biodiversidade na região.

No mesmo período, também foram apreendidas

+ de 1,6 mil toneladas de minérios

sem comprovação de origem ou licença, coibindo a extração e o transporte ilegais de produtos ambientais. Além disso, aproximadamente

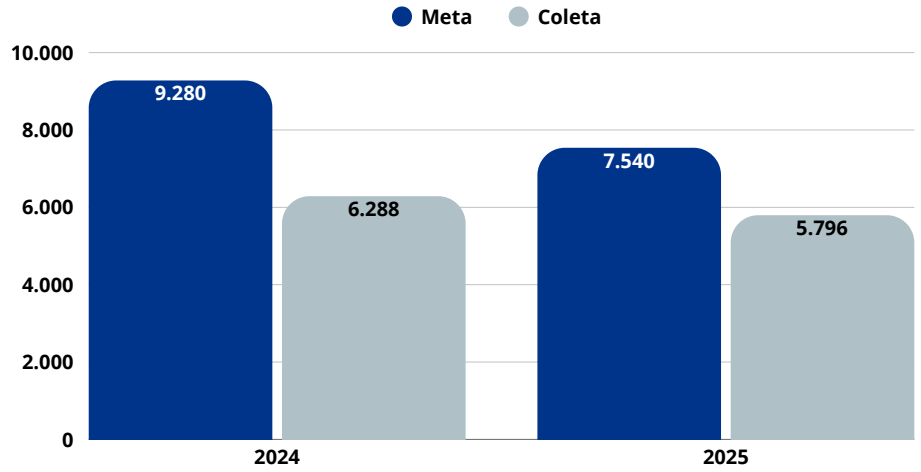
21 mil animais

foram resgatados nas rodovias federais brasileiras, muitos deles vítimas de tráfico ilegal ou maus-tratos.

Nesse escopo, é monitorado, no âmbito do Planejamento Estratégico, o indicador "Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira", que tem por meta a diminuição da área desmatada na região, alcançando 26.680 km² até o ano de 2027. Em 2024, a meta estabelecida foi de 9.280 km², e ao final do exercício esse índice ficou ainda menor que o esperado, atingindo 6.288 km². Já em 2025, a meta parcial estabelecida foi de 7.540 km², e a área desmatada recuou para 5.796 km² ao final do exercício.



Área desmatada na Amazônia Legal Brasileira



Fonte: Planejamento Estratégico/MJSP

Já nas operações integradas e de Inteligência, foram empenhados R$ 35 milhões, distribuídos entre as ações de "Apoio ao Enfrentamento a Desastres e Emergências Ambientais, no âmbito das ADPFs n743 e 760", por meio da operação "Protetor dos Biomas", na Amazônia Legal e no Pantanal. Somados, esses valores perfazem R$ 76 milhões em dotações atualizadas, oriundas do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Outro eixo de destaque é o Projeto Manejo Integrado do Fogo, voltado ao fortalecimento da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF), que visa prevenir, monitorar e controlar incêndios florestais e queimadas não autorizadas nos biomas do Cerrado e do Pantanal. O Projeto foi aprovado em 2025, com recursos estimados em R$ 150 milhões do Fundo

Amazônia, para equipar Corpos de Bombeiros e brigadas florestais da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás e do Piauí, além de ampliar o suporte à Força Nacional de Segurança Pública, com vistas a fortalecer a capacidade de resposta diante do agravamento dos incêndios florestais.



Foto: Ibama

O projeto contempla entregas significativas de equipamentos de resposta: cerca de 50 caminhões de bombeiros, 340 caminhonetes operacionais equipadas para combate a incêndios florestais, 199 veículos especializados e dezenas de embarcações, em uma das maiores iniciativas federais de proteção ambiental diante do agravamento dos incêndios. O lançamento desse projeto representa um passo importante para construir uma política integrada de manejo do fogo, aliando ações de prevenção e combate para reduzir a gravidade dos incêndios florestais nos próximos anos.

Ainda no escopo dos crimes ambientais, o Programa Brasil M.A.I.S – Meio Ambiente Integrado e Seguro também se consolida como uma importante ferramenta no monitoramento e combate a crimes ambientais no Brasil. O programa visa melhorar a atuação do Estado na prevenção, repressão e elucidação de crimes e desastres ambientais em todo o território nacional, a partir de geotecnologia aplicada. Desenvolvido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o programa conta com plataforma digital que permite o acesso gratuito a imagens de satélite de alta resolução, produzidas diariamente, além de emitir alertas de cicatriz de queimadas e focos de incêndio, contribuindo para o planejamento e execução do combate a incêndios.

Em 2025, a Operação Queimadas Zero, conduzida pela PRF, consolidou os esforços de enfrentamento aos incêndios florestais, promovendo monitoramento contínuo de trechos rodoviários críticos e vulneráveis, garantindo resposta rápida e coordenada, intensificando o policiamento ostensivo e fiscalizando atividades potencialmente lesivas ao meio ambiente.

No período de janeiro a dezembro de 2025, conforme dados do Grupamento de Busca e Salvamento da Força Nacional, foram

2,230 focos de incêndio combatidos, correspondentes a

24 mil hectares, em operações de combate a incêndios florestais.

Ainda, foram realizadas mais de 2.600 ações de monitoramento de focos de incêndio e mais de 1.300 atividades vinculadas a programas de prevenção, eventos, instrução e treinamento, realizadas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Maranhão, Acre e Amazonas, evidenciando o fortalecimento da atuação integrada entre a Força Nacional de Segurança Pública e a proteção ambiental.

No mais, entre setembro de 2024 e agosto de 2025, foram registrados avanços significativos no combate a crimes ambientais. Com redução de 22,5% no desmatamento em relação ao período anterior e uma queda de 28,6% nas queimadas e focos de incêndio, as ações integradas para o combate desses crimes resultaram em mais de **R$ 23 bilhões** em prejuízos às organizações criminosas, representando um aumento de 62% em comparação ao ano anterior.

Para 2026, a DFNSP prevê a continuidade da modernização dos meios operacionais, com foco na renovação gradual da frota, atualização de armamentos e substituição de munições, equipamentos táticos e materiais estratégicos.

Essa modernização permitirá incorporar novos bens ao patrimônio federal, possibilitando novas doações extra legado ao longo do ano. A disponibilização desses itens dependerá da chegada dos novos materiais, dos cronogramas de aquisição e das necessidades operacionais, mantendo o compromisso com eficiência, economicidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos.



O Programa Ouro Alvo também apresentou resultados expressivos em 2025 no enfrentamento ao garimpo ilegal em áreas de fronteira, consolidando-se como uma das principais iniciativas de combate às economias ilícitas que impactam a Amazônia.

Em agosto de 2025, ocorreu a maior apreensão de ouro da história da Polícia Rodoviária Federal (PRF): 103 quilogramas de ouro, distribuídos em 205 barras, avaliados em aproximadamente R$ 55 milhões, foram interceptados em Roraima, quando seguiam com destino ao exterior. Poucos

dias depois, em Altamira-PA, outra apreensão significativa resultou na interceptação de

avaliados em cerca de 40 kg de ouro, e

R$ 21 milhões, também com destino internacional.

Ambos os casos estão sob análise do Instituto Nacional de Criminalística, reforçando a relevância do Programa Ouro Alvo como instrumento de repressão qualificada ao garimpo ilegal e às cadeias financeiras associadas.

No que se refere à atuação nas terras indígenas, que também têm correlação transversal com o Projeto AMAS, foram utilizados pela Força Nacional outros **29 milhões**, no âmbito das ADPFs nº 709 e 760.

No campo acadêmico e científico, destaca-se o encerramento do projeto *Gold Rush*, cujos primeiros resultados, obtidos em campanhas realizadas nos estados de Mato Grosso, Pará e Amapá, bem como na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, já apresentam perfis geoquímicos capazes de rastrear a origem do ouro proveniente de garimpos ilegais e de apreensões efetuadas. A iniciativa integra o Programa de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses (Procad-SPCF), fortalecendo a integração entre ciência, tecnologia e segurança pública, além de contribuir para o aperfeiçoamento dos mecanismos de investigação e responsabilização de crimes ambientais e econômicos na Amazônia Legal.

Destaca-se, ainda, a parceria com a França, que estabeleceu bases sólidas de cooperação institucional e técnica no enfrentamento aos crimes ambientais e no aprimoramento das capacidades de monitoramento e rastreabilidade de recursos minerais. Essa cooperação bilateral prevê o mapeamento geoquímico da bacia amazônica e a realização de missões conjuntas entre Brasil e França, iniciadas em 2024 na Guiana Francesa e com previsão de continuidade em 2025 no Amapá.



A iniciativa reforça a dimensão internacional das ações de proteção ambiental e o comprometimento do Governo Federal com a integração científica e operacional no espaço panamericano.

No campo normativo, destaca-se o Projeto de Lei nº 3.025, de 2023, que regulamenta a cadeia produtiva do ouro no Brasil para coibir a circulação de metal de origem ilegal, especialmente proveniente de terras indígenas e unidades de conservação. A proposta reforça os mecanismos de

rastreabilidade e controle, conferindo maior efetividade ao Programa Ouro Alvo e fortalecendo a proteção dos biomas amazônicos.

No mais, destaca-se também o Projeto de Lei nº 4.000, de 2024, que fortalece as sanções de fiscalização, prevenção e repressão já desenvolvidas na Amazônia Legal. A proposta complementa o conjunto de iniciativas estruturantes do Governo Federal voltadas à proteção ambiental, ao fortalecimento da soberania nacional e à promoção do desenvolvimento sustentável na região.

Por fim, avança no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.933, de 2023, que propõe a inclusão do crime de ecocídio na legislação ambiental brasileira, estabelecendo penalidades mais severas para condutas que resultem em destruição em larga escala e de impacto duradouro sobre ecossistemas e comunidades. A medida representa um avanço relevante na proteção ambiental e fortalece a estratégia nacional de enfrentamento a crimes ambientais de alta gravidade.

Esses avanços evidenciam o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública em integrar ciência, cooperação federativa e articulação internacional no combate a crimes ambientais e na proteção dos recursos naturais, reforçando a soberania nacional e o papel do Brasil na agenda ambiental.

Em 2025, foi lançado o Projeto Resposta em Ações Integradas para Atuação em Situações de desastres (Projeto RESPAD), com o intuito de fortalecer a atuação dos Corpos de Bombeiros Militares em todo o território nacional, nas áreas de prevenção, preparação e resposta a desastres.



A iniciativa contempla a **capacitação de equipes especializadas**, a **aquisição e doação de equipamentos operacionais**, o **intercâmbio de boas práticas**, a **elaboração de protocolos unificados de atuação** e a **realização de diagnósticos nacionais** sobre a capacidade de resposta dos entes federativos.

O projeto também promove o fortalecimento da interoperabilidade tecnológica e do Sistema de Comando (CICCN), assegurando maior eficiência e coordenação nas ações interinstitucionais.

O conjunto de doações incluiu ainda:

- **Munições:** 249.965 unidades, representando R$ 1.018.793,64;
- **Armamentos:** 693 unidades, representando R$ 1.646.360,94;
- **Equipamentos de proteção balística:** 4.043 itens, representando R$ 7.735.321,77;
- **Drones:** 439 unidades, representando R$ 16.954.786,16;
- **Computadores:** 952 unidades, representando R$ 5.921.069,00; e
- **Periféricos de TI:** 22 unidades, representando R$ 19.603,00;

promovendo modernização tecnológica e incremento da capacidade de inteligência e investigação.

Além disso, foi editada a Portaria Interministerial MIDR/MJSP nº 4, de 8 de setembro de 2025, que institui o Protocolo de Atuação Integrada entre o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O instrumento normativo tem por finalidade estabelecer fluxos e procedimentos para a execução de ações interinstitucional, celeridade nas decisões operacionais e efetividade na mobilização de recursos humanos e logísticos em ocorrências de grande impacto.

No âmbito legislativo, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 44, de 2023, que tem por objetivo destinar parte dos recursos do orçamento da União, em especial aqueles provenientes de emendas individuais e de bancada, para ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres naturais. A iniciativa representa um avanço significativo na consolidação de uma política nacional sustentável e permanente voltada à gestão de riscos e desastres, ao assegurar previsibilidade orçamentária e fortalecer a capacidade de resposta do Estado brasileiro.

Em 2025, o MJSP realizou investimentos estratégicos voltados ao fortalecimento da segurança pública na Amazônia Legal, com ênfase na prevenção e resposta a desastres ambientais e aos impactos das mudanças climáticas. Entre as principais ações, destacam-se a aquisição de viaturas, rádios satelitais e equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, incluindo computadores de alto desempenho, totalizando aproximadamente R$ 5,6 milhões em investimentos. Adicionalmente, foram adquiridos 78 drones, com investimento de cerca de R$ 2 milhões, elevando o montante global para aproximadamente R$ 15 milhões.

Esses recursos tecnológicos ampliam de forma significativa a capacidade de monitoramento remoto, fiscalização e resposta rápida em áreas críticas, promovendo maior eficiência na detecção de ilícitos ambientais, no combate a incêndios florestais e na mitigação dos efeitos de eventos climáticos extremos.

Ainda em 2025, institucionalizou-se o Programa +Justiça Socioambiental, por meio da Portaria MJSP nº 15, de 27 de agosto de 2025, integrando justiça socioambiental e direitos territoriais como agenda prioritária de atuação. Entre as iniciativas, destaca-se a aprovação de projeto no âmbito do Fundo de Direitos Difusos (FDD), com investimento inicial de R$ 38,8 milhões voltado à Amazônia Legal, destinado à estruturação de nove Núcleos Técnicos de Soluções Fundiárias, um em cada estado da região, para apoiar tecnicamente os tribunais na resolução de conflitos fundiários.



O plano é mais do que uma distribuição geográfica de pessoal: é uma resposta direta à ausência estrutural do Estado em regiões que concentram taxas de violência letal superiores à média nacional, com violência armada e criminalidade organizada em expansão e impacto direto sobre comunidades vulneráveis, territórios indígenas e populações rurais.

Soma-se a isso a formalização do Acordo de Cooperação Técnica nº 16, de 18 de fevereiro de 2025, entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Conselho Nacional de Justiça e a Universidade Federal do Pará – e a formalização da assinatura do Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal do Pará (UFPA) em novembro –, fortalecendo a atuação integrada entre comissões regionais e instituições acadêmicas, promovendo maior coordenação técnica e institucional na gestão e proteção dos territórios indígenas. Essa primeira etapa do programa mira na capacidade técnica e integrada de lidar com conflitos complexos.

A estratégia de implantar núcleos técnicos a partir de Universidades Federais, articulados diretamente com Tribunais de Justiça estaduais e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, corrige a fragmentação entre conhecimento técnico, decisão judicial e execução prática. Entre as ações previstas estão a produção, a sistematização e a integração de dados fundiários e territoriais; o apoio técnico à análise de casos complexos; o desenvolvimento de estudos e diagnósticos territoriais; bem como a formação e a capacitação de magistrados, servidores, membros do sistema de Justiça e demais agentes públicos envolvidos na mediação e na prevenção de conflitos, além do estímulo articulação interinstitucional entre órgãos do Poder Executivo, do Poder Judiciário, universidades e outros atores estratégicos.

Além disso, o reforço às Comissões de Soluções Fundiárias, com ampliação e modernização de serviços técnicos em procedimentos socioambientais, fortalece de forma concreta a implementação da Resolução nº 510, de 26 de junho de 2023, do CNJ, que estabelece parâmetros nacionais para prevenção

de despejos forçados, mediação qualificada e soluções estruturais em conflitos coletivos. Na prática, isso significa menos decisões sem embasamento, mais diagnósticos territoriais, socioeconômicos e ambientais antes de qualquer medida judicial.



Nesse mesmo eixo, destaca-se a atuação do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (COMIF), instituído pelo Decreto nº 12.173, de 10 de setembro de 2024, que desenvolve ações voltadas à prevenção e ao combate a crimes ambientais. Entre as iniciativas implementadas, sobressai-se a Operação Queimadas Zero, conduzida pela Polícia Rodoviária Federal em 2025, com foco nos estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Pará.

A operação tem como objetivo prevenir e reprimir crimes ambientais ao longo das rodovias federais, com ênfase no monitoramento de áreas com focos de incêndio situadas às margens das estradas, especialmente em zonas de risco previamente mapeadas.

O fogo, além de provocar graves impactos ambientais, compromete sistemas de transporte terrestre e aéreo, podendo ocasionar interdições de rodovias e aeroportos, bem como prejuízos à qualidade do ar e à saúde da população.

O monitoramento contínuo realizado no âmbito da operação fortalece a coordenação interinstitucional e permite respostas tempestivas para prevenir e mitigar danos socioambientais, promovendo a segurança dos usuários das rodovias e coibindo fatores humanos que contribuem para os incêndios no Pantanal e na Amazônia.



Ainda na temática de proteção ambiental, foi lançado, durante a COP 30, o Guia de Acesso à Justiça Climática e Socioambiental.

Resultado de uma parceria da SAJU com a rede *Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action (Laclima)*, a publicação é uma ferramenta prática para apoiar pessoas e comunidades diante dos impactos climáticos e socioambientais, reunindo informações essenciais sobre direitos, políticas públicas e instrumentos de participação e responsabilização, que podem ser acionados para proteger e reivindicar justiça.

Com essas medidas, o MJSP reafirma seu compromisso com a proteção ambiental e a segurança pública, fortalecendo a prevenção, fiscalização e resposta a ilícitos ambientais por meio de planejamento, tecnologia e cooperação federativa, em favor da proteção dos biomas e da resiliência ambiental do país.

A segurança cibernética consolidou-se como um desafio estratégico prioritário na era digital. A crescente interconectividade global expõe a sociedade a riscos e vulnerabilidades complexas, demandando respostas coordenadas do Estado para a proteção de cidadãos, empresas e instituições.



Nesse contexto, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem promovido a implementação da Política Nacional de Cibersegurança (PNC), que estabelece princípios e prioridades para a atuação governamental no ambiente digital. O objetivo central da política é proteger infraestruturas críticas, ampliar a resiliência frente a ataques cibernéticos e organizar a capacidade nacional de prevenção e respostas a incidentes.

Os esforços realizados no âmbito da segurança cibernética vêm apresentando resultados expressivos. Internamente, destaca-se a assinatura de acordo de cooperação com a



Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que promoveu maior integração entre a Polícia Federal e o setor privado, promovendo maior integração e resposta coordenada diante dos desafios cibernéticos.

Para garantir a efetividade da PNC, foi instituído o Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber), responsável pela coordenação das iniciativas, integração entre diferentes setores e articulação da cooperação entre governo, sociedade civil e setor privado, assegurando a tradução das diretrizes da política em ações concretas.

No plano internacional, o MJSP, por intermédio da Polícia Federal, participou de operações estratégicas voltadas ao enfrentamento de organizações criminosas especializadas em crimes de alta tecnologia. Entre estas, destacam-se as operações *PowerOff* e Alcedo, realizadas em parceria com a Europol, e a operação Synergia, em colaboração com a Interpol. Adicionalmente, o intercâmbio de informações com o Centro de Cibercrime da Ameripol (AC3) reforça o compromisso do Brasil com a cooperação internacional no combate à criminalidade cibernética.

Ao longo de 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública intensificou sua atuação na política externa e na cooperação multilateral, reafirmando o compromisso do Brasil com a construção de soluções conjuntas para os desafios globais. Nesse período, o país atuou de forma destacada no G20, no BRICS e nos preparativos para a Conferência das Nações unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), consolidando sua posição como liderança internacional.

Na qualidade de anfitrião da COP30, realizada em Belém-PA, em novembro de 2025, o Brasil assumiu papel central na articulação de compromissos climáticos e na implementação de medidas concretas de proteção socioambiental.

Nesse contexto, o MJSP desempenhou papel estratégico, por meio da expansão de programas de mediação de conflitos na Amazônia, promoção de debates sobre justiça socioambiental e direitos territoriais e fortalecimento da segurança ambiental, incluindo a entrega de viaturas para o enfrentamento a crimes ambientais.

Essas ações contribuíram para o fortalecimento da governança sobre territórios nacionais, para a fiscalização efetiva de ilícitos ambientais e para implementação de acordos da COP30, garantindo benefícios duradouros à preservação da Amazônia e ao compromisso do Brasil com a agenda ambiental global.

A participação brasileira na COP30 foi acompanhada por uma atuação de excelência na coordenação da segurança de grandes eventos multilaterais. No âmbito da Presidência do G20, foi elaborado o Plano Estratégico Integrado de Segurança (PEIS G20), garantindo a proteção das autoridades participantes.

A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal estiveram diretamente envolvidas em 21 eventos ministeriais, assegurando a proteção de aproximadamente 150 autoridades em seis encontros. Para a Cúpula de Líderes, que contou com a presença de 85 chefes de Estado, chanceleres e primeiras-damas, foram mobilizados 1.191 policiais federais e 420 policiais rodoviários federais, evidenciando a capacidade operacional e a coordenação estratégica do Estado brasileiro na segurança de eventos de grande porte.

No âmbito do BRICS, o Brasil demonstrou eficiência na gestão da segurança, sediando reuniões ministeriais e técnicas em Brasília e no Rio de Janeiro, com a mobilização de aproximadamente 700 agentes federais. Na Cúpula de Líderes do Bloco, realizada em julho de 2025, no Rio de Janeiro, foram destacados 646 policiais para garantir a segurança de 37 líderes mundiais, consolidando a credibilidade do país na condução de eventos dessa magnitude.

A COP30 demandou uma das maiores mobilizações da história da Polícia Federal, com cerca de 1,8 mil policiais federais e aproximadamente 1.000 policiais rodoviários federais atuando em diferentes frentes, incluindo a proteção de aproximadamente 100 chefes de Estado e de Governo.

Nesse contexto, a PF exerceu papel de liderança nos colegiados de governança e comando e controle dos grandes eventos, coordenando a Coordenação de Área de Segurança Pública (CASP), o Comitê Executivo Integrado de Segurança Regional (CESIR) e a Central de Monitoramento Antidrones, além de ativar o Centro Internacional de Cooperação Policial (CCPI) em articulação com agências de segurança estrangeiras.

Em relação aos eventos realizados durante a COP 30, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD) representou o Brasil em quatro agendas estratégicas na Zona Azul, consolidando internacionalmente uma visão que articula política de drogas, segurança pública, justiça climática, proteção territorial e desenvolvimento alternativo sustentável (DAS). O objetivo era difundir a agenda de DAS como estratégia de enfrentamento ao crime organizado na Amazônia aliado à política de segurança climática, que integra inteligência, proteção territorial, reparação socioambiental, fortalecimento de economias sustentáveis, prevenção e acesso a direitos.

Durante a COP 30, a SENAD lançou a Página Amazônia do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), plataforma que consolida dados sobre rotas de drogas, apreensões, crimes ambientais, descapitalização e iniciativas de DAS, qualificando decisões governamentais e cooperação internacional.

As ações desenvolvidas em 2025 reforçam a capacidade institucional do Brasil de garantir segurança, promover justiça socioambiental e consolidar compromissos multilaterais. Esse legado projeta o país para 2026, fornecendo base sólida para a formulação de agenda legislativa e estratégica voltada ao desenvolvimento sustentável, à proteção ambiental, à inovação e à promoção de um futuro mais seguro, justo e próspero para a sociedade brasileira.



O Ministério da Justiça e Segurança Pública intensificou, nos últimos anos, a presença do Estado nas regiões de fronteira, com foco na prevenção e repressão de crimes transnacionais que impactam na segurança pública e na economia nacional.

Essa atuação integrada envolve órgãos de segurança pública, inteligência e fiscalização, em cooperação com forças estaduais e municipais, além de parcerias internacionais com países vizinhos.



Em 2025, o Programa Nacional de Proteção das Divisas, Fronteiras e Biomas (PROTETOR) consolidou-se como estratégia central de enfrentamento a crimes transnacionais e ambientais.

Com abrangência nacional, o programa articulou planos táticos e operações como Operar-Fron, Operar-Bioma, Protetor das Divisas e Fronteiras e Protetor dos Biomas, além de projetos estruturantes como Gesfron, Cão Protetor e Falcão Peregrino, fortalecendo a capacidade institucional e operacional dos órgãos de segurança.

Entre 2024 e 2025, os resultados operacionais do PROTETOR evidenciaram sua efetividade:

foram apreendidas

1.016,92 toneladas de drogas,

2.493 armas de fogo, **83.494** munições,

52,2 milhões de maços de cigarros,

5.676 veículos e

421 embarcações recuperados.

No âmbito ambiental, foram apreendidos 1.565 m³ de madeira, 22.905 unidades de carvão vegetal, 5.615,39 m³ de minérios, 390.508,69 unidades de metais e 596.317,60 unidades de ouro/pedras preciosas, além de 13.664.801,50 litros de combustível e 217.189 unidades de agrotóxicos.

A consolidação nacional do programa no período alcançou R$ 9,52 bilhões em prejuízo total ao crime, com mobilização de 22.796 operadores distintos e investimento de R$ 255,4 milhões, resultando em uma eficiência de R$ 37,27 de prejuízo por cada real investido.

No enfrentamento ao contrabando e descaminho, até julho de 2025, mais de 212 operações foram deflagradas pela PF, resultando na apreensão de mais de 81,3 milhões de maços de cigarros convencionais, 765.578 unidades de cigarros eletrônicos e 109.402 bebidas contrabandeadas.

Esforços semelhantes se voltaram para crimes relacionados à cadeia de produção de combustíveis, com destaque para operação realizada em agosto de 2025, destinada a desarticular esquemas de lavagem de dinheiro e fraudes no setor. Operações de policiamento ostensivo e fiscalização em rotas estratégicas foram intensificadas, interrompendo corredores logísticos utilizados pelo crime organizado.

Nesse contexto, a Operação Conatus 4 resultou na apreensão de mais de 9 milhões de maços de cigarros, 88 armas de fogo, cerca de dez toneladas de cocaína, mais de 120 toneladas de maconha, 350 animais silvestres, aproximadamente 1.500 m³ de madeira, mais de 90 toneladas de minérios, 539 veículos recuperados, 102 pessoas em situação de vulnerabilidade resgatadas e 4.321 detidas.

Já a Operação Fronteira Insidiae resultou na apreensão de mais de 2,3 milhões de maços de cigarros, seis armas de fogo, 1,3 toneladas de cocaína, 29,5 toneladas de maconha, 63 veículos recuperados e 373 pessoas detidas.



Fonte: PRF

Apreensão de drogas no âmbito da Operação Conatus.

O fortalecimento da presença do Estado nas rodovias fronteiriças contribuiu para enfraquecer organizações criminosas, promover a segurança e a livre circulação de pessoas e mercadorias, além de reforçar a integração regional e a proteção da sociedade brasileira.

Essas iniciativas integram uma estratégia ampla de segurança pública, baseada na atuação conjunta das forças federais e estaduais, apoiada por tecnologia, inteligência e compartilhamento de informações, no fortalecimento da cooperação internacional com países vizinhos, favorecendo o intercâmbio de dados e coordenação de medidas repressivas, e em investimentos contínuos em logística e capacitação, garantindo eficiência no enfrentamento de crimes que afetam a soberania nacional e a segurança da população.

Com o objetivo de apoiar ações voltadas ao desenvolvimento alternativo sustentável, destinadas a mitigar os impactos adversos do tráfico de drogas e das organizações criminosas em comunidades vulneráveis no território nacional, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) desenvolve uma parceria com a Polícia Federal para o fortalecimento das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCO).

O objetivo é ampliar e fortalecer esse modelo, fortalecendo as capacidades de investigação, inteligência e atuação das forças de segurança nas áreas selecionadas para as iniciativas de desenvolvimento alternativo, apoiadas pela SENAD.

Em relação ao trabalho da Polícia Rodoviária Federal, a SENAD também apoia ações de combate ao tráfico de drogas e crimes conexos, com ênfase nas fronteiras, visando a redução de oferta de drogas, bem como descapitalizar o narcotráfico e o crime organizado, consoante com os objetivos e diretrizes da Política Nacional sobre Drogas, com a ampliação das ações das equipes especializadas de inteligência e operações, que utilizam os dados e alertas do sistema Alerta Brasil como ferramenta essencial para a identificação de veículos de interesse e planejamento tático.

Para 2026, estão previstos novos projetos e programas para reforçar a prevenção e repressão em áreas de fronteira, incluindo iniciativas conjuntas de combate ao contrabando, descaminho e falsificação de moeda, bom como a capacitação contínua das polícias, com uso de ferramentas avançadas de investigação e controle.



Fonte: PRF

Apreensão de madeira ilegal no âmbito da Operação Fronteira Insidiae.

Com foco na prevenção da violência, no fortalecimento de políticas de proteção a grupos vulneráveis e na melhoria da capacidade institucional da segurança pública, especialmente no que se refere ao impacto sobre a juventude negra, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem consolidado ações estruturantes alinhadas aos princípios dos direitos humanos, da transparência e da atuação policial qualificada.

Nesse contexto, o projeto Pronasci Juventude, que integra o Juventude Negra Viva (JNV), emerge como uma iniciativa de grande relevância. É voltada à prevenção da violência e da criminalidade associadas aos mercados ilegais de drogas, ao mesmo tempo em que fortalece a proteção social e comunitária.

Estima-se que, até o final de 2026, cerca de 15 mil jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade sociorracial agravada sejam beneficiados pelo programa.

A iniciativa busca não apenas reduzir riscos, mas também ampliar oportunidades, promovendo a elevação da escolaridade, a inclusão produtiva e a ressignificação de projetos de vida.

Com um investimento de **R$ 96 milhões**, o Pronasci Juventude oferece novas perspectivas de futuro para jovens que enfrentam barreiras estruturais e sociais, transformando contextos de vulnerabilidade em oportunidades concretas de desenvolvimento humano e social.

Nesse sentido, destacam-se iniciativas como a implementação dos Centros Comunitários pela Vida (CONVIVE) em territórios vulneráveis, a ampliação das Casas da Mulher Brasileira, o fortalecimento da Campanha do Desarmamento, a atualização das diretrizes de uso da força, a elaboração de Procedimentos Operacionais Padrões e a capacitação de agentes, o Projeto Nacional de Câmaras Corporais, e o reforço da capacidade investigativa das delegacias especializadas em crimes contra jovens negros.

O uso moderado da força foi aprimorado pelo Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, e pelas Portarias nº 855 e nº 856, de 17 de janeiro de 2025, que estabeleceram normas atualizadas para a atuação policial e instituíram o Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força (CNMUDF). Foram investidos R$ 121,9 milhões na aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo, com entregas previstas até novembro de 2025, e adesão de diversos estados.



1ª reunião do Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força (CNMUDF).

Em 2025, a DFNSP deu continuidade à destinação de bens substituídos, priorizando equipamentos essenciais à segurança pública. Foram doados materiais no valor total de mais de R$ 7 milhões, como kits de armas não letais Condor, munições calibres 5,56, 7,62 e 9mm, fardamentos especializados, capacetes balísticos nível III-A, lanternas táticas, acessórios operacionais e materiais técnicos para atividades periciais e de policiamento.

Essa entrega fortaleceu a infraestrutura dos órgãos apoiados, evitou estoques ociosos, aumentou a eficiência administrativa e garantiu o uso pleno de bens funcionais, mesmo após sua substituição na esfera federal.

Doação de equipamentos efetivada até (R$ 95.066.273,52): no âmbito do Projeto Nacional de Qualificação do Uso da Força, foram efetivadas doações que totalizam 207.459 espargidores e 17.486 AINMs às Polícias Militares que assinaram o Termo de Adesão. A entrega incrementa a capacidade operacional com instrumentos de menor potencial ofensivo, em convergência com os parâmetros normativos e formativos do projeto.

No Projeto Nacional de Câmeras Corporais, instituído pela Portaria SENASP/MJSP nº 609, de 13 de dezembro de 2024, foram previstas e organizadas entregas de natureza técnica, operacional e normativa, orientadas à promoção, até março de 2027, da profissionalização das instituições de segurança pública, por meio do fortalecimento de processos, rotinas e atividades relacionadas ao uso de câmeras corporais, com apoio na disponibilização de ferramentas técnicas, operacionais e normativas.

Publicação da Diretriz Nacional de Câmeras Corporais: edição e publicação de parâmetro nacional mínimo para uso, governança, supervisão e gestão de registros audiovisuais produzidos por câmeras corporais, orientando a implementação federativa com padronização mínima, transparência e fortalecimento de controle e responsabilização. Instrumento: Portaria MJSP nº 648, de 28 de maio de 2024. Valor executado: R$ 109.264,05. Fonte de recurso: FNSP, exercícios 2023 e 2024. Situação: concluída.

Adesão federativa ao Projeto Nacional de Câmeras Corporais: formalização de adesão como instrumento de cooperação interfederativa para implementação ou ampliação do uso de câmeras corporais pelas instituições de segurança pública. Isso deve ser feito em conformidade com a Diretriz Nacional, estabelecendo compromissos técnicos e operacionais mínimos como condição de acesso aos instrumentos de fomento do projeto. Instrumento Termo de Adesão vinculado à Portaria MJSP nº 648, de 28 de maio de 2024. 11 Unidades Federativas aderentes: Acre, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Roraima.

- Modalidade: 8 para implementação inédita e 3 para ampliação.
- Custo direto: não houve.
- Situação: concluída.

Publicação da Norma Técnica SENASP nº 14/2024: elaboração e publicação de norma técnica nacional com requisitos mínimos para câmeras corporais e soluções de gestão de registros audiovisuais, com foco em padronização, interoperabilidade, integridade dos registros e segurança jurídica em contratações públicas. Instrumento Portaria SENASP/MJSP nº 572, de 28 de maio de 2024, que institui a Norma Técnica SENASP nº 014/2024.

- Valor executado: R$ 18.832,42.
- Fonte de recurso: FNSP 2023.
- Situação: concluída.

Projeto Piloto de Câmeras Corporais em regime de implementação assistida: execução de piloto para testar parâmetros técnicos, operacionais e institucionais em contexto real, subsidiando avaliação de impacto do Projeto Nacional.

- Unidade da Federação Bahia. Instituição beneficiária: Polícia Militar da Bahia.
- Quantitativo da doação: de 200 câmeras corporais.
- Origem da doação: Embaixada dos Estados Unidos da América ao MJSP.
- Instrumento: Acordo de Cooperação Técnica entre MJSP e Estado da Bahia.
- Custo direto: não houve.
- Situação: concluída.



No âmbito dos Estados, o Edital nº 30, de 14 de novembro de 2024, destinou-se ao financiamento de projetos de implementação de câmeras corporais e recebeu um total de 14 propostas.

Entre os anos de 2024 e 2025, a partir desse processo, foram firmados convênios voltados à implementação e à ampliação do uso de câmeras corporais pelas Polícias Militares estaduais, totalizando investimentos expressivos em diferentes unidades da Federação, visando a contratação de mais de 16,6 mil soluções.

Em 2025, destacam-se: i) São Paulo, com R$ 27,2 milhões destinados à ampliação das soluções já existentes; ii) Alagoas, com R$ 9,7 milhões; iii) Acre, com R$ 3,4 milhões; iv) Paraíba, com R$ 5 milhões; v) Distrito Federal, com R$ 16,2 milhões; vi) Pará, com R$ 24,3 milhões; vii) Pernambuco, com R$ 23,9 milhões; viii) Rio Grande do Sul, com R$ 23,6 milhões; e ix) Roraima, com R$ 1,6 milhão.

No ano anterior, 2024, receberam recursos o Rio Grande do Norte, com R$ 11,4 milhões, e o Piauí, com R$ 8,4 milhões, ambos com foco na implementação de soluções de câmeras corporais para reforçar a atuação policial e a proteção de profissionais e cidadãos. Além dos convênios já firmados, ainda existe a possibilidade de novas celebrações condicionadas à recomposição orçamentária. Entre os Estados que aguardam a disponibilização de recursos estão o Rio de Janeiro, com R$ 34,9 milhões, e a Bahia, com R$ 29,5 milhões, totalizando aproximadamente R$ 64 milhões em potenciais investimentos.

Ainda, em 2025, a PRF recebeu 200 câmeras doadas por meio de cooperação internacional, das quais 56 já estão em operação. As demais foram utilizadas na COP30. O processo de compra nacional prever cerca de 17 mil câmeras para a PRF e 5,6 mil para viaturas.

Em relação à prevenção e enfrentamento de casos de abuso policial motivados por racismo, a Polícia Federal realizou capacitações específicas, como o Curso Polícia Antirracista, que visou reforçar a necessidade de procedimentos padronizados, atuação proporcional e identificação de vieses discriminatórios, de forma a contribuir para a redução da letalidade, qualificação da atividade policial e fortalecimento da cultura institucional de respeito aos direitos humanos.



Fonte: Senappen

Segunda edição do curso Polícia Antirracista



CAPÍTULO 5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Relatório de Gestão Integrado
MJSP 2025

PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis (DCONs), do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Foram observadas, ademais, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCTSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª edição e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); sendo os dois últimos normativos, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no SIAFI e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 - MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs conforme o padrão da contabilidade aplicada ao setor brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMLP); e
- Notas Explicativas (NEs).

Cumpre destacar que as informações prestadas pela Pasta, para fins de consolidação do Relatório de Gestão Integrado referente ao exercício de 2025, foram elaboradas em observância à Instrução Normativa TCU nº 84, de 2020, bem como à Decisão Normativa TCU nº 198, de 2022.



RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Serão apresentados, a seguir, os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, considerando-se as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o real. Os saldos em moedas estrangeiras devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Representam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, fundamentada no princípio da unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e concentra todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos do Tesouro Nacional.

Crédito a curto prazo

Abrange os direitos a receber a curto prazo mensurados e avaliados pelo valor original. Compreende os créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais, sobretudo, relacionadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) - Nota 02, para os quais são constituídos ajustes para perdas. Outros direitos a receber a curto prazo são decorrentes, ainda, dos seguintes créditos:

- adiantamento de repasse por termos de execução descentralizada; e
- adiantamento da folha de pagamento dos servidores.

Estoques

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma:

- nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e
- nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com:

- dívida ativa não tributária;
- créditos a receber decorrentes de infração; e
- crédito por dano ao patrimônio.

Os valores são analisados e mensurados pelo valor original, sem a inclusão das atualizações e correções monetárias, conforme as taxas específicas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas na unidade mais relevante, o Cade (Nota 03), representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que têm o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6 da Macrofunção STN 02.03.42 - Ajuste para Perdas Estimadas.



Imobilizado

O imobilizado é constituído pelos bens móveis e imóveis. Inicialmente, esses bens são reconhecidos com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, estão sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), além de redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso não resultem em benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão corresponde ao custo do ativo imobilizado, abrangendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método utilizado para apuração desses encargos é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem for colocado em uso. No entanto, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês foram relevantes, admite-se, em caráter excepcional, o cálculo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações sobre a depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), administrado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após a mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação; e

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área constituída, independentemente do valor investido; e
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis pertencentes à União, autarquias e fundações públicas federais é apurado de forma mensal e automatizada pelo sistema, levando em consideração o valor depreciável da acessão. Para esse cálculo, é utilizado o Método da Parábola de Kuentzle, expresso na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2)/n^2$, onde:
Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins de depreciação, a vida útil dos bens imóveis é determinada com base em um laudo de avaliação específico ou, na ausência deste, por critérios definidos pela SPU, considerando a natureza e as características dos bens. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é fixado pela STN e comunicado à SPU.

No que diz respeito aos prazos de validade dos registros de avaliação dos bens imóveis registrados no SPIUnet, adota-se o prazo de 5 anos, contados a partir da data de avaliação do imóvel, para que uma nova reavaliação seja realizada, conforme disposto na Instrução Normativa SPU/ME nº 67, de 20 de setembro de 2022, e na Portaria Conjunto STN/SPU nº 10, de 4 de julho de 2023.

Intangível

São traduzidos por bens incorpóreos, tais como *softwares*, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP, os bens intangíveis são representados pelos *softwares*, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, a PF, a PRF, o Cade e a ANPD apresentaram saldo em amortização acumulada. Na PRF, no entanto, o saldo da conta de amortização acumulada é irrisório e, portanto, não evidencia que o órgão esteja realizando a amortização de seus bens intangíveis.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- empréstimos e financiamentos;
- fornecedores e contas a pagar;
- obrigações fiscais;
- transferências fiscais;
- provisões; e
- demais obrigações.

APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), é possível a apuração dos seguintes resultados:

Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) implica a apuração do resultado patrimonial. As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimo nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências

concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

SÉRGIO RODRIGUES
Contador do MJSP
CRC **nº 021.289/O-9**

A presente declaração refere-se à conformidade contábil das demonstrações financeiras consolidadas e às respectivas notas explicativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, encerradas em 31 de dezembro de 2025, fundamentada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, que integra o Manual SIAFI.

Nesse sentido, certifico que as Demonstrações Contábeis, compostas pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Variações Patrimoniais, o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, bem como suas respectivas notas explicativas refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em conformidade com os preceitos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, ressalvando-se, contudo, as seguintes questões:

Bens Móveis

A gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do MJSP é realizada por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços (Siads), com exceção dos bens administrados pelos órgãos: Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Todavia, identificam-se desafios no que se refere à ausência de reavaliação desses bens, assim como à harmonização dos saldos contábeis com a real situação dos ativos controlados pelas respectivas unidades.

Atualmente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a PF possuem registros de reavaliação de bens móveis em algumas unidades. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), a PF e a PRF recebem ativos oriundos da alienação de bens apreendidos ou perdidos, conforme estabelecido na legislação vigente ou por determinação judicial.

Bens Imóveis

No final do exercício financeiro de 2025, 85,53% dos bens imóveis, totalizando 908 registros patrimoniais sob gestão do MJSP, foram identificados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet).

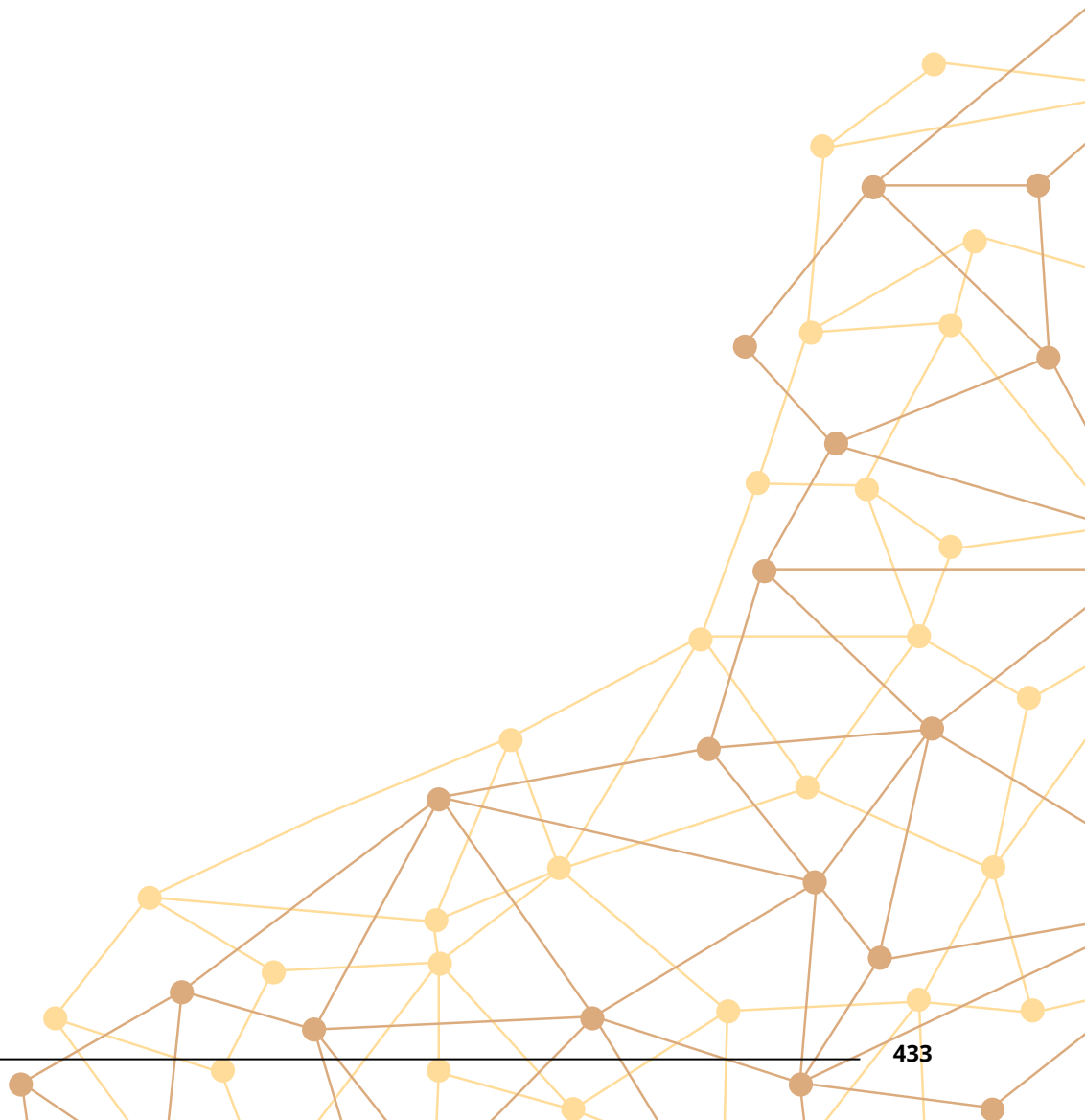
Constatou-se, no entanto, que 191 registros dos referidos bens apresentam laudos de avaliação com prazos expirados, representando um montante de R$ 528.584; refletindo, portanto, em pendências de reavaliação.

Diante do exposto, não é possível mensurar, com precisão, o impacto dessa defasagem nas demonstrações contábeis,

podendo comprometer a fidedignidade da representação monetária desses ativos no Balanço Patrimonial.

Informa-se, em complemento às informações dos bens patrimoniais, que os bens móveis, bens imóveis, bens intangíveis e bens de estoque em almoxarifado, podem ser atestados com relação à integridade da informação contábil em 73,32%, de acordo com o inventário de 2025 do Ministério da Justiça e Segurança Pública e órgão subordinados.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2025.



GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

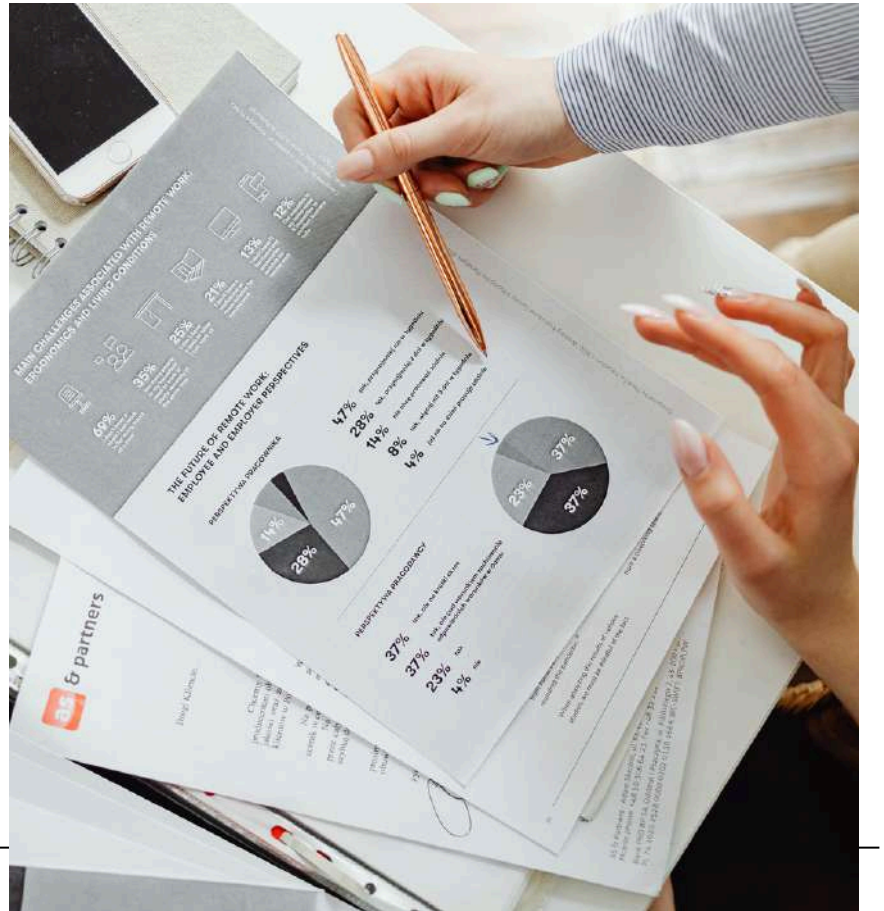
A Coordenação-Geral de Contabilidade (CGCONTAB), que integra o Sistema de Contabilidade Federal (SCF) como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhada ao órgão central do Sistema, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF), prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Visando garantir um aprimoramento contínuo na apresentação das Demonstrações Contábeis (DCONs), adota-se uma abordagem voltada à melhoria constante nas seguintes características das informações: representação fidedigna, conteúdo relevante, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

É relevante destacar que a composição do órgão MJSP no SIAFI não corresponde, necessariamente, à estrutura organizacional estabelecida pelo Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 11.759, de 30 de outubro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental do MJSP.

Sua organização é configurada com base na estruturação de unidades administrativas que possuem autonomia para a gestão de seus respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, com o propósito de otimizar a execução das atividades de suporte, manutenção e implementação das políticas públicas voltadas à sociedade. Cada órgão é identificado por um código específico no SIAFI, conforme indicado no quadro a seguir:



Composição no Siafi do MJSP		
ÓRGÃO SUPERIOR MJSP **30000**	30000	Secretaria Executiva (SE) Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) (1) Secretaria Nacional de Justiça (Senajus) Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos (SAL) Secretaria Nacional de Acesso à Justiça (SAJU) Secretaria Nacional de Direitos Digitais (SEDIGI)
	30108	Polícia Federal (PF) (1) (3)
	30802	Polícia Rodoviárioa Federal (PRF)
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) - Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) (4)
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) - Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) (5)
	30907	Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) - Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) (1) (6)
	30912	Fundo Nacional Antidrogas (Funad) - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad) (7)
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) (1) (2)
	30212	Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) (2)

(1) Unidades organizacionais vinculadas ao MJSP que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável.
(2) Autarquia sob Regime Especial – entidade da administração pública federal indireta.
(3) A PF possui sob sua gestão o Funapol.
(4) O FDD tem seus recursos geridos pela Senacon.
(5) O FNSP é gerido pela Senasp.
(6) O FUNPEN é gerido pela Senappen.
(7) O FUNAD é gerido pela Senad.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A conformidade das DCONs do MJSP com as normas em vigor é assegurada pelos procedimentos de Conformidade Contábil, que envolvem certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e atos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Esse processo segue as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11ª edição, pelo Plano de Contas Aplicadas ao Setor Público, pela Conformidade de Registro de Gestão e pelo Manual SIAFI.

Por meio da Conformidade Contábil, o Ministério elabora relatórios mensais de conformidade, com o propósito de mitigar riscos e fortalecer o controle e a supervisão das informações contábeis de suas unidades gestoras. Esses relatórios registram as inconsistências e erros identificados nas informações contábeis das unidades, detalhando os grupos de contas analisados, indicando sua adequação à legislação vigente e evidenciando eventuais falhas, distorções e alertas.

No exercício de 2025, foram emitidos 588 relatórios, abrangendo 54 Unidades Gestoras Executoras (UGs) acompanhadas diretamente no SIAFI.

Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras

Ao longo de todo o exercício financeiro, foi prestado, de forma contínua e permanente, atendimento e suporte técnico às Unidades Gestoras Executoras (UGs) responsáveis pela execução das despesas no âmbito do MJSP, assegurando a pronta resolução das demandas de natureza contábil ao longo do ano. Esse suporte foi viabilizado, sobretudo, por meio de contato telefônico, mensagens via sistema SIAFI, comunicações eletrônicas por e-mail e trâmites processuais no SEI.

No ano de 2025, a setorial contábil, prestou atendimento e suporte técnico a **107 Unidades Gestoras Executoras (UGs)** de despesa pública, distribuídas da seguinte forma:

- **11** pertencentes ao núcleo central do MJSP;
- **35** à Polícia Federal;
- **35** à Polícia Rodoviária Federal;
- **15** à Secretaria Nacional de Políticas Penais;
- **6** à Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- **2** à Secretaria Nacional do Consumidor;
- **1** à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos;
- **1** à Autoridade Nacional de Proteção de Dados; e
- **1** ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Ainda **em 2025, foram enviadas 936 mensagens por meio do sistema SIAFI**, contendo alertas e orientações direcionadas às Unidades Gestoras.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com fundamento no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas trimestralmente as Notas Explicativas (NEs) às Demonstrações Contábeis (DCONs) do MJSP. As NEs integram as DCONs, sendo inseridas no SiafiWeb e complementaram as Demonstrações do Órgão ao abordar aspectos relativos à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais. Isso inclui informações acerca de contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados, despesas com pessoal, entre outros.

As informações provenientes dessas notas são utilizadas na consolidação do Balanço Geral da União (BGU), pela Secretaria do Tesouro Nacional, caracterizando-se como instrumentos essenciais tanto para a tomada de decisões pelos gestores quanto para a efetiva operacionalização do controle social.

Quatro Notas Explicativas foram elaboradas em 2025, sendo a primeira referente ao exercício encerrado de 2024, e as demais, relativas ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2025.

As informações detalhadas das demonstrações contábeis e notas explicativas podem ser acessadas clicando aqui.

Habilitação de usuário nos Sistemas Estruturantes

No âmbito do Ministério, a Coordenação-Geral de Contabilidade (CGCONTAB), da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Executiva, é a unidade responsável por realizar o atendimento envolvendo a concessão de acesso aos sistemas estruturantes:

- **Obrasgov.br -** Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal (CIPI), é um registro público centralizado de informações de projetos de investimento em infraestrutura, custeados com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;
- **Cadin -** Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público, um banco de dados que registra nomes de pessoas e empresas que têm dívidas com o setor público;
- **Comprasgov.br -** Portal de Compras do Governo Federal, sistema que permite a aquisição de bens e serviços por meio de processos eletrônicos;
- **Contratosgov.br -** É uma solução que possibilita aos órgãos e entidades da administração pública federal realizar a gestão orçamentária e contratual, além de divulgar as informações de contratos, em atendimento à nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);
- **Reuse.gov -** É um sistema que confere publicidades às ofertas de bens móveis e serviços para a administração pública, disponibilizados pelos próprios órgãos de governo ou oferecidos por particulares ou empresas (Doaçõesgov.br);
- **SENHA-REDE -** É o sistema de segurança, responsável pelo acesso e navegação dos diversos sistemas do Governo Federal (Hod Serpro);
- **SIADS -** Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Operacional e Web), destinado a informatizar e a operacionalizar o gerenciamento e controle dos estoques de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos;
- **SIASG -** Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Subsistemas: Sistema de Estudos Técnico Preliminares (ETP), Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF);
- **SIAFI -** Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Operacional e Web), que registra, acompanha e controla a execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo;
- **HE/SIAFI -** Sistema de Homologação Externa;
- **STA/SIAFI -** Sistema de Transferência de Arquivos;
- **Tesouro Gerencial - TG/SIAFI -** É um sistema que permite consultar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, baseado no SIAFI, constituindo-se em uma ferramenta de produção de

relatórios gerenciais; e

- **Transferegov.br -** Ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos de transferências de recursos da União com os subsistemas: cadastros-CAD, Transferências Discricionárias e Legais (TDL), Transferências Especiais (TE), Termo de Execução Descentralizado (TED) e Transferências Fundo a Fundo (TFF).

Informa-se que, **no ano de 2025, foram realizados 11.909 atendimentos** referentes a habilitações de usuários e cadastradores de unidade nos sistemas estruturantes do Governo Federal. O recebimento e resposta às demandas se dão prioritariamente via processos no sistema SEI. É realizado também o atendimento às demandas dos órgãos subordinados que possuem cadastradores parciais e locais por e-mail e pelo *Microsoft Teams,* quais sejam: CADE, ANPD, PF e PRF.

Tomada de Contas Especial

Destaca-se que, no âmbito do MJSP, a CGCONTAB desempenha papel fundamental nos processos de Tomada de Contas Especiais (TCE), realizando o registro dos responsáveis pelos débitos apurados, verificando o cálculo dos valores e promovendo a baixa contábil por meio do recebimento ou cancelamento da dívida.



No ano de 2025, foram efetuados **35** registros contábeis relacionados aos processos de TCE, abrangendo o reconhecimento de valores relativos à apuração do dano ao erário pelos agentes identificados como responsáveis na instauração da TCE, bem como os valores a serem recebidos após o julgamento do TCU, além da baixa contábil decorrente do recebimento ou cancelamento da dívida.

Por fim, ressalta-se que a apuração dos valores dos débitos, sobre os quais incidem atualização monetária, multa e juros de mora, é realizada por meio do Sistema de Atualização de Débitos do TCU.

LISTA DE SIGLAS

AAIP – Agência de Acesso à Informação Pública da República da Argentina
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC3 – Centro de Cibercrime da Ameripol
ACPP – Acordo de Conduta Pessoal e Profissional
ACTs – Acordos de Cooperação Técnica
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AECI – Assessoria Especial de Controle Interno
AGIR – Sistema de Apoio à Gestão de Integridade e Riscos
AGU – Advocacia Geral da União
AINM – Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular
AMERIPOL – Organização Americana de Polícia Criminal
AN – Arquivo Nacional
ANM – Agência Nacional de Mineração
ANPD – Agência Nacional de Proteção de Dados
ANPP – Academia Nacional de Polícia Penal
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APD – Agência de Proteção de Dados da República de Angola
APDCAT – Autoridade Catalã de Proteção de Dados
APEC – Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada
APF – Administração Pública Federal
APs – Access Points
Ascom – Assessoria de Comunicação Social
Asint – Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
Aspad – Assessoria de Participação Social e Diversidade
BF – Balanço Financeiro
BGU – Balanço Geral da União
BI – Business Intelligence
BO – Balanço Orçamentário
BP – Balanço Patrimonial
Brasil M.A.I.S – Meio Ambiente Integrado e Seguro
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BSC – Balance Scorecard
CACB – Conselho das Autoridades Centrais do Brasil
CACs – Caçadores, Atiradores e Colecionadores
Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAIS – Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social na Política sobre Drogas
CASP – Coordenação de Área de Segurança Pública
CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCPI – Amazônia – Centro de Cooperação Policial Internacional Amazônia
CDC – Código de Defesa do Consumidor
CDESC – Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário
CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
Censipam – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CEPI - Comissão Executiva do Programa de Integridade do MJSP
CESIR – Comitê Executivo Integrado de Segurança Regional
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFDD – Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
CGFNSP – Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública
CFP – Cadastro de Pessoas Físicas
CGA – Comitê de Governança Administrativa
CGAE – Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia
CGCONTAB – Coordenação-Geral de Contabilidade
CGDI – Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação
CGDS – Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais
CGDSIC – Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação
CGE – Comitê de Governança Estratégica
CGGP – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGL – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
CGPMIG – Coordenação-Geral de Política Migratória
CGRC – Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos
CGU – Controladoria-Geral da União
CHN – Carteira Nacional de Habilitação
CIAJ – Convenção Ibero-Americana de Acesso à Justiça
CIAPs – Centrais Integradas de Alternativas Penais
CICCN – Centro Integrado de Comando e Controle Nacional

Cifap – Curso de Investigação Financeira e Análise Patrimonial
Cifra – Comitê de Investigação Financeira e Recuperação de Ativos
CIG – Comitê Interministerial de Governança
CIN – Carteira de Identidade Nacional
CIPI – Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal
CMRI – Comissão Mista de Reavaliação de Informações
CNCiber – Comitê Nacional de Cibersegurança
CNCP – Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual
CNIg – Conselho Nacional de Imigração
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNMUDF – Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força
CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CNPD – Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas
CNSP – Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
COA – Companhia de Operações Ambientais
COE – Conselho da Europa
COGER – Corregedoria-Geral
COMIF – Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo
COMIGRAR – Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia
COMJIB – Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos
ComprasSUSP – Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública
Conad – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
CONAF – Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conara – Conselho Nacional de Recuperação de Ativos
Conare – Comitê Nacional para os Refugiados
CONATRAP – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
Conjur – Consultoria jurídica
CONVIVE – Centros Comunitários pela Vida
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
COP30 – 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
COSO – Comittee of Sponsoring Organizations
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPGF – Cartão de Pagamento Unificado de Fornecedores
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CRVs – Centrais de Regulação de Vagas
CT-CGE – Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica
C-UAS – Counter Uncrewed Aerial Systems
DAS – Desenvolvimento Alternativo Sustentável
DCONs – Demonstrações Contábeis
DCPLAM – Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento
DEAMs – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
Detacustos – Detalhamento de Custos
DF – Distrito Federal
DFC – Demonstração de Fluxos de Caixa
DFNSP – Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
DHPP – Delegacias de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa
DIFC – Autoridade do Centro Financeiro Internacional de Dubai
IFRO – Divisão de Gestão de Frota
DMLP – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DTI/PF – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Federal
DTIC/PRF – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Rodoviária Federal
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
DW SIAPE – Data Warehouse do SIAPE
EA – Enterprise Agreement
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
El PAcCTO – Programa de Assistência contra o Crime Transnacional Organizado entre a Europa e a América Latina
ENAJU – Escola Nacional de Acesso à Justiça
ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
ENCE – Programa Brasileiro de Etiquetagem e da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
ENFOC – Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas
e-POL - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária

ESG – Aspectos ambientais, sociais e de governança
ETP – Sistema de Estudos Técnico-Preliminares
EUROJUST – Rede Judicial da União Europeia
EUROPOL – Organização Europeia de Polícia Criminal
FCCP – Foro de Consulta e Concertação Política
FDD – Fundo de Defesa de Direitos Difusos
FEM - Foro Especializado Migratório do Mercosul
FIB – Focused Ion Beam
FICCOs – Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
FNOSP – Fórum Nacional de Ouvidores do SUSP
NSP – Fundo Nacional de Segurança Pública
FONAR – Formulário Nacional de Avaliação de Risco
Funad – Fundo Nacional Antidrogas
FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
G20 – Grupo dos Vinte
GAD – Grupo Agenda Digital
GAFI – Grupo de Ação Financeira
GAFILAT – Grupo de Ação Financeira da América Latina
ISEs – Grupos de Investigação Sensível
GM – Gabinete do Ministro
GPEN – Global Privacy Enforcement Network
GRALs – Grupos Regionais de Atuação em Lavagem de Ativo
HE/SIAFI – Sistema de Homologação Externa
I**A –** Inteligência Artificial
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICO – Comissário de Informação do Reino Unido e da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte
I**decor –** Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correicional
iES – Índice Integrado de Sustentabilidade Ambiental e Social
iESGo – Índice de Governança e Sustentabilidade
IFB – Instituto Federal de Brasília
IFPA – Instituto Federal do Estado do Pará
iGovContrat – Índice de Governança e Gestão de Contratações
iGovOrcament – Índice de Capacidade em Gestão Orçamentária
iGovOrcament – Índice de Governança e Gestão Orçamentária
iGovPessoas – Índice de Governança e Gestão de Pessoas
iGovPub – Índice de Governança Pública
iGovSustentAmb – Índice de Governança e Gestão da Sustentabilidade Social
iGovTI – Índice de Governança de Gestão de Tecnologia da Informação
IMPOS – Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo
INI – Instituto Nacional de Identificação
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IntegriJusp – Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública
INTELF – Projeto de Aperfeiçoamento da Integração da Inteligência Financeira
INTERPOL - Organização Internacional de Polícia Criminal
IP – Internet Protocol
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPSAS – Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
ITS-RJ – Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro
JNV – Juventude Negra Viva
KPAs – Key Process Areas
Laclima – Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action
LAI – Lei de Acesso à Informação
LANIF – Laboratório Nacional de Isótopos Forenses
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFF – Lancha de Fiscalização Fluvial
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
LOA – Lei Orçamentária Anual
LPC – Lanchas de Patrulha Costeira
LPI – Patrulha e Interceptação
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Mercosul – Mercado Comum do Sul

MESICIC – Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção
MET – Microscópio Eletrônico de Transmissão
MEV – Microscópio Eletrônico de Varredura
MF – Ministério da Fazenda
MGI – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MIDR – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMIP – Modelo de Maturidade em Integridade Pública
MPI – Ministério dos Povos Indígenas
MPLS – Multi Protocol Label Switching
MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento
MRA – População migrante, refugiada e apátrida
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MVI – Mortes Violentas Intencionais
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica do Setor Público
NBCTSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NEs – Notas Explicativas
NIC.br – Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
NSP – Novas Substâncias Psicoativas
OACI – Organização de Aviação Civil Internacional
OBID – Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas
OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCS – Organizações da Sociedade Civil
OEA – Organização dos Estados Americanos
OEs – Organizações Estrangeiras
OIM – Organização das Nações Unidas para as Migrações
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OUV – Ouvidoria-Geral
PADEFs – Postos de Atendimento da Defensoria Pública
PCA – Plano de Contratações Anual
PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
Pccom – Plano de Contratações Compartilhadas
PCD – Pessoas com Deficiência
PDTIC – Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação
PE – Planejamento Estratégico
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PEIS G20 – Plano Estratégico Integrado de Segurança do G20
PF – Polícia Federal
PF Saúde – Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Polícia Federal
PGC – Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações
PGRCI – Política de Gestão de Riscos e Controles Internos
PIAJ – Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça
PLANAD – Plano Nacional de Políticas sobre Drogas
PLANDEC – Plano Nacional de Consumo e Cidadania
Plano AMAS – Plano Amazônia: Segurança e Soberania
PLS – Planos Diretores de Logística Sustentável
PMI – Project Management Institute
PNC – Política Nacional de Cibersegurança
PNDL – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro
PNETP – Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
PNMIF – Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo
PNMRA – Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia
PNRA – Política Nacional de Recuperação de Ativos
PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PNSPDS – Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
POA – Programa Ouro Alvo
POP/TIP – Protocolo Operativo Padrão de Atendimento às Vítimas Brasileiras do Tráfico Internacional de Pessoas
POSIC – Política de Segurança da Informação e Comunicação
PPA – Plano Plurianual
PPE – Procedimento Policial Eletrônico
PPGDDA/UFPA – Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia da Universidade Federal do Pará
PPL – Pessoa Provada de Liberdade
PPSI – Programa de Privacidade e Segurança da Informação
PPTB – Presidência Pro Tempore do Brasil

PR – Presidência da República
PRF – Polícia Rodoviária Federal
Procad-SPCF – Programa de Cooperação Acadêmica em Segurança Pública e Ciências Forenses
PROCAP – Programa de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes
PRODES/INPE – Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Especiais
ProDGDI – Programa de Governança de Dados, Informação e Inovação
ProEP – Programa Escola que Protege
PROFOR – Programa de Fortalecimento da Execução Penal
Projeto MAPEAR – Projeto Mapeamento de Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Projeto RESPAD – Projeto Resposta em Ações Integradas para Atuação em Situações de Desastres
Projeto V.I.P.S – Projeto Vulneráveis Institucionalmente Protegidos e Seguros
Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROTETOR – Programa Nacional de Proteção das Divisas, Fronteiras e Biomas
RAE – Reunião de Avaliação da Estratégia
RECUPERA – Rede Nacional de Recuperação de Ativos
Rede-Lab – Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro
Relipen – Relatório de Informações Penais
RENARC – Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento ao Narcotráfico
RENOE – Rede Nacional de Operações Ostensivas Especializadas
RENORCRIM – Rede Nacional de Unidades Especializadas no Enfrentamento às Organizações Criminosas
RIBPG – Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos
RIPD – Rede Iberoamericana de Proteção de Dados
RNCA – Rede Nacional de Cidades Acolhedoras
Saju – Secretaria Nacional de Acesso à Justiça
SAL – Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos
SAR – Sistema de Alerta Rápido
SCF – Sistema de Contabilidade Federal
SE – Secretaria-Executiva
SECEC – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa
Sedigi – Secretaria Nacional de Direitos Digitais
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
Senacon – Secretaria Nacional do Consumidor
Senad – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
Senajus – Secretaria Nacional de Justiça
Senappen – Secretaria Nacional de Políticas Penais
Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SGD – Secretaria de Governo Digital
SGF – Sistema de Gestão de Frota
SGIn – Sistemas de Governança Internos
SG-MJSP – Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública
SGP – Sistema de Gestão Patrimonial
Siads – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIADS – Sistema Integrado de Gestão Patrimonial
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SIC – Sistema de Informações de Custos de Governo Federal
SIC/TG – Sistema de Informações de Custos do Tesouro Gerencial
SIC – Sistema de Informações de Custos de Governo Federal
SIC/TG – Sistema de Informações de Custos do Tesouro Gerencial
SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIEVAP – Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional
SIGAP 2.0 – Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos
SINARB – Sistema Nacional de Rastreabilidade de Bebidas
Sinarm – Sistema Nacional de Armas
Sinesp VDE – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública Validador de Dados Estatísticos
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
Siscor – Sistema de Correição do Poder Executivo Federal
SISDEPEN – Sistema Nacional de Informações Penais
SISETEP – Sistema de Informações de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas

SLTI/MPOG – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
SNA – Sistema Nacional de Adoção
SNAVE – Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas
SNDC – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
SPIUnet – Sistema de gerenciamento do Patrimônio da União
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
STA/SIAFI – Sistema de Transferência de Arquivos
STF – Supremo Tribunal Federal
STI – Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUSP – Sistema Único de Segurança Pública
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCCs – Termos de Compromisso de Cessação
TCU – Tribunal de Contas da União
TEC – Tomada de Contas Especiais
TED – Termo de Execução Descentralizada
TG/SIAFI – Sistema de Tesouro Gerencial
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TJGO – Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
TOF SIMS – Time-of-Flight Secondary Ino Mass Spectrometry
UASG – Unidade Administrativa de Serviços Gerais
UF – Unidade Federativa
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ – Universidade Rural do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UGRC – Unidades de Gestão de Riscos
UGs – Unidades Gestoras Executoras
UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes
VPAs – Variações Patrimoniais Aumentativas
VPDs – Variações Patrimoniais Diminutivas